



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DE MORAES

“VAMOS AO ÂMAGO DO PROBLEMA”:
A atuação de Dom Helder Pessoa Camara na defesa de um desenvolvimento
integral para os países/regiões pobres do mundo (1964-1970)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2021

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DE MORAES

“VAMOS AO ÂMAGO DO PROBLEMA”:

A atuação de Dom Helder Pessoa Camara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões pobres do mundo (1964-1970)

VERSÃO CORRIGIDA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Sob a orientação da Prof^a. Dr. Maria Luiza Marcilio.

São Paulo
2021

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M827? Moraes, Márcio André Martins de
"VAMOS AO ÂMAGO DO PROBLEMA": A atuação de Dom
Helder Pessoa Camara na defesa de um desenvolvimento
integral para os países/regiões pobres do mundo
(1964-1970) / Márcio André Martins de Moraes;
orientador Maria Luiza Marcilio - São Paulo, 2021.
430 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História Social. 2. Dom Helder Camara. 3.
Igreja Católica. 4. desenvolvimento integral . 5.
Ditadura militar no Brasil . I. Marcilio, Maria
Luiza, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Márcio André Martins de Moraes

Data da defesa: 18 / 03 / 2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Luiza Marcilio

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13 / 05 / 2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DE MORAES

“VAMOS AO ÂMAGO DO PROBLEMA”:

**A atuação de Dom Helder Pessoa Camara na defesa de um desenvolvimento
integral para os países/regiões pobres do mundo (1964-1970)**

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Maria Luiza Marcilio (USP – Orientadora)

Profa. Dra. Sara Albieri (USP)

Prof. Dr. Carlos André de Moura (UPE)

Prof. Dr. José Oscar Beozzo (CESEP)

Aos meus pais, Margarida Moraes e Marcondes Moraes em reconhecimento ao amor e dedicação aos seus filhos.

À Dom Helder Camara e a todos aqueles que dedicaram as suas vidas a combater as injustiças sociais.

Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.

Dom Helder Camara

AGRADECIMENTOS

O ato de escrever os agradecimentos se dá quando o trabalho acadêmico está concluído, sendo então um momento muito especial de reconhecimento aos incentivos recebidos pelas instituições acadêmicas e de pesquisa, professores, familiares e amigos. Tendo em vista o grande número de pessoas que contribuíram nesses anos de doutorado, torna-se importante começar pedindo desculpas àqueles que, por um caso, eu acabe me esquecendo de citar o nome. Saiba que mesmo sem seu nome nessa seção, eu sou muito grato a você que dedicou algum tempo para conversar sobre meu tema de estudos ou mesmo nas vezes em que as conversas me fizeram descansar do árduo trabalho que é escrever uma tese.

O agradecimento inicial vai para a Universidade de São Paulo (USP), representada por todos os funcionários, professores e estudantes. Outra instituição que agradecemos é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que viabilizou a realização dessa pesquisa. Um agradecimento especial vai para a professora Dr. Maria Luiza Marcílio, minha orientadora. Com muito orgulho sou seu orientando e agradeço pelas conversas de orientações e correções de textos que foram imprescindíveis para o amadurecimento de nossos estudos e escrita deste trabalho.

Dentre todos aqueles que incentivaram meu trabalho, o lugar de honra vai para a minha mãe, Margarida Moraes, e meu pai, Marcondes Moraes. Aos meus pais, agradeço pelo amor, apoio, paciência e tudo mais que se eu fosse colocar aqui, teríamos um texto tão longo quanto à tese que apresento nesse momento. Ao meu irmão, Marcilio Moraes, e sua noiva, Elaine Assis, meu muito obrigado pelas conversas sobre o mundo acadêmico e as dificuldades da prática docente.

Ao sair de Pernambuco em direção a São Paulo, passei dois anos fazendo disciplinas na USP, 2016 e 2017. Nesse momento, encontrei na minha tia Maria José C. Silva, irmã da minha mãe, uma nova mãe. Sem o aporte que recebi naquele momento por minha tia e sua família, minha estadia em São Paulo teria sido muito mais difícil.

Entre o início do doutorado em 2016 e a sua conclusão em 2021, minha família ficou menor. Mesmo que *in memoriam*, quero expor nesse momento meu agradecimento e saudade à minha avó, Maria José Coutinho, e à minha tia Maria do Carmo Coutinho, carinhosamente, chamada de Mima. Tenho certeza que ambas estariam muito felizes e orgulhosas nesse momento. Em relação à minha tia Mima, ainda devo o agradecimento

de ela ter me ensinado a ler quando criança, tendo a paciência que as minhas professoras na época não tiveram. A força e a luta da minha tia, Mima, enfrentando o câncer é um capítulo a parte de coragem e exemplo de amor pela vida. No início de 2020, minha irreverente e linda prima Giselle de Lima também passou para outro plano. Convivemos nos anos que eu estive em São Paulo e a você Giselle meu muito obrigado pelas conversas bem humoradas e brincadeiras que fazíamos disputando o café que tia Maria fazia. Nesse momento, a saudade é muito forte e, por isso, acho oportuno agradecer pelo amor e oportunidade de ter convivido com todas vocês.

Um nome importante para minha escolha pela História é do professor do Ensino Médio Márcio Lira, que hoje está em outro plano. Meu agradecimento, *in memoriam* ao meu amigo que com seu jeito bem humorado e dedicação sem igual aos alunos, acabou desempenhando um papel tão importante em minha vida que acabei escolhendo o mesmo caminho que o dele. Lembro que durante ensino médio ele me permitiu assistir aulas de graça num curso que ele trabalhava e, posteriormente, quando já estava no doutorado e ele no mestrado profissional, conversamos várias vezes sobre o trabalho acadêmico. Meu amigo muito obrigado por tudo e você continua vivo também em minhas memórias.

Ao meu amigo Alberes Souza devo meu agradecimento pela paciência e disponibilidade em ler e fazer as correções dos meus textos. Alberes esteve presente em toda a minha vida acadêmica, ajudando a transformar meus escritos truncados em textos inteligíveis. Nossa amizade vai além das questões relacionadas a trabalho, pois Alberes se tornou, com o passar do tempo, num verdadeiro irmão.

Em 2018, depois de retornar a Pernambuco, conheci Klécia Lima e começamos a namorar. Fã incondicional de Caetano Veloso, ela logo se tornou o meu leãozinho que veio desentristecer os meus dias e o meu coração. Klécia se tornou minha companheira e aliada na difícil caminhada que foi pesquisar e escrever esta tese. Nesse momento de agradecimento, eu sinto que não tenho palavras que possam demonstrar o quanto você, Klécia, é importante para mim. Então, vou resumir em: muito obrigado e eu te amo!

Por intermédio de Klécia, eu conheci um grupo de amigos que se tornaram muito importantes na minha vida. Em novembro de 2018, depois de um frustrante resultado nas eleições presidenciais, enquanto lamentávamos sobre o futuro do país, decidimos criar a URSAL. Aos meus companheiros da URSAL – Klécia Lima, Luizy Silva, Tatiane Galindo, Delânio Santos (Deda), Weslly Nascimento (Lelê), André Luiz

(O Buia); Charles Carlos – meu muito obrigado pela amizade e pelo privilégio de celebrar os bons e maus momentos da vida com todos vocês.

Voltando para os anos em que vivi dentro da USP, lembro-me de alguns nomes que preciso agradecer. Diferente do que cantou Criolo: “Não existe amor em SP”, em São Paulo, encontrei e reencontrei pessoas que demonstraram o contrário. O primeiro nome é o de Michel Rocha, amigo da época do ensino médio em Pernambuco, que, por uma ótima coincidência do destino, reencontramos-nos na pós-graduação em História pela USP. No Conjunto Residencial da USP (CRUSP), eu tive ainda a oportunidade de conviver com Kellys Saucedo que dividiu apartamento comigo. A Kellys, o meu sincero agradecimento pela amizade e cumplicidade. Ainda no CRUSP, eu cheguei a ver algumas vezes Olivia Robba, que também é do curso de História da USP. Contudo, apenas depois de já estar em Pernambuco, ao ser indicado a ela para fazer a avaliação de um texto para a revista *Angelus Novus*, que começamos a conversar e a criamos uma amizade que me é muito cara. Olivia se tornou uma incentivadora do meu trabalho e agradeço muito as palavras de apoio e força. No curso de História da USP, conheci também Giselle Santos, uma grande pesquisadora que admiro muito e a quem agradeço pelas conversas e apoio nessa caminhada acadêmica. Em São Paulo, conheci também a Vivian Dias, dona de um sorriso cativante e de conversas sempre muito agradáveis, tornou-se logo uma grande amiga.

Ao participar do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) pela USP, eu tive o prazer de ser monitor da disciplina: *Ensino de História: teoria e prática*, ministrada pelo Prof. Dr. Maurício Cardoso. Nessa experiência de formação docente pude aprender muito com o Prof. Mauricio e agradeço muito a ele pela oportunidade em me tornar um professor com uma visão mais humanista e preocupada com as práticas de ensino.

Ao meu amigo Dirceu Marroquim – que conheço desde a época da graduação, quando nós dois estudávamos na UFRPE e, hoje, ambos no doutorado pela USP e tendo a mesma orientadora, Prof^a. Dr. Maria Luiza Marcilio – tenho muito que agradecer pela conversas sobre a pesquisa e conselhos sobre o trabalho. Muito obrigado, meu amigo.

A minha caminhada acadêmica começou na UFRPE e foi marcada pela admiração à professora e pesquisadora Dr. Giselda Brito, que foi minha orientadora durante a graduação e o mestrado. O respeito à pesquisa e ao trabalho ético é uma marca da Prof. Giselda e encontro nela uma referência que tento seguir. Na época da graduação, outro orientando da Prof. Giselda era Carlos André Moura, hoje professor da

Universidade de Pernambuco (UPE), que se tornou um grande amigo, incentivador e contribuiu muito no processo de elaboração e amadurecimento dessa tese.

Na UFRPE, fiz amizades que ultrapassaram os muros da universidade e que ainda hoje fazem parte do meu cotidiano. O meu desejo era citar o nome de todos, mas isso não é possível por causa do espaço que ocuparia. Desse modo, vamos citar os nomes de alguns que estiveram mais presentes nesse período do doutorado, como o caso de André Santos, meu amigo e hoje doutor em História pela UFPE, que sempre esteve disposto a ler, comentar e colaborar com os meus textos. Outro nome, Thiago Nunes, também doutor pela UniRio, teve um papel muito importante na definição do tema da minha tese. Na graduação, conheci Severino Jaime e Olga Mendonça, casal que se tornaram membros da minha família, meus irmãos e importantes incentivadores do meu trabalho.

No período preparatório para o doutorado eu, tive a oportunidade de me encontrar com amigos e amigas que tinham o mesmo objetivo. Essas pessoas foram fundamentais nesse percurso. Inicialmente, as reuniões foram com André Carlos, citado anteriormente, Rafaela Lira, minha querida amiga Rafa, e Suzana Veiga. Um segundo grupo que participei era formado com Grasiela Moraes e Emmanuelle Lima. Muito obrigado a todos e todas pelas colaborações nos debates de cunho teórico-metodológico no campo da História e nas leituras dos projetos para as seleções de Pós-Graduação.

Antes de começar o doutorado, em 2016, eu estava atuando como professor no ensino público de Pernambuco, desde 2009. No cotidiano profissional, eu fiz amigos e amigas e, dentre eles, quero destacar o nome de Mônica Santos, vice-gestora da Escola Leal de Barros, que se tornou uma grande amiga e incentivadora do meu trabalho. Agradeço muito a você, Mônica, pelo apoio, carinho, cuidados e amizade.

Evidente que outros colegas de profissão, pesquisa ou do meu cotidiano tiveram importantes papéis na minha caminhada e dentre os vários, eu quero citar os nomes de Elaine Cabral, Rogério Santos, Cesar Cruz, Eberth Braga, Aciliane Silva, Cláudia Ferreira, Suellen Wanessa, Simone Leal, Arlam Tadeu e etc.

Enfim, muito obrigado a todos os meus amigos e amigas que foram citados aqui ou não.

RESUMO

Nessa tese de doutoramento em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), propomos discutir as atividades, a produção intelectual e as redes de relações de Dom Helder Pessoa Camara, então Arcebispo de Olinda e Recife, referente ao seu entendimento sobre o lugar de atuação do cristão frente aos problemas oriundos das injustiças sociais. Estabelecendo como recorte temporal a década de 1960, buscaremos analisar o entendimento e modificações nos discursos de Dom Helder em relação ao conceito de desenvolvimento e do papel que a Igreja Católica deveria assumir no processo de enfrentamento dos problemas de subdesenvolvimento das nações pobres. No decorrer de nossa narrativa sobre a atuação de Dom Hélder, tomamos em consideração que, nesse momento, o Brasil estava sob uma ditadura civil-militar e, em âmbito mundial, existiam as tensões oriundas da Guerra Fria, que influenciavam as relações políticas e comerciais entre as nações. Nesse cenário, pretendemos problematizar como o uso e as modificações na aplicação do termo desenvolvimento por Dom Helder Camara, estiveram em diálogos com a doutrina social da Igreja e levaram à elaboração de uma perspectiva que classificamos como de desenvolvimento integral. Em contrapartida, analisamos também como essa prática de Dom Helder foi percebida como subversiva/comunista por grupos opositores ao citado clérigo. Para a elaboração dessa pesquisa, mapeamos um amplo *corpus documental*, composto pela correspondência do religioso em questão, periódicos, discursos pronunciados em eventos religiosos ou acadêmicos, depoimentos concedidos pelo próprio Arcebispo Camara, documentos de órgãos do Estado e textos doutrinários produzidos pela Igreja Católica. Dessa forma, com essa abordagem e fontes documentais, expostas anteriormente, pretendemos contribuir para a discussão sobre a produção intelectual de Dom Helder Camara em relação ao termo desenvolvimento e aos preceitos de um humanismo cristão defendido por ele no decurso da década de 1960.

Palavras-chave: Dom Helder Camara; desenvolvimento; desenvolvimento integral; Igreja Católica

ABSTRACT

In this doctoral thesis in Social History from the University of São Paulo (USP), we propose to discuss the activities, intellectual production and networks of relationships of Dom Helder Pessoa Camara, then Archbishop of Olinda and Recife, regarding his understanding of the place of Christian's performance in the face of problems arising from social injustices. Establishing the 1960s as a time frame, we will seek to analyze the understanding and changes in Dom Helder's speeches in relation to the concept of development and the role that the Catholic Church should assume in the process of facing the underdevelopment problems of poor nations. Considering, in the course of our narrative, that at that time Brazil was under a civil-military dictatorship and, worldwide, there were tensions arising from the Cold War, which influenced political and commercial relations between nations. In this scenario, we intend to problematize how the use and changes in the application of the term development by Dom Helder Camara, were in dialogues with the social doctrine of the Church and led to the elaboration of a perspective that we classify as integral development. On the other hand, we also analyzed how this practice of Dom Helder was perceived as subversive / communist by groups opposed to the aforementioned cleric. For the elaboration of this research, we mapped a broad documentary corpus, composed of correspondence of the religious in question, periodicals, speeches given at religious or academic events, testimonies granted by the Archbishop Chamber, documents from State organs and doctrinal texts produced by the Catholic Church. Thus, with this approach and documentary sources, previously exposed, we intend to contribute to the discussion on the intellectual production of Dom Helder Camara in relation to the term development and the precepts of a Christian humanism defended by him during the course of the 1960s.

Keywords: Dom Helder Camara; development; integral development; Catholic church

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: A maior manifestação religiosa do Brasil	73
Imagem 2: Participação do Brasil no Concílio Ecumênico	109
Imagem 3: A Igreja recomenda: COMPAREÇA AO PLEBISCITO	154
Imagem 4: As confissões de Nelson Rodrigues	248
Imagem 5: Helder tem prontuário na Polícia	257
Imagem 6: Declaração	278
Imagem 7: Revolução nos campos do Brasil	293
Imagem 8: Mapa dos locais por onde Dom Helder Camara discursou entre 1964 a 1970.....	340
Imagem 9: Revolução a portas fechadas	356
Imagem 10: Dom Helder Camara, num dos raros momentos de folga, quando, após cada sessão, os bispos passeavam pelo pátio	357
Imagem 11: Dom Helder Camara: um nouveau Martin Luther King?	383

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aceitação da reforma agrária nas capitais brasileiras	301
Tabela 2: Aceitação da reforma agrária entre as classes sociais das capitais brasileiras	302
Tabela 3: Discursos de Dom Helder Camara (1964-1970)	334
Tabela 4: Discursos de Dom Helder Camara em território brasileiro (1964-1970)	341
Tabela 5: Discursos de Dom Helder Camara em outros países (1964-1970)	341
Tabela 6: Atuação de Dom Helder Camara entre grupos sociais no Brasil	343
Tabela 7: Atuação de Dom Helder Camara entre grupos sociais em outros países	344
Tabela 8: Presença de dados técnicos nos discursos de Dom Helder Camara apresentados no Brasil (1964-1970)	376
Tabela 9: Presença de dados técnicos nos discursos de Dom Helder Camara apresentado em outros países (1964-1970)	377

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pesquisa sobre os supostos candidatos à presidência do país, em 1968	203
Gráfico 2: Recortes de jornais recolhidos pelos agentes do DOPS-PE	262

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
ACB – Ação Católica Brasileira
ACE – Ação Católica Estudantil
ACI – Ação Católica Independente
ACO – Ação Católica Operária
ACR – Ação Católica Rural
AUC – Ação Universtária Católica
AFC – Associação dos Fornecedores de Cana
AI-5 – Ato Institucional nº5
AIB – Ação Integralista Brasileira
AJP – Ação Justiça e Paz
AN – Arquivo Nacional
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APERJ – Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BP – Banco da Providência
CAALL – Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDV – Centro Dom Vital
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEDOHC – Centro de Documentação Dom Helder Camara
CEI – Congresso Eucarístico Internacional
SCEAM – Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madáscar
CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano
FABC – Federação das Conferências Episcopais da Ásia
CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara
CENIMAR – Centro de Informação Marinha
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CERNE – Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste
CGI – Comissão Geral de Investigações
CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco

CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRA – Conselho Nacional de Reforma Agrária
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
COHAB – Companhia Habitação Popular
COHEBE – Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança
CSS – Cruzada São Sebastião
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DO-C – Documentazione Olandese del Concilio
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DP – Diário de Pernambuco
ESG – Escola Superior de Guerra
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBN – Fundação da Biblioteca Nacional
FEANE – Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FMP – Frente de Mobilização Popular
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDHeC – Instituto Dom Helder Camara
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPREC – Instituto de Previdência do Clero
IRFED – Institut de Rechercher et de Formation en vue de Développement Harmonisé
ITER – Instituto de Teologia do Recife
JC – Jornal do Commercio
JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
LBT – Legião Brasileira do Trabalho
LCT – Legião Cearense do Trabalho
LEC – Liga Eleitoral Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MIJARC – Movimento Internacional da Juventude Agrária
MJNI – Ministério da Justiça e Negócios Interiores
OE – Operação Esperança
ONU – Organização das Nações Unidas
PML – Pressão Moral Libertadora
PPC – Plano de Pastoral de Conjunto
PE-CNBB – Plano de Emergência da CNBB
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SNI – Serviço Nacional de Informação
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SSN – Seção de Segurança Nacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDOESTE – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País
TFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TL – Teologia da Libertação
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNIAPAC – Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – AS PEDRAS QUE FORMAM O ARCO DA PONTE: A atuação política e intelectual do sacerdote Helder Pessoa Camara no Ceará e no Rio de Janeiro (1931-1964)	48
<i>1.1. A atuação religiosa, política e intelectual do Padre Helder Pessoa Camara no Ceará e Rio de Janeiro</i>	49
<i>1.2. Do serviço público ao arcebispado no Rio de Janeiro: o desenvolvimentismo e os problemas sociais tornando-se objeto de preocupação de Dom Helder Camara</i>	65
<i>1.3. Dom Helder Camara, o caminho do Rio de Janeiro para Pernambuco: motivações para sua transferência para o Nordeste brasileiro (1964)</i>	89
CAPÍTULO 2 – O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II E DOM HELDER CAMARA: Uma Igreja Católica para o mundo moderno (1962-1965)	98
<i>2.1. O Concílio Ecumênico Vaticano II e os debates do episcopado latino-americano</i>	98
<i>2.2. Dom Helder Camara e as articulações nos “bastidores” do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)</i>	107
<i>2.3. Dom Helder e o Vaticano II: O esforço em criar uma Igreja Católica renovada com bases no Colegiado Eclesiástico e na defesa do desenvolvimento</i>	121
<i>2.4. O uso do termo desenvolvimento nos discursos de Dom Helder Camara durante o Vaticano II</i>	131
CAPÍTULO 3 – DOM HELDER CAMARA E OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: A década do desenvolvimento (1964-1970)	148
<i>3.1. O golpe civil-militar brasileiro de 1964</i>	149
<i>3.2. Dom Helder Camara entre o Vaticano II e Pernambuco (1964-1966)</i>	160
<i>3.3. O tema do desenvolvimento na atuação de Dom Helder Camara no Brasil, entre 1964 a 1966</i>	170
<i>3.4. O clima político no Brasil e a atuação de Dom Helder Camara entre 1966 a 1970</i>	183

3.5. “ <i>Nem imprudência, nem covardia</i> ”: o Arcebispo Dom Helder Camara levantou-se contra o subdesenvolvimento e autoritarismo da Ditadura Militar do Brasil (1968-1970)	197
--	-----

CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTISMO *VERSUS* COMUNISMO: as interpretações dos opositores em relação aos trabalhos e aos discursos de Dom Helder Camara (1964-1970)

4.1. <i>Arcebispo do desenvolvimento ou Arcebispo vermelho? As batalhas e desafios de Dom Helder Camara</i>	213
4.1.1. <i>Dom Helder Camara versus Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)</i>	216
4.1.2. <i>Dom Helder Camara versus Wandenkolk Vanderlei</i>	224
4.1.3. <i>Dom Helder Camara versus Gilberto Freyre</i>	232
4.1.4. <i>Dom Helder Camara versus Nelson Rodrigues</i>	245
4.2. <i>Sob as lentes do DOPS: a vigilância e a repressão da polícia política em torno das atividades de Dom Helder Camara</i>	251
4.2.1. <i>Vigilância e registro sobre as atividades de Dom Helder Camara em torno do tema do desenvolvimento</i>	272

CAPÍTULO 5 – A REFORMA AGRÁRIA COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO: Como Dom Helder Camara pensou a questão da terra enquanto solução para o subdesenvolvimento (1956-1970)

5.1. <i>A reforma agrária como solução: a atuação de Dom Helder Camara, Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, em prol do desenvolvimento do Brasil (1956 a 1964)</i>	282
5.2. <i>A questão agrária: o trabalho conjunto entre Dom Helder Camara e o governo militar (1964-1966)</i>	301
5.3. <i>A questão agrária enquanto tema de discussões e tensões entre Dom Helder Camara, as alas conservadoras e progressistas da Igreja, os latifundiários e os representantes do governo civil-militar (1966- 1970)</i>	316

CAPÍTULO 6 – O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NAS PALESTRAS MINISTRADAS POR DOM HELDER CAMARA (1964-1970)

6.1. <i>Mapeamento dos discursos de Dom Helder Camara entre os anos de 1964 a 1970</i>	333
--	-----

<i>6.2. Humanismo, desenvolvimentismo e comunismo nos discursos de Dom Helder Camara na década de 1960</i>	349
<i>6.3. Desenvolvimento é o novo nome da Paz</i>	372
CONSIDERAÇÕES FINAIS	394
FONTES E REFERÊNCIAS	397
ANEXOS	425

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa como o Arcebispo Dom Hélder Camara compreendeu e defendeu, no decorrer da década de 1960, a inclusão de uma perspectiva cristã em propostas de desenvolvimentismo social e econômico para países/regiões em subdesenvolvimento, com destaque para o Nordeste brasileiro.¹ No decorrer das próximas páginas, construiremos uma narrativa que indicará os caminhos e redes de relações desse arcebispo na luta contra as injustiças sociais e na defesa de um projeto de desenvolvimento norteado pelo pensamento cristão.

O cearense Helder Camara (1909-1999) foi ordenado sacerdote católico em 15 de agosto de 1931, sendo transferido de Fortaleza para o Rio de Janeiro no ano de 1936. Permaneceu em território carioca até o ano de 1964, chegando a ocupar a posição de Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, sob as ordens do Cardeal Dom Jaime Câmara. Entre os anos de 1964 a 1985, Dom Helder Camara ocupou o posto de Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, tornando-se um dos personagens de maior destaque na Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e no mundo.

O interesse em estudar o personagem Dom Helder Camara começou durante o ano de 2013, quando empreendíamos um mapeamento e análise das fontes documentais do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), – localizado no *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano* (APEJE). Na ocasião, já conhecíamos a história desse personagem como um dos religiosos que se opuseram à ditadura civil-militar no Brasil, além da atuação dele durante a juventude em grupos de extrema-direita, tendo em vista que o nosso mestrado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) ter sido sobre a Ação Integralista Brasileira.²

Inicialmente, o objetivo do trabalho no arquivo do DOPS-PE era analisar os prontuários individuais e funcionais relativos aos sacerdotes católicos durante os anos da ditadura civil-militar no país. Esses prontuários eram dossiês preparados por agentes da polícia política, em que reuniam informações sobre pessoas ou organizações consideradas subversivas. Depois de efetuar esse levantamento dos prontuários, começamos com a análise das fontes escritas pelos membros desse órgão de vigilância

¹ Adotaremos na nossa escrita o nome original de Helder Camara sem os sinais de acentuação.

² Cf.: MORAES, Márcio André Martins. Garanhuns sob o símbolo do Sigma: o cotidiano dos integralistas entre comunistas e o Estado Novo (1935-1942). 2012, 215f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

do Estado ou de documentos recolhidos por eles. Nessa ocasião, percebemos a recorrência na citação do nome do Arcebispo Dom Helder Camara.

O Arcebispo Dom Camara aparecia tanto como referência de liderança pastoral e política nas fontes recolhidas pelos agentes do DOPS, como também na prática de escrita da polícia que se referiam a ele para legitimar os argumentos que os sujeitos ou instituições prontuariadas eram de caráter subversivo. Consideremos a prática de controle e de escrita da polícia política, a partir do que Michel Foucault chamou de “*poder de escrita*”, em que um órgão assumindo a função de defensor da ordem social, coloca-se no lugar de autoridade para combater o “outro”, o inimigo que ameaça pelas suas práticas ou simples existência o *status quo*.³

A frequência de citações da polícia política em relação ao nome desse arcebispo e aos temas atrelados a essas práticas de vigilância e repressão fizeram com que construíssemos uma proposta de pesquisa direcionada a estudar o que Dom Camara defendia em seus textos e atuações político-pastorais. Depois dessa escolha, começamos a pensar num recorte temporal que possibilitasse entendermos como esse sujeito se tornou uma referência para algumas pessoas tidas como progressistas e uma ameaça à estabilidade do país e da Igreja, para grupos religiosos e políticos considerados conservadores.⁴

Os termos progressistas e conservadores não podem ser adotados de forma estanque, como se facilmente pudessemos incluir certo indivíduo e seu percurso de vida em uma das duas categorias de maneira que tal classificação tivesse o poder de delimitar a complexidade da vida e das escolhas subjetivas dessas pessoas. Como exemplo disso, destacamos a análise desenvolvida por Rodrigo Coppe Rodrigo no livro *Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Nessa obra, Rodrigo abordou a complexidade de delimitação dos atores da Igreja Católica durante o Vaticano II na categoria conservadora, pois um mesmo sujeito poderia em suas ações, em momentos distintos, agradar ou enfurecer católicos mais tradicionais ou aqueles ávidos pela modernização.⁵

No decorrer de nossa tese, utilizaremos o conceito progressista para aqueles que procuravam construir condições para a atuação da Igreja junto a questões sociais e para

³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 157

⁴ Utilizamos no decorrer da tese o termo Igreja para nos referirmos a Igreja Católica Apostólica Romana. Essa escolha se deu por uma questão de uma melhor fluidez do texto.

⁵ Cf.: CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição**: o conservadorismo Católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: Editora CRV, 2011.

conservadores para os que entendiam que os clérigos deveriam se restringir aos temas relacionados à fé e moral cristã. Contudo, entendemos e teremos a preocupação em registrar que uma mesma pessoa que tenha defendido um posicionamento mais preocupado com questões de ordem moral e/ou ética num certo momento, pode posteriormente ter se engajado em agendas mais próximas a assuntos sociais. Como o caso do próprio personagem que serve de fio condutor de nossa análise nesta tese.

A Escrita da História, de Michel de Certeau, reflete sobre o historiador enquanto profissional que olha para o passado a partir de um determinado lugar social do presente, construindo uma perspectiva sobre pessoas, relações, acontecimentos e outros fatores da vida humana. Nesse texto, o autor ainda defendeu que o labor do historiador possibilita uma construção discursiva que articula o seu lugar no presente, seu método de seleção e de reordenamento das fontes e, por fim, a prática da escrita com a qual esse profissional cria uma narrativa. Desse modo, ao historiador cabe manter uma complexa relação com o mundo dos mortos, construindo e reformulando os sentidos dos enunciados encontrados em substratos do passado.⁶

No caso de nossa pesquisa, decidimos voltar nossa atenção para a atuação de Dom Helder Câmara durante os anos 1964 a 1970, recorte temporal que corresponde ao que o arcebispo em questão classificou: “a década do desenvolvimento”.⁷ Dentro desse cenário histórico, estabelecemos como objetivo compreender as nuances relativas às concepções desse religioso sobre o conceito e os projetos de desenvolvimento socioeconômico para nações/regiões pobres frente às diferenças sociais, econômicas e tecnológicas que contrastavam as realidades dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Considerando que em meio a essa abordagem, procuramos discutir também como ele procurou articular e/ou divulgar esses projetos desenvolvimentistas a partir de um humanismo cristão, pautado em grande parte no pensamento e documentos oriundos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

⁶ Cf.: CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

⁷ Em vários momentos Dom Helder Câmara apresentou a década de 1960 como a década do desenvolvimento, como pode ser visto nos discursos: CÂMARA, Helder. **Discurso de Paraninfo da Escola de Agronomia da Universidade Rural**. Recife, Pernambuco, 19 de dezembro de 1964c. p. 1 e 7; _____. **Desenvolvimento e humanismo**. Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de dezembro de 1966g. p.2; _____. **Universidade, cristianismo e marxismo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Ciências Sociais, Caruaru, Pernambuco, 19 de dezembro de 1966m. p.2; _____. **Relações Ecumênicas: Problemas antigos, novas possibilidades**. Palestra na Igreja Episcopal de Washington, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967f. p.2; _____. **A pobreza na abundância**. Palestra proferida por ocasião da 50ª Semana Social Walona. Liège, Bélgica, 19 de abril de 1968h. p.1

Nesse contexto, encontramos um Dom Helder Camara envolvido em processos históricos que abarcavam tanto a reformulação das estruturas da doutrina da Igreja Católica com o Concílio e as Conferências na América Latina, tendo como um dos seus reflexos a criação da Teologia da Libertação (TL), como também das mudanças políticas do país com a queda do regime democrático, a instauração de uma ditadura civil-militar e o endurecimento do regime com a edição do Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968. Nesse cenário, ainda elencamos a apresentação de Dom Helder Camara em Paris, no ano de 1970, quando ele denunciou as torturas contra presos políticos no Brasil. Esse momento marcou também uma mudança nos discursos desse Arcebispo que começou a dar prioridade ao tema dos direitos humanos.⁸ Em âmbito mundial, o panorama político estava marcado pela bipolarização política do mundo com a Guerra Fria.

Esses contextos serão abordados a partir de perspectivas que confrontam esses cenários, com as escolhas pessoais do personagem estudado nesta tese. Desse modo, este trabalho não se trata de uma biografia preocupada em apresentar uma sequência de fatos pautados em um viés cronológico, mas em problematizar como Dom Helder Camara defendeu uma perspectiva de desenvolvimentismo articulado com bases num humanismo cristão.

Sobre a relação entre a História e o campo biográfico, destacamos a seguinte observação do historiador italiano Giovanni Levi:

Trata-se principalmente de um problema de escala e de ponto de vista: se a ênfase recai sobre o destino de um personagem – e não sobre a totalidade de uma situação social –, a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere, é perfeitamente possível conceber de outro modo a questão do funcionamento efetivo das normas sociais. De modo geral, os historiadores consideram pacífico que todo sistema normativo sofre transformações ao longo do tempo, mas que num dado momento ele se torna totalmente coerente, transparente e estável. Parece-me, ao contrário, que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação.⁹

⁸ Importante destacar que utilizaremos no decorrer dessa tese os discursos de Dom Helder Camara que compõem o acervo do Centro de Documentação Dom Helder Camara (CEDOHC).

⁹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 167-182, 2006. p. 179-180

Esse trecho sinaliza aquilo que realizamos em nossa tese, pois mesmo tratando de um personagem específico, não nos preocupamos em fazer uma biografia voltada a narrar a vida pessoal ou suas realizações públicas, sequenciadas cronologicamente. Muito menos condicionar o arcebispo em questão a um contexto político ou histórico. Desse modo, concordamos com Levi ao estabelecer que o objetivo de uma pesquisa que viabilize diálogos entre a História e as práticas biográficas, encontra-se na possibilidade de se construir investigações que problematizem a questão da individualidade e das escolhas de vida dentro de contextos específicos. No caso de nossa investigação, procuramos ver o comportamento de Dom Helder Camara frente ao cenário nacional e internacional dos anos 1960 a partir de questionamentos relativos à compreensão dele do papel da Igreja frente às injustiças sociais.

Como ensinou Marc Bloch, o historiador não deve ir às suas fontes documentais sem perguntas, sem problematizações que possibilitam leituras que venham desnaturalizar verdades ou desconstruir visões homogeneizantes.¹⁰ Partindo desse pressuposto, incorporamos algumas questões ao nosso cotidiano de pesquisa, que nos ajudaram a pensar e a ler as fontes para a elaboração da nossa narrativa histórica. As questões a partir das quais confeccionamos nossa tese de doutorado são as seguintes: Quais foram as influências, as abordagens e as redes de interlocuções construídas pelo então Arcebispo de Olinda e Recife, no decorrer da década de 1960, em relação aos debates sobre os caminhos para o desenvolvimento da América Latina? Como essas redes e influências intelectuais, técnicas, políticas e religiosas contribuíram para a construção e reformulação de projetos de desenvolvimento nos discursos de Dom Helder no decorrer da década 1960? Como esses discursos sobre o desenvolvimento socioeconômico feitos por Dom Helder Camara foram reproduzidos e em quais espaços foram divulgados e legitimados, considerando nesse processo as especificidades históricas e políticas do contexto? Como o pensamento cristão pós-Vaticano II foi incorporado, por Dom Helder, em seus discursos sobre o desenvolvimento do Brasil e de outras nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento?

Ao adotar as indagações anteriores como norte em nossa prática de pesquisa e escrita, nós localizamos também historicamente e analisamos os discursos de Dom Helder Camara em suas dinâmicas de mudanças e de continuidades tanto nas redes de interlocutores – atores políticos e instituições – quanto nos sentidos que foram dados ao

¹⁰ Cf.: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

conceito de desenvolvimento e aos procedimentos que ele considerava necessário assumir para esse empreendimento. Desse modo, afirmamos que as ideias acerca do desenvolvimento presente na escrita e atuação social de Dom Helder Camara não eram um projeto econômico ou político cristalizado e pronto a ser aplicado. Esse conceito era utilizado por ele para criar condições de diálogos que tentavam articular e/ou conciliar os preceitos de um humanismo cristão, principalmente em uma visão pautada no pós-Vaticano II, com as realidades e os perfis sociopolíticos e econômicos de um mundo moderno, capitalista e ocidental.

A tentativa de conciliação entre questões sociais, econômicas, culturais e espirituais, presentes nos textos de Dom Helder, possibilita entendermos as propostas dele a partir do conceito de desenvolvimento integral. Para exemplificar esse termo nas palestras desse arcebispo, destacamos o seguinte trecho:

Eis aqui porque desenvolvimento para nós é batalha sagrada e sem limites: superando, em absoluto, desenvolvimento parciais, unilaterais, queremos ajudar os sub-homens (quer se trate de sub-humanização pela miséria, quer se trate de deshumanização pelo egoísmo) a viver o desenvolvimento integral, cujo limite é o sem-limite, é o sem-fim da própria vida divina.

Então, mas só então ganha sentido pleno a definição de desenvolvimento integral: conhecer mais, produzir mais, ter mais, para ser mais. E quando na Missa – mais profunda participada agora com o Cântico em vernáculo – falamos no Cristo, falamos também em nós, que nos tornamos um com Ele, desde o batismo: “Por Ele, Senhor, vós não cessais de criar estes bens, vós os santificais, vós lhes dais a vida, vós os abençoais e no-lo concedeis.”¹¹

Essa citação, retirada do discurso *Igreja e Construção do Mundo*, apresentado na VIª Assembléia Geral do Movimento Internacional da Juventude Agrária (MIJARC), realizado em Assunção, Paraguai, em agosto de 1967, indica-nos a percepção de desenvolvimento integral de Dom Helder Camara. Esse excerto é emblemático por sinalizar de maneira direta e simples – prática comum nos textos desse arcebispo – o entendimento dele de como a Igreja deveria contribuir num desenvolvimento que não ficasse restrito ao material ou financeiro.

Desse modo, compreendemos esse termo de desenvolvimento integral com base na análise de um conjunto de textos apresentados em conferências ou nos escritos pessoais desse arcebispo, a partir da recorrência de uma postura que entendia que um projeto de desenvolvimento não poderia desconsiderar nenhuma área da vida do

¹¹ CÂMARA, Helder. **Igreja e construção do mundo**. VIª Assembléia Geral de MIJARC. Assunção, Paraguai, 02 de agosto de 1967s. p.3

homem, sendo ela material ou incorpórea. Relevante destacar, que, para a confecção dessa compreensão, Dom Helder recebeu influências de intelectuais como Jacques Maritain, com o humanismo integral, e do Padre Louis Joseph, com a perspectiva de uma economia humanitária.

Ao ler os textos apresentados por Dom Helder Camara em conferências e os seus escritos pessoais, percebemos que uma característica dele era a tentativa de entrelaçar argumentos religiosos e sociopolíticos, com dados e projeções técnicas e/ou financeiras de órgãos nacionais ou internacionais.¹² Esse esforço do Arcebispo de Olinda e Recife em cruzar informações tinha a intenção de criar legitimidade e dar um ar de cientificidade aos projetos de desenvolvimentos integrais que ele defendia. Assim, o escopo de seus discursos, em grande parte, era apresentar propostas de melhorias sociais e econômicas das áreas subdesenvolvidas a partir de uma tentativa de convencimento dos mais ricos da necessidade de uma melhor divisão das riquezas entre as nações. Mesmo com a defesa e as repetições constantes de um pensamento cristão entrelaçadas com as alternativas desenvolvimentistas de Dom Helder, isso em meio a uma lógica capitalista e liberal, que muitas vezes foram interpretadas como influenciadas pelo pensamento socialista, tornando o clérigo em questão alvo de acusações de que ele era adepto da ideologia socialista/comunista.

Importante ressaltar que pretendemos historicizar a utilização do supracitado conceito na produção intelectual de Dom Camara e não tratar propriamente de teorias macroeconômicas e políticas sobre propostas de desenvolvimento de governos ou instituições específicas. Dessa maneira, nosso objetivo é o de analisar Dom Helder Camara, um dos principais representantes da Igreja Católica durante a ditadura militar brasileira, enquanto um sujeito atuante pela defesa de ideias de um desenvolvimento humanitário e cristão para as nações/regiões mais pobres do mundo. Essa perspectiva nos possibilitou uma narrativa histórica singular sobre a atuação desse arcebispo como pensador e ator político em relação aos movimentos e/ou perspectivas desenvolvimentistas no país.

No decorrer de nossa escrita, pautamos nossa abordagem num confronto entre o que este religioso discursou e dialogou com os seus interlocutores, com o que produziram os membros do governo militar brasileiro, a imprensa e os opositores da

¹² Como se perceberá no decorrer deste trabalho que as redes de interlocutores tinham um papel fundamental na produção escrita de Dom Helder, pois o contato com intelectuais e técnicos possibilitava a este clérigo católico obter os dados, indicações de leituras, correções de textos e reformulação de argumentação.

época sobre ele, apresentando-o em muitos momentos como o “Arcebispo Vermelho”, em alusão ao comunismo.¹³ Ao proporcionar uma abordagem que entrelaça o conjunto de textos de Dom Camara com outras fontes documentais, nós consideramos que essa tese oferecerá uma contribuição relevante não apenas sobre o trabalho intelectual e social desse clérigo, mas também em relação a alguns cenários políticos e religiosos nacionais e internacionais de parte do século XX.

Comum encontrar pesquisas na historiografia que se utilizaram do percurso de vidas e de escolhas pessoais de determinados sujeitos como norte para traçar narrativas sobre um passado. Considerando a impossibilidade de tratar essas obras nesse momento, vamos nos ater a partir de agora em alguns trabalhos que tiveram o Arcebispo Dom Helder Camara como personagem principal de seus estudos. No entanto, o grande volume de escritos sobre Dom Camara torna inviável também uma descrição detalhada de todas as obras, pois correríamos o risco de transformar essa introdução numa simples, longa e enfadonha lista de pequenas resenhas. Desse modo, pretendemos apresentar apenas algumas produções que classificamos nas categorias: entrevistas, biografias, coletâneas de artigos, dossiês e trabalhos que dialogam diretamente com a nossa proposta de investigação.

Destacamos, inicialmente, o trabalho do jornalista francês José de Broucker com o livro: *Dom Helder Camara: the conversions of a Bishop*, resultado de entrevistas feitas com o arcebispo de Olinda e Recife entre os anos de 1975 a 1976. Essa obra teve sua publicação em português vetada por Dom Camara, considerando o perigo do clima político do país com a ditadura militar. Desse modo, esse texto foi editado primeiro em francês com o título: *Dom Helder Camara: Les conversions d’un évêque*, e, depois em inglês, intitulado: *The conversions of a Bishop: an interview with José de Broucker*. No decorrer da tese utilizaremos a versão em inglês.¹⁴

Esse livro é o resultado de entrevistas, que partiram das perguntas feitas por Broucker, em que o Arcebispo D. Camara rememorou a partir de inquirições do seu percurso de vida, lançando um olhar sobre o próprio passado. As discussões presentes nessa obra perpassam toda a nossa tese, pois, a partir dela, pudemos analisar como esse clérigo entendia sua atuação política e a forma como ele rememorou suas próprias ações

¹³ Sobre a campanha da imprensa contra Dom Helder, ver: BARROS, Raimundo Caramuru; FERRARINI, Sebastião Antônio. **A imprensa e o arcebispo vermelho**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

¹⁴ Cf.: BROUCKER, José de; CÂMARA, Helder. **Les conversions d’un Évêque**: Entretiens avec José de Broucker. Paris: Seuil, 1977; _____; _____. **The conversions of a Bishop**: an interview with José de Broucker. New York, USA: Collins, 1979.

e articulações em prol do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Relevante destacar que Broucker ainda publicou outras obras sobre Dom Helder Camara, mas por uma questão de pertinência da nossa escrita, deixaremos para tratar esses trabalhos no decorrer dos capítulos dessa tese.

Algumas obras assumiram um perfil biográfico, como no caso do livro: *Dom Helder Camara, o profeta da paz*, publicado pelos pedagogos Nelson Piletti e Walter Praxedes. Com relação a esse trabalho, consideramos importante ressaltar como a obra anterior do Broucker teve um papel central na construção da escrita biográfica de Piletti e Praxedes. Diferente de nossa abordagem, esses dois autores escolheram como estratégia uma escrita biográfica que procurou apresentar em seu texto as influências e as atividades de Dom Helder no campo teológico, filosófico e político. A pesquisa de ambos é rica em detalhes da vida de Dom Camara, tornando-se uma referência para entender a história de vida desse clérigo.

Nessa obra, o leitor pode acompanhar as transições ideológicas e intelectuais do padre Camara desde a sua fase de extrema-direita junto à Ação Integralista Brasileira para uma atuação mais progressista, que proporcionou ao então Arcebispo de Olinda e Recife a condição de candidato favorito ao Prêmio Nobel da Paz, entre os anos de 1971 a 1973, e inimigo do regime militar. A premiação do Nobel só não aconteceu por causa da articulação diplomática do governo militar brasileiro que fez pressão para que o clérigo católico em questão não fosse escolhido. Desse modo, apropriando-se de informações do livro de Broucker, os biógrafos Piletti e Praxedes indicam vários detalhes da vida pessoal e pública de Dom Camara.¹⁵

Por sua vez, o livro: *Dom Helder: misticismo e santidade*, escrito por Marcos de Castro, dedicou-se a discutir a mística cristã do personagem em questão. Nesse caso, ele procurou apresentar a partir de uma narrativa biográfica como reflexões e ações políticas, sociais e intelectuais do Arcebispo Dom Camara estavam intrinsecamente ligadas a sua perspectiva religiosa.¹⁶ Ainda no campo biográfico, indicamos o escrito de Raimundo Caramuru Barros e Lauro de Oliveira, na obra: *Dom Helder: o artesão da paz*. Uma característica desse trabalho foi que juntamente à escrita sobre a vida pública

¹⁵ PILETTI, Nelson & PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara, o profeta da paz**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

¹⁶ CASTRO, Marcos de. **Dom Helder: misticismo e santidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

do referido religioso, encontra-se também nessa obra uma seleção de discursos pronunciados por D. Camara no decorrer dos anos de 1964 a 1991.¹⁷

Textos de acadêmicos, religiosos e relatos de simpatizantes que conviveram com Dom Helder Camara compõem também algumas obras de coletâneas que apresentam visões variadas sobre alguns aspectos e momentos distintos da vida do religioso citado. Com essas características, destacamos o trabalho *Dom Helder: pastor e profeta*, que reuniu textos de membros do Instituto Teológico do Recife (ITER), sendo os colaboradores sacerdotes, seminaristas e professores. Além disso, essa publicação também trazia em anexo alguns textos de Dom Helder pronunciados em eventos, como também duas cartas e a homilia pronunciada no Jubileu Sacerdotal dele em 1981.¹⁸ Outra coletânea que traz relatos sobre o clérigo citado foi *Dom Helder Peregrino da Utopia: caminhos da educação e da política*, organizado por Antônio Montenegro, Edla Soares e Alcides, reunindo textos de acadêmicos, artistas, religiosos e pessoas que viveram com o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.¹⁹

Outro aspecto que consideramos relevante destacar dentro da historiografia são obras que assumem uma função de catálogos que reúnem fontes históricas de caráter pessoal ou públicas de Dom Helder Camara. Nesse caso, destacamos a coletânea organizada por Maria de Fátima Moraes Argon, com o livro: *Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Dom Helder Camara (1929-1980)* que reuniu as cartas trocadas entre essas duas personagens importantes do cenário católico brasileiro no século XX. Essas cartas possibilitam ao leitor visualizar como a amizade entre ambos interferiu ou viabilizou as escolhas políticas, religiosas e sociais que eles escolheram no decorrer das décadas de amizade. No caso da obra: *Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura*, o jornalista Marco Cirano reuniu fontes históricas que tinham Dom Helder Camara como assunto. Esse livro é uma oportunidade para o leitor entrar em contato com documentos da época, como no caso do discurso de Dom Helder Camara feito em Paris, França, em 1970, denunciando ao mundo as práticas de torturas do governo militar brasileiro.²⁰

¹⁷ Cf.: BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de (organizadores). **Dom Helder: O artesão da paz**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

¹⁸ POTRICK, 1983

¹⁹ Cf.: MONTENEGRO, Antônio; SOARES, Edia; TADESCO, Alcides (Org.). **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife, A prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 2002

²⁰ Respectivamente: ARGON, Maria de Fátima Moraes (Org.). **Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Dom Helder Câmara (1929-1980)**. São Paulo: Editora Reflexão; Rio de Janeiro: EDUCAM; Petrópolis: Editora Reflexão, 2016; CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura (1964-1980)**. Recife: Guararapes, 1983

Em consonância com nossa proposta, indicamos dois artigos relativos ao personagem em questão e o tema do desenvolvimento. O primeiro é o texto: *Celso Furtado e Dom Helder Camara: da análise sócio-econômica da realidade brasileira à atividade política transnacional (1960-1970)*, escrito pelo cientista político Adenilson Ferreira de Souza, que trata da proximidade das ações pastorais e políticas de Dom Helder Camara e dos trabalhos sobre nacional-desenvolvimentismo de esquerda pensado por Celso Furtado. Mesmo não tendo como comprovar que esse arcebispo utilizava como base de seus textos os escritos do referido economista, Souza traça paralelos que indicam as semelhanças entre ambos.²¹

O segundo trabalho: *Dom Helder Camara e Louis-Joseph Lebret: desenvolvimento e práxis progressista Católica nas décadas de 1950 e 1960*, de autoria de outro cientista político, José Henrique Artigas de Godoy, buscou inserir a produção e atuação desses dois sacerdotes católicos em um cenário de mudanças das estruturas da Igreja Católica e da sua doutrina social. Esse pesquisador também classificou o entendimento deles numa perspectiva de “desenvolvimentismo integral”, considerando nesse processo a relevância do pensamento do intelectual Jacques Maritain sobre a obra e trabalho de ambos.²²

Outros trabalhos que tiveram a vida e as ações de Dom Helder como eixo condutor de suas análises serão abordados no decorrer da tese. Somando-se a essas obras citadas, é importante também falar que elas correspondem a uma visão geral sobre trabalhos dedicados a Dom Helder Camara, considerando as atividades e a relevância que esse personagem conquistou em âmbito nacional e internacional. Além disso, com frequência encontram-se em obras que trabalham o período da ditadura militar no Brasil o nome desse religioso e as bandeiras as quais ele esteve envolvido.

A produção deste trabalho possui também sua legitimidade pelo relevante mapeamento e análise de um amplo *corpus documental*, que abarca desde a escrita pessoal em correspondências do personagem central da tese; discursos pronunciados em eventos; livros publicados por ele; periódicos nacionais e internacionais; documentos produzidos por órgãos de informação brasileiros; depoimentos de pessoas que

²¹ SOUZA, Adenilson Ferreira. Celso Furtado e Dom Helder Câmara: da análise sócio-econômica da realidade brasileira à atividade política transnacional (1960-1970). In.: **VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE**, 2010, Recife. VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, 2010.

²² Cf.: GODOY, José Henrique Artigas. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: desenvolvimento e práxis progressista Católica nas décadas de 1950 e 1960. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 63 (1), 1-41, 2020.

conviveram com Dom Helder e do próprio Arcebispo. Esse diversificado suporte documental tanto contribuiu para o entendimento da produção intelectual e atuação político-pastoral de D. Camara, como também viabilizou a elaboração de uma imbricada teia que nos permitiu uma visão sobre as redes de interlocuções e influências eruditas, políticas e religiosas do personagem estudado.

O cotidiano do historiador exige dele a compreensão das sutilezas dos enunciados descobertos nas fontes documentais localizadas dentro dos arquivos e bibliotecas. Retomando Marc Bloch, “[...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.”²³ Desse modo, ao “aprendiz de Clio” cabe a responsabilidade de entender em que momento, de que maneira e para quem os discursos analisados nas fontes documentais foram confeccionados e guardados, intencionalmente ou não, para a posteridade.²⁴

Como parâmetro de trabalho, enquanto método de trato com as fontes, nós adotamos a ideia de “paradigma indiciário” apresentado pelo historiador Carlo Ginzburg. No texto *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, publicado na coletânea: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, Ginzburg tratou de uma compreensão sobre o paradigma indiciário a partir da atuação profissional de Giovanni Morelli ao avaliar obras de artes como autênticas ou fraudadas.²⁵ No caso, o método morelliano, segundo Ginzburg, baseava-se na análise dos detalhes, das características das obras de artes geralmente negligenciadas. Assim, Morelli confeccionou um catálogo com detalhes de partes de obras de artes que não eram geralmente pontos de preocupação dos falsificadores, como o caso da parte interna da orelha, unha ou algum outro detalhe da obra. Esse material possibilitava a autenticação ou não de uma obra de arte como legítima.

Carlo Ginzburg, ao utilizar-se desse procedimento metodológico, discutiu a construção de narrativas históricas por meio de indícios encontrados nas fontes documentais e do cruzamento das mesmas. Podemos ver no trabalho desse autor a aplicabilidade do método do paradigma indiciário, como no livro: *O queijo e os vermos*,

²³ BLOCH, 2001. p. 54

²⁴ Importante compreender que as escolhas teóricas e metodológicas foram feitas no decorrer da análise dos dados, procurando nesse processo nos afastar de um posicionamento marcado por concepções cristalizadas e dogmáticas, buscando assim estabelecer as melhores estratégias de atuação. Sobre nosso posicionamento frente às fontes, destacamos as contribuições dos seguintes autores: SANTOS, B. A filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 11-43, 2008; FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

²⁵ Cf.: GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In.: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 143-180, 1989.

onde analisou o processo da Inquisição Católica contra o moleiro Domenico Scandella, também conhecido por Menocchio, no século XVI.²⁶ Nesse livro, Ginzburg procurou, no processo inquisitorial, os indícios das falas transcritas do moleiro que remetesse a termos, enunciados ou interpretações comuns a grupos, indivíduos ou livros associados à reforma protestante.

Ginzburg questionava junto às fontes como o referido moleiro tinha lido e incorporado aos seus discursos os textos considerados como heréticos pela Igreja Católica. Em nossa investigação, inquirimos como Dom Helder Camara, por meio de seus interlocutores, elaborou seus discursos sobre desenvolvimento e como o mesmo poderia ser articulado com perspectivas cristãs da doutrina social da Igreja. Para a produção dessa abordagem, da mesma forma como ensinou Ginzburg, foi necessário catalogar as fontes históricas e como elas estariam interligadas umas às outras ou mantinham, mesmo que indiretamente, diálogos com outros escritos produzidos na época.

Nesse caso, para a realização desta investigação, elaboramos fichas de pesquisas específicas com perfis distintos para livros e fontes históricas analisadas e discutidas no decorrer da tese. Didaticamente, construímos para os livros analisados no processo de estudos alguns fichamentos que foram pensados a partir dos seguintes tópicos: *Referência; Resumo e impressões da obra; Citações; Documentos usados pelo autor; Indicações Bibliográficas; Indicações de fontes*. No caso da documentação histórica, estruturamos as fichas de acordo com as peculiaridades das fontes, dividindo-as da seguinte forma: a) Cartas: *Data, Remetente, Assunto, Citações, Nomes citados, Observações gerais*; b) Discursos: *Data, Local, Título, Evento, Pontos principais, Citações, Nomes citados, Observações gerais*; c) Jornais: *Data, Local, Título, Assunto, Citação, Autor, Observações gerais*; d) Documentos do Estado: *Data, Local, Órgão do governo, Tipo, Assunto, Citações, Observações gerais*.

Com a confecção de um banco de dados, – elaborado a partir da prática de leitura e fichamento das fontes – conseguimos mapear com maior eficiência os momentos, sentidos e interlocutores que dialogavam com Dom Helder Camara em relação ao termo desenvolvimento e as maneiras em que se poderiam colocar seus projetos em prática. Além de possibilitar o entendimento do processo de elaboração de escrita desse religioso e como os enunciados associados ao desenvolvimento foram

²⁶ Cf.: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

sendo reformulados nos discursos dele no decorrer da década de 1960. Essa escolha de trabalho metodológico se deu por considerarmos adequada a organização de um banco de dados destinado a entendermos as atuações, influências, repetições e produções intelectuais de Dom Helder.

Dessa forma, nossa meta foi discutir, dentro de um panorama histórico, as mudanças, permanências e reformulações no pensamento de Dom Helder Camara sobre a obrigação cristã de promover o desenvolvimento social e econômico dos países/regiões pobres, num momento marcado pela ditadura militar no Brasil e pela bipolarização do mundo entre capitalistas *versus* socialistas. Comprovamos, assim, nossa hipótese sobre o fato de que o desenvolvimento não era em si utilizado como a representação de um projeto cristalizado na obra de Dom Helder, mas uma estratégia apropriada por ele, para discutir uma responsabilidade política, social e econômica da Igreja e dos grupos sociais mais ricos – indivíduos, nações, corporações – em relação aos mais pobres na promoção de um desenvolvimento integral.

Especificando as fontes históricas consultadas, destacamos inicialmente os escritos que alicerçaram o pensamento da doutrina social da Igreja e como elas foram utilizadas por Dom Helder em seu trabalho político-pastoral. Desse modo, no decorrer do século XX, a questão do desenvolvimento esteve presente nos trabalhos de vários clérigos católicos, principalmente no pós-Vaticano II e em documentos que serviram de alicerces para uma Igreja alinhada as questões sociais, com destaque para as Encíclicas papais: *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII; *Populorum Progressio* (1967) de Paulo VI; e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II (1965).²⁷

No decorrer da tese, analisamos como Dom Camara utilizou esses textos na elaboração de sua percepção do papel da Igreja e do cristianismo frente aos projetos de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Além disso, discutiremos qual era o lugar ocupado por esse arcebispo frente aos outros membros do clero católico – tanto entre

²⁷ Respectivamente: JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> Acessado em 25 Fev. 2017; _____ . *Pacem in Terris*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html> Acessado em 25 Fev. 2017; PAULO VI. *Populorum Progressio*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> Acessado em 21 Abr. 2017; CONSTITUIÇÃO PASTORAL. *Gaudium et Spes*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acessado em 21 Abr. 2017.

os que compunham a CNBB como no resto do mundo – em relação a temas como desenvolvimento num cenário em que o país vivenciava uma ditadura militar e o mundo estava em plena Guerra Fria.²⁸

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, tornou-se imprescindível o mapeamento do acervo do *Centro de Documentação Helder Camara* (CEDOHC), espaço que possui o maior conjunto documental sobre o referido arcebispo. Esse arquivo está localizado nos fundos da Igreja das Fronteiras, no Bairro Conde da Boa Vista, Recife, onde fica a sacristia em que Dom Helder viveu de 1968 até a sua morte, em 1999. Dentre as fontes documentais que compõem esse arquivo, destacamos as fotografias, as bibliotecas de Dom Helder,²⁹ poemas, textos lidos no programa da rádio, discursos apresentados em eventos, correspondências pessoais e cartas circulares.

Considerando o vasto universo de fontes históricas do acervo do CEDOHC, estabelecemos uma triagem a cerca de quais documentos adotaremos na análise e escrita da tese. Escolhemos como fontes, neste arquivo em específico, os discursos pronunciados por Dom Helder Camara em eventos religiosos, universitários e políticos entre os anos de 1964 a 1970, recorte temporal que corresponde à nossa proposta de pesquisa. Nesse conjunto de documentos históricos, mapeamos 92 discursos – com número de página variado entre si e escritos em português, francês, espanhol e inglês – que foram usados em palestras por D. Camara no Brasil e em vários outros países.³⁰

Em complemento a esses discursos, analisamos também as correspondências desse religioso nas cartas circulares, escritas entre 1962 a 1970, que foram publicadas pela Editora Cepe em treze livros divididos em quatro volumes. Essas cartas tinham como interlocutores em grande parte as mulheres e homens que trabalharam com Dom Helder no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 a 1960, e, posteriormente, juntaram-se a eles os fiéis leigos que atuaram ao lado desse Arcebispo em Pernambuco. Mesmo não tendo como definir, por meio da documentação, quem eram todas as pessoas que

²⁸ Cf.: MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil** (1916-1985). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989; BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁹ Colocamos no plural por se ter constatado que são duas bibliotecas, uma formada na época do Rio de Janeiro e outra no Recife.

³⁰ Alguns desses discursos foram publicados, como no caso da coletânea *Dom Helder: pastor e profeta*, produzido pelos membros do Instituto de Teologia do Recife, em 1983. Nessa edição, escolheram reproduzir seis discursos entre 1964 a 1981. Por outro lado, Raimundo Caramuru Barros e Lauro de Oliveira, ao organizarem o livro *Dom Helder: o artesão da paz*, trouxeram em sua obra 39 discursos de dom Helder, que correspondem de 1964 a 1991. Respectivamente: POTRICK, Maria Bemarda (Org.). **Dom Helder: pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 1983; e, BARROS; OLIVEIRA, 2000.

compunham esse grupo, observa-se que a maior parte eram mulheres que desempenharam forte influência sobre a produção intelectual e pastoral desse clérigo.

Em alguns momentos, encontra-se nas cartas, o pedido para que as missivas fossem transmitidas a religiosos, técnicos e intelectuais que originalmente não compunham ao grupo nomeado inicialmente de Família São Joaquim e, depois de 1964, de Família Mecejanense. Essas cartas possuem características que as aproximam de um diário, em que Dom Helder abordava assuntos tratados em reuniões, meditações, atividades do dia, debates sobre os textos que ele estava lendo e escrevendo para eventos e, em certos momentos, os seus próprios discursos eram enviados como circulares.

Contudo, exceto as cartas de 1962 a 1965, as outras não eram postadas nos correios, pois existia o medo que elas caíssem nas mãos do governo militar ou da imprensa. Assim, sua secretária ainda no Palácio São Joaquim, Cecília Monteiro, chamada carinhosamente Cecílinha, datilografava as cartas e distribuía cópias entre os componentes da Família Mecejanense. Difícil saber quem eram os interlocutores que formavam essa Família, no decorrer do mapeamento e análise das cartas circulares, alguns nomes surgem, dentre os quais destacamos a título de exemplo: Cecílinha Monteiro, Virgínia Côrtes de Lacerda, Vera Jaccoud, Aglaia Blegi Peixoto, Maria Luiza Amarante, Jeanette Pucheu, Anita Paes Barreto, [Zezita, Zeza] Maria José Duperron Cavalcanti, [Wylma] Blegi Peixoto, Lúcia [Lucinha] Moreira.³¹

Metodologicamente analisamos esses dois conjuntos de fontes históricas – os discursos em eventos e as cartas circulares – a partir de um esforço que procurou entrelaçá-los, pois compreendemos a produção de ambas como interligadas. Nas cartas circulares, em vários momentos, encontramos convites para participação de eventos, as estratégias para produção da escrita dele, os pedidos de correções, traduções e dicas aos interlocutores de como abordar os temas. Em outras circunstâncias, os próprios discursos ou trechos deles eram enviados como cartas para a avaliação dos membros da Família Mecejanense. Além disso, ao ponderarmos sobre os discursos de Dom Helder, procuramos por meio da confrontação documental, perceber quais argumentos permaneceram ou foram reformulados no decorrer do tempo e quais interlocutores – instituições, religiosos, políticos, intelectuais e técnicos – foram citados e como suas ideias foram utilizadas por esse religioso. Desse modo, consideramos que essa

³¹ Maria Amarante, uma das compunha a Família Mecejanense, guardou as cartas circulares originais em sua casa e as entregou, recentemente, para o Centro de Documentação Dom Helder Camara (CEDOHC)

abordagem possibilitou adentrarmos no mérito da questão sobre as práticas de escritas desse arcebispo, localizando-as historicamente e socialmente no decorrer do contexto estabelecido.

Em paralelo aos discursos em eventos e as cartas circulares, utilizamos na confecção de nossa narrativa as correspondências de Helder Camara com Amoroso Lima, como também as trocas de missivas deste último com outras pessoas que faziam parte do círculo de amizade ou das relações políticas e intelectuais do sacerdote cearense. Essas cartas contribuem com outras perspectivas sobre o cenário histórico estudado, sendo utilizada por nós principalmente no primeiro capítulo. As missivas desse sacerdote com o citado intelectual leigo, que correspondem aos anos de 1929 a 1980, encontram-se no acervo do Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL). Contudo, a maior parte das correspondências que trabalhamos foi escrita por Helder Camara e enviada ao Amoroso Lima, tendo em vista que as respostas do carioca, líder do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, estão em processo de catalogação e, por esse motivo, inacessíveis aos pesquisadores no CEDOHC.³²

Além dessas fontes citadas até o momento, os periódicos foram espaços imprescindíveis na construção de nossa investigação. Nesse caso, citamos aqui o trabalho da historiadora Tania Regina Luca, quando discutiu sobre como os assuntos e formas de abordagens apresentados num determinado periódico estavam relacionados com o momento histórico, o público-alvo, filiações políticas, repetições de temas e expectativas de repercussão.³³ Assim, mapeamos alguns jornais, considerando essa uma estratégia eficiente em nossa prática de investigação, principalmente no que se concerne a discutir como a imprensa acompanhou a formação intelectual e os envolvimento políticos e sociais de Helder Camara, no decorrer de grande parte do século passado.

Na *Fundação da Biblioteca Nacional* (FBN) – que disponibiliza *online* sua hemeroteca – pesquisamos as revistas *A Ordem* e *O Cruzeiro*, somados aos jornais: *Jornal do Brasil* e *A Cruz*. Enquanto nos três primeiros títulos nota-se uma tendência de alinhamento às atividades de Dom Helder Camara, o jornal *A Cruz* publicava textos de religiosos e leigos mais próximos a uma ala conservadora da Igreja Católica e que se opuseram, em vários momentos, para aqueles considerados progressistas. Em

³² Alguns trechos dessas cartas de Alceu foram comentados por Dom Helder em suas entrevistas concedidas aos pesquisadores do projeto *Pensamento Social e Política do Nordeste*, ligado à *Fundação Joaquim Nabuco* (FUNDAJ), em 1982 e no livro do jornalista francês: BROUCKER, 1979.

³³ Cf.: LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 111-153, 2008.

complemento a essas fontes, assinalamos também o jornal *O Globo*, que manteve em grande parte um posicionamento crítico e combativo ao Arcebispo D. Camara. Esses vários espaços enunciativos possibilitaram, por meio de confrontações entre si ou com outras fontes, a elaboração de nossa narrativa pautada em uma complexa rede de relações e interesses pessoais, políticos e sociais.

No *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano* (APEJE), nós entramos em contato com os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* que possibilitaram uma abordagem de como as atividades de Dom Helder Camara repercutiam no Estado de Pernambuco. O trabalho com essas fontes documentais permitiu a elaboração de uma plataforma de dados que utilizamos no decorrer de toda a tese, de maneira que viabilizasse diálogos com documentos históricos produzidos por Dom Helder ou por órgãos ligados à Igreja Católica, à sociedade civil e/ou ao governo militar.

Nesse sentido, buscamos tanto acompanhar as atividades de Dom Helder Camara quanto analisar a repercussão de sua produção intelectual em palestras e atuações político-pastorais sobre o tema do desenvolvimento, feitas no país e no exterior. Além disso, a partir dos periódicos, seguimos os rastros relativos às atividades do Arcebispo em Pernambuco com a Operação Esperança, nos bairros mais pobres da cidade, as questões agrárias e trabalhistas dos camponeses. Essas atividades são importantes por representarem um esforço do arcebispo de colocar em prática seus discursos sobre um projeto de desenvolvimento com bases cristãs, um desenvolvimento integral. Ao mesmo tempo, seguir esses indícios nos levou a um mapeamento das redes de relações no campo religioso ou não. Nesse caso, é importante destacar que a documentação produzida e recolhida pelos órgãos de informação, caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Serviço Nacional de Informação (SNI), foram utilizadas na pesquisa para complementar e viabilizar a construção dessa teia de interlocutores.

No decorrer da tese, utilizamos os prontuários funcionais e individuais do DOPS-PE, que estão sob a guarda do *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano* (APEJE); somados às coletâneas de documentos produzidos pelos agentes do DOPS dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, encontrados no *Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro* (APERJ); os relatórios e documentos que compunham os dossiês do SNI e outros órgãos de informação, que localizamos no *Arquivo Nacional* (AN). Nesse caso,

procuramos nesses acervos, os dossiês produzidos pela polícia política que tinham no Arcebispo Dom Camara um objeto de vigilância.

Os livros publicados, por este religioso na década de 1960, também compõem nosso universo documental, como o caso do *Dom Helder Camara: the conversions of a Bishop* – já citado nesta introdução. Estruturado em formato de entrevista pelo jornalista francês José de Broucker é uma obra que apresenta o ponto de vista de Dom Helder sobre o seu próprio passado.³⁴ Em complemento a esse livro, utilizaremos também a entrevista do Arcebispo Dom Camara aos pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em 1982.³⁵ Esses dois depoimentos permitiram que analisássemos as estratégias de rememoração e da criação de sentidos sobre o passado pessoal e o contexto histórico em que o referido arcebispo esteve inserido no decorrer do século XX.

Com base no *corpus documental* exposto nesta introdução, apresentamos como meta discutir dentro de um panorama histórico as mudanças, permanências e reformulações no pensamento de Dom Helder Camara sobre a o papel da Igreja de promover o desenvolvimento social e econômico dos países/regiões pobres num momento marcado pela ditadura militar no Brasil e pela bipolarização do mundo entre capitalistas *versus* socialistas. Acreditamos, assim, poder comprovar nossa hipótese sobre o fato de que o desenvolvimento não era em si utilizado como a representação de um projeto cristalizado na obra de Dom Helder, mas como uma estratégia que ele se utilizou para discutir uma responsabilidade política, social e econômica dos mais ricos – indivíduos, nações, corporações – e da própria Igreja em relação aos mais pobres.

Escolhemos estruturar nossas análises e narrativa histórica em seis capítulos a partir dos quais abordaremos a atuação de Dom Helder Camara em torno das injustiças sociais e da perspectiva desse religioso do papel que a Igreja Católica deveria assumir nesse processo, considerando o recorte temporal da década de 1960. No primeiro capítulo, intitulado: *As pedras que formam o arco da ponte: A atuação política e intelectual do sacerdote Helder Pessoa Camara no Ceará e no Rio de Janeiro (1931-1964)*, discutimos o processo de formação religiosa, política e intelectual do cearense Helder Pessoa Camara, começando com a sua ordenação sacerdotal e o envolvimento dele com grupos de extrema-direita, como Legião Cearense do Trabalho (LCT) e da

³⁴ Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979.

³⁵ CÂMARA, Helder. *Entrevista*, 1982. Recife, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) / Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira – Projeto: Pensamento Social e Política do Nordeste, 1982.

Ação Integralista Brasileira (AIB), no decorrer da década de 1930. Em seguida, como resultado do envolvimento político no Ceará, o então Padre Helder conseguiu ser transferido para o Rio de Janeiro, onde desempenhou, paralelamente, as funções de sacerdote e funcionário público, trabalhando no campo da educação. Nesse momento, estando sob a tutela do Cardeal Dom Sebastião Leme, o Padre Camara se desvinculou das organizações políticas.

Com a opção do Cardeal Dom Jaime Câmara para a elevação de Helder Camara para Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, em 1952, e, posteriormente, para Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, em 1954, notamos um redirecionamento dos temas abordados e da rede de contribuições e diálogos que contribuíam com o trabalho do personagem estudado. Como referencial que nós selecionamos para discutirmos as mudanças de sentidos na atuação de Dom Helder Camara, estava o envolvimento dele na organização Congresso Eucarístico Internacional (CEI), em 1955, considerando que, depois desse evento, ele se engajou de forma mais efetiva em projetos de cunho sociais.

Dentre os empreendimentos, destacamos o envolvimento e liderança de Dom Helder frente às organizações da Cruzada São Sebastião (CSS) e do Banco da Providência (BP) que possibilitaram uma materialização no Rio de Janeiro de projetos e discursos pautados na doutrina social da Igreja no campo prático. No decorrer desse primeiro capítulo, ao analisar o envolvimento de Dom Helder em projetos sociais, encontramos um ponto de virada nos discursos e nas atuações desse religioso que, progressivamente, relegavam temas como anticomunismo a um segundo plano e voltava-se cada vez mais para assuntos relacionados ao desenvolvimento e ao social. Essas transformações levaram a um clima de tensões com o Cardeal Dom Jaime no Rio de Janeiro, motivando a transferência de Dom Camara a Pernambuco em 1964.

Dedicamos o segundo capítulo: *O Concílio Ecumênico Vaticano II e Dom Helder Camara: Uma Igreja Católica para o mundo moderno (1962-1965)*, ao envolvimento do arcebispo em questão nos debates do Concílio que tinha como objetivo a modernização da Igreja Católica. Neste capítulo, procuramos discutir as redes de relações que o Arcebispo Dom Câmara teceu durante o Concílio e como por meio de uma complexa e ampla teia de contatos, ele procurou articular a inclusão na agenda conciliar de temas como desenvolvimento do terceiro mundo e a necessidade de uma modernização com bases democráticas da Igreja. As quatro sessões do Vaticano II ocorreram nos três últimos meses dos anos de 1962 a 1965. Nesse recorte temporal, o personagem aqui estudado começou suas atividades em Roma como Arcebispo-Auxiliar

do Rio de Janeiro e, a partir de 1964, foi transferido para a Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife.

A atuação e reconhecimento das atividades de Dom Helder Camara durante o Concílio elevou-o a um prestígio internacional, tornando-se um dos principais nomes do clero católico do Brasil na época. Desse modo, em paralelo às articulações com outros eclesiásticos para as mudanças que considerava imprescindíveis para uma Igreja do século XX, Dom Helder Camara participou de algumas conferências discursando sobre sua visão em relação às estruturas da instituição religiosa e do papel de compromisso que ela deveria assumir frente aos problemas sociais do mundo. Nesse momento, como exposto no referido capítulo, a concepção do que era empreender o desenvolvimento assumiu um lugar de destaque nos discursos desse arcebispo. O texto: *Vamos ao âmago do problema*, apresentado durante as atividades do Vaticano II, em 1965, numa conferência na Holanda, teve uma repercussão tão grande que adotamos o mesmo título para nossa tese de doutorado em História.³⁶

Ainda nesse segundo capítulo, ao analisarmos as cartas circulares que começaram a ser escritas pelo arcebispo com o início do Concílio, confrontando-as com os discursos apresentados nesse momento em eventos no Continente Europeu, traçamos uma abordagem sobre os diálogos com interlocutores e o método adotado por esse religioso na produção de seus textos. Nesse caso, é relevante destacar que as circulares eram enviadas à Família Mecejanense composta na sua maior parte por mulheres aliadas ao Arcebispo em questão. Nesse sentido, ao abordar em nossa escrita a importância dos diálogos construídos por meio das cartas com suas interlocutoras, podemos ter a visibilidade do papel desempenhada por essas leigas católicas na elaboração e direcionamento dos sentidos nos discursos de Dom Helder.

Com o título: *Dom Helder Camara e os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil: A década do desenvolvimento (1964-1970)*, nós construímos o terceiro capítulo, dedicado a entender as escolhas pessoais de Dom Helder em meio ao contexto histórico dos primeiros anos da ditadura no país. Quando se fala em Dom Helder Camara e no período da ditadura militar, tornou-se comum nas referências sobre a época destacar a oposição desse religioso ao regime político instaurado com o golpe civil-militar. Contudo, neste capítulo discutimos os complexos cenários de relações pessoais

³⁶ Cf.: CÂMARA, Helder. “**Vamos ao âmago do problema**”. Discurso de encerramento da 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965e

e políticas envolvendo Dom Helder e o governo civil-militar em Pernambuco e as repercussões no país durante os anos 1960.

Nessa ocasião, elencamos alguns fatos relacionados ao processo de golpe civil-militar do Brasil e como naquele ambiente – inicialmente de euforia criada em torno de discursos que os militares tinham impedido o avanço do comunismo no país – Dom Helder Camara foi recepcionado em Pernambuco para assumir o posto de Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. As expectativas eram variadas, pois chegando a Recife em 11 de abril de 1964, poucos dias depois do golpe de Estado, o religioso em questão gozava de certo prestígio no país por causa de suas ações sociais no Rio de Janeiro e, também, com o seu desempenho em âmbito internacional no Concílio Ecumênico Vaticano II.

Esse capítulo indica dois momentos distintos no posicionamento do religioso em questão sobre as relações entre o Estado e a Igreja nos empreendimentos em prol do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Na primeira fase, 1964 a 1966, compreendemos como um cenário marcado pela euforia e desejo de construir boas relações junto ao governo militar, considerados como revolucionários que tinham salvado o país do comunismo. Lembremos ainda que esse recorte temporal correspondia também aos dois últimos anos do Concílio e o primeiro após esse evento, contribuindo assim para que religiosos, como Dom Helder Camara, desejassem implantar muitas das propostas discutidas e aprovadas no Vaticano II. O arcebispo de Olinda e Recife, nesse momento, concebia a viabilidade de criar alianças com o governo ou órgãos ligados ao Estado para a realização de projetos desenvolvimentistas.

Contudo, alguns episódios ocorridos em 1966 marcaram o início do aprofundamento das rupturas e acirramentos das tensões entre Dom Helder Camara e os representantes do governo ditatorial do país. Nos anos seguintes abordados nesta tese, 1966 a 1970, observamos, nas atividades e nos escritos desse clérigo, algumas adaptações e/ou mudanças no entendimento do que era o desenvolvimento e de como o Estado e a Igreja poderiam ou não participar desse processo. Nesse segundo momento, as perseguições e conflitos com o Arcebispo de Olinda e Recife, por parte do governo, ganham espaço em nossa narrativa.

No quarto capítulo, cujo título é: *Desenvolvimentismo versus comunismo: as interpretações dos opositores em relação aos trabalhos e aos discursos de Dom Helder Camara (1964-1970)*, voltamos nossa atenção para analisar como opositores compreendiam e discursavam as atividades de Dom Helder Camara e seus aliados na

defesa da justiça social. Considerando, nesse momento da narrativa de nossa tese, que o leitor já conhece o posicionamento de Dom Helder Camara em relação à necessidade de uma Igreja Católica inserida e envolvida em projetos de desenvolvimento social e econômico, decidimos tratar daqueles que não viam com bons olhos o trabalho empreendido pelo arcebispo em questão.

Nesse caso, dividimos as discussões desse capítulo em dois blocos. No primeiro, abordamos como as atividades e a produção intelectual de Dom Helder Camara sobre projetos de um desenvolvimentismo integral foram utilizados tanto por opositores na seara da própria Igreja, como no campo político e dos intelectuais em campanhas de ataques e de deslegitimação da figura pública e pessoal do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Na segunda parte, dedicamo-nos à discussão de como o governo utilizou-se das estruturas de controle social e político sobre sujeitos políticos considerados subversivos. No caso de nossa pesquisa, Dom Helder Camara foi o nosso foco de análise.

Dessa forma, por meio das atividades de uma polícia política, com destaque para o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) e sua prática de vigilância, arquivamento e repressão, estando esse articulado com outros órgãos de controle, buscamos entender o mapeamento da vigilância em torno de Dom Helder e seus interlocutores. Nesse processo, demos uma maior atenção para como as atividades e discursos do arcebispo em questão sobre a necessidade de desenvolver o Nordeste brasileiro foi entendido e registrado pelos agentes da polícia como prova de atividades comunistas e/ou subversivas do referido religioso.

O quinto capítulo intitulado: *A reforma agrária como pilar do desenvolvimento: Como Dom Helder Camara pensou a questão da terra como solução para o subdesenvolvimento (1950-1970)* teve como escopo analisar uma área de aplicabilidade dos discursos relativos ao desenvolvimento no Nordeste, no caso, as zonas rurais e as questões relacionadas à reforma agrária. Nesse momento da tese, discutimos como a Igreja Católica se inseriu no debate sobre a reforma agrária enquanto alternativa aos grupos e propostas de esquerda política, principalmente na Ligas Camponesas e nos sindicatos rurais, como também essa instituição religiosa se colocava como aliados do Estado, mesmo que, em alguns momentos, os sacerdotes se opusessem a algumas medidas do governo ou autoridade política em particular.

Neste capítulo, retomamos, na primeira parte, a fase em que Dom Helder Camara esteve como Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, destacando como ele

compreendia o processo de reforma agrária e qual a extensão dos impactos que ele vislumbrava com uma reforma agrária encabeçada pela Igreja e o Estado. Nesse momento, procuramos também analisar como o Arcebispo Camara se articulava no cenário político pré-golpe civil-militar. Na segunda parte, dedicamos nossa escrita para os dois primeiros anos de Dom Helder em Pernambuco, momento marcado pela construção de relações amistosas entre ele e os militares que tinham tomado o poder. Nesse sentido, observamos nos textos de Dom Helder e nas atividades registradas nas cartas circulares ou noticiadas na imprensa da época, tentativas de associar por meio de projetos conjuntos os trabalhos da Igreja com a do Estado no campo.

A última parte deste capítulo corresponde aos anos de 1966 a 1970, considerando esse um momento de tensões nas relações entre Dom Camara e o governo ditatorial, abordamos sua oposição ao governo e aos latifundiários na defesa de melhorias de vida para os camponeses. No decorrer desse texto, a reforma agrária foi tratada como uma etapa imprescindível para o desenvolvimento do país e, ao escolher tratar o recorte entre as décadas de 1950 e 1960, apresentou as mudanças e sentidos da compreensão da questão agrária para o desenvolvimento na escrita e atuação do referido religioso.

Por fim, debatemos, no sexto capítulo, o texto: *O tema do desenvolvimento nas palestras ministradas por Dom Helder Camara (1964-1970)*, quando traçamos um panorama da produção escrita de Dom Helder Camara sobre o tema desenvolvimento. Desse modo, no primeiro momento, abordamos os 92 discursos apresentados por esse eclesiástico em conferências e eventos ligados à Igreja ou Universidades, sendo esses textos compreendidos dentro de um universo que abarca também as cartas circulares, livros, artigos, coletâneas e outros escritos dele que foram encontrados nos arquivos. Nesse processo, procuramos entender qual o perfil dos interlocutores desse religioso nas conferências, como também compreender quem eram aqueles que formavam os públicos-alvos desses discursos e quais os locais em que transitou e encontrou legitimidade para as suas falas. Elaboramos essa abordagem de maneira a entendê-la a partir do contexto político e histórico, destacando como as alianças e as tensões que envolveram Dom Helder interferiram no conteúdo e na quantidade de convites e participações dele em eventos no país e no exterior.

Posteriormente a esse mapeamento dos textos do Arcebispo de Olinda e Recife, dedicamos nossa atenção para a forma como ele compreendeu e reformulou, no decorrer dos anos, seu entendimento sobre o termo desenvolvimento. Nesse processo,

procuramos traçar quais foram as estratégias e as oportunidades em que Dom Helder articulou esse conceito com outros termos como: humanismo cristão, comunismo, desenvolvimento integral, teologia do desenvolvimento e outros que foram apresentados em conjunto com os pressupostos da doutrina social da Igreja. Nesse caso, destacamos a importância da Encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, do Papa Paulo VI, que foi adotado nos discursos de Dom Helder Camara como uma prova de legitimidade, por parte da Santa Sé, em relação ao trabalho em prol do desenvolvimento empreendido pelo clero católico, tido na época como progressista.

Na conclusão deste capítulo, voltamos nossa análise para entender como Dom Helder Camara tentou materializar seus projetos de desenvolvimentismo integral a partir da proposta da não-violência, que foi personificado na criação da Ação Justiça e Paz (AJP). Nesse caso, começamos discutindo como a ação de não-violência, em âmbito nacional e internacional, ocupou, progressivamente, espaço nos discursos e atividades do referido religioso que ganhou notoriedade e o tornou uma das personalidades brasileiras mais conhecidas no mundo, na segunda metade do século XX. A ação não-violenta incorporada na AJP esteve inicialmente associada ao debate sobre a necessidade do desenvolvimento socioeconômico das regiões pobres do mundo. Contudo, o final da década de 1960 foi marcado pela decepção de Dom Helder com a não concretização de seus projetos desenvolvimentistas, somadas a um deslocamento de preocupação desse religioso a temas relacionados aos direitos humanos em um cenário político em que o Brasil vivenciava um acirramento do regime ditatorial.

Enfim, considerando a exposição feita nessa introdução, convidamos os leitores (as) a acompanharem, nas próximas páginas, o desenvolver de nossa narrativa que teve Dom Helder Camara, Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, e a questão da Igreja na luta contra as injustiças sociais como fio condutor de uma trama histórica que tratou da década de 1960.

CAPÍTULO 1 – AS PEDRAS QUE FORMAM O ARCO DA PONTE: A atuação política e intelectual do sacerdote Helder Pessoa Camara no Ceará e no Rio de Janeiro (1931-1964)

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

– Sem pedras o arco não existe.³⁷

O diálogo acima, travado pelos personagens Marco Polo, o explorador, e o imperador mongol, Kublai Khan – presente no livro: *As Cidades invisíveis*, do escritor Italo Calvino – serve nesse momento como mote para justificar a elaboração e relevância desse primeiro capítulo para a tese como um todo. Mesmo que o objetivo da conversa fosse o arco da ponte e não o material que a compunha, o viajante veneziano argumentou que todas as pedras possuem uma importância para existência em si da ponte.

Compreendemos esse primeiro capítulo – que em parte antecede a década de 1960, recorte temporal em que localizamos o cerne de nossa discussão – como uma das várias pedras que compõem o arco da ponte. Nesse caso, os debates travados nas páginas seguintes contribuirão para o leitor entender melhor o processo de construção do lugar social, político e religioso do Arcebispo Dom Helder Camara em relação ao papel da doutrina social da Igreja e das proposições de projetos de desenvolvimento com bases humanistas para as regiões mais pobres do mundo.

Dedicamos nossas atenções neste capítulo para as influências que estiveram presentes no processo de formação de Dom Helder Pessoa Camara, desde a sua ordenação até à transferência do Rio de Janeiro para Pernambuco. Desse modo, empreendermos a seguir discussões em torno de como as mudanças sociais, políticas e no campo religioso contribuíram para que o sacerdote em questão repensasse suas práticas e objetivos, saindo assim de um posicionamento mais conservador para uma atuação tida como progressista. Além disso, discutiremos também como o tema

³⁷ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.70

comunismo, de grande peso entre religiosos e fiéis leigos católicos da época, foi progressivamente abandonado pelo personagem aqui estudado e como a preocupação com o desenvolvimento financeiro e social começou a ganhar mais espaço em sua prática de escrita e atuação sócio-pastoral.

1.1. A atuação religiosa, política e intelectual do Padre Helder Pessoa Camara no Ceará e Rio de Janeiro

As imagens históricas e políticas construídas em torno de Dom Helder Camara, na historiografia e na memória popular, estão geralmente associadas às posturas progressistas que ele adotou enquanto Arcebispo de Olinda e Recife, 1964-1985. No entanto, nem sempre foi assim. Mesmo dedicando-nos a discutir como esse religioso tratou das possíveis relações entre projetos sociais e econômicos de cunho desenvolvimentista com o pensamento cristão, no decorrer da década de 1960, nós buscaremos nesse primeiro momento, apresentar o cenário em que o jovem Helder foi ordenado e como as influências de dentro da Igreja e do mundo laico contribuíram nas escolhas pessoais dele no percurso das décadas de 1930 a 50. Acreditamos que assim, suas escolhas na função de sacerdote, na década seguinte, serão melhores entendidas em nossas discussões.

Em 15 de agosto de 1931, ainda aos 22 anos de idade, por meio de uma permissão especial do Papa Pio XI, devido não ter ainda a idade mínima de 24 anos para ser ordenado, o cearense Helder Pessoa Camara tornou-se sacerdote da Igreja Católica Apostólica Roma. Sob a tutela da Arquidiocese de Fortaleza, administrada por Dom Manoel da Silva Gomes (1912-1941), o jovem padre foi um dos escolhidos em meio a sua turma de recém-ordenados para ficar na capital do Estado. No caso, ele desenvolveria um trabalho de ação social e político sem as obrigações e as demandas que a administração de uma paróquia exigia. A preferência de Dom Manoel se deu pelo desempenho acadêmico de Helder na época de estudante no Seminário da Prainha-CE e de sua capacidade de articulação entre intelectuais e trabalhadores.³⁸

³⁸ Segundo entrevista de Dom Helder Câmara ao jornalista e amigo francês José de Broucker, os dois seminaristas com as maiores notas ficariam na capital do Ceará, Fortaleza. Sendo ele, Helder Câmara, um deles em 1931. Cf.: BROUCKER, José de. **Dom Helder Camara: La violence d'un pacifique**. Paris: Fayard, 1969

No livro *Dom Helder Camara: the conversions of a Bishop*,³⁹ elaborado, a partir de entrevistas concedidas ao jornalista e escritor francês José de Broucker, entre 1975 e 1976, o então Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife destacou que ainda na época de seminarista, ele mantinha correspondência com um dos principais nomes entre os intelectuais católicos brasileiros.⁴⁰ No caso, o líder leigo do *Centro Dom Vital* (CDV) e da revista *A Ordem*, Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo uso do pseudônimo de Tristão de Athayde.⁴¹

Relevante destacar que no cenário político nacional, nas primeiras décadas do século passado, a Igreja Católica, a elite econômica, intelectual e política encontravam-se em grande parte cindida por um antagonismo nos debates entre o que seriam e representavam as forças políticas e sociais da direita e da esquerda.⁴² Conquistar a legitimidade, em meio à opinião pública para construir os signos e narrativas que confeccionaram sua própria imagem e a de seus inimigos, tornou-se então um dos objetivos dos grupos políticos em disputa pelo poder.⁴³

Os embates entre grupos com propostas extremistas dos dois lados, direita e esquerda, ganhavam espaços e mobilizaram vários intelectuais para as suas fileiras. Ao

³⁹ Cf.: CÂMARA, Helder; BROUCKER, José de. **The conversions of a Bishop**: an interview with José de Broucker. New York, USA: Collins, 1979.

⁴⁰ CÂMARA; BROUCKER, 1979. p.68.

⁴¹ No decorrer do século XX, Amoroso Lima ocupou um lugar de destaque à frente ao laicato católico e manteve durante toda a sua vida uma relação de amizade e colaborações com Helder Pessoa Câmara. Cf.: COSTA, Alexandre José Gonçalves. **Teologia e política: A Ordem e a atualização do discurso político-social católico no Brasil, 1931-1958**. 2010, 262 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010; ARDUINI, Guilherme Ramalho. Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os círculos operários católicos (anos 1930 e 1940). In.: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Eliane Moura da; (Orgs). **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Vol. 2, Campinas: UNICAMP/IFCH, 53-86, 2011; ARDUINI, Guilherme R. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945)**. 2009, 156 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009; CÂMARA; BROUCKER, 1979.

⁴² O debate sobre os motivos e/ou interesses na manutenção de conflitos entre as alas e propostas ideológicas da direita e esquerda podem ser vistas na obra: BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1955. No caso do Brasil dos anos 1930, mesmo não se dedicando exclusivamente a conflitos entre grupos de direita e esquerda, mas voltando-se mais para a questão das propagandas de enfrentamento entre os dois grupos, indicamos os seguintes textos: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002; LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1980; SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; MORAES, Márcio A. M. de. **Combater o comunismo em nome de Deus, da Pátria e da Família: o caso dos militantes integralistas na cidade de Garanhuns-PE (1935-1937)**. **Revista História: debates e tendências**, Rio Grande do Sul, p. 48 – 61, Vol. 13, n.º 1, jan./jun. 2013.

⁴³ Sobre a discussão em torno das representações, destacamos a obra *História Cultural: entre práticas e Representações*, de Roger Chartier, que analisou, em certo momento, os enfrentamentos pelo poder ou legitimidade em se construir representações sobre o mundo entre grupos ou indivíduos concorrentes. Cf.: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

lado da Igreja – lembrando que o Brasil no início do século XX tinha, segundo o levantamento do IBGE de 1940, aproximadamente 95,01% da população se declarando católica⁴⁴ – havia alguns intelectuais religiosos e leigos que assumiam papéis de lideranças. Como no caso do Jackson Figueiredo, influenciado pelo Salazarismo português; Alceu Amoroso Lima que na época também considerou a extrema-direita uma solução no enfrentamento do que seria uma ameaça comunista e, em âmbito regional; o jovem padre Helder Câmara também se destacou como defensor de propostas de cunho fascistas para o país.⁴⁵

No decorrer dos anos 1930, o citado padre cearense reconhecia com frequência em suas cartas à pessoa do Alceu Amoroso como um diretor espiritual e líder político dos católicos brasileiros. Esse reconhecimento, observando a documentação, era constantemente utilizado na produção intelectual do sacerdote em suas falas aos trabalhadores ou nos grupos de estudos em que participava. O *corpus documental* ao qual nos referimos, são as cartas publicadas no catálogo de correspondências da coleção: *Correspondências – Alceu Amoroso Lima*, juntamente com alguns periódicos que circulavam no Ceará e no Rio de Janeiro.⁴⁶ Por não termos acesso às cartas escritas por Alceu Amoroso, em resposta ao sacerdote cearense, não temos como analisar a sua recepção a tais referências.⁴⁷ Contudo, supomos que pela recorrência de tais alusões feitas pelo Pe. Helder no decorrer da década de 1930, Amoroso Lima não repreendia o sacerdote em relação ao fato de ele apresentar o seu nome, como chefe dos movimentos intelectuais e políticos com atuação no Ceará.

⁴⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: População e Habitação** – quadros de totais referentes ao estado e distribuídas segundo os municípios. Série Regional Parte IX – Pernambuco – Tomo 1. 1940. p.1. Encontrado em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf>Acessado em 06.09.2016.

⁴⁵ O Estado Corporativista compreende-se a partir de uma forte hierarquização dos grupos sociais, cada um com um perfil distinto. Alcir Lenharo compreendeu o corporativismo como uma tentativa de organicidade e normatização do corpo social, como se exigia do homem novo fascista. Dentre os parâmetros para essa imposição, destacou que a “... configuração do corporativismo fascista bebe nas águas do catolicismo, cuja doutrina do Corpo Místico de Cristo o antecede e o alimenta. A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas.” LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986. p.18

⁴⁶ Sobre as cartas trocadas entre Dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima, conferir o catálogo organizado pela equipe coordenada por Maria de Fátima Moraes Argon. Cf.: ARGON, Maria de Fátima Moraes (Org.). **Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Dom Helder Câmara (1929-1980)**. Petrópolis: Editora Reflexão, 2016

⁴⁷ Em resposta à nossa solicitação para acessar às cartas enviadas por Alceu Amoroso Lima a Helder Pessoa Câmara, o Centro de Documentação Helder Câmara (CeDoHC) comunicou que tais correspondências encontravam-se em processo de catalogação e, por este motivo, estavam, no momento, inacessíveis aos pesquisadores.

Entre o final do século XIX e início do XX, a Igreja Católica orquestrava algumas mudanças estruturais, procurando centralizar ainda mais o poder de decisões na Santa Sé. Em contraste com esse cenário de reformulação de posicionamento da Igreja, os países ocidentais passaram por processos de afastamento de seus governos da influência do Vaticano. Esse fenômeno de laicização do Estado era percebido e discursado por alguns membros mais conservadores da Igreja como um sinal negativo dos tempos modernos.⁴⁸ No intuito de reconquistar o espaço de outrora, o clero e leigos católicos empreenderam um processo conhecido na historiografia como recatolização ou restauração católica, que esteve presente em vários países e no caso do Brasil, um dos seus expoentes foi o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme.⁴⁹

Um dos caminhos adotados nesse processo de restauração católica foi a fundação de grupos formados por leigos e religiosos. A Ação Católica tornava-se assim uma das principais ferramentas para aumentar a adesão de leigos, mas esses continuariam sob a tutela do clero católico.⁵⁰ Isso acontecia também com a experiência carioca do *Centro Dom Vital*, que mesmo presidido pelo leigo Alceu Amoroso Lima, estavam todos os seus membros sob a tutela do Cardeal Dom Leme.

No caso do Ceará, destacamos: a União dos Moços Católicos, que deu origem ao Centro Jackson de Figueiredo,⁵¹ no ano de 1930, a Ação Universitária Católica (AUC), no mesmo ano, e a criação do jornal *O Nordeste*. Essas organizações serviram para mobilizar os católicos da arquidiocese de Fortaleza. A produção intelectual e a atuação desses e outros grupos católicos, nos anos seguintes, tiveram como norte legitimar o posicionamento político e social da Igreja e de suas bandeiras, como o caso da temática relativa ao combate às ameaças comunistas. Em meio a esses grupos de leigos, o padre Helder Camara atuava como representante da Igreja, assumindo a função de animador e tutor das atividades para os membros das associações leigas.

Nesse momento histórico, as encíclicas da *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII; *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divinis Redemptoris* (1937) de Pio XI foram textos de

⁴⁸ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.p.42-43

⁴⁹ MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)**.2015, 443p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015. p.43

⁵⁰ Sobre a experiência da Ação Católica dando aos leigos um papel mais atuante dentro da Igreja, mesmo que essa responsabilidade fosse concedida com base numa tutela do clero. Cf.: MAINWARING, 1989. p.49 e 69-72.

⁵¹ Existia também o Centro Literário Jackson Figueiredo, criado em 1929 e tinha como diretores: Ubirajara Índio do Ceará (presidente); Antônio Dias de Macedo (vice-presidente); Boanerges Luz (orador); Moacyr Sobreira (secretário) e Lidefonso Holanda (tesoureiro). Cf.: ARGON, 2016. p.69

grande importância para a Igreja Católica no final do século XIX e início XX.⁵² Esses escritos, basilares na construção de uma concepção da doutrina social da Igreja, proporcionaram um norte aos clérigos católicos e aos leigos, frente tanto às influências de grupos de tendências socialistas quanto capitalistas.⁵³ Na encíclica *Quadragesimo Anno*, ao refletir sobre as condições de exploração do patrão em relação ao trabalhador, que não teria a quem recorrer, o Papa Pio XI analisou a encíclica do seu antecessor, Papa Leão XIII, ressaltando:

Não pediu auxílio nem ao liberalismo nem ao socialismo, pois que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos.⁵⁴

Essas leituras, em que o cenário político e social estaria dividido entre forças antagônicas, foram também lembradas por Dom Helder Camara em entrevista aos pesquisadores do projeto: *Pensamento Social e Política do Nordeste*, ligado à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em 1982. Na ocasião, evidenciou o arcebispo: “... que era a ideia bastante comum na Igreja naquele tempo, que o mundo marchava para um confronto forte, total entre comunismo e capitalismo...”. Em seguida ele rememorou: “... o comunismo era apresentado como sendo intrinsecamente mau, materialista, materialista e anti... não só anticristão, mas procurava arrancar a fé, era apresentado de uma maneira tremenda...”. Ao mesmo tempo em que, justificou Dom Helder: “... dos males o menor, não é que o capitalismo fosse apresentado como sendo ideal, mas nem se podia comparar...”.⁵⁵

A prática discursiva anticomunista era recorrente entre grupos políticos e religiosos, no decorrer do século XX, que apresentavam a esquerda como uma ameaça

⁵² Consecutivamente: LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 1891. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 10 Abril de 2016; PIO XI. *Quadragesimo Anno*. 1931. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em 10 Abril de 2016.; PIO XI. *Divinis Redemptoris*. 1937. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acessado em 19 de março de 2021.

⁵³ MAINWARING, 1989.p.50

⁵⁴ PIO XI. 1931.p.3

⁵⁵ CÂMARA, Helder. *Entrevista*, 1982. Recife, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) / Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira – Projeto: Pensamento Social e Política do Nordeste, 1982. p.4. Fita 1 – Lado A. Relevante destacar que essa crítica, feita na época em que já era arcebispo de Olinda e Recife, aparece também em suas entrevistas a José de Broucker, publicadas em *Dom Helder Camara: la violence d'un pacifique* e *The conversions of a Bishop*. Cf.: BOUCKER, 1969;e BOUCKER; CÂMARA, 1979.

aos preceitos cristãos, à propriedade privada e à autonomia das nações.⁵⁶ Nesse caso, retomamos a Encíclica *Divinis Redemptoris*, 1937, do Papa Pio XI, em que o sumo pontífice apresentou aos fiéis católicos o posicionamento de enfrentamento da Igreja frente ao comunismo.⁵⁷ Na verdade o referido Papa também escreveu as Encíclicas *Non Abbiamo Bisogno*, 1931, e *Mit Brennender Sorge*, 1937, que se voltaram a criticar o fascismo e nazismo respectivamente.⁵⁸

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta destacou – guardando as devidas proporções entre as atuações anticomunistas nos EUA, Europa e Brasil – que a prática discursiva de combate ao comunismo era heterogênea, possuindo origens distintas entre si. Em alguns momentos, perfis ou tipos distintos de combate ao pensamento comunista ou socialista acabavam se entrelaçando, mas segundo esse autor, uma leitura atenta possibilita enxergar as nuances de cada uma delas. Analisando panfletos, periódicos e obras de intelectuais brasileiros, Motta classificou as matizes anticomunistas no Brasil em três grandes conjuntos: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. No caso do catolicismo, nicho que interessa em análise, a encíclica *Rerum Novarum* foi indicada por ele como um marco de posicionamento da Igreja Católica frente às questões sociais.⁵⁹

As encíclicas papais citadas anteriormente tiveram uma função de grande relevância no pensamento dos intelectuais católicos da época, dando base para uma perspectiva de cunho mais social para a Igreja. Ao analisar a interpretação dessa

⁵⁶ Dialogando com o campo da lingüística, especificamente com a Análise do Discurso Francês, recorremos à categoria de *prática discursiva*, possibilitando nosso entendimento sobre a criação de redes conceituais, construídas para dar sentidos e legitimidade discursiva a um grupo e/ou indivíduo. Ao procurar definir o termo prática discursiva, Dominique Maingueneau escreveu: “Na verdade, quando se diz “prática discursiva” em vez de “discurso”, efetua-se um ato de posicionamento teórico: sublinha-se obrigatoriamente que se considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais. Cf.: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. p.396. Em outra obra, Maingueneau também destacou a relação entre essa prática discursiva e uma comunidade discursiva, referindo-se àqueles interlocutores em que os enunciados que formam os discursos formam sentidos. Cf.: MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1997. p.56

⁵⁷ PIOR XI, 1937.

⁵⁸ PIO XI. *Non Abbiamo Bisogno*. 1931, Disponível em: < https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html> Acessado em: 19 de março de 2021; _____. *Mit Brennender Sorge*, 1937, Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html> Acessado em: 19 de março de 2021.

⁵⁹ MOTTA, R. 2002; Sobre o viés cristão da prática anticomunista, Carla Luciana Silva ao analisar a construção discursiva do “ser comunista”, concluiu que os anticomunistas tendiam a se apresentar como defensores de um suposto “espírito nacional”, que tinha no argumento da defesa de uma sociedade alicerçada numa ética e moral cristã. Esses pilares estariam então ameaçados pela ameaça externa de um comunismo ateu. Cf.: SILVA, C., 2001

encíclica entre alguns intelectuais brasileiros, o historiador Alcir Lenharo, percebeu que esse texto pontifício parecia legitimar uma concepção entendida como uma terceira via política. Alinhando-se assim ao pensamento da extrema-direita, de viés fascistas, como defendido na década de 1930 pelo então integralista San Tiago Dantas.⁶⁰

No caso de Helder Camara, para entender melhor a influência dessas encíclicas, vamos avançar em nossa narrativa por um momento para o ano de 1936, quando esse sacerdote já não morava mais no Ceará. Mesmo longe de sua terra natal, considerando o prestígio que mantinha entre os seus conterrâneos, publicou uma resenha com o título de *Depoimento Impressionante*, no jornal cearense chamado *A Razão*. Nesse texto abordou o Pe. Helder o livro: *Leão XIII e o nosso tempo*, de René Fülöp-Miller.⁶¹

Além de avaliar a referida obra como “...um depoimento magnífico em favor da Igreja”,⁶² o padre Helder argumentou que o trabalho do historiador austríaco estava alicerçado em fontes documentais e no mais criterioso rigor científico. Na leitura do livro indicado pelo sacerdote, encontramos a alegação de Fülöp-Miller de que a encíclica *Rerum Novarum* era uma reação da Igreja Católica no intuito de recuperar os espaços entre os trabalhadores cristãos, que tinha progressivamente perdido, a partir do final do século XIX, para um sindicalismo de base socialista e/ou anarquista.

Voltando para o ano de 1931, após sua ordenação, o padre Helder tornou-se assistente eclesiástico da Liga dos Professores Católicos, ocupando um papel importante na liderança da docência local. Além do fato de que o mesmo atuava em instituições educacionais católicas de Fortaleza, dando aulas de filosofia no Ginásio São José e Colégio Cearense Sagrado Coração. Somando-se ainda, nesse momento, as suas atividades enquanto professor de religião do Liceu do Ceará.

Em paralelo ao trabalho como sacerdote e educador, o padre em questão assumiu também em 1931 a direção da Juventude Operária Católica (JOC). Nesse caso, a influência de Severino Sombra – tenente do exército, líder leigo e amigo do padre em questão – juntamente com o Arcebispo Dom Manoel, teve grande peso na escolha dele para liderar a JOC.⁶³ O trabalho em meio ao campo da educação possibilitou ao padre

⁶⁰ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Ed. da UNICAMP; Papyrus, 1986 p.182

⁶¹ Os textos citados são respectivamente: CÂMARA, Helder. *Depoimento Impressionante*. **A Razão**, Fortaleza, 13 de agosto de. 1936. p.7; e FÜLÖP-MILLER, René. **Leão XIII e o nosso tempo**: potência da Igreja. 2ªEd. Porto Alegre: Edição da Livraria Globo, 1941

⁶² CÂMARA, 1936. p.7

⁶³ O padre Helder Câmara encontrou no tenente do Exército brasileiro, Severino Sombra, um dos seus principais aliados em suas ações intelectuais e políticas na década de 1930. Ambos foram apresentados por meio de cartas por um amigo em comum, o intelectual carioca Alceu Amoroso. Na época, Severino Sombra – tenente cearense em mudança do Rio de Janeiro para Fortaleza – era um recém-convertido ao

Helder direcionar a coordenação dos jocistas para a formação e letramento dos seus membros, organizando as turmas de discentes por várias faixas etárias. Em 1933, segundo carta que enviada a Amoroso Lima, o clérigo diz que sonhava com uma visita do amigo carioca, pois para ele seria impossível, tendo em vista que administrava sozinho um número de nove escolas.⁶⁴

O jornal carioca *O Globo* publicou o seguinte sobre a responsabilidade do padre Helder Camara com a JOC e a educação no Ceará:

O ÊXITO DO “JOCISMO” NO CEARÁ – Já são numerosas as escolas mantidas para a juventude operária

FORTALEZA, 20 (A.B.) – A imprensa elogia a ação do padre Helder Camara, chefe e criador do Jocismo, cujo palco dessa nova agremiação social é o Estado do Ceará.

Com o encerramento do primeiro semestre de atividade das escolas jocistas verifica-se com agradável surpresa que nelas tiveram matrícula e frequência 2.015 alunos.

São em número de 11 escolas mantidas para a Juventude Operária Católica, cujos professores são moços que exercem essas profissões desinteressadamente com o único fim de elevar obra meritória.⁶⁵

Relevante destacar que nesse momento, os tenentes Severino Sombra e Jeovah Motta, juntamente o sacerdote Helder Camara, criaram o movimento de extrema-direita chamado de Legião Cearense do Trabalho (LCT). Retomando a citação do jornal *O Globo*, o padre Helder instrumentalizou a JOC para a preparação das crianças e adolescentes que se tornariam futuros adeptos da LCT. Para esse momento, importante destacar que a Legião procurou adotar e articular os pensamentos fascistas com as encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931) e os interesses entre os patrões locais e os trabalhadores cearenses. No entanto, a atuação do padre Camara não era de um sindicalista, mas de um intelectual que se colocava como porta-voz de uma ideia de conciliação entre grupos sociais,⁶⁶ pautando-se em suas leituras e interpretações de documentos e teólogos da Igreja Católica.

catolicismo e defensor das ideais de restauração católica pregadas pelos membros do Centro Dom Vital. Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979. p. 68

⁶⁴ Carta de Helder Câmara para Alceu Amoroso Lima. 18.02.1933 *Apud*. ARGON, 2016, p.110

⁶⁵ O ÊXITO DO “JOCISMO” NO CEARÁ – Já são numerosas as escolas mantidas para a juventude operária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1932. p.2

⁶⁶ Considerando as relações dentro de um microcosmo de atuação política, social e religiosa que o Pe. Câmara estava inserido, decidimos utilizar o termo de grupos sociais exposto por Edoardo Grendi ao considerar essa categoria como adequada para entender as relações pessoais dos personagens envolvidos. Cf.: GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. *In*: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 39-49, 2009.

Considerando que havia uma convergência das ideias e das atuações políticas entre o padre Helder Camara e o ten. Severino Sombra, os autores Nelson Pillette e Walter Praxedes discorreram: “A Legião conquistando milhares de novos adeptos, e a JOC conseguindo organizar escolas e núcleos de diversão em Fortaleza, chegando a reunir cerca de duas mil crianças pobres em atividades de alfabetização e lazer.”⁶⁷ Desse modo, podemos considerar que as atividades da JOC e da Legião Cearense do Trabalho, principalmente por causa da interferência de Helder Camara, entrelaçaram-se em suas atividades e postulados doutrinários.

O tenente do Exército brasileiro, Jeovah Motta, um dos fundadores da LCT e posteriormente chefe do movimento, em entrevista ao *Programa de História Oral*, ligado à Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1983, falou o seguinte aos entrevistadores: “Na verdade nós, eu, Severino Sombra, Helder, nossa posição era de intelectuais. E de intelectuais que, partindo de princípios de crítica ao capitalismo, ao capitalismo selvagem, mas com seus aspectos gerais no mundo e no Brasil...”⁶⁸ E partindo desse lugar social de produção, Jeovah Motta afirmou que a responsabilidade da formulação doutrinária da LCT, que procurava articular o pensamento católico com as demandas dos trabalhadores, foi encabeçada apenas pelo padre Helder Camara e pelo Ten. Severino Sombra. Mais do que legitimar ou não a fala do Ten. Motta, o importante nessas afirmativas, para a nossa análise, é tanto saber sobre o papel de intelectual que o padre em questão ocupava e de seu engajamento na organização da Legião.

A criação da LCT teve um grande impacto local, congregando trabalhadores e organizações de operários em torno de sua bandeira, que teve como símbolo escolhido um braço segurando uma balança. Entendemos essa imagem do braço e da balança como uma busca de equilíbrio, um símbolo coerente com as propostas das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931), que defendiam propostas de negociações e de acordos colaborativos entre os patrões e trabalhadores em prol de um bem-estar social. Evitando, assim, conflitos e mantendo uma suposta harmonia entre os grupos sociais de trabalhadores e patrões.

A LCT – fundada oficialmente em 25 de agosto de 1931, dez dias depois da ordenação sacerdotal de Helder Camara – ganhava cada vez mais espaço entre os trabalhadores urbanos do Ceará e possibilitou ao tenente Severino Sombra uma

⁶⁷ PILETTI, Nelson & PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara, o profeta da paz**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.p.88

⁶⁸ MOTTA, Jeovah. **Entrevista**, 1983. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / Programa de História Oral, 1983. Fita 01, P. 5

liderança incontestável dos militantes do movimento. Porém, tudo mudou em 1932, quando o referido militar foi considerado subversivo pelo governo brasileiro e, por esse motivo, foi mandado para o exílio em Portugal. A expulsão foi motivada pelo apoio dele ao levante constitucionalista que ocorria em São Paulo. Sombra estava no Rio de Janeiro quando estourou a revolta paulista, onde estava pleiteando algumas alianças com políticos e intelectuais cariocas na tentativa de criação de um novo movimento, que receberia o nome de Legião Brasileira do Trabalho (LBT).⁶⁹

Com o exílio do líder legionário, o padre Helder Camara, juntamente com Ubirajara Índio do Ceará e o então capitão Jeovah Motta, assumiram inicialmente um triunvirato para coordenar a Legião. Sendo a liderança, em 1933, assumida pelo J. Motta. No entanto, como narrou em sua entrevista, esse foi também um momento de rompimento de alianças, pois ele tinha participado do lado do governo Federal, no sufocar do levante paulista, enquanto Severino Sombra apoiou os rebelados de São Paulo.⁷⁰ Enquanto que o padre Helder, nessa ruptura, acabou escolhendo o lado do J. Motta.

Relevante ressaltar que, no decorrer dos anos 1930, no Brasil, surgiram alguns grupos políticos e ideológicos de extrema-direita, em que muitos deles procuraram se aproximar da doutrina e da estética dos fascismos europeus. Considerando a pluralidade desses grupos e seus discursos, tendo em vistas as várias vertentes do fascismo no velho mundo, buscaremos especificar as características apenas dos grupos tratados nesse texto, tendo em vista a multiplicidade de organizações e pensamentos desse espectro político e ideológico.

No caso do movimento cearense, do qual o padre Helder Camara foi um dos fundadores, a LCT é um exemplo de leitura e tentativa de aplicabilidade de grupos conservadores que se colocavam como nacionalistas e defensores dos preceitos cristãos, geralmente de viés católico. Mesmo com relativo sucesso, a Legião não foi o movimento político de extrema-direita que mais cresceu no país, no caso, a Ação Integralista Brasileira, criada pelo jornalista Plínio Salgado foi o que teve o maior sucesso e também foi um dos primeiros partidos políticos de âmbito nacional do país.

⁶⁹ Cf.: MOTTA, J. *Entrevista*, 1983.

⁷⁰ Cf.: *Ibid.*

Considerado que antes dele apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922, tinha esse alcance.⁷¹

O integralismo teve como marco inicial o lançamento do *Manifesto de 07 Outubro de 1932*, no Teatro Municipal de São Paulo.⁷² Com as palavras introdutórias: “*Deus dirige os destinos dos Povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade*”⁷³, Plínio Salgado apresentou a AIB à sociedade brasileira. Escolhendo a letra grega do Sigma (Σ) como símbolo do movimento, representando a somatória de todo o povo brasileiro em torno de um ideal de Estado forte. O integralismo criou todo um universo de signos e de cerimônias que o aproximavam ideologicamente e visualmente dos fascismos europeus.

O Ceará, com a atuação da LCT, era um Estado importante para o recém-criado integralismo. Os textos de Plínio Salgado no jornal paulista *A Razão*, desde 1931, eram lidos e debatidos entre Sombra, antes do seu exílio, J. Motta e o Padre Camara. Com o passar do tempo, eles começaram a se comunicar por cartas com Salgado e este se dispôs a ir ao Ceará conversar com os líderes legionários, mesmo considerando as distinções entre os dois movimentos, em que a Legião tinha como alvo os trabalhadores urbanos e rurais; enquanto o integralismo mirava nos grupos de intelectuais da classe média e alta.

Com a visita de Plínio Salgado ao Ceará, em 1933, um convite oficial foi feito ao padre Helder para que ele entrasse nas fileiras da AIB. Antes de uma resposta, o sacerdote procurou o seu Arcebispo, Dom Manoel, que avaliando as vantagens políticas para a Igreja no Estado, acabou incentivando a entrada do jovem sacerdote na Ação Integralista.⁷⁴ Entrando nos camisas-verdes – como eram chamados os militantes integralistas por causa da farda verde-oliva – o padre Camara assumiu o cargo de

⁷¹ Como a produção acadêmica sobre a Ação Integralista Brasileira é extensa, destacamos as seguintes obras que podem dar uma visão geral sobre esse movimento político e intelectual: TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro dos anos 30**. São Paulo: Difel, 1979; CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978; SILVA, Giselda Brito. **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007; CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção da memória integralista**. 2007. 414f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Indicamos também o seguinte catálogo: BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: Funep (Unesp), 2010.

⁷² Em 1982, a Editora Voz do Oeste, cinquenta anos após a fundação da AIB, reeditou o Manifesto de Outubro de 1932. Cf.: SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932**. São Paulo: Editora Voz do Oeste, 1982.

⁷³ Ibid. p.3

⁷⁴ Cf.: CASTRO, Marcos de. **Dom Helder: misticismo e santidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.61

Secretário de Educação da AIB-CE. O personagem em questão desempenhou um papel de doutrinador e de liderança entre os integralistas cearenses e, posteriormente, no Nordeste como um todo. Nesse momento é importante destacar a atuação dele no campo da educação, pois o mesmo já tinha todo um arcabouço criado enquanto líder da JOC.

Atuando nesses grupos políticos, o padre Helder Camara acreditava defender preceitos cristãos em uma perspectiva diferenciada daquelas forças que dividiam o mundo entre si, no caso, o capitalismo e o comunismo. Sobre esse cenário, Pe. Helder teria pronunciado: “A nós compete salvar a pátria, dirigir a nação; a nós que sabemos o que queremos e desejamos fazer”.⁷⁵ Mesmo que esses movimentos, aos moldes fascistas, não acreditassem na eficiência do sistema democrático, o integralismo percebia nas eleições uma forma de se chegar ao poder de maneira pacífica. Desse modo, empreenderam campanhas políticas para as eleições de âmbitos municipais em 1935 e nacional em 1937.

Importante ressaltar, que mesmo que a maior parte dos membros da Ação Integralistas fossem cristãos católicos, a Igreja enquanto instituição não apoiou publicamente o referido partido. Dentre os motivos para essa ausência de engajamento, estava o fato de que a liderança incontestável de Plínio Salgado poderia representar um problema aos membros da hierarquia eclesiástica da Igreja. Em casos de interpretação ou determinação doutrinária, quem seria obedecido: o chefe da AIB ou o Papa? Essa questão fez com que a Igreja no Brasil agisse com suspeição em relação à AIB, mantendo boas relações, mas sem se comprometer oficialmente com ela.⁷⁶

Em paralelo, a Igreja Católica compreendia nas eleições um caminho para alcançar algumas conquistas em um Estado Republicano que, desde sua fundação em 1889, procurava distanciar-se da influência da Igreja, apresentando uma estrutura de Estado laico instaurada pela Constituição de 1891. Para conquistar então alguns espaços, a Igreja Católica no Brasil, sob a tutela do Cardeal Dom Sebastião Leme,

⁷⁵ Palavras atribuídas ao padre Helder, ao representar a JOC, ao pronunciar o credo fascista – a *nós* – no evento comemorativo do segundo aniversário da LCT. Cf.: O 2^a aniversário da pregação legionária. **Legionario**. Fortaleza, 08 de julho de 1933. p.2

⁷⁶ Cf.: TODARO, Margaret Patrice. **Pastors, Prophets and Politicians: A study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945**. 1971. 515f. Tese (Doutorado em História). Columbia University, New York, 1971. p.346-424; SILVA, Giselda Brito. A Igreja Católica militante e a Ação Integralista Brasileira: aproximações e divergências (1932-1938). In.: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Eliane Moura da; (Orgs). **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Vol. 2, Campinas: UNICAMP/IFCH, 33-52, 2011

lançou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teria a função de indicar candidatos que defendessem os preceitos éticos e morais do catolicismo.⁷⁷

Esse órgão, a LEC, foi coordenado nacionalmente por Alceu Amoroso Lima e tinha como escopo indicar aos eleitores católicos os candidatos que estavam dispostos a defender os preceitos e interesses da Igreja. Com a nova Constituição Brasileira de 1934, o país passaria por novas eleições, inicialmente de âmbito municipal e estadual. No Ceará, em 1933, sob a tutela do arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel, o então padre Helder Camara assumiu um papel de liderança e propagandista da LEC. Nesse momento histórico – como relata em seus depoimentos a Cristiane Inojosa, pesquisadora da FUNDAJ⁷⁸ – a pedido de Dom Manoel, o padre Camara percorreu todo Estado fazendo campanha com uma lista de candidatos escolhidos pelo referido arcebispo. No final, todos os candidatos da lista da LEC-CE foram eleitos, mas as promessas de empenho nos assuntos de interesse da Igreja ficaram apenas no campo da demagogia, frustrando Dom Manoel que tinha indicado os seus nomes.⁷⁹

Dentre os candidatos, estava o Ten. Jeovah Motta, único deputado eleito pelo partido integralista no país. Desse modo, a atuação do padre Camara indica a sua importância para o partido, pois, por meio dela, conseguiu colocar um camisa-verde na Câmara dos Deputados. Como lembrado pelo próprio J. Motta em sua entrevista, a LEC assumiu no Ceará um caráter distinto, e segundo ele, a Liga Eleitoral Católica: “organizou-se ela própria sua chapa, nela incluindo, nomes de várias procedências e lugar, entre esses nomes o meu [Jeovah Motta] foi incluído na qualidade de representante da Legião Cearense do Trabalho e da Ação Integralista Brasileira.”⁸⁰ No resto do país, a atuação da LEC foi menos enfática, apenas expondo nomes de candidatos considerados coerentes com as propostas católicas daquele momento. Nesse cenário histórico e político, a atuação e o reconhecimento da personalidade do então padre Helder, que transitou por vários municípios do Estado fazendo campanha, contribuiu na escolha dos candidatos eleitos.

No entanto, torna-se relevante destacar que o campo de disputas por votos não foi tranquilo no Ceará, tendo embates com grupos ou atores políticos da oposição que eram constantemente noticiados nos periódicos locais. Dentre os oponentes, como exemplo, indicamos os colaboradores do jornal *O Combate*, que, durante o ano de 1935,

⁷⁷ Cf.: MAINWARING, 1989. p.48

⁷⁸ CÂMARA, **Entrevista**. 1982. Fita 02 – Lado A. p.12

⁷⁹ CÂMARA; BROUCKER. 1979. p.77-78

⁸⁰ MOTTA, J. **Entrevista**. 1983, Fita 4, p. 5-6

desempenharam uma campanha no Ceará contra os grupos da extrema-direita local, AIB e LCT, e os clérigos que apoiavam esses movimentos. Dentre os principais personagens criticados e, muitas vezes, tratada com ofensas, estava o padre Helder Camara, considerado demagogo, defensor dos privilégios do clero católico, da elite política e dos integralistas.

Ao vencer as eleições, o novo governador do Ceará, Meneses Pimentel, que também estava na lista da LEC divulgada pelo padre Camara, escolheu o sacerdote em questão para assumir o Departamento de Educação no Estado. Porém, essa escolha conflitava com os discursos pronunciados por este clérigo durante o processo de campanha política, pois o sacerdote tinha exposto que não assumiria nenhum cargo público após as eleições. Contudo, o Arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel, convenceu o padre Helder a ocupar o referido posto de trabalho.⁸¹

Depois de cinco meses no cargo, um conjunto de fatores contribuíram para a sua saída tanto do Departamento de Educação, como também do Ceará. Somaram-se entre os fatores de desentendimentos com o governador Meneses Pimentel, que se utilizando do seu cargo, empreendeu algumas perseguições políticas a funcionários que não o tinham apoiado nas eleições. Outro fator foi a acirrada oposição do governador às atividades dos integralistas no Ceará, tendo em vista que o padre Camara fazia parte das fileiras da AIB. No campo pessoal, o Pe. Helder teve que enfrentar a morte de sua mãe Adelaide Rodrigues Pessoa Camara e uma acusação de que ele teria um relacionamento íntimo com uma das suas principais colaboradoras, a professora Maria Leticia Ferreira Lima. Este boato de um relacionamento romântico não foi comprovado.⁸² Esse conjunto de fatores incentivou a articulação do padre Helder para tentar uma transferência para o Rio de Janeiro.

Em geral, estudiosos acadêmicos e memorialistas, ao abordarem a chegada do padre Helder ao Rio de Janeiro, corroboram com a afirmativa que o Cardeal Dom Leme teria exigido a saída imediata do sacerdote cearense da AIB. Essa possibilidade de narrativa foi legitimada pelo próprio Helder Camara, quando em entrevista destacou que a calorosa receptividade do Cardeal do Rio de Janeiro veio junto com um pedido, que o

⁸¹ Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.79

⁸² A professora Maria Leticia Ferreira Lima era uma das interlocutoras do padre Helder, ambos defensores e divulgadores da doutrina legionária e integralista no Ceará. Essa docente, além de defender a ideia de ensino religioso optativo nas escolas públicas, também assumia o cargo de Secretária Geral da Sindicalização Feminina, movimento no qual o padre Câmara era o presidente. Cf.: PILETTI, 2008, p.98-99

próprio Helder Camara já ansiava em fazer. Sair das fileiras da AIB, pois o movimento já não correspondia às suas expectativas políticas e doutrinárias.⁸³

Contudo, importante destacar que o ato de deixar o integralismo não significou que a produção intelectual e as atividades políticas do padre Helder se afastaram totalmente do universo doutrinário e simbólico defendido pela AIB e LCT. Principalmente em seus escritos e pronunciamentos no que concernia ao anticomunismo, nacionalismo e às propostas conciliatórias entre classes sociais distintas. Essa observação se alicerça no levantamento de notícias publicadas em periódicos cearenses, paulistas e cariocas, entre 1936 a 1937. Esses textos indicam que nas suas atividades, o padre Camara continuava defendendo uma proposta política próxima ao pensamento integralista e de outros grupos conservadores da época.

Como exemplo disso, apresentamos a participação dele na Conferência da Liga da Defesa Nacional, quando o padre Camara falou sobre o tema: *A família e o comunismo*. Esse evento foi realizado no Salão da Academia Brasileira de Letras e contou com a presença de vários integralistas cariocas. O tema em si, pautado no anticomunismo, era uma bandeira comum entre membros da Igreja e militantes da AIB.⁸⁴ Destarte, o seu carisma e desenvoltura nos meios de comunicação e na sociedade carioca possibilitaram ao padre um espaço relevante em programas de rádios, palestras, eventos públicos, jantares e etc.

Consideremos que nos anos 1936 e 1937, a AIB já tinha iniciado uma campanha política que apresentava Plínio Salgado como candidato à presidência do país. Defendendo um projeto de governo nomeado de Estado Integral, que se configurava uma base corporativa aos moldes do salazarismo em Portugal, Plínio Salgado e o integralismo foram apresentados como uma opção patriótica e cristã para governar a nação. Nesse cenário, o apoio do padre Helder à AIB e ao nome de Salgado poderia render muitos votos em meio ao eleitorado católico, mesmo não tendo um apoio efetivo da LEC. No páreo para a corrida presidencial, estavam também os candidatos Armando Sales de Oliveira e José Américo de Almeida.⁸⁵

⁸³ Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979. p.69

⁸⁴ Esse evento foi noticiado e acompanhado pela imprensa, como se pode ver: A Família e o Comunismo – notável conferência do P. Helder Câmara na Liga de Defesa Nacional. **A Offensiva**, São Paulo, 21 de setembro de 1936. p.12-13; As conferências da Liga da Defesa Nacional – O padre Helder Câmara vai falar sobre “A família e o comunismo”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1936. p.r

⁸⁵ MORAES, Márcio André Martins de. Plínio Salgado para presidente do Brasil: a propaganda eleitoral da Ação Integralista Brasileira em Garanhuns (1936-1937). **Revista Encontros de Vista** – Terceira edição. p. 30-44, 2009. ISSN 1983-828X; _____. 2012^a.

Discursou Dom Helder em entrevista, que ele foi procurado por Plínio Salgado, que tinha em mente a criação de um Conselho Supremo composto por 12 membros da AIB para dividir as responsabilidades em relação ao projeto de nação e as decisões do partido integralista. Dentre os participantes, Salgado desejava que o referido padre estivesse também no grupo. Porém, a sua resposta a tal convite estava vinculada a uma decisão do Cardeal Dom Leme, que só aceitou a proposta de Salgado desde que ao Pe. Helder Camara fosse concedido um lugar de neutralidade, que o seu nome não aparecesse em nenhuma publicação vinculada a AIB, ao candidato Plínio Salgado ou mesmo ao tal conselho de membros.⁸⁶

No entanto, diferente do que tinha sido combinado, o periódico *A Offensiva*, que assumia às vezes de diário oficial da AIB, publicou o nome do padre Helder como membro efetivo do Conselho Supremo da AIB, órgão com função consultiva para o líder nacional, Plínio Salgado. Além de reproduzir discursos ou citar as atividades do clérigo em questão nos periódicos integralistas, tecendo comentários do tipo: “Falará o nosso companheiro padre Helder Camara, membro do Conselho Supremo da Ação Integralista Brasileira.”⁸⁷ Associando cada vez mais o nome do padre Helder a AIB, isso num momento de corrida presidencial.

Em 10 de novembro de 1937 foi implantado o Estado Novo de Getúlio Vargas, que durou até 1945. Como características, destacamos ser esse regime marcado por um governo centralizador e autoritário, em que o poder do executivo se sobrepunha aos outros poderes e com uma estrutura administrativa próxima ao corporativismo apresentado pelos integralistas em sua campanha política pela presidência. No entanto, o novo regime político liderado por Vargas não foi um momento de vitória para os integralistas, que teve no mês seguinte as suas atividades encerradas pelo governo.

Com a proibição de funcionamento para todos os partidos e agremiações políticas, incluindo o integralismo, em dezembro de 1937, o governo Vargas iniciava uma nova fase de sua administração e Plínio Salgado, que poderia ser um possível opositor, foi considerado subversivo e mandado para o exílio em Portugal.⁸⁸ Nesse novo cenário político nacional, o padre Helder Camara voltou-se para as atividades nas pastorais da Igreja, na Secretaria de Educação e nas aulas de estudos teológicos, junto

⁸⁶ Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.70

⁸⁷ CASTRO, 2002, p.73

⁸⁸ Com a decisão de impedir o funcionamento dos partidos políticos causou, reações violentas em todo o país, incluindo organização de levantes armados de membros integralistas. Sobre esses levantes, ver: TRINDADE, 1979; CARNEIRO. 2007; MORAES, 2012

com outros intelectuais ligados à revista *A Ordem*, no Instituto Católico de Estudos Superiores, que, posteriormente, tornou-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

1.2. Do serviço público ao arcebispado no Rio de Janeiro: o desenvolvimentismo e os problemas sociais tornando-se objeto de preocupação de Dom Helder Camara

Retomando em nossa narrativa parte do recorte temporal tratado no tópico anterior – agora direcionando nosso olhar para a transição das atividades do sacerdote Helder Camara da seara da educação e político-partidária para o campo do trabalho em prol da justiça social – analisaremos as ressignificações que ele foi construindo, no decorrer dos anos, em torno do cenário histórico mundial e da doutrina social da Igreja. Destarte, ressaltamos inicialmente que em 1936, Francisco Campos, que tinha acabado de tomar posse da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, convidou o padre Camara para o cargo de técnico no Instituto de Educação do Distrito Federal. Lembrando do cenário de tensão que ele vivia no Ceará, em 1936, exposto anteriormente, esse convite era à oportunidade e à justificativa que o levou a sair de Fortaleza e ir morar no Rio de Janeiro, ficando em terras cariocas até a sua transferência para Pernambuco em abril de 1964.

Essa transferência era bastante conveniente tanto para Dom Manoel, Arcebispo de Fortaleza, pois o padre Helder tinha se tornado um problema, tendo em vista seu desentendimento com o governador Meneses; quanto para o Cardeal Dom Sebastião Leme, que conseguiria com essa transferência um padre trabalhando dentro da Secretaria de Educação. Pouco tempo depois, Helder Camara já estaria trabalhando no Instituto de Pesquisas Educacionais, órgão vinculado à Secretaria de Educação, tornando-se chefe na seção de Medidas e Programas, sendo incumbido pela elaboração das avaliações de aproveitamento das escolas.

Posteriormente, no ano de 1938, com a permissão do Cardeal Dom Leme, o Padre Camara fez concurso para técnico em educação no Ministério da Educação e Saúde. Com a sua aprovação, a Igreja Católica consolidava sua influência em tal ministério, que tinha como ministro o Gustavo Capanema, homem de confiança de

Alceu Amoroso Lima, ambos leigos católicos ligados ao cardeal do Rio de Janeiro.⁸⁹ Nos anos seguintes, o padre Helder passou por vários departamentos do Ministério, ocupando-se das diretorias dos ensinos primários, secundários e superiores. Em sua atuação profissional no Ministério, ele defendeu uma pauta apresentada pela Igreja, que, dentre as principais exigências, estava a defesa do ensino religioso optativo nas escolas públicas.

Ao mesmo tempo em que desempenhava funções no campo técnico na educação, o padre também ministrou formações para professores, dando aulas a partir de 1941 na Faculdade de Letras das Irmãs Ursulina, na Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Úrsula e nas Faculdades Católicas, que deram origem à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-RJ. As aulas na Faculdade de Letras possibilitaram, em 1943, que o padre Helder conhecesse Virgínia Lacerda, que se tornaria uma de suas principais interlocutoras durante anos.

Por muitos anos, Virgínia Lacerda foi companheira intelectual do padre Helder, analisando obras literárias, filosóficas e relativas à fé cristã. Em sua dissertação, Jordana Gonçalves Leão mapeou algumas das obras com anotações em suas bordas, em que ambos dialogavam sobre os textos lidos. O sacerdote Camara tornou-se então diretor espiritual da senhorita Lacerda e, progressivamente, outras leigas católicas começaram a participar da formação espiritual e intelectual com o referido sacerdote. A partir da prática docente, das atividades técnicas no ministério de educação e das missas na capela da Escola de Enfermagem Ana Nery, aos poucos, o padre Helder foi criando um grupo formado por mulheres católicas, chamando-o de grupo *Confiança*. Esse grupo possuía como objetivo formar um apostolado, tendo a espiritualidade das participantes dirigidas pelo então Pe. Helder Camara. Esse grupo teve uma curta duração por causa de disputas e tensões pela atenção do referido sacerdote entre seus membros.⁹⁰

Mesmo com o desmonte do grupo *Confiança*, essas mulheres continuaram mantendo um profícuo diálogo intelectual e espiritual durante décadas com o padre em questão. Algumas das participantes desse grupo tornaram-se aliadas em suas atividades pastorais, sociais e correspondentes das cartas que esse clérigo começou a enviar durante o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e se estendeu até 1985. Essa

⁸⁹ A aprovação do padre Helder Câmara e dos outros candidatos foi publicada em uma lista no jornal *O Globo*. Cf.: Os técnicos de educação – A classificação dos aprovados em concurso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1938. p.3

⁹⁰ Cf.: LEÃO, Jordana Gonçalves. **Fragmentos de um ‘diário’**: a correspondência pessoal de Helder Pessoa Câmara. 2010, 144p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Rural de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em História, 2010.

informação é relevante para o entendimento da tese, pois essas cartas que receberam o nome de circulares, possuindo como perfil uma espécie de diário e espaço de reflexão religiosa, política e social que Dom Helder compartilhava com os interlocutores chamados constantemente como Família São Joaquim e, depois da transferência para Pernambuco, como Família Mecejanense.⁹¹ Essas correspondências compõem também nosso *corpus documental* e serão tratadas de maneira minuciosa a partir dos próximos capítulos.

O destaque no campo educacional, as atividades junto ao Centro Dom Vital, do qual se tornou consultor eclesial, e as homilias pregadas nos púlpitos e via rádio, possibilitou ao padre Helder uma legitimidade em assuntos relacionados à pedagogia e às questões doutrinárias da Igreja Católica. Em vários momentos, o seu nome foi citado nos periódicos cariocas e de outras partes do país em alusão ao ensino religioso ou às medidas adotadas pelo Ministério de Educação e Saúde.

O reconhecimento intelectual do então Padre Helder Câmara entre os membros da Igreja e seus fiéis, levou o sucessor de Dom Sebastião Leme, o Cardeal Dom Jaime Câmara,⁹² a pensar em indicar o sacerdote cearense, no ano de 1942, para ser promovido a Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. No entanto, o passado integralista do padre Helder pesava sobre ele. Não podemos nos esquecer de que no referido ano o Brasil entrou efetivamente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado dos Aliados e contra as forças do Eixo, associadas às forças da extrema-direita da Alemanha, Itália e Japão. Por ser ele um ex-integralista, a nunciatura recomendou que o Cardeal Dom Jaime repensasse sua indicação. Isso levou o Cardeal a adiar por alguns anos a indicação do padre Helder ao bispado.

A dedicação ao trabalho no campo da educação e pastoral da Igreja fez com que o religioso em questão se colocasse cada vez mais distante das questões políticas. O trabalho junto aos fiéis leigos, ultrapassando o núcleo que deu origem à Família Mecejanense, ganhou novo impulso em 1947, quando o padre Helder foi um dos responsáveis pela reestruturação das secretarias, como, por exemplo, a Ação Católica Brasileira (ACB), e acabou ocupando o cargo de vice-assistente geral da ACB até 1962.

⁹¹ Os interlocutores as cartas de Dom Helder Câmara, maior parte formada por mulheres, eram tratadas na escrita pessoal do Arcebispo Dom Helder Câmara como Família São Joaquim, em referência ao Palácio Episcopal do Rio de Janeiro. Depois de 1964, com a sua transferência para Pernambuco, Dom Helder sentiu a necessidade de trocar o nome, tendo em vista que a partir daquele momento outras colaboradoras, agora do Recife, também receberam essas epístolas. Então, ao testar alguns nomes, ficou escolhido Família Mecejanense, em referência a um bairro da cidade de Fortaleza, no Ceará, terra natal do religioso.

⁹² Mesmo possuindo o mesmo sobrenome, Câmara, o Cardeal Dom Jaime Câmara não tinha nenhum parentesco com Helder Câmara.

Com a administração do Cardeal Dom Jaime, Pe. Helder Camara afastou-se do serviço público e dedicou-se ao trabalho junto às pastorais e às paróquias.⁹³ A partir desse momento, como veremos a seguir, o sacerdote Helder Camara cada vez mais se aproximou de uma produção intelectual e atuação pastoral mais progressista, afastando-se assim de um pensamento mais conservador e com base em preceitos de movimentos de extrema-direita, exposta até o momento.

A ação em conjunto do Padre José Távora, frente à Ação Católica, possibilitou ao Padre Helder Camara empreender uma visão de um catolicismo mais comprometido com os problemas sociais, causando em resposta tanto elogios e apoios, quanto críticas e oposições daqueles que consideravam que o papel da Igreja deveria ser estritamente o de zelar por questões espirituais e da moral cristã. Para a ala conservadora da Igreja, os trabalhos dos padres Helder e Távora contribuíam para a divisão e afastamento dos fiéis de um caminho espiritualista, pois estariam os dois sacerdotes dividindo os leigos em seções como Ação Católica, Liga Feminina Católica, Juventude Feminina Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Católica Brasileira e outros.

Ao mesmo tempo em que as abordagens e discussões sobre a doutrina social da Igreja ganhavam espaço entre os clérigos e leigos católicos. Como indicação de uma mudança progressiva, observamos uma constância nos debates em torno de temas de caráter social e discussões de autores como o Jacques Maritain em periódicos católicos como *A Ordem*, revista ligada ao Centro Dom Vital. Desse modo, somados as experiências pessoais na AC, o Padre Hélder participava de um circuito de intelectuais, como no caso do Alceu Amoroso Lima, que começava a discutir e construir um novo entendimento do lugar da Igreja no mundo subdesenvolvido.

O trabalho desempenhado com a ACB deu uma maior visibilidade ao padre estudado nesta tese, renovando o interesse do Cardeal Dom Jaime em indicá-lo ao bispado da Igreja Católica. Dessa forma, em 20 de abril de 1952, o até então padre Helder Camara foi conduzido à ordenação episcopal por Dom Jaime Câmara, Dom Rosalvo Costa Rego e Dom Jorge Marcos de Oliveira, tornando-se nessa ocasião bispo titular de Salde, África, e Bispo-Auxiliar no Rio de Janeiro.⁹⁴ Consideramos que essa elevação de Helder Camara na hierarquia da Igreja Católica como um sinal de que a imagem do integralismo em torno dele estava temporariamente esquecida ou minimizada em suas repercussões políticas.

⁹³ Cf.: CASTRO, 2002, p.78

⁹⁴ Cf.: O Rio recebe seu novo Bispo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1952. P.2

Num texto com título de *O arcebispo de Salde*, publicado em outubro de 1958, na seção notas religiosas, do *Jornal do Brasil*, o autor que se utilizou das iniciais A.C.V., escreveu um pouco sobre o lugar dentro da hierarquia da Igreja que Dom Helder ocupava naquele momento. No caso, é explicado que existiam três tipos de bispos, no caso, os bispos diocesanos, que administram as atividades dos vigários que compõem sua diocese; os bispos-resignatários, que ficavam na reserva, prontos para assumir o lugar de bispos titulares quando estes por problemas de idade, saúde ou pessoais, pedissem renúncia de seus bispados; e os bispos-auxiliares, que eram auxiliares de bispos, arcebispos ou cardeais. Nesse caso, recebiam a titularidade de um bispado de antigas cidades episcopais, não mais existentes, enquanto trabalhavam em conjunto com seus superiores diocesanos. Depois de explicar essas diferenças, o autor indicou uma crônica de Raquel de Queiroz, com o mesmo título de *O Arcebispo de Salde*, onde encontramos: “Como a um guerreiro cruzado, deram-lhe um principado titular em terras de África, a esse que foi o Bispo e é agora Arcebispo de Salde, pequeno burgo da Argélia, ainda em mãos de infiéis. Mas na verdade ele nasceu em Fortaleza.”⁹⁵

Ao acompanhar a cerimônia em que Dom Helder Camara se tornava Bispo-Auxiliar, a revista *O Cruzeiro* descreveu o sacerdote cearense da seguinte maneira: “... um educador que honra hoje o Conselho Nacional de Educação; de um orador sacro que arrebatava multidões; de um homem providencial que é um elo entre todas as Dioceses, pois a todas serve através do Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira.”⁹⁶ Além disso, o trabalho dele junto à Ação Católica Brasileira contribuiu no entendimento de que era necessário um órgão que servisse de canal para diálogos entre os bispos do país. Nesse sentido foi pensada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁹⁷

Sobre o processo de criação da CNBB, destacamos que aproveitando uma peregrinação de fiéis católicos brasileiros em direção a Roma, em 1950, na preparação espiritual do Ano Santo, o então padre Helder Camara, com o apoio do nuncio apostólico Dom Carlo Chiarlo e o consentimento de seu cardeal, foi ao Vaticano conversar com Monsenhor Giovanni Batista Montini. O Padre Montini – que posteriormente seria o Papa Paulo VI (1963-1978) – ocupava na época o cargo de subsecretário do Papa Pio XII. Depois de trocas de cartas, Pe. Camara chegou a Roma munido de documentos com a intenção de convencer o Mons. Montini sobre a

⁹⁵ Respectivamente: ACV. O Arcebispo de Salde. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1958. p.6; QUEIROZ, Raquel. **100 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro, 1958. p.318

⁹⁶ De Arão a D. Helder Câmara. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1952. p. 34

⁹⁷ PILETTE, 2008, p.137-144

necessidade de criar um órgão que pudesse articular as dioceses brasileiras. Esses documentos foram formulados e estruturados a partir da experiência do então padre Helder à frente da ACB. Em meio a essa conversa sobre a necessidade de se criar tal organização, Mons. Montini teria questionado que por tudo aquilo que tinha visto no projeto para Conferência do Bispo do Brasil, caberia ao padre Helder e sua experiência na administração da Ação Católica a função de secretário-geral dessa organização de bispos brasileiros.

Então teria perguntado Mons. Montini se na condição de padre, expor tal projeto não seria uma tentativa de autopromoção do Pe. Helder? Como resposta, Pe. Camara teria dito:

“Vossa Excelência tem o título de excelência, muito merecido, mas não me consta que seja bispo, se Deus se serve de não bispo para ser o elo do episcopado no mundo inteiro, porque não se poderá servir de um não bispo para ser o elo do episcopado no Brasil?” Monsenhor Montini nesta hora sorriu de tão feliz, foi aí que nasceu nossa amizade ...⁹⁸

Dom Helder Camara já tinha sido sagrado bispo de Salde quando a aprovação para a criação da CNBB saiu.⁹⁹ Nesse processo, estiveram também presentes na criação da CNBB: D. João Távora, D. Fernando Gomes, Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e o padre Cândido Padin.¹⁰⁰ Depois disso, Mons. Montini incentivou Dom Helder a participar da criação do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), com a colaboração de Dom Manuel Larraín, bispo de Talca, Chile. Ambos já tinham trabalhado juntos em um encontro frustrado com bispos norte-americanos. Esses dois órgãos, CNBB e CELAM, assumiram papéis importantes no decorrer do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965).¹⁰¹ Sobre a atuação de Dom Helder em meio a essas organizações de prelados, dedicaremos uma atenção maior no segundo capítulo, quando discutiremos sobre os preparativos e atividades do referido religioso, analisando prioritariamente sua produção intelectual sobre a questão do desenvolvimento para o terceiro mundo, no referido Concílio.

⁹⁸ CÂMARA, **Entrevista**. 1982. Fita 3, Lado A, p.19

⁹⁹ PILETTE, 2008, p.161

¹⁰⁰ SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. *In.*: MOURA, Antonio Carlo (Org.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 17-64, 1981. p.22-23

¹⁰¹ BANDEIRA, Marina. **Vigília e Testemunho**. Rio de Janeiro: EDUCAM; Ed. Reflexão; Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2013. p.33-34

Em 1954, enquanto secretário-geral da CNBB e um dos idealizadores do CELAM, o sacerdote Camara foi elevado a Arcebispo-Auxiliar e com direito à sucessão. Como Arcebispo-Auxiliar, Dom Helder começou a desenvolver algumas empreitadas de cunho social, procurando nesse processo inicial combater a pobreza visível no Rio de Janeiro. Posteriormente, como veremos no decorrer da tese, começou a perceber a questão do subdesenvolvimento de maneira mais ampla e complexa, procurando assim construir uma concepção de atuação pastoral que estivesse em um dinâmico diálogo entre as questões espirituais e as necessidades para uma maior qualidade de vida dos mais pobres. Sendo essa perspectiva os pilares do que classificamos como o desenvolvimento integral defendido por esse religioso. Antes de uma ação mais incisiva nesse campo, em que começaria a trabalhar e discursar sobre um desenvolvimento com bases no humanismo cristão, Dom Helder destacava-se como orador pelos seus escritos em periódicos e por sua habilidade de articulação e organização de eventos.

Esse processo de mudança na leitura de mundo do personagem aqui estudado remete-nos inicialmente ao ano de 1953, quando começaram os preparativos para a realização do Congresso Eucarístico Internacional (CEI), no caso a 36ª edição, que deveria ser vivenciado em 1955, envolvendo milhares de clérigos e fiéis leigos católicos. Não que compreendamos essa data como um marco indiscutível ou temos a necessidade de estabelecer início de algo, como se fosse possível estabelecer um dia ou ano para se determinar as mudanças na forma de ver o mundo de um determinado sujeito. Mas, escolhemos esse ano apenas como um lugar relevante para traçarmos as análises que se seguem.¹⁰²

Desse modo, retomando a narrativa dos fatos, por meio do pedido do Cardeal Dom Jaime Câmara ao Papa Pio XII, este escolheu o Rio de Janeiro para palco do grande evento católico. Na ocasião, indicado pelo cardeal brasileiro, Dom Helder Camara assumiu a função de secretário-geral do 36º CEI. Caberia então a ele e a seus interlocutores, a organização do congresso. Nesse caso, tiveram papéis imprescindíveis os componentes da Ação Católica e as colaboradoras de Dom Helder, que o acompanhavam desde a época do grupo Confiança, que depois compuseram as Famílias

¹⁰² Sobre a desnaturalização do passado, nós indicamos: FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder – Curso do Collège de France, 07 de janeiro de 1976. *In.*: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 167-177, 2006

São Joaquim e Mecejanense.¹⁰³ Destacamos o nome de Cecília Monteiro, secretária do então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e articuladora das atividades que possibilitaram a realização do referido encontro.

O jornal carioca *A Cruz* noticiou um dos encontros para a organização do CEI, no caso, a reunião de junho de 1954, que estava sendo dirigido pelo Dom Helder, por causa de uma ausência não justificada, no texto, do Cardeal Dom Jaime. Segundo essa revista, depois de tratar de assuntos da agenda geral, os religiosos se dedicaram aos planejamentos iniciais para o CEI, que abarcavam a preocupação com a preparação espiritual, a participação das autoridades leigas e religiosas, as hospedagens, as celebrações das missas, procissões e a estrutura física para comportar todos os participantes do congresso.¹⁰⁴ Esse trabalho logístico se deu em conjunto com Dom José Távora, também Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e amigo próximo de Dom Helder, desde que este chegou ao Rio de Janeiro em 1936. A proximidade dos dois religiosos fez com que Dom Helder se referisse ao amigo sacerdote em suas correspondências e no dia a dia com o pseudônimo de *Eu*, procurando assim indicar a fraternidade e unidade de pensamentos de ambos.¹⁰⁵

Para a realização do CEI, ainda em 1953, por intermédio da Igreja, o governo Federal, com o presidente Getúlio Vargas a sua frente, comprometeu-se em realizar o mais rápido possível as obras de aterramento da Praia de Santa Luzia, no Guanabara. Esse aterro seria o palco do encontro católico. Contudo, em 1954 as obras ainda não tinham saído do papel e Dom Helder se viu obrigado a procurar novamente o presidente Vargas para conversar, tendo em vista que o Cardeal Dom Jaime Câmara cogitava comunicar ao Papa Pio XII que as obras não ficariam prontas a tempo e assim cancelar o evento. Evidente que tal ato levaria, por uma questão moral, Dom Jaime a renunciar o seu cargo dentro da hierarquia da Igreja. A partir desse momento, o governo federal se comprometeu em adiantar os trabalhos, que começaram a ser de fato realizados.¹⁰⁶

Com parte do trabalho concluído, a celebração eucarística no início de 1955, inaugurou parte desse espaço. Em dezembro de 1954, a revista *O Cruzeiro*, na reportagem *A maior manifestação religiosa do Brasil: a missa de ano novo* – colocando

¹⁰³ BANDEIRA, 2013. p.25-32

¹⁰⁴ Cf.: Reunião Mensal do Clero. Depois de tratados assuntos habituais, informa-se o Clero sobre a preparação do Congresso Eucarístico Internacional. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1954. p.4

¹⁰⁵ Sobre a relação de amizade de Dom Helder e Dom Távora, Cf.: BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de (organizadores). **Dom Helder: O artesão da paz**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 23-24

¹⁰⁶ PILETTE, 2008, p.183

ao lado da chamada uma fotografia de Dom Helder Camara – anunciou que “a Baía de Guanabara vai mudar de fisionomia. Com o aterro que se está fazendo da área compreendida entre o Aeroporto Santos Dumont e o Morro da Viúva, o Rio de Janeiro ganhará mais de 1.100.000 metros quadrados de terreno.”¹⁰⁷



Imagem 1: A maior manifestação religiosa do Brasil
Fonte: A maior manifestação religiosa do Brasil: a missa de Ano Novo. **O Cruzeiro.** Rio de Janeiro, 25 Set. 1954. p.125

As proporções tanto dessa celebração da missa do ano novo, como do evento do CEI como um todo, modificaram bastante o horizonte urbanizado do Rio de Janeiro. A interferência também ocorreu nas tradicionais festas do final de ano, que não teriam bandas de músicas, blocos e agremiações de carnaval funcionando, como era de costume entre os cariocas. A revista *O Cruzeiro*, considerando as mudanças nas práticas de festejos do final de ano, assim justificou: “À noite de Ano Novo será atribuído assim o sentido religioso que ela sempre teve, nos corações de todos os brasileiros, com as preces que se fazem por uma vida melhor.”¹⁰⁸ O objetivo, segundo esse periódico, era

¹⁰⁷ A maior manifestação religiosa do Brasil: a missa de Ano Novo. **O Cruzeiro.** Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1954. p.125
¹⁰⁸ *Ibid.*

que a passagem do ano fosse um grande ensaio para a realização do Congresso Eucarístico.¹⁰⁹

O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto 1954, juntamente com as tensões políticas, afundaram o país numa grande crise. Dom Helder acompanhou de perto as tentativas de reação do presidente Vargas, atacado pela oposição liderada por Carlos Lacerda e contando com o apoio de vários políticos, parte da sociedade civil e algumas alas de militares. No começo do ano em que o presidente ceifaria a própria vida, as obras para o CEI estavam quase paralisadas e havia um temor que não ficariam prontas a tempo. O jornal *A Cruz* expôs que “surgem aqui-acolá, os empedernidos num inglório e vão esforço de tudo sabotar. Dir-se-ia que o demônio não se conforma e sempre se inquieta com a glória de Deus.”¹¹⁰ Especificando logo em seguida os motivos para a lentidão que o transporte da areia para o aterro tomou:

Estranhando a lentidão ou quase paralisação dos trabalhos, procuramos investigar a sua causa e viemos a saber que agora, ao invés de várias empresas, uma só que ganhou a última concorrência, monopolizou toda a empreitada. Os seus dirigentes estão displicentes e, embora reconheçam que sozinhos não são capazes de dar conta da gigantesca tarefa, não se animam nem têm recursos para contratar empresas subsidiárias para transportar a terra do Morro de Santo Antônio [para a Praia de Santa Luzia]. Assim o que duzentos caminhos faziam num dia, esperam fazer com meia dúzia apenas.¹¹¹

No final, mesmo com os problemas para a execução dos trabalhos, o evento acabou sendo um grande sucesso de organização e atraiu milhares de religiosos e fiéis leigos. A revista *O Cruzeiro* cobriu o encerramento do evento em 1955, com várias fotografias,¹¹² e elogios ao trabalho encabeçado por Dom Helder, então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. Ressaltando em suas páginas, a referida revista, o reconhecimento popular do sacerdote cearense na organização daquele evento.¹¹³

Depois da realização do Congresso Eucarístico, o material usado para a construção dos palcos e arquibancadas foi doado para a construção de casas populares.¹¹⁴ Enquanto isso, Dom Helder, que tinha sido promovido a Arcebispo-

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Em Xequê o Prestígio do Governo: entraves burocráticos (ou interesses inconfessáveis?) quase paralisam as obras da Praça do Congresso – precisa agir o prefeito Alim Pedro. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1955. p.2

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Fotografia em anexo

¹¹³ Cf.: O encerramento do Congresso. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 1955. p.6

¹¹⁴ A utilização do material usado na CEI e do aterro para a urbanização da cidade, foi cogitado desde o início da organização desse evento católico. Cf.: “Prometo aos cariocas o desmonte do morro de Santo Antônio”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1953. p.3

Auxiliar, em abril de 1954, foi reconhecido como um grande organizador e capaz de viabilizar grandes eventos como o caso da celebração no Maracanã, que reuniu cerca de 120 mil pessoas, segundo os jornais da época.¹¹⁵ Depois do Congresso, em 1955, que foi amplamente noticiado nos periódicos, Dom Helder empenhou-se em ações sociais. Segundo Dom Camara, o encontro com o Cardeal Dom Pierre-Marie Gerlier, de Lion, teve sobre ele grande influência no redirecionamento das atividades pastorais e de cunho sociopolítico. Em depoimento ao jornalista J. Broucker, Dom Camara confessou:

Cardinal Gerlier said to me: 'I was determined to see you because there's something I must say to you before I leave. I have had some experience in organization, and it's clear to me that the reason this congresso has gone so well is because there was a talented organizer in charge. And that's the reason why I insisted on seeing you. May I speak to you as a brother, a brother in baptism, a brother in the priesthood, a brother in the episcopate, a brother in Christ? Brother Dom Helder, why don't you use this organizing talent that Lord has given you in the services of the poor? You must know that although Rio de Janeiro is one of the most beautiful cities in the world it is also one of the most hideous, because all these *favelas* in such a beautiful setting are an insult to the Lord.'

And so the grace of the Lord came to me through the presence of Cardinal Gerlier. Not just through the words he spoke: behind his words was the presence of a whole life, a whole conviction. And I was moved by the grace of the Lord. I was thrown to the ground like Saul on the road to Damascus.

I kissed the cardinal's hands: 'This is a turning point in my life! I will dedicate myself to the poor! I'm not so sure that I have a particular talent for organization, but I will offer all the Lord has given me in the services of the poor.'¹¹⁶

Nos anos seguintes, como muitos pesquisadores indicam, Dom Helder deu uma guinada em suas atividades pastorais e atuação como religioso e intelectual, voltando-se com mais afinco a assuntos concernentes aos problemas sociais. No entanto, mesmo com o aviso do cardeal de Lion tenha assumido um lugar importante na memória

¹¹⁵ Cf.: GASPAR, Carlo. Rio – Capital Eucarística. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1954. p.18-b –18-e

¹¹⁶ O Cardeal Gerlier disse-me: "Estava determinado a vê-lo porque há algo que devo dizer-lhe antes de partir. Tive alguma experiência em organização e está claro para mim que o motivo desta congresso ter corrido tão bem é porque havia um organizador talentoso no comando. E é por isso que insisti em vê-lo. Posso falar com você como um irmão, um irmão no batismo, um irmão no sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo? Irmão Dom Helder, por que você não usa esse talento de organização que o Senhor lhe deu no serviço aos pobres? Você deve saber que embora o Rio de Janeiro seja uma das cidades mais bonitas do mundo, também é uma das mais horríveis, porque todas essas favelas em um cenário tão bonito são um insulto ao Senhor. '

E assim a graça do Senhor veio a mim por meio da presença do Cardeal Gerlier. Não apenas pelas palavras que falou: por trás das suas palavras estava a presença de toda uma vida, de toda uma convicção. E fui movido pela graça do Senhor. Fui jogado no chão como Saulo na estrada para Damasco.

Beijei as mãos do cardeal: 'Este é um ponto de viragem na minha vida! Vou me dedicar aos pobres! Não tenho certeza se tenho um talento especial para organização, mas vou oferecer tudo o que o Senhor me deu no serviço aos pobres. (Tradução nossa) CÂMARA; BROUCKER, 1979, p. 151-152

peçoal do Dom Camara, o momento histórico brasileiro e mundial corroborou para as mudanças na atuação dele.

Destacamos para as décadas 1950 e 1960, dentro do universo político-teológico da Igreja, uma mudança no pensamento da doutrina social da Igreja foi adotada por alguns religiosos e intelectuais católicos, tomando medidas consideradas de esquerda por uma oposição mais conservadora, a partir do momento que elencaram problemas sociais para a agenda de atuação para a Igreja. Dentre esses eclesiásticos, estava Dom Helder Camara que progressivamente foi se afastando de grupos que procuravam manter a Igreja engajada em temáticas de cunho moral e da defesa de uma perspectiva de tradição cristã, para uma perspectiva que defendia uma Igreja mais engajada nas questões do mundo moderno e de suas demandas sociais. Ainda dentro dessa seara, no cenário carioca, parte dos membros do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, começaram a adotar as ideias de Jacques Maritain com o humanismo integral¹¹⁷ e a conceber a fé cristã mais próxima de preceitos democráticos.¹¹⁸ Por fim, a convocação para o Concílio Ecumênico foi um marco de mudança e renovação no pensamento e nas práticas da Igreja no século XX, como veremos no capítulo seguinte.

Somado ao cenário de mudanças da Igreja, o recorte temporal analisado a partir deste momento, foi marcado por alianças políticas e de amizade entre Dom Helder e pessoas do alto escalão da política brasileira, como os presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.¹¹⁹ Compreender as atividades de Dom Helder no campo social e de alianças políticas acaba conduzindo-nos a elencar dois projetos pensados e executados por esse religioso. No caso, a Cruzada São Sebastião (CSS) e o Banco da Providência (BP).¹²⁰

¹¹⁷ No livro *Humanismo Integral*, o filósofo francês Jacques Maritain defendeu que o cristianismo não deveria se resumir a apenas um aspecto da vida humana, no caso, o espiritual. Caberia à Igreja e aos cristãos dedicarem a todos os espectros do caleidoscópio da vida humana, que abarcava o mundo material, cultural, político e religioso. Cf.: MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**. São Paulo: Dominus Editora, 1962

¹¹⁸ Sobre Jacques Maritain, e sua ideia de humanismo integral, observa-se uma tentativa de readequar o pensamento tomista adequando a uma visão mais democrática para a atuação cristã. Cf.: MARITAIN, 1962. Aos poucos, como discutido por Cândido Moreira Rodrigues, o pensamento do filósofo francês ganhou espaço nas leituras com os intelectuais do Centro Dom Vital. Cf.: RODRIGUES, Cândido Moreira. “Observações insuficientes de fenômenos parciais da sociedade”: comunismo e democracia em Alceu Amoroso Lima. *In.*: _____, BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950**. Cuiabá, MT: Ed. UFMT, 77-101, 2011. p.90. Ainda sobre os preceitos democráticos e próximos ao liberalismo, destacamos o tópico “*Maritain e a democracia*”, no livro *O Bom Combate* de Christiane J. de Paula. Cf.: PAULA, Christiane Jalles. **O bom combate: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976)**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015. p. 42-50

¹¹⁹ O pós-guerra foi marcado por um processo de projetos de cunho desenvolvimentista, tendo no Brasil o governo de Juscelino Kubitschek seu maior expoente. Cf.: SALEM, 1981.p.22

¹²⁰ BANDEIRA, 2013. p.35-40

Para começar a abordar o primeiro projeto, destacamos a seguinte marchinha carnavalesca:

OBRIGADO, REVERENDO

Obrigado, reverendo
Deus lá no céu está vendo
A nossa gratidão
Acabou meu sofrimento
Você fez apartamentos
Em lugar de barracão
E a favela diz bem alto
Quem traz o morro para o asfalto
Tem o nosso coração.

Ai, ai, só vendo o reverendo,
Só vendo quanta alegria.

Ai, ai, só vendo o reverendo
Só vendo o olhar de Maria.¹²¹

Uma nota sobre essa canção foi publicada na revista *O Cruzeiro* de 28 de julho de 1956, onde se lia: “O próximo carnaval é o foco de todos os interesses do momento de compositores e cantores. Uma das “bombas” a ser lançada é “Obrigado, Reverendo”, de Luís Antônio, e dedicada a D. Helder Camara e sua campanha a favor dos favelados.”¹²² Essa música – gravada no disco *Copacabana 5662* – indica o reconhecimento, em meio à opinião pública, dos trabalhos sociais do então arcebispo-auxiliar Dom Helder Camara.

Essa marchinha carnavalesca tinha como tema as obras da Cruzada São Sebastião, empreendimento liderado por Dom Helder Camara, logo após a realização do CEI. Representando a Arquidiocese do Rio de Janeiro e atuando em conjunto com Dom Távora, o referido Arcebispo-Auxiliar começou a trabalhar junto às favelas cariocas a partir da reutilização das madeiras dos altares, arquibancadas e outras estruturas físicas do Congresso Ecumênico nas casas e barracos dos moradores das comunidades carentes. Nesse processo, a CSS apresentou um projeto que visava acabar com as favelas cariocas até 1967, ano que seria comemorado o quarto centenário da fundação da então capital do país.¹²³

¹²¹ Antônio , Luís. Obrigado, Reverendo. In.: **Disco Copacabana 5662**. 1956. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ntmz_dEusg0> Acessado em 20 de fevereiro de 2017.

¹²² Nota. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 28 Jul. 1956. p. 152

¹²³ Cf.: “No futuro não haverá favelados”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1955. p.10

Segundo dados encontrados nos periódicos – consultamos *A Ordem*, *O Cruzeiro*, *A Cruz*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Diário de Pernambuco* – a Cruzada São Sebastião, segundo as expectativas, resolveria o problema de habitação de aproximadamente 400.000 moradores das favelas cariocas, população correspondente na época à cidade de Belo Horizonte, segundo dados do censo de 1940.¹²⁴ Em setembro de 1955, dois meses após a realização do CEI, o jornal *A Cruz* publicou um artigo que revelava um ousado plano de trabalho que pretendia:

Acabar com uma favela, construindo 2.500 apartamentos para os seus moradores. Este é o plano que D. Helder Camara, arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro apresenta à Comissão Mista que trata do problema das favelas, no gabinete do chefe de Polícia, coronel Geraldo de Meneses Côrtes. O nome da favela será divulgado somente quando estiver concluído o censo dos seus habitantes, ou seja, daqui a 15 dias. Até lá, para evitar a migração em massa de moradores de outras favelas para o local, haverá sigilo.¹²⁵

A proposta veio a público, mas inicialmente a comunidade que seria contemplada com o projeto de urbanização foi mantida em segredo. Essa medida foi adotada acreditando que a divulgação prematura poderia levar a intensas migrações entre os moradores das comunidades pobres do Rio de Janeiro. No final, os moradores da Favela da Praia do Pinto, Zona Sul do Rio de Janeiro, foram escolhidos.

No texto *D. Helder sob o sol da Praia do Pinto: Guerra às favelas*, publicado na revista *Cruzeiro*, foi exposto aos leitores imagens e textos, apresentando a leitura dos jornalistas sobre o cenário que encontraram na referida favela, contendo também as reflexões pessoais e entrevista com Dom Helder Camara.¹²⁶ Dentre as dificuldades apontadas no texto da revista, que era também comum em outros periódicos da época, estava a ausência de um censo habitacional que pudesse quantificar objetivamente a população das favelas cariocas e assim contribuir com o trabalho de urbanização da cidade. Trabalhavam, na CSS, com um número estimado de 400.000 moradores distribuídos em 150 favelas.

Na tentativa de diminuir essa dificuldade, o Cardeal Dom Jaime Câmara, por meio da Fundação Leão XIII, órgão que estava sob sua alçada, enviou 106 párocos pelas favelas do Rio de Janeiro para que articulassem um censo habitacional e assim construir

¹²⁴ A Cruzada São Sebastião. *A Ordem*. Rio de Janeiro, Abril de 1956. p.48;

¹²⁵ 2.500 apartamentos para Favelados: O plano de Dom Helder Câmara. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1955, p.1

¹²⁶ MENDONÇA, Yedo. Helder sob o sol da Praia do Pinto: Guerra às favelas. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 17 de Março de 1956.

uma visão geral da situação das favelas cariocas. O resultado desse trabalho foi a elaboração de perfis das comunidades mais pobres do referido Estado e também a produção de informações importantes para as atividades da Cruzada no decorrer dos anos seguintes.

O projeto para a Favela da Praia do Pinto propunha a construção de 910 apartamentos distribuídos em 10 blocos de prédios, com sete andares e sem elevadores. No caso, os “... apartamentos são modestos, claro. Mas todos terão quarto ou quartos, cozinha, banheiro, com água, luz, esgoto e gás.”¹²⁷ Em meio a esse conjunto residencial, os moradores iriam desfrutar de uma creche, um jardim de infância, uma escola primária e artesanal, um posto de saúde, um mercadinho, uma Igreja Católica. Ao ser questionado como ocorreria a distribuição dos apartamentos, Dom Helder respondeu:

– “Antes de tudo – responde-me – o candidato em que morar na Praia do Pinto (e a Fundação Leão XIII, que ali trabalha há nove anos tem fichário completo, de barraco a barraco). Não podemos esquecer as famílias numerosas: em tese, quanto mais filhos, tanto mais indicado. Olhamos é claro o salário dos que trabalham em cada barraco.”¹²⁸

Nessa citação, observa-se a relevância do trabalho da Fundação Leão XIII na articulação e viabilidade do projeto da CSS. O trabalho conjunto desses dois órgãos ligados à Igreja contribuía para criar um perfil, mesmo que superficial, dos moradores das comunidades pobres do Rio de Janeiro no decorrer da década de 1950. No entanto, persistia na imprensa alguns estereótipos em relação aos moradores das comunidades pobres, como se observa no texto da revista *O Cruzeiro*, quando descreveram:

Entramos na Praia do Pinto. Ambiente de miséria e podridão. Milhares e milhares de moscas povoam as três ou quatro centenas de barracões de metro e meio, dois metros de altura, terra batida, lama quando chove, mau cheiro, sujeira conservada. Observo, porém, que todos os moradores têm um rádio – invariavelmente ligado para um desses programas barulhentos de reis e rainhas sem coroa.

D. Helder é popular. Homens, mulheres e crianças o assediam de todos os lados. Um negro, alto e musculoso, se aproxima:

– Benção. Seu Vigário.

Como substituiria ele essas palavras, se o encontro tivesse ocorrido, à noite, naquele mesmo local? Ainda estou pensando nisso, enquanto o negro musculoso volta a acocorar-se, para “esquentar o sol”, quando novamente ouço a voz de D. Helder:

– Não é humana a situação dos moradores das Favelas do Rio. É impossível viver-se nesses barracos infectos, sem água, sem luz, sem esgoto.

¹²⁷ Ibid. p.78

¹²⁸ Ibid. p.80

Concordo. Passo uma vista rápida pelas redondezas, e vejo, pelo menos três dezenas de homens e mulheres, acorados uns, jogando ronda outros pitando um cigarro de palha ainda outros. Lembro-me, não sei por que associação de ideias, que minha velha mãe necessita, urgentemente, de uma empregada. Não precisa de ser lá grande coisa: um pouco de trabalho, em troca de casa, comida, mil e quinhentos cruzeiros mensais...¹²⁹

Além da apatia com que foram descritos os moradores da referida comunidade carioca, observa-se neste e em outros textos, jornalísticos da época, que eles, os moradores das favelas e pobres no geral, representavam um problema social, vivendo em meio à sujeira e, por esse motivo, propagavam doenças para as áreas vizinhas. Ao mesmo tempo, esses indivíduos também poderiam representar mão de obra barata, como dito na citação acima: “Não precisa de ser lá grande coisa: um pouco de trabalho, em troca de casa, comida, mil e quinhentos cruzeiros mensais...”¹³⁰

Os moradores das favelas também eram associados, em muitos textos jornalísticos, à malandragem e à criminalidade da cidade. No caso da Favela da Praia do Pinto, a tensão era com a proximidade geográfica com o bairro do Leblon, área nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro. Importante destacar que constava entre os objetivos da CSS que os casebres e barracos fossem substituídos por apartamentos na mesma região, promovendo uma melhoria na qualidade de vida e proporcionando uma convivência entre grupos sociais distintos. Entretanto, essa ideia não era bem aceita pelos que não moravam nas favelas, que associavam em seus argumentos a presença dos mais pobres aos altos índices de criminalidade e a outros problemas sociais. Sobre esse assunto, destacamos uma entrevista com Dom Helder:

[Jornalista] – Falar sobre os assaltos e crimes que se repetem no Rio de Janeiro?

[Helder] – Já entendi: como tem havido assaltos numerosos na Leblon, e é ali que se acha o Bairro São Sebastião, para onde está sendo transformada a Favela da Praia do Pinto, há de haver, com certeza, quem esteja associando os dois fatos, e atribuindo à minha gente as cenas de gangsterismo indígena. Tenho várias observações a fazer. Dei-me ao trabalho de acompanhar pelos jornais as buscas aos assaltantes do Leblon. Até agora não apareceu ninguém morando na Praia do Pinto. Não quero dizer com isso que na Favela não haja malandros. Malandro não é monopólio das Favelas. Não me admira que haja maus elementos nas favelas – espanta-me é que haja ali gente boa, abandonada pela Igreja, pela sociedade e pelo Governo. O grande número dos moradores das favelas é de gente decente, trabalhadora, que anseia por integrar-se na vida normal do bairro e da cidade – gente que contribui para os Institutos, numa média de 80%.¹³¹

¹²⁹ Ibid. p.78

¹³⁰ MENDONÇA, 1956, p.78

¹³¹ LEMOS, Ubiratan de. Leblon, hora Zero. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1957. p.128

Ao compreender o motivo que levou ele, Dom Helder, a ser entrevistado sobre a violência no bairro do Leblon, o Arcebispo-Auxiliar fez a defesa dos moradores e uma crítica das condições de vida destes. No final, do trecho citado, encontra-se um dado produzido pela Fundação Leão XIII, que indica que mais de 80% dos moradores são contribuintes da previdência social. Número esse usado para legitimar o discurso que os moradores dos morros cariocas eram trabalhadores e que mereciam uma maior e melhor assistência do governo e da sociedade como um todo.

O trabalho da cruzada exigia grande articulação por parte de seus membros, principalmente para conseguir financiamento do projeto. No decorrer das obras do conjunto residencial da Praia do Pinto, Dom Helder e Dom Távora tiveram que repetir várias vezes na imprensa de onde estava vindo o dinheiro para as construções, que tinham sua origem tanto do próprio governo Federal, como de investimentos e doações de pessoas físicas e empresas privadas. Esse trabalho com a CSS fez Dom Helder ser conhecido no país e fora dele como o “Bispo das Favelas”, ofuscando assim o trabalho do Cardeal Dom Jaime com a Fundação Leão XIII.¹³²

Para indicar de onde saía o dinheiro, retomamos algumas informações contidas na entrevista publicada na revista *O Cruzeiro*, em 1956, que recebeu o título: *Helder sob o sol da Praia do Pinto: Guerra às favelas*. Destaca-se no artigo o envolvimento de algumas instituições privadas como o *Jockey Club*, que segundo D. Helder teria em torno de 484 funcionários morando em três favelas do Rio de Janeiro, possuindo assim uma obrigação com seus trabalhadores. Somado a essa empresa, doações como as de *Ricardo Jaffet*, que deu um milhão de cruzeiros em ferro, correspondendo a 1/6 do que seria utilizado na Favela da Praia do Pinto. Enquanto a firma *Probal* ofereceu tinta para pintar todos os dez blocos que seriam construídos na favela citada; e, por fim, o *Ponto Frio* concedeu dez máquinas de costura e 20 conjuntos de mobília para cozinha.¹³³ Evidente, que essas doações, como outras não citadas aqui, eram destacadas e repetidas com certa frequência nos periódicos, sendo utilizada também como uma forma de propaganda, que ligava essas empresas aos projetos humanitários e cristãos.

Com o governo federal, Dom Helder esperava a liberação por parte da Câmara dos Deputados de uma verba de 50 milhões para a realização da construção do citado conjunto residencial. No entanto, as tensões do final do governo de Café Filho, que não

¹³² COUTO, Mario. Cruzada da Urbanização das Favelas. **A Cruz**. Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 1955. p.9

¹³³ Cf.: MENDONÇA, 1956

chega nem a concluí-lo por causa de problemas de saúde, dificultaram a liberação do dinheiro. Quem assumiu seu lugar foi o deputado Carlos Luz, tendo sido logo impedido de governar por um golpe militar orquestrado pelo general Teixeira Lott, que legitimou a posse do senador Nereu Ramos. Esses problemas adiaram a liberação da referida verba que saiu apenas em 10 de junho de 1957.¹³⁴

Posteriormente, a proximidade de Dom Helder com Juscelino Kubitschek, proporcionou a realização de vários projetos, como o “plano de autofinanciamento” da CSS, como chamou Pilette,¹³⁵ ao tratar da doação de terras de alagadiços que seriam aterradas e depois vendidas em pequenos lotes, isso à margem da avenida Brasil. Segundo este autor: “... chegaram a ser aterrados nada menos que 850 mil metros quadrados de área, e a venda dos terrenos acabou sendo, de longe, a principal fonte de receita da Cruzada São Sebastião, fornecendo quase 80% de recursos entre 1956 e 1960.”¹³⁶ Ao mesmo tempo, a proximidade com JK levou o Arcebispo Dom Camara a romper com outros políticos, como no caso do Carlos Lacerda.

As atividades de Dom Helder frente à Cruzada foram em muitos momentos noticiados a partir de tensões com alas da Igreja, partidos políticos e grupos sociais. Como exemplo disso, um dos colaboradores da revista *A Ordem*, Fábio Alves Ribeiro escreveu:

A Cruzada teve, de imediato, de enfrentar em vários setores a oposição dos comunistas e seus elementos auxiliares, que até mesmo das armas da calúnia se serviram para impedir ou dificultar o trabalho iniciado por D. Helder Camara. O Partido Comunista apoiou e continua a apoiar o atual ocupante da presidência da república e presumivelmente essa ajuda não foi gratuita. (Havia, em poder da polícia carioca, provas materiais do “acordo” entre o PTB e os comunistas para as recentes eleições. Depois dos golpes de novembro, não se ouviu mais falar nessas provas). Além de elementos seus, que agora ocupam vários postos-chave da administração, dispõem os comunistas de parlamentares, eleitos provavelmente graças aos votos dos soviéticos, que seguem a linha do Partido mesmo sem a ele pertencerem. Isso parece explicar as dificuldades que a Cruzada vem encontrando em certos setores do parlamento e da administração.¹³⁷

A CSS esteve no decorrer das décadas de 1950 e 1960 em meio às disputas e aos interesses de partidos políticos e seus atores, esses tentaram associar suas imagens à da Cruzada ou, quando se colocavam na oposição, procuravam elementos para deslegitimar as ações de Dom Helder e Dom Távora na referida empreitada. Geralmente recorrendo

¹³⁴ PILETTE, 2008, p.202

¹³⁵ Ibid. p.204

¹³⁶ Ibid. p.205

¹³⁷ RIBEIRO, Fábio Alves. A Cruzada São Sebastião. *A Ordem*. Rio de Janeiro, Abril de 1956. p. 48-49

ao artifício de classificá-los como comunistas ou, pelo menos, simpatizantes da esquerda. Mesmo que artigos como o citado anteriormente tendessem a apresentar a empreitada de Dom Helder como uma ameaça a partidos como o Partido Comunista Brasileiro, geralmente o Arcebispo era apresentado como adepto ou defensor de ideias comunistas / socialistas.

A oposição ao Arcebispo-Auxiliar era recorrente no jornal *O Semanário*, publicando vários textos questionando o que seria o verdadeiro empenho da CSS, apontada como órgão de captação de dinheiro público que deveria ser destinado aos mais pobres, mas que acabava sendo canalizado para a Igreja e elite econômica e política do Rio de Janeiro. Nas páginas desse jornal, Dom Helder Camara era apresentado como demagogo e homem ganancioso, com interesse em defender os proprietários das terras, onde ficavam as favelas e a própria Igreja Católica, que consolidava ainda mais seu espaço em meio às comunidades carentes. Assim, a Cruzada São Sebastião era descrita como “... objetivando capitalizar em favor de um grupo reacionário as imensas possibilidades de obtenção de dinheiro a pretexto de proteção aos favelados.”¹³⁸ Isso com o apoio de JK, que via no clero uma forma de ganhar legitimidade política.¹³⁹

Muitos deputados e o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, também fizeram forte oposição à CSS e a Dom Helder, argumentando que o seu trabalho de doação de apartamentos desvalorizava as áreas nobres da cidade, aumentava o índice de criminalidade e incentivava o êxodo rural, atraindo mais pessoas para as favelas, que chegavam esperançosas de ganharem apartamentos da Igreja. Segundo Lacerda, por causa de seus interesses políticos que se sobrepunham aos religiosos, Dom Helder “cultiva a miséria como quem cultiva seu jardim”.¹⁴⁰

A Cruzada São Sebastião não conseguiu repetir o mesmo desempenho na construção de apartamentos em outras comunidades fora da Praia do Pinto, assumindo com o passar do tempo uma função de interlocutora entre moradores, donos das terras em que as favelas eram erguidas e o governo. Esse tipo de atuação ocorreu em 1957 no Morro Azul, em 1959 em Parada de Lucas e, no decorrer dos anos, em outras áreas do Rio de Janeiro. Essa mudança era necessária, pois a CSS não tinha como cumprir a meta de acabar com as favelas do Rio de Janeiro e, as obras na favela do Pinto, acabaram

¹³⁸ TORRES, Magarinos. O compromisso do presidente Juscelino com os trabalhadores favelados. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 19 a 26 de junho de 1958. p.6

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ PILETTE. 2008, p.210

atraindo mais moradores para as comunidades cariocas, que chegavam com a esperança de ganharem um apartamento da Cruzada. Nesse momento, Dom Helder começava a discursar que não adiantava apenas a distribuição de apartamento, mas a solução estaria em mudanças nas estruturas do país, começando com a reforma agrária.

Importante refletir que as favelas eram grandes nichos eleitorais e trabalhos como o da Cruzada atraíam as atenções dos partidos políticos. Desse modo, a CSS representava um cabo eleitoral respeitável e conquistar seu apoio daria vantagens na hora das disputas nas urnas. Ao mesmo tempo, os seguimentos políticos que faziam oposição, procuravam disputar espaços nas comunidades carentes, para isso era necessário deslegitimar o trabalho de Dom Helder junto aos moradores das favelas. O exemplo disso, a tentativa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de organizar um Congresso Petebista dos Favelados, reunindo 23 comunidades de várias áreas do Distrito Federal. Em oposição à tentativa de partidarização das questões relativas às favelas, José Américo Maia Filho, Presidente do Centro Social João Cândido, residente da favela do mesmo nome, discorreu:

... que “os favelados não tolerarão qualquer influência partidária, pois estão dispostos a unir todos num único movimento, extra partidário, para fazer equacionados no plano administrativo, através da Prefeitura do Distrito Federal, sem quaisquer tutelas de políticos. Nesse sentido representantes da maioria das favelas cariocas deverão ter um encontro com Dom Helder Camara, para pedirem a imediata aplicação do “Relatório Reinaldo Reis”, onde estão relacionadas várias medidas de melhoria das favelas.”¹⁴¹

Nessa citação, corroborando com o que foi dito anteriormente, Dom Helder representando a Cruzada, assumia um papel de articulador e mediador entre os moradores das favelas, proprietários de terrenos e o governo. No decorrer da década de 1950, encontramos pronunciamentos e entrevistas de Dom Helder em relação à Cruzada e com o passar do tempo, suas falas sobre as comunidades carentes começaram a se entrelaçar com questões relacionadas ao desenvolvimento, temática comum nos palanques políticos alinhados a ideias do nacional-desenvolvimentismo e nas agências de economistas.¹⁴² A questão estrutural para a retirada do Brasil do subdesenvolvimento começa a ser entendida por Dom Helder, que se utilizou de relatórios de técnicos e

¹⁴¹ Centro de favelados pedirá hoje Congresso de Favelas com todos e sem políticos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de Março de 1959, p.10

¹⁴² PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990; DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

discursos de outros intelectuais para apontar a questão da reforma agrária como um ponto fulcral para o crescimento do país e, consecutivamente, para o fim das favelas.

A procura pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro para resolver questões que não estavam ligadas à urbanização das favelas, mas a outros problemas sociais, levou o mesmo a pensar numa forma de atuar em outras áreas que martirizavam os mais pobres. Nesse sentido, Helder criou o Banco da Providência (BP), recebendo o apoio de vários colaboradores, dentre os quais destacamos a participação do conselho curador do banco, que eram Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral, Celina Paula Machado, Brigadeiro Ivan Carpenter Ferreira, Oswaldo Aranha, Cândido Mota e vários outros banqueiros, empresários, militares e profissionais liberais.¹⁴³

Em 10 de outubro de 1959, segundo anúncio no *Jornal do Brasil*, foi criado o Banco da Providência por Dom Helder,¹⁴⁴ que mantém ainda hoje suas atividades junto aos mais pobres da cidade, com sede atual na Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro. Esse banco possui como objetivo oferecer serviços, empregos, bens de consumo e empréstimos aos mais carentes. Segundo as palavras de D. Helder o BP seguia a lógica de que: “Não há pobre tão pobre que não possa dar um pouco de ajuda, como não existe rico tão rico que não necessite de ajuda. Quem pode muito, dá muito; quem pode pouco, dá pouco. Da ajuda de todos virá a possibilidade de a todos ajudar.”¹⁴⁵

Desse modo, o banco recebia doações de fiéis em dinheiro, em produtos de uso diário e em serviços que seriam revertidos para aqueles que procurassem ao BP por alguma necessidade. O pagamento dos empréstimos também poderia ser feito com dinheiro ou com trabalho, todos sem acréscimos de juros. Dividindo suas especificidades de ações em seções, chamadas de carteiras, que se dividiam: de roupas e calçados; de móveis e utensílios; de alimentação; de saúde; de educação; de habitação; de orientação profissional; de colaborações de assistência jurídica; de auxílio de emergência; de transportes. Ao tratar da criação do BP, a escritora Raquel de Queiroz especificou a função de cada carteira, dentre as quais escolhemos como exemplo a seguinte:

¹⁴³ PILETTE, 2008, p.213

¹⁴⁴ Cf.: Anuncia Dom Helder que o Banco da Providência vai iniciar operações dia 10. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1959. p.9

¹⁴⁵ Ibid

Carteira de Orientação Profissional: O BP explica que essa carteira não é uma agência de empregos: o seu fim é ajudar os que, por motivo de doença, idade, defeito físico, têm dificuldade de encontrar trabalho. Muitas vezes, já estão entregues ao desespero, com as famílias na maior miséria, quando o BP os socorre. 378 pessoas foram entrevistadas e encaminhadas pelo BP, nestes três meses.¹⁴⁶

Essa escolha de citação se deu, de maneira proposital, para confrontarmos com a entrevista que fizemos com David Azoubel, que continua como colaborador do BP. Nas décadas de 1950 e 1960, ele era responsável pela Carteira de Orientação Profissional. Em sua entrevista Azoubel narrou que suas atividades começavam com a pesquisa de empregos nos periódicos, revelando:

... então quando eu procurava os empregos no catálogo de telefones, era até muito engraçado, que eu abria o catálogo e eu via uma firma com 4 telefones, “ih essa firma aqui é grande”, vou pedir, botava o nome da firma, atendia o pessoal na fila, para falar comigo era difícil.¹⁴⁷

Questionando se era ele ou uma equipe de ajudantes que ligavam para as empresas, Azoubel negou e disse que “Não. Eu não ligava, eu mandava carta.”¹⁴⁸ Segundo ele: “Então, aí eu mandava essas cartas, ela [Cecília Monteiro] fazia muitas cartas que eu atendia muita gente, essas cartas eram abençoadas, falava em Dom Helder era uma coisa maravilhosa.”¹⁴⁹ Desse modo, os clientes do BP saíam de lá com uma carta de recomendação feita por Cecília Monteiro, secretária de Dom Helder, assinada pelo Arcebispo-Auxiliar, aumentando assim as suas chances de serem contratados.

Além das colaborações de empresários e pessoas físicas, o presidente Juscelino Kubitschek cedeu assistentes sociais para trabalhar no BP e dentre elas estava Nair Cruz, amiga de Dom Helder desde quando chegou ao Rio de Janeiro em 1936 e participando da Família São Joaquim e, depois, Família Mecejanense. Nair Cruz foi responsável por toda a estrutura de atendimento social do BP e o Dr. Nelson Mota pelo arcabouço jurídico da instituição. Evidente, que estes contaram com a colaboração de vários outros voluntários, grande parte oriunda da Ação Católica. Com a transferência

¹⁴⁶ QUEIROZ, Raquel. Notícias do Banco da Providência. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 02 de Abril de 1960. p.100

¹⁴⁷ AZOUBEL, David. **Entrevista**, 2017. Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo – Projeto: Os interlocutores de Dom Helder, p.2

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ Ibid

de Dom Helder para Pernambuco, em 1964, o BP ficou sob os cuidados de Marina Araújo.¹⁵⁰

De maneira geral, as finanças do BP dependiam das doações dos beneficiadores e das colaborações com serviços. No entanto, outras estratégias foram adotadas por Dom Helder e equipe para conquistar novas fontes de renda, propuseram que aqueles que pudessem e desejassem, poderia doar parte dos juros de suas poupanças para o BP. A conquista de doadores se daria por intermédio da imprensa escrita, do rádio e TV, sendo em 1960 o objetivo de 50 mil assinantes. Para isso, a propaganda seguiu o exemplo “... de uma campanha idêntica que se fez nos Estados Unidos em benefício do combate ao câncer: a propaganda só acaba quando se alcança o objetivo.”¹⁵¹ Sobre essa campanha para conseguir assinaturas, Raquel de Queiroz escreveu:

E então, a fim de obter dinheiro, e sem onerar demais a generosidade dos que dão nestes tempos de aperto, o BP bolou uma – como diremos? – vá lá, uma bossa-nova. O BP nos pede o que a gente ainda não tem e com que não conta: parte dos juros, apenas *parte dos juros!* Dos nossos depósitos bancários. O BP está distribuindo formulários que o doador deve preencher, e no qual instrui o seu banco a transferir 25, 50, ou 100% dos juros de sua conta ao Banco da Providência. Para conseguir esses novos “acionistas”, o BP entrou em colaboração com o Rádio e a TV e fará no dia 28 de março próximo – chamado o “Dia da Providência” – o maior programa de rádio e Tv já realizado na América do Sul, pois ficará no ar até que se chegue à cota de 50.000 acionistas, que é a sua meta. Os patrocinadores já concordaram em que todos os seus programas sejam dedicados ao Dia da Providência – Em tempo: Não pede o BP os juros da sua conta bancária *grande*. Apenas o jurozinho da sua conta de movimento, que pode ser até de 100 cruzeiros, - dinheiro com que você não conta, porque é pouco e variável, e que não pesa de modo nenhum no seu orçamento anual.¹⁵²

Mesmo com esses recursos, uma das principais fontes de renda para as atividades do BP eram as Feiras da Providência. Mobilizando a sociedade carioca, a feira tinha como objetivo levantar fundos para a viabilidade do BP. Depois de sua primeira feira, essa foi a descrição feita no *Jornal do Brasil*:

O Bazar da Providência iniciou suas atividades às 13 horas em ponto com aproximadamente oitocentas pessoas presentes. Dom Helder Camara chegou 15 minutos depois e antes das 16 horas já havia em caixa mais de quinhentos mil cruzeiros.

¹⁵⁰ PILETTE, 2008, p.214

¹⁵¹ Proposta para que os juros das contas bancárias vão para o Banco da Providência. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 de Março de 1960. p.10

¹⁵² QUEIROZ, Raquel. Notícias do Banco da Providência. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 02 de Abril de 1960. p.100

O grande número de pessoas criava um certo tumulto e um grande burburinho. Mas era um tumulto e um burburinho de senhoras de sociedade que, com suas compras, ajudavam decisivamente o Banco da Providência. Seis senhoras, sob a orientação geral da Sr.^a Maria Araújo, organizaram as principais sessões do Bazar: Eudoxia Ribeiro Dantas, Lia Daudt (Variedades), Edith Sabóia Pontes (Natal), Franci Portugal (Livraria), Celina Siqueira Travante (Modas) e Candinha Silveira (Modas), que teve como colaboradoras: Maria Aparecida Delamare, Maria Cecília Machado e Leilá Pimentel. As bandeirantes auxiliaram nas decorações de Natal e nas vendas. Várias senhoras de sociedade atuavam como vendedoras, como Marise Graça Couto, ou compradoras, com Marilu Pitangui e Leda Ribeiro.¹⁵³

Mais do que o lucro levantado por essa feira, é importante visualizar a rede de colaboradoras, que tiveram papel fundamental em várias das atividades empreendidas por Dom Helder. Essas mulheres, muitas delas com circulação nas altas rodas cariocas, congregavam-se em torno de Dom Helder e, muitas delas, posteriormente, compuseram a Família São Joaquim e depois a Família Mecejanense.

A Feira da Providência tornou-se então a principal ferramenta para manter o BP, como relembra David Azoubel em sua entrevista:

A feira da Providência começou, Dom Helder começou fazer primeiro um bazar que era exatamente no Copacabana Palace, e ali eu me lembro até como se fosse hoje, na época eu não sei dizer quanto era em dinheiro, mas era quermesse, era todo, dava doações e tal. Então abria-se um bazarzinho lá no hotel, Palace hotel, ali na Copacabana, foram 22 mil na época, eu não sei te dizer quanto era na época atual, era 22 mil e lá vai pedra e era muito. Tanto é que tinha comerciantes que queria pedir para Dom Helder ensinar eles a ganhar, né? E depois disso veio então a feira da Providência. Dom Helder conseguiu através da receita federal, conseguiu fazer as barracas dos países, cada país, então era dedicado tantos dólares para cada país, eles traziam, que na época não, tinha muito pouco importados, então na época era Estados Unidos, era Itália, Irlanda. Meu Deus todos esses países, então ali foi cada ano com a graça de Deus as coisas iam melhorando. Nós tínhamos também a parte de importados daqueles que o governo sempre pega, não é? Sempre, como que se dá o nome? Aquelas mercadorias que são apreendidas, pois é. Então elas foram doadas para o Banco da Providência. Meu Deus do céu, foram 17 contêineres que nós ganhamos, foi um depósito imenso de calça. Levamos três anos vendendo calça...para você ter uma idéia como era abençoado, agora hoje tá tudo tão difícil.¹⁵⁴

Em pouco mais de um ano de atividades, o BP, com sede no Palácio São Joaquim, possuía dez agências distribuídas nas áreas mais carentes do Rio de Janeiro, apresentando os seguintes números:

¹⁵³ MÜLLER, Pedro. Providência: 500 mil em meia hora. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 de Dezembro de 1959. p.6

¹⁵⁴ AZOUBEL, **Entrevista**, 2017. p.3

No Palácio São Joaquim (Rua da Glória, 446) funciona o Serviço Social, que recebeu em um ano, 19.660 pessoas aflitas. Das entrevistas mantidas pelas assistentes sociais com os que foram procurar o Banco, resultaram: 1.120 desempregados colocados em mais de 900 firmas; 825 internadas em educandários oficiais e particulares; 7.682 livros escolares distribuídos a estudantes pobres; 8.141 doentes atendidos; três mil receitas aviadas, por mês; 250 mil peças de roupas distribuídas; cinco mil móveis e utensílios dados a 603 famílias e 50 instituições e 128 toneladas de alimentos distribuídas.¹⁵⁵

No entanto, mesmo que a repercussão de seu trabalho fosse positiva em meio aos fiéis e à sociedade carioca, como exemplo o texto de Alceu Amoroso, que diz que Dom Helder representava aquele que aproximava à Igreja Católica dos mais pobres no Brasil, respondendo assim aos apelos do leigo católico Júlio Maria, que já fazia essa denúncia desde o início do século XX. Os empreendimentos pastorais de Dom Helder, cada vez mais alinhados à doutrina social da Igreja, afastavam-o da perspectiva do Cardeal Dom Jaime Câmara, que mantinha uma linha mais tradicional e alicerçada numa batalha contra as forças comunistas, que, supostamente, ameaçavam os pilares da sociedade cristã brasileira.

1.3. Dom Helder Camara, o caminho do Rio de Janeiro para Pernambuco: motivações para sua transferência para o Nordeste brasileiro (1964)

Com o final do 36º Congresso Eucarístico, D. Helder Camara voltou-se aos trabalhos sociais, representando a Arquidiocese do Rio de Janeiro em meio às comunidades carentes. O primeiro empreendimento foi a Cruzada São Sebastião com o projeto de urbanizar e sanear o Rio de Janeiro, retirando de seu horizonte da cidade os casebres e barracos das favelas. Posteriormente, o Banco da Providência, órgão que ficou responsável em assistir com serviços e com empréstimos aos mais pobres, tornando-se uma importante ferramenta de auxílio aos mais necessitados. Em meio a essas atividades, Dom Helder também se envolveu em campanhas e projetos de cunho desenvolvimentista e afastou-se, progressivamente, dos embates norteados por argumentos anticomunistas.

Entre as décadas de 1940 e 1960, vinculando Dom Helder ao cenário religioso, político e intelectual ao qual transitava e dialogava, a doutrina social da Igreja ganhava

¹⁵⁵ No Dia da Providência seu Banco dirá como gasta Cr\$ 1 milhão a cada mês. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 Mar.1961. p.4

espaço entre os católicos, encontrando entre os religiosos e leigos que viviam no Rio de Janeiro um campo fértil para a aceitação. O trabalho com a Ação Católica possibilitou a D. Helder Camara passar tanto pelas questões religiosas quanto pelas querelas sociais e políticas. Isso depois de muita resistência dele, que desejava evitar o envolvimento em temas de caráter político. O receio se dava por causa da experiência com o integralismo e as consequências disso, tendo em vista que durante toda a sua vida o seu engajamento nas fileiras do Sigma foi utilizado para deslegitimar-lo publicamente.

A Ação Católica Brasileira (ACB) organizou-se a partir das especificidades dos grupos e/ou dos indivíduos que participavam dela, tornando-se uma árvore em que seus galhos eram entidades como Ação Católica Rural (ACR), Juventude Agrária Católica (JAC), Ação Católica Estudantil (ACE), Juventude Estudantil Católica (JEC), Ação Católica Independente (ACI), Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Universitária (ACU).¹⁵⁶ O trabalho de Dom Helder na ACB, como já dito, foi o que possibilitou a articulação e planejamento da CNBB como um órgão que pudesse congregiar e unificar as ações dos clérigos em todo o território nacional. Em carta circular de nº9, escrita na madrugada de 21 de outubro de 1962, Dom Helder argumentou que antes do Vaticano II, a AC foi uma experiência não apenas de aproximação entre o clero e os fiéis, consistindo também numa oportunidade para os leigos assumirem mais responsabilidades dentro da Igreja Católica e da atuação dessa instituição religiosa no mundo. Mesmo que muitos bispos não gostassem de sua atuação.¹⁵⁷

Escolhemos as páginas da revista *A Ordem* como um meio para expor uma breve análise sobre os percursos e as nuances das ideias de Dom Helder a partir dos anos 1950, confrontando assim com o que já foi exposto anteriormente, principalmente no recorte temporal dos anos 1930. Consideramos, em nossa escrita, que essas mudanças na forma de ver a Igreja no mundo motivaram o Cardeal Dom Jaime a pedir a transferência de Dom Helder do Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ Sobre a maior participação dos leigos dentro da Igreja Católica, assumindo a partir da especificação de suas atividades e maior influência de uma concepção de valorização desse grupo com os estudos de Jacques Maritain. Esses leigos utilizam-se do método de ação chamado: ver-julgar-agir. Cf.: COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica. *In.*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical**, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 433-450, 2007. p.438-441

¹⁵⁷ Cf.: 9ª Circular. Roma, 21.10.1962. *Apud.* CAMARA, Helder. **Circulares Conciliares** – de 13/14 de Outubro de 1962 a Março de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009. p.25-29

Dom Helder esteve por diversas vezes, nas publicações do citado periódico, envolvido nos mais variados temas e suas atividades sócio-pastorais eram recorrentemente noticiadas. Dom Camara percebeu, desde cedo, que os meios de comunicação eram primordiais para divulgar suas ideias e conseguir adesão aos seus projetos. O que nos chamou à atenção foi que cada vez mais questões relacionadas à moradia, aos direitos dos trabalhadores, aos sindicatos e outros assuntos de cunho mais social e político ganhavam espaço em suas reflexões e ações pastorais, como no caso da CSS e do BP.

No artigo *Greve, política e sindicalismo*, que tinha sido inicialmente publicado pela *Tribuna de Imprensa*, em 10 de junho de 1952, e depois foi colocado na edição de outubro da *A Ordem*, do corrente ano, encontra-se a reprodução do que teria sido a fala de Dom Helder Camara em palestra para os associados do Serviço Pastoral da Ação Arquidiocesana. Em um momento histórico marcado pelo fim da administração do general-presidente Eurico Gaspar Dutra, que foi eleito após o fim do Estado Novo, e no começo do novo mandato de Getúlio Vargas, o então Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro traçou algumas críticas ao sindicalismo exercido no Brasil. Em seu argumento, a estrutura sindical do país tinha origem em concessões das elites políticas e empresariais para os trabalhadores. Desse modo, compreendia D. Camara que os direitos trabalhistas no Brasil não eram frutos de conquistas dos proletariados e essa realidade condicionava muitas vezes as organizações sindicais à subserviência aos patrões e ao governo.¹⁵⁸

De acordo com o artigo citado anteriormente, o argumento de Dom Helder era que faltava aos trabalhadores brasileiros uma cultura de confiar nos órgãos representativos e mantê-los a salvo do que classificou como “agitadores profissionais”, que estariam infiltrados fazendo o jogo do comunismo. Nesse sentido, ele expôs que era necessário ter um sindicato que soubesse conduzir propostas e soluções através dos caminhos legais e destacou, pautando suas ações na doutrina católica da Igreja, a necessidade de dialogar. Segundo ele, fazia parte dos ensinamentos e desejo da Igreja: “... ela [a Igreja] quer que os operários sejam autônomos em seus sindicatos, para defesa dos interesses legítimos de cada classe. Mas não podemos consentir que eles sejam utilizados em fins de agitação e desordem.”¹⁵⁹ Nesse caso, o tema das greves era algo que precisa ser pensado e discutido a partir da luz da Igreja, que só poderia apoiá-las caso correspondessem aos seguintes requisitos:

¹⁵⁸ Greve, política e sindicalismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, Outubro de 1952, p.64

¹⁵⁹ *Ibid.*

1. Sejam justas
2. Tenham sido esgotados todos os meios pacíficos de solução para os conflitos de trabalho.
3. Não tenham qualquer coloração partidária ou política.
4. Não atinjam bens essenciais ao povo, de cuja falta resultem graves e imprevisíveis consequências.”¹⁶⁰

Mesmo com as mudanças no pensamento de como um clérigo e/ou cristão leigo deveria se colocar perante às demandas sociais, que sinalizava a aproximação de Dom Helder de uma postura social e democrática, esse posicionamento não quer dizer que ele tivesse abandonado de imediato e por completo o anticomunismo. Como visto no parágrafo anterior, quando descrevemos que uma das preocupações do Arcebispo-Auxiliar ao discursar sobre o sindicalismo era o medo da infiltração comunista entre os trabalhadores. Essa postura é coerente, principalmente quando levamos em consideração o posicionamento do Cardeal Dom Jaime Câmara sobre o tema do comunismo e a ressonância desses discursos em grupos alinhados a uma postura mais conservadora.

A referência ao artigo da revista *A Ordem*, sobre a atividade de Dom Helder em meio a trabalhadores cristãos, é pertinente para trazer a nossa análise o fato de que com o final do Estado Novo (1945) e o processo de redemocratização do país, as mudanças nos discursos e ações pastorais da Igreja eram visíveis entre os muitos leigos e religiosos. No entanto, isso não eliminava as existências de grupos com posturas mais tradicionais ou mesmo que aqueles que se colocavam em algum tipo de vanguarda do pensamento, vez por outra, não recorressem a temas de cunho mais moral ou de combate à ameaça ao comunismo.

A escritora Raquel de Queiroz ao escrever uma resenha, em 1955, sobre o livro *A Realidade Americana*, do Amoroso Lima, aproveitou para traçar um perfil histórico deste intelectual católico e daqueles com quem ele convivia. Em seu texto, Queiroz fez a seguinte leitura do momento histórico e daqueles que participavam do Centro Dom Vital e/ou dialogavam com o referido líder do laicato católico:

Depois mudou o panorama. Começou a haver uma aproximação, que antes parecera impossível, entre os grupos de esquerda e os católicos, aproximação provocada por dois fatores: de um lado, a nossa ruptura com a traição estalinista; do outro, a denúncia, pelos católicos, dos grupos fascistas da Itália, da Espanha e da Alemanha nazista. Fomos vendo que nossas divergências eram mais aparentes que reais; descobrimos, por exemplo, que o

¹⁶⁰ Ibid.

importante, nas relações dos homens entre si, não é a maneira de cada um conceber a divindade e as suas relações com o sobrenatural; o importante são as relações dos humanos uns com os outros.¹⁶¹

Ressaltamos que o texto foi escrito antes da criação da Cruzada São Sebastião, em plena organização do CEI. Nesse cenário, Raquel de Queiroz discutiu sobre a importância que os intelectuais católicos, no Brasil liderado por Alceu, tiveram ao se oporem, segundo ela, às propostas do Estado Novo e às influências das extremas-direitas com matriz no pensamento fascista e/ou nazista.¹⁶² Essa afirmativa contrasta com a análise de Sérgio Miceli, que ao traçar o perfil dos intelectuais brasileiros, do início do século passado, argumentou que muitos deles foram cooptados pelo governo, que lhes concedia a estabilidade de um cargo público. Mesmo que muitos tentassem se movimentar em meio às estruturas do governo, a possibilidade de uma segurança salarial conquistou muitos homens de letras e das leis.¹⁶³ Desse modo, muitos desses intelectuais, evitaram se posicionar de forma mais contundente contra o Estado.

Retomando o texto da Raquel de Queiroz, alguns dos intelectuais católicos tiveram que se reformular no decorrer dos anos, ora deixando as fileiras integralistas/conservadoras e ora adotando um pensamento tido como mais progressista. O pensamento considerado de vanguarda, que se aproximava segundo a escritora cearense na ideologia de esquerda, foi uma das bases de diálogos do trabalho da doutrina social da Igreja em meio à intelectualidade católica carioca.¹⁶⁴ Dentre os principais nomes, a escritora cearense destacou: “... alas “adiantadas” do pensamento católico: são, por exemplo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Luiz Santa Cruz, Fernando Carneiro, Sobral Pinto, no laicato; e D. Helder Camara, D. Marcos Barbosa, Padre Álvaro Negromonte, no clero. Para só citar alguns.”¹⁶⁵

No decorrer da década de 1960, a atuação do Dom Helder distanciou-o dos discursos de cunho anticomunistas de seu cardeal, Dom Jaime, e de uma parte considerável da Igreja, que insistia na temática de combate a esquerda política. Ao mesmo tempo essa mudança em sua produção intelectual acabou aproximando o Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro de um pensamento que propunha traçar análises sobre as abissais distâncias entre as nações ricas desenvolvidas e as que eram classificadas como terceiro mundo, subdesenvolvidas. Essa abordagem repercutiu nas

¹⁶¹ QUEIROZ, Raquel. *A Realidade Americana. A Ordem*. Rio de Janeiro, Janeiro de 1955. p.83

¹⁶² Sobre a importância do trabalho intelectual juntamente com o clero, ver: MAINWARING, 1989. p.47

¹⁶³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶⁴ COSTA, 2010; ARDUINI, 2011; MAINWARING, 1989

¹⁶⁵ QUEIROZ, 1955, p.84

atividades sócio-pastorais de Dom Camara, como no caso da CSS e do BP, e num crescente engajamento dele em projetos de desenvolvimento de setores considerados estruturais para a sociedade brasileira, alinhando-se em muitos casos às propostas desenvolvimentistas do presidente JK.¹⁶⁶ Lembremos que a CNBB, em seus pronunciamentos de 1961 a 1963, apoiaram projetos desenvolvimentistas de bases sociais tidas como cristãs.¹⁶⁷

A presença frequente nos meios de comunicação, defendendo seus projetos desenvolvimentistas, possibilitou a Dom Helder uma fama de combatente das injustiças sociais não apenas no Brasil, mas em outros países também. Como consequência, o Arcebispo-Auxiliar do Rio chegou ao Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1962, conhecido como o “Bispo das favelas”. Em contrapartida, o Cardeal Dom Jaime Barros Câmara, continuava com uma linha de pensamento que se alicerçava no enfrentamento às ameaças comunistas.

A importância do anticomunismo na prática político-teológica do então Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, pode ser percebida nesses dois documentos produzidos por ele:

Não podemos negar a existência do comunismo. É porém um fato que, mesmo reconhecendo, não podemos aceitar. A presença do mal, por mais extenso e generalizado que seja, não implica no beneplácito aos seus pretensos direitos. A verdade e o bem é que devem prevalecer por toda a parte. A realidade e difusão do comunismo não significa, portanto, uma etapa necessária na evolução e progresso da sociedade, visto que ele é radical e essencialmente falso; a dura lógica de seu sistema é aparente e fictícia, por brotar de uma base que é a negação de todo o fundamento humano e social. A dignidade do homem exige a verdade total a ela tende com todo o direito. Evoluir, pois, só no sentido materialista não pode satisfazê-lo.

Eis o motivo de, só à custa do férreo regime de compressão, manter-se o comunismo nos vários países que ele conseguiu subjugar. As freqüentes sublevações entre os povos por ele escravizados, as tentativas de libertação afogadas em sangue, a constante fuga de milhares de residentes na Berlim oriental para a Alemanha ocidental, e tantos outros acontecimentos são provas suficientes e inegáveis de que o mundo comunista subsiste e se propaga unicamente pela força bruta e a negação dos direitos do homem e dos povos.

Nossa Pátria não pode viver isolada do resto do mundo. Logo, tem de sentir os efeitos dessa unidade universal. Se em nossa terra a ação dos métodos

¹⁶⁶ PÉCAUT, 1990, p. 138-139

¹⁶⁷ Cf.: CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 1961. *Apud.*: Bispos se reúnem e toma posição: sem educação de base, esforço de preocupação econômica será inútil. **Maquis**, Nº225 - Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1961; CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962; CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1963.

marxistas é mais indireta que direta, cresce tanto mais em ameaçador perigo, buscando astutas interferências em lutas partidárias, provocando confucionismos políticos, ou deles se aproveitando, como também se prevalece da cegueira em que dormem pessoas de importância e de influência social, tranqüilas até agora porque ainda não ocorrem tumultos sangrentos nas ruas e praças, como se já não ocorrem tumultos sangrentos nas ruas e praças como se já não fossem orientados por agentes subversivos certos motins aparentemente justificáveis. É que eles se infiltram nas reivindicações classistas, fomentam e agravam as situações aflitivas da miséria econômica e moral, exploram as tendências sentimentais das massas populares, jogando-as contra tudo quanto representa autoridade, a menos que essa lisonjeie o comunismo, ao qual servirá de pedestal, se um dia conseguir seus maléficos intentos.

É missão nossa Revmo. Clero e prezados Filhos, ensinar e esclarecer com a maior sinceridade. Não a suponha, portanto, que subestimamos as reais necessidades e apertos por que o remédio aos males existentes não se encontra no comunismo. A Igreja não reprova as queixas e reclamações de qualquer grupo social, mas as deseja dignas e justas, sob todos os aspectos.¹⁶⁸

E

O homem moderno, agitando, oprimindo por dificuldades econômicas, tão excitada por injustiças, tão sujeito as influências da massa – utilizada sagazmente pelo comunismo – esse homem de hoje quanto não precisará esforçar-se para fugir ao contrário de tal ambiência?

Ora, explorando tão funestas circunstancias, o comunismo, disfarçadamente, vai se infiltrando capciosamente em todos os meios onde não se lhe deparam suficiente perspicácia para o descobrir, e convicções firmes para o rejeitar.

Entre suas artimanhas vão destacar estas duas: difamação do clero para distanciá-lo do povo, e a desmoralização sensual da juventude, por todos os meios com a finalidade de mostrar em seguida a corrupção existente nos países capitalistas, em contraste com amoralidade (segundo eles) nas regiões dominadas pelo comunismo.

Tudo isso deve ser dito e conhecido, Revmo. Senhores e amados Filhos para que todos se mantenham em permanente estado de alertar e ninguém aceite as soluções comunistas por enganosas e falsas tendenciosas e péssimas. [...]

Não nos iludamos, supondo que a fé é devoção de nossa gente estabeleça, por si mesma, baluarte intransponível ao materialismo atuante e invasor. Também na Europa e na Ásia, eram e são crentes e piedosas as multidões que atualmente gemem sob o jugo da foice e do martelo. Acordaram tardiamente, e agora sofrem as mais terríveis consequências. E quem sabe por quanto tempo ainda?¹⁶⁹

Observa-se que o combate ao comunismo era um tema importante ao Cardeal Dom Jaime Câmara, estando presente essa temática na sua *Carta Pastoral* de 1960. Alguns elementos da prática anticomunista podem ser identificados nas duas citações acima, servindo-nos de exemplos de um espectro mais amplo, que corresponde à atuação contra a esquerda política de religiosos e leigos católicos no decorrer do século

¹⁶⁸ CÂMARA, Jaime. A Igreja e o Comunismo. In.: 31ª Carta Pastoral de D. Jaime de Barros Câmara – Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. 1960 – Editora Vozes Limite Petrópolis – RJ. **SÉRIE: Carta Pastoral; Notação: 158.** Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. p. 7-8.

¹⁶⁹ Ibid. 17-18

XX. A escrita de Dom Jaime apresentava um cenário social e político definido da seguinte forma: de um lado as forças do bem, representada pela Igreja Católica, *versus* o lado negro da força, personificada no comunismo. A existência em si do mal ou comunismo, não lhe dava, segundo o Cardeal do Rio de Janeiro, o benefício de exigir um lugar de direito para atuar. Nessa lógica, defendia o eclesiástico que o bem deveria prevalecer e impor-se sobre o mal.¹⁷⁰

Esse dualismo da escrita do Cardeal Dom Jaime remete-nos ao sociólogo Zigmund Bauman na obra *Modernidade e Ambivalência*. No caso, destacou Bauman, dentre as discussões travadas em seu livro, que um cenário discursivo de tensão envolve a construção de antagonismos, em que de um lado estou *eu* e aqueles que correspondem ao grupo ao qual pertenço ou acredito fazer parte, que na construção enunciativa de sua imagem, reúne elementos positivos da moral e ética. Correspondendo ao lado do bem. Enquanto o *outro*, pelo fato de não ser dos “nossos”, ocupa o lugar do inimigo, do forasteiro que em essência representando o mal e tudo de negativo que possa ser relacionado ao ser humano.¹⁷¹

Ao retomar as citações dos trechos da referida *Carta Pastoral*, logo depois da classificação do comunismo como o mal, o Cardeal do Rio de Janeiro utilizou-se do cenário político e histórico internacional e nacional, para comprovar o avanço e infiltração do comunismo/socialismo em vários níveis da sociedade. Cabendo então, aos representantes da Igreja, como o clero, o papel de liderança frente à ameaça vermelha. As diferenças entre Dom Jaime e Dom Helder tornaram incompatível a convivência entre ambos, levando o Cardeal do Rio de Janeiro a se afastar de algumas das estruturas de ação criadas pelo clérigo cearense, como o caso da expulsão do MEB do Palácio São Joaquim, como a retirada da sede da CNBB, que também era no palácio episcopal. Pouco depois, Dom Helder Camara foi transferido do Rio de Janeiro.¹⁷²

Como exposto aqui, aos poucos, seu Arcebispo-Auxiliar, Dom Helder, se afastou de tal temática com seus trabalhos juntos às comunidades carentes do Rio de Janeiro, projetos de reformas de bases e no decorrer dos debates no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Essa diferença de pensamento levou o Cardeal do Rio de Janeiro a pedir à Santa Sé a transferência de Dom Helder. Em seu depoimento à

¹⁷⁰ Sobre o combate do bem e do mal, referindo-se respectivamente à leitura de que a Igreja Católica estaria em uma cruzada contra o comunismo, ver a obra do Rodrigo Patto Sá Motta. Cf.: MOTTA, 2002. p.96-101

¹⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

¹⁷² BANDEIRA, 2013

FUNDAJ, Dom Helder narrou a conversa que teve com Dom Jaime sobre sua saída do Rio:

... embora continuássemos absolutamente unidos nas questões de fé, questões de credo, trabalhávamos juntos sem a mais leve discordância desde o ‘creio em Deus Pai todo poderoso’ até ‘na vida eterna amém’, mas em questões abertas no campo social, cada vez mais eu sentia que nós nos distanciávamos, ele continuava a achar que o mal dos males, o perigo, era o comunismo, e que o grande embate do século ia ser capitalismo e comunismo, e eu achando que havia outro embate era o norte e sul, mas a coisa ia se equilibrando, um dia ele me convidou, não havia ainda concelebração, ele me convidou para ser o pregador do grande pontificado na candelária, em homenagem a São Vicente de Paula, era o centenário de São Vicente, então quando houve essa missa soleníssima eu aproveitei para apresentar a Dom Jaime todo meu pensamento social, eu não queria que ele se enganasse, eu cheguei, a Candelária cheia, o cardeal no trono, eu disse “meus irmãos nós estamos aqui para glorificar São Vicente de Paula, o que podemos nós fazer para glorificar o que já está glorificado pelo próprio Deus? O que interessa a São Vicente é que procuremos imitá-lo como ele procurou imitar a Jesus Cristo, então seria talvez o caso, não só de recordar o que São Vicente disse e fez, mas o que provavelmente o que ele diria ou faria se Deus ainda o tivesse na terra, aí então eu passei a dizer tudo aquilo que achava que São Vicente faria, eu notei que Dom Jaime lá no trono tomava verdadeiros choques elétricos, dois dias depois ele me chamou para jantar no Sumaré, quando nós chegávamos ele me convidou para ler com ele uma passagem dos Atos dos Apóstolos, ele escolheu a passagem em que São Paulo disse a Barnabé ‘para nós e para o nosso trabalho de evangelização é melhor que nós nos separemos’, ele disse “meu filho, infelizmente também para nós chegou esta hora”...¹⁷³

Assim, em março de 1964, em plena atividade do Concílio Ecumênico Vaticano II, pela Rádio Vaticano, Dom Helder era comunicado oficialmente que deixaria o Rio de Janeiro por Pernambuco, tornando-se Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. A partir deste momento, o clérigo cearense começaria uma nova etapa em sua vida como Arcebispo e dentro de um cenário político em que a Igreja passava por mudanças com o Vaticano II e o Brasil vivenciava uma ditadura militar que duraria de 1964 a 1985.

Compreendendo agora o processo de formação e reformulação da produção intelectual e das ações pastorais, políticas e sociais das quais esteve envolvido Dom Helder Camara, no decorrer das décadas de 1930 a 1960. Alicerçados nessa discussão, trataremos de como essas ideias fizeram parte de sua atuação no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e, em palestras no exterior, isso nos dois últimos anos como Arcebispo-Auxiliar no Rio de Janeiro e seus primeiros anos no arcebispado em Pernambuco.

¹⁷³ CÂMARA, **Entrevista**. 1982. Fita 2 – Lado B, p.15

CAPÍTULO 2 – O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II E DOM HELDER CAMARA: Uma Igreja Católica para o mundo moderno (1962-1965)

O Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado nos últimos três meses dos anos 1962 a 1965, foi o principal evento da Igreja Católica no século XX. Em meio aos debates, formulações de propostas e de reestruturações das relações e ensinamentos do catolicismo, nós dedicaremos este capítulo às análises sobre as estratégias de Dom Helder Camara quando tratou de temas relacionados ao papel da Igreja no mundo moderno e ao subdesenvolvimento.

Alguns questionamentos se fizeram presentes na construção de nosso entendimento da forma como Dom Helder Camara tratou, em seus textos e ação sócio-político-pastoral, a compreensão de um humanismo cristão com bases na doutrina social da Igreja para a elaboração de projetos de cunho desenvolvimentista para o Terceiro Mundo.¹⁷⁴ Desse modo, considerando as possíveis abordagens que poderíamos selecionar, direcionamos nossa escrita em torno das questões a seguir: Quais as articulações e redes de relações Dom Helder construiu no decorrer Concílio Vaticano II? Como os temas do desenvolvimento e modernização da Igreja foram tratados na escrita pessoal e nas conferências pronunciadas pelo arcebispo estudado nesta tese?

Dessa maneira, o Vaticano II vai ser entendido nas próximas páginas como um espaço propício no qual Dom Helder Camara ampliou o raio de atuação e legitimação de suas ideias para um cenário de âmbito internacional. Nesse sentido, em paralelo às tentativas de discutir as questões anteriores, nós buscaremos também evidenciar as estratégias metodológicas de construção da escrita do Arcebispo Camara em relação à produção dos textos que ele tornou público durante o Concílio.

2.1. O Concílio Ecumênico Vaticano II e os debates do episcopado latino-americano

Em 1958, o Cardeal Dom Angelo Giuseppe Roncalli, na época com 77 anos de idade, foi escolhido como Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana, adotando o nome de João XXIII. No ano seguinte à sua posse, especificamente no dia 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII anunciou o início dos preparativos para a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, sendo essa notícia recebida de forma

¹⁷⁴ Sobre o termo terceiro mundo, ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.337-362

paradoxal entre os católicos, provocando contrastes entre grupos de clérigos e fiéis leigos eufóricos, com aqueles que ficaram desconfiados com esse fato.¹⁷⁵

As assembléias e as aulas conciliares, juntamente as produções de novos textos constitucionais, possibilitariam a Igreja Católica tanto uma renovação de suas estruturas administrativas, litúrgicas, teológicas, sociais e dogmas, como também uma aproximação com outras instituições religiosas. Além disso, o Vaticano II conduziria a Igreja a uma reestruturação de preceitos e normas que ainda estavam pautadas, em grande parte, nos documentos produzidos nos Concílios de Trento (1545 a 1563) e do Vaticano I (1869 a 1870).

Desse modo, entre os anos de 1962 a 1965, a Igreja Católica vivenciou um processo de reformulação a partir do Vaticano II, considerado por muitos pesquisadores e religiosos como um dos principais acontecimentos do catolicismo no século XX.¹⁷⁶ O Concílio, em linhas gerais, foi uma ampla assembleia consultiva e deliberativa, com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para criação de uma Igreja apta a enfrentar as peculiaridades do mundo moderno e de criar diálogos de aproximação com leigos católicos e não-católicos.

Dentre as várias questões e personagens envolvidos nos debates das seções conciliares, das conferências, do cotidiano do Concílio e dos escritos elaborados no decorrer do Vaticano II, dedicaremos as próximas páginas a construir uma narrativa sobre a atuação de Dom Helder Camara em relação à pauta da modernização da Igreja e da necessidade do engajamento dela no desenvolvimento das nações pobres. Nesse sentido, analisaremos os meios empreendidos por ele na construção de redes de relações que possibilitaram uma legitimidade e maior divulgação de suas concepções sobre a Igreja Católica e o combate ao subdesenvolvimento em países e regiões carentes do mundo.

¹⁷⁵ A partir de uma entrevista com o então Núncio do Brasil, Dom Armando Lombardi, pode-se observar alguns dados biográficos de Dom Angelo Giuseppe Roncalli, Papa João XIII. No caso, o *Jornal do Brasil*, no artigo intitulado: *Diz o Núncio Apostólico: no brasão do Papa João XXIII o lema é “obediência e paz”*, apresentou o novo pontífice como um religioso e diplomata experiente, considerando que Dom Roncalli foi sagrado bispo em 1925, com título de Arcebispo de Arcópolis. Durante algum tempo ocupou o cargo de Delegado Apostólico na Bulgária, depois foi para Turquia, de onde exerceu o cargo na sede de Constantinopla. Entre 1941 a 1953, desempenhou a função de Núncio Apostólico na França, deixando o cargo para se tornar Cardeal em 12 de janeiro de 1953 e, três dias depois, Patriarca de Veneza. Ficou no cargo até 1958, quando foi escolhido como papa na Igreja Católica Roma. Cf.: *Diz o Núncio Apostólico: no brasão do Papa João XXIII o lema é “obediência e paz”*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1958, p. 5 – Caderno 5

¹⁷⁶ BEOZZO, J. O. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia (1959-1965)**. 2001. 463f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2001. p.27; ROMERO, Sigifredo. **The progressive Church in Brazil, 1964-1972**. Thesis (Master of Arts). Florida International University, Florida, 2014. p.38

Na história da Igreja Católica, o Vaticano II foi o vigésimo primeiro Concílio e, em comparação com as anteriores, destacou-se por ter o maior número de clérigos participantes. Além disso, o Concílio inovou ao permitir a participação de ouvintes, como no caso de clérigos não conciliares, leigos homens católicos, mulheres religiosas e leigas católicas, pastores, teólogos e religiosos protestantes, bispos e monges das antigas Igrejas orientais e das Igrejas Ortodoxas e enviados da imprensa de vários países.¹⁷⁷ Contudo, a partir de 1963, as informações concedidas à imprensa foram limitadas e selecionadas pela alta hierarquia do clero católico.

O Concílio Vaticano I (1869-1870) concluiu suas atividades legitimando uma maior concentração de poder nas mãos do sumo pontífice, considerando como dogma a infalibilidade do magistério do papa em assuntos da fé e da moral. Essa decisão possibilitou a reformulação das dinâmicas das Igrejas nacionais com os governos dos países onde estavam estabelecidas.¹⁷⁸ No caso do Brasil, a título de exemplo, podemos elencar um episódio conhecido como “a questão religiosa”, envolvendo Dom Vital e Dom Macedo Costa, respectivamente bispos de Pernambuco e Pará, que obedecendo ao papa, condenaram o envolvimento com a maçonaria e por esse motivo os eclesiásticos acabaram presos, causando tensões entre o Papa e o Imperador Dom Pedro II.¹⁷⁹

Numa perspectiva bem diferente do Concílio Vaticano I, o Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado nos anos de 1962 a 1965, possibilitou tanto que a Igreja Católica construísse espaços de diálogos com outras religiões cristãs, como também permitiu ao clero católico olhar para as estruturas da Igreja e reformular alguns de seus pilares. Em relação à Igreja Católica no Brasil e na América Latina, como um todo, o Concílio permitiu um maior prestígio, saindo de uma situação periférica para uma de protagonista em âmbito mundial. Como resultado dessa projeção, no pós-Concílio, a Igreja latino-americana realizou a conferência do CELAM em Mar Del Prata, na Argentina (1966) e as Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, a II em Medellín na Colômbia (1968) e a III em Puebla (1979), adaptando os esquemas

¹⁷⁷ A Imprensa ocupou um importante papel na divulgação de informações e na popularização do Vaticano II. Essa função foi reconhecida por Dom Helder desde o início das atividades do Concílio. Cf.: D. Helder Celebrou Missa para os jornalistas do Concílio Ecumênico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1962. p.2; Sobre uma liberdade vigiada da imprensa no Concílio Vaticano II, ver: WILTGEN, R. **O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido**. RJ: Permanência, 2007. p.36

¹⁷⁸ Cf.: COMBLIN, José. Dom Helder e o novo modelo episcopal do Vaticano II. *In.*: POTRICK, Maria Bernarda (et. alii). **Dom Helder: pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 23-45, 1983. p.25-26

¹⁷⁹ Cf.: BARROS, R.S. Maciel de. A questão religiosa. *In.*: HOLANDA, S.B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. T.II, 4º vol. São Paulo, DIFEL, 1971.

conciliares à realidade do continente e escolhendo os mais pobres como opção prioritária da Igreja.¹⁸⁰

O historiador e Padre José Oscar Beozzo apresentou o período que antecedeu e do próprio Concílio em quatro momentos distintos: anúncio feito pelo Papa João XXIII (1958); uma fase antepreparatória (1959-1960); uma fase preparatória (1960-1962); e o Concílio propriamente dito (1962-1965). No decorrer da sua escrita, utilizando-se dos dados elencados nas fontes produzidas pelos clérigos e pela própria Igreja Católica, Pe. Beozzo confeccionou um panorama prosopográfico dos eclesiásticos ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dos interesses que tiveram maior repercussão entre os religiosos brasileiros, ao longo do Concílio. Considerando, nesse caso, os debates e as atividades dos eclesiásticos e teólogos ligados à CNBB na elaboração do Plano Pastoral Conjunto (1965).¹⁸¹

Depois de divulgados os planos para a realização do Vaticano II, em janeiro de 1959, a Cúria romana teve uma breve fase de silêncio. No entanto, esse estado de marasmo foi interrompido, apenas em 17 de maio de 1959, com a escolha do Cardeal Mons. Domenico Tardini, então Secretário de Estado, para a coordenação da Comissão Antepreparatória. Uma das primeiras tarefas de Mons. Tardini estava em organizar um questionário que seria distribuído entre todos os bispos e prelados para assim construir um mapeamento das principais questões que deveriam ganhar espaço na agenda do Concílio. No mês seguinte à elaboração do referido questionário, o Papa João XXIII decidiu e comunicou por meio de uma missiva que substituiria as perguntas por uma carta de abordagem mais ampla, deixando a participação dos clérigos a cargo de suas próprias indagações e desejos. Essas correspondências foram enviadas para os clérigos, dicastérios romanos,¹⁸² universidades católicas e faculdades de teologia, que também foram convidadas a enviarem suas sugestões.¹⁸³

As cartas, encaminhadas em nome do papa, deveriam ser respondidas em latim e com propostas ou observações para o Concílio Ecumênico Vaticano II. Contudo, os sacerdotes e instituições consultadas, escreveram, em sua maior parte, que estavam em oração pelo Concílio e poucos foram aqueles que abordaram questões de relevância

¹⁸⁰ CÂMARA, Helder. **Entrevista**, 1982. Recife, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) / Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira – Projeto: Pensamento Social e Política do Nordeste, 1982. p.22. Fita 3 – Lado A.

¹⁸¹ BEOZZO, 2001. p.32

¹⁸² Nome dado aos departamentos do governo da Igreja Católica Romana

¹⁸³ Sobre a organização e nomeações de eclesiásticos na organização do Concílio, ver: WILTGEN, 2007. p. 13; BEOZZO, José Oscar; MARQUES, Luiz Carlos Luz. A Igreja do Brasil na preparação do Vaticano II. **Horizonte**, Belo Horizonte, v.9, n.24, p.986-1009, dez. 2011.

humanitária e/ou clerical. Essas correspondências foram transformadas em resumos e organizadas em dez fascículos chamados de *Rapporto Sintetico sui Consigli e suggerimenti dati dagli ecc mi vescovi e prelati*¹⁸⁴ e, logo depois, encaminhadas aos membros das Comissões Preparatórias do Concílio. Analisando o quantitativo de cartas enviadas pelos *votas*, o Pe. José Oscar Beozzo ressaltou que as porcentagens dos que responderam, chegaram aos seguintes números: Europa (79,9%), América do Norte (72,7%), América do Sul (75,7%), Ásia (70,2%), Oceania (68,5%), África (83,3%), América Central e Caribe (88,1%). No caso específico do Brasil, o número daqueles bispos que responderam foi de 79%.¹⁸⁵

Como resultado dessa fase preparatória, em 05 de junho 1960, com a carta apostólica *Motu Proprio Supremo Dei Nutu*, o Papa João XXIII criou comissões e secretariados que tinham a responsabilidade pela organização do Concílio. A atuação desses órgãos conduziu a um momento marcado pelo silêncio, em que a imprensa ou mesmo os colaboradores não recebiam notícias ou respostas de suas cartas. No total, foram selecionados para contribuir com a elaboração de uma agenda de temas do Concílio um número de 827 membros consultores, dentre os quais apenas 11 eram do episcopado brasileiro, como elencou Beozzo:

MEMBROS BRASILEIROS

D. Jaime de Barros Camara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, RJ, na Comissão Central e, dentro desta, na Subcomissão do Regulamento;

D. Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, RS, na Comissão Teológica;

D. Antônio Alves de Siqueira, arcebispo auxiliar de São Paulo, SP, na Comissão da Disciplina dos Sacramentos;

Mons. Joaquim Nabuco, na Comissão Litúrgica;

CONSULTORES

D. Helder Pessoa Camara, o arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, RJ, na Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses;

D. Geraldo Fernandes Bijos, bispo de Londrina, PR, na Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses;

D. Afonso M. Ungarrelli, prelado *nullius* de Pinheiro, MA, na Comissão da Disciplina dos Sacramentos;

Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M, na Comissão Teológica;

Pe. Estevão Bentia, na Comissão das Igrejas Orientais;

D. José Vicente Távora, Bispo de Aracaju, SE, no Secretariado da Imprensa.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Tradução: Relatório Sintético acerca dos Conselhos e sugestões dados pelos excelentíssimos bispos e prelados. BEOZZO, 2001, p. 85

¹⁸⁵ Ibid. p.85

¹⁸⁶ Ibid. p. 99

Ao cruzar o perfil prosopográfico construído pelo Pe. Beozzo em sua tese de doutorado, com as informações colhidas na tese de Luiz Carlos Luz Marques, observa-se que dos religiosos brasileiros, nove compunham o núcleo do CNBB e todos citados mantinham relações de amizade com Dom Helder, personagem central de nossa análise historiográfica.¹⁸⁷ Dentre os nomes citados, Dom Jaime e Dom Távora conviveram com Dom Helder no Rio de Janeiro, como visto no capítulo anterior. A proximidade de Dom Helder com Dom Távora fez o primeiro chamar o segundo pelo pseudônimo: “EU”, em alusão ao companheirismo, que ambos construíram ao trabalharem juntos em várias frentes, com destaque para a Ação Católica, Congresso Eucarístico Internacional, Cruzada São Sebastião e no Movimento de Educação de Base (MEB).¹⁸⁸

Mesmo que o trabalho do episcopado brasileiro para organização do Concílio a partir das consultas tenha sido modesta, como constatou Dom Aloísio Lorscheider,¹⁸⁹ ressaltamos que houve nesse momento um esforço desses clérigos de pensarem em estratégias de ação para interferir com propostas para uma Igreja pós-Vaticano.¹⁹⁰ Nesse caso, observamos a elaboração de um programa envolvendo leigos, religiosos, meios de comunicação no intuito de uma renovação da fé cristã no continente.

Assim, no mês de abril de 1962, sob a tutela da CNBB, que tinha Dom Helder como secretário-geral, foi apresentado o Plano de Emergência, e, posteriormente, no ano de 1965, transformado em Plano de Pastoral de Conjunto (PPC).¹⁹¹ O PPC teve como modelo o trabalho social de Dom Eugênio de Araújo Sales, na Arquidiocese de Natal – RN. Esse plano dividia-se em duas partes, uma pastoral e outra econômico-social. Por causa do trabalho da CNBB e seu PPC, segundo Beozzo, os bispos brasileiros saíram do Concílio aptos para aplicar as decisões tomadas durante as assembleias do Vaticano II.¹⁹²

Enquanto que os bispos da América Latina, ligados ao Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), compreendendo a importância do Concílio, logo após o

¹⁸⁷ Cf.: BEOZZO, 2001; MARQUES, Luiz Carlos Luz. **Il Carteggio Conciliare di Mons. Helder Pessoa Camara**. 1998. 855f. Tesi (Dottorato di Ricerca in Storia Religiosa) – Università di Bologna, Bologna, Itália. 1998.

¹⁸⁸ O Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, teve em Dom Helder Câmara e, principalmente, em Dom José Távora, um dos animadores e defensores do projeto que visava uma educação com alicerces em uma pedagogia crítica da realidade e com objetivo não apenas de alfabetizar, mas também de conscientizar. Dentre os pedagogos influentes nesse movimento, destacamos o nome do intelectual Paulo Freyre. Cf.: CÂMARA, 1969, p.82-83; PILETTI, 2008, p.232; SALEM, 1981.p.25

¹⁸⁹ BEOZZO, 2001, p.12

¹⁹⁰ PILETTI,2008, p.233

¹⁹¹ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.41

¹⁹² Cf.: BEOZZO, 2001.

anúncio de João XXIII, articularam reuniões para discutirem os interesses e as abordagens que os clérigos do continente deveriam empreender em conjunto. Dom Helder Camara – que entre os anos de 1952 a 1964 era Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – concedeu uma entrevista ao periódico carioca *Jornal do Brasil* (JB), em 21 de novembro de 1959, aproveitando para divulgar sua participação na reunião do CELAM, em Bogotá, Colômbia, e do seu primeiro encontro com o Papa João XXIII. Nessa ocasião, Dom Helder abordou dois assuntos: primeiro que o papa não viria ao Brasil em visita por causa dos preparativos do Concílio; segundo que os eclesiásticos da América Latina estavam se organizando para o Vaticano II ao se reunirem para discutir a situação dos países em desenvolvimento.¹⁹³ Estabelecendo assim, os religiosos latino-americanos, as melhores estratégias para agirem frente aos representantes europeus e norte-americanos.

Sobre a reunião com os bispos do continente americano em Bogotá, o Arcebispo Camara narrou que o encontro foi uma oportunidade de diálogo entre as Américas do Sul e do Norte. O intuito era discutir o subdesenvolvimento dos países latinos do continente e como as nações desenvolvidas poderiam participar fraternalmente do processo de desenvolvimento dos mais pobres. O objetivo dos religiosos em Bogotá, segundo Dom Helder, era que os debates e ações sociais concretas ultrapassem, progressivamente, os limites territoriais do continente americano e alcançassem também os problemas estruturais da Ásia e da África.¹⁹⁴

No artigo: *O Episcopado Latino-Americano e a Miséria*, publicado na revista *A Ordem* em fevereiro de 1960, Dom Helder expôs os problemas econômicos e sociais da América Latina, que tanto preocupavam os membros do CELAM.¹⁹⁵ Esse texto informava ao leitor que o resultado dos debates entre religiosos em Bogotá, no ano anterior, foi a produção de um documento que, ao mesmo tempo, em que denunciava as mazelas do continente e apresentava também um plano de trabalho conjunto dos religiosos. Dentre os que assinaram tal documento, estavam Dom Miguel Dario Miranda, Arcebispo do México e então presidente do CELAM, juntamente com os nomes de Dom Manuel Larraín, Bispo de Talca, no Chile, e do próprio Dom Helder Camara, na época Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro.

¹⁹³ Subdesenvolvimento – D. Helder não convidou o Papa e afirma que a luta da Igreja é contra a miséria. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de novembro de 1959. p.09

¹⁹⁴ Ibid

¹⁹⁵ O Episcopado Latino-Americano e a Miséria. **A Ordem**. Rio de Janeiro, fevereiro de 1960. p-56-58

No documento confeccionado pelos membros do CELAM em Bogotá, reproduzido em parte no artigo citado anteriormente, encontra-se uma preocupação por parte dos religiosos na aplicação do que seria um cristianismo integral e que deveria ser a base da atuação conjunta desses eclesiásticos no Concílio. Assim, observa-se que essas propostas foram construídas em torno de ideias relacionadas às reformas sociais e reflexões teológicas a partir do pensamento tomista. Importante destacar que, nesse momento, o Centro Dom Vital, ao qual o periódico *A Ordem* estava ligado, recebia uma forte influência do intelectual católico Jacques Maritain. Esse pensador francês propunha um catolicismo que abarcava mais do que o espiritual, discutindo a importância de um posicionamento religioso preocupado com todos os níveis das questões espirituais, sociais e humanas. Somado a isso, defendia uma prática cristã em consonância com preceitos democráticos.¹⁹⁶

Nesse momento, o humanismo integral de Maritain teve grande influência sobre o pensamento e atuação de Dom Helder Camara. Contudo, observaremos, no decorrer deste capítulo, que a produção intelectual e atividades sócio-políticas e religiosas do clérigo em questão direcionaram-se cada vez mais para um tipo de desenvolvimento integral com base num pensamento de economia humanitária, encontrando no Padre e perito do Concílio, Louis-Joseph Lebreton um influenciador e interlocutor.¹⁹⁷ Em vários momentos, no decorrer dos textos de Dom Helder, principalmente nas cartas circulares conciliares, o nome deste religioso e seu trabalho em prol do desenvolvimento do Terceiro Mundo foram citados constantemente.

Dentre os fragmentos reproduzidos pela revista *A Ordem*, no texto: *O Episcopado Latino-Americano e a Miséria*, nós destacamos o seguinte:

¹⁹⁶ Cf.: MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**. São Paulo: Dominus Editora, 1962; Sobre a influência de Jacques Maritain e do pensamento tomista entre leigos e religiosos católicos, Ver: COSTA, 2010; ROMERO, 2014. p.38

¹⁹⁷ O reconhecimento em relação ao Pe. Lebreton com o pensamento de uma economia humanitária e sua influência na Encíclica *Populorum Progressio*, do papa Paulo VI, foi abordado por Dom Helder ao ser entrevistado para o livro *Dom Helder Câmara: La violence d'un pacifique*. Cf.: BROUCKER, 1969, p.51; Sobre a influência exercida pelo Pe. Lebreton, Cf.: BROUCKER, José de. **As noites de um profeta: Dom Helder Câmara no Vaticano II. Leituras das circulares conciliares de Dom Helder Câmara: (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 2008. p.13; BARROS; OLIVEIRA, 2000. p. 34-35; 48; ROMERO, 2014. p.39; Com relação ao pensamento de um pensamento de uma econômica de base humanista, Cf.: ANGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS: A formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013; LEBRET, L. J. **O drama do século XX: miséria – subdesenvolvimento; Inconsciência – Esperança**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960; _____ . **Suicídio ou sobrevivência do Ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964.

“Cabe aos católicos da América Latina, nesta hora, a missão de dar à ordem econômica, social e política, que se está renovando, uma forma e um conteúdo autenticamente humanos e cristãos. Mesmo que o comunismo não existisse, nós cristãos temos o dever evangélico de trabalhar seriamente para eliminar as enormes diferenças econômicas e sociais entre os nossos irmãos, diferenças situadas na base dos problemas que, hoje, nos angustiam e preocupam”. E aqui está o trecho mais importante do documento episcopal: “As profundas mudanças que o progresso técnico está causando na América Latina, suscitam no povo grandes e fundadas esperanças de uma ordem social melhor, mais humana, e a Igreja abençoa essas justas aspirações e defende os direitos da pessoa humana em face dos que pretenderem explorar os mais fracos.”¹⁹⁸

Na leitura dessa citação, considerando o momento preparatório para o Vaticano II, observa-se a influência do filósofo católico citado anteriormente. Encontra-se no primeiro trecho do documento da CELAM, transcrito entre as aspas, a preocupação de um humanismo cristão e integral,¹⁹⁹ entendido não como um mimetismo do comunismo, mas como uma oposição a essa concepção ideológica e política. Mesmo que, aparentemente, eles defendessem as mesmas coisas quando se tratavam em enfrentar as diferenças sociais e econômicas, o cristianismo e o comunismo possuem arcabouços doutrinários antagônicos. Na segunda parte transcrita, no trecho citado anteriormente, encontra-se as ideias de um processo de desenvolvimento para o continente latino-americano em bases humanistas e cristãs, alinhadas assim a uma perspectiva defendida pela doutrina social da Igreja.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o texto do documento transcrito pela revista *A Ordem* apresentava e defendia a ideia de uma Igreja atuante e preocupada com questões sociais, tomava também o cuidado para que os religiosos envolvidos não tivessem seus discursos associados aos pensamentos de cunho socialista/comunista pelos opositores dentro e fora da Igreja Católica. Lembremos que, no decorrer do século XX, muitos membros do clero e fiéis católicos estiveram envolvidos em ferrenhas campanhas anticomunistas.²⁰⁰

Outro ponto importante, ainda retomando o artigo da revista *A Ordem*, é o fato que a Igreja não deveria negligenciar o mundo moderno e suas tecnologias, acreditando que os avanços na produção e economia poderiam ser direcionados por meio de um

¹⁹⁸ Registro – O Episcopado Latino-Americano e a Miséria. **A Ordem**. Rio de Janeiro, fevereiro de 1960. p. 57

¹⁹⁹ Cf.: MARITAIN, 1962

²⁰⁰ Dentre as obras de perfil anticomunista, que indica a visão de uma ala mais conservadora da Igreja Católica em relação ao comunismo, indicamos o livro de Dom Geraldo de Proença Sigaud, intitulado: *Catecismo anticomunista*, sendo sua primeira edição publicada em 1960. Cf.: SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. Belo Horizonte, MG: Edições Cristo Rei, 2018.

pensamento cristão para uma diminuição das distâncias entre as nações ricas e pobres. Nesse ponto, indicamos a construção do lugar social para um novo personagem nos discursos de Dom Helder Camara. Esse personagem é a figura do técnico. Sujeito esse que adquiria, por meio de cursos acadêmicos e experiência profissional, um conhecimento específico sobre um campo científico ou social e, assim, podendo contribuir com dados confiáveis, técnicas de trabalho e objetivos sistemáticos para a confecção de um mundo em desenvolvimento. Nos escritos de Dom Helder, no decorrer da década de 1960, a proximidade com esses sujeitos era fundamental para a elaboração de um pensamento e projetos desenvolvimentistas, alicerçados com bases num humanismo cristão oriundo da doutrina social da Igreja.

Enfim, com o início das atividades do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, com uma missa solene, a Igreja Católica vivenciou um período de debates e mudanças intra e extra-eclesiásticas.²⁰¹ Nesse novo período da Igreja Católica, a Igreja da América Latina, como vimos, preparou-se para ocupar um papel importante nesse processo. Como estratégia de análise desse momento histórico, abordaremos, a partir de agora, o Concílio a partir das atividades pessoais e públicas de Dom Helder Camara, bem como a maneira como ele construiu suas redes de relações para tratar do tema da modernização da Igreja e do envolvimento dessa instituição religiosa no processo de desenvolvimento dos países pobres. Consideremos que essa experiência no Vaticano II foi imprescindível para a elaboração e a atuação de Dom Helder Camara, durante a década de 1960, em relação à defesa de um desenvolvimento integral, por compreender a mesma importância para as necessidades de cunho materiais, sociais e espirituais.

2.2. Dom Helder Camara e as articulações nos “bastidores” do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)

Depois da organização do 36^a Congresso Eucarístico Internacional, dos trabalhos sociais com a Cruzada São Sebastião, o Banco da Providência, como de outras atividades de cunho social e religioso, Dom Helder Camara foi construindo a imagem de um hábil articulador de grupos e ideias. Chegando a Roma para o Concílio, Dom Helder Camara desfrutava da fama de “bispo das favelas”, por causa do trabalho

²⁰¹ MAINWARING, 1989, p.63; LIBANO, 2005, p.51

desempenhado no Rio de Janeiro. No decorrer do tempo, ele demonstrou sua capacidade de orquestrar forças políticas, interesses intelectuais e teológicos dispersos e, muitas das vezes, opostos na direção do que lhe era de interesse na época ou, pelo menos, do que era possível para tratar do tema do desenvolvimento das nações pobres. Por meio da construção de uma rede de aliados, procurou Dom Camara colocar na agenda do Vaticano II o que ele considerava relevante para uma Igreja Católica apta a atuar no mundo moderno.

A CNBB – que só tinha se reunido cinco vezes até a realização do Concílio, desde sua criação em 1952 – assumiu um papel importante, articulando os eclesiásticos residentes no Brasil na preparação e viabilização para a viagem deles para o Concílio Ecumênico, em 1962. Na parte burocrática, a secretária da CNBB, Aglaia Peixoto, que também compunha a Família Mecejanense, foi uma das responsáveis pela organização da documentação dos bispos que iriam para o Vaticano. Segundo o jornal *O Globo*, viajariam inicialmente 113 bispos, mas no total teria 173 bispos representando o país.²⁰² Conseguiu D. Helder, nessa ocasião, a ajuda financeira do governo brasileiro para o transporte dos religiosos.

Sobre as negociações entre representantes da Igreja e do Estado para a viagem a Roma, nós apresentamos o seguinte relatório:

²⁰² Bispos brasileiros partiram para o Concílio Ecumênico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1962. p.5

Nº 847

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1962

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO CONCÍLIO ECUMÊNICO

Dom Helder Câmara, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, esteve ontem, às 19,00 horas, no Itamaraty, para agradecer a contribuição do Governo brasileiro para a participação da Igreja do Brasil no Concílio Ecumênico, em nome da Conferência Nacional dos Bispos. Ao ato, que se realizou no Gabinete do Chanceler Afonso Arinos, estiveram presentes o Senhor Alceu Amoroso Lima, o Deputado Afonso Arinos Filho, o Dr. Jorge Mourão, Diretor-Superintendente da Panair, e o Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Ministro Roberto Assunção.

O Chanceler Afonso Arinos, em breves palavras, ressaltou o significado do Concílio Ecumênico para a paz mundial e progresso dos povos dentro dos princípios de justiça.

A Delegação brasileira à instalação do Concílio Ecumênico, será chefiada pelo Chanceler Afonso Arinos e terá como membros o General Nelson de Mello, Ministro da Guerra e o Doutor Alceu de Amoroso Lima.

Dom Helder agradeceu em breves palavras o gesto magnânimo do Governo brasileiro de oferecer transporte gratuito para a Delegação da Igreja Católica que participará do Concílio Ecumênico. Disse ainda Dom Helder que 120 bispos brasileiros viajarão juntos, pela primeira vez na História, num avião a jato, e que seria celebrada uma missa a mais de 10 mil metros de altitude pelo Arcebispo Primaz da Bahia, Dom Augusto. Elogiou também Dom Helder a escolha feliz e alta feita pelo Governo brasileiro da Delegação que representará o Brasil no Concílio Ecumênico.

Imagem 2: Participação do Brasil no Concílio Ecumênico

Fonte: IEB-USP, Fundo / Coleção: José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D043-010

Como se observa no documento interno do Ministério das Relações Exteriores, Dom Helder foi um dos responsáveis em articular forças políticas e de empresas

privadas para levar os membros da CNBB a Roma.²⁰³ Relevante destacar, como já argumentou Scott Mainwaring e Kenneth P. Serbin, que o clero do Brasil dependia das boas relações com o poder político do país para o financiamento de suas atividades.²⁰⁴ Essa relação de proximidade entre Estado e Igreja começou a sofrer algumas fissuras mais evidentes no decorrer da década de 1960, principalmente no pós-Concílio, momento em que o país já vivenciava um regime ditatorial e parte dos eclesiásticos da CNBB estavam dispostos de aplicar o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) e as decisões aprovadas no Vaticano II.

Com a abertura do Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, também teve início a prática de escrita das cartas circulares durante as madrugadas de oração do Arcebispo Dom Helder Camara, ritual de vigília que se repetiu até o ano de 1982. A prática dessa escrita de si, correspondendo no decorrer de aproximadamente vinte anos ao total de 2.122 missivas, indica-nos uma leitura subjetiva do referido religioso sobre a realidade que o cercava e das perspectivas de futuro.²⁰⁵ Desse modo, compreender essa relação temporal, do sujeito histórico com o seu passado e com o vislumbre de futuro, possibilita-nos uma reflexão sobre as experiências e as expectativas dele em relação ao cenário político, social, econômico e cultural.²⁰⁶ Esse lugar social de análise fez com que Dom Helder compreendesse e legitimasse a ideia de que os anos 1960, considerando os avanços tecnológicos e esperança de crescimento econômico, era a década do desenvolvimento.

Com relação ao número de cartas de Dom Helder Camara, escritas durante as madrugadas do Vaticano II, foram produzidas no ano de 1962 (primeiro período) um total de 53, dentre as quais 7 foram extraviadas; em 1963 (segundo período), foram 59. Em março de 1964 ocorreram reuniões das comissões, momento em que foram produzidas 17 cartas e no final desse mesmo ano (terceiro período), ele escreveu mais 79; e em 1965 (quarto período), o resultado foi de 89 cartas.²⁰⁷ Essas correspondências

²⁰³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Participação do Brasil no Concílio Ecumênico**. Arquivo IEB-USP, Fundo / Coleção: José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D043-010

²⁰⁴ Cf.: MAINWARING, 1989; SERBIN, K. P. *Brazil: State Subsidization and the Church Since 1930*. In.: PATNAYAK, Satya R. **Organized Religion in the Political transformation of Latin America**. New York – London: University Press of America, Inc., p.153-176, 1995

²⁰⁵ Sobre o uso de textos pessoais como fontes históricas, indicamos: GOMES, Â. C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

²⁰⁶ Cf.: KOSELLECK, R.. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁰⁷ BEOZZO, J. O.. Apresentação. *Apud.*: CÂMARA, H.. **Circulares Conciliares** – de 13/14 de Outubro de 1962 a Março de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009a. p.XX-XXI

– que assumiam às vezes de um diário pessoal ou espaço de diálogo e elaboração de seus discursos – foram enviadas por Dom Helder às interlocutoras no Brasil, inicialmente a Família São Joaquim e, depois de 1964, Família Mecejanense. Em casos raros, dependendo do assunto e necessidade de articulação do autor das circulares, algumas dessas cartas também foram compartilhadas com religiosos que estavam participando do Concílio.²⁰⁸

Inicialmente, recebiam essas cartas, os colaboradores que trabalhavam com ele desde a década de 1930 no Rio de Janeiro, quando desempenhou atividades no Ministério da Educação, como professor universitário, na liderança da Ação Católica, na organização na Conferência Eucarística, na Cruzada de São Sebastião e no Banco da Providência. Esses interlocutores eram, em grande parte, formados por mulheres, chamadas por ele como *Família São Joaquim*, em referência ao palácio episcopal carioca. Posteriormente, depois de 1964, com a transferência de Dom Helder para Pernambuco, ocorreu uma inclusão de membros do Recife para o grupo, sendo necessário um novo nome para a “Família”. Depois de algumas experiências, foi escolhido o nome de Família Mecejanense, em alusão ao bairro de Messejana em Fortaleza, onde o religioso tinha nascido no Ceará. Nesse mesmo bairro nasceram o escritor José de Alencar e o general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Na primeira circular escrita em Roma – na madrugada de 13 para 14 de outubro de 1962 – Dom Helder Câmara apresentou suas impressões iniciais do Concílio, destacando, na ocasião, o estranhamento com a pompa da celebração solene que abriu o Vaticano II.²⁰⁹ No decorrer da carta em questão, observa-se também a avaliação dele sobre a postura dos bispos conciliares que não aceitaram passivamente os esquemas teológicos impostos inicialmente pela Cúria Romana e, que segundo ele, não estavam em consonância com os discursos de renovação do Papa João XXIII.²¹⁰ Lembremos que, nesse momento, o papa em questão já tinha escrito a Encíclica *Mater et Magistra*, 1961, que teve grande repercussão em meio aos católicos tidos como progressistas e

²⁰⁸ As cartas escritas, no decorrer do Concílio Ecumênico Vaticano II, foram organizadas nas seguintes obras: CÂMARA, Helder. **Circulares Conciliares** – de 13/14 de Outubro de 1962 a Março de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009a; _____. **Circulares Conciliares** – de 12 de Setembro a 22/23 de Novembro de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2009b; _____. **Circulares Conciliares** – de 10/11 de Setembro a Dezembro de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009c; Sobre as Cartas Circulares de Dom Helder Câmara e seu cotidiano no Concílio, ver: BROUCKER, 2008.

²⁰⁹ Cf.: CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.163

²¹⁰ Cf.: CÂMARA, Helder. 1º Circular. Roma, 13/14 de outubro de 1962. *Apud.*: CÂMARA, H. 2009a. p. 1-4

também foi incluída entre os textos que legitimavam os ideais que compunham a doutrina social da Igreja.²¹¹ No Brasil, esse documento papal fomentou debates em torno do envolvimento da Igreja em questões sociais, com destaque para a reforma agrária.

Ao rememorar o clima de tensões do início do Concílio, em uma circular de setembro de 1965, escreveu Dom Helder sobre o perigo inicial de o Vaticano II ser controlado pelo Secretariado Geral, representante da Cúria Romana. Na ocasião, destacou:

No dia da chegada a Roma para a abertura do Concílio, soubemos que Mons. Felice ia sugerir nomes para as 11 Comissões Conciliares, dado que cada Conferência só conhecia os respectivos Bispos. Obtivemos 10 Cardeais para derrubar a medida na Basílica. Forçamos uma reunião do CELAM que estava proibido de reunir-se aqui. A proibição era nula, porque os Padres Conciliares, durante o Concílio, dependem exclusivamente do Papa. O presidente do CELAM temeu reunir os Delegados. Conseguimos que o Cardeal do Chile nos reunisse. Em uma hora, a América Latina se entendeu de modo exemplar. O CELAM passou a dialogar com as demais Conferências. Em quatro dias, matamos de susto a Cúria Romana realizando uma eleição em que os melhores eram eleitos pelos próprios Bispos, sem a mais leve imposição do Secretariado Geral.²¹²

Em outro momento, agora em suas memórias narradas ao jornalista José de Broucker e publicada no livro: *The conversions of a Bishop*, o Arcebispo Dom Helder Câmara destacou o papel de Dom Manuel Larraín na arregimentação de religiosos, principalmente cardeais, que se opunham à estrutura que a Cúria tentava impor.²¹³ Importante lembrar que antes do Concílio, o episcopado do CELAM já tinha se encontrado em Bogotá para formular um plano de atuação e de trabalho coeso para o Vaticano II. Desse modo, ao confrontar as informações sobre a preparação dos clérigos latino-americanos para o Vaticano II, com as articulações no enfrentamento da Cúria Romana, no início do Concílio, observamos o lugar social que a Igreja na América Latina começava a construir mundialmente.

Contudo, como observou o historiador e padre Ralph Wiltgen, a mobilização para organizar as listas das Conferências Episcopais não impossibilitou que o

²¹¹ Cf.: JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 1961. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html > Acessado em 23.03.2017; Essa Encíclica compõe o corpo de textos que alicerçam a doutrina social da Igreja. Cf.: LIBANO, João Batista. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. Belo Horizonte, MG: Edições Loyola, 2005. p.45

²¹² CÂMARA, Helder. 08ª Circular, Roma.17/18 de setembro de 1965.p. 22. *Apud*. CÂMARA, 2009c. p.22

²¹³ CÂMARA; BROUCKER, 1979. p. 162-165

pensamento conservador ou, até mesmo, ultraconservador conseguisse tomar controle de algumas comissões.²¹⁴ Confrontar essa análise de R. Wiltgen com o que falamos nos parágrafos anteriores possibilita-nos entender que as alianças, debates e negociações, ocorridas durante o Concílio, não aconteceram sem tensões e enfrentamentos de religiosos ou correntes de pensamentos distintos ou mesmo opostos sobre o papel da Igreja no mundo.

Esses grupos de clérigos conservadores percebiam em religiosos como Dom Helder Camara e a sua defesa de questões sociais, como ameaças à tradição da Igreja que, segundo os mais ortodoxos, essa instituição deveria ficar circunscrita a questões espirituais e morais.²¹⁵ Com o passar do Concílio, os ataques pautados no pensamento dos religiosos considerados progressistas, muitas vezes acusados de simpático ou adeptos do comunismo, fizeram com que grupos conservadores conquistassem mais espaços nos debates e em órgãos da Igreja. O exemplo disso, em 1964, a CNBB e o CELAM tiveram em suas eleições resultados que davam à vitória aos religiosos de posicionamentos mais conservadores e que colocava em xeque o projeto de uma Igreja adequada ao mundo moderno.²¹⁶

O Pe. Ralph Wiltgen também definiu em sua obra que: “A tarefa do Concílio consistia, em resumo, em examinar esquemas (ou anteprojetos) de constituições e decretos, emendá-los ou rejeitá-los.”²¹⁷ Desse modo, considerando o que se podia fazer durante o Concílio, Dom Helder Camara escolheu como estratégia não se expor publicamente nas aulas conciliares, preferindo agir em meio aos bastidores, orquestrando temáticas e votos para aprovação ou rejeição de abordagens nos esquemas.²¹⁸

Falar das articulações construídas por Dom Helder nesse momento, remete-nos a residência dos eclesiásticos brasileiros durante o Concílio, em Roma, era a *Domus Mariae*. No caso, esse espaço serviu para socializações e, consecutivamente, construções de laços com religiosos católicos de várias partes do mundo e de outras denominações cristãs. Em vários momentos, esse espaço de encontros e debates foi citado nos periódicos nacionais e internacionais como um local em que muitas ideias e votos para aprovação de esquemas nas assembleias foram construídos.

²¹⁴ WILTGEN, 2007. p.23

²¹⁵ Cf.: CALDEIRA, 2011

²¹⁶ BROUCKER, 2008, p.120-121

²¹⁷ WILTGEN, 2007. p.25

²¹⁸ Cf.: CÂMARA; BROUCKER. 1979, p.162-163; 2008, p.47-48; PILETTI, 2008, p.235; ROMERO, 2014. p.39

Com relação às atividades dos religiosos no *Domus Mariae*, temos como exemplo uma conferência intitulada: *The third world and the developing countries*, que foi realizada em novembro de 1963. Nessa ocasião, Dom Helder Camara respondia às questões feitas pelo padre e perito do Concílio, Piero Gheddo. Lembrando que, naquele momento, ainda na segunda sessão, o então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro era conhecido como o “bispo das favelas” e seu trabalho social teve considerável repercussão entre os padres conciliares e da imprensa presente no Vaticano II. Essa ressalva é relevante para entendermos as questões feitas pelo Pe. Gheddo e, consecutivamente, as respostas de Dom Camara.²¹⁹

Depois de uma apresentação do trabalho de Dom Helder Camara na Arquidiocese do Rio de Janeiro, o padre Gheddo fez questionamentos que transitaram por temas como: O posicionamento da Igreja frente aos problemas do mundo pobre; O que o religioso brasileiro entendia por condições subumanas e o que se poderia fazer para se resolver a situação dos países do Terceiro Mundo. Na procura de responder a essas questões, Dom Helder revelou o entendimento dele sobre termos que estavam presentes em suas falas e escritas não apenas no Vaticano II, mas, no decorrer da década de 1960. Por esse motivo, torna-se relevante destacar aqui a compreensão dele sobre tais assuntos.

Inicialmente, deixando evidente sua perspectiva de responsabilidade dos países ricos europeus e da América, Dom Helder argumentou a necessidade de romper com a prática do assistencialismo e também de investir na conscientização em prol do desenvolvimentismo conjunto, articulando nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Nesse e em outros textos, o personagem estudado nesta tese procurou denunciar tanto as relações de exploração das nações ricas sobre as mais pobres, como também do que chamou no decorrer da década de 1960 de “colonialismo interno”, tratando das explorações entre classes econômicas de uma mesma nação. Depois da explanação do religioso brasileiro, o interlocutor Pe. Gheddo pediu que ele definisse melhor que condições subumanas eram essas que ele apresentava em seu discurso.

Em resposta, Dom Camara destacou que homens, mulheres, famílias que não possuíam um lugar de fato para residir, comida adequada e/ou suficiente, roupas em condições de uso, saúde ou condições para se ter; viviam em condições subumanas. Juntamente a essas situações, ressaltou também que essas pessoas estavam, em grande

²¹⁹ CÂMARA, Helder. *The Third World and the developing countries*. In.: _____. **The Church and Colonialism: The betrayal of The Third World**. Denville, New Jersey: Dimension Books, 39-48, 1969a.

parte, subempregadas, eram analfabetas e não tinham expectativas de melhorias futuras para suas vidas.

Desse modo, as condições subumanas correspondem, para Dom Helder, à ausência de condições mínimas de uma vida digna no que corresponde ao bem-estar das pessoas. Além de adicionar, questões relacionadas à liberdade e condições de pensar e agir. Como resolução eficiente desses problemas estava, respondeu ao Pe. Gheddo, o ato de conscientizar os mais ricos de suas responsabilidades frente aos mais humildes. Ele destacava que não bastavam apenas trabalhos ou empreendimentos assistencialistas, mas uma mudança de mentalidade para o enfrentamento da miséria.

Ao mesmo tempo em que pronunciava essas respostas, trazendo a discussão da questão da justiça social, alicerçou Dom Helder sua fala na doutrina social da Igreja a partir da citação dos Papas Pio XII e João XXIII. Contudo, não deixou de ressaltar em seu pronunciamento que a Igreja defendia o direito à propriedade privada, distanciando-se assim de ligações com o pensamento socialista/comunista. Posteriormente, depois de inquirido pelo seu interlocutor, o Arcebispo Camara descreveu da seguinte forma o papel da Igreja no processo de desenvolvimento das nações pobres:

She [Church] is already doing a great deal. Let us not forget that much of the help which is given to underdeveloped countries, especially in the Field of health and education, comes from the missionaries sent by the church. By helping the social and education work of catholic missions, christians are helping the developing peoples, and perhaps this is the best way one can suggest to the individual of contributing to the fight against misery. The Council will certainly speak about the fight against underdevelopment and the church Will reiterate what the popes have repeated many times, especially John XXIII in *Mater et Magistra*. Today we speak of the “church of the poor”; I should prefer to speak of the “church at the service of the poor”. In other words, poverty is an evil to be combated, while the spirit of poverty is a good to be acquired, like the spirit of service. Too often in the past the Church has appeared to the people to be an organisation of power and magnificent, almost domineering, even though these are not her fundamental characteristics. Underdevelopment and world misery teach us humility and the spirit of poverty, above all the spirit of service to all mankind.²²⁰

²²⁰ Ela [Igreja] já está fazendo muito. Não esqueçamos que grande parte da ajuda que é prestada aos países subdesenvolvidos, especialmente no campo da saúde e da educação, vem dos missionários enviados pela Igreja. Ao ajudar o trabalho social e educacional das missões católicas, os cristãos estão ajudando os povos em desenvolvimento, e talvez esta seja a melhor forma que se possa sugerir ao indivíduo para contribuir na luta contra a miséria. O Concílio certamente falará sobre a luta contra o subdesenvolvimento e a Igreja repetirá o que os papas repetiram muitas vezes, especialmente João XXIII em *Mater et Magistra*. Hoje falamos da “igreja dos pobres”; Eu preferiria falar da “igreja ao serviço dos pobres”. Em outras palavras, a pobreza é um mal a ser combatido, enquanto o espírito de pobreza é um bem a ser adquirido, como o espírito de serviço. Muitas vezes, no passado, a Igreja pareceu ao povo uma organização de poder e magnificente, quase dominadora, embora essas não sejam suas características fundamentais. O subdesenvolvimento e a miséria mundial nos ensinam a humildade e o espírito de pobreza, sobretudo o espírito de serviço a toda a humanidade. (Tradução nossa) Ibid. p.48

Nessa citação, além do reconhecimento do trabalho histórico da Igreja Católica e de suas ordens religiosas no campo da saúde e da educação, Dom Helder Camara sinalizou, mais uma vez, para o fato da necessidade de se reestruturar a Igreja no sentido de torná-la não apenas numa “Igreja dos pobres”, mas numa “Igreja a serviço dos pobres”.²²¹ Desse modo, o religioso em questão concluía sua fala indicando o perfil de Igreja que ele espera que seja construído no decorrer do Concílio.

Ainda sobre as atividades e cotidiano na *Domus Mariae*, a revista católica *O Cruzeiro* – em um número de novembro de 1963, mês em que se deu a palestra apresentada anteriormente – publicou um artigo intitulado *À margem do Concílio*, procurando narrar o cotidiano do episcopado brasileiro no Vaticano II. Ao descrever as atividades da moradia dos bispos conciliares do país, o referido periódico destacou:

Reúne-se todas as semanas, na *Domus Mariae*, sob a presidência de Dom Helder Camara, a comissão encarregada de aprofundar a teologia do trabalho, tendo em vista os cristãos dos países em via de desenvolvimento. Do grupo fazem parte vários bispos da África e da América do Sul, e alguns teólogos...²²²

Em vários momentos, em suas cartas circulares ou nas entrevistas concedidas a jornalistas e pesquisadores, Dom Helder Camara se colocou como animador e mediador, tendo em vista que fazia simultaneamente as traduções para francês e inglês para os presentes nas palestras ou debates na *Domus Mariae*. Esse mesmo texto de *O Cruzeiro* destacou que o então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Camara, era constantemente procurado por emissoras de televisão para dar entrevistas tanto sobre o Concílio como em relação à pobreza presente no Terceiro Mundo. Nessa ocasião, a revista em questão enumerou também as aparições de Dom Helder na TV da Itália, na Holanda e em Genebra, onde participou de um evento com o pastor Roger Schutz, Prior da Comunidade ecumênica de Taíze.

No decorrer do Vaticano II, como constatou o padre belga Joseph Comblin, o Arcebispo brasileiro juntamente com Dom Manuel Larraín, entenderam que os cardeais tinham muitos privilégios no Concílio, podendo falar mais vezes nas aulas conciliares que um bispo e, por esse motivo, era importante ter um ou mais como porta-voz. Nesse caso, destacamos a seguir importantes nomes dentro da rede de relações de Dom

²²¹ Para uma maior fluidez do texto, decidimos colocar a reprodução da citação anterior – “church of the poor” e “church at the service of the poor” – em português e não em inglês.

²²² À margem do Concílio. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1963. p. 50

Helder, sendo o primeiro o então Cardeal Giovanni Montini, escolhido em 1963 para se tornar o sumo pontífice, adotando na ocasião o nome de Paulo VI.

A amizade entre Dom Montini e Dom Camara vinha de anos anteriores, conhecendo-se na época em que ambos ainda eram padres. Na ocasião, o primeiro era secretário do Papa Pio XII e contribuiu com o então Pe. Helder para a aprovação junto à Cúria Romana do projeto que permitia a criação da CNBB, como vimos no capítulo anterior. No primeiro ano de Concílio, em 1962, Dom Helder encontrou no então Cardeal Montini um aliado nos debates sobre a necessidade da Igreja se posicionar em relação aos problemas de subdesenvolvimento das regiões pobres do globo.²²³

Ao descrever uma entrevista com o Cardeal Montini, em uma das suas cartas circulares de 1962, Dom Helder registrou o conteúdo da conversa que transitou em grande parte numa atualização das atividades da CNBB, CELAM, do projeto para a criação do Conselho Episcopal da África (CELAF)²²⁴ e do Conselho Episcopal da Ásia (CELAS).²²⁵ Essa informação indica uma discussão que ganhou corpo, no decorrer dos anos com o Concílio, no caso, da construção e fortalecimento de uma perspectiva de Igreja alicerçada em conferências que, em formato de colegiados, davam aos clérigos melhores condições de articulação.

Posteriormente, no decorrer dessa conversa registrada pela escrita pessoal de Dom Helder em carta, ambos entraram em entendimento de que o cronograma do Concílio naquele momento inicial era pertinente para começar por assuntos do campo litúrgico. No entanto, ao tocar no assunto do subdesenvolvimento das nações pobres e de como a Igreja deveria se posicionar, Dom Camara recebeu o conselho do Cardeal Montini de esperar o momento adequado para introduzir essa discussão. Dom Montini temia que ao tratar do assunto de maneira precipitada, poderia fazer com que o tema perdesse o interesse de parte do clero, ao longo do Concílio. No ano seguinte a essa entrevista, sucedendo o Papa João XXIII, Dom Montini tornou-se o Papa Paulo VI e recomendou ao Cardeal Giacomo Lercaro, um dos quatro moderadores do Concílio, escolhido pelo próprio Paulo VI, que encampasse uma campanha favorável ao tema do envolvimento da Igreja Católica no combate ao subdesenvolvimento.²²⁶

²²³ CÂMARA, Helder. 20ª Circular. Roma, 02 de novembro de 1962. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p.60-63.

²²⁴ A discussão sobre a criação do Conselho Episcopal da África (CELAF) acabou dando origem ao Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madáscar (SCEAM)

²²⁵ A discussão sobre a criação do Conselho Episcopal da Ásia (CELAS) acabou dando origem a Federação das Conferências Episcopais da Ásia (FABC)

²²⁶ COMBLIN, 1983, p.34

Além disso, é importante refletir que ao fazer parte da rede de relações de Dom Helder, a elevação de Dom Montini ao cargo máximo da Igreja Católica possibilitava ao Arcebispo brasileiro maior espaço de atuação/divulgação de suas ideias e, também, legitimidade de seus discursos durante o Vaticano II. Como exemplo da cumplicidade entre Dom Helder e Dom Montini, destacamos uma narrativa do *Jornal do Brasil*, que ao reproduzir um texto do jornal francês *Le Monde*, em 1964, apresentou o seguinte encontro aos seus leitores:

PARIS – O Correspondente do Jornal Le Monde em Roma escreveu ontem que o jato mais comentado nos corredores do Vaticano, de dois dias para cá, é o diálogo “surrealista” mantido quinta-feira entre Sua Santidade Paulo VI e o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. Segundo o vespertino parisiense, Paulo VI, quando viu Dom Helder, que se aproximava, abriu os braços afetuosos e exclamou: “Bom dia, meu Arcebispo comunista. Como vai? Ao que o Arcebispo brasileiro respondeu, no mesmo tom: “Bom dia, nosso Papa comunista. Como vai?”

A história, que escandalizou a ala conservadora do Concílio Ecumênico, foi publicada pelo influente vespertino como o maior destaque, num quadro ao lado do noticiário do Concílio.

O correspondente de *Le Monde* em Roma contou ainda que a gargalhada geral dos Cardeais que assistiram à cena entre Paulo VI e Helder Camara mostra bem o new-look do Vaticano.

Salientando o prestígio de Dom Helder junto ao Papa, *Le Monde* registrou a seguir, que Paulo VI lhe disse mais: “O Sr. sabe, Dom Helder, a influência que tem sobre o Papa os Bispos que desejam ser pobres e que se colocam a serviço da pobreza.”

Le Monde explicou, finalmente, que o Arcebispo de Olinda e Recife “é célebre por suas iniciativas sociais ousadas, por sua espontaneidade e por seu sentido extraordinário de contato humano”.²²⁷

Nessa citação encontram-se alguns pontos que contribuem no entendimento do cenário histórico discutido nesse momento do texto da tese. No caso, observa-se que em tom de brincadeira, o Arcebispo Dom Helder e o Papa Paulo VI chamaram um ao outro de comunistas. Considerando o momento, tal tratamento parecia algo impossível de acontecer em anos anteriores, tendo em vista o perfil anticomunista que a Igreja adotou no decorrer dos séculos XIX e XX. Dom Helder, com seu trabalho no campo social no Rio de Janeiro e, depois em Pernambuco, adquiriu essa imagem entre religiosos que se colocavam como conservadores, classificando-o de comunista/socialista. Contudo, no diálogo entre Dom Helder e o Papa Paulo VI, o termo comunista recebeu um sentido de carinho e brincadeira, provavelmente porque para ambos a classificação comunista – feita por causa das preocupações com os problemas sociais – não fazia sentido.

²²⁷ D. Helder e o Papa Paulo VI. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1964. p.2 – 1º Caderno

A título de exemplificação, como registrou Dom Helder em carta circular, na primeira missiva da segunda sessão, 1963, o Cardeal de Nova York, Francis Joseph Spellman, ao ler um texto escrito e mimeografado do religioso brasileiro que defendia a pobreza para os membros do clero, acusou Dom Camara de comunista. Como efeito, Dom Helder registrou nessa mesma circular que existia um dossiê contra ele, na Secretaria do Estado, Santa Sé, acusando-o de comunista e que o organizador seria um bispo norte-americano. Mas, não fica claro se era o Cardeal Dom Spellman ou seria mais uma empreitada da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP).²²⁸

Como visto na citação anterior, ao descrever o referido encontro num dos corredores do Concílio, o Sumo Pontífice teria dito: “O Sr. sabe, Dom Helder, a influência que tem sobre o Papa os Bispos que desejam ser pobres e que se colocam a serviço da pobreza.”²²⁹ Esse prestígio, tanto junto ao papa como na imprensa internacional, possibilitou a Dom Helder articular alianças e discursar sobre o subdesenvolvimento dos países pobres. Interessante destacar que, na produção intelectual, na atuação político-religiosa e na escrita pessoal, desse Arcebispo, havia a proposta de uma pobreza voluntária do clero como uma opção necessária ao trabalho em torno das propostas de desenvolvimento e de modernização da Igreja Católica ao século XX. O amadurecimento dessa proposta, de pobreza eclesial, levou à elaboração, no final do concílio, do *Pacto das Catacumbas*.²³⁰

Voltando para a observação do Padre Comblin sobre a importância de se ter um cardeal como mediador no Vaticano II, destacamos o nome do Cardeal Leo Jozef Suenens que estabeleceu uma sólida aliança com Dom Helder durante e depois do Concílio.²³¹ O Cardeal Suenens – chamado nas cartas circulares de Dom Camara pelo pseudônimo de Padre Miguel, lembrando que o clérigo brasileiro tinha o costume de rebatizar alguns amigos, dando a eles apelidos – foi um dos principais interlocutores de Dom Helder, no decorrer do Concílio, sendo juntamente com Padre Louis-Joseph Lebret, um dos mais citados nomes nas cartas conciliares do Arcebispo brasileiro. Durante a realização do Vaticano II, Dom Suenens articulou palestras para Dom Helder em países europeus, como no caso da Bélgica e de uma conferência na Holanda, no

²²⁸ Cf.: CÂMARA, Helder. 1ª Circular. Roma, 30 de setembro de 1963. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p.161-163

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ Cf.: BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas**: Por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015

²³¹ COMBLIN, José. Prefácio. *In.*: CÂMARA, 2009c. p.XXXI; Além desse relato, destacamos: CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.167

final de 1965. Esses eventos proporcionaram uma maior visibilidade internacional ao religioso brasileiro e aos seus discursos de combate ao subdesenvolvimento.²³²

Evidentemente, como citamos anteriormente, a rede de relações de Dom Helder ia além dos nomes citados anteriormente. Percebemos que essa teia de contatos foi construída durante as atividades vivenciadas ao longo do Concílio. Dentre essas experiências, destacamos as que ocorreram na *Domus Mariae*, que era também o local de encontros para vários grupos de clérigos, teólogos e intelectuais durante a semana, sendo as sextas-feiras dedicadas ao grupo de religiosos conhecidos por Conferência dos 22 ou, como era chamado por Dom Helder, o Ecumênico.²³³ O Ecumênico articulava um grupo crescente das conferências episcopais dos vários países presentes do Concílio.

Os membros do Ecumênico assumiram papéis imprescindíveis nas articulações do Arcebispo Camara, como de outros religiosos classificados no decorrer do Concílio como progressistas.²³⁴ Nas circulares do clérigo cearense, encontramos referências a dezenas de encontros e debates com teólogos, sociólogos, jornalistas, clérigos católicos e protestantes, que pertenciam oficialmente ou não ao grupo em questão. Os registros de Dom Helder sobre o começo das atividades do Ecumênico ou pelo menos a compreensão da importância de se instituir um grupo de trabalho, mesmo que não oficial, acabaram se diluindo em meio a outras reflexões de suas cartas. No entanto, a heterogeneidade do Ecumênico possibilitou o envolvimento do grupo em questões relevantes do Vaticano II e da confecção dos textos dos esquemas conciliares.

Juntamente a esse grupo Ecumênico, Dom Helder também se envolveu no grupo da Pobreza, no qual procurou incluir essas questões pertinentes ao enfrentamento da

²³² Em 1963, o Papa Paulo VI nomeou quatro cardeais – Giacomo Lercaro, Grégoire-Pierre Agagianian, Julius Döpfner e Léon-Joseph Suenens – como moderadores das reuniões e trabalhos desenvolvidos durante o Concílio. Cf.: PILETTI, 2008, p.239

²³³ BROUCKER, 2008, p.70

²³⁴ Na Carta Circular número 23ª Circular, de 25/26 de outubro de 1963, Dom Helder fala das atividades do Ecumênico e cita os nomes dos componentes, que eram: “Perguntam-me vários pelos Participantes atuais: a) **a América Latina:** os 3 da Direção do CELAM, ligados a um Delegado de cada país da América Latina (Miranda, do México; Larraín, do Chile, e o Dom [Helder], do Brasil); b) **a África:** com os 2 de sempre: Zoa, pela África de expressão francesa e Blomjous, pela África de expressão inglesa; c) **a América do Norte:** USA, Mons. Primeau, de Manchester; Baudoux, do Canadá (está sempre conosco, Mons. McGrath, do Panamá, membro da Comissão de Teologia, e nosso representante especial na Comissão do Cardeal Ottaviani); d) **a Ásia:** Birmânia: Mons. Bazin de Rangoon; Ceilão: Mons. Cooray, de Colombo; Índia: Angelo Fernandes, de Nova Delhi; Filipinas: Mons. Olalia, de Lipa; Japão: Mons. Satoshi Nagaé, de Urawa; mais dois orientais (um do rito melkita, auxiliar do Patriarca Maximos e outro de rito maronita, Auxiliar do Patriarca maronita); e) **a Europa:** França: Mons. Veuillot, coadjutor de Paris; Inglaterra: Mons. Beck, de Salford; Alemanha: Mons. Höffner, de Münster; Espanha: Mons. Cantero, de Huelva; Itália, Mons. Mojaisky-Perrelli, de Nusco e um da Iugoslávia, representando a Cortina de Ferro; f) **a Oceania:** Austrália, Bispo de Adelaide.”. CÂMARA, Helder. 23º. Roma, 25/26 de outubro de 1963. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p. 230

miséria e do subdesenvolvimento na agenda do Vaticano II.²³⁵ Como observado na revista católica *O Cruzeiro*, o Cardeal Dom Lercaro, um dos quatro cardeais moderadores do Concílio, buscou o tempo todo influenciar os padres conciliares a escolher os pobres como prioridade.²³⁶ Contudo, essa escolha não se concretizou nesse momento, somente no ano de 1968, essa abordagem foi o cerne de uma Conferência, em Medellín.²³⁷ Essa distinção na escolha do clero causou tensões entre a cúria romana e a Igreja na América Latina, a partir do final da década de 1960.

Enfim, depois da compreensão do processo gradual de construção dessas redes de relações, confeccionadas no decorrer do Vaticano II (1962-1965), procuraremos entender também as presenças, influências, diálogos, legitimidades desses interlocutores nas abordagens dos textos escritos e apresentados por Dom Helder Camara, durante o Concílio, sobre uma Igreja moderna para o século XX. Desse modo, no próximo tópico, trataremos da tessitura do processo de produção intelectual de Dom Helder sobre como era entendida a necessidade de debater a modernização da Igreja e do desenvolvimento das nações pobres dos mundos, voltando-se especialmente para a América Latina.

2.3. Dom Helder e o Vaticano II: O esforço em criar uma Igreja Católica renovada com bases no Colegiado Eclesiástico e na defesa do desenvolvimento

Durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, 1962 a 1965, foram debatidos temas como controle de natalidade, anticomunismo, ecumenismo, fim do celibato, sacerdócio feminino, maior participação do laicato, abandono do latim como língua oficial nas celebrações, e tantas outras questões relacionadas ao campo litúrgico, teológico e social. Considerando a impossibilidade de abarcarmos todos os tópicos tratados no Vaticano II, direcionamos nossa escrita nesse momento específico para a questão da colegialidade dentro da Igreja e como Dom Helder Camara entendeu essa opção como um dos sinais de modernização do catolicismo em direção ao combate do subdesenvolvimento das nações carentes.²³⁸

Na análise da documentação que compõe nosso acervo de pesquisa, o que se percebe é que a atuação de Conferências Episcopais, como por exemplo da CNBB, em

²³⁵ BROUCKER, 2008, p.57

²³⁶ VATICANO II – Dom Helder lança tese revolucionária: Igreja em busca da pobreza perdida. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 1963 .12.07. p.49

²³⁷ Cf.: CASTRO, 2002, p.47-48, 108; COMBLIN, 1983. p. 34; SALEM, 1981.p.39

²³⁸ Cf.: PILETTI,2008, p.236

nível nacional, e do CELAM, em nível continental, revelavam-se como uma forma eficiente de ação dos bispos, no decorrer do Concílio. Desse modo, os encontros periódicos da CNBB na *Domus Mariae*, os debates de pautas de interesses comuns, as formações intelectuais e outros fatores possibilitavam aos religiosos ligados às conferências um trabalho mais coeso. Somados a isso, grupos não oficiais, como o *Ecumênico* e da *Pobreza*, contribuía ao possibilitar diálogos e aproximações de clérigos que estavam ligados a colegiados distintos. Essas redes de contatos e contribuições permitiram à Igreja, de regiões de menor influência, como na América Latina, ganhasse maior poder em meio aos debates e decisões frente aos eclesiásticos do continente europeu e aos norte-americanos.

Com o início do Vaticano II, muitas eram as dúvidas sobre a legalidade das reuniões do CELAM. Além disso, como também registrou o religioso em questão, havia uma insegurança porque, naquele momento as conferências episcopais não constavam no Código Canônico. Porém, como Dom Helder escreveu em suas cartas, durante um Concílio, os padres conciliares estão a serviço do papa e não da Cúria Romana. Desse modo, cabia aos bispos reunidos no Vaticano II decidir sobre a legalidade ou não das conferências. No segundo período do Concílio, no final de 1963, Dom Helder escrevia em suas correspondências que essa temática deveria ser prioridade e esperava que assim a situação das conferências, como CNBB e CELAM, tivessem seus papéis e lugares dentro da Igreja bem definidos.

Como transparece nas cartas circulares de Dom Helder, o trabalho conjunto dos bispos latino-americanos – no CELAM, no CNBB e no grupo Ecumênico – foi imprescindível tanto no debate quanto na produção de textos que eram construídos coletivamente e posteriormente votados nas assembleias conciliares. Desse modo, ainda em 1962, procurando legitimar e fortalecer a atuação de colegiados episcopais, Dom Camara registrou que os encontros dos religiosos do CELAM, na *Domus Mariae*, eram dedicados à articulação, à contribuição e à conscientização da importância para criação de conferências direcionadas à África e à Ásia. Isso, segundo Dom Helder, possibilitaria uma descentralização e democratização nas decisões da Igreja, fortemente marcada pela influência da Igreja da Europa e da América do Norte. Importante destacar que não entrou na pauta de Dom Helder Camara questionamentos ao poder monocrático do papa.

Considerando o que escreveu Dom Helder, sobre as redes de relações e atuações que ele construiu e/ou foi inserido, durante o Concílio, destacamos parte de sua

narrativa na carta circular nº 4, de 05 de outubro de 1963. No caso, escreveu sobre a reunião com o Cardeal Suenens, Arcebispo Dom Larraín, além de teólogos e bispos da França, Alemanha e USA, dos quais Dom Helder não revelou os nomes na referida carta. O encontro era para combinar as ações conjuntas, destacando que as ideias discutidas nas reuniões do *Ecumênico* chegariam ao Sumo Pontífice a partir de cópias dos textos que produzidos na *Domus Mariae*, seriam entregues a Dom Suenens e esse se tornaria responsável em levar ao Papa Paulo VI.

Ao destacar em sua escrita o interesse do papa no que pensavam os bispos, Dom Helder Camara enfatizou:

- Como preparar para a 3ª Sessão a substituição da atual presidência das Comissões Consistoriais, todas nas mãos de elementos da Cúria que não deixam o trabalho andar, sabotam tudo que é novo e arejado, mantêm a situação atual; Suenens propõe que a presidência de cada Comissão seja eleita pelos seus respectivos membros;
- Como preparar a Reforma da Cúria Romana;
- Como prever a concretização da Colegialidade Episcopal em plano nacional, em plano internacional e continental, e, sobretudo, junto ao Santo Padre.²³⁹

Observa-se, nessa citação, que os temas para a terceira sessão, 1964, transitavam na desarticulação do poder das mãos dos cardeais que formavam a Cúria Romana, juntamente com a legitimidade da ação dos Colegiados Episcopais. Em vários momentos, em sua escrita pessoal, Dom Helder abordou a questão da colegialidade como uma opção para a modernização da Igreja Católica.

Essas reflexões estavam presentes nos escritos pessoais do referido religioso brasileiro desde os primeiros momentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1962. Quando registrou que

... as Conferências Episcopais vão sair fortalecidas deste Concílio. Há mesmo uma tendência, não só para regulamentar as funções das Congregações Romanas (que devem estar para o Papa como as Cúrias Diocesanas para os Bispos), mas para criar, perto do Papa, um Órgão composto de Delegados de todas as Hierarquias do mundo.²⁴⁰

Relevante observar, na citação desse trecho da circular de Dom Camara, que fazia pouco mais de uma semana que o Concílio tinha iniciado e o clérigo em questão já sinalizava para uma discussão, que foi retomada em outros momentos e, aos poucos, o

²³⁹ CÂMARA, Helder. 4º Circular, Roma, 05 de outubro de 1963. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p. 172

²⁴⁰ CÂMARA, Helder. 9º Circular, Roma, 21 de outubro de 1962. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p.25

assunto ganhou corpo e legitimidade em meio aos religiosos de várias partes do mundo, no decorrer do Vaticano II. Evidentemente que não era uma discussão monopolizada por Dom Helder, mas indicamos nesse momento que ele já compreendia, ainda nos primeiros dias do Vaticano II, a relevância que o Colegiado Eclesial poderia exercer no que concernia aos interesses da Igreja no Terceiro Mundo. Além disso, não devemos esquecer sua experiência pastoral e administrativa como secretário da CNBB e vice-presidente do CELAM.

No início da segunda sessão conciliar, em 1963, começou a ser debatida a importância de se criar Conferências Episcopais em níveis nacionais e continentais. Esses grupos, formados por membros da hierarquia da Igreja, atuavam como uma espécie de senado, chamado de Sínodo, e contribuíram com o direcionamento e adequação da Igreja Católica ao mundo moderno. Como defendia Dom Helder Câmara, essa mudança na estrutura da Igreja, proporcionaria que a Cúria Romana perdesse espaço para um Senado Eclesiástico, conduzindo, assim, a Igreja Católica de um Vaticano I para o Vaticano II, ou seja, de uma Igreja da infalibilidade do magistério do papa, em questões da fé e da moral, para uma Igreja em que o sumo pontífice estaria mais aberto aos diálogos com as igrejas locais e seus episcopados.

A intensificação dos debates sobre a necessidade de criação de um colegiado esteve presente até no discurso do Papa Paulo VI na abertura do quarto período, em 1965. Nessa ocasião, o sumo pontífice anunciou a criação de um Senado que atuaria junto a ele, chamando esse órgão de Sínodo dos Bispos. Contudo, ao comunicar a fundação do Sínodo, Paulo VI procurou deixar claro qual seria o lugar desse Senado em relação ao poder exercido pelo papa. A função desse órgão seria apenas consultiva. Assim, o sumo pontífice não perderia sua autonomia e liderança frente à hierarquia da Igreja Católica.²⁴¹

A especificidade do Sínodo dos Bispos anunciado pelo Papa Paulo VI, segundo algumas correspondências de Dom Helder, alicerçava-se numa tríplice divisão. Nesta nova organização, os bispos tomariam progressivamente o lugar do Colégio Cardinalício e organizar-se-iam em: *Assembléias Gerais*, com quatro representantes eleitos pelo episcopado de cada país; *Assembléias Extraordinária*, compostas pelos presidentes de todas as Conferências Episcopais; *Assembléias Especiais*, destinadas aos

²⁴¹ Cf.: PAULO VI. **Discurso do Papa Paulo VI na Inauguração da quarta sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.** p.7. Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19650914_concilio-iv-sessione.html > Acessado em 25 de fevereiro de 2018.

estudos sobre temas e abordagens regionais.²⁴² A criação e atuação do Sínodo dos Bispos continuou no pós-Concílio e ocupa ainda hoje um papel relevante nas atividades da Igreja Católica.

Com relação à criação de um Senado dentro da Igreja Católica e da importância das Conferências Episcopais nesse processo, Dom Helder Camara escreveu e apresentou o texto: *Perspectives de Nouvelles Structures de L'Eglise*, lido no *Documentazione Olandese del Concilio* (DO-C), em Roma, no ano de 1964.²⁴³ A palestra, segundo a carta circular nº74, era destinada a seminaristas franceses que estudavam em Roma.²⁴⁴ O discurso, em questão, tinha como objetivo debater a importância da colegialidade para o período pós-conciliar na reestruturação do perfil da Igreja Católica.

Nessa circular nº74, narrando outro encontro com o Cardeal Suenens, na ocasião jantando na Vila Oliveira, Dom Helder destacou que aproveitou o momento para ler o seu discurso ao religioso belga que, segundo o brasileiro, teria ficado comovido com o conteúdo do texto. De acordo com a escrita dessa carta do Arcebispo Camara, Suenens editaria o escrito em Francês e Inglês, além de difundi-lo entre os fiéis católicos. Posteriormente, na mesma carta, depois de relatar que tinha apresentado e debatido seu texto com o Cardeal Suenens, o religioso brasileiro transcreveu novos trechos que iriam compor sua fala aos seminaristas franceses no DO-C. Essa informação de que Dom Helder transcrevia em suas cartas os discursos ou partes deles, indica-nos uma prática recorrente dele com os seus interlocutores no processo de construção dos discursos produzidos para sua apresentação e participação dos eventos em que era convidado a discursar. Desse modo, antes de falar em público, seus textos passavam pelo crivo de aprovação, cortes e redefinições indicadas pelas mulheres que compunham a Família Mecejanense.

Mesmo abordando a importância do trabalho dos leigos na condução da Igreja Católica, a discussão principal do escrito *Perspectives de Nouvelles Structures de L'Eglise*, foi a modernização da Igreja, a partir de uma estrutura de colegiado episcopal. Desse modo, os colegiados ou as conferências de Bispos foram descritos nesse texto de Dom Helder como uma forma de atualização e adequação da Igreja ao século XX. Ao

²⁴² CÂMARA, Helder. 8º Circular. Roma, 17/18 de setembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.23

²⁴³ Cf.: CÂMARA, Helder. **Perspectives de Nouvelles Structures de L'Eglise**. *Documentazione Olandese del Concilio* (DO-C). Roma, Itália, 1964a

²⁴⁴ CÂMARA, Helder. 74º Circular. Roma, 15/16 de novembro de 1964. *Apud.* CÂMARA, 2009b. p.280-282

mesmo tempo em que a defesa dessa proposta entre os corredores do Concílio e o universo católico da época era percebida com desconfiança ou rejeição pela ala conservadora dos padres conciliares, antagonicamente, ela era recebida com entusiasmo pelos progressistas.

Sobre a possibilidade de mudanças dentro da Igreja, Dom Helder considerou, nessa palestra, a experiência do CELAM e do grupo Ecumênico como exemplos a serem seguidos. Defendeu então Dom Camara que: “Ce que la réunion du vendredi à Domus Mariae a fait de la manière la plus informelle, pour le Concile, peut être il y aurait avantage à tenter toujours informellement, cela comme complément volontaire et fraternel du Sénat auprès du Pape.”²⁴⁵

Dessa maneira, como observado na escrita pessoal e intelectual de Dom Helder Camara, a instituição de um Colegiado Episcopal deveria adotar como modelo o trabalho das conferências já existentes, como o caso do CELAM ou do grupo do Ecumênico. Essas organizações poderiam sinalizar quais os melhores caminhos para uma adequação da Igreja ao século XX. Com a definição da criação oficial do Sínodo dos Bispos, em 1965, chegava o momento para o debate do trabalho da Igreja no campo social e na defesa do desenvolvimento das nações pobres.

Como já exposto neste capítulo, em meio à possibilidade de uma renovação ou reformulação de algumas das dinâmicas das estruturas da Igreja Católica, Dom Helder decidiu trabalhar estrategicamente nos bastidores do Vaticano II e não se pronunciar publicamente na aula conciliar. Assim, o Arcebispo Camara encontrou, nos meios de comunicação e nas palestras para religiosos e leigos, uma maneira de popularizar a sua visão de Igreja, no caso, de uma Igreja preocupada e adaptada às questões sociais, políticas e econômicas do seu tempo. Dedicada assim, enquanto instituição religiosa, na perspectiva de Dom Helder, a construir diálogos e alternativas de ajuda mútua entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. Essa era a imagem que ele divulgava e defendia publicamente nos meios de comunicação.

Contudo, essa prática e atuação de Dom Helder, entrelaçando questões religiosas, políticas, intelectuais e sociais, viabilizou um cenário em que ele fosse associado discursivamente pelos opositores ao comunismo/socialismo.²⁴⁶ Em muitos momentos, era chamado de Arcebispo Vermelho e, por consequência, considerado

²⁴⁵ CÂMARA, Helder. 1964a. p.4

²⁴⁶ BROUCKER, 2008, p.62

como um perigoso subversivo para a fé cristã ou para o *status quo* do Brasil durante os anos de 1964 a 1984.

Ponderando sobre o cenário religioso e político, entre os anos de 1962 a 1965, ressaltamos que em vários momentos foram publicadas, na imprensa brasileira, as atividades do clero do país no Vaticano II. Nesses periódicos, o nome de Dom Helder Camara estava entre os mais citados, destacando sempre seu prestígio internacional e a amizade com o Papa Paulo VI. Dentre os religiosos da CNBB, Dom Helder foi escolhido como o bispo dos jornalistas, celebrando missas para eles e, aos poucos, criando uma relação de maior proximidade.²⁴⁷ Esse tipo de laço era muito importante para Dom Camara, que poderia assim tornar pública e popular a sua compreensão de Igreja inserida no mundo moderno e em desenvolvimento. Sobre a abertura da Igreja e Concílio para a imprensa, Dom Camara escreveu: “Os jornalistas chegam de todos os cantos para entrevistas: França, Suíça, Alemanha, USA... Falo-lhes de coração aberto, sem medo. Chegou a hora em que a Igreja tem de correr o risco da publicidade, se quiser chegar às grandes massas.”²⁴⁸

Como exemplo das atividades dele junto à imprensa, em 1964, Dom Helder Camara, já como Arcebispo de Olinda e Recife, concedeu uma entrevista à Rádio Luxemburgo juntamente a outros religiosos católicos – no caso, Dom Rodhain, Capelão-geral das prisões; Pe. Habtmann, Diretor do Centro Francês de Informação; Pe. Daniélou, professor da Faculdade de Teologia de Paris, e o Pe. Lebret, responsável pelo Centro Francês de Economia e Humanismo. Como registrado na terceira carta circular de 1964, o programa deveria ser ouvido na França, Bélgica e Suíça, chegando a dez milhões de ouvintes, segundo a propaganda. Nessa mesma missiva, o arcebispo em questão também registrou que o Cardeal Suenens não pode comparecer à entrevista e os quatro temas abordados na rádio foram: “Meios de comunicação social, Igreja dos Pobres, Guerra e Paz, Igreja e Mundo.”²⁴⁹

O *Jornal do Brasil*, ao tratar do citado programa de rádio, destacou como a questão do subdesenvolvimento foi abordada por Dom Helder. Nessa ocasião, Dom Camara teria falado o seguinte:

– “Para vocês, europeus... que ouvem falar do mundo subdesenvolvido, esse tema não representa mais do que uma palavra. Mas eu vos trago uma experiência bem viva porque venho de lá, do Nordeste do Brasil... Neste

²⁴⁷ Cf.: BROUCKER, 2008. p.103; PILETTI, 2008, p.240

²⁴⁸ CÂMARA, Helder. 2º Circular, Roma, 02 de outubro de 1963. *Apud.*: CÂMARA, 2009a. p.166

²⁴⁹ CÂMARA, Helder. 3º Circular, Roma, 13/14 de setembro de 1964, *Apud.* CÂMARA, 2009b. p.12.

momento sou um homem que fala a homens. No Nordeste brasileiro iniciamos agora a década decisiva, estamos lutando corpo a corpo contra a miséria, contra o subdesenvolvimento, contra a fome. E esse é realmente um trabalho da Igreja. Temos que estar presentes para lutar, para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento. O importante é que a Igreja reconhece de uma vez para sempre que ela é a Igreja que veio para servir e não para ser servida. Amo a Igreja do Concílio que não tem a pretensão de dirigir mas sim que deseja realmente servir como Cristo serviu.”²⁵⁰

O termo desenvolvimento foi constantemente abordado nas cartas de Dom Helder, revelando um interesse por parte dele com a temática. Considerando as fontes documentais utilizadas na pesquisa, compreendemos que, dentre as estratégias de abordagens relacionadas à produção intelectual deste religioso, estava a preocupação de não colocar a Igreja interferindo diretamente em campos que não eram de sua competência. Desse modo, além de apropriar-se de dados de cientistas e especialistas de áreas distintas, Dom Helder tomava o cuidado de reafirmar a necessidade de se criar pontes entre a Igreja e os técnicos que contribuiriam com o processo de desenvolvimento.

Esse posicionamento era recorrente, estando ele alinhado aos religiosos considerados progressistas e do próprio sumo pontífice, como, por exemplo, o discurso do Papa Paulo VI na assembleia da ONU, ocorrido em New York, a 04 de outubro de 1965. Na ocasião, destacou o papa que a Igreja atuava apenas como animadora junto a temas específicos como finanças e questões sócio-políticas, compreendendo e respeitando o trabalho dos especialistas. Nesse sentido, caberia aos religiosos católicos um direcionamento para reflexões no campo humanitário dos trabalhos dos especialistas em economia, tecnologia, política e etc.²⁵¹

Percebe-se na escrita pessoal de Dom Helder, no decorrer do Concílio, uma ampliação do raio de atuação que o trabalho da Igreja deveria assumir ao compreender as questões impostas pelo mundo moderno, adotando em vários momentos uma aproximação daqueles que tinham boa vontade, como os técnicos e especialistas em áreas estratégicas da política, economia e tecnologias no geral. Essa mudança pode ser observada no empenho do religioso em questão, em organizar e legitimar a atuação de grupos de trabalho de teólogos e especialistas na América Latina para tratar dos

²⁵⁰ III Problemas da Igreja hoje. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1964. p. 5

²⁵¹ PAULO VI. **Discurso do Papa Paulo VI na sede da ONU**. 04.10.1965. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html> Acessado em 25 de fevereiro de 2018.

problemas continentais em comissões e, posteriormente, ser incluída na agenda de temas do Vaticano II.

Desde o começo do Concílio que os bispos da América Latina, ligados ao CELAM, propuseram-se a organizar um plano conjunto para todo o continente. No segundo ano do Vaticano II, Dom Helder retoma essa discussão, listando o nome de religiosos, intelectuais e técnicos que trabalhariam em conjunto num plano de ação para todos os países do continente americano, estando segundo ele, os religiosos latinos empenhados e os norte-americanos em processo de convencimento. A dedicação e articulação em prol de um trabalho específico para a América Latina, como registrou Dom Helder, permitiram, ainda em 1965, a preparação de um congresso episcopal, sob a influência de Dom Manuel Larraín. Esse evento ficou conhecido posteriormente como a Conferência de Medellín, em 1968.²⁵²

Como resultado do interesse de adequar a Igreja ao mundo moderno, no decorrer dos anos do Concílio, foi construído o documento chamado na época de *Esquema XIII* que, posteriormente, deu origem à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes: sobre a Igreja no mundo atual*.²⁵³ Nos dois primeiros anos de Concílio, esse texto foi intitulado de *Esquema XVII* e só depois, de *Esquema XIII*. Declinado para estabelecer uma perspectiva moderna ou atualizada do papel da Igreja no mundo e como esta instituição religiosa deveria se portar frente às diferenças entre as nações pobres e ricas. Considerando que nesse momento o mundo vivenciava uma bipolarização entre o socialista e o capitalista, sendo necessário para os religiosos a sensibilidade na hora da escrita desse documento, tendo em vista que qualquer ato de carácter mais social logo poderia ser associado à esquerda política.²⁵⁴

A produção desse documento envolveu muitos debates, escritas, reescritas, negociações, avanços e retrocessos entre os padres conciliares. Dom Helder Camara escrevia, constantemente, sobre o *Esquema XIII* em suas cartas circulares. Nessas ocasiões, observa-se em sua escrita pessoal, que ele se colocava como animador e

²⁵² Cf.: CÂMARA, Helder. 76ª Circular, Roma, 24/25 de novembro de 1965. *Apud*. CÂMARA, 2009c.

²⁵³ CONSTITUIÇÃO PASTORAL. *Gaudium et Spes: sobre a Igreja no mundo atual*. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html > Acessado em: 13 de abril de 2017; Cf.: LIBANO, 2005, p.200; BEOZZO, 1994, p.82; Na conferência realizada na Universidade de Louvain, Bélgica, em 1970, por ocasião do recebimento do título de doutor *honoris causa*, Dom Helder se lembrou dos debates no Concílio Vaticano II e da importância do trabalho do Cardeal Dom Suenens, que foi apresentado como relator do *Lumen Gentium* e, também, promotor do *Gaudium et Spes*. Cf.: CÂMARA, Helder. **Três pedidos a meus colegas e irmãos, os teólogos**. Conferência proferida na Universidade de Louvain, por ocasião do recebimento do doutorado *honoris causa* em teologia. Bélgica, 21 de maio de 1970h. p.3

²⁵⁴ HOBBSAWM, 1995, p.223-252

esperançoso do trabalho nos grupos de debates de alguns especialistas, que defenderiam a visão e as necessidades das nações do Terceiro Mundo. Como se observa abaixo:

À noite, no Vaticano, reunião para banhar de 3º Mundo o XIII Esquema. Agora, vai. Ontem, foi a noite da América Latina.
O Pe. Houtart (o Pe. [Louis-Joseph] Lebret só chega no dia 30, se Deus quiser), o Pe. Segundo Galiléia (Chile), o Pe. Olaya (Colômbia), o Abbé Barros [Pe. Raimundo Caramuru de Barros] (o Pe. Gregory não chegou ainda) e o McGrath (Panamá) constituem a minha equipe...
O relatório (trabalhos do Houtart, Lebret, Candido Antonio [Mendes de Almeida] e Luís Alberto [Gómez de Souza]) causou [fl.3] impressão fortíssima aos representantes não só da África e da Ásia (que, afinal, temos conosco) mas ao Mundo Desenvolvido (meu termômetro eram os Bispos [John Joseph] Wright, dos USA e um Bispo polonês, filho de operário, quer merece crônica especial).
Estou vendo a hora da vitória do esquema brasileiro para refundição do esquema geral. Nenhum Continente tem as nossas possibilidades e sobretudo a nossa chama. Faltava equipe. Agora, vai.²⁵⁵

Nessa citação, utilizada como exemplo de mobilização dos bispos latino-americanos, percebe-se na escrita de Dom Helder o cuidado de articular nomes de especialistas para introduzir, no documento do *Esquema XIII*, o ponto de vista de religiosos do Terceiro Mundo. Em outras cartas, principalmente no último ano de Concílio, os debates e disputas entre religiosos alinhados aos progressistas *versus* conservadores intensificavam-se. Em vários momentos, Dom Helder demonstrou em suas cartas circulares a preocupação em torno do texto desse documento, considerando que o mesmo possuía grande potencial para discussão em torno do subdesenvolvimento. Ao final do Concílio, o texto atendeu às expectativas deste religioso, contudo, ele revelou também a necessidade de uma Encíclica que tratasse especificamente do desenvolvimento. Tal documento acabou sendo produzido pelo Papa Paulo VI apenas em 1967, com o nome de *Populorum Progressio*.²⁵⁶

No conjunto das cartas, observa-se que a denúncia da pobreza dos países classificados como subdesenvolvidos, juntamente com articulações e cobranças de uma atuação mais eficaz das nações ricas, foram temas constantemente abordados na escrita de Dom Helder Camara. Desse modo, o conceito desenvolvimento na escrita desse religioso, no decorrer do Vaticano II, não se apresentava como um projeto econômico ou político cristalizado e pronto a ser aplicado. Esse termo, como se percebe até o momento, foi utilizado por ele como um mote para criar condições de diálogos que

²⁵⁵ CÂMARA, Helder. 13ª Circular, Roma, 23/24 de setembro de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009b, p.52.

²⁵⁶ PAULO VI. *Populorum Progressio*. 1967. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html > Acessado em: 01 de Novembro de 2016

levassem à Igreja Católica, no decorrer do Concílio, a posicionar-se frente às realidades e perfis sociopolíticos e econômicos de um mundo moderno, capitalista, ocidental e em plena Guerra Fria.

Nesse sentido, em textos como *Vamos ao âmago do problema*, apresentado em Amsterdam, Holanda, numa conferência para empresários cristãos, observa-se que o termo desenvolvimento foi tratado, em vários momentos, de forma entrelaçada, sobreposta e, até mesmo, fundida com abordagens como a corrida armamentista e movimento de não-violência, influenciado pelos movimentos negros norte-americanos.²⁵⁷ Aos poucos, o tema do desenvolvimento foi sendo, no decorrer dos anos, melhor articulado com preceitos humanistas e cristãos, levando a consolidação de uma perspectiva de um desenvolvimento integral, que abarcava as necessidades materiais, sociais, culturais e religiosas.

Essa temática do desenvolvimento das nações pobres tornou-se cara à produção intelectual e nas atividades sociopolíticas de Dom Helder Camara, pois continuou a denunciar as mazelas do subdesenvolvimento Terceiro Mundo às nações desenvolvidas. Desse modo, procuraremos compreender um pouco como esse religioso articulou esses temas do desenvolvimento socioeconômico e do lugar da Igreja nesse processo, nos discursos pronunciados por ele no Continente Europeu durante o Vaticano II.

2.4. O uso do termo desenvolvimento nos discursos de Dom Helder Camara durante o Vaticano II

No decorrer da investigação no CEDOHC – IDHeC, localizamos alguns escritos apresentados por Dom Helder Camara em palestras no decorrer dos anos do Concílio. Dentre os quais selecionamos e dedicaremos nossa análise, nesse momento, sobre os seguintes textos: *O que o Concílio não pode dizer*; *Vamos ao âmago do problema* e *O Pós-Concílio à altura do Vaticano II*.²⁵⁸ Esses três textos foram apresentados entre o final de novembro e início de dezembro de 1965. Desse modo, no decorrer das próximas páginas, analisaremos os citados discursos com a intenção de corroborar no

²⁵⁷ Cf.: CÂMARA, Helder. “**Vamos ao âmago do problema**”. Discurso de encerramento da 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965e; COMBLIN, 1983. p.40;

²⁵⁸ Respectivamente: CÂMARA, Helder. **O que o Concílio não pode dizer**. Documentazione Olandese del Concilio (DO-C) Roma, Itália, 24 de novembro de 1965d; _____, 1965e; _____. **O Pós-Concílio à altura do Vaticano II**. CCCC. Roma, 01 de dezembro de 1965g. *Apud.*: KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II: Quarta sessão** (set.- dez. 1965). Petrópolis, RJ: Ed. Vozes LTDA, 529-534, 1965

entendimento do esforço de Dom Helder em denunciar os problemas do subdesenvolvimento e da importância de uma Igreja apta a desempenhar um papel mais ativo dentro do cenário mundial.

As cartas circulares de Dom Helder possibilita-nos um vasto leque de abordagens, proporcionando-nos dados relativos ao momento histórico estudado, bem como a construção e elaboração de redes de relações confeccionadas no cotidiano das atividades do Concílio e, também, sobre a própria perspectiva dele em relação ao mundo e da expectativa em relação ao futuro.²⁵⁹ Relembrando o texto do Marc Bloch, essas cartas apresentam-se como fontes com informações voluntárias e involuntárias.²⁶⁰ Nesse momento de nossa narrativa, essa escrita pessoal do Arcebispo Camara contribuiu para entendermos os processos de elaboração, aprovação e divulgação dos textos citados anteriormente. Considerando que a análise de processo de produção desses escritos de Dom Helder servirá como parâmetro para entendermos os outros textos que passaram por metodologia de elaboração semelhante.²⁶¹

No momento da preparação dos textos para a apresentação dos discursos a serem lidos por Dom Helder Camara, nos dois últimos meses de 1965, os padres conciliares encontravam-se na reta final das atividades do Concílio. Nesse cenário, a CNBB, depois das eleições do ano anterior, estava sendo conduzida por religiosos com pensamentos mais conservadores que desestabilizou alguns trabalhos pastorais de cunho mais social do clero brasileiro.²⁶² Dom Camara, em vários momentos expôs sua percepção sobre as mudanças na CNBB, ressaltando o paradoxal sentimento de alívio da liberdade do trabalho administrativo e, ao mesmo tempo, o temor pelas escolhas de bandeiras conservadoras a serem empunhadas pela organização.

Na circular 62º, de 10 para 11 de outubro de 1965, Dom Helder fez a seguinte avaliação da situação da CNBB:

Fenômeno estranho!

A querida CNBB, dentre todas as Conferências Episcopais, é a que está mais avançada para o após-Concílio. Dispõe de um Plano de Pastoral de Conjunto, calcado nas Constituições e nos Decretos Conciliares, desdobrado em 5 anos

²⁵⁹ KOSELLECK, 2006.

²⁶⁰ Cf.: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

²⁶¹ No decorrer da tese, analisamos no *corpus* documental um total de 91 discursos e compreendemos que, mesmo em graus distintos, o processo de produção e apresentação dos textos de Dom Helder foi semelhante ao que analisaremos nas próximas páginas. Assim, essa abordagem contribuirá para entendermos essa questão de grande relevância para o trabalho.

²⁶² BROUCKER, 2008, p.121

e já contando com recursos financeiros (recebidos da Hierarquia alemã) e de excepcional equipe humana...

Como explicar que, após quatro anos de Concílio, os Bispos do Brasil elejam, por maioria absoluta, para o Secretariado Nacional do Ministério Sacerdotal, um irmão nosso que não faz segredo de sua posição reacionária, muito, mais muito distante da abertura conciliar?...

Inconsciência? Não. A eleição foi conscientíssima. Democrática. Disputada voto a voto, em campanha aberta. E o resultado põe em dificuldade completa o trabalho do Pe. Marins.

O que temos de mais vivo e dedicado dentro da CNBB ficou em estado de desolação. Sem entender. Parece que a chave do enigma, deste como da eleição da Presidência, reside no fenômeno dos Prelados. Eles são 40. Quase todos estrangeiros. Muito alheios à verdadeira problemática do Brasil. Preocupa-se com verbas e mais verbas que lhes permitam expandir o trabalho missionário...²⁶³

Essa citação é emblemática, por sinalizar o clima de Dom Helder e outros religiosos brasileiros, no final das atividades do Vaticano II. A atuação por meio de colegiado – para o Brasil com a CNBB e para a América Latina o CELAM – possibilitou um trabalho coeso, com projetos a serem implantados no pós-Concílio. Essa perspectiva esteve presente no texto *O Pós-Concílio à altura do Vaticano II*, considerando

Para além das Dioceses e das Províncias Eclesiásticas – O Concílio ensinou-nos, a todos, a ultrapassarmos os limites de nossas Dioceses e das nossas Províncias Eclesiásticas. Com muito júbilo saudamos o incentivo que o Concílio traz às Conferências Episcopais. E tenho a alegria de anunciar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil cuidadosamente preparou, discutiu e aprovou um Plano Quinquenal de Pastoral de Conjunto, baseado nos textos do Vaticano II. As linhas gerais do mesmo são as mesmas para todo o país. Haverá, porém, para as 11 Regiões, adaptações que se fazem depois ainda, acomodadas às 180 Circunscrições Eclesiásticas do Brasil. É esforço nosso trazermos o Concílio a prática.²⁶⁴

Nesse cenário, como visto no texto citado, observa-se um esforço do episcopado brasileiro em colocar em prática as discussões travadas nos anos do Concílio. No entanto, os debates travados no Concílio deveriam ser tratados no Brasil a partir do respeito às peculiaridades dos variados cenários políticos, culturais e sociais presentes nas várias regiões do país. Desse modo, o trabalho de cunho social desempenhado pela Igreja, no Brasil, tinha grande destaque e a expectativa de alcançar suas metas a partir da elaboração do Plano Pastoral Conjunto que possuía como objetivo a organização e equiparação dos trabalhos empreendidos pelas dioceses em todo o país.

²⁶³ CÂMARA, HELDER. 62º Circular. Roma, 10/11 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.229-230

²⁶⁴ CÂMARA, 1965g, p.534

Procurando eliminar desentendimentos sobre a importância do PPC, durante o seu texto: *O Pós-Concílio à altura do Vaticano II*, Dom Helder Camara falou também que não existia por parte desse plano um desejo ou tentativa de isolamento dos bispos da CNBB em suas regiões ou no país, pois estariam em diálogo constante por meio de projetos e contribuições tanto do CELAM quanto com o clero de outros continentes.²⁶⁵ O historiador Oscar Beozzo, ao analisar as condições históricas que proporcionaram a estruturação do PPC, no decorrer do Vaticano II, destacou que a mesma viabilizou uma redefinição da CNBB, que se tornava mais democrática com a criação e atuação das regionais e, assim, deixava ser dependente da figura do secretário-geral, na época Dom Helder.²⁶⁶

Importante ressaltar que, embora o Brasil estivesse vivenciando o governo ditatorial, nos primeiros anos do regime civil-militar, as relações entre Estado e Igreja eram, em grande parte, amistosas e de ajuda mútua. Além disso, muitos religiosos, como o próprio Dom Helder, acreditavam que o novo regime poderia impulsionar o desenvolvimento do país, como veremos no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo em que a CNBB parecia estar à frente de outros grupos e colegiados católicos, Dom Helder Camara se questionava como depois de tudo e de todos os anos do Concílio, a conferência brasileira tinha escolhido uma gestão assumidamente conservadora. Ameaçando trabalhos importantes, como no caso do Padre José Marins, teólogo e escritor, que atuava junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Não apenas nessa carta, mas em outras circulares, a reflexão de Dom Helder seguia o caminho de que a liderança católica, no Brasil, era formada por um bom número de estrangeiros que estavam alheios à realidade da população mais pobre do país. Além, é claro, do medo do comunismo que fazia com que o trabalho no campo social recebesse logo a classificação de subversivo e inclinado ao socialismo/comunismo. Nesse caso, preocupavam-se mais com o espiritual, assim negligenciando a vida terrena e suas mazelas.

Retomando a tese do historiador e padre Beozzo, as eleições da CNBB em 1964 marcaram um rompimento entre uma organização intrinsecamente ligada à imagem de Dom Helder Camara e de tentativas de articulações com os leigos e a Ação Católica – lembrando que a CNBB foi pensada a partir do trabalho do citado religioso frente à AC

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ BEOZZO, 2001, p.242

– para um novo momento, cingido por um processo que esse autor chamou de “... definitiva episcopalização da entidade e uma progressiva clericalização.”²⁶⁷

A partir de 1964, nas articulações do Concílio, grupos religiosos classificados como conservadores ou reacionários procuravam colocar em pauta suas questões nas assembleias e votações do Vaticano II. Como o caso da petição organizada por Dom Geraldo Proença Sigaud – na época Arcebispo de Diamantina, membro do TFP e secretário da minoria conciliar –, sendo recolhidas aproximadamente 600 assinaturas e, posteriormente, levadas ao Papa Paulo VI, pedindo a condenação do comunismo por parte do Concílio ao sumo pontífice. O pedido dos conservadores foi negado, causando tensões entre alas antagônicas de religiosos.²⁶⁸ Esse episódio, registrado por Dom Helder em carta e na entrevista a Broucker, indica-nos que o clima anticomunista continuava forte entre religiosos, que, em muitos momentos, percebiam propostas como as empreendidas por Dom Camara sobre o desenvolvimento ou da própria modernização da Igreja Católica, como prova da influência socialista no seio do mundo cristão.

Nesse cenário de tensões e reformulações na estrutura dos organismos da Igreja no Brasil e na América Latina, juntamente com o encerramento do Concílio, Dom Helder produzia, no decorrer de novembro de 1965, dois textos que seriam apresentados no final do mesmo mês em Roma. O primeiro foi o texto: *O que o Concílio não pode dizer*, enquanto o segundo escrito recebeu o título: *O Pós-Concílio à altura do Vaticano II*. Nas cartas das semanas que antecederam esses eventos, mapeamos doze referências ao processo de produção desses discursos, em que podemos visualizar as escolhas de interlocutores e como o termo desenvolvimento ganhou novos contornos e/ou espaços na produção intelectual de Dom Helder.

Na carta circular nº 62º, entre 10 e 11 de novembro de 1965, encontra-se uma reflexão de Dom Helder sobre as mudanças nos quadros da CNBB e do CELAM e os caminhos que a Igreja adotariam na América Latina e no Terceiro Mundo, como um todo, no combate ao subdesenvolvimento.²⁶⁹ Para Dom Helder, naquele momento, um processo de desenvolvimento com bases humanistas na América Latina não ocorreria se a Igreja Católica não adotasse um posicionamento de liderança frente aos governos e sociedade civil como um todo. Ao mesmo tempo, como transparece na circular 72º,

²⁶⁷ Ibid. p.244

²⁶⁸ WILTGEN, 2007. p.279, 283

²⁶⁹ Cf.: CÂMARA, Helder. 62º Circular, Roma, 10/11 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c.

20/21 de novembro de 1965, Dom Camara acompanhava a atuação e acirramento da repressão do governo militar no Brasil, considerando o discurso do DO-C e de Amsterdam, como uma forma de influenciar a atuação do Estado para aproveitar o potencial de desenvolvimento social e econômico do país, temáticas tidas por ele como mais relevantes para o país do que perseguições a supostas ameaças comunistas.²⁷⁰

Retomando a 62ª circular, Dom Helder também apresentou os termos: novo bolivarianismo ou neobolivarianismo, referindo-se da história de Simon Bolívar e o seu projeto de unificação política da América Latina, propondo um projeto de unificação de ação sócio-econômica entre os países latino-americanos. No entanto, em nenhum momento de suas escritas, o termo ou aplicabilidade desse projeto foi apresentado, surgindo apenas de maneira pontual em poucas circulares. Ponderando sobre o momento histórico, Dom Helder registrou nessa carta que, ao preparar a palestra para o DO-C, numa Roma no final do Vaticano II, avaliou qual seria o ambiente ideal para a temática do desenvolvimento e como a Igreja se portaria diante do tema ao longo das atividades ocorridas no Concílio, vislumbrando também quais os caminhos que ela iria percorrer no futuro.

Nessa mesma circular, destacou o Arcebispo que os textos *O que o Concílio não pode dizer* apresentado no DO-C, em Roma, e *Vamos ao âmago do problema*, exposto em Amsterdam, seriam entregues ao Mons. Dell' Acqua, secretário-geral do sumo pontífice, que se responsabilizou em entregá-los nas mãos do Papa Paulo VI para avaliação.²⁷¹ Na circular, do dia seguinte, nº 63, confeccionada na madrugada de 11 para 12 de novembro, apresentou Dom Helder aos seus interlocutores a primeira versão do discurso do DO-C, em que, numa análise comparativa, podemos observar que na maior parte do tempo se diferenciou pouco da versão final, apenas trocando algumas palavras para fins mais estéticos do que de conteúdo.²⁷² Somente nas circulares posteriores, encontram-se algumas diferenças. Nesse momento, foi enviado à Família Mecejanense a primeira metade do discurso, ficando para as circulares subsequentes o complemento do que o Arcebispo Camara pronunciaria no DO-C.

Desse modo, nas circulares 60º, 62º e 66º, Dom Helder deu a entender que o papa Paulo VI tinha entrado em contato com os seus textos e na carta de número 77º. O

²⁷⁰ CÂMARA, Helder. 72º Circular, Roma, 20/21 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.267-269

²⁷¹ CÂMARA, Helder. 62º Circular, Roma, 10/11 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.232

²⁷² Cf.: CÂMARA, Helder. 63º Circular, Roma, 11/12 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.233-236

religioso cearense destacou que o escrito papal: *Discurso do Santo Padre à América Latina* estava muito próximo daquilo que ele pretendia falar nas palestras em Roma e em Amsterdã. Lembremos que ambos os discursos seriam apresentados em conferências em novembro de 1965.²⁷³ Essa proximidade, na abordagem dos problemas que afligiam o Terceiro Mundo, foi interpretada por Dom Helder como uma legitimação para as palestras supracitadas.

Recebido na Universidade Católica de Roma, Dom Helder Camara então pronunciou o discurso *O que o Concílio não pode dizer*. O escopo do texto era ao mesmo tempo elencar temas debatidos durante o Concílio, justificando nesse caso porque alguns deles não receberam muita atenção por parte do clero católico. Em sua fala, observamos temas importantes como: a presença e o papel de liderança da Igreja no mundo moderno; a renovação litúrgica, teológica, ecumênica, foi levantada já na introdução do texto. Enquanto que assuntos como a recusa de condenação do comunismo feita por alguns religiosos também foram ressaltados para destacar o perfil conciliador e de diálogo que a Igreja pretendia construir a partir do Vaticano II.

Recorrendo, logo em seguida, a dados sobre condições de vida entre os países ricos e pobres do mundo, que segundo Dom Helder, naquele momento, correspondia a “...2/3 da humanidade se acham na condição infra-humana de quem nem pode entender o que, de fato, significa liberdade.”²⁷⁴ Sendo esse tema presente na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes: sobre Presença da Igreja no Mundo*, 1965, resultado do então conhecido *Esquema XIII*. Em sua fala, o Arcebispo de Olinda e Recife, procurou construir um argumento pautado em diálogos interdiscursivos com textos religiosos e dados técnicos sobre a situação das populações mais pobres, característica fortemente presente nos seus textos.

Nesse caso, dentro do pensamento cristão, recorreu o religioso brasileiro à Encíclica *Mater et Magistra*, 1961, do Papa João XXIII; a *Mensagem de Natal de 1963*, do Papa Paulo VI; e no campo técnico, dados retirados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU); e o Relatório Prebisch.²⁷⁵ A escolha por parte de Dom Camara dos

²⁷³ Cf.: CÂMARA, Helder. 62ª Circular, Roma, 10/11 de novembro de 1965; 68ª Circular, Roma, 16/17 de novembro de 1965; 77ª Circular, Roma, 25/26 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c.

²⁷⁴ CÂMARA, 1965d. p. 2. Importante ressaltar que a palavra liberdade está sublinhada no original.

²⁷⁵ O economista argentino Raul Prebisch, um dos principais nomes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), denunciou as relações comerciais exteriores e de empréstimos desiguais entre as nações ricas e pobres. Cf.: BEOZZO, 1994. p.45; PREBISCH, Raúl. Por uma nova política comercial

escritos associados aos dois papas que estiveram à frente da Igreja durante o Vaticano II, possuía um objetivo de apresentar que sua argumentação no DO-C estava alinhada com o que o Concílio tinha discutido e amadurecido durante os quatro anos de Concílio Ecumênico. Relevante destacar que essa mesma abordagem e dados foram utilizados na conferência: *O Pós-Concílio à altura do Vaticano II*, apresentado também no mês de novembro de 1965.²⁷⁶

Os trechos selecionados dos escritos papais versavam respectivamente o seguinte: “Notre âme est saisie de profonde amertume devant le spectacle infiniment triste: une foule de travailleurs, en de nombreux pays et sur des continents entiers, reçoivent un salaire qui les oblige, eux et leurs familles, à des conditions de vie sous-humaines.”²⁷⁷ E, no caso do outro texto, do Papa Paulo VI, selecionou Dom Helder:

Des générations entières d’enfants, de nos jours encore, périssent ou végétant par l’effet de privations inouïes. La famine engendre maladie et misère; celles-ci, à leur tour, aggravent la famine. A des populations innombrables, ce n’est pas la prospérité qui manque, mais le strict nécessaire. Et ce phénomène lamentable, si on n’y apporte les remèdes opportunes, ne va point diminuer, mais gagner encore.²⁷⁸

No primeiro texto, da Encíclica papal *Mater et Magistra*, a citação trata da denúncia dos baixos salários em nações e continentes subdesenvolvidos; do texto do Papa Paulo VI, falava da tendência crescente da condição de miséria de crianças e da população no geral. Em seguida, Dom Helder no seu discurso, – depois de criar discursivamente um cenário de pobreza que assola o Terceiro Mundo, a partir de um diálogo com trechos dos escritos dos papas – apresentou dados científicos, pautados em estudos da FAO. No caso, segundo D. Camara o levantamento da FAO apresentava um resultado de que “dos 50 milhões de pessoas que morrem por ano, 35 milhões, aproximadamente, têm morte causada por enfermidades que encontram terreno propício em organismos enfraquecidos pela insuficiência ou má qualidade de alimentação.”²⁷⁹

em prol do desenvolvimento. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 373-422, 2000.

²⁷⁶ CÂMARA, 1965g. p.530-532

²⁷⁷ “Nossa alma é tomada de profunda amargura diante do espetáculo infinitamente triste: uma multidão de trabalhadores, em muitos países e em continentes inteiros, recebe um salário que o obriga a eles e suas famílias a viver em condições subumanas.” (Tradução nossa) “CÂMARA, 1965d. p.2

²⁷⁸ “Gerações inteiras de crianças, ainda hoje, perecem ou vegetam como resultado de privações inéditas. A fome gera doenças e miséria; estes, por sua vez, agravam a fome. Para inúmeras populações, não é a prosperidade que está faltando, mas o básico. E este lamentável fenômeno, se não provermos os remédios apropriados, não diminuirá, mas ganhará ainda mais.” (Tradução nossa)Ibid. p.2

²⁷⁹ Ibid. p.2

Em complemento a esses dados da FAO, Dom Helder citou a interpretação do economista francês Gilbert Blardone dos dados expostos no Relatório Prebisch, no qual promoveu uma discussão alertando que os países em desenvolvimento pagavam às nações ricas muito mais do que recebiam emprestados ou em investimentos. No caso, utilizando-se de informações correspondentes aos anos de 1950 a 1961, Blardone teria destacado que a América Latina recebeu um investimento em torno de 9,6 trilhões de dólares, tendo que, posteriormente, repatriar as nações desenvolvidas uma quantia de aproximadamente 13,4 trilhões de dólares.

Ao construir pontes entre enunciados correspondentes ao universo religioso com estatísticas e números resultados de estudos científicos, Dom Helder procurou adquirir legitimidade para seus discursos e para o trabalho do Vaticano II, representado, nessa mesma linha de pensamento, no *Esquema XIII*. Ao passo que conduzia a sua fala ao cenário político, econômico e social mundial, ele dividiu seu argumento em duas partes. Na primeira parte, destacou a responsabilidade da Igreja na América Latina frente ao 3º Mundo. Para o Arcebispo Camara:

Já tive ocasião de salientar que a América Latina tem missão particularmente grave no esforço de restabelecer o equilíbrio do Mundo desenvolvido e o Mundo subdesenvolvido.

Como subdesenvolvido, é irmã da Ásia e da África. Como cristã, é irmã dos Países de abundância que carregam a responsabilidade de ser cristãos ou de origem cristã.

Considerando que o subdesenvolvimento mergulha a América Latina e todo o 3º Mundo numa situação indigna da criatura humana, o que é uma injúria à Criação; que na própria América Latina amanhã a revolta anti-cristã será inevitável, se, no momento da opressão e escravidão, a Igreja se omitir; considerando que a América Latina Cristã tem obrigação grave de tentar levar um testemunho humano e cristão à África e a Ásia suas Irmãs não-cristãs de subdesenvolvimento, incumbe a América Latina examinar o que caberia fazer, dentro de cada País e no conjunto do Continente.²⁸⁰

Posteriormente a esse comentário, o religioso em questão lançou algumas sugestões para que América Latina desempenhasse sua vocação frente às nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. As propostas de Dom Helder, em relação ao posicionamento da Igreja no mundo moderno, transitavam: a) por práticas que estimulassem o desenvolvimento integral, com base no pensamento do padre Lebrecht; b) a Igreja e seus membros apresentassem um posicionamento claro da Igreja a favor das massas subdesenvolvidas; c) as terras pertencentes à Igreja fossem destinadas à promoção humana dos mais pobres; d) apoio moral e envolvimento nas ações de não-

²⁸⁰ Ibid. p. 3-4

violência com objetivo de desarticular o que classificou de colonialismo interno; e) por último, a promoção de diálogos dentro das próprias nações entre as regiões mais desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

Importante destacar, que no decorrer da tese, observaremos como essas propostas continuaram nos discursos de Dom Helder, analisando suas manutenções e processos de reformulações. Além das tentativas de aplicação das mesmas no Nordeste brasileiro.²⁸¹ Nesse momento da escrita, é relevante considerar a apresentação das mesmas e como elas foram confrontadas com as responsabilidades, que o clérigo em questão, associava aos Estados Unidos.

Nesse sentido, com relação ao símbolo do mundo capitalista ocidental, lembrando que a década de 1960 foi o momento da Guerra Fria, o Arcebispo brasileiro apresentou ainda no texto: *O que o Concílio não pode dizer*, a proposta de organização de um movimento de opinião pública que defendesse uma divisão de riquezas de forma fraternal entre nações ricas e pobres. Para ele, essa organização partiria das mobilizações das universidades norte-americanas em prol de uma reformulação de uma política internacional do trabalho, juntamente ao engajamento da imprensa, políticos e líderes religiosos que enfrentariam juntos as desigualdades presentes nas relações imperialistas. Além disso, Dom Helder também sinalizou que para conquistar a opinião pública, era necessário construir relações de parcerias entre os patrões e jovens patrões, principalmente cristãos, com os seus trabalhadores. O movimento de opinião pública enquanto ferramenta para divulgar e discutir a questão do desenvolvimento para nações em estágio de subdesenvolvimento ou em processo de desenvolvimento.

O penúltimo tópico de seu discurso, intitulado: *Toque milagroso para tudo isso*, foi o trecho que sofreu maior modificação entre o texto inicial enviado por circular, com o resultado final lido no DO-C. Na primeira versão, o tópico tratava da importância da Colegialidade episcopal e do Sínodo dos Bispos para uma Igreja do século XX, disposta a enfrentar problemas reais, como a questão da justiça e paz. No final, da primeira escrita, tinha colocado Dom Helder: “a convocação por Sua Santidade, de uma Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos, dedicada ao estudo da responsabilidade da Igreja em face do desenvolvimento harmônico e integral do Mundo.”²⁸² No lugar dessa abordagem, apresentou-se uma análise relativa à presença do Papa Paulo VI na Assembleia da ONU (04.10.1965), quando o mesmo defendeu a paz frente ao clima de

²⁸¹ Sobre a aplicação no Nordeste, ver: CÂMARA, 1965g.

²⁸² CÂMARA, Helder. 64º Circular, Roma, 12/13 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.240

corrida armamentista, gerado pela bipolarização do mundo com a Guerra Fria. Segundo o Arcebispo, na circular nº64, por uma questão de boas relações com o sumo pontífice, considerou não ser prudente dar esse tipo de conselho, sobre o Sínodo e a estrutura da Igreja em si, em um evento público.²⁸³

Por fim, o Arcebispo Dom Camara estruturou seus argumentos no: *O que o Concílio não pode dizer* em dois pontos principais. O primeiro estava relacionado ao silêncio no decorrer do Vaticano II em torno do tema comunismo e da crescente opressão que esse sistema político e econômico impunha as nações sob seu controle e/ou influência; do outro lado espectro, o segundo ponto, estava nas injustiças promovidas pelo capitalismo e, negligenciada, pelo ocidente. Desse modo, Dom Helder apontava críticas tanto ao sistema socialista, como ao capitalista. Ao desenvolver tal abordagem e não empreender uma condenação expressa ao comunismo, o Vaticano II, para Dom Helder Camara acreditava que o clero católico apontava para um caminho viável de superação e de esvaziamento do socialismo, tendo no tema do desenvolvimento de base humanista, ecumênica e de amplitude integral como uma solução ao avanço do comunismo/socialismo.

Três dias depois do evento em Roma, especificamente no dia 27 de novembro de 1965, Dom Helder tinha se afastado momentaneamente do Concílio Ecumênico Vaticano II e estava em Amsterdam, Holanda, para dar uma palestra de encerramento a jovens empresários, que participavam da 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC). Com um texto intitulado: *“Vamos ao âmago do problema”*, o religioso em questão esforçou-se em definir e apresentar a aplicabilidade de propostas desenvolvimentistas para a América Latina e o Terceiro Mundo como um todo. Essa palestra também contribuiu para a popularização da imagem de Dom Helder em âmbito internacional.

Nessa sua fala, feita em paralelo à realização do Concílio Vaticano II, o Arcebispo de Pernambuco apresentou dez pontos para a realização cooperativa entre nações ricas e pobres num programa comum pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo, apelando para argumentos pautados num humanismo de bases cristãs.²⁸⁴ Com um público composto por empresários cristãos europeus, Dom Helder procurava convencê-los sobre a importância de se perceber os preceitos liberais e ocidentais, a partir de um

²⁸³ Ibid

²⁸⁴ A estratégia usada nesse discurso foi também observada por Broucker no seu livro sobre o cotidiano de Dom Helder no Vaticano II a partir das cartas circulares. Cf.: BROUCKER, 2008, p.15

diálogo com um humanismo pautado nos debates construídos, no decorrer do Vaticano II, como se pode perceber no decorrer de seu escrito.

Esse texto é importante para a compreensão tanto do uso do termo desenvolvimento, como também do próprio processo de elaboração dos argumentos de Dom Camara. Essa afirmativa pauta-se no fato que mapeamos um total de dezoito cartas circulares, nos seguintes enfoques: o convite da palestra, a escrita do discurso, as reflexões sobre o que deveria dizer ao público, quem teria lido e contribuído com argumentos ou com dados, como o referido evento possibilitaria uma maior visibilidade para a sua atuação político-pastoral em âmbito mundial e, numa fase posterior, as repercussões da sua palestra.

Dividido em três partes, a palestra em Amsterdam começou com uma apresentação de seu objetivo de criar diálogos entre a Europa e a América Latina, e de se colocar, enquanto religioso, como mais um técnico em experiência humana ao estilo do que o Papa Paulo VI tinha feito, em 1965, na Conferência da ONU. Destacando assim, a relevância de se construir pontes entre o pensamento cristão com o conhecimento produzido cientificamente. Logo depois, apresentou como método de seus argumentos, um processo que partiria de casos específicos de suas experiências como bispo do Terceiro Mundo para uma visão mais geral.

Na segunda parte do discurso, Dom Helder abordou as problemáticas que envolviam os processos de desenvolvimento das nações pobres. Para isso, esse segundo momento do texto do Arcebispo Camara foi estruturado em dez pontos.²⁸⁵ Contudo, compreendemos a inviabilidade de abordar todos os pontos, por isso decidimos analisar quais sentidos, interesses e destinatários o texto apresentado em Amsterdam possuía. Começou Dom Helder expondo dois casos particulares, para depois traçar reflexões mais gerais sobre as condições da América Latina e de outros continentes subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento.

O primeiro caso foi uma narrativa sobre a visita a uma usina de cana-de-açúcar, em Pernambuco, feita por um empresário europeu e Dom Helder Camara. Sendo assegurado acesso a todos os ambientes e documentos da usina, Dom Helder transitou por suas instalações e entrou em contato com os trabalhadores. Ao final, ao ser

²⁸⁵ Essa segunda e terceira parte do discurso de Dom Helder na 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas foi publicada no livro *The Church and Colonialism: the betrayal of the Whird World*. Cf.: CÂMARA, Helder. Ten proposals for the Third World. In.: _____. **The Church and Colonialism: the betrayal of the Whird World**. Denville, New Jersey: Dimension Books, 28-38, 1969g.

questionado sobre o que tinha achado, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife disse:

Creio que vi tudo o que há de bom em sua Usina: no tocante a segurança do trabalho, a salários, a condições de educação, saúde e recreação... Só não entendo a razão de ser dos avisos invisíveis espalhados pela Usina inteira: 'Trabalhador: tudo te será dado, se abrires mão do duplo luxo burguês que são a inteligência e a liberdade'.²⁸⁶

Em resposta, o empresário disse que fazia parte de um conglomerado muito maior e que a sua opinião correspondia a uma fração de 1/18. Nesse caso, as boas condições oferecidas estavam condicionadas à obediência e à subserviência dos trabalhadores.

No segundo caso, abordado por ele, o Arcebispo D. Camara apresentou a história de uma comunidade de mais ou menos mil pescadores que viviam em sua diocese pernambucana. No caso, esses pescadores estavam sofrendo com detritos químicos no rio, que duas empresas – que não tiveram seus nomes expostos – eram responsáveis. As informações passadas, por Dom Helder, evidenciavam apenas que se tratava de uma companhia de borracha sintética e a outra era uma fábrica de proteína vegetal. Ao promover um encontro entre pescadores e empresários das duas empresas, Dom Helder destacou o desequilíbrio no debate e nas propostas, pois o comunicado foi: "... dentro de 2 anos e meio, suas Fábricas estariam em condições de absorver os resíduos. Até lá, os Pescadores que tivessem paciência."²⁸⁷

Com esses relatos, Dom Helder apresentava a questão das injustiças sociais, econômicas e de liberdade do pensar, que eram oriundas de um capitalismo que estava distante de concepções humanistas. Em contrapartida, o Arcebispo defendia uma perspectiva de um capitalismo que atuasse em prol de um desenvolvimento financeiro em harmonia com o progresso das condições de vida digna dos mais pobres. Importante lembrar que o público-alvo da palestra eram jovens empresários europeus e cristãos que estavam participando de um congresso organizado pela Igreja. Nesse sentido, apresentar esses cenários práticos, vivenciados pelo próprio Dom Helder, tinha como escopo revelar que não só o comunismo poderia ser desumano em suas práticas, mas também os capitalismos poderiam proporcionar as condições de vidas miseráveis aos trabalhadores e aqueles que viviam em seu entorno.

²⁸⁶ CÂMARA, 1965e. p.2

²⁸⁷ Ibid.

Com esses relatos, o clérigo brasileiro em questão, confeccionou discursivamente um ambiente para que nos pontos subsequentes pudesse abordar o fato de que não apenas o sistema comunista poderia ser opressor, pois o capitalismo ocidental, a partir do momento que vendia a ideia de liberdade, mas impossibilitava o mínimo de condições para os mais pobres de sobreviverem com dignidade, tornava-se também um sistema político e econômico desumano. Desse modo, entre o terceiro e o sexto pontos, Dom Helder sinalizou algumas problemáticas que indicavam que o mundo ocidental precisava enfrentar para implantar um processo de desenvolvimento com bases humanistas e cristãs.

Elencando, não obrigatoriamente nessa mesma sequência, então o caso da ausência de condições dignas de alimentação, saúde e educação, criando condições de vida tão opressoras, que Dom Helder comparava as informações que tinha em relação aos países que adotaram o socialismo como sistemas políticos, econômicos e ideológicos. Passando também pela crítica à prioridade dos países capitalistas para a corrida armamentista e o baixo investimento no Terceiro Mundo.

Outro assunto abordado foi a questão do *Birth-Control*, tratado por economistas e políticos de países ricos como uma solução para o desenvolvimento. No caso, tratava-se de controlar as taxas de natalidade como se essa prática resultasse em sinônimo de crescimento financeiro e de melhores condições de vida. Mesmo considerando a importância de um programa de acompanhamento da natalidade em países do terceiro mundo, Dom Helder considerava associar o crescimento populacional à miséria um sinal de desconhecimento ou preconceito.

Mesmo que a temática do *Birth-Control* estivesse associada para os eclesiásticos no Concílio ao universo de debates relacionado ao matrimônio e à castidade, em que a Igreja e seus membros colocavam-se contra o uso de métodos anticoncepcionais, considerando-os pecaminosos, abortivos e, consecutivamente, uma ameaça aos ensinamentos morais da Igreja. Aos poucos, no decorrer dos anos do Vaticano II, o tema acabou sendo associado à questão do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.²⁸⁸

Geralmente, os países em processo de desenvolvimento eram associados a uma falta de controle demográfico. Ao se pronunciar sobre a questão do controle de natalidade e as perspectivas de debates por parte dos religiosos sobre a questão, destacou Dom Helder Camara: “Gostaria que a Igreja organizasse uma nova comissão

²⁸⁸ Cf.: O Concílio Ecumênico vai discutir o problema do controle da natalidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1963. p.8

encarregada de preparar o material relativo a essa tese, e que nomeasse elementos seculares – e não apenas sacerdotes – para participar dessa comissão”.²⁸⁹ Essa fala do referido eclesiástico brasileiro, reproduzida pelo jornal *O Globo*, em 1963, apresentava já na segunda seção, um posicionamento que sinalizava a importância de técnicos e leigos para certos debates, como o assunto das relações sexuais que não faziam parte da vida e competências dos clérigos.

Enquanto que os pontos de sete a nove do discurso pronunciado em Amsterdam foram direcionados para fazer reflexões sobre a importância de se respeitar as peculiaridades locais das nações subdesenvolvidas e o árduo trabalho de conscientização das elites econômicas e políticas desses países, muitas vezes pautadas num pensamento alicerçado no que Dom Helder chamou de “colonialismo interno”. Nesse caso, ao apontar, no sétimo ponto, a relevância da vinda de técnicos das nações ricas para o mundo subdesenvolvido, Dom Camara destacou que o conhecimento científico não deve se limitar a si mesmo, mas deve estar acompanhado pela sensibilidade e respeito às particularidades das culturas locais. No outro ponto, ao falar das elites locais, esse clérigo defendeu que as elites econômicas estão engajadas para protegerem seus lugares de privilégios, todos aqueles que se colocarem contra isso ou a favor dos mais pobres, podem esperar a pecha de comunista.

Apropriando-se do método de atuação do pastor norte-americano Martin Luther King no enfrentamento do preconceito racial nos Estados Unidos, no decorrer da década de 1960, Dom Helder escreveu o nono tópico.²⁹⁰ No caso, continuando em seu discurso *Vamos ao âmago do problema*, o Arcebispo estudado aqui se manteve na seara da tentativa de conscientização das nações ricas da importância de empreenderem ações e condições para o desenvolvimento dos países pobres, para isso, introduziu uma interpretação dele sobre a questão da ação não-violenta. Na leitura de Dom Helder – tanto da obra escrita de King como de sua atuação política – a ação não-violenta poderia ser adaptada ao Terceiro Mundo ampliando seu leque de atuação, que não ficaria restrita a luta por direitos dos negros, mas de todos aqueles que estavam em condições subumanas. A pobreza tornava-se a violência a ser combatida com o processo do desenvolvimento.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ CARDSON, Clayborne (Org.). **A autobiografia de Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; Sobre a relação de amizade e possível visita do reverendo Pr. King ao Brasil, que foi tratado em várias cartas circulares de Dom Helder, tornou-se assunto de notícias da imprensa brasileira, como se pode ver: Martin King virá ao Brasil para conhecer o Nordeste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1965. p.4

Além disso, percebe-se também em vários momentos das circulares que trataram do discurso feito em Amsterdam, em conjunto com as cartas que não abordaram tal evento, um esforço de Dom Helder em conhecer pessoalmente o líder negro Martin Luther King. A importância dessa ressalva encontra-se no fato de compreender a influência que o religioso protestante norte-americano teve sobre a elaboração dos elementos que Dom Helder elencava como primordiais para o desenvolvimento das nações pobres. Nesse caso específico, a interpretação do que era a ação não-violenta num cenário marcado por injustiças sociais presentes no mundo subdesenvolvido. Somando-se também a questão metodológica da produção dos textos de Dom Helder Camara, considerando que introduzir, no nono tópico, a questão da não-violência é um reflexo dos debates e construções de redes de relações presentes nas cartas circulares desse religioso católico.

Nos escritos de Dom Helder, na década estudada, o termo não-violência foi utilizado tanto para discutir as questões raciais, também defendidas por King, quanto à questão da pobreza, interpretada pelo arcebispo brasileiro como uma violência a ser enfrentada por meio de propostas estruturais e de caráter desenvolvimentista. Em seus argumentos, o citado religioso católico procurou associar os mais ricos, indivíduos ou nações às responsabilidades com relação aos mais pobres, buscando abordagens de base religiosa e humanistas para legitimar seus argumentos sociais, políticos e econômicos.

Por fim, nessa segunda parte de seu discurso, Dom Helder apresentou o décimo ponto, intitulado: *Brincaremos de desenvolvimento, sem a reforma da política internacional do comércio*. Nesse momento, argumenta que todos os outros tópicos eram de pouca relevância, caso não houvesse mudanças profundas na política internacional do comércio. Nesse momento, ele retoma os dados do Relatório Prebisch, comentados por Gilbert Blardone, como fez no discurso do DO-C, em Roma três dias antes deste em Amsterdam. Mesmo não apresentando, nesse discurso, que mudanças seriam essas no campo do comércio internacional, o Arcebispo estabeleceu essa questão como o âmago do problema.

Na terceira parte de seu discurso, Dom Helder Camara apresentou o que considerava sugestões fraternas que transitavam, de maneira geral, na retomada dos pontos anteriores e pedindo respeito, engajamento e investimento das nações ricas. No final, como na parte anterior, o décimo ponto recebe destaque e, dessa vez, o religioso em questão propôs aos que assistiam a sua palestra, aos Jovens Dirigentes Cristãos de

Empresas, a responsabilidade de mudar as dinâmicas e empreender uma reforma política internacional do comércio.

Desse modo, com a análise desses três discursos de Dom Helder, feito durante a realização do Vaticano II, nós abordamos como a modernização da Igreja e da temática do desenvolvimento deveriam estar presentes na construção de uma Igreja apta a atuar no mundo moderno e na elaboração de um novo humanismo cristão, alicerçado em bases espirituais e sociais. Esse diálogo entre as questões materiais e as espirituais, tornou-se, no decorrer da década de 1960, os alicerces para o entendimento sobre o desenvolvimento integral defendido por Dom Helder Camara. Assim, a influência e discussão dessas abordagens no continente Sul Americano e, consecutivamente, na atuação de Dom Helder Camara no Brasil, serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – DOM HELDER CAMARA E OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: A década do desenvolvimento (1964-1970)

No decorrer deste capítulo, dedicaremos nossos esforços a desnaturalizar uma visão de que Dom Helder Camara sempre representou uma ala da Igreja Católica que esteve na oposição ao regime ditatorial no Brasil, 1964 a 1985. No caso, o escopo estabelecido será a analisar os processos de transformações da imagem pública de Dom Helder, que progressivamente deixou de figurar como aliado e tornou-se, progressivamente, inimigo do *status quo*. Desse modo, definimos como recorte temporal os anos de 1964 a 1970. Tal período nos permitirá visualizar o deslocamento gradual das atividades e propostas desenvolvimentistas do Arcebispo D. Camara em parceria com o governo militar.

Como estratégia de nossa escrita, decidimos selecionar alguns fatos relacionados às atividades de Dom Helder Camara em torno dos quais traçaremos análises correspondentes ao posicionamento e às progressivas mudanças de comportamento do Arcebispo em relação ao regime militar. Nesse sentido, o leitor observará inicialmente o percurso do golpe civil-militar, em 1964, e como Dom Helder Camara, ao chegar a Pernambuco, procurou alinhar suas atividades e propostas de atuação sócio-político-pastoral ao governo militar. Esse primeiro momento contribuirá no entendimento sobre um cenário complexo, em que diferente do senso comum construído em torno de Dom Helder e desse momento histórico, torna-se evidente as tentativas desse religioso em confeccionar alianças com o governo militar e órgãos do Estado. Isso, pelo menos até o ano de 1966, quando os primeiros conflitos entre esse religioso e os representantes do governo começaram a se tornar públicos.

Entre 1966 a 1970, como se poderá ver no decorrer de nossa narrativa, um gradual processo de afastamento e intensificações nos conflitos entre o Arcebispo e representantes da ditadura civil-militar tornou-se cada vez mais frequentes. Desse modo, procuraremos questionar quais os percursos que levaram o Arcebispo Dom Helder Camara a ser classificado como um dos principais inimigos do regime militar?

3.1. O golpe civil-militar brasileiro de 1964

Nos primeiros meses de 1964, o Brasil vivenciou o ápice dos acirramentos nos ânimos políticos e sociais, conduzindo o país a um golpe de Estado. Nesse cenário, o presidente, João Goulart, foi retirado do poder e instaurou-se um regime ditatorial sob a liderança de militares.²⁹¹ Numa tentativa de narrar algumas das questões que conduziram ao golpe civil-militar brasileiro, analisaremos as tensões relativas às disputas políticas e a legitimação ou não de membros da Igreja Católica no processo que criou um hiato de vinte e um anos no Estado democrático de direito no Brasil.

A escolha da classificação de *golpe civil-militar* para o processo que interrompeu o mandato de João Goulart, colocando generais-presidentes eleitos indiretamente no lugar, pauta-se nas reflexões dos historiadores Marcos Napolitano, René Armand Dreifuss e Daniel Aarão Reis. Segundo esses autores, o referido termo adequou-se bem ao desenrolar das tramas políticas que culminaram na tomada de poder na madrugada de 31 de março para 01 abril de 1964. Nas pesquisas desses autores, o golpe mobilizou tanto alas das Forças Armadas, como setores da sociedade civil – políticos, intelectuais, empresários, membros do clero protestante e católico e parte de uma crescente classe média. Por esse motivo, o termo mais adequado é golpe civil-militar e não apenas golpe militar.²⁹²

Ao questionar sobre a relevância do governo de Jango, como também era chamado João Goulart, e da proposta das reformas de base para o país, o historiador Marcos Napolitano argumentou que “ela [a importância do governo de Goulart] se diluiu na fragilidade política da governabilidade, palavra sempre cara à ciência política.”²⁹³ Essa debilidade impossibilitou as articulações e aplicações das propostas do governo, que enfrentavam uma forte oposição política e da imprensa da época. Além disso, importante ressaltar que o plano de governo de Goulart era mais uma agenda do que um projeto político de inclusão social e de desenvolvimento do país.²⁹⁴ Essa agenda dividiu o clero católico brasileiro. Uns apoiavam as reformas de base e, outros,

²⁹¹ ROCHA, Heitor. O golpe de 64 e a democracia. *In.*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe: 1964** revistado. Recife: Ed. Massangana, 69-70, 2004.

²⁹² Cf.: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. SP: Contexto, 2014. p.9-11; DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis: Vozes, 1981; REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.48

²⁹³ NAPOLITANO, 2014, p. 16

²⁹⁴ *Ibid*

fielmente representantes da ala conservadora, percebiam na administração de João Goulart um perigoso flerte com o comunismo.

A Igreja Católica ocupa um lugar de destaque na História do Brasil, estando na maior parte do tempo atuando em conjunto ou legitimando governos e a elite econômica do país. Essas relações entre o Estado e a Igreja sofreram algumas fissuras a partir da década de 1960, quando alguns religiosos colocaram-se na oposição ao governo militar.²⁹⁵ Contudo, como discutido por Kenneth P. Serbin, no artigo: *Brazil: State Subsidization and the Church Since 1930*, os pontos de tensões não levaram a um rompimento completo, considerando a manutenção do auxílio financeiro do Estado aos empreendimentos espirituais da Igreja. Em contrapartida, além do conforto espiritual, às instituições religiosas também ocuparam papéis importantes nos serviços prestados no campo da educação, saúde e assistência social.²⁹⁶

Para iniciarmos nossa narrativa sobre a construção do golpe civil-militar e a presença de membros do clero católico nesse processo, estabelecemos como marco a renúncia de Jânio Quadros à presidência do país, em 25 de agosto de 1961.²⁹⁷ O sucessor era João Goulart, vice-presidente. Sobre Goulart, considerado discípulo de Getúlio Vargas,²⁹⁸ recaía também a pecha de comunista ou simpatizante do pensamento da esquerda política. Importante ressaltar, antes de continuarmos nossa narrativa, que entre os anos de 1946 a 1964, o vice-presidente não era obrigatoriamente da mesma chapa do presidente, podendo o mesmo ser eleito e reeleito para o cargo nas urnas.

Quando Jânio Quadros comunicou a sua decisão de renunciar à presidência do país, Goulart encontrava-se em visita diplomática à China socialista, alimentando ainda mais os boatos de que ele era adepto ao pensamento da esquerda.²⁹⁹ De acordo com René Armand Dreifuss, ao assumir a presidência do país, Goulart representava uma figura indesejada para os empresários brasileiros e para os investidores das multinacionais, que decidiram aderir, progressivamente, ao projeto em curso de uma intervenção dos militares de direita, no decorrer dos primeiros anos década de 1960.³⁰⁰

²⁹⁵ ARNS, Paulo Evaristo (coord.) **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.171

²⁹⁶ Cf.: SERBIN, Kenneth P. *Brazil: State Subsidization and the Church Since 1930*. In.: PATTNAYAK, Satya R. **Organized Religion in the Political transformation of Latin America**. New York – London: University Press of America, Inc., p.153-176, 1995

²⁹⁷ NAPOLITANO, 2014. p. 32; FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.25

²⁹⁸ FERREIRA, 2014. p.18 e 22

²⁹⁹ Ibid. p.27 e 300

³⁰⁰ DREIFUSS, 2014, p.130

A instabilidade criada depois da renúncia de Jânio Quadros e a possibilidade de João Goulart, supostamente comunista, assumir a presidência do país, alimentaram um clima político favorável para uma intervenção militar. Lembrando que a ameaça de golpe militar pairava no cenário político nacional desde as tensões que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, em 1954. Assim, em 1961, para evitar o rompimento com a Constituição e a democracia, o Congresso Nacional conseguiu aprovar, em primeiro de setembro, um regime parlamentarista. Essa decisão paliativa foi aprovada pelo seguinte resultado: 233 votos a favor e 55 contra. Essa alternativa parlamentarista ou “golpe branco”, como alguns pesquisadores classificaram, foi orquestrado por Afonso Arinos, Tancredo Neves e militares influentes como Cordeiro de Farias e Ernesto Geisel.³⁰¹ Nessas circunstâncias, em 07 de setembro, João Goulart assumiu simbolicamente a presidência do país, estando o governo de fato nas mãos do primeiro ministro, Tancredo Neves.³⁰²

Como uma das estratégias para contornar a resistência de algumas alas políticas e da sociedade civil e militar em relação ao seu nome, o então presidente João Goulart procurou se aproximar de líderes religiosos católicos, tendo em vista que esse tipo de relação poderia contribuir numa mudança da imagem pública de que ele era adepto do pensamento comunista. Nesse sentido, um mês depois da posse da cadeira presidencial, Goulart recebeu no Palácio da Alvorada uma comitiva de bispos católicos para um almoço. Com o título sugestivo: *Goulart pede o amparo da Igreja para dar tudo de si pela felicidade da Pátria*, o *Jornal do Brasil* noticiou o referido encontro, ressaltando que entre os religiosos estavam presentes: Cardeal Dom Jaime Câmara, Dom Armando Lombardi, Dom Helder Camara, Dom José Newton, Dom Fernando Gomes, Dom José Távora, Dom Avelar Brandão Vilella, Dom Manuel Pereira, Dom Eugênio Sales, Dom Cláudio Colling e Monsenhor Hilário Pandolfo.³⁰³

Depois do almoço, o presidente e os clérigos conversaram com os jornalistas. Segundo o *Jornal do Brasil*, Goulart teria dito: “Que a Igreja nos ampare nesta missão difícil com a sua enorme força espiritual e contribua com o seu prestígio para que, fiéis às nossas tradições cristãs, possamos, sem ódio, e antes com amor, dar tudo de nós pela felicidade da Pátria estremecida.”³⁰⁴ Enquanto que o Cardeal Dom Jaime, ressaltando a

³⁰¹ NAPOLITANO, 2014. p.35-36;

³⁰² FERREIRA, 2014. p.40; 44 e 55

³⁰³ Goulart pede o amparo da Igreja para dar tudo de si pela felicidade da Pátria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1961. 1º Car. – p.3

³⁰⁴ Ibid.

importância da Igreja Católica alinhado ao governo, destacou também seu agradecimento ao presidente e ao primeiro-ministro, Tancredo Neves, pela participação e pelo financiamento da viagem da delegação especial para as festas jubilares do Papa João XXIII, em 1961. Desse modo, destacou o Cardeal que a Igreja estava disposta a ajudar o governo a enfrentar as dificuldades e dissipar as tensões que envolviam o país.³⁰⁵

Ao mesmo tempo em que tentava construir alianças com membros da Igreja, o presidente Goulart atuava em um cenário desfavorável no campo político. O clima de tensão foi nutrido pela imprensa que atacou sistematicamente o presidente tanto em relação a sua incapacidade de articulação política como na criação e legitimação da imagem de Goulart associada ao comunismo. Porém, o historiador Marcos Napolitano questionou, em seu livro, o fato de que a suposta opinião pública representada pela imprensa não era de fato uma opinião da maioria dos brasileiros. Essa afirmativa apoiou-se nos dados que João Goulart possuía em março de 1964, segundo dados do IBOPE, uma classificação de 45% de “ótimo” e “bom”. Somados a isso, o mesmo possuía 49% das intenções de votos para 1965.³⁰⁶

Goulart encampou, nos dois primeiros anos de seu mandato, uma oposição ao parlamentarismo, caracterizando-o como ineficiente para administrar e resolver os problemas do país. Como alternativa, o presidente Jango propunha a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a aplicação das reformas de base, que abarcariam a reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária e a limitação da transferência dos lucros das multinacionais para os seus países de origem. Acreditava então Goulart, que um plebiscito seria a melhor maneira para restabelecer seus poderes como líder do executivo do país.³⁰⁷

Os membros do CNBB, ao retornarem da primeira seção do Concílio Ecumênico Vaticano II, final de 1962, em sinal de apoio ao governo, lançaram um manifesto no intuito de convocar os brasileiros para o plebiscito em 06 de janeiro de 1963. Mais uma vez, o clero católico brasileiro representado por Dom Vicente Scherer, Dom José Newton de Almeida, Arcebispo de Brasília, Dom Luís Felipe Nadal, Bispo de Uruguaiana e tendo como porta voz Dom Helder Camara, estavam em um ato público agradecendo o financiamento do governo no transporte aéreo para os bispos conciliares

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ NAPOLITANO, 2014. p.47

³⁰⁷ FERREIRA, 2014. p.127-141

brasileiros em 1962 e, na ocasião, também falando da importância da participação popular no plebiscito.³⁰⁸

Um dia antes do plebiscito, o jornal *O Globo* publicou o seguinte:

A IGREJA Recomenda:
COMPAREÇA
ao
PLEBISCITO



³⁰⁸ Bispos convocam o povo para votar no plebiscito e levam decisão a Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 11 de dezembro de 1962. 1ª Car. – p.3

“A NAÇÃO ESTÁ CONVOCADA, POR LEI, PARA COMPARECER AO PLEBISCITO DE 6 DE JANEIRO DE 1963. Os legisladores brasileiros assim o deliberaram. O Poder Executivo sancionou o que fôra deliberado.

Fora e acima de qualquer colorido político-partidário e na linha de uma preocupação pastoral, fazemos, pois, veemente apêlo a todos quantos tenham capacidade jurídica de participar do plebiscito de janeiro próximo, para que compareçam a êsse ato cívico da mais alta importância para o Brasil, depositando nas urnas o voto de sua convicção pessoal”.

(Transcrito da Declaração da Conferência-Nacional dos Bispos do Brasil, distribuída à imprensa pelo Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, DOM HÉLDER CÂMARA).

Imagem 3: A Igreja recomenda: COMPAREÇA AO PLEBISCITO

Fonte: A Igreja recomenda: compareça ao plebiscito. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1963. p.11

Nessa imagem, observa-se que em complemento à convocação da população, encontra-se também um trecho da declaração da CNBB, em que mesmo se colocando à margem das disputas partidárias, indicava a importância do ato de votar no plebiscito. Nessa ocasião, chamamos a atenção para o fato de Dom Helder ser aquele que distribuiu na imprensa o escrito dos Bispos, indicando assim a sua relevância no cenário religioso e político nacional.

Mesmo com a rejeição fomentada pela imprensa e por opositores políticos, em relação ao presidente, a campanha pela Constituinte ganhava a opinião pública. Entendendo os caminhos que a política nacional tomava, o primeiro ministro Tancredo Neves renunciou ao gabinete, em julho de 1962. O objetivo desta autoridade política era, depois da Constituinte aprovar a presidência, disputar como candidato à presidência do país na eleição de 1965. Desse modo, com o desmonte do parlamentarismo, o país voltou ao presidencialismo, mas em um governo muito frágil no campo político e nas alianças civis e militares. Isso fez, em alguns momentos, Goulart procurar apoio em imagens de pessoas consideradas de reputação coerente com os preceitos cristãos, como no caso dos membros do clero católico.

Retomando as tentativas de proximidade entre governo e membros da Igreja no Brasil, encontram-se, na imprensa da época, relatos de encontros do presidente com religiosos, como o caso do Dom Helder Camara, então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. Esse alinhamento levou a formulações de vários boatos de que o Arcebispo Camara seria indicado a cargos públicos, como, por exemplo, o caso da notícia que ele dirigiria o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo logo em seguida desmentido pelo próprio Dom Helder.³⁰⁹

³⁰⁹ Cf.: Dom Helder Câmara considera da maior gravidade a situação nacional. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 de setembro de 1963. p. 13; Sobre o Ibad, ver: FERREIRA, 2014. p.66-67

Sobre essa abordagem, encontra-se artigo: *Agonia enigma e eleitor*, publicado no *Jornal do Brasil*, o registro de mais um dos encontros entre o religioso em questão e o presidente, em que o jornalista do referido periódico especulou:

D. Helder Camara foi chamado ontem ao Palácio das Laranjeiras. Os palpites choeram. Muitos falaram em Ministério, inclusive o da Fazenda: Jango estaria fazendo mais fé na política caridosa de D. Helder, que só apresenta superávits, do que nas caneladas ideológico-financeiras de Brizola. Mas houve também quem pensasse em extrema-unção. Isto é, do regime.³¹⁰

Nesse trecho, observa-se a imagem do presidente entre dois nomes que poderiam conduzir sua administração para uma maior legitimação política e social, no caso, as figuras públicas de Dom Helder e Leonel Brizola, que na imprensa da época, eram citados em espectros diametralmente opostos. Nesse momento, Dom Helder Camara, então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, atuava também como secretário-geral da CNBB, vice-presidente do CELAM e coordenava as ações sociais da Cruzada São Sebastião e Banco da Providência. Somando-se a isso, a atuação dele no Concílio Vaticano II, tornou o clérigo em questão em um nome conhecido internacionalmente.

Além disso, Dom Helder esteve envolvido na criação e articulação das atividades dos Bispos do Nordeste, que se reuniram pela primeira vez entre os dias 21 e 26 de abril de 1956, em Campina Grande, Paraíba.³¹¹ Nessa reunião, foi produzido um relatório relacionado à reforma agrária no nordeste do Brasil. Como resultado e resposta às atividades dos Bispos do Nordeste, o presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo como

³¹⁰ *Agonia enigma e eleitor. Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1963. p.6

³¹¹ Os prelados católicos presentes foram: D. Helder, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro; D. Antônio de Moraes, arcebispo do Recife; D. Adelmo, arcebispo coadjutor de Maceió; D. Otávio, bispo de Campina Grande; D. Fernando, bispo de Aracaju; D. Expedito, bispo auxiliar de Fortaleza; D. Eugênio, bispo auxiliar de Natal; D. Manuel, bispo auxiliar de João Pessoa; D. Zacarias, bispo de Cajazeiras; D. João Muniz, bispo de Barra; D. José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro; D. João, bispo de Nazaré; D. Felício, bispo de Penedo; Pe. Urbano, representante do Sr. Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva. Dentre outros sacerdotes. Em relação aos técnicos presentes no evento e na elaboração das propostas, destacamos os nomes: Romulo Almeida, Planejamento; João Gonçalves de Souza, Agricultura, Crédito e Colonização; Aylida Pereira, Serviços Sociais; Edgar Amarante, Energia Elétrica; Manuel Diéguas Jr., Programas de execução imediata; e D. José Távora foi responsável pelo tema da Igreja e os problemas sociais e D. Helder assumiu o posto de relator geral. Cf.: Em Campinas Grande as Esperanças do Nordeste: Importante discurso de D. Helder Câmara – Entidades presentes a Reunião dos Srs. Bispos. **A Cruz**. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1956. p.7; Sobre a formação prosopográfica destes clérigos católicos do Encontro dos Bispos do Nordeste, destacamos o seguinte artigo: COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v.9 n.15, p.109-143, Jan/Jun. 2014.

responsável inicialmente o economista Celso Furtado, e que tinha como objetivo criar e implantar projetos para o desenvolvimento do Nordeste.³¹²

Enquanto que Brizola, governador do Rio Grande do Sul, destacava-se no cenário político e na imprensa a partir de seu posicionamento inclinado à esquerda, do qual destacamos seu engajamento na Frente de Mobilização Popular (FMP), que congregava a Ação Popular (de origem católica), Comando Geral dos Trabalhadores, Partido Operário Revolucionário, alas das Ligas Camponesas, parte do PCB e PSB, sindicatos e grupos de sargentos e marinheiros.³¹³ A FMP tinha como escopo pressionar o Congresso a apoiar as reformas de base, dando prioridade à reforma agrária. Contudo, entre os nomes de Brizola e Dom Camara, o do religioso católico aparecia na citação do *Jornal do Brasil*, exposto anteriormente, como o mais adequado e positivo para o presidente Goulart seguir como exemplo.

A crise política e a iminente instabilidade econômica chamaram a atenção do governo norte-americano em relação ao cenário brasileiro, como também de outros países do Cone Sul, no decorrer da segunda metade do século XX.³¹⁴ Sobre esse assunto, o cientista político norte-americano Samuel Huntington apresentou em seus estudos algumas preocupações relativas a questões que abordavam até que ponto as nações ricas deveriam manter-se afastadas e não interferirem nas instabilidades sociais e políticas causadas pelos processos de industrialização do Terceiro Mundo? Desse modo, a leitura da obra desse autor possibilita o questionamento se a liberdade e os direitos democráticos das nações subdesenvolvidas deveriam ser respeitados, mesmo que o resultado para esse posicionamento fosse à crise econômica?³¹⁵ Compreendendo que uma crise econômica nunca ficaria restrita a uma única nação, considerando o livre comércio entre as nações liberais.

Na prática, como se observa em vários trabalhos acadêmicos e em documentos de Estado, que hoje estão disponíveis para pesquisa, o governo norte-americano considerou a estabilidade econômica e a ordem política como prioridades para as nações

³¹² Sobre a Criação da SUDENE, Cf.: MELO, Jamildo. A direita abate a SUDENE. *In.*: BARRETO, 2004, p.148-149; EARP, Fabio Sá; PADRO, Luiz Carlos Delorme. Celso Furtado. *In.*: FERREIRA, 2007, p.37; CASTRO, 2002, p.105; BARROS, 2011, p.18; SOARES, Edia de Araujo Lira. Educação, coragem e solidariedade: lições do Dom. *In.*: MONTENEGRO, Antônio; SOARES, Edia; TADESCO, Alcides (Org.). **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife, A prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 15-25, 2002. p.21; COMBLIN, 1983. p.36

³¹³ NAPOLITANO, 2014. p. 33 e 38;

³¹⁴ Cf.: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 1964: a CIA e a técnica do golpe de Estado. *In.*: BARRETO, 2004; MELO, Jamildo. O Brasil no centro da Guerra Fria. *In.*: BARRETO, 2004, p.84

³¹⁵ Cf.: HUNTINGTON, Samuel H. **A ordem política na Sociedade em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1975

da América Latina. Desse modo, os Estados Unidos tiveram interferências diretas com a implantação e financiamento nas ditaduras militares de extrema-direita presentes em todo o continente da América Latina. Com base no clima político proporcionado por esse momento, com destaque para as campanhas anticomunistas empreendidas pelas nações, de perfil liberal, com destaque para os EUA, os estudos de Huntington tiveram grande repercussão no universo acadêmico e político norte-americano. Em resposta, foi organizado o *Projeto Camelot*, em que os EUA acompanhariam, lado a lado, a política dos países da América Latina, intervindo caso considerassem necessário.³¹⁶

Em dezembro de 1964, como observou Renato Lemos, foi a vez de o Brasil entrar no grupo de risco do Projeto Camelot, sendo o empreendimento patrocinado pelo Exército e Departamento de Defesa dos EUA.³¹⁷ O escopo, como Noam Chomsky destacou, consistia em os EUA criarem, no pós-Guerra, as estratégias contrarrevolucionárias adequadas para enfrentar as ameaças subversivas, como o caso do pensamento comunista/socialista.³¹⁸ Assim, as bases do pensamento norte-americano estariam alicerçadas na colaboração ou financiamento da institucionalização da autoridade dos governos como condição para o desenvolvimento, não apenas econômico, mas também desenvolvimento político, com a manutenção de um *status quo*. Sobre esse procedimento, Lemos julgou que era “... uma visão extremamente conservadora do desenvolvimento, definido em termos do controle, planejamento, tecnologia e estabilidade.”³¹⁹

Nesse sentido, percebendo que os USA entendiam a América Latina como um espaço que merecia um acompanhamento por parte deles, o historiador James N. Green, no livro: *Apesar de vocês: Oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)* construiu uma narrativa sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, a partir de memórias e documentos do governo. Em sua pesquisa, Green compreende que existia uma apreensão norte-americana em relação ao presidente brasileiro, João Goulart, considerado como alinhado ao pensamento comunista. Em parte, esse receio se dava por causa dos projetos relacionados a reformas de base, principalmente na temática de reforma agrária. A vigilância em torno da situação política brasileira pode ser

³¹⁶ Cf.: LEMOS, Renato L.C.N. A conexão Harvard e a política de descompressão sobre as origens da transição política no Brasil pós-1964. **Revista Tempos Históricos**. v. 18, n.02, 2014.

³¹⁷ Cf.: Ibid. p.565

³¹⁸ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. **The Washington Connection and Third World Fascism**. Boston: South End Press. 1979

³¹⁹ Cf.: LEMOS, Renato L.C.N. A conexão Harvard e a política de descompressão sobre as origens da transição política no Brasil pós-1964. **Revista Tempos Históricos**. v. 18, n.02, 2014. p.565

percebida nos cabogramas dos embaixadores americanos aqui no Brasil, em que apresentavam relatórios sobre o cotidiano e clima político do país.³²⁰

As tensões políticas e sociais no Brasil, em 1964, chegaram ao extremo. Em fevereiro do ano do golpe civil-militar, como observou Nelson Piletti e Walter Praxedes, as rivalidades políticas levaram os opositores de Goulart a acusarem e perseguirem também clérigos católicos que eram considerados alinhados às propostas de reforma de base do governo. Nesse caso, esses autores abordaram a cartilha *Viver é Lutar*, produzida pelo MEB e que foi considerada por Carlos Lacerda, governador do Guanabara, como material subversivo e, consecutivamente, delegou ao secretário de segurança a missão de recolher os citados exemplares. Nesse episódio, Dom Távora, presidente do MEB, Pe. Hilário Pandolfo, vice-presidente, e Mariana Bandeira, secretária, foram considerados criminosos e acusados de subversão. O jornal *O Globo*, segundo Piletti e Praxedes, explorou a situação e apontou os religiosos e a cartilha em questão como “... parte do plano de ‘comunização do Brasil’.”³²¹

A oposição a esses religiosos, considerados apoiadores do governo Goulart, estava também composta por membros da hierarquia da Igreja Católica, como, por exemplo, o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Para visualizar esse posicionamento, destacamos um trecho de uma das cartas escritas pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima para sua filha, Madre Maria Teresa. Na parte selecionada, disse Alceu:

Estou, evidentemente, com estes dois, dom Carlos e dom Helder, e não com o nosso atual dono do São Joaquiã [Dom Jaime Barros Câmara], pois considero que estão fazendo, os dois, um último (?) esforço justamente para impedir que o João Goulart se jogue nas mãos dos comunistas, ou faça realmente o jogo deles. Pois o que horripila nessa atitude do cardeal [Jaime] Câmara e dos bispos reacionários, aprovados e insuflando os comícios direitistas e proprietistas, é separar as elites das massas, colocando a religião com aquelas e o ateísmo com estas.³²²

Como visto no primeiro capítulo, a amizade entre Dom Helder e Alceu Amoroso vinha desde o final da década de 1920, quando o primeiro ainda era seminarista em Fortaleza, Ceará, e o segundo despontava no cenário nacional como intelectual católico, dirigindo o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem*. Nesse trecho citado anteriormente,

³²⁰ ROMERO, 2014, p.106 e 113-114

³²¹ Piletti. P. 303

³²² Carta de Alceu Amoroso Lima para Madre Maria Teresa, Rio de Janeiro, 25 de março de 1964. *Apud.*: LIMA, Alceu Amoroso. **Cartas do Pai**: de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2004. p.354

observa-se Amoroso Lima alinhando-se a Dom Helder ao lado da constitucionalidade do cargo de Goulart, e, assim se opondo às críticas dele em relação ao Cardeal Dom Jaime. Importante retomar o final do primeiro capítulo, para lembrar que Dom Jaime manteve um posicionamento anticomunista que destoava das mudanças de pensamentos adotado pelo autor da carta, como da personagem estudada nesta tese.

Ao passo que os membros da Igreja Católica vivenciavam os preparativos para a terceira seção do Concílio Vaticano II, em 1964, momento este registrado por Dom Helder em suas cartas interconcliares, o clima de inquietude política do país ganhava um novo episódio, com os movimentos de esquerdas e os aliados do governo Goulart organizando um comício gigantesco na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Dentre os principais nomes presentes, estavam o de Leonel Brizola e Miguel Arraes, governador de Pernambuco.³²³

Enquanto nos bastidores da política nacional, o golpe civil-militar materializou-se e tomou um caminho sem volta. Os opositores do presidente e a ala mais conservadora da Igreja Católica, com destaque para o Cardeal Dom Jaime Câmara, em resposta ao comício citado anteriormente, organizaram em São Paulo, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.³²⁴ O Cardeal Dom Carlos Motta, de São Paulo, e Dom Helder – ainda em Roma e respectivamente presidente e secretário-geral da CNBB – opuseram-se à tal manifestação.

Na madrugada de 31 de março para 01 de abril, o golpe civil-militar concretizou-se. Dentre as primeiras medidas dos golpistas, estava o afastamento de João Goulart da presidência e a instalação de uma Junta Militar, com o objetivo de criar mecanismos de desarticulação das forças políticas consideradas subversivas, comunista/socialistas. Em 15 de abril, Humberto de Alencar Castelo Branco, marechal e um dos conspiradores, assumiu a presidência do Brasil. Ao mesmo tempo em que esse imbricado processo se desenrolava no cenário político brasileiro, Dom Helder Camara, ainda em Roma, recebia pelas ondas da rádio Vaticano a notícia de que ele era o novo Arcebispo de Olinda e Recife. Nesse clima de incerteza e instabilidade política, Dom Helder chegava a Pernambuco.

³²³ FERREIRA, 2014, p.13; 302

³²⁴ Cf.: CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n°47, p.271-302, 2004

3.2. Dom Helder Camara entre o Vaticano II e Pernambuco (1964-1966)

Como decisão para a confecção de nossa narrativa histórica, escolhemos analisar a produção escrita e a criação de uma rede de diálogos entre Dom Helder e os interlocutores no Brasil e em outros países nos dois primeiros anos depois do golpe civil-militar, 1964. Abordaremos, principalmente, os meses interconciliares, ou seja, o tempo em que ele não estava em Roma participando do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Consideramos esse período pertinente a partir do momento em que localizamos no início de 1966 um ponto em que as fissuras das relações entre o Arcebispo em questão e o regime ditatorial imposto pelos militares tornaram-se mais evidentes. Depois desse marco temporal, observa-se nas fontes um acirramento nas práticas e métodos de vigilância e perseguição em relação à personagem estudada aqui, que, gradualmente, era registrada e tratada como inimiga do *status quo*, sendo por várias vezes apresentado como subversivo ou comunista.

Enquanto estava participando das reuniões nas comissões conciliares, no mês março de 1964, Dom Helder Camara recebeu a notícia pela rádio do Vaticano de que ele era o novo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Aproveitando o clima criado pelas expectativas em torno do novo Arcebispo, o *Diário de Pernambuco* publicou o artigo: “*Que espera você de Dom Helder?*”: *Recife responde enquete*. Esse texto foi formulado a partir da pesquisa efetuada pelos alunos da turma de Técnica de Jornal, ministrada pelo professor e jornalista Luiz Beltrão. No caso, foram entrevistados um total de 661 pessoas, sendo 423 homens e 238 mulheres. Esses tiveram suas crenças classificadas assim: 253 católicos, 26 protestantes, 4 espíritas, 1 israelita, 1 budista, 27 sem religião e 343 preferiram não declarar. Os dados das entrevistas foram organizados em dois blocos temáticos: 1º) as considerações gerais; e 2º) as considerações específicas.³²⁵

As considerações gerais, presentes no artigo do DP, transitavam entre temas relativos aos programas de assistência social, acompanhamento espiritual, reformas sociais e paz política. No caso das considerações específicas, encontra-se listados assuntos como a necessidade de uma reação ao comunismo; a construção de habitações populares; a relevância do espírito ecumênico; a ajuda às crianças abandonadas, aos

³²⁵ Beltrão, Luiz. “Que espera você de Dom Helder?”: Recife responde enquete. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 de março de 1964. Cad. 1º - p.10

enfermos nos hospitais e aos encarcerados; a coordenação de cooperativas; o fortalecimento de uma imprensa católica e o apoio ao movimento da família cristã.³²⁶

No decorrer desse texto do DP, alguns nomes conhecidos da sociedade pernambucana da época foram entrevistados e deram seus pareceres favoráveis ao novo Arcebispo, apontando-o como homem preocupado com os problemas sociais que afligiam os mais pobres e, também, uma das principais figuras do catolicismo que se renovava com o Concílio Ecumênico Vaticano II. A multiplicidade de temas relacionados às expectativas dos moradores do Recife em relação ao novo líder religioso no Estado era compreensiva, considerando a fama que Dom Helder Camara tinha construído como o “Bispo das Favelas”. Esse título não oficial foi concedido popularmente por causa de seus trabalhos com a Cruzada São Sebastião e do Banco da Providência, além de seu engajamento em projetos desenvolvimentistas dos governos anteriores ao golpe civil-militar, e, também, por sua atuação no Concílio.

Retornando ao Brasil, depois de sua estadia em Roma, onde Dom Helder Camara tinha participado dos preparativos para o terceiro período do Vaticano II, o cenário político do país tinha passado por profundas mudanças com a realização do golpe civil-militar na passagem o dia 31 de março para 01 de abril de 1964. Chegando a Pernambuco onze dias depois do golpe, Dom Helder Camara iniciou suas atividades como Arcebispo de Olinda e Recife, ficando à frente da Arquidiocese até 1985. Ao seu lado, como Bispo-Auxiliar, estava Dom José Lamartine, aliado nas atividades políticas, sociais e religiosas de Dom Helder.³²⁷ Na carta circular nº1, escrita já no Recife na madrugada do dia 11 para o dia 12 de abril, Dom Helder destacou que, quando ainda estava no Rio de Janeiro, antes da viagem, teve um encontro com Dom Eugênio Sales e o General Humberto Castelo Branco, cujos temas discutidos neles foram os temas de anticomunismo e as ações sociais que alguns sacerdotes católicos realizavam nas comunidades pobres.³²⁸

Com a escalada dos militares no poder político do país, em 1964, um dos primeiros atos de interferência, em âmbito estadual, foi a prisão e deposição de Miguel Arraes e Pelópidas da Silveira, respectivamente governador de Pernambuco e prefeito do Recife. A acusação utilizada pela junta militar, que tomou de assalto o poder no

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Cf.: ALENCAR, Francisco A. S. Duarte. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio.** São Paulo: Paulinas, 1994; MARIN, 2002. p.102

³²⁸ CÂMARA, Helder. 1ª Circular, de 11/12 de Abril de 1964. *Apud.*: CAMARA, Helder. **Circulares Interconciliares** – de 11/12 de Abril a 09/10 de Setembro de 1964. Org. Zildo Rocha. 2ª. Edição. Vol. II. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009d. p.1-3

Brasil, com apoio de parte da sociedade civil, como exposto anteriormente, foi que ambos deveriam perder os cargos pelos quais foram eleitos democraticamente por serem considerados subversivos, ou seja, comunistas por aqueles que estavam à frente do golpe civil-militar.³²⁹

Nesse cenário, com a reformulação do quadro de líderes do executivo estadual, Dom Helder Camara chegou à Recife ao lado de Paulo Guerra, escolhido pelos militares para o cargo de governador do Estado, e sendo recepcionado por Augusto Lucena, que, na mesma condição de Paulo Guerra, assumia a prefeitura da capital, e pelo general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército. Na mesma carta circular, primeira escrita em Pernambuco, Dom Camara também narrou que percorreu a cidade em carro aberto e seguido por batedores da polícia. Esse percurso, segundo o mesmo, foi acompanhado por moradores da cidade que saíram às ruas para receber o novo Arcebispo.³³⁰

Em seu primeiro pronunciamento público, – depois de ser conduzido pelas ruas da cidade e chegando até à Praça da Independência, local de sua primeira celebração como Arcebispo de Olinda e Recife – Dom Helder Camara leu um longo discurso de dez páginas. Acompanhando a cerimônia, o *Diário de Pernambuco* destacou que antes de ler seu texto, ele falou de improviso, ressaltando que teve o cuidado de escrever o primeiro discurso porque sabia do momento tenso no campo político e para evitar enganos e boatos, preferia ler.³³¹

Retomando a primeira carta circular, de 11/12 de abril de 1964, observamos também que Dom Camara teve o cuidado de registrar que, antes da divulgação do seu primeiro texto em Pernambuco, ele apresentou o discurso ao Secretário Regional dos Bispos do Nordeste, Dom Eugênio Sales, ao Núncio Dom Armando Lombardi e a alguns amigos. Segundo essa missiva, todos tinham aprovado o conteúdo do texto. Depois disso, o discurso foi reproduzido e enviado para a imprensa nacional e cópias em francês e inglês para os meios de comunicação internacionais.³³²

Ao analisar o discurso de posse de Dom Helder Camara, destacamos os seguintes trechos: “Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes

³²⁹ Cf.: SILVEIRA, Pelópidas. Depoimento. In.: BARRETO, 2004, p. 71-72

³³⁰ Ibid.

³³¹ Cf.: Dom Helder chegou e tomou posse hoje à tarde em Olinda. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de abril de 1964. Cad. 1º - p.3 . Na mesma página em que narrou o episódio da posse de Dom Helder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife, o *Diário de Pernambuco* expôs o discurso na íntegra do mesmo. Cf.: Mensagem aborda a responsabilidade dos cristãos nordestinos: Desenvolvimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de abril de 1964. Car. 1º - p.3

³³² CÂMARA, Helder. 1ª Circular, de 11/12 de Abril de 1964. *Apud*. CÂMARA, 2009d.p.1-3

e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa ou de má fé.”³³³ Logo depois, ao abordar a pobreza da região nordeste e as expectativas com o governo civil-militar que acabara de realizar o golpe de Estado, discursou o Arcebispo:

Se quisermos ir à raiz dos nossos males sociais, teremos que ajudar o país a romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da miséria. Há quem se escandalize quando se afirma que este é o nosso problema social número um. Há quem pense em demagogia quando se fala em criaturas que se acham em situação que nem chega a ser humana.

Um dia, os Bispos do Nordeste pediram aos técnicos do Governo que se unissem, tentando por em comum as minguadas verbas e os raros especialistas que se dispersavam em miúdas iniciativas isoladas. Foi uma atitude pioneira que ajudou a fazer surgir a Sudene, que, esperamos, mereça ter sempre o nosso apoio, como instrumento destinado a romper o desequilíbrio criminoso entre áreas altamente progressistas e áreas estagnadas. Através da Sudene, não só está sendo possível, em termos perfeitamente compatíveis com a dignidade nacional, a colaboração do capital estrangeiro, mas, o que ainda mais alegra, esta se dando o início de investimentos do sul na área nordestina.³³⁴

E, considerando o clima político do país, destacou também D. Helder aos fiéis e curiosos que o recebia no Recife:

Em nosso país todos entendem e proclamam a inadiabilidade das reformas de base. Havia, da parte de muitos, desconfiança em relação aos executantes das reformas e, sobretudo, medo da infiltração comunista. Agora que a situação mudou, não temos tempo a perder. Que venham sem demora as esperadas reformas. Que venham justas e equilibradas, mas sem de modo algum darem a impressão de mistificação. [...]

Que do Nordeste parta para todo o Brasil o exemplo da rápida recuperação da crise política de que estamos saindo. Sem prejuízo das medidas da segurança nacional e da posição de alerta em relação ao comunismo, não acusemos de comunistas os que simplesmente têm fome e sede de justiça social e de desenvolvimento do país.³³⁵

Nesses trechos retirados do discurso de posse de Dom Helder, encontramos alguns elementos que indicam o clima político e expectativa de realizações que o novo Arcebispo acreditava poder empreender. Considerando os antagonismos políticos entre a direita e a esquerda, Dom Camara argumentou em sua fala como aquele disposto a dialogar e trabalhar para enfrentar o subdesenvolvimento da região. A SUDENE – que na fala do Arcebispo Camara recebeu na sua criação a influência dos Bispos do Nordeste, do qual ele também fazia parte – despontava como o principal instrumento

³³³ CÂMARA, Helder. **Mensagem na tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife**. Recife, Pernambuco, 11 de abril de 1964b. p. 01-02

³³⁴ Ibid. p.3

³³⁵ Ibid. p.7

para encarar os problemas financeiros e sociais que assolavam o Nordeste brasileiro, principalmente aos cidadãos mais pobres da região.

Segundo o discurso de Dom Helder, a Superintendência do Nordeste possuía então a capacidade de implantar um desenvolvimento de caráter nacional e, também, poderia figurar como articulador entre as regiões Sul e Nordeste do país, possibilitando assim a estabilidade necessária para as reformas de base, agora sob um clima político favorável com o afastamento de João Goulart e com o novo *status quo*. Coerentemente com outros religiosos católicos da época, Dom Camara não deixou de escrever que os militares ao assumirem o poder executivo do país, contribuiriam no combate às supostas ameaças comunistas ou, pelo menos, colocaria um fim às instabilidades políticas do país. Interessante notar o comentário do Arcebispo de Olinda e Recife de que os trabalhos sociais e denúncias contra a pobreza não deveriam ser confundidos com o comunismo.

No dia seguinte à sua chegada e ao discurso feito na Praça da Independência, Dom Helder Camara assumiu oficialmente a Arquidiocese em uma cerimônia na Catedral de Olinda, junto a autoridades da Igreja Católica, militares, políticos civis, empresários e de outros fiéis católicos. Depois da cerimônia religiosa de posse de D. Camara, arcebispos e bispos do Nordeste se reuniram e produziram uma declaração conjunta que expunha naquele momento a posição da CNBB e dos Bispos do Nordeste frente ao cenário político nacional.³³⁶

No artigo *Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos*, publicado no *Diário Pernambuco*, foi apresentada aos leitores informações sobre o encontro e o documento produzido pelos bispos reunidos em Pernambuco. No caso, aproveitaram os eclesiásticos para reafirmar a relevância do Plano de Emergência da CNBB e a necessidade de sua ampliação, considerando para isso os debates efetuados no Vaticano II. Ainda nessa reunião, aspirando à aplicação de uma Pastoral de Conjunto, os religiosos destacaram a necessidade de uma ação que renovasse e

³³⁶ Segundo o Diário de Pernambuco, no artigo *Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos*, aparecem os seguintes nomes: “Helder, Arcebispo de Olinda e Recife; José, Arcebispo de Fortaleza; José Vicente, Arcebispo de Aracajú; Adelmo, Arcebispo de Maceió; Fernando, Arcebispo de Goiânia; Manuel Lisboa de Oliveira, Bispo de Nazaré; José, Bispo de Penedo – Alagoas; Manuel, Bispo de Campina Grande; Francisco, Bispo de Afogados de Ingazeira; José Lamartine Soares, Bispo Titular de Fússala; José Adelino, Bispo de Garanhuns; Antonio Fragoso, Vigário Capitular de S. Luiz; Severino Mariano, Bispo de Pesqueira; Acácio Alves, Bispo de Palmares; Candido Padin OSB Assistente Geral da Ação Católica Brasileira; João José da Mota Albuquerque, Bispo de Sobral; Augusto Carvalho, Bispo de Caruaru; Eugenio de Araújo Sales, Administrador Apostólico de Natal.” Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de abril de 1964. Cad.1 – p.8

legitimasse, por parte do episcopado, o apoio à Ação Católica Brasileira (ACB) e ao Movimento de Educação de Base (MEB).

Ao mesmo tempo, os religiosos disseram que a Igreja não estava disposta a se vincular a nenhum regime político/ideológico ou governo em particular. No entanto, deixaram claro que estavam ao lado daqueles que defendessem os interesses da Pátria e, principalmente, do Nordeste do país. Em contrapartida, a suposta ameaça comunista ao ser anulada com o golpe civil-militar, a Igreja se colocava no lugar de apresentar reformas de base em alicerces cristãos, destacando que: “Sabemos que elas não podem vir perfeitas e completas. Aplaudimos cada passo que for dado, com a condição de levar até o fim o desejo de dar ao povo brasileiro condições de vida social e econômica conforme o Evangelho.”³³⁷

A receptividade, em Pernambuco, ao Arcebispo Dom Helder Camara, por parte não apenas do clero e dos fiéis católicos, mas também de autoridades políticas do campo civil e militar, indicava um contato amistoso a princípio. Importante salientar, como visto na historiografia do tema e nas páginas dos jornais do período, que a Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar, corroborando com o argumento usado na época que se tratava de um contragolpe, tendo em vista que o país está sob uma suposta ameaça comunista.

Entre os anos de 1964 a 1966, recorte temporal estabelecido nesse tópico, o religioso, em questão, dividia seu tempo entre as atividades da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, palestras em âmbito nacional e internacional e o Concílio Ecumênico Vaticano II. Nesse momento, observamos, por meio da documentação, uma paradoxal realidade por trás de uma cortina de fumaça de paz e colaboração mútua entre o Arcebispo Camara e o governo militar. Mesmo com boas relações com alguns militares de alta patente e com políticos civis, alguns momentos de tensões foram além das ações privadas de vigilância e repressão, chegando a ser noticiado nos periódicos locais. Lembrando a historiadora Maria Helena Moreira Alves, a ditadura militar teve várias fases e nos primeiros anos, os meios de comunicação, mesmo procurando agradar aos militares, possuíam certa liberdade para publicarem e opinarem sobre o cenário nacional.³³⁸

³³⁷ Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de abril de 1964. Cad. 1º - p.8

³³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005

Como ilustração dessas circunstâncias políticas e de atuação da imprensa nos primeiros anos em que o país esteve sob o jugo da ditadura militar, destacamos um fato em específico que corresponde ao segundo dia depois de o Arcebispo, em questão, chegar a Recife. Como registrado pelo *Diário de Pernambuco*, um indivíduo suspeito de ser comunista, fugindo dos militares, teria entrado no Palácio do Manguinhos, residência oficial do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. Pouco depois, quatro soldados armados com metralhadoras teriam adentrado a residência do Arcebispo e causado um mal-estar, pois o religioso precisou recorrer ao general Joaquim Justino Alves Bastos para amenizar a tensão.³³⁹

Ao ser questionado sobre o evento pelo jornalista do DP, Dom Helder teria dito que: “Apenas estou dando muito trabalho a meus amigos militares: quem foi detido inocente para averiguações pede interferência para ser solto; mesmo quem tem culpa pede clemência. E minha missão é de pastor e pai.”³⁴⁰ Nesse trecho, observa-se o Arcebispo apresentando-se como amigo do general Bastos e retomando o papel de mediador, que já tinha revelado assumir em seu discurso de posse. Nesse episódio, quando tratado na carta circular de 13 para 14 de abril de 1964, Dom Helder revelou que, na realidade, foram três pessoas que tinham se escondido em sua casa, no caso, Violeta Arraes, Maria Antônia McDowell e Pierre Gervaiseau. Ao descrever o fato em sua escrita pessoal, destacou:

Ela [Maria Antônia McDowell] soube que o casal ia ser preso, como sendo o Pierre, um espião francês, pertencente ao Partido Comunista de lá. O casal saiu no carro da Maria Antônia para lançar-me um SOS. O carro foi seguido: teve a entrada barrada ao tentar entrar aqui. A Viola, sob o pretexto de dar um telefonema, entrou, cercada de quatro soldados (jovens do CPOR [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife]) de metralhadora, como disse...

Almoçávamos, tranquilamente, o Eu³⁴¹ e eu, quando vimos o espetáculo. Tentei fazer ver aos rapazes a gravidade do que faziam: invadir de metralhadora, a casa do Arcebispo... Em dois tempos, a rua se encheu. A imprensa (inclusive estrangeira) chegou...

Avisei, lealmente que ia telefonar ao Gabinete do General Justino [Alves]. Ele veio pessoalmente ao telefone: ficou indignado. E enviou imediatamente seu Ajudante de ordens, o Cel [Antônio] Bandeira. [fl.3]

Os rapazes ficaram apavorados. Queriam fugir. Tranquilizei-os, assegurando-lhes que nada lhes aconteceria... Cel. Bandeira com um gesto de mão despachou os jovens armados...

³³⁹ PILETTI, 2008, p. 255

³⁴⁰ Esclarecimento do arcebispo metropolitano. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14.04.1964. p.11

³⁴¹ Dom Helder Câmara chamava Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju-SE, de EU em alusão à sintonia que ambos tinham construído no decorrer dos anos em que trabalharam no Rio de Janeiro, como bispos auxiliares do Cardeal Dom Jaime Câmara.

Conversamos, então, fraternalmente. Viola retirou-se com marido que nada tem de comunista e trabalha para o Padre [Louis-Joseph] Lebret...
O incidente me aproximou do verdadeiro comandante da Revolução, aqui.
Às 16h30, como estava previsto, visita ao Comando do IV Exército: pelotão formado, continências de estilo, o General, o Almirante, o Governador, todos os Generais e Oficiais do QG de prontidão, à espera...³⁴²

Essa citação contribui com algumas informações sobre o momento. Primeiro que o Arcebispo era percebido como alguém a quem poderia recorrer, com relação às perseguições ou problemas com os militares. Além disso, o fato de representantes da imprensa aparecer, de forma tão rápida, indica a relevância da chegada do Arcebispo a Pernambuco. Ao mesmo tempo em que revelava que D. Camara tinha acesso ao Gabinete do General Justino Alves, destacando também que Pierre Gervaiseau estava sendo perseguido sob a acusação de ser comunista. Contudo, Gervaiseau apenas trabalhava com o Padre Louis-Joseph Lebret, defensor da presença de uma economia humanitária e, também, amigo muito influente na vida intelectual de Dom Helder Camara, no decorrer do Concílio.³⁴³

Contudo, lembrando os ensinamentos de Marc Bloch, já citado no capítulo anterior, sobre a importância do historiador ter a sensibilidade de perceber as informações involuntárias, sobretudo a análise de um documento com características específicas, que parte de uma escrita pessoal para um grupo restrito de interlocutores. No caso, observa-se a ausência nesse tipo de escrita de preocupações formais que, por exemplo, um autor/jornalista dedica a um texto para ser publicado em livro ou jornais. Nesse sentido, observamos nessa carta, escrita para suas colaboradoras da Família Mecejanense, o clima de amizade que o Arcebispo de Olinda e Recife tentava construir junto aos oficiais do exército no Estado, chegando D. Helder a considerar que o fato em questão tinha contribuído para fortalecer esses laços em âmbito estadual.³⁴⁴

Esse comportamento de Dom Helder remete-nos à abordagem feita por Kenneth P. Serbin em *Diálogos na Sombra*, ao tratar da relação de Dom Eugênio Sales e os militares, discorreu que o religioso em questão percebeu que relações amistosas com os

³⁴² CÂMARA, Helder. 2ª Circular, de 13/14 de Abril de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d. p.5

³⁴³ Cf.: GODOY, José Henrique Artigas. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: desenvolvimento e práxis progressista Católica nas décadas de 1950 e 1960. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 63 (1), 1-41, 2020.

³⁴⁴ Cf.: BLOCH, 2001.

militares poderiam dar resultados mais imediatos do que o confronto. Mesmo que com essa estratégia, Dom Sales tivesse sua imagem associada ao regime militar.³⁴⁵

As relações entre o governo brasileiro com a Igreja Católica, durante a ditadura militar, foram marcadas por complexos momentos que transitavam de apoio e colaboração, tendo episódios de tensões e animosidades por motivos variados.³⁴⁶ A atuação de alguns clérigos e leigos – geralmente associados a grupos como Ação Popular, Ação Católica, Juventude Operária Católica, etc. – alinhados ao pensamento da doutrina social da Igreja, em vários momentos levaram eles a serem criticados e acusados de comunistas.

Quase um mês depois desse acontecimento, na comemoração do feriado religioso da Páscoa, o periódico *Diário de Pernambuco* registrou a homilia de Dom Helder Camara sendo ele acolitado por capelães militares, no caso os padres Roberto, João Barbalho e Joaquim Oliveira. Nesse evento, os sacerdotes celebraram para católicos civis e militares, dentre eles João Borba, do 3º Distrito Naval; Carmelo Raposo Pinto, da 2ª Zona Aérea, e o representante da Polícia Militar de Pernambuco, Antônio Alves. Em sua fala, transcrita no referido jornal, Dom Helder Camara destacou que tinha orado a Deus para que abençoasse as Forças Armadas, utilizando-se nesse caso de comparação dos feitos dos soldados brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial às ações dos militares realizadas para a deposição do presidente João Goulart, ocorridas no mesmo ano. Esse ato, do golpe civil-militar, foi associado à vitória sobre o comunismo, que ameaçava, segundo ele, o homem de família e a pátria.³⁴⁷

No dia posterior à publicação do artigo sobre a Páscoa dos militares, o mesmo jornal publicou também o texto: *Bispos vão dizer que só Igreja pode interpretar a sua própria doutrina*, revelando algumas questões como: a prisão de padres e leigos considerados subversivos por causa dos seus trabalhos sociais. As ações dos sacerdotes, pautadas em grande parte no pensamento da doutrina social da Igreja, eram utilizadas por membros do governo militar para acusar os clérigos de comunistas. Nesse sentido, 34 bispos da Igreja Católica, naquele momento, 11 de maio de 64, tinham assinado um

³⁴⁵ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.53 e 180

³⁴⁶ Sobre a complexidade desse momento histórico, incluindo a heterogeneidade em meio aos militares, ver: REIS. 2014, p. 53

³⁴⁷ Cf.: Páscoa dos militares celebrou vitória da revolução de março. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de maio de 1964. Primeiro Caderno – p.14.

documento que procurava conciliar o governo militar, com o fato de que só para os membros da Igreja era lícito interpretar a sua própria doutrina social.³⁴⁸

Em meio às primeiras tensões entre membros do governo militar e da Igreja Católica no Brasil, uma temática servia de elo entre as duas instituições: o anticomunismo. Como exemplo de combate ao comunismo no decorrer do século XX, destacamos a comemoração relativa à desarticulação da Intentona de 1935. Lembrando ao leitor que, no ano de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, a esquerda nacional, liderada por Luiz Carlos Prestes, vivenciou uma frustrada tentativa de levante. Esse fato, posteriormente, começou a ser comemorado como uma lembrança da força do Estado na defesa da pátria, servindo-se também como um símbolo e lembrança da ameaça que o comunismo representava ao Brasil. A importância dessa memória no combate de uma suposta ameaça comunista levou o DOPS-PE a produzir o *Prontuário Funcional n° 29781*. Esse dossiê reuniu entre os anos de 1935 a 1969, as informações relativas às comemorações anuais a respeito da memória do sufocamento da intentona comunista.³⁴⁹

Em 1965, reconstruindo a memória sobre a intentona de 1935, os comandantes do IV Exército, da 2ª Zona Aérea e do 3º Distrito de Natal, juntamente com o governador do Estado e do prefeito do Recife, fizeram um convite público para duas cerimônias de caráter cívico-religiosas. No caso dessas cerimônias, uma ocorreria às 9h no Cemitério de Santo Amaro, em homenagem àqueles que morreram combatendo o comunismo; e outra às 16h, no Clube Náutico Capibaribe. Entre líderes civis, militares e religiosos presentes nesses eventos, estavam Dom Helder Camara.

Ao anunciar essa solenidade, o *Diário de Pernambuco* divulgou também o seguinte conceito do que seria o comunismo:

O comunismo materialista e ateu é a antítese do Cristianismo; é o desagregador da pátria, o destruidor da humanidade livre e consciente, a negação da verdade, da justiça, da liberdade e da paz; não se pode dizer SIM ao comunismo, porque ele representa um NÃO, perverso e hediondo contra todos os sentimentos humanos, cristãos e nacionais; a ideologia comunista, por si mesma, constitui um crime contra o Direito Natural que define e defende a dignidade da pessoa humana; o comunismo escraviza o homem, negando os seus direitos fundamentais e destruindo a sua liberdade; onde estão as manifestações democráticas e a liberdade de opinião dos países dominados pelo comunismo? Uma democracia não deve assegurar aos

³⁴⁸ Bispos vão dizer que só Igreja pode interpretar a sua própria doutrina. *Diário de Pernambuco*. 11 de maio de 1964. Segundo Caderno – p.11

³⁴⁹ Cf.: Movimento Revolucionário de 1935 (1935-1969). *Prontuário Funcional n° 29781*. DOPS-PE/APEJE.

comunistas a liberdade de destruí-la; não se pode usar de complacência diante do comunismo, porque ele representa uma revolução avassaladora que não admite complacência.³⁵⁰

Nesses termos, o comunismo era apresentado tanto como inimigo do Estado, como da Igreja e de suas concepções morais e éticas. Mesmo com boas relações entre o Estado e a Igreja, nos primeiros anos pós-golpe civil-militar, existia uma suspeita em relação ao apoio do Arcebispo Dom Helder aos militares, tendo em vista que o mesmo evitava participar de algumas cerimônias cívicas destinadas à apologia do governo militar.

Em março de 1966, o general Antônio Carlos Muricy, do IV Exército, amigo de Dom Helder desde a época em que os dois viveram no Rio de Janeiro, anunciou que o Arcebispo, em questão, não participaria da solenidade em que se comemoraram os dois anos da “Revolução de 1964”, como os militares chamavam o golpe.³⁵¹ Em meio à tensão de participar ou negar o convite, Dom Helder registrou o convite e fez uma negação a ele, provocando assim uma reação por parte dos militares, como foi observado nas circulares de números 64 a 69.³⁵² Essa negativa corroborava com aqueles que apontavam Dom Helder como figura perigosa ao regime, sendo esse momento um marco para as tensões entre esse religioso e o governo militar.

3.3. O tema do desenvolvimento na atuação de Dom Helder Camara no Brasil, entre 1964 a 1966

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de sua vida, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.³⁵³

³⁵⁰ Pronto programa em memória das vítimas da intentona comunista: autoridades civis e militares dirigem convite ao povo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de novembro de 1965. Primeiro Caderno – p.3

³⁵¹ SERBIN, 2001. p. 67

³⁵² Cf.: CÂMARA, Helder. 64º Circular, Recife, 25/26 de março de 1966.; 65º Circular, João Pessoa, 26/27 de março de 1966; 66º Circular, Recife, 28/29 de março de 1966; 67º Circular, Recife, 29/30 de março de 1966; 68º Circular, Recife, 30/31 de março de 1966; 69º Circular, Recife, 31 de março para 01 de abril de 1966; 70º Circular, Recife, 01/02 de abril de 1966. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 09/10 de Dezembro de 1965 a 30/31 de Maio de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2011a.

³⁵³ Documento citado em: PRANDINI, F.; PETRUCCI, V.; DALE, Romeu. As relações Igreja-Estado no Brasil, São Paulo, Loyola, 1986, vol. 1 (1964-67), p.36-37. *Apud.*: LÖWY, Michael. As esquerdas na

Esse trecho corresponde ao posicionamento oficial da CNBB dois meses depois do golpe civil-militar, em 1964. Contudo, nem todos os membros do clero estavam de acordo com a situação política do país com a interrupção do Estado democrático de direito, ficando esse descontentamento evidente, no decorrer dos anos do regime militar. Inicialmente, esses eram chamados de progressistas e depois, começaram a ser classificados como católicos de esquerda ou, simplesmente, de comunistas/socialistas.

Em meio a esse cenário político e social de relações paradoxais e complexas, Dom Helder Camara procurou nos dois primeiros anos como Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, construir condições para se discutir projetos de desenvolvimento para o Nordeste. Nesse momento, segundo a documentação analisada, o religioso em questão atuava no intuito de articular forças governamentais de civis, militares, iniciativa privada, religiosos e a sociedade civil no intuito de concretizar o projeto de desenvolvimento da região nordestina, marcada pela miséria e desigualdade.

Dois fatores foram relevantes para a criação da atmosfera de mudanças que marcaram a chegada de Dom Helder Camara a Pernambuco e das suas primeiras tentativas de aplicações de projetos sociais. Inicialmente, entre os anos de 1964 a 1966, o país passou por transformações administrativas, com o golpe civil-militar, sendo Pernambuco, classificado naquele momento como um lugar de forte atuação das esquerdas políticas. Além disso, observam-se nesse contexto as transformações que a Igreja Católica passava com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Coerente com a decisão da maior parte dos clérigos da Igreja Católica, que via com bons olhos o movimento golpista das forças civil-militares, que tomou o poder no início de abril de 1964, Dom Helder também fazia naquele momento uma leitura positiva do contexto político e social do país. Dessa forma, o posicionamento anticomunista agradava, com maior frequência, às alas religiosas, incluindo católicos e protestantes, ratificada na escrita pessoal do Arcebispo em questão, onde foi encontrada a defesa de que o novo governo atuaria de forma mais eficiente, evitando assim, a morosidade das estruturas burocráticas. Em uma de suas cartas, especificamente na circular nº14 de 08 para 09 de maio de 1964, ao pontuar as questões a serem abordadas na missa de Páscoa do Militares, Dom Camara escreveu em certo momento:

ditadura militar: o cristianismo da libertação. *In.*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. (As esquerdas no Brasil; v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 304-320, 2007. p.305

Que todos se convençam:

- que a Revolução não vem para cobrir reacionarismos... ou ódios partidários...
- que a Revolução vem para demonstrar a validade da democracia, lugar para a inteligência, lugar para a justiça, lugar para o desenvolvimento.³⁵⁴

Esse era o clima de esperança e expectativas sobre o futuro para o momento em que muitos, incluindo o religioso estudado aqui, acreditavam ser propício para o desenvolvimento da região Nordeste e do país. Acreditando nesse cenário de mudanças, Dom Helder procurou construir alianças junto ao governo civil e militar, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A relação de Dom Helder com a SUDENE dava-se desde a criação desse órgão, reforçamos que este religioso atuou e pautou juntamente com os Bispos do Nordeste, na formação e fundação da Superintendência, durante o governo do então presidente Juscelino Kubitschek, no qual exerceu muitas influências.

Enquanto participava de uma comissão preparatória do Concílio, em Roma, no ano de 1964, Dom Helder Camara deu a seguinte declaração ao jornal *O Globo*:

Em meu país não existe religião oficial. Prevalece entre o Estado e a Igreja um respeito mútuo e uma leal colaboração. Conhecemos muito bem os direitos do Estado e nunca cogitaremos de ultrapassar os nossos. Preferimos pensar em termos de “serviço”. Desejamos servir a Deus e aos homens conforme ensinou Jesus Cristo.³⁵⁵

Nesse cenário, no imediato pós-golpe civil-militar, a Igreja continuava a figurar como uma aliada do Estado, mesmo estando sob uma intervenção antidemocrática. No segundo semestre de 1964, o primeiro convênio entre a SUDENE e a Aliança para o Progresso, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), disponibilizava o valor de Cr\$250 milhões e alimentos com o objetivo tanto de concluir as obras públicas na região, como também empregar nordestinos sem trabalho.³⁵⁶ Na cerimônia para a iniciação do trabalho conjunto, estavam reunidos o então Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que também era o

³⁵⁴ CÂMARA, Helder. Circular nº14, de 08/09 de maio de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2011a, p. 49

³⁵⁵ D. Helder: Há colaboração leal entre Igreja e Estado no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1964, p.8

³⁵⁶ Cf.: Mais milhões da USAID ao Nordeste. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro.18.07.1964. Cad. 1º - p.12

Diretor da USAID no Nordeste; Artur Birnes, Superintendente-Interventor da SUDENE; General Expedito Sampaio; e Dom Helder Camara, como secretário da CNBB. A Igreja, nessa ocasião, ocupava um lugar importante no convênio, pois o Secretariado Regional da Conferência dos Bispos, ocupado na época por Dom Helder, estava responsável pelo uso da verba.

Dom Helder: todos devem trabalhar pró-desenvolvimento

“Trabalhar pelo desenvolvimento do Nordeste é obrigação de todos que vivemos nesta área”, disse ontem dom Helder Camara, num discurso que pronunciou após a assinatura de convenio entre brasileiros e norte-americanos, dentro da Aliança para o Progresso, para a construção de obras de interesse da região, sob a supervisão da Igreja.

Após externar ‘a alegria pelo significado da cerimônia de assinatura do convenio, o arcebispo metropolitano de Olinda e Recife disse que trabalhar pelo “desenvolvimento do Nordeste é obrigação humana de todos que vivemos nesta área. A Igreja Católica está ciente da quota de sacrificio que lhe cabe nesse trabalho e procura executá-lo sem outros interesses de proselitismo ou de preferência religiosa.

“Sentimo-nos – acrescentou dom Helder Camara – inteiramente à vontade para realizar esse trabalho.”

Finalizando o discurso, o arcebispo de Olinda e Recife expressou o desejo que o convenio assinado seja o primeiro de uma serie a unir brasileiros e norte-americanos e seu arcebispado, dentro da Aliança para o Progresso, em beneficio do desenvolvimento do Nordeste.³⁵⁷

Nessa citação, observa-se como o Arcebispo Camara procurou destacar a importância da Aliança para o Progresso para o desenvolvimento do Nordeste. A Aliança para o Progresso foi criada em 1961, enquanto instrumento para consolidar a influência dos EUA frente ao avanço socialista na América Latina.³⁵⁸ Ressaltamos que no discurso de Amsterdam, em 1965, Dom Helder considerou o investimento norte-americano como imprescindível para o Terceiro Mundo.³⁵⁹ No caso específico do empreendimento para o desenvolvimento do Nordeste, noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, estava o projeto sob a administração da Igreja Católica.

Poucos dias depois do citado evento, Artur Birnes, Superintendente-Interventor da SUDENE, foi substituído pelo agrônomo e economista rural, João Gonçalves de Souza. A escolha de Souza para ser superintendente da SUDENE, mesmo surpreendendo muitos, parecia uma escolha coerente naquele momento para substituir

³⁵⁷ Dom Helder: todos devem trabalhar pró-desenvolvimento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18.07.1964. Cad. 1º - p.3

³⁵⁸ Cf.: MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: **Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008; MELO, Jamildo. O Brasil no centro da Guerra Fria. In.: BARRETO, 2004, p.83; BARROS, 2011, p.44-45

³⁵⁹ Cf.: CÂMARA, 1965e

Celso Furtado, considerado marxista. Em oposição a esses dois sujeitos históricos, Marco Aurélio Alcantara no *Informativo Econômico*, coluna do *Diário de Pernambuco*, caracterizou Souza como sendo um economista com uma história de vida próxima à Igreja Católica, chegando a participar como colaborador da CNBB e, segundo esse periódico, ligado pessoalmente a Dom Helder Camara.³⁶⁰

Souza participou junto aos clérigos e empresários na criação do grupo dos Bispos do Nordeste, tendo como meta a criação de um órgão planejador dos investimentos públicos federais na região Nordeste. Esse movimento, segundo o DP, foi um dos influenciadores para a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que serviu de base para a SUDENE. Essa mesma coluna do jornal aproveitou para confrontar as figuras de João Gonçalves de Souza e Celso Furtado, destacando que enquanto o primeiro atuou numa perspectiva de desenvolvimento integrado, articulando questões sociais e econômicas; Furtado foi classificado como Marxista Isebiano, que defendia um desenvolvimento a partir de bases inflacionárias, pensamento que marcou os dois primeiros Planos Diretores do Nordeste.³⁶¹

Dom Helder Camara, em uma de suas cartas circulares, escreveu para seus interlocutores: “João [Gonçalves de Souza] se aproxima, para a luta essencial pelo desenvolvimento. Como esquecer, que esta é uma das razões principais de a Providência me ter posto aqui!?!...”³⁶² Nessa citação, podemos observar dois pontos relevantes para nossa investigação histórica, no caso, a compreensão de que Souza seria um interlocutor em um órgão imprescindível para o processo de desenvolvimento do nordeste brasileiro; e o entendimento pessoal de Dom Helder que empreender na retirada da região do subdesenvolvimento era a sua missão enquanto religioso. Com o José Gonçalves Souza, segundo o *Diário de Pernambuco*, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife teria maior facilidade para colocar em prática o convênio da SUDENE e USAID, atuando no campo da assistência social na região nordestina.³⁶³

³⁶⁰ Cf.: ALCANTARA, Marco Aurélio de. *Informativo Econômico*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de junho de 1964. Cad. 1º - p.4

³⁶¹ Cf.: SERBIN, 2001. p.87; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros: sua vida em seu tempo (1955-1964). *In.*: REBUÁ, Eduardo; SEMERARO, Giovanni (Org.). **Pensamento Social Brasileiro: matrizes nacionais-populares**. São Paulo: Ideias & Letras, 159-185, 2017

³⁶² CÂMARA, Helder. Circular nº60 de 22/23.07.1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d. p.182

³⁶³ Gonçalves recebeu Dom Helder Câmara e Parainfo. **Diário de Pernambuco**. 28 de agosto de 1964. Cad. 1 – p.3

Dom Helder Camara colocava-se em várias ocasiões, em sua escrita pessoal, como um articulador do convênio USAID/SUDENE/CNBB (Nordeste II).³⁶⁴ As discussões sobre projetos socioeconômicos e estruturais, análises de dados técnicos e caminhos a serem traçados e percorridos, levou o convênio citado anteriormente a propor o evento chamado: *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, em maio de 1965. Discursar sobre esse evento e a nova imagem a ser construída para o Nordeste brasileiro tornou-se uma prática recorrente na produção intelectual e na atuação pública e política do referido clérigo naquele momento.

A organização do *Encontro do Nordeste com o Nordeste* mobilizou empresários, políticos, militares e membros da Igreja Católica.³⁶⁵ Em uma das suas cartas circulares, Dom Helder registrou os temas discutidos em uma das reuniões para o evento, que tinha como proposta construir a imagem de um Nordeste em processo de desenvolvimento, superando a visão de uma região pobre. Na 203ª Circular, na madrugada de 17 para 18 de maio de 1965, Dom Helder registrou que na reunião do dia anterior, o tema escolhido foi a filosofia do Novo Nordeste, que deveria elencar dez temas que servissem como bases para formações do mesmo número de comissões.

Os pontos a serem abordados no encontro foram definidos em julho de 1966, correspondendo:

A) Planejamento regional, condição para maior eficácia do planejamento nacional. (Cada Comissão terá um Presidente; um Moderador; um Expositor, encarregado de elaborar um estudo (Cr\$ 100.000) que marque a reunião, pelo senso objetivo, pelo equilíbrio, pela segurança de dados e de visão).

A primeira Comissão é vital para nós. Entendemos a necessidade absoluta do Planejamento Nacional. Mas é preciso que homens como o Roberto Campos e o Otávio Bulhões, sem sensibilidade para o Nordeste, não nos devorem... [fl.3]

B) As vantagens locais e os incentivos governamentais como estímulos às inversões no setor privado do Nordeste.

O Encontro daqui (1, 2 e 3 de julho próximo futuro) deverá completar e reforçar o Simpósio de S. Paulo (8 a 10 de junho) como promoção do Nordeste.

³⁶⁴ Sobre a organização do Encontro do Nordeste com o Nordeste e o encontro propriamente dito, Cf.: CÂMARA, Helder. 120ª Circular, Recife, 28/29 dezembro de 1964; 125ª Circular, Recife, 07/08 de Janeiro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Interconciárias** – de 23/24 de Novembro de 1964 a 17/18 de Abril de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2009e; 203ª Circular – Recife, 17/18 de maio de 1965; 204ª Circular, Recife, 18/19 de maio de 1965; 205ª Circular, Recife, 19/20 de maio de 1965; 210ª Circular, Recife, 25/26 de maio de 1965; 213ª Circular, Recife, 28/29 de maio de 1965; 235ª Circular, Recife, 01/02 de julho de 1965; 236ª Circular, Recife, 02/03 de julho de 1965. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Interconciárias** – de 18/19 de Abril a 31 de Agosto/01 de Setembro de 1965. Org. Zildo Rocha. Vol. II. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009f; 22ª Circular, Recife, 12/13 de janeiro de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a.

³⁶⁵ PILETTI, 2008, p.265-266

C) Complexos industriais, características do Nordeste, centros populares da industrialização regional.

Acontece que quem tem petróleo é a Bahia, Sergipe, Alagoas, quem tem sal e salgema é Rio Grande do Norte e Sergipe; quem pode fazer do açúcar sub-produto e partir para o aproveitamento industrial da cana-de-açúcar é Pernambuco; quem tem óleos vegetais variados e ricos: o Ceará, a Paraíba, o Maranhão, o Piauí...

D) Agricultura e industrialização:

a) Industrialização, expansão e a modernização do setor agrícola;

b) Agricultura, fator de expansão do mercado regional e de apoio ao desenvolvimento industrial.

E) Participação efetiva das comunidades no processo de programação e na execução dos planos de desenvolvimento.

F) Visão nova do planejamento no Nordeste: comunidades-pólos de crescimento.

G) A formação e o aperfeiçoamento de pessoal: causa e efeito do processo de desenvolvimento.

H) Sudene e Banco do Nordeste: balanço de atividades.

I) Implantação de uma infra-estrutura e a política creditícia como apoio ao processo de desenvolvimento regional.

J) Temas livres. (Comissão para dar vazão a quem tem ideias próprias a apresentar; soluções salvadoras...). Uma Comissão de técnicos selecionará os trabalhos recebidos e lhes ordenará a apresentação.³⁶⁶

Nessa citação, observa-se um destrinchar por parte de Dom Helder sobre os temas que deveriam ser discutidos no citado evento. Os sentidos dos tópicos apresentados anteriormente estavam direcionados a tratar de questões locais, indicando problemas, estratégias de ação, órgãos de financiamento e outros. A especificação do processo de desenvolvimento do Nordeste contrastava com os discursos de perfil mais geral e menos objetivo, como aqueles produzidos no período do Concílio Ecumênico Vaticano II, como vimos anteriormente.

A presença de figuras como do usineiro Renato Bezerra Melo e o Fernando Moto, vice-superintendente da SUDENE, aparecem na escrita pessoal do Arcebispo Dom Camara como sujeitos preocupados com os problemas das condições subumanas dos trabalhadores pobres do Nordeste e com a organização desse evento, entendido como ponta pé inicial para se resolver a questão do subdesenvolvimento na região.³⁶⁷ Além disso, nesses escritos de Dom Helder, encontra-se a informação que a residência do Renato B. Melo foi o principal espaço para as reuniões e articulações para o referido evento.

Com a realização do Encontro do Nordeste com o Nordeste, no início de julho de 1965, Dom Helder Camara discursou no encerramento do evento. Na análise do texto lido pelo citado religioso para empresários, políticos e militares, nós percebemos que o

³⁶⁶ CÂMARA, Helder. 203º Circular. 17/18 de maio de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009f, p. 106-107.

³⁶⁷ Cf.: Encerrou-se em Recife o Encontro do Nordeste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de julho de 1965. p.20

termo desenvolvimento recebeu um caráter mais prático, de aplicação pontual e objetiva. Abordando o avanço técnico e tecnológico do Nordeste, tendo em vista que a harmonia dos dados e avanços financeiros deveria estar também relacionada ao humanismo cristão.³⁶⁸

O encontro teve um público bem específico, formado por empresários e representantes do governo civil e militar, não atraindo estudantes e trabalhadores. Essa ausência chamou a atenção de Dom Helder no último dia do evento. Ao refletir em seu discurso sobre esse silêncio, destacou o religioso em questão que a ausência, principalmente dos jovens, representava um problema, tendo em vista que esses ficavam afastados de debates importantes no campo do desenvolvimento e do humanismo cristão, enquanto o comunismo se alastrava pelo mundo. Ao passo que os trabalhadores, segundo o mesmo eclesiástico, precisavam deixar seus sindicatos nas mãos dos próprios operários e não de pelegos, como eram chamados aqueles que, mesmo sindicalizados, acabavam representando e defendendo os interesses dos patrões.

O convênio USAID/SUDENE/CNBB era o motivo para a realização do Encontro do Nordeste com o Nordeste, pois era importante saber o que fazer, como fazer e o quanto se teria para a concretização dos projetos. Nesse caso específico, sobre o financiamento para se investir no desenvolvimento do Nordeste, Dom Helder destacou:

Amigos Empresários, o grave começará quando o Encontro terminar. O grave são os 100 bilhões que o art. 8 já assegura ao Nordeste em 1966. Em última análise, serão – só por esta via – 300 bilhões, dado que aos 100 de que abre mão, condicionalmente, o Governo Federal, se somarão mais 100 que o Banco do Nordeste assegurará, caso surja mesmo a contrapartida de 100 bilhões. É hora, sem dúvida, de reexaminar a viabilidade plena da quota da contrapartida. Mas o que parece evidente é que 1966 já põe em cheque a capacidade empresarial.

Não vamos permitir que, por inércia nossa, voltem os 100 bilhões. Quem sabe, um bom caminho, entre outros, para evitar este fracasso, será abrir mão de economias fechadas, de clãs, para integrar o maior número possível de participantes no processo de desenvolvimento.³⁶⁹

No entanto, o acesso a essa verba nem sempre era fácil, esbarrando na burocracia do Estado ou dos convênios acordados. Como exemplo disso, em uma carta circular, Dom Helder conta que aproveitando do seu trânsito entre membros do governo e do IV Exército, chegou a insinuar a utilização de parte do dinheiro do convênio na

³⁶⁸ Cf.: CÂMARA, Helder. **Encontro do Nordeste – Discurso de encerramento**. Recife, Pernambuco, 1, 2 e 3 de julho de 1965c.

³⁶⁹ Ibid. p.1

rede de água e esgoto de 50 cidades. Ao abordar a sua intenção de falar com o governador Paulo Pessoa Guerra, Dom Camara disse que contaria as seguintes piadas: “o dinheiro da Usaid é como o horizonte: belo, mais inacessível” ou “com o dinheiro da Usaid dá o inverso do que ocorre com a escala cartográfica – ao invés de um por 100 mil, 100 mil por um...”³⁷⁰ Logo depois, considerando o cenário histórico, Dom Helder disse em sua missiva que criticar a USAID muitas vezes é tratado como subversivo, independente de ser civil ou clérigo aquele que fez as observações.

Dom Helder Camara acreditava que para a construção das condições necessárias para o desenvolvimento das nações ou de regiões pobres, não bastava apenas o investimento em projetos de caráter financeiro, mas também no campo social e espiritual. Para isso, entendia esse Arcebispo que era necessário a formação de sacerdotes aptos a empreenderem a doutrina social da Igreja em prol do desenvolvimento. A realização dessa etapa, tida como primordial para enfrentar as misérias do Nordeste brasileiro, estava na reformulação do currículo e vivências dos seminaristas e padres que deveriam ser coerentes com as mudanças em curso com o Vaticano II.

Em paralelo a essa compreensão, a realidade se impunha a Dom Helder com as obras de conclusão do Seminário Regional, localizado na cidade de Camaragibe, área metropolitana do Recife. Essas obras foram iniciadas na gestão do Dom Carlos Gouveia Coelho (1960-1964), que antecedeu Dom Camara na Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife. A proposta de um seminário isolado do convívio do centro urbano da capital e de várias de suas áreas problemáticas não combinava com a percepção defendida por Dom Helder, principalmente depois de sua participação no Concílio. No entanto, o Seminário era uma herança administrativa que o religioso, mesmo a contragosto, teria de dar continuidade. Principalmente porque a maior parte do dinheiro investido na construção do seminário tinha origem estrangeira, principalmente de órgãos ligados à Igreja na Europa e nos Estados Unidos.³⁷¹

A questão era então, transformar esse prédio opulento da Igreja, que contrastava com a pobreza da região, em um espaço de formação de padres para o

³⁷⁰ CÂMARA, Helder. 22º Circular. 12/13 de janeiro de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a. p.74.

³⁷¹ CÂMARA, Helder. 10º Circular, Roma, 20/21 de setembro de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009b; 6ª Circular – Roma, 15/16 de setembro de 1965; 85º Circular, Roma, 03/04 de dezembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c; 51º Circular, Recife, 10/11 de julho de 1964; 65º Circular, Recife, 03/04 de agosto de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d; 117º Circular, Recife, 26 de dezembro de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009e; 209ª Circular, Recife, 24/25 de maio de 1965; 212ª Circular – Recife, 27/28 de maio de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009f.

desenvolvimento.³⁷² A decisão de retirar dos seminaristas de Olinda, para o novo espaço em Camaragibe, era tratada de maneira negativa e com preocupação na escrita pessoal de Dom Helder Camara, refletindo muitas vezes sobre como agir para que os futuros padres não se tornassem burgueses vivendo em meio à pobreza das comunidades que os cercavam e formavam a realidade nordestina.

A angústia de Dom Helder Camara em transferir seus seminaristas para o Seminário Regional, pode ser observada na circular 141^a, escrita na madrugada de 16 para 17 de fevereiro de 1964, isso a menos de um mês da inauguração do novo prédio da Igreja Católica em Pernambuco. Nesse escrito destinado às suas conselheiras e interlocutoras da Família Mecejanense, depois de expor conteúdo e objetivos de uma formação para os alunos do Seminário de Olinda, juntamente com párocos e com o Cônego Zeferino Rocha – que tinha aproveitado a oportunidade de participar do Concílio Ecumênico Vaticano II, para entender e aplicar no Nordeste o que os seminários europeus desenvolviam na época com seus alunos –, apresentou aos seus interlocutores o que chamou de “Drama a ser vivido”.

Ainda na circular 141^a, a problemática do prédio, sua estrutura e custos para a construção e manutenção, além do impacto negativo de tal construção em meio à pobreza do Nordeste, Dom Helder levantou duas opções: a primeira seria romper com a ideia de um Seminário Regional. No caso, alicerçava o argumento no fato que aquela construção não representava o desejo dos Bispos do Nordeste, inclusive de Dom Carlos Coelho, seu antecessor e que deu início ao Seminário. Além disso, somando os investimentos altíssimos para a sua construção, os gastos para o funcionamento do Seminário Regional criariam um *déficit* de 45 mil dólares anual. Para Dom Camara, esse valor tornava inviável a associação desse espaço de formação sacerdotal com a proposta de uma Igreja pobre e servidora.

Continuando nessa primeira opção, ao escolher pelo abandono do projeto de trazer os seminaristas para o novo prédio, Dom Helder acreditava que a solução poderia ser vender o prédio à SUDENE ou para alguma rede de Hotéis ou ainda, em caso de liberação por parte do Vaticano, escreveu que ele saberia como ocupar o prédio, desejando disponibilizando o espaço para os mais pobres da região. Essa seria a solução

³⁷² Sobre o Seminário e o desenvolvimento: CÂMARA, Helder. 45° Circular, Roma, 18/19 de outubro de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009b; 17° Circular, Roma, 26/27 de setembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c; 58° Circular, Recife, 19/20 de julho de 1964; 65° Circular, Recife, 03/04 de agosto de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d; 158° Circular, Recife, 04/05 de março de 1965; 160° Circular, Recife, 06/07 de março de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e; 54° Circular – Recife, 05/06 de março de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a.

para um problema, que de acordo com o religioso em questão, começou na concepção do Seminário Regional, tendo em vista que foi uma ideia transposta de Roma, sem levar em consideração as questões e peculiaridades da realidade local do Nordeste brasileiro.

Enquanto que a segunda opção estava em aceitar o Seminário Regional e transferir os seminaristas e clérigos para as suas dependências. Desse modo, com essa proposta, esse espaço seria o lugar de formação dos padres para o desenvolvimento, considerando que a década de 1960 era chamada por Dom Helder e outros, como a década do desenvolvimento do Nordeste brasileiro.³⁷³

Mesmo desejando abandonar o projeto, no dia 2 de maio de 1965, foi inaugurado o Seminário Regional do Nordeste, com a presença de representantes da Igreja Católica, do governo, militares e população leiga no geral.³⁷⁴ Dentre os nomes que figuraram na cerimônia, estavam Dom Antonio Samoré, representante do Papa Paulo VI, Dom Helder Camara, Dom José Lamartine e do governador Paulo Guerra. Acompanhados pelo reitor do Seminário, o Monsenhor Marcelo Carvalheira e religiosos brasileiros e de vários outros países. A presença da alta hierarquia da Igreja Católica, somada às lideranças do campo militar, político e econômico, indicava como naquele momento Dom Helder Camara estava inserido em uma complexa e densa rede de relações políticas, econômicas e intelectuais.³⁷⁵

No decorrer da cerimônia, Dom Helder Camara, tomou a palavra e leu um discurso, intitulado: *Inauguração que vale um símbolo*, fazendo uma alusão à propaganda de que o Seminário construiria e consolidaria um espaço para formação de sacerdotes aptos a empreender as mudanças necessárias para um desenvolvimento integral da região e do país, como um todo. No decorrer da sua fala, associando o

³⁷³ Em vários momentos Dom Helder Câmara apresentou a década de 1960 como a década do desenvolvimento, como pode ser visto nos discursos: CÂMARA, Helder. **Discurso de Paraninfo da Escola de Agronomia da Universidade Rural**. Recife, Pernambuco, 19 de dezembro de 1964c. p. 1 e 7; _____ . **Desenvolvimento e humanismo**. Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de dezembro de 1966g. p.2; _____ . **Universidade, cristianismo e marxismo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Ciências Sociais, Caruaru, Pernambuco, 19 de dezembro de 1966m. p.2; _____ . **Relações Ecumênicas: Problemas antigos, novas possibilidades**. Palestra na Igreja Episcopal de Washington, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967f. p.2; _____ . **A pobreza na abundância**. Palestra proferida por ocasião da 50ª Semana Social Walona. Liège, Bélgica, 19 de abril de 1968h. p.1

³⁷⁴ Sobre a inauguração: CÂMARA, Helder. 6º Circular, Roma, 16/17 de setembro de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009b; 55º Circular, Recife, 06/07 de março de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a.

³⁷⁵ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculo no meio dos caminhos**: modelos Eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990). Tese (Doutorado em História) UFPE-CFCH, Recife, 2001; Sobre as cartas relativas a administração do Seminário: CÂMARA, Helder. 43º Circular, Roma, 22/23 de outubro de 1965; 69º Circular, Roma, 17/18 de novembro de 1965; 70º Circular, Roma, 18/19 de novembro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c; 131-6º Circular, New York, 29/30 de janeiro de 1965; 157º Circular, Recife, 03/04 de março de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e.

Seminário ao momento histórico que, para Dom Helder, era propício para o desenvolvimento da nação, procurou naquela circunstância definir esse termo e o novo espaço de formação de religiosos da seguinte forma:

Sem dúvida, aqui, como em qualquer parte do Mundo, o Seminário é uma instituição destinada a formar sacerdotes e, aqui, como em todos os recantos da terra, a missão essencial do padre PE o anúncio da mensagem da Salvação. Mas a Igreja, Continuada do Cristo, tem o senso do real: sabe descobrir o que lhe cabe especificamente fazer, agora, aqui, nas circunstâncias do tempo e de lugar em que se acha. Ora, o Seminário Regional se abre em 1965 e no Recife. Para quem tem olhos de ver, isto significa: o Seminário se abre no coração do Nordeste brasileiro e quando já se inicia a década do desenvolvimento.

Ocorre que *desenvolvimento* é uma grande e bela noção, até hoje muito mutilada em sua essência e muito sacrificada em suas implicações. Quando muito se tem completado o desenvolvimento econômico pelo desenvolvimento social. Quando muito se parte do desenvolvimento de uma região para a expansão global de um país.

O Seminário Regional nasce com a incumbência de dar-nos sobre a idéia do desenvolvimento toda a sua larga significação humana e de acrescentar-lhe a dimensão nova que o sobrenatural traz aos limites humanos.³⁷⁶

Logo depois, falando do trabalho já existente entre bispos, padres e leigos no Nordeste, destacou também em sua fala:

E começamos a promover o Movimento de Educação de Base, tirando partido do rádio transistorizado, que nos permite chegar mesmo aos pequenos recantos não-atingidos pela eletrificação, para dar, às massas em condições sub-humanas, a *base* para sua realização humana e cristã. Mais importante, então, do que a simples alfabetização é, para nós, colocar as criaturas de pé, abrir-lhes os olhos, despertar-lhes a consciência. Se nos omitíssemos – e a expressão já nos lembra o pecado de omissão – sem nós ou contra nós, amanhã, os olhos se abririam, a consciência despertaria, as criaturas se poriam de pé. Apenas, guardariam a impressão de terem sido abandonadas pela Igreja, que lhes pareceria, então, como dizem as anti-clericais, acumpliciada com a burguesia.

E os Bispos Nordestinos nos vimos na contingência de estimular a sindicalização rural, única maneira prática de os trabalhadores rurais podem falar em direitos diante de Senhores, muitas vezes, transplantados da Idade Média para o século XXI, que já começamos a viver.”³⁷⁷

A elaboração desse discurso, do qual destacamos os dois fragmentos anteriores, preocupou-se em corroborar com a ideia de que o Seminário Regional do Nordeste, que receberia alunos das arquidioceses nordestinas para uma formação conjunta, estava em coerência com o espírito do Vaticano II e a concepção de um desenvolvimento

³⁷⁶ CÂMARA, Helder. **Inauguração que vale um símbolo.** Discurso na inauguração do Seminário Regional do Nordeste. Recife, Pernambuco, 02 de maio de 1965b. p.1

³⁷⁷ Ibid. p.2

econômico e social com bases humanistas.³⁷⁸ Nesse sentido, na primeira citação, observa-se a preocupação de Dom Helder em destacar que compreendia aquele como um espaço que possibilitaria a oportunidade para a formação de sacerdotes aptos a atuarem dentro do cenário social, político, econômico e cultural ao qual estavam inseridos. Nas palavras de Dom Camara: “O Seminário Regional nasce com a incumbência de dar-nos sobre a idéia do desenvolvimento toda a sua larga significação humana e de acrescentar-lhe a dimensão nova que o sobrenatural traz aos limites humanos.”³⁷⁹ Caracterizando assim a preocupação dele com a formação de sacerdotes preparados para participarem de um desenvolvimento integral do Nordeste.

Enquanto que na segunda citação, percebe-se a preocupação de se preparar a população para o processo de desenvolvimento do Nordeste. Desse modo, elencou Dom Helder a importância do MEB na formação e conscientização da população, a partir de uma prática pedagógica que propunha a conscientização. Somados ao campo educacional, para religiosos no seminário e leigos a partir do MEB, o trabalho junto ao trabalhador rural por meio de sindicatos foi apresentado como uma ferramenta importante, considerando as condições subumanas relegadas a muitos trabalhadores do campo pelos seus patrões.

Na circular 191º, Dom Helder comemorou a repercussão positiva da inauguração do Seminário Regional, sendo tema de periódicos nacionais e internacionais. Contudo, o *Diário de Pernambuco* noticiou que, no dia seguinte ao discurso do Arcebispo, as principais ruas do Recife amanheceram pichadas com inscrições com tintas vermelhas que indicavam a união entre o Arcebispo em questão e o Partido Comunista em Pernambuco.³⁸⁰ Segundo entrevistados por jornalistas desse periódico, esses escritos representavam uma provocação, tendo em vista que o discurso de abertura do Seminário Regional do Nordeste tinha objetivo de denunciar as condições do subdesenvolvimento, juntamente com a tentativa de apresentar uma Igreja preocupada na formação de sacerdotes aptos a contribuir com o desenvolvimento do Nordeste. As tensões estavam no desencontro que a mensagem de Dom Helder apresentava, segundo o referido jornal,

³⁷⁸ As discussões relacionadas a esse discurso podem ser encontradas: CÂMARA, Helder. 125º Circular, Recife, 07/08 de janeiro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e; 181º Circular, Recife, 20/21 de abril de 1965; 191º Circular, Recife, 05/06 de maio de 1965. CÂMARA, 2009f; 3º Circular, Recife, 11/12 de dezembro de 1965; 33º Circular, Recife, 30/31 de janeiro de 1966; 38º Circular, Recife, 07/08 de fevereiro de 1966; 40º Circular, Recife, 12/13 de fevereiro de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a.

³⁷⁹ CÂMARA, 1965b. p. 1

³⁸⁰ Inscrições ligam PC a Dom Helder. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de maio de 1965. p.10; Cf.: SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018; PILETTI, 2008, p.273

com o que acreditavam adequados para a defesa do *status quo* alguns fiéis católicos de alas conservadoras e certos membros do governo militar.

Em paralelo às paradoxais questões relacionadas à construção do Seminário Regional do Nordeste e como o mesmo poderia figurar como um símbolo para o desenvolvimento da região, outras problemáticas relacionadas ao desenvolvimento financeiro e econômico surgiram nesses dois primeiros anos. Contudo, os rompimentos tornaram-se mais evidentes a partir de 1966 e, por esse motivo, as propostas de ação do Arcebispo Camara passaram por reformulações, como veremos nas próximas páginas.

3.4. O clima político no Brasil e a atuação de Dom Helder Camara entre 1966 a 1970

Em 1966, por intermédio do general Antônio Carlos da Silva Muricy – comandante da 7ª Região Militar do IV Exército, sediada no Recife –, Dom Helder Camara foi convidado a celebrar uma missa em comemoração à tomada de poder pelos militares. Episódio que eles, militares e parte da sociedade civil, chamavam na época de “revolução de 64”, por considerar um movimento que tinha impedido o comunismo de dominar o país.³⁸¹ Em outras ocasiões, como observamos nas próprias circulares do Arcebispo, a agenda de Dom Helder era pensada para que o religioso não estivesse no país nessas datas comemorativas do governo militar, como forma de evitar os constrangimentos de negativas na recusa de tais convites. Mas, dessa vez, os militares, representados na pessoa do general Muricy, tinham praticamente intimado o Arcebispo a celebrar a missa do dia 31 de março de 1966.

Por classificar, em uma de suas cartas circulares, o evento de comemoração ao segundo ano da “revolução de 64” como um evento cívico e não religioso, o Arcebispo Camara não aceitou o convite feito pelas Forças Armadas. Com essa decisão de Dom Helder, tornou-se visível algumas fissuras tanto nas relações que pareciam de apoio mútuo entre o governo militar e o clérigo em questão, como também de seus interlocutores dentro e fora da Igreja. Esse posicionamento, segundo a escrita pessoal dele, foi incentivado em grande parte por causa da pressão de seus aliados, que pediam

³⁸¹ Como visto no capítulo anterior, militares e parte da sociedade civil acreditavam ter colocado um ponto-final nos planos comunistas de dominarem o país, baseando-se, a partir da retirada do presidente João Goulart. O golpe político, que teve envolvimento de militares e civis, começou a ser proclamado como uma revolução nacionalista e assim defendida por eles no decorrer dos anos.

um ato público do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife frente ao regime militar.³⁸²

Com a negativa do Dom Camara para tal celebração, o general Muricy rompeu relações com ele e divulgou na imprensa suas impressões sobre o posicionamento subversivo do Arcebispo, que poderia estimular o caos social e político no país. Como descreveu o historiador Kenneth Serbin, o general Muricy pode ser percebido como um exemplo que personifica as várias características de uma ala militar que procurava construir colaborações entre o Estado e a Igreja. Amigo de vários eclesiásticos, o militar em questão era conhecido por ser um católico devoto. Segundo Serbin: “... Muricy representava uma intelectualidade subcultura militar que respeitava a Igreja por motivos políticos, religiosos e patrióticos, e queria conciliar-se com ela. Era, assim, o homem mais qualificado para fazer contato com os bispos.”³⁸³

Depois disso, Muricy empreendeu uma campanha pública contra o Arcebispo de Pernambuco, classificando-o como subversivo e inimigo da ordem social e política. Ao romper com Dom Helder, considerando que este era um dos clérigos mais influentes do país, indica-nos o grau de tensão que começa a surgir entre alguns membros da Igreja e de alas militares.³⁸⁴ Outro momento que tensionou ainda mais as relações entre o Arcebispo e seus irmãos de batina *versus* representantes do governo militar foi o encontro com os Bispos do Nordeste. No caso, entre os dias 12 a 14 de julho do mesmo ano, foi realizado na casa de retiro espiritual no bairro do Beberibe, no Recife, o *Encontro Regional*, contando na ocasião com 15 bispos do Nordeste – correspondendo na ocasião aos representantes dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.³⁸⁵

Dentre os temas abordados nesse *Encontro Regional*, os eclesiásticos também se debruçaram a estudar os relatórios da Ação Católica Operária e da Ação Católica Rural, com intuito de adaptá-los ao Plano Pastoral de Conjunto brasileiro a realidade

³⁸² O convite dos militares para a celebração, a negativa do Arcebispo Câmara e as consequências de suas escolhas, foram registradas nas circulares de nº 66 a 70. Cf.: CÂMARA, 2011a. p.218-232

³⁸³ SERBIN, 2001. p.21

³⁸⁴ Ibid. p.155-156

³⁸⁵ Os bispos que assinaram o Manifesto foram: Dom Helder Câmara (Olinda e Recife); Dom José Maria Pires (João Pessoa); Dom Adelmo Machado (Maceió); Dom José Adelino (Garanhuns); Dom Nivaldo Monte (Natal); Dom Manuel Pereira (Campina Grande); Dom Severino Mariano (Pesqueira); Dom Augusto Carvalho (Caruaru); Dom Antonio Campelo (Petrolina); Dom Manuel Lisboa (Nazaré da Mata); Dom Francisco A. Mesquita (Afogado da Ingazeira); Dom Francisco Xavier (Floresta); Dom Acácio Alves (Palmares); Dom José Lamartine Soares (Auxiliar de Dom Helder), por delegação de Dom Gentil Diniz Barreto (Mossoró). Cf.: Vida Religiosa – Aos militantes e assistentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 de julho de 1966. 2º Cad. – p.3

regional.³⁸⁶ Os documentos da ACO e da ACR, apresentavam um cenário de exploração e trabalho em condições subumanas na cidade e no campo. Ao mesmo tempo em que denunciavam a exploração dos ricos sobre os mais pobres, os membros da Igreja se preocuparam em se colocarem enquanto representantes de uma Igreja que estava aberta a todos, patrões e operários.³⁸⁷ Ao analisar e apoiar a AC, os Bispos do Nordeste entravam em uma rota direta de colisão com o governo militar, que por meio do IV Exército, proibiu a divulgação do documento da ACO.³⁸⁸

Sobre esse evento, Dom Helder Camara desabafou o seguinte em uma de suas circulares:

O IV Exército forçou o “*Jornal do Commercio*” a receber com uma agressão insólita e descabida a nota inocentíssima que resultou do Encontro de Bispos. O jornal foi proibido de publicar a nota e forçada a agredir a Igreja... Os dois grandes jornais daqui – *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* – serão julgados com muita dureza no futuro... Acovardam-se. São uns bonecos ridículos, uns fantoches, cujos cordões um Sargento maneja...³⁸⁹

Esse trecho, da circular nº 118, apresenta-nos um posicionamento mais crítico de Dom Helder tanto em relação aos militares, que atacavam os bispos, como à imprensa que se colocava como subserviente ao regime. Nesse sentido, observamos que diferente dos dois primeiros anos do golpe civil-militar, o ano de 1966 revela uma mudança nas relações entre religiosos e militares. Ao participar da produção do Manifesto dos Bispos, resultado dos estudos do Encontro Regional do Recife, de 1966, Dom Helder Camara entrava mais uma vez em conflito com o governo militar.³⁹⁰

No mês seguinte ao citado evento, que contou com os bispos nordestinos, veio a Pernambuco para participar da entrega de casas populares construídas pela Companhia Habitação Popular (COHAB), do então general-presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Na ocasião, foi organizado um encontro entre o presidente do país, o governador de Pernambuco, Paulo Guerra, o prefeito do Recife, Augusto Lucena, e o

³⁸⁶ Cf.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 92-131, 2014.p.112

³⁸⁷ Cf.: *Ibid*

³⁸⁸ Encontramos a proibição do IV Exército em relação à censura de divulgar o Manifesto dos bispos num recorte do *Jornal Última Hora* que compõe o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Cf.: Bispos: – Aproxima-se a redenção. **Última Hora**, 27 de julho de 1966. *Apud*: Arquivo IEB-USP, Fundo / Coleção José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D133-127

³⁸⁹ CÂMARA, Helder. 118º Circular. Recife, 16/17 de julho de 1966. *Apud*.: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Maio/1º de Junho de 1966 a 26/27 de Dezembro de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2011b. p.76

³⁹⁰ PILETTI, 2008, p.281

arcebispo Dom Helder Camara, no intuito de demonstrar boas relações entre o governo e a Igreja no Estado. Sobre essa reunião, o *Jornal do Brasil* noticiou que conversaram amigavelmente sobre temas relacionados aos problemas sociais e econômicos da região Nordeste do Brasil. Segundo o periódico em questão, Dom Camara teria comentado que o presidente o tinha convidado para conversar e debater sobre propostas relativas à construção de 13 mil casas para substituir os mocambos destruídos por enchentes do rio Capibaribe, em decorrência das chuvas do mês de junho do mesmo ano.³⁹¹

Nessa ocasião, com o intuito de diluir as tensões entre a Igreja e o Estado, o então general-presidente Castelo Branco remanejou com promoções a liderança da 7ª Região Militar do IV Exército, colocando no comando o general Rafael Souza Aguiar, que, prontamente, procurou construir alianças com Dom Helder.³⁹² Escrevendo sobre a relação do novo comando do IV Exército e o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, o jornalista Murilo Marroquim destacou que as mudanças se deram no intuito de amenizar o clima, mas pouco tinha sido divulgado sobre as conversas e as decisões construídas entre o presidente e Dom Camara. Esse cenário estava marcado tanto pela negativa de Dom Helder Camara de celebrar em comemoração ao golpe, em 1966, juntamente com o Manifesto dos Bispos, classificado por parte do governo como um escrito subversivo e que desafiava o governo militar e seu *status quo*.³⁹³

Desse modo, como destacou o jornalista Marroquim, a escolha do general Rafael Souza Aguiar foi fator preponderante para resolver o problema, tendo em vista a defesa do então novo comandante do IV Exército em relação à atuação do religioso em questão e ao Manifesto dos Bispos, considerado por ele um documento importante para o desenvolvimento da região nordestina. Sobre o novo clima entre Dom Helder e o general Aguiar, utilizando-se interdiscursivamente dos confrontos da Guerra Fria, Murilo Marroquim concluiu: “Como aquele entre a Casa Branca e o Kremlin, para evitar a guerra – saudemos o novo “telefone vermelho” do Recife, entre o Palácio dos Mangueiros e a sede do IV Exército.”³⁹⁴

Pacificar as relações com um representante da Igreja como Dom Helder Camara, era importante, tendo em vista o reconhecimento em âmbito nacional e internacional

³⁹¹ Cf.: Pe. Helder e presidente reúnem-se por uma hora no Recife. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1966, 1º Cad. – p.3

³⁹² Cf.: O Novo comandante do IV Exército quer paz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1966. p.10; Gen. Sousa Aguiar visitou D. Helder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1966. p.1; PILETTI, 2008, p.284

³⁹³ MARROQUIM, Murilo. O “telefone vermelho” do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife. 18 de setembro de 1966, 1º Cad. – p.4

³⁹⁴ *Ibid.*

deste religioso. Como exemplo disso, no início de 1967, foi reproduzido no *Jornal do Brasil* o texto: *Marxistas e cristãos, diálogo comum*, do editor de religião do jornal *Le Monde*, Henri Fesquet.³⁹⁵ Ao discorrer sobre uma Igreja Católica mais atuante, depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, o jornalista em questão abordou temas sensíveis, como as preocupações do clero com os problemas relacionados às injustiças sociais, destacando em sua escrita o papel do Padre Lebreton criador da *Economia e Humanismo* e do Institut International de Recherche et de Formation Éducation et Développement (IRFED).³⁹⁶ Outro nome citado é o de François Perroux, preocupado com as reformulações nas estruturas do comércio internacional, com base mais humanitária.³⁹⁷ Esses dois pensadores católicos, mesmo que nem sempre citados textualmente nos discursos de Dom Helder, eram alguns escritores que mais influenciaram as propostas desenvolvimentistas desse Arcebispo.

Nesse mesmo texto, em que trata da Igreja Católica pós-Vaticano II, Henri Fesquet também destacou que o seu país, a França, tanto a parte cristã como a não-cristã, acompanhava atentamente a Igreja Católica no Brasil, principalmente os passos de Dom Helder Câmara no combate às injustiças sociais. Segundo Fesquet: “O mundo inteiro tem os olhos voltados para a Igreja na América Latina”.³⁹⁸ Necessitando esse Continente aplicar os ensinamentos do Esquema 13 e da encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII.

Dentre as atividades de Dom Helder Câmara, que podemos elencar e que nutria sua fama no país e exterior, destacamos o seu papel na criação e gerenciamento da Operação Esperança (OE).³⁹⁹ Iniciando suas atividades oficialmente em 06 de setembro de 1965, a partir de um programa de televisão e rádio, a OE foi pensada e articulada por Dom Helder ainda durante as atividades dele no Vaticano II. Influenciado pelo movimento de não-violência norte-americano, liderado pelo pastor protestante Martin Luther King, Dom Helder pensou em criar algo semelhante no Brasil, com adaptações na proposta de enfrentamento. Diferente das questões raciais dos EUA, Dom Helder

³⁹⁵ FESQUET, Henri. *Marxistas e cristãos, diálogo comum*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1967, Cad. Especial. p.8

³⁹⁶ BARROS, 2011, p.34-35; MARIN, Richard. Dom Helder Câmara: um itinerário no catolicismo brasileiro. *In.*: MONTENEGRO, 2002. p.127

³⁹⁷ PERROUX, François. **O capitalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979; _____. O desenvolvimento. *In.*: DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 17-26, 1967

³⁹⁸ FESQUET, Henri. *Marxistas e cristãos, diálogo comum*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1967, Cad. Especial. p.8

³⁹⁹ PILETTI, 2008, p.266; MARIN, 2002. p.127

acreditava que a pobreza era uma violência contra dignidade humana e um movimento de não-violência, destinado a defender o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, seria o caminho de pôr em prática a bagagem teórica desse pensamento pacifista.

Com o objetivo de erradicar com as condições de miséria que muitos viviam no Recife, a Operação Esperança foi pensada a partir da articulação de pessoas e órgãos com perfis distintos, mas que pudessem ser utilizadas nas ações empreendidas pelo movimento. Nesse caso, mobilizou o governo federal, estadual e municipal, clero, associações e entidades de classe, estudantes, médicos, engenheiros, sanitaristas, professores e estudantes a partir de uma postura ecumênica, contando também com membros e entidades de várias denominações religiosas (católicos, evangélicos, judeus, espíritas e etc.).

Presidido por Dom Helder Camara, a OE tinha um corpo de conselheiros consultivos formados por moradores e técnicos da iniciativa privada, da SUDENE, do governo do Estado e da prefeitura do Recife. As principais áreas técnicas eram a engenharia, a medicina e o campo jurídico. Com base em uma proposta de trabalho pautado em ajuda mútua, esse movimento deveria atuar na articulação de especialistas, populares e membros da Igreja, como no caso das mobilizações para resolver os problemas ocasionados pelas enchentes nos anos de 1965 e 1966.

Ao falar sobre a Operação Esperança, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Dom Helder destacou que não se tratava de um simples movimento assistencialista e que também não estava ali para pedir dinheiro a ninguém, mesmo que não recusasse nenhum tipo de ajuda. A ideia ao criar a OE era articular todos os componentes para empreender as mudanças necessárias ao Recife, enfrentando assim a miséria da região. O cenário de crescimento econômico e divisão de riquezas da região foram assim descritos pelo Arcebispo: “Sendo o lugar em que mais se acentua o ritmo desenvolvimentista nordestino, à razão até de 11% ao ano, Pernambuco, com sua capital, vê também que alguns problemas fundamentais de pobreza e miséria, por seu turno, aumentam e se agravam.”⁴⁰⁰

Voltando um pouco no tempo, em nossa narrativa, ao retornar de um evento em São Paulo, onde tratava do tema do desenvolvimento e preparava-se para o *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, na metade do ano de 1965, Dom Helder encontrou um cenário de caos com as fortes chuvas e, consecutivamente, cheias do Rio Capibaribe que

⁴⁰⁰ “Operação Esperança” começará amanhã: Guerra à miséria. **Diário de Pernambuco**, Recife. 05 de setembro de 1965. 1º Cad. – p.3

atingiram várias comunidades carentes da capital pernambucana.⁴⁰¹ Entre as cartas circulares de nº 223º a 228º, correspondendo ao recorte temporal de 15 a 22 de junho do corrente ano, o que se observa é uma tentativa do Arcebispo em organizar religiosos e leigos das diversas paróquias da Arquidiocese, juntamente com militares e órgãos públicos, numa força tarefa. Nas cartas, observa-se a descrição de dois planos de ação frente às tragédias causadas pelas fortes chuvas. No caso, o *Plano A*, para Dom Helder, estava centrado em resolver problemas imediatos originados com as enchentes, enquanto que o *Plano B* exigiria uma maior concentração de força para se implementar um programa de desenvolvimento. Nesse clima, houve o surgimento da Operação Esperança em Pernambuco.⁴⁰²

Segundo uma retrospectiva do ano anterior, publicado no *Diário de Pernambuco* no início de 1966, encontra-se dados que as chuvas de 1965 afetaram direta ou indiretamente cerca de 30 mil pessoas⁴⁰³; enquanto que em artigo publicado no dia 01 de junho do corrente ano, observa-se que as enchentes de 1966, segundo o mesmo jornal, tiveram como consequência um número de aproximadamente 15 mil desabrigados pelas chuvas e enchentes dos Rios Capibaribe e Beberibe.⁴⁰⁴ Os impactos negativos nas áreas sociais e econômicas no Recife, originados por essas chuvas, foram grandes. Dom Helder, a partir de articulações políticas e sócio-pastoral, ocupou um lugar destaque na arrecadação de verbas e materiais de construção, além do protagonismo dele na distribuição, na viabilização de trabalho e na publicidade do empreendimento.

Ainda no ano de 1966, especificamente em 08 de junho, o Superintendente da SUDENE, João Gonçalves de Souza, acompanhado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais,⁴⁰⁵ Osvaldo Cordeiro de Farias, encontraram-se com o general-presidente Castelo Branco para entregar o texto do decreto que regulamentava o art. 18 do III Plano Diretor da SUDENE. Segundo a definição exposta pelo *Diário de Pernambuco*, “O decreto trata de estabelecer as prioridades para

⁴⁰¹ PILETTI, 2008, p.265

⁴⁰² Cf.: CÂMARA, 2009f.

⁴⁰³ Cf.: Enchentes e “Coperbo” liberaram os maiores acontecimentos do Estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 e 2 de janeiro de 1966. 1º Cad. p.5

⁴⁰⁴ Sobre agora a 15 mil o número de desabrigados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 de junho de 1966. 1º Cad. – p.03

⁴⁰⁵ Posteriormente transformado em Ministério do Interior.

absorção de recursos do Imposto de Renda que, de acordo com a Lei 4.869, foram estendidos até 75 por cento do total das inversões.”⁴⁰⁶

Entregaram também um projeto de ação para frentes tanto na questão das secas, como dos problemas oriundos das enchentes que assolaram a região nos últimos dois anos em Pernambuco e em outros Estados nordestinos. Segundo o projeto da SUDENE, com a liberação de verbas para a reconstrução das moradias e dos bairros destruídos pelas enchentes do Rio Capibaribe e Beberibe, a Operação Esperança, sob a coordenação do Arcebispo Dom Helder Camara, ficaria responsável pelo planejamento e realização das atividades.⁴⁰⁷ Essa informação sinaliza o papel do clérigo em questão na aplicação dos projetos de desenvolvimento elaborados pela SUDENE.

Nessa ocasião, Dom Helder Camara esteve presente em todo o processo de articulação das forças para enfrentar os estragos das fortes chuvas na capital do Estado, como noticiou os órgãos de imprensa da época. Interessante a complexidade desse momento, pois ao mesmo tempo em que os conflitos com alas dos militares e alguns políticos civis, observa-se nessa ocasião um trabalho conjunto do Arcebispo com órgãos de âmbitos federal, estadual e municipal. Nessa ocasião, Dom Helder Camara foi um dos membros da Comissão da Cheia, organização responsável em discutir o grau de danos ocasionados pelas chuvas e definir quais caminhos deveriam ser tomados.

O grupo da Comissão da Cheia era formado pelo próprio Arcebispo de Olinda e Recife, juntamente com o prefeito Augusto Lucena, os secretários Walter Costa Porto e Álvaro Vieira de Melo, dentre os militares estava o coronel Clovis Wanderley, da USAID o senhor William Bear, pela SUDENE estava o assessor Carlos Arcoverde, o general Josias Ferreira, diretor do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), Antônio Hugo Guimarães, representante da COHAB, o padre Fernando Mello, enviado da Cáritas, e membros de várias outras religiões, sendo esse um trabalho de caráter ecumênico.⁴⁰⁸

Como exemplo do trabalho desenvolvido nesse momento, destacamos a FEANE, que entregou, no mês de outubro de 1966, um total de dezesseis caminhos cheios de material de construção para os moradores da comunidade do Vasco da Gama, no Recife, sob os cuidados do Padre Severino Santiago. O material de construção foi distribuído

⁴⁰⁶ Cordeiro e Gonçalves foram ao Rio e entregam regulamentação do artigo 18. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de junho de 1966. 1º Cad. – p.03

⁴⁰⁷ Cf.: Ibid.

⁴⁰⁸ Cf.: Comissão da cheia debateu situação geral da cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de julho de 1966. 1º Cad. – p.3

aos moradores pela Operação Esperança da paróquia, chegando a um total de 756 flagelados. No dia da entrega do material, estavam presentes funcionários da SUDENE, o diretor do FEANE, Carlos Leonardo Arcoverde, e Dom Helder Camara. A distribuição desse material, sob a responsabilidade de membros religiosos e leigos da OE, indica assim a importância dessa organização criada e coordenada pelo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

A Operação Esperança assumia a função por meio de aplicabilidade dos projetos ou de discursos do Arcebispo Dom Helder Camara que defendiam uma Igreja presente e disposta a contribuir com o trabalho para o desenvolvimento do país, ou no caso, do Nordeste brasileiro. Mesmo que, em grande parte, essas atividades estivessem próximas a um assistencialismo e colaboracionismo prático com trabalhos empreendidos pelo governo por meio da SUDENE ou pelo governo do Estado e/ou municipal e empresários, as atividades da OE não ficaram restritas a esse caso das enchentes, tendo um papel importante nos anos seguintes à sua implantação.

A atuação do Arcebispo Camara em projetos de melhorias nas condições de vida, além de proporcionar os debates técnicos no campo econômico e de políticas públicas, aproximou o religioso de grupos de economistas e sociólogos que contribuía com ele em suas atividades. Essas redes de relações, eram utilizadas por Dom Helder para legitimar suas atividades, como aparece no seguinte trecho de uma de suas cartas circulares:

Parto de dados que me são fornecidos por técnicos de confiança, embora saiba que é sempre possível que outros técnicos, de outras escolas e partindo de outros ângulos, cheguem bem diferentes.
Quando me apoio em dados sócio-econômico ou político-culturais, o faço sempre para chegar a conclusões pastorais. É evangelização.⁴⁰⁹

Dom Helder escreve isso ao responder aos Bispos em uma sabatina feita na Reunião da Comissão Central da CNBB, no mês de fevereiro de 1969, em São Paulo. Dentre os assuntos abordados, estavam as supostas imprecisões ou as “invasões” de áreas de conhecimento econômico ou sociológicos em que Dom Helder não teria as competências necessárias para tratar. Contudo, para esse momento da tese, decidimos descolar essa resposta de Dom Helder aos seus irmãos de batina para destacarmos que os trabalhos tanto no campo prático, como intelectual dele, não se davam de maneiras

⁴⁰⁹ CÂMARA, Helder . 490º Circular, Recife, 20/21 de fevereiro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Dezembro de 1968/1º de Janeiro de 1969 a 04/05 de Julho de 1969. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2013c. p.85

isoladas, mas a partir de redes de relações. Alguns desses debates – como se observa nas cartas circulares – foram travados no próprio Palácio de Mangueiras nos encontros chamados, por Dom Helder, de Noitadas Teológicas. Trata-se de encontros abertos com religiosos, artistas e acadêmicos, em que a gama de temas era ampla e possibilitavam a consolidação das redes de relações dele no Estado de Pernambuco.⁴¹⁰

Assim, tanto técnicos da SUDENE, como o João Gonçalves de Souza, bem como nomes ou os trabalhos de Raúl Prebisch, Garrido Torres, Antônio Bezerra Baltar, ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou de sociólogos como Louis-Joseph Lebret e François Perroux, contribuíram nas atividades do referido Arcebispo. Evidente, que cada nome desses e suas especificidades, ocuparam papéis distintos na produção escrita de Dom Helder, desenvolvendo trabalhos que serviram como fontes de informações e argumentos, ou interferindo pessoalmente no entendimento de Dom Camara sobre assuntos relacionados à economia, à sociologia, ao urbanismo e vários outros campos do saber. Como dito por Dom Helder, na citação anterior, esses autores e suas contribuições técnicas eram utilizados para legitimar as propostas de um humanismo cristão, inscrito numa doutrina social da Igreja, com fortes bases no Vaticano II e, posteriormente, nos debates efetuados na Conferência do CELAMs de Mar Del Plata (1966) e na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968).

Com relação às escolhas técnicas que conduziam a concepção de mundo de Dom Helder Camara, destacamos a importância dos estudos empreendidos pelos membros da CEPAL. No decorrer da década de 1960, por três vezes, Dom Helder foi convidado para ser paraninfo em turmas de formandos da CEPAL no país. Esta instituição proporcionava cursos, a partir de parcerias com a SUDENE e o BNDE, com intuito de produzir um campo de técnicos aptos a empreender os projetos de desenvolvimento para o país. Os textos de Dom Camara, nesses eventos, procuraram então apresentar a responsabilidade desses novos profissionais, que, na visão do Arcebispo, tinham a missão de contribuir para um desenvolvimento humanista e integral para os mais pobres. Sendo importante, para isso, o diálogo desses técnicos com a doutrina social da

⁴¹⁰ Com base nas cartas circulares de Dom Helder Câmara, os historiadores Newton Cabral e Carlos Moura traçaram um panorama das redes de relações do referido Arcebispo com representantes do campo intelectual, artístico e religioso-ecumênico, no Estado de Pernambuco. Cf.: CABRAL, Newton Darwin de Andrade; MOURA, Carlos André Silva. “A casa do bispo marcando a presença de Cristo no mundo da inteligência e da cultura”: as noitadas no solar de São José dos Mangueiras. *In.*: CABRAL, Newton Darwin de Andrade; NETA, Lucy Pina (Org.). **“Andar às voltas com o belo é andar às voltas com Deus”**: A relação de Dom Helder Câmara com as artes. Recife, Bagaço, 87-114, 2018; Confirmam também: PILETTI, 2008, p.259

Igreja, como veremos de forma mais aprofundada no sexto capítulo. As formações para os membros da SUDENE também faziam parte da agenda de Dom Helder, como no caso do seu discurso apresentado no I Seminário de Ação Comunitária, com o objetivo de estimular o trabalho daqueles indivíduos e comunidades envolvidas nos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional do país.⁴¹¹

Relevante destacar que no ano seguinte ao Vaticano II, a Igreja Católica na América Latina vivia um clima de esperanças nas mudanças propostas do Concílio. Ao mesmo tempo em que a Igreja parecia preocupada em adaptar-se ao mundo moderno, o clero e fiéis católicos sentiram a necessidade de reformular os textos e propostas construídos, durante quatro anos no Vaticano, a realidade continental das Américas. Nesse caso, observamos uma preocupação por parte do clero, como no caso de Dom Helder Camara, em discutir o papel dessa nova Igreja de seu humanismo cristão pós-Vaticano II no processo de desenvolvimento dos países pobres que compõem o subdesenvolvimento.

Em abril de 1966, pouco depois das tensões oriundas de sua negativa de celebrar a missa pelos dois anos da suposta “revolução de 64”, como exposto anteriormente, Dom Helder Camara preparava-se para viajar para Roma e depois para Bélgica, onde discursaria em várias conferências em entidades culturais e religiosas locais, tendo que antes fazer uma parada no Rio de Janeiro de onde partiria para a Europa e, nessa parada no Rio, ele concedeu então uma entrevista ao *Jornal do Brasil*. Na ocasião, justificou sua viagem a Roma dizendo que naquele momento as comissões conciliares criadas pelo Papa Paulo VI, durante o Vaticano II, tornaram-se comissões pós-conciliares e tinham a missão de debater e viabilizar a aplicação das propostas do Esquema 13, depois renomeado de *Gaudium et Spes*. Lembrando que esse documento conciliar tinha como objetivo: criar um lugar de atuação da Igreja no mundo moderno.⁴¹²

Nos preparativos para o encontro, um almoço com cerca de 60 correspondentes de jornais brasileiros e estrangeiros, Dom Helder minimizou os conflitos entre os Bispos do Nordeste e o governo militar e procurou direcionar suas falas aos preparativos do encontro na Argentina. O jornal *O Globo*, ao reproduzir uma das falas de Dom Helder, especificamente a que foi reproduzida pelo *Le Figaro*, de Paris, destacou o seguinte:

⁴¹¹ Cf.: Dom Helder faz sugestões para mais eficiente Ação Comunitária no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de dezembro de 1966, 2º Cad. p.2; CÂMARA, Helder. **I Seminário de Ação Comunitária**. Discurso no encerramento do I Seminário de Ação Comunitária, realizada pela SUDENE, Recife, Pernambuco, 16 de dezembro de 1966j

⁴¹² Cf.: Dom Helder diz no Rio que Igreja e povo no Nordeste estão naturalmente unidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1966. p.7

PARIS (FP – O GLOBO) – D. Helder Camara afirmou que a paz mundial depende do desenvolvimento econômico e ressaltou que o verdadeiro problema “não é o comunismo, mas o subdesenvolvimento e a falta de diálogo entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido”.

Essas declarações foram feitas pelo prelado brasileiro em entrevista publicada ontem pelo jornal parisiense “Le Figaro” (conservador).

Quanto às acusações que contra ele porventura tenham sido formuladas, disse D. Helder:

“Existe pessoas bastante cegas para qualificar de comunistas aqueles que tomam a defesa dos oprimidos. Isso é muito cômodo. Limite-se a praticar a caridade e será um santo. Mas, quando se deseja buscar o caminho de uma verdadeira promoção humana, então se é considerado subversivo, criptocomunista e – por que não? – simplesmente um comunista”.

Em seguida afirmou D. Helder: “Tenho meu próprio modo de combater o comunismo, modo que bem vale todos os outros”.⁴¹³

Essa citação representa bem o cenário da época, em que posicionamentos voltados a denunciar ou enfrentar problemas sociais eram facilmente associados ao comunismo. Mesmo grupos que historicamente eram bastiões do anticomunismo, acabavam sendo associados à esquerda. Desse modo, percebe-se entre religiosos, como Dom Helder Camara, a prudência de alicerçar seus discursos e atividades sócio-pastorais na doutrina social da Igreja e no que tinha sido decidido no Concílio Ecumênico Vaticano II.

A oportunidade para criação de um plano de atuação continental, pautado no espírito pós-conciliar, deu-se na realização do I Encontro de Prelados Latino Americanos na cidade de Mar Del Plata, Argentina, entre 11 a 15 de outubro de 1966. Esse encontro correspondia a 10º Assembléia do CELAM e como meta estava possibilitar a criação de espaços para amadurecer e consolidar as alianças político-religiosas entre os clérigos latinos americanos em torno de uma proposta que visava introduzir o pensamento cristão pós-Vaticano II em discussões sobre processos de desenvolvimentos de países ou regiões pobres do continente.⁴¹⁴

Importante lembrar que a preparação para o encontro em Mar Del Plata ocorreu em paralelo ao encontro, no Recife, dos clérigos católicos em que discutiu como adequar o Plano Pastoral Conjunto para a região e resultou na produção do Manifesto dos Bispos em apoio ao trabalho da AC, visto anteriormente. Essa observação é relevante para entender os pronunciamentos de Dom Helder Camara nesse momento, pois ele entrelaçava a importância do encontro em Mar Del Prata com dados sobre o

⁴¹³ D. Helder: A paz depende do desenvolvimento econômico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1966. p.2

⁴¹⁴ PILETTI, 2008, p.299

Nordeste brasileiro e a necessidade de empreender o desenvolvimento na região. Provavelmente, os dois assuntos se inter-relacionavam por estar o Arcebispo envolvido tanto no encontro dos Bispos nordestinos e nos preparativos do então futuro encontro com os prelados do CELAM.

Rapidamente, a imprensa começou a divulgar boatos de que Dom Helder tinha sido incumbido pelo próprio Papa Paulo VI em coordenar o encontro na Argentina, informação essa negada pelo próprio Arcebispo.⁴¹⁵ No caso, Dom Camara atuaria em Mar Del Prata como secretário nacional da Ação Social da CNBB. Na coordenação geral, estavam os clérigos brasileiros: Dom Avelar Brandão, Arcebispo de Terezinha, que substituindo Dom Manuel Larraín após sua morte, presidia então o CELAM; enquanto Dom Eugênio Sales seria o responsável latino-americano da Ação Social.⁴¹⁶ Ao final, o objetivo era construir, junto ao prelado latino-americano, um Plano Continental de Pastoral de Conjunto, a partir das diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Em março de 1967, o general Artur Costa e Silva (1967-1969) assumiu a presidência do país, mês que coincidiu com a divulgação da Encíclica papal *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Considerando o encontro em Mar Del Plata, no ano anterior, em que o tema do desenvolvimento foi central, Dom Helder tratou sobre o problema do colonialismo interno, abordando assim as diferenças e explorações dentro de um mesmo país ou região. O novo texto do Sumo Pontífice foi interpretado pelo Arcebispo de Pernambuco como um legitimador de suas próprias concepções do papel da Igreja no mundo moderno.

Como aparecia na imprensa brasileira da época e nos escritos deste religioso, muitos acreditavam que ele tinha influenciado o papa na escrita de tal encíclica, hipótese rejeitada pelo próprio Dom Camara. Contudo, a *Populorum Progressio* tornou-se material de estudos e dos discursos de Dom Helder e, logo mais, um motivo de tensão com os militares. Uma das primeiras decisões do Colegiado da Arquidiocese foi adotar a nova Encíclica ao Plano Pastoral Conjunto, considerando o escrito papal um norte pastoral para Igreja pós-Vaticano II. Esses compreendiam as denúncias em relação

⁴¹⁵ Cf.: D. Helder Câmara não coordenará a reunião do CELAM. **Globo**, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1966. p.5

⁴¹⁶ Cf.: Helder Câmara nega coordenação de Encontro de Bispos na Argentina. **Jornal do Commercio**, Recife, 01 de setembro de 1966. *Apud.* **Prontuário Individual** nº 16.906, DOPS/APEJE

ao subdesenvolvimento do país, com destaque do Nordeste, por Dom Helder como sinal de desordem social e práticas antinacionalistas.⁴¹⁷

Ainda em março de 1967, foi lançado o Manifesto da Ação Católica Operária, pautado nos estudos do ano anterior, esse material denunciava as condições subumanas dos trabalhadores no campo e na cidade. Ao ser lançado ao mesmo tempo em todas as capitais nordestinas e nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, no dia do trabalho de 1967, o *Diário de Pernambuco* divulgou exclusivamente o prefácio do documento, que foi escrito por Dom Helder Camara, ainda em 21 de abril do mesmo ano. O pequeno texto do Arcebispo destacou que o Manifesto da ACO era resultado do esforço de trabalhadores, que a partir de suas realidades estavam denunciando as consequências de um processo de um desenvolvimento sem justiça social.⁴¹⁸

Nesse mesmo texto, Dom Helder Camara destacou que aquele era o momento propício para tal documento da ACO, considerando que tal texto vinha num pós Mar Del Plata, que, dentre todas as discussões travadas, tinha o fato das denúncias de que mudanças abruptas e injustas das estruturas sócio-econômicas marcavam a América Latina. Depois, deu destaque ao esforço do Papa Paulo VI para criar a Comissão Pontifícia para Justiça e Paz. Por fim, mostrou a importância da Encíclica *Populorum Progressio*, considerada como legitimador para as reivindicações dos trabalhadores nordestinos. Ao final do prefácio, escreveu o Arcebispo Camara: “Estamos decididos a gastar todo o ano de 1967 sensibilizando as forças vivas do Nordeste para que, unidas, colaborem na realização de um desenvolvimento humano, sem o qual é aparente, absurdo e falso qualquer desenvolvimento.”⁴¹⁹

Além disso, em sinal também de apoio, participando do lançamento do texto da ACO, Dom Camara também apresentou o texto: *Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça*, mesmo nome adotado pelo referido Manifesto. Em certo momento de sua fala, declarou o Arcebispo aos presentes:

Endosso pleno

Solidarizo-me, em absoluto, com este Manifesto. Faço minhas as suas preocupações; meus protestos, anseios e apelos; minha sobretudo, a sua esperança.

⁴¹⁷ Cf.: Arquidiocese enquadra padres no Populorum. **Jornal do Commercio**, Recife, 07 de abril de 1967

⁴¹⁸ Esse texto foi publicado em inglês no livro *The Church and Colonialism: the betrayal of the Third World*. Cf.: Development without justice. *Apud.*: CÂMARA, 1969g, p.131-181; ARAUJO, Lorena Maria. Depois da partida do Dom. *In.*: MONTENEGRO, 2002. p.64

⁴¹⁹ Helder prefacia o Manifesto da Ação Católica Operária. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de abril de 1967. 1º Cad. p.3

Elaborado e entregue à impressão antes da “*Populorum Progressio*” apresenta impressionante sintonização com a Carta de Paulo VI, o que demonstra, de um lado, o realismo perfeito das observações do Santo Padre, e, de outro lado, o acerto dos julgamentos feitos pelos nossos trabalhadores. O Manifesto da ACO parece resposta antecipada à “*Populorum Progressio*”, a mais corajosa e oportuna das Encíclicas que a Igreja, até hoje, ofereceu a todos os homens de boa vontade.⁴²⁰

As denúncias de miséria e a criação de vagas de empregos abaixo do esperado, nos primeiros anos do golpe, fizeram com que Dom Helder Camara efetuasse críticas sobre o cenário nacional. Essas críticas reacenderam as animosidades, principalmente na imprensa, que em alguns momentos o classificavam como agitador. A Encíclica *Populorum Progressio* e o apoio ao *Manifesto da ACO* contribuíram para o acirramento das relações dos representantes da Igreja com o governo civil-militar, a partir de 1967.

Dentre os críticos, estava o jornalista do *Diário de Pernambuco*, Marco Aurélio de Alcântara, responsável pela seção: *Informativo Econômico*. Esse escreveu, a partir de 1967, vários textos em que o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife figurava como um agitador que nada entendia de economia e do trabalho de reestruturação financeira que o país estava passando, dando destaque para a atuação da SUDENE no processo de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. As denúncias de pobreza e baixos índices de resultados práticos dos trabalhos da SUDENE no que concernia à criação de empregos, feito por Dom Helder Camara, levaram também a tensões entre ele e o novo Superintendente General Euler Bentes.

3.5. “*Nem imprudência, nem covardia*”: o Arcebispo Dom Helder Camara levantou-se contra o subdesenvolvimento e autoritarismo da Ditadura Militar do Brasil (1968-1970)

Entre os dias 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, uma nova Conferência foi realizada com os Bispos da América Latina, no caso, em Medellín, Colômbia. Essa reunião conduziu a Igreja Católica do Continente para a escolha dos mais pobres como prioridades.⁴²¹ No decorrer da Conferência, Dom Helder escreveu cinco cartas

⁴²⁰ CÂMARA, Helder. **Nordeste, desenvolvimento sem justiça**. Palavras no lançamento do Manifesto da ACO (Ação Católica Operária), na Vigília de 1º de Maio de 1967, Recife, Pernambuco, 01 de maio de 1967o.p.1

⁴²¹ Cf.: A presença da Igreja nas reformas Latino-Americanas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1968. p.16; Sobre os resultados da Conferência de Medellín e seu impacto para a Igreja Católica no Continente, Cf.: PADIN, Cândido; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. **Conclusões das**

circulares que não foram numeradas originalmente por ele, contudo na coleção organizada pela Editora Cepe, considerando as cartas que antecedem e sucedem ao citado evento, elas receberam a numeração 427 a 431.⁴²² Nessas missivas, podemos visualizar a escrita do Arcebispo sobre o que ele considerava o clima do encontro em Medellín e do cenário histórico como um todo.

Chegando a Bogotá, no dia 22 de agosto, do citado ano, Dom Helder Camara estava acompanhado de Dom Fernando Gomes dos Santos, Dom José Maria Pires, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido e Dom João Rezende Costa. De imediato, registrando na 427ª circular, o Arcebispo de Pernambuco destacou um encontro com os jornalistas e fotógrafos que, segundo ele, esperavam dele um posicionamento bastante polêmico. Aos seus interlocutores, Dom Camara confidenciou: “Falei de coração aberto, sem medo, mas insistindo o mais possível na importância de gestões do Colegiado, superando e absorvendo gestos singulares, individuais... Ou ajo assim, com o maior cuidado, ou queimarei, demais, as possibilidades de atuação em Medellín.”⁴²³

O encontro em Medellín era uma possibilidade de legitimar e dar continuidade daquilo que começou a ser construído no Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Mar Del Prata (1967). Além disso, existia, por parte dele, um receio tanto com a repercussão do que poderia ser dito sobre as expectativas da Conferência na Colômbia, quanto às ações da influência de grupos considerados reacionários, dentro da Igreja, que pautavam seus discursos no combate ao comunismo e, consecutivamente, associavam todos aqueles que não estavam alinhados a eles, como subversivos comunistas/socialistas.

No decorrer dessa mesma carta, o Arcebispo demonstrou seu receio com o posicionamento do Papa Paulo VI contra os movimentos que se utilizavam da violência no Continente no enfrentamento de seus regimes autoritários, considerando que, no Brasil e em outros países da América Latina, os governos democráticos sofreram golpes no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980. Dom Helder defendia e liderava um movimento de não-violência, mas procurava não se opor abertamente ou de forma rude aos que se utilizavam da violência como forma de oposição a regimes ditatoriais.

Conferências de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998; DELGADO, 2014, p.113-114; SERBIN, 2001. p.241-243; BROUCKER, 1979, p.170-171

⁴²² Cf.: CÂMARA, Helder. 427ª Circular. Bogotá, 22/23 de agosto de 1968; 428ª Circular, Medellín, 26/27 de agosto de 1968; 429ª Circular. Medellín, 28/29 de agosto de 1968; 430ª Circular. Medellín, 03/04 de setembro de 1968; 431ª Circular. Medellín, 06/07 de setembro de 1968. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 25/26 de Fevereiro de 1968 a 30/31 de Dezembro de 1968. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2013b. p.223-238

⁴²³ CÂMARA, Helder. 427ª Circular, Bogotá, 22/23 de agosto de 1968. p.223. *Apud.*: CÂMARA, 2013b.

Portanto, o Arcebispo Camara desejava se impor por meio de um processo de convencimento.

Somado a isso, ressaltou as suas interlocutoras da Família Mecejanense que tinha também chegado a Medellín o Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, com documento para entregar ao Papa. Esse documento – segundo notas de rodapé da 427ª Circular correspondia a um abaixo assinado feito pelo Movimento Tradição, Família, Propriedade, do qual Dom Sigaud era um dos líderes – tratava da acusação de que o pensamento comunista estava infiltrando a Igreja do Brasil e, dando espaço particular, a acusações contra o Padre Joseph Comblin, que trabalhava com Dom Helder Camara em Pernambuco. Sobre essa questão, dedicaremos mais espaço no próximo capítulo.⁴²⁴

Em paralelo à construção do encontro de Medellín e como esse evento contribuiu para moldar a face da Igreja Católica na América Latina, Dom Helder iniciava uma campanha que batizou de “Pressão Moral Libertadora”. Com objetivo de pressionar os representantes políticos, civis e militares a empreenderem reformas de base, proposição essa que Dom Helder considerava imprescindível para o desenvolvimento do país, colocando o Arcebispo em meio a tensões e sofrendo acusações diversas de ser um agitador. No decorrer do tempo, considerando a atuação da Comissão Romana de Ação, Justiça e Paz, como se observa na carta circular nº 430, Dom Helder decidiu rebatizar o movimento como: Ação, Justiça e Paz.⁴²⁵

A Conferência de Medellín, como resultado de seus debates, tratou em adequar o Concílio Vaticano II e aprofundar os temas abordados no Mar Del Plata, no ano de 1966, em que os pobres foram escolhidos como prioridade do pensamento católico e a Igreja tornou-se servidora. Nesse universo de escolhas de um escopo, os debates dos religiosos e teólogos, viabilizaram a criação de uma concepção denominada de Teologia da Libertação.⁴²⁶ Segundo um dos criadores da Teologia da Libertação, o teólogo Gustavo Gutiérrez: “A teologia da libertação nos propõe talvez não tanto novo tema

⁴²⁴ Ibid. p.225

⁴²⁵ CÂMARA, Helder. 430ª Circular. Medellín, 03/04 de setembro de 1968. *Apud.*: CÂMARA, 2013b. p.233

⁴²⁶ GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. p.72. *Apud.*: DELGADO, 2014.p.112; Sobre a influência da Teologia da Libertação na organização de grupos de católicos classificados de esquerda, principalmente a partir da década de 1970, no enfrentamento do governo militar e dos problemas de cunho social, ver: LÖWY, 2007, p. 304-320; SALEM, 1981, p.39-43; SERBIN, 2001. p.98-99; BIDEGAIN, Ana Maria. From Catholic Action to Liberation Theology the historical process of the laity in Latin America in the twentieth century. *Notre Dame, In.*: Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame. nº48, 1-26, November 1985).

para a reflexão quanto *novo modo* de fazer teologia. (...) Uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade.”

Considerando o perfil de Igreja defendido nessa Conferência, escreveu, em tom de sarcasmo, Dom Helder a seus interlocutores: “Tornou-se impossível, honestamente, chamar-me de subversivo e comunista, sem, ao mesmo tempo, taxar de subversão e comunismo, toda a Hierarquia Latino-Americana.”⁴²⁷ Enquanto Mar Del Plata (1966), o desenvolvimento tornou-se o centro dos debates, em Medellín, foi feita uma escolha pelos mais pobres, sendo então promovidas releituras pelos teólogos da libertação em relação ao lugar da Igreja no Continente Latino-Americano. Essas mudanças contribuíram para um acirramento entre alas consideradas na época como conservadoras e as que eram classificadas como progressistas.

À título de exemplificação, sob a coordenação de Dom Helder Camara, em 1968, foi criado o Instituto Teológico do Recife (ITER) que incluía na formação dos padres e seminaristas a experiência de viverem nas comunidades mais pobres do Recife, tendo que trabalhar para se sustentar, adotando um modelo parecido dos padres operários franceses. Além disso, outra inovação foi a aceitação de leigos e protestantes estudando junto com os seminaristas no ITER.

A partir de 1968, observamos na documentação analisada, os discursos de um desenvolvimento, dentro de uma dada perspectiva de justiça social, conduziram muitos dos discursos de Dom Helder a atacar políticas empreendidas pelo governo ou seus órgãos. Como no caso das acusações de os projetos de desenvolvimento elaborados, a partir do III e IV Plano Diretor da SUDENE, de não suprirem as necessidades de empregos para os mais pobres. Por consequência, para Dom Helder, acabavam aprofundando a desigualdade, pois um desenvolvimento que se afastava de uma perspectiva humanista e cristã, como ele defendia, tendia a aumentar as diferenças entre os mais ricos e aqueles que viviam na zona da miséria.⁴²⁸ Importante lembrar que o ano de 1968 marcou o início de uma fase conhecida como “milagre econômico brasileiro”, que acabou em 1973 aprofundando as diferenças sócio-econômicas do país.

Essas críticas também tornavam o Arcebispo Dom Camara em alvo dos defensores do governo, como no caso do jornalista Marco Aurélio de Alcântara – responsável pela coluna *Informativo Econômico*, que compunha as páginas do *Diário de*

⁴²⁷ CÂMARA, Helder. 431º Circular. Medellín, 03/04 de setembro de 1968. *Apud.*: CÂMARA, 2013b. p.238

⁴²⁸ Cf.: Padre Helder promove debates em Pernambuco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1967. p.6

Pernambuco – que acusava, nesse espaço do jornal, frequentemente o religioso em questão de não entender de economia e prestar um desserviço ao cidadão de bem que apoiava o *status quo*. Como no exemplo a seguir:

Críticos apressados culpam frequentemente a SUDENE pelo fato de a “industrialização não vir assegurando emprego a todos os desempregados do Nordeste”. A crítica surgiu com dom Helder Camara, o “Bispo Vermelho”, que continua em seus esforços para destruir a imagem do “Novo Nordeste” junto aos empresários do Centro-Sul e do Exterior. Hoje, essa crítica se espalha no Sul e serve, inclusive, a grupos econômicos monopolistas – brasileiros e estrangeiros ou associados – que desejam parar ou obstruir o processo de industrialização da região. Veja-se, pois, o desserviço que o arcebispo presta à sua região e ao seu país, talvez inconscientemente.⁴²⁹

No texto de Alcântara, observam-se alguns fatores utilizados para deslegitimar a imagem do Arcebispo de Pernambuco em relação às suas críticas sobre o modelo de desenvolvimento adotado pela SUDENE. No caso, Dom Helder Camara é classificado por ele como um dos “críticos apressados” da SUDENE, e, logo em seguida, foi também chamado de “Bispo Vermelho”, sendo assim associado ao pensamento comunista, portanto, subversivo e inimigo da ordem social e política vigente no país. Ao denunciar o desemprego, esse clérigo estaria para o jornalista em questão, colocando-se contra o projeto de “Novo Nordeste”, proposta e ideário construído a partir do IV Plano Diretor da SUDENE. Além disso, acusava Alcântara de está Dom Helder agindo intencionalmente para favorecer os grupos financeiros do Sul do país ou dos estrangeiros.

Depois disso, Alcântara apresentou um argumento em que o trabalho e os avanços liderados pela SUDENE eram sólidos, considerando Dom Helder como uma figura que apoiava os empresários do Sul e os grupos reacionários das oligarquias rurais do Nordeste, que correspondia a 13% do Produto Interno Bruto do Nordeste, segundo o texto desse jornalista do DP. Para ele, o religioso desconsiderava, em suas abordagens, os investimentos na industrialização da região, inclusive no agronegócio. Em complemento a sua argumentação, destacou Marco A. Alcântara: **“Durante o mês de julho, último, a SUDENE liberou 27 bilhões de cruzeiros antigos** derivados dos

⁴²⁹ ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 de agosto de 1968. 1º Cad. p.5; Decidimos manter a parte destacada em negrito da mesma forma que estava no periódico.

artigos 34, 18 para aplicação aprovados. Essa liberação atingiu o “Record” mensal de todos os anos.”⁴³⁰

Ao mesmo tempo em que enfrentava forte oposição dos setores do governo militar, sociedade civil e de membros do clero católico e protestante, Dom Helder também aparecia como uma esperança contra uma progressiva consolidação de um Estado de exceção no Brasil. As tentativas de convencimento do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife a se candidatar a um cargo público, em nosso entender, indicam como ele possuía uma boa aceitação em parte da sociedade brasileira. Lembremos que, mesmo depois do golpe civil-militar, algumas instituições democráticas continuam em funcionamento, mesmo que tivessem uma existência controlada e apenas simbólica. No decorrer dos primeiros anos, em que o país esteve sob uma ditadura militar, existia a esperança da realização de eleições para a presidência, fato esse sempre frustrado pela sucessão feita de forma indireta pelos militares que colocaram no comando do país seus generais, estendendo-se esse desejo por disputa pela presidência nas urnas por mais de 20 anos.

Desde a época em que era Arcebispo-Auxiliar no Rio de Janeiro, 1954 a 1964, como se observa em notícias do *Jornal do Brasil*, Dom Helder tinha seu nome cogitado para disputar cargo público. Esse desejo, por parte da classe política, foi revivido no decorrer da década de 1960.⁴³¹ Ainda em 1966, o nome de Dom Helder foi lembrado como possibilidade de candidatura à presidência por líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um dos dois partidos políticos permitidos no país no pós-golpe, que assumia um papel de oposição permitida no cenário político brasileiro. Do outro lado do espectro partidário brasileiro, estava a ARENA, aliada civil do governo ditatorial militar.⁴³² Contudo, esse boato foi negado de imediato por Dom Helder, como registrou o *Diário de Pernambuco*, ao procurá-lo para saber de suas pretensões políticas: “... o arcebispo de Olinda e Recife disse que a sua candidatura à presidência da República “não tem sentido”.” E explicou: “Sou padre e nada mais do que padre. Não quero nada com a política partidária”.”⁴³³

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ Cf.: PSD trata hoje do problema de candidato comum: nome de Dom Helder em cogitação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de março de 1960. Cad. 1 – p.4; Dom Helder: a solução ideal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de março de 1960. Cad. 1 – p.4; Situacionistas voltaram a examinar candidatura apartidária à Guanabara. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1960. Cad. 1 – p.4;

⁴³² SERBIN, 2001. p.89

⁴³³ Articula-se candidatura de Dom Helder. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 de abril de 1966. 1º Cad. – p.1

Mesmo sem saber se Dom Helder aceitaria o convite, em Brasília, um grupo de deputados do MDB retomou essa discussão, acreditando ser o religioso um nome forte e indiscutível dentro da oposição e com potencial de criar cismas no partido coligado ao governo militar, a ARENA.⁴³⁴ Consideramos essa observação relevante, pois mesmo com as tensões expostas até o momento, Dom Helder Camara era percebido como um nome de grande representatividade entre aqueles que se opunham ao regime militar.

Em outubro de 1966, liderando forças da oposição, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek criaram a “Frente Ampla”, que além de políticos e partidários do MDB, tinha o interesse de conquistar o apoio de estudantes e trabalhadores. No ano seguinte, a Frente Ampla novamente cogitou Dom Helder como candidato, tendo como um dos apoiadores o Lacerda, que havia rompido relações com o Arcebispo desde a época em que o religioso demonstrou apoio ao governo do JK. Lacerda chegou a comunicar à imprensa que iria pessoalmente ao Recife para tentar convencer Dom Helder a aceitar o convite, pois o clérigo em questão possuía um nome de relevância no cenário nacional e internacional.⁴³⁵

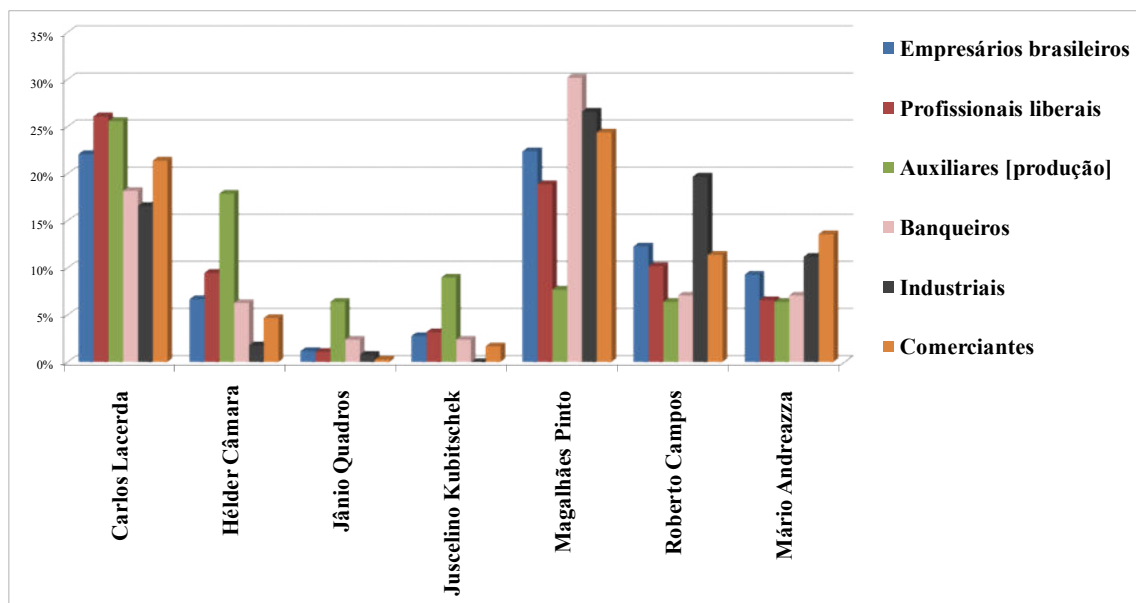
Em 1968, na coluna chamada *Periscópio*, do *Diário de Pernambuco*, foi publicada uma pesquisa encomendada pelo Banco Central/Semanal em que apareceram 17 nomes de possíveis candidatos à presidência e sua aceitação em determinados segmentos da sociedade.⁴³⁶ A partir desse levantamento, selecionamos os sete nomes com maior número de votos e criamos o seguinte gráfico:

Gráfico 1: Pesquisa sobre os supostos candidatos à presidência do país, em 1968

⁴³⁴ D. Helder desmente que pretende ser candidato. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1966. 1º Cad. – p.4

⁴³⁵ “Frente” procura atrair estudantes e operários. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1967. 1º Cad. – p.4

⁴³⁶ Os nomes em ordem alfabética: Abreu Sodré; Albuquerque Lima; Carlos Lacerda; Carvalho Pinto; Costa Cavalcanti; Faria Lima; Helder Câmara; Jânio Quadros; Jarbas Passarinho; Juscelino Kubitschek; Luíz Viana Filho; Magalhães Pinto; Mário Andreazza; Nei Braga; Paulo Pimentel; Roberto Campos; Sisenio Sarmiento. Cf.: *Periscópio*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 de setembro de 1968. 2º Cad. p.12



Periscópio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 de setembro de 1968. 2º Cad. – p.12

Esse gráfico revela a aceitação da opinião pública dos sete principais nomes de possíveis candidatos à presidência e da aceitação de cada um deles entre grupos sociais distintos. Os nomes de Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Roberto Campos, destacaram-se na pesquisa como os três mais votados. Contudo, o Arcebispo Dom Helder Camara também se revelou um candidato viável, com maior aceitação entre os trabalhadores (Auxiliares de Produção) que corresponde a maior parte da sociedade brasileira. Poucos dias depois, na mesma seção do *Diário de Pernambuco*, foi apresentado o seguinte resultado:

X) – Pesquisa feita no Nordeste, por uma revista do Sul, revela que das três mil pessoas entrevistadas, 70 por cento votariam no Sr. Juscelino Kubitschek, nas próximas eleições presidenciais. Dom Helder Camara receberia 15 por cento dos votos, dividindo-se o restante entre os Srs. Carlos Lacerda, Leonel Brizola, João Goulart e Jânio Quadros.⁴³⁷

Contudo, no final de 1968 o cenário político brasileiro passou por mudanças, acirrando ainda mais o poder de interferência no campo social e político dos militares com o Ato Institucional nº 5.⁴³⁸ A numeração desse Ato indica que houve 4 antes dele, mas, a partir de seu decreto, o poder executivo exercido pelos militares no Brasil

⁴³⁷ Periscópio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de setembro de 1968. 2º Cad. p.12

⁴³⁸ NAPOLITANO, 2014. p.173-204

alcançou seu ápice e os anos que se seguiram ficaram conhecidos como “anos de chumbo”.⁴³⁹

O AI-5 – supostamente motivado por causa do discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, que convocava as mulheres dos militares a boicotarem seus maridos⁴⁴⁰ – possibilitou um acirramento do controle político por parte do governo militar em relação à sociedade civil. Como se convencionou dizer, o AI-5 foi um golpe dentro do golpe, permitindo que a linha dura dos militares tomassem o poder e empreendessem o que ficou conhecido como os anos de chumbo.

Em uma visão geral, analisando o texto do Ato Institucional nº5, podemos elencar as seguintes características: O Presidente poderia impor recesso ao Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Camaras de Vereadores, voltando suas atividades apenas quando fosse determinado pelo Presidente da República; Com o poder legislativo em recesso, ficava a cargo do poder executivo legislar; O Presidente da República podia decretar intervenção nos Estados e Municípios, caso considerasse de interesse da segurança nacional; Ao Presidente da República cabia também o poder de cassar direitos políticos de quaisquer cidadãos por 10 anos e, também, cassar mandatos nos âmbitos federais, estaduais e municipais; Impor estado de sítio e prorrogá-lo; Dentre outras delimitações dos direitos civis.⁴⁴¹

As análises e os posicionamentos críticos de Dom Helder Camara sobre o AI-5 estiveram presentes nas cartas circulares dos meses seguintes. O início das atividades da Ação Justiça e Paz, criada e liderada por Dom Camara, enquanto instrumento da Igreja e dos seus fiéis na luta contra as injustiças sociais, deu-se em paralelo à implantação do AI-5. No processo de articulação e formação dos membros da AJP, o Arcebispo de Pernambuco escreveu cadernos com a perspectiva doutrinária e estruturas administrativas do movimento.

Na produção de um desses materiais – chamados de caderno por ele e reproduzido e na circular de nº470, 04/05 de janeiro de 1969 – encontramos a seguinte avaliação do contexto político e histórico feita por esse religioso:

Aqui vai o ante-projeto de Caderno nº (1º semestre de 1969) da AJP:
“A Ação Justiça e Paz e o Ato Institucional nº5”

⁴³⁹ Sobre os outros Atos Institucionais, ver: NAPOLITANO, 2014. p.77-83

⁴⁴⁰ Cf.: Episódio Márcio Alves: presidente não aceita a acusação de pressões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1968. p.6

⁴⁴¹ Cf.: SILVA, Artur da Costa. **Ato Institucional nº 5**. Brasil, 13 de dezembro de 1968. *Apud.*: Acervo, Rio de Janeiro, v.27, N°1, p.394-402, JAN/JUN. 2014.

Como sempre, diríamos “Elaboração e remetido pelo Centro de Informações da AJP, Recife, Pernambuco, Brasil”.

1. Quem não deve, não teme

Dos vários Centros da AJP? Ela sempre os proclamou abertamente: bate-se pela mudança das estruturas sócio-econômicas e político-culturais do Brasil e da América Latina. Mas quem, inteligente e honestamente, pode estar a favor dessas estruturas, cuja injustiça e sentido desumano foram denunciados, solenemente pelos Bispos da América Latina, em Medellín, com aprovação plena do Papa Paulo VI?

Pode surgir uma dúvida quanto ao método de promover as mudanças necessárias e inadiáveis. A Ação Justiça e Paz, por definição, é não-violenta, embora interprete a não-violência em termos de ação positiva e corajosa de inconformismo diante da condição de milhões de filhos de Deus, em situação infra-humana em nosso País e em nosso Continente.⁴⁴²

Desse modo, as suas interlocutoras da Família Mecejanense, Dom Helder escreveu sobre os objetivos da AJP, considerando que o perfil do movimento nunca foi um segredo. A proposta era de enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento, considerando o caminho mais eficiente as reformulações estruturais nas bases sócio-econômicas e político-culturais, não apenas do país, mas do Continente como um todo. Procurando o religioso em questão, em seu argumento, apresentar sua abordagem alinhada aos Bispos do CELAM, às conclusões de Medellín e a do próprio Papa Paulo VI.

Ao mesmo tempo em que Dom Helder associava a AJP ao movimento de não-violência, considerando o crescimento de movimentos armados e guerrilhas na América Latina, ele colocava seu movimento como expressão e materialização daqueles que não estavam satisfeitos com as condições de misérias que muitas pessoas estavam submetidas no Continente. Com essa afirmativa, acreditava na legitimação da fundação da AJP e, consecutivamente, afastar dela pechas relativas à subversão, como as acusações de serem comunistas.

No decorrer da circular nº470, ele procurou ser prudente enquanto avaliações sobre o AI-5, considerando-o um reflexo do acirramento da política anticomunista do Estado a partir de 1968, chegando a dizer que:

Em 1968, depois de as Forças Armadas estarem há quatro anos no poder, não se pode, com seriedade, invocar razões de subversão e comunismo. Quando surgiu a alegação da existência de 40 mil guerrilheiros, treinados no Nordeste, a notícia morreu de ridículo: além do mais, ela insultuosa para as Autoridades do IV Exército, que estão vigilantes.

⁴⁴² CÂMARA, Helder. 470º Circular. Recife, 04/05 de janeiro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013c. p.11

Se se fala em revolução dentro da revolução, o rumo cabível – e parece que é a linha que tende a firma-se em consequência do Ato [Institucional] nº5 – é o combate à corrupção e a exigência de reformas estruturais.⁴⁴³

Nesse ponto, o que se observa é a deslegitimação desse combate ao comunismo, indicando que as informações sobre esses temas estavam alicerçadas em dados sem comprovações ou mentiras. Desse modo, o AI-5 representava uma “revolução dentro da revolução” ou como se naturalizou chamar “um golpe dentro do golpe”, apresentado como um esforço de sanar problemas administrativos que se tornavam cada vez mais evidentes à sociedade brasileira. Contudo, continuou Dom Helder, considerando a repercussão do AI-5 no poder legislativo e nas classes médias, destacou que pouco mobilizaria aos mais pobres, que estavam a tempos negligenciados pelo Estado. Portanto, como também observou Kenneth Serbin, em um primeiro momento, a posição do Arcebispo Camara foi de neutralidade.⁴⁴⁴

No entanto, no dia seguinte, mudando já de opinião, escreveu Dom Helder:

Agora que a Imprensa escrita e falada se fechou de todos e continua com proibição de publicar meu nome, a menos que se trate de ataques, meus Padres combinaram que eu passe o domingo pelas Paróquias, binando e trinando,⁴⁴⁵ falando à minha Gente, revelando o Cristo!⁴⁴⁶

Essa citação é emblemática, indicando o acirramento da censura em torno do Arcebispo, depois do AI-5. Esse controle é maior a partir de 1971, quando a proibição da publicação do nome de Dom Helder Camara se tornou uma regra para todos os órgãos de imprensa. Lembremos que a imprensa e a opinião pública eram uma das principais ferramentas de ação do Arcebispo, tendo em vista a sua tentativa de criação de um movimento de opinião pública de atuação mundial. Nos meses seguintes à publicação do AI-5, as tensões entre o Estado e a Igreja do Brasil aumentaram ainda mais, levando Dom Helder a confidenciar as suas interlocutoras da Família Mecejanense, que, em meio ao cenário político do país, depois do AI-5, não caberia a ele: “... nem imprudência, nem covardia”.⁴⁴⁷

Em outro momento, juntamente com seu Arcebispo-Auxiliar, Dom José Lamartine, Dom Helder escreveram juntos aos membros da CNBB para denunciar o

⁴⁴³ Ibid. p.12

⁴⁴⁴ SERBIN, 2001. p.204

⁴⁴⁵ Verbos próprios ao jargão eclesial para significar celebrar duas ou três Missas no mesmo dia.

⁴⁴⁶ CÂMARA, Helder. 471º Circular. Recife, 05/06 de janeiro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013c. p.15

⁴⁴⁷ CÂMARA, Helder. 476º Circular. Recife, 19/20 de janeiro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013c. p.35

momento de cerceamento das liberdades e direitos que os militares impunham ao país. Ao reproduzir o telegrama que enviou aos Bispos do país, ele fez as seguintes observações aos seus leitores:

CNBB
Secretariado Regional Nordeste II
Rua do Giriquiti, nº48
Recife – Pernambuco

Carta Circular aos Membros da Comissão Central da CNBB

Recife, 23 de fevereiro de 1969

Prezado Irmão

1. D. José Lamartine, meu Bispo Auxiliar e eu acabamos de enviar ao Secretário Geral da CNBB o seguinte telegrama:
“AGUARDAMOS FORMAL DESMENTIDO RUMORES RETIRADA DECLARAÇÃO COMISSÃO CENTRAL AMPLAMENTE DIVULGADO NORDESTE CONFORME UNÂNIME DELIBERAÇÃO pt MEDIDA ANUNCIADA COMPORTARIA DECRÉDITO TOTAL CONFERÊNCIA.”
Seja-nos permitido explicar melhor aos Emos. e Exmos. Membros da Comissão Central – e ao Exmo. Senhor Núncio Apostólico e à Exma. Comissão Episcopal do Nordeste II – as razões que motivaram o nosso gesto de alarme e de protesto.
2. A partir de 13 de dezembro próximo passado, pelo Ato Institucional nº5, estabeleceu-se, no Brasil, um regime de fato, em que o Poder Executivo se coloca fora e acima da lei, a Revolução e proclamada como fato irreversível e permanente, são suspensos praticamente todos os direitos fundamentais do homem.⁴⁴⁸

Em outro momento, dessa mesma circular, observa-se Dom Helder registrando: “5. Em S. Paulo, tomamos conhecimento da situação da Igreja que, praticamente em todo o País, se acha debaixo de suspeição e submetida a vexames injustos por defender a doutrina social da Igreja, interpretada abusivamente como subversão e comunismo.”⁴⁴⁹ Nessa carta, tanto na transcrição do telegrama enviado aos membros da CNBB, como na análise feita aos membros da Família Mecejanense, encontra-se um posicionamento mais veemente do Arcebispo frente ao regime militar que tinha entrado na fase de maior acirramento político.

Com o endurecimento da ditadura militar, acontece um caso emblemático na Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto. A proximidade do sacerdote Henrique com Dom Helder Camara colocou esse padre no radar dos inimigos do Arcebispo. Assim, em 1969, depois de sair

⁴⁴⁸ CÂMARA, Helder. 493º Circular. Recife, 24/25 de fevereiro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013c. p.95

⁴⁴⁹ *Ibid.* p.96

de uma reunião com jovens católicos e seus pais, o Padre Henrique foi colocado forçadamente num carro pertencente ao DOPS e, depois, o seu corpo foi encontrado em terreno próximo ao quartel da 7ª Região Militar, com várias marcas de torturas nele.

A suspeita recaiu, no decorrer do tempo, sobre CCC (Comando de Caça a Comunismo), movimento de extrema-direita que já tinha feito ameaças a Dom Helder Camara, pichando a sua residência e metralhado a mesma.⁴⁵⁰ Destacamos que, desde 1968, Dom Helder se mudou do Palácio de Manguinhos para morar nos fundos da Igreja das Fronteiras, no Bairro da Boa Vista, Recife.⁴⁵¹

Em entrevista de Dom Helder a uma revista de Buenos Aires, Argentina, que foi transcrito por ele na circular nº 623, de 06/07 de dezembro de 1969, tratou em seu conteúdo sobre uma suposta indicação dele ao Prêmio Nobel da Paz de 1970.⁴⁵² Essa indicação se realizou, mas em resposta a essa ação, o governo militar reagiu efetivando uma forte campanha contra o nome do Arcebispo. Em parte, esse posicionamento se deu pelos crescentes desentendimentos entre o regime militar e Dom Helder, somado às denúncias numa conferência em Paris, França, maio de 1970, sobre torturas praticadas, pelo governo militar, nos presos políticos.⁴⁵³

No decorrer do ano de 1970, como não foi escolhido como o nome do Nobel da Paz, Dom Helder recebeu um Prêmio Martin Luther King, nos EUA, criado pela Southern Christian Leadership Conference para tentar minimizar as injustiças feitas ao Arcebispo.⁴⁵⁴ Relevante destacar que, depois do AI-5 e das denúncias de violações dos direitos humanos no governo militar brasileiro, os EUA acabaram se afastando

⁴⁵⁰ Cf.: CÂMARA, Helder. 533º Circular. Recife, 07/08 de junho de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013c. p.239; SOARES, 2018; SERBIN, 2001. p.158; CASTRO, 2002, p.146-157; MONTENEGRO, Antônio; SOARES, E. 2002. p.22; MARIN, 2002. p.133

⁴⁵¹ Mascarados atacam casa de D. Helder e quebram curso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1968, p.12

⁴⁵² Cf.: CÂMARA, Helder. 493º Circular. Recife, 06/07 de dezembro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 05/06 de Julho de 1969 a 24/25 de Janeiro de 1970. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo IV. Recife: Editora CEPE, 2013d. p.275; Dom Helder candidato ao Nobel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1970. p.8; SERBIN, 2001. p.108; PILETTI, 2008, p.315

⁴⁵³ Cf.: SERBIN, 2001. p.23; PILETTI, 2008, p.317

⁴⁵⁴ Cf.: CÂMARA, Helder. “**Eu tive um sonho...**”. Conferência realizada ao lhe ser atribuída o Prêmio Martin Luther King, recém-criado pela Southern Christian Leadership Conference. Atlanta, USA, 12 de agosto de 1970m

progressivamente do Brasil.⁴⁵⁵ Enquanto isso, as atividades de Dom Helder no país e no exterior, levou o religioso a ser indicado ao Nobel mais duas vezes, em 1971 e 1972.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ Cf.: GREEN, James. "Clerics, Exiles, and Academics: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States, 1969-1974." *Latin American Politics and Society*, Vol. 45, No. 1, 87-117, Spring 2003.

⁴⁵⁶ Essa premiação foi organizada em resposta aos boicotes orquestrados pelo governo brasileiro e alguns clérigos mais conservadores na escolha de Dom Helder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz. Esse processo pode ser visto no seguinte relatório: COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. Prêmio Nobel da Paz: A atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de dom Helder Câmara. **Cadernos da memória e verdade**. V.4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=Nobel&pasta=Premio%20Nobel%20da%20Paz>> Acessado em: 08.06.2016

CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTISMO *VERSUS* COMUNISMO: as interpretações dos opositores em relação aos trabalhos e aos discursos de Dom Helder Camara (1964-1970)

Tem-se a impressão de que chega ao auge o ódio dos que juraram tirar-me daqui. Só ontem, foram lançados três boletins contra mim, agora explorando muito que até o Papa me mandou calar...⁴⁵⁷

A partir dessa citação, escrita na madrugada de 06 para 07 de agosto de 1969, nós questionamos quais expedientes e/ou imagens foram utilizados pelos opositores de Dom Helder Camara, no decorrer da década de 1960, para desqualificá-lo enquanto líder religioso ou em seus empreendimentos em prol do desenvolvimento socioeconômico do país? Para responder a essa problemática, decidimos mapear e analisar alguns grupos que se opuseram ao trabalho desempenhado pelo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Nesse processo, construímos uma narrativa alicerçada na confrontação dos discursos de Dom Helder em resposta àqueles que o acusavam de subversivo ou tentavam associá-lo a signos negativos da esfera política, social e/ou religiosa. Além de debater como a polícia política, representando o Estado, também desempenhou relevante papel na confecção de estigmas e elementos legitimadores de discursos que associavam esse clérigo ao comunismo/socialismo.

Determinamos então, dividir o capítulo em dois blocos, em que questionamos no primeiro quais elementos negativos foram associados por grupos civis à imagem política e religiosa de Dom Helder no intuito de deslegitimá-lo em seu trabalho pastoral e nas questões relacionadas à justiça social. Considerando que uma imagem construída discursivamente, no caso, de uma pessoa tida como subversiva, pode ser formada a partir da agregação de vários enunciados que desempenham funções de peças de um quebra-cabeça que não exige obrigatoriamente o uso de todas as partes para formarem a imagem final. Dessa forma, a utilização na produção discursiva de um ou mais signos negativos seria mais do que o suficiente para a construção de narrativas que colocavam o sujeito/objetivo do discurso, no lugar social de inimigo da ordem social, moral e política vigente.

Como estratégia, resolvemos estruturar a nossa escrita na abordagem de grupos específicos de opositores a Dom Camara, no caso, selecionamos alguns representantes de nichos religiosos, políticos e intelectuais. Relevante destacar que se trata de uma

⁴⁵⁷ CÂMARA, Helder. 560º Circular, 06/07 de agosto de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013d. p.39

representação feita a partir de uma seleção pontual de uma sociedade muito mais ampla e complexa, como aquela do Brasil do recorte histórico estudado nesta tese de doutoramento. Assim, em certos momentos, dedicaremos, alternadamente, maior espaço para acusações do tipo: ele era comunista ou conivente com o marxismo; ou na juventude ele foi fascista/integralista; ou que ele era mais político do que clérigo; ou que ele não tinha fé na existência de Deus ou no papel prioritariamente espiritual da Igreja. Contudo, destacamos que não trataremos Dom Helder de maneira passiva a essas críticas, mas enquanto agente que procurou defender seus ideais e atuações sócio-pastoral.

Posteriormente, na segunda parte, buscamos discutir como a atuação de Dom Helder, então criticada pelos grupos selecionados em nossa pesquisa, foi também acompanhada e utilizada pela polícia política na construção de uma imagem em que o religioso em questão e seus interlocutores eram classificados como inimigos do *status quo*. Confrontando o acervo do DOPS-PE com os periódicos, os discursos e os escritos pessoais de Dom Helder, nós começamos também a questionar: como aquele universo de informações produzidas pela polícia política, juntamente com as outras fontes, foram utilizadas no cotidiano policialesco? E quais eram os impactos sociais e políticos para a vida dos vigiados e de seus familiares, amigos e conhecidos? Outra demanda presente foi discutir como o tema desenvolvimento tratado por Dom Helder acabou sendo percebido e fichado pelos membros do DOPS? Partindo dessas perguntas, viabilizamos discussões relativas às práticas de vigilância da polícia política em relação ao trabalho de Dom Helder frente à Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife.

Desse modo, demonstraremos que a associação da imagem de Dom Helder a movimentos subversivos e/ou comunistas/socialistas estava em muitos momentos intrinsecamente ligadas às interpretações dos opositores ao trabalho do Arcebispo em torno do tema desenvolvimento. Assim, no decorrer das próximas páginas, indicaremos as disputas pela legitimidade de representação dos significados dos discursos e das ações do clérigo estudado aqui em relação ao combate às injustiças sociais e às reformulações das estruturas sociopolíticas que oprimiam os mais pobres.

4.1. *Arcebispo do desenvolvimento ou Arcebispo vermelho? As batalhas e desafetos de Dom Helder Camara*

Em decorrência das atividades de combate às injustiças sociais e na defesa de projetos de cunho desenvolvimentistas, Dom Helder Camara tornou-se alvo de críticas de opositores no mundo religioso e secular. Partindo da compreensão das atividades dele em âmbito nacional e internacional, discutiremos as disputas de narrativas de representação entre grupos considerados conservadores *versus* progressistas.

No decorrer da década de 1950, enquanto Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, observa-se na documentação que compõe o nosso *corpus documental*, que os primeiros trabalhos relacionados ao desenvolvimento social e econômico começaram a ocupar maior espaço na agenda de ação pastoral e política de Dom Helder Camara. Nesse momento, lembrando sua atuação próxima ao Centro Dom Vital e a convivência diária com Alceu Amoroso Lima, o pensamento de um humanismo integral, alicerçado nos textos de Maritain, contribuiu na reformulação dos discursos e práticas de Dom Camara.⁴⁵⁸

Lembrando da transição no posicionamento desse religioso que dialogava e legitimava, durante a juventude, com propostas mais conservadoras ou mesmo reacionárias, como o caso do integralismo, passando pelas transformações que acompanhamos no decorrer da escrita desta tese. Os primeiros empreendimentos desse religioso, no tema do desenvolvimentismo, estiveram relacionados às problemáticas da urbanização dos grandes centros, caso do Rio de Janeiro, e às migrações internas de nortistas para o sul e sudeste do país.

No decorrer dos anos 1950 e 1960, observa-se inicialmente uma tentativa de criar condições de um trabalho conjunto com os governos e os órgãos do Estado. Contudo, esse cenário passou por mudanças, oriundas em grande parte das fissuras nas relações no pós-66, quando as relações entre o governo militar e o Dom Camara entraram em conflito, abordada esta situação no capítulo anterior. A partir deste momento de nossa tese de doutoramento em História, dedicaremos nossa atenção para outra esfera social, que também se colocaram na oposição. No caso, os segmentos da Igreja e de leigos católicos que se opuseram ao Arcebispo de Pernambuco. Desse modo, buscamos na imprensa da época e nos escritos do próprio Dom Helder, como esses

⁴⁵⁸ Cf.: MARITAIN, 1962

opositores se utilizaram dos discursos desenvolvimentistas do Arcebispo como suposta prova de que ele tinha sofrido influências comunistas/socialistas.

Mesmo procurando afastar-se da perspectiva anticomunista em voga na época, Dom Helder começou a utilizar do expediente em seus argumentos que o desenvolvimento seria um caminho viável e eficiente para enfrentar tal ameaça a sociedade ocidental e cristã. Desse modo, mesmo negando em vários momentos assumir um posicionamento anticomunista, o que se observa é que Dom Helder acabou adotando em certas circunstâncias essa bandeira política para justificar e legitimar sua atuação social, política e intelectual num contexto histórico marcado pelo golpe civil-militar.

Como exemplo disso, o artigo que escreveu para a revista francesa *Réalités*, que teve trechos reproduzidos e traduzidos no *Jornal do Brasil*, no ano de 1967, em que narrou o Arcebispo Dom Camara que o combate à miséria e à injustiça social seria o caminho para desestabilizar grupos comunistas em seus projetos. Além disso, também argumentou que um catolicismo preocupado com questões sociais – lembremos aqui da importância da doutrina social da Igreja para o trabalho de Dom Helder – representava que a Igreja não era o “ópio do povo”.⁴⁵⁹

Ao reproduzir trechos do texto de Dom Helder Camara no referido periódico francês, o corpo editorial do JB, responsável pela seleção, destacou de início um cenário em que ao chegar ao Nordeste brasileiro para assumir a Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, em 1964, encontrou 2/3 da população vivendo em condições subumanas. Contudo, esse dado que aparecia com frequência também nos discursos de Dom Helder Camara, entre as décadas de 1950 e 1960, não veio acompanhado de uma referência de qual órgão tinha produzido tal estatística. Essa miséria da região nordestina do país, na escrita de Dom Helder, estava alicerçada numa concepção de reflexo de uma exploração colonialista, que além da atuação de explorados das nações ricas, tinha suas raízes mais profundas num colonialismo interno, que cingia os grupos sociais, afastando os ricos dos pobres.

Ao enfrentar essa situação, na condição de religioso, destacou Dom Camara:

SUBVERSIVO E VERMELHO

– Que papel pode desempenhar a Igreja em face de uma situação assim patética – pergunta em determinado momento padre Helder. Em seguida

⁴⁵⁹ Cf.: Padre Helder escreve numa revista francesa sobre a subumanidade do Nordeste. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1967. 1º Cad. p.11

afirma: “A distinção entre o alto e baixo clero está ultrapassada: hoje fala-se em termo de povo de Deus. Com efeito, se mesmo os bispos que não se contentam em socorrer e assistir e que se batem por uma promoção humana são tachados de subversivos, pró-comunistas e vermelhos, é evidente que o baixo clero não pode falar e que os leigos, se falam, são freados. Muitos me acusam de *vedette*. Que importa se é preciso pagar esse preço para defender a justiça? Aquele que nos julga é Deus. De mais a mais, graças à constituição pastoral sobre a presença da Igreja no mundo e depois do encontro dos bispos latino-americanos, realizado com apoio direto do Papa Paulo VI, temos a esperança de que a situação vá modificar-se: o que era a atitude de alguns franco-atiradores tornar-se-á ação conjunta de hierarquia eclesiástica latino-americana; em lugar de uma pseudo-colocação como *vedette*, vamos ver em marcha o povo de Deus que, longe de se alienar, está disposto a se encarnar como o Cristo e a querer, para o bem da paz, mais justiça entre os homens. Se nós, padres aceitamos que as condições subumanas persistam; se deixamos as massas em abandono; se nos recusamos a lhes abrir os olhos, então amanhã o cristianismo estará perdido na América latina.”⁴⁶⁰

Em sua fala a revista francesa *Réalités*, Dom Helder procurou alicerçar seu argumento no texto da *Constituição Pastoral Gaudium et spes: sobre a Igreja no Mundo actual* (1965) e do encontro em Mar Del Plata (1966), que naquele momento sinalizava na concepção deste religioso, o caminho a ser percorrido pela Igreja Católica para ocupar um novo lugar no mundo moderno. Posteriormente, em outros textos, observa-se na escrita de Dom Helder que a Encíclica *Populorum Progressio* (1967) e os debates da Conferência de Medellín (1968), também foram incluídos como referências. O envolvimento dos religiosos católicos em assuntos sociais – alicerçados na doutrina social da Igreja – possuía o intuito de promover um desenvolvimento pautado na justiça social, que era entendido por parte dos membros da CELAM como a solução para a Igreja na América Latina. Desse modo, essa citação introduz-nos ao universo de acusações e interpretações dos textos, bem como às atividades de Dom Helder que foram tidas como subversivas e que alguns religiosos e leigos mais conservadores se opuseram.

A Igreja Católica possuía uma grande variedade de alas, que mesmo sendo classificadas como conservadoras ou progressistas possuíam distinções entre si sobre a forma de entender a fé e a função da Igreja junto ao mundo secular. Compreendendo a complexidade desse universo de grupos, formados por religiosos e leigos, elencamos para nossa narrativa histórica a atuação de um movimento particular, no caso, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

⁴⁶⁰ Ibid.

4.1.1. Dom Helder Camara *versus* Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)

A TFP – criada em 1960, por Dom Antonio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Plínio Corrêa de Oliveira – era uma organização sem fins lucrativos, com sede em São Paulo e possuindo como escopo a defesa de uma concepção de preceitos cristãos, que encontrava seus alicerces no pensamento conservador católico.⁴⁶¹ Segundo Sigifredo Romero: “TFP had much of its support in the south of the country, among the traditional elites of São Paulo, and the political circles associated to the ESG [Escola Superior de Guerra], from which it received enormous financial help.”⁴⁶² O perfil anticomunista foi uma das principais características desse movimento, que compreendia a atuação de seus opositores ou grupos que destoavam de seus pressupostos, como subversivos comunistas ou facilitadores, ingênuos ou não, das ações da esquerda.

Num livreto datilografado, que recebeu o título: *1960-1970 Duas décadas de lutas, no Brasil, em prol da civilização cristã e contra a penetração comunista*, encontra-se exposto a compreensão que os membros da TFP tinham em relação à realidade política, cultural, social e religiosa do Brasil.⁴⁶³ Ao tratar de uma de suas principais bandeiras, no caso, o combate ao comunismo, o autor do livreto elencou alguns pontos sobre o referido tema, dos quais destacamos os dois seguintes:

4. Para conquistar a opinião pública, o comunismo esgueira inocentes-úteis, criptocomunistas ou comunistas, em postos chaves da atual sociedade. E destes postos difunde doutrinas de aparência mais ou menos “moderada”, mas que trazem no bojo o veneno comunista.

Naturalmente, esses elementos “infiltrantes” apóiam, conscientemente ou não, as agitações promovidas pelo PC.

5. A melhor conquista do comunismo no Brasil, ao longo das últimas décadas, consistiu em se infiltrar em postos chave dos meios católicos, dos quais se utilizam para executar o descrito no item anterior.⁴⁶⁴

Esses mesmos critérios foram utilizados pelos seguidores do TFP para classificar enquanto comunistas os religiosos e leigos progressistas. Como exemplo disso,

⁴⁶¹ Cf.: ZANOTTO, Gizele. **TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960 – 1995)**. Passo Fundo: Méritos, 2012

⁴⁶² ROMERO, 2014, p.46

⁴⁶³ FILHO BRITO, Paulo Corrêa de. **Duas décadas de lutas, no Brasil, em prol da civilização cristã e contra a penetração comunista (1960-1970)**. São Paulo: Distribuído pelo Serviço de Difusão da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. 1979. *Apud.*: **Prontuário Funcional nº 3882** – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. DOPS-PE/APEJE.

⁴⁶⁴ *Ibid.* p.1

encontra-se na documentação analisada do TFP o nome de Dom Helder e seus interlocutores figurando ora como agentes comunistas/socialistas, ora como inocentes úteis que acreditavam está a serviço da doutrina social da Igreja, mas que estavam divulgando o pensamento marxista na sociedade civil e dentro da própria Igreja Católica.⁴⁶⁵

No *Estatuto* do TFP,⁴⁶⁶ encontram-se as normas para seu funcionamento e objetivos aos quais estavam inclinados a dedicar-se. Dentre os vários artigos, destacamos o primeiro, que definia:

Art.1º - A Sociedade [TFP] tem por fim esclarecer a opinião nacional, os partidos políticos e os Poderes Públicos, sobre a influência deletéria exercida em escala sempre mais larga, na legislação e na economia do País, pelos princípios socialistas e comunistas, em detrimento da Tradição brasileira e dos institutos de Família e da Propriedade privada. A Sociedade tem igualmente caráter filantrópico, sendo objetivo seu promover atividades ou obras de natureza beneficente ou social que direta ou indiretamente concorram para atenuar ou eliminar as crises e tensões sociais, resolvendo os problemas das pessoas ou categorias desajustadas.⁴⁶⁷

Essa citação reforça o nosso argumento sobre o posicionamento do TFP frente a algumas temáticas e indivíduos, sejam eles religiosos ou leigos. No decorrer da década de 1960, em vários momentos, membros desse movimento atacaram a atuação de Dom Helder Camara, considerando-o um elemento comunista dentro da Igreja ou como um religioso conivente com as ações da esquerda. Contudo, para esse momento de nossa escrita, decidimos analisar uma tensão entre membros do TFP e Dom Helder a partir da publicação de um texto do Padre Joseph Comblin, em 1968.⁴⁶⁸

O Padre belga Joseph Comblin, que adotou no Brasil o nome de José Comblin, para facilitar a comunicação com os brasileiros, possuía o título de doutor em teologia pela Universidade de Louvain. E, chegou a lecionar na Universidade de Católica de Campina entre 1958 a 1961. O Padre Comblin foi apresentado a Dom Helder por intermédio do Cardeal Suenens, no decorrer do Vaticano II. Esse encontro, registrado na

⁴⁶⁵ Cf.: Linguagem de Dom Helder serve a mal-entendidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1968. p.13; FERRARINI, Sebastião Antonio. **A imprensa e o Arcebispo Vermelho** (1964-1984). São Paulo: Ed. Paulinas, 1992. p.59-64

⁴⁶⁶ Estatutos sociais aprovados na assembléia geral de fundação da Sociedade, realizada em 26 de julho de 1960 (registrados sob nº 7214, em 30 de setembro de 1960, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo), e alterados na assembléia geral ordinária de 20 de março de 1964 (alteração registrada sob nº 10.984, em 1965, no mesmo Registro). *Apud.*: **Prontuário Funcional nº 3882** – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. DOPS-PE/APEJE.

⁴⁶⁷ *Ibid.* p.1

⁴⁶⁸ Pe. Comblin: Igreja deve sujar as mãos e fazer alianças sujas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1968. p.1 e 14

carta circular nº45, escrita na madrugada de 27/28 de novembro de 1962,⁴⁶⁹ revela que o Arcebispo Camara ficou impressionado com o sacerdote belga, que posteriormente foi convidado para ser professor no Instituto de Teologia do Recife e sendo considerado um dos principais nomes do clero em Pernambuco, no decorrer da ditadura militar.

O documento escrito pelo Pe. Comblin, que causou várias celeumas em meio à comunidade católica, foi publicado pelo *Diário de Pernambuco* no dia 12 de junho de 1968, com o título: *Teólogo prega reformas e diz que Igreja é colonialista e subdesenvolvida*.⁴⁷⁰ O texto corresponde a um estudo encomendado ao ITER, sob a responsabilidade do Arcebispo Dom Helder Camara, pelo CELAM para um debate interno dos membros eclesiais e provavelmente seria discutido na Conferência de Medellín, no ano corrente. Esse material, produzido pelo Padre Comblin, que era também professor do Instituto, acabou sendo distribuído inicialmente a quinze pessoas de confiança dele. Esses leitores deveriam apresentar suas observações de maneira reservada ao referido padre, que se utilizaria desse diálogo para amadurecer o texto. Contudo, um desses indivíduos acabou vazando o escrito do sacerdote belga para o citado jornal.

O escrito do Padre Comblin começou apresentando uma análise em que, para o autor, naquele momento, os estudos no campo da economia e da sociologia estavam pautados em grande parte em metodologias dedutivas e apresentando, assim, perspectivas gerais e homogeneizantes. Contudo, ele não revelou quais obras foram analisadas por ele para chegar a tal conclusão. Para ultrapassar essas limitações, o sacerdote decidiu aprofundar a discussão estabelecendo subdivisões, dedicando-se principalmente à América Latina e ao papel da Igreja Católica no Continente.

Ao direcionar seu olhar sobre o Continente latino-americano, destacou o Pe. Comblin: “Ao lado de uma categoria de mestiços, houve e há ainda uma aristocracia branca, que acumula a totalidade de poder, das riquezas e da cultura e uma classe de quase-escravos sem poder, sem riqueza e sem cultura.”⁴⁷¹ Desse modo, para o sacerdote belga – considerando que entendia os dados analisados por ele para a escrita de seu trabalho como generalizantes – a solução estava em compreender a situação dos países da América Latina além das classificações de subdesenvolvimento e desenvolvimento, pautando-se na especificidade histórica dos países.

⁴⁶⁹ CÂMARA, Helder. Circular nº 45ª, Roma, 27/28 de novembro de 1962. *Apud.*: CÂMARA, 2009a.

⁴⁷⁰ Teólogo prega reformas e diz que Igreja é colonialista e subdesenvolvida. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 de junho de 1968. 2º Cad. p.6-7

⁴⁷¹ *Ibid.*

Segundo o Pe. Comblin, a História enquanto campo de saber científico possibilitaria condições necessárias de análise e discussão sobre os problemas socioeconômicos das nações latinas. De maneira geral, destacou que a sociedade latino-americana estava marcada por uma aristocracia de brancos ou que se consideravam brancos, atuando a partir de dinâmicas sociais e financeiras desiguais com relação aos mais pobres, que eram em grande parte descendentes de negros e índios. Mesmo considerando a miscigenação do continente, para o autor, as divisões entre esses grupos não foram desfeitas, servindo como delimitadores para distinções sociais e econômicas desses países.

Ao destacar essa realidade, o padre argumentou que teorias, métodos e categorias de análise da sociologia européia ou norte-americana não correspondiam às realidades das classes sociais ou mobilizações sociais do continente latino-americano. Desse modo, no argumento de seu documento, o Pe. Comblin destacou ser necessário um esforço do próprio continente latino em produzir um lugar de análise sobre as suas próprias condições e seus problemas singulares das desigualdades sociais e/ou sócio-racial. Além de caber ao próprio Continente projetar um processo de desenvolvimento coerente e viável com sua História e potencialidades. Desse modo, a América Latina deveria construir seu próprio percurso para o desenvolvimento socioeconômico. Compreendia então o autor do documento publicado no DP que o continente latino-americano, diferente do europeu, devia empreender antes uma destituição da elite branca aristocrática do poder, para depois tentar um desenvolvimento da sociedade como um todo e não apenas de uma classe de afortunados.

No entanto, considerando em texto que a América Latina em si não passava por um processo homogêneo e linear de desenvolvimento, mas que possuía áreas financeiras que estavam nesse caminho, o Padre Comblin apresentava-se pessimista. Destoando dessa realidade, em sua argumentação, apenas dois países em que se poderia discutir de fato um desenvolvimento que abarcava a nação como um todo, no caso, México e Cuba. Lembremos que desde a década de 1950, Cuba estava sob regime socialista liderado na época por Fidel Castro e, também, sob um embargo econômico imposto pelo governo norte-americano. Assim, indicar Cuba como um exemplo de desenvolvimento, no Brasil da década de 1960, era um posicionamento no mínimo polêmico e abria espaço para

classificar o referido padre e seus interlocutores, como Dom Helder, como comunistas ou simpáticos às ideias socialistas.⁴⁷²

Ao tratar da Igreja Católica como uma instituição sensível ao tema do desenvolvimento, o Padre Comblin também a classificava enquanto um dos alicerces do subdesenvolvimento na América Latina. Em linhas gerais, o referido sacerdote analisou como a Igreja na América Latina negligenciou por séculos a realidade dos mais pobres, principalmente no campo, e das condições de subserviência colonial no Continente. Desse modo, destacou o Pe. Comblin, a Igreja Católica encastelou-se em estruturas e tradições medievais, tornando-se ela um símbolo do subdesenvolvimento do continente. Assim, para ele, a doutrina social da Igreja a partir dos textos *Constituição Gaudium et Spes* e da *Encíclica Populorum Progressio* falhava ao não apresentar uma discussão sobre “... problemas relacionados com a “arrancada” do desenvolvimento, e, de modo particular, com a arrancada na América Latina.”⁴⁷³

Ao analisarmos o supracitado documento, notamos que diferente de Dom Helder, o Padre Comblin tinha uma postura mais agressiva em relação à elite, enquanto o Arcebispo, como vimos até o momento, procurava criar condições de colaborações e conciliações entre grupos sociais distintos. Além disso, o Padre Belga acreditava que um processo de desenvolvimento que alcançasse as classes mais pobres, deveria vir com a reestruturação da própria elite política e econômica latino-americana. Nesse sentido, encerrou o Pe. Joseph o seu documento defendendo que as mudanças necessárias para o desenvolvimento não se darão de maneira pacífica ou por meio de debates acadêmicos platônicos ou do poder legislativo ou sistema eleitoral. Para tal padre, as mudanças só aconteceriam com a tomada de poder por um grupo decidido a empreender uma reforma, mesmo que sob uma ditadura autoritária.

A repercussão desse texto foi violenta, no campo político e religioso. Vereadores e deputados pernambucanos pediam a expulsão do país do Pe. Joseph Comblin.⁴⁷⁴ Contudo, a extradição desse religioso aconteceu apenas em 1971, não por causa do texto tratado aqui, mas por ser considerado elemento subversivo e aliado de Dom Helder Camara.⁴⁷⁵ Voltando o documento do Pe. Comblin, no caso, três dias depois da publicação, o sacerdote belga concedeu uma entrevista ao *Jornal do Commercio*, em

⁴⁷² A relação do nome do Pe. Comblin e de Dom Helder com Fidel Castro e o socialismo, Cf.: Bispos pedem providências ao Cardeal contra Comblin. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de julho de 1968. p.5

⁴⁷³ Teólogo prega reformas e diz que Igreja é colonialista e subdesenvolvida. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 de junho de 1968. 2º Cad. p.6

⁴⁷⁴ Cf.: Deputado quer ver Pe. Comblin expulso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1968. p.9

⁴⁷⁵ Cf.: **Prontuário Individual nº18.209** – Padre Joseph Comblin. DOPS-PE/APEJE.

que se apresentou insatisfeito com o fato da divulgação de seu escrito, dizendo que o texto era reservado a um público particular, formado pelo prelado do CELAM.⁴⁷⁶ Em apoio a ele, o intelectual Alceu de Amoroso Lima, conhecido como Tristão de Athaide, defendeu o documento do padre citado anteriormente, considerando certa coerência na apresentação de mudanças estruturais nos países latino-americanos que pretendiam aplicar um desenvolvimento integral e não apenas pontual.⁴⁷⁷

Contudo, na ocasião da publicação do texto do Pe. Comblin, alas mais conservadoras de religiosos e leigos pertencentes a Igreja Católica interpretaram tal escrito como prova de que o sacerdote em questão era adepto do comunismo e, consecutivamente, concordar com ele era prova de subversividade. Na revista *O Cruzeiro*, o jornalista Theophilo de Andrade em sua coluna *Política Internacional*, a exemplo de outros membros da imprensa na época, classificou o escrito desse padre como subversivo e um atentado “... contra o regime democrático restaurado pela revolução de 1964.”⁴⁷⁸ Nesse cenário, procurando testar a pessoa de Dom Helder, vários segmentos do campo político e religioso começaram a exigir um posicionamento repressivo do Arcebispo em relação ao seu padre.

Dentre os que se opuseram ao padre Comblin, estavam os membros da TFP que organizaram por meio da imprensa e de publicações financiadas pelo próprio movimento, uma campanha contra o padre e para que ele fosse expulso do país.⁴⁷⁹ Localizamos no *Prontuário Individual n° 18.209*, destinado a coletar informações sobre o Padre Joseph Comblin, duas cartas escritas por membros que compunham a liderança do TFP, indicando o envolvimento desses para que o padre fosse punido por causa de seu texto.

A primeira carta destinada ao Cardeal de São Paulo e Presidente do CNBB, Dom Agnello Rossi, foi assinada pelo Arcebispo de Diamantina, Minas Gerais, Dom Geraldo de Proença Sigaud, e o Bispo de Campos, Dom Antonio de Castro Mayer, ambos pertencentes ao TFP.⁴⁸⁰ Essa missiva teve como tema principal a questão do

⁴⁷⁶ Cf.: Padre Comblin triste pela divulgação de seu documento “reservado”. **Jornal do Commercio**, Recife, 15 de junho de 1968. *Apud.*: **Prontuário Funcional n° 3882** – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. DOPS-PE/APEJE.

⁴⁷⁷ Violência responde a outra violência. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 de junho de 1968. *Apud.*: **Prontuário Funcional n° 3882** – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. DOPS-PE/APEJE.

⁴⁷⁸ ANDRADE, Theophilo de. A mensagem do padre sem fé. **Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 06 de julho de 1968. p.112

⁴⁷⁹ Cf.: Impresses da FTP causaram conflito. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1968. p.12

⁴⁸⁰ SIGAUD, Geraldo de Proença; MAYER, Antonio de Castro. **O Arcebispo de Diamantina e o Bispo de Campos discordam do Pe. Comblin e pedem medidas contra o comun-progressismo na Igreja.**

comunismo, no caso, como o documento produzido pelo Padre Comblin tinha um caráter eminentemente comunista, adotando como modelos a serem seguidos o que esses religiosos ligados ao TFP classificaram como revoluções comunistas do México e de Cuba.

Além disso, Dom Sigaud e Dom Mayer relataram na carta que o sacerdote belga representando os progressistas da Igreja, personificava não apenas uma ameaça à fé cristã, mas a própria ordem política, jurídica e social do país. Esse perigo, que estaria representado pelo documento do Padre Comblin, também foi abordado como exemplo do que estava sendo ensinado no Instituto de Teologia do Recife, sendo o então Dom Helder Camara apontado como responsável pela formação teológica e ideológica dos que se formavam no referido centro de estudos.

Na segunda carta, escrita pelo presidente do conselho nacional da TFP, o intelectual Plínio Corrêa de Oliveira, observa-se um apelo desse leigo a Dom Helder Camara, tendo como meta que o Arcebispo expulsasse o Pe. Comblin da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife. Novamente a argumentação centrava-se no fato de que o sacerdote em questão defendia e apresentava um plano sistemático de implantação de um regime comunista no país, tendo para isso que destruir as estruturas cristãs e nacionalistas do país. Depois de uma análise de vários pontos do documento do Pe. Comblin que giravam em torno do argumento apresentado anteriormente, Oliveira escreveu o seguinte para Dom Helder:

Medidas contra são indispensáveis

Assim, a SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE está certa de interpretar os anseios de milhões de brasileiros, pedindo a V. Excia. Que expulse do Instituto Teológico do Recife, e da ilustre arquidiocese, em que ainda refulge a gloriosa recordação de D. Vital, o agitador que se aproveita do sacerdócio para apunhalar a Igreja, e abusa da hospitalidade brasileira para pregar o comunismo, a ditadura e a violência no Brasil.

Essas medidas, Sr. Arcebispo, são as únicas que podem desafrontar a nação. A atitude da Igreja punindo e repelindo severamente o sacerdote subversivo fará ver que Ela apóia desde já as medidas que a autoridade civil tomará por certo para resguardar contra os manejos do Pe. Comblin a segurança nacional.

Levando ao conhecimento de V. Excia. Isto que é, quase diríamos uma reivindicação de todos quantos amam a tradição brasileira e a família brasileira, e vêm no exercício da dupla função da propriedade – individual e social – um imperativo de justiça e uma condição de prosperidade nacional, pedíamos a favorável acolhida de V. Excia.

Diamantina, 23 de junho de 1968. *Apud.*: **Prontuário Individual nº18.209** – Padre Joseph Comblin. DOPS-PE/APEJE.

Com as expressões de toda a consideração que tributamos à alta dignidade eclesiástica de que está V. Excia. Revestido na Igreja de Deus, subscrevome.⁴⁸¹

No entanto, o posicionamento de Dom Helder Camara foi de apoio ao Pe. Comblin.⁴⁸² Em entrevista ao *O Jornal*, periódico carioca e que, posteriormente, foi reproduzida pelo *Diário de Pernambuco*, enquanto participava da IX Assembléia Geral da CNBB, onde discursou sobre a não-violência e a necessidade de ações concretas para o desenvolvimento,⁴⁸³ Dom Camara se declarou dessa forma sobre o documento do citado padre: “Concordo 100% com o teólogo Comblin [...] – Discordo, em parte, como é natural, do sociólogo. Graças a Deus que os cristãos podem divergir em questões abertas...”⁴⁸⁴ Nesse sentido, procurou Dom Camara amenizar a situação.

Desse modo, mesmo sendo acusado como figura subversiva pelo TFP, depois de posicionar-se favorável ao clérigo belga, Dom Helder tornou-se alvo com maior frequência dos ataques desse movimento conservador.⁴⁸⁵ Plínio Corrêa de Oliveira, escrevendo para o jornal carioca *A Cruz*, publicou também nos anos seguintes afirmações de que Dom Helder era subversivo, chamando-o, em vários momentos, de “Arcebispo Vermelho”.⁴⁸⁶ Outra estratégia constante, como se observa no artigo *O Incólume*, como na maior parte dos textos em que se tratou a figura de Dom Helder foi a retomada do documento do padre Comblin para justificar que o Arcebispo era o responsável pela escolha, manutenção e defesa do sacerdote belga, que tinha a incumbência de formar novos religiosos pelo Instituto de Teologia do Recife.⁴⁸⁷

Plínio Oliveira ao tratar de uma visita do Arcebispo de Pernambuco ao Canadá, em 1970, no texto: *Dom Helder Cria Problema – Os comunistas aplaudem*, procurou desqualificar as alas consideradas progressistas em relação ao tema do desenvolvimento social e à função que a Igreja deveria ocupar nessa problemática.⁴⁸⁸ No caso, esse líder ultraconservador do catolicismo argumentou que enfrentar o subdesenvolvimento era

⁴⁸¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A TFP pede medidas contra padre subversivo**. S/D. *Apud.*: **Prontuário Individual nº18.209** – Padre Joseph Comblin. DOPS-PE/APEJE.

⁴⁸² Cf.: D. Helder: Padre Comblin continuará no Instituto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de julho 1968. p.3

⁴⁸³ Cf.: CÂMARA, Helder. 397º Circular, Recife, 09/10 de junho de 1968; 398º Circular, Recife, 10/11 de junho de 1968. *Apud.*: CÂMARA, 2013b. p.121-129

⁴⁸⁴ Dom Helder afirma que “concorda “100% com o teólogo Comblin” e SUDENE fez o máximo possível em 10 anos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de julho de 1968. 1º Cad. – p.2

⁴⁸⁵ Cf.: BEOZZO, 1994, p.88-89

⁴⁸⁶ Como exemplo, indicamos: OLIVEIRA, Plínio Corrêa. O Arcebispo Vermelho abre as portas da América e do Mundo para o comunismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1969. p.6

⁴⁸⁷ Cf.: OLIVEIRA, Plínio Corrêa. O Incólume. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1969. p.3

⁴⁸⁸ Cf.: OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Dom Helder cria problema – Os comunistas aplaudem. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1970. p.3 e 5

uma questão técnica e o envolvimento de discursos supostamente religiosos, tinham, por debaixo de sua superfície, boas intenções em germinar o pensamento comunista, como visto também em *Os “Grupos Proféticos” a serviço da Igreja-Nova e do Comunismo*.⁴⁸⁹

O posicionamento de animosidade em relação a Dom Helder não ficou restrito a grupos de religiosos ou movimentos de católicos conservadores, mas também tinha espaço em meio aos políticos civis. Lembrando que no cenário político nacional, estando o Brasil sob a ditadura militar, o poder legislativo e o executivo, em âmbitos Estadual e Municipal, estavam organizados a partir de disputas de um bipartidarismo, no caso, a ARENA e o MDB. Considerando os momentos de tensões em que Dom Helder Camara esteve envolvido no decorrer da década de 1960, decidimos analisar as investidas de Wandenkolk Vanderlei, vereador da ARENA, na cidade do Recife, em relação ao Arcebispo de Pernambuco.⁴⁹⁰

4.1.2. Dom Helder Camara *versus* Wandenkolk Vanderlei

Ex-delegado de polícia, o vereador Wandenkolk Vanderlei apresentava-se como um nacionalista e católico preocupado com o avanço do comunismo dentro da Igreja e no país. Em 1966, depois das tensões que envolveram Dom Helder Camara e alas do IV Exército por causa da negativa em ir celebrar a missa de comemoração ao que os militares e parte da sociedade chamava de “Revolução de 64”; somado ao encontro dos Bispos em Beberibe e o Manifesto escrito por estes, o referido vereador foi ao *Diário de Pernambuco* convidar o Arcebispo a combater o comunismo juntamente com ele.⁴⁹¹ Na ocasião, Wandenkolk argumentou que acreditava que o religioso estava sendo usado maliciosamente por elementos comunistas, que subvertiam em suas interpretações as falas e atitudes do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

Um dos locais em que esses supostos comunistas estavam inseridos era a SUDENE, órgão em que Dom Helder tinha atividades e projetos em conjunto com o governo no decorrer da década de 1960. Nessa entrevista ao DP, o vereador Vanderlei se utilizou em sua fala do artifício de narrar as ações contra religiosos logo após a

⁴⁸⁹ Cf.: OLIVEIRA, Plínio Corrêa. *Os “Grupos Proféticos” a serviço da Igreja-Nova e do Comunismo*. A Cruz, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1969. p.3

⁴⁹⁰ Segundo Sigifredo Romero, Wandenkolk Vanderlei foi o mais fervoroso oponente de Dom Helder Câmara. Cf.: ROMERO, 2014, p.62; PILETTI, 2008, p.286

⁴⁹¹ Wandenkolk Convida Dom Helder a combater comunismo ao seu lado. *Diário Pernambuco*, Recife, 10 agosto de 1966. 1º Cad. p.8

Revolução Russa, de 1917, como um exemplo de algo que Dom Camara não gostaria de ver repetido no Brasil dos anos 1960. Logo, apresentando essa imagem, argumentava que seria coerente se o Arcebispo Dom Camara o apoiasse numa campanha anticomunista.

Contudo, no decorrer do tempo, com a não adesão de Dom Helder Camara ao convite do citado vereador, este empreendeu uma violenta campanha contra o religioso em questão. Na análise da documentação, o que se percebe é que as propostas de combate às injustiças sociais por parte de Dom Camara eram interpretadas e tratadas, por este vereador, como sinal de subversividade e da introdução de supostos dogmas comunistas em meio à Igreja Católica e à sociedade cristã brasileira.

O vereador Wandenkolk Vanderlei, em 1968, ao discursar sobre a administração e as supostas dificuldades financeiras da Arquidiocese, a pretensão de venda do prédio do Seminário Regional do Nordeste, custeio de viagens e condições de organizações laicas, teceu questionamentos sobre a honestidade de Dom Helder Camara e seu Arcebispo-Auxiliar, Dom Lamartine Soares.⁴⁹² No dia 18 de março, em sessão da Câmara de vereadores do Recife, Vanderlei fez novas acusações contra os religiosos em questão, dessa vez no formato de perguntas, no caso, 21 questões que colocavam em xeque a capacidade e a honradez dos referidos religiosos católicos.

No dia 23 de março de 1968, Dom Helder Camara ao participar de uma solenidade para receber o título de cidadão de Carpina, município da Zona da Mata de Pernambuco, decidiu entrar em rota de colisão com o vereador recifense ao estruturar um discurso destinado a responder e contra-atacar tais acusações. Na ocasião, apresentou o prelado um discurso intitulado: *Afinidade espiritual com Carpina*, em que aproveitou para rebater diretamente às insinuações de Vanderlei na Câmara de vereadores do Recife.⁴⁹³

Esse texto era bem atípico em comparação a outros do Arcebispo, por ele se dedicar a responder às acusações, defender sua atuação e, também, atacar aquele que lhe fazia oposição. A escolha daquele momento para responder a seu desafeto, foi ressaltada por Dom Helder, que destacou que desde o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, em 26 de janeiro de 1968, quando pronunciou o discurso: *Conversa clara faz*

⁴⁹² Cf.: Falando a verdade Dom Helder poderia salvar a fé cristã. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 de fevereiro de 1968. 2º Cad. p.8

⁴⁹³ Cf.: CÂMARA, Helder. **Afinidade espiritual com Carpina**. Discurso de agradecimento proferido ao receber o título de Cidadão de Carpina. Carpina, Pernambuco, 23 de março de 1968f

bons amigos, sua história de vida estava definitivamente ligada àquela cidade pelo combate à injustiça e à implantação da paz social.⁴⁹⁴

Esse discurso de janeiro de 1968, aos trabalhadores do campo, teve grande repercussão política e jurídica, tendo em vista que foi convocado para dar explicações judiciais sobre o conteúdo de sua fala. Segundo o próprio, tinha sido aquele o discurso mais controvertido que já tinha feito e sua repercussão era variada, tanto de apoios como de discordâncias. Naquela ocasião, tinha dito o Arcebispo que nas cidades do interior, as elites econômicas e políticas locais empreendiam dinâmicas próprias na condução das coisas públicas que se confundiam em grande parte com as privadas. Posteriormente, abordaremos melhor esse discurso em particular.

Retomando o discurso de março, com o argumento de que estava ligado à cidade de Carpina, Dom Helder então leu seu texto no intuito de proporcionar um enfrentamento direto com o seu desafeto, o vereador Wandenkolk Vanderlei. No dia 18 de março de 1968, em sessão da Câmara de Vereadores do Recife, esse político tinha feito 21 perguntas direcionadas a Dom Helder, sem que este estivesse presente na ocasião. Responder a essas perguntas e, depois, devolver a mesma quantidade de questões ao vereador recifense foi o objetivo do escrito lido pelo Arcebispo Metropolitano.

Dividindo sua argumentação em seis categorias, onde respondeu com base no conteúdo das perguntas e não de forma sequenciada, Dom Helder Camara começou com os números 1, 2, 5, 17 e 3 (desdobrada em 13 itens), que tratavam basicamente da prestação de contas, com destaque para um golpe que os Bispos do Nordeste tinham recebido de um investidor alemão chamado Awirgdor Herskovicz.⁴⁹⁵ Nesse caso, além de revelar os gastos da Arquidiocese, Dom Helder aproveitou para explicar a independência da administração financeira das dioceses, não cabendo a ele, o Arcebispo Metropolitano, controlar os gastos e investimentos dos bispos.

Enquanto que a pergunta nº 8 estava destinada a inquirir se o Arcebispo ou o Arcebispado ajudavam com dinheiro aos mais pobres da Região. Em sua resposta, além de destacar alguns serviços, Dom Helder ressaltou que a Igreja pós-Vaticano II não

⁴⁹⁴ Cf.: CÂMARA, Helder. **Conversa clara faz bons amigos**. Palestra do I Encontro das Federações dos trabalhadores rurais. Carpina, Pernambuco, 26 de janeiro de 1968a

⁴⁹⁵ Sobre o caso dos Bispos do Nordeste e Awirgdor Herskovicz: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de janeiro de 1968. 1º Cad. – p.5; Arcebispos do Nordeste solidários com os bispos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de janeiro de 1968. 1º Cad. – p.1; Dom Helder no encontro dos rurícolas: querem queimar os bispos junto ao povo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de janeiro de 1968. 1º Cad. – p.3.

ficaria restrita ao assistencialismo, procurando atuar no processo de desenvolvimento integral do homem e construir junto a esses sujeitos históricos a conscientização de seu papel na mudança de sua própria história. Na ocasião, lembrou o religioso do lema da Operação Esperança, que dizia: “Ajudar as Massas a tornar-se Povo.”⁴⁹⁶ Além disso, segundo Dom Helder, quando a Igreja não mais aceitou fechar os olhos para as desigualdades, lutando agora contra a opressão de uma colonização interna, as elites locais se sentiram traídas e começaram a se opor a essa instituição religiosa.

No questionamento nº6, segundo Dom Helder, foi abordado o caso do que o vereador chamou de abandono do Seminário da Várzea e de Camaragibe. Nesse ponto, observa-se certo sarcasmo do Arcebispo ao questionar sobre o conhecimento do vereador no processo de formação dos sacerdotes católicos. Em sua resposta, destacou que o fechamento do Seminário Menor, no bairro da Várzea, se deu pelo baixo índice de resultados de vocações religiosas, sendo o mesmo número de seminaristas conseguidos de grupos leigos como JUC, JEC e JOC. Enquanto que para o caso do Seminário Maior, de Camaragibe e sobre o qual houve grande investimento estrangeiro, destacou Dom Helder que tirar o pretendente a sacerdote do seminário e colocá-lo em meio às comunidades, possibilitaria a esse um maior amadurecimento de suas vocações e formação pastoral.

A pergunta nº 7 destacava a precariedade na restauração de templos tradicionais, contudo o vereador, segundo a resposta de Dom Camara, parecia desconhecer que cada ordem ou congregação religiosa tinha responsabilidades sobre seus templos e não cabia à Arquidiocese a manutenção de suas propriedades. Na interrogação de nº 4, o vereador questionou sobre o fato de Dom Helder vender o Colégio Arquidiocesano, no entanto, sua resposta foi que essa instituição foi vendida para a Faculdade Católica de Pernambuco, que manteria a escola em funcionamento. Enquanto que no decorrer das questões nº16 e 20, o vereador traçou críticas às inovações dos ritos sagrados: “Missas em iê-iê-iê e em Xangô.”⁴⁹⁷ Em resposta, o Arcebispo disse que o uso de instrumentos tidos como menos nobres ou sacros – violão, guitarra, baixo, bateria, etc. – não tinha nada a ver com outros tipos de cultos religiosos ou ritmos musicais, mas apenas uma forma de trazer instrumentos modernos e populares a celebração da missa.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ Cf.: CÂMARA, 1968f. p.2

⁴⁹⁷ Ibid. p.3

⁴⁹⁸ As críticas do vereador Wandenkolk Vanderlei em relação aos ritmos musicais das missas foi tema de reportagem do Diário de Pernambuco meses antes desse enfrentamento. Cf.: Wandenkolk Vânderlei

Na pergunta nº19, o vereador questionou qual a ajuda real da Arquidiocese aos padres das paróquias mais pobres. Nesse ponto, destacou Dom Helder que mesmo sabendo das dificuldades e da incapacidade de suprir todas as necessidades, as despesas eram custeadas pelo Instituto de Previdência do Clero (IPREC). No caso das demandas 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18 e 21, Dom Camara foi acusado de demagogo, comunista e, também, questionado a dar os nomes de quem financiava os custos das viagens do referido religioso em suas viagens ao exterior.⁴⁹⁹ Ao discursar sobre o seu trabalho, em que se dedicava aos problemas do Terceiro Mundo, Dom Camara destacou que aqueles que o convidavam para discursar, também arcavam com os custos de suas passagens, alimentação e hospedagens. Então, ao apresentar um roteiro de viagens que faria ainda no primeiro semestre de 1968, escreveu o Arcebispo: “Curioso é que o subversivo e comunista recebe convites insistentes e com despesas pagas não de instituições do Leste, mas do Oeste.”⁵⁰⁰ Ou seja, Dom Helder falava ao ocidente capitalista e não ao mundo soviético.

Dentre todas as perguntas, apenas a de nº14 ficou sem resposta, pois segundo Dom Helder estava relacionada ao seu discurso na cidade de Carpina em janeiro de 1968 e o mesmo já estava sendo tratado na justiça, após ele encaminhar cartas ao Juiz da 24ª Vara Civil e ao Egrégio Tribunal de Justiça. Depois dessa exposição, Dom Helder Camara devolveu ao vereador Wandenkolk Vanderlei um total de 21 perguntas, dentre os quais destacamos os seguintes:

2ª – Quando exerceu autoridade na Polícia, lembra-se de ter cometido arbitrariedades e ordenado torturas? Em caso afirmativo, informe contra quantas pessoas e dê exemplos de torturas mais vexatórias e humilhantes. Lembra-se, p.ex., de ter ordenado choques elétricos em partes mais sensíveis e de ter feito arrancar unhas?

3ª – É verdade que o Sr. se gaba de seu método de combater ladrões? Costumava mesmo levar, de vez em quando, meia dúzia, em lancha para o alto mar, voltando só com quatro, deixando aos sobreviventes o encargo de espalhar o pânico entre os companheiros do furto?

4ª – Costuma emprestar dinheiro, direta ou indiretamente? Em caso afirmativo, apresente lista dos últimos empréstimos feitos, indicando nomes e endereços das vítimas; informando os juros máximos a que já chegou; não

crítica a inserção de ritmos estranhos na missa. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 de setembro de 1967. 2º Cad. p.6

⁴⁹⁹ Wandenkolk é apenas um exemplo que adotamos em nossa narrativa, pois essa mesma estratégia de acusação de subversivo e que tinha suas contas pagas por organizações comunistas ou suspeitas também foi utilizada por outros opositores de Dom Helder. Outro exemplo foi Dom Sigaud que também empreendeu forte campanha contra Dom Helder e dentre as suas acusações, estava o questionamento de quem financiou as viagens e hospedagens. Cf.: PILETTI, 2008, p.302

⁵⁰⁰ CÂMARA, 1968f. p.6

esquecendo de frisar se utilizar promissórias assinadas em branco ou se prefere penhora de casas, terrenos ou objetos?

5ª – Sua ideia fixa em ajudar as Dioceses do Nordeste a evitar desvios perigosos, traduz, de sua parte, militância cristã? Em que Comunidade Paroquial se integra? De que organização Católica participa? Como vem contribuindo para a aplicação do Vaticano II? Sente-se atualizado na doutrina social da Igreja e se esforça em vivê-la e difundi-la? [...]

7ª – Queira indicar uma lista dos mais graves problemas do Recife e indique as medidas que o Sr. tem sugerido para nossa Cidade à altura de sua responsabilidade de capital do Nordeste em desenvolvimento. [...]

18ª – Conhece as proporções do problema de menores abandonados e menores delinquentes no Recife? Mede as consequências deste fenômeno triste em termos de prostituição? Esta tão tranquilo a respeito, a ponto de dispor de tempo para preocupar-se tanto com a introdução do iê-iê-iê na Missa? [...]

21ª – Na hipótese de perceber que lhe vem faltando imaginação criadora e espírito público diante dos graves problemas da Cidade e diante da evidente distorção de sua missão de Vereador, que o leva a imiscuir-se com questões que não são de sua alçada, com abandono flagrante das que são próprias, não lhe parece que seria louvável, nas próximas eleições, o gesto de coragem e de patriotismo de não candidatar-se?⁵⁰¹

As perguntas citadas anteriormente, escolhidas entre as 21 feitas pelo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife ao vereador Vanderlei, indicam o tom de tensão entre esses dois sujeitos políticos. O que chama atenção é o fato de Dom Helder trocar o tom conciliador ou a estratégia de ignorar as acusações, como geralmente fazia, para empreender um enfrentamento direto com aquele que se colocava como seu opositor. Inclusive sugerindo que o vereador e ex-delegado de polícia teria um passado marcado por atos desonestos e que, em sua prática profissional como delegado, teria ferido os direitos humanos de presos ou suspeitos de crimes.

Esse discurso chamou a atenção da imprensa, sendo posteriormente publicado na íntegra pelo *Diário de Pernambuco*, no dia 24 de março de 1968.⁵⁰² Em reação à fala de Dom Helder Camara, o vereador aproveitou a oportunidade para intensificar o conflito entre eles. Dois dias depois, no mesmo jornal, o vereador Wandenkolk Vanderlei foi à tribuna para atacar novamente Dom Helder e defender-se das acusações feitas contra ele. Ao transcrever parte da fala do vereador recifense, o DP publicou o seguinte:

– Essa história de pancadaria em ladrões, unhas arrancadas, morte de gatunos, – prosseguiu o vereador – tudo isso é história que os comunistas sempre usaram contar mim nos pleitos eleitorais em que eles entoavam chavões que, agora, por intermédio de dom Helder, voltam a ser usados.

[...]

Quanto à pergunta que lhe fora formulada por Dom Helder, sobre empréstimo através de promissórias, disse: “Quem me dever dinheiro a título

⁵⁰¹ Ibid. p.7-8

⁵⁰² Cf.: Dom Helder responde e acusa Wandenkolk ao receber o título de cidadão de Carpina. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 de março de 1968. 1º Cad. p.11

de empréstimos, com ou sem promissórias, pode pagar a dom Helder e ele fica autorizado a dar quitação por mim.”⁵⁰³

Nesse trecho, observa-se que o político em questão continuou a adotar uma postura ofensiva, procurando assim responder o religioso em questão. Nesse caso, novamente, a imagem do comunismo foi associada ao Arcebispo pelo vereador. Em entrevista publicada no *Diário da Noite*, periódico carioca, o vereador recifense falou: “Eu só tenho medo de boi brabo. Não vou parar com minha campanha. Pelo contrário, agora abrirei o verbo de uma vez por todas, para desmascará-lo.”⁵⁰⁴ Em contrapartida, falou na ocasião que sua resposta ao Arcebispo seria dada na tribuna da Câmara de Vereadores, local de onde formulou as perguntas feitas anteriormente. Adiantando, nessa ocasião, que Dom Helder Camara não tinha respondido objetivamente às suas perguntas e que, em seu discurso, apenas fugiu de apresentar dados concretos sobre a administração da Arquidiocese.

No meio católico, as opiniões estavam divididas se o Arcebispo tinha feito a melhor escolha em responder, pois seu ato acabou dando mais espaço na mídia ao citado vereador. No mesmo texto do *Diário da Noite*, representantes leigos do Movimento Familiar Cristão e da Cruzada Democrática Feminina, destacaram, de maneira geral, que o trabalho de Dom Helder, em relação à justiça social, pautada na Encíclica *Populorum Progressio*, era mais importante e deveria ser a prioridade do religioso, evitando assim debates políticos, como o caso do vereador Vanderlei.

Posteriormente ao evento no município de Carpina, no mês de março de 1968, ao ser consultado sobre o embate com o vereador Vanderlei, Dom Helder disse que não trataria mais do assunto.⁵⁰⁵ Enquanto que o vereador recifense continuou com ataques ao Arcebispo, utilizando-se do artifício que o religioso era comunista. Outro episódio que marcou novamente conflitos entre os dois foi proporcionado após a publicação do documento escrito pelo Padre Joseph Comblin para ser discutido pelos Bispos do CELAM que se preparavam para a Conferência de Medellín, como visto anteriormente. Na ocasião, Wandenkolk encaminhou à apreciação da Câmara de Vereadores do Recife um deliberativo municipal à tribuna exigindo a troca do Arcebispo e a expulsão do país do padre Comblin, com o intuito de proteger a fé cristã e a ordem democrática vigente

⁵⁰³ Helder procurou confundir opinião pública, diz vereador. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de março de 1968. 1º Cad. p.10

⁵⁰⁴ Wandenkolk só tem bicho brabo e ataca agora com mais vigor. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968.

⁵⁰⁵ Arcebispo declara que parou. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de março de 1968. 1º Cad. p.10

no país. No entanto, o texto de Vanderlei era de cunho demagógico, pois não cabia à Câmara Municipal as atribuições necessárias para a mudança na liderança arquidiocesana estadual e também de expulsão do país de um estrangeiro.⁵⁰⁶

Os ataques do referido vereador repercutiram entre políticos de âmbito municipal e estadual, tanto do MDB como da ARENA, que em grande parte prestaram solidariedade ao Arcebispo Camara. Na ocasião, o deputado Egídio Ferreira Lima, do MDB, apresentou na Assembléia Legislativa um voto de solidariedade a Dom Helder Camara, que estava sendo sistematicamente atacado pelo vereador de Recife Wandenkolk Vanderlei. A moção de apoio foi aprovada com 42 votos, dentre os quais, liderados pelo deputado Marcos Antônio Maciel, 29 pertenciam a políticos governistas da ARENA.⁵⁰⁷

O documento produzido pelos deputados, segundo o *Diário de Pernambuco*, seria entregue em mãos de Dom Helder Camara na sede do Arcebispado, representando assim o apoio do poder Legislativo do Estado ao trabalho desempenhado pelo prelado em relação à luta pela justiça social na região. Ao destacar que o trabalho desempenhado por Dom Camara estava alinhado à doutrina social da Igreja, os deputados procuravam assim afastar a imagem do religioso do comunismo ou de outras classificações tidas como subversivas.

Contudo, as críticas do Wandenkolk Vanderlei continuaram posteriormente, chegando ao ponto de o vereador em questão apontar Dom Helder Camara como um dos motivadores para a edição do Ato Institucional nº5. O argumento de Vanderlei era que se utilizando do lugar social de sacerdote católico, Dom Helder causava desordem e defendia ideias subversivas, no caso, o comunismo. Como exemplo da suposta periculosidade do Arcebispo, foi destacado pelo vereador que Dom Camara estava alinhado ao Padre Comblin e ao projeto de implantação de um regime ditatorial. Além disso, considerava ele, que o prelado não tinha autoridade e nem direito de criticar o regime político vigente, nem mesmo, as resoluções tomadas para a sua defesa, referindo-se ao AI-5. Lembrando, que nesse cenário, Dom Camara aproveitou a

⁵⁰⁶ Vereador quer a substituição de Dom Helder e a expulsão do padre Comblin. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 de junho de 1968. 1º Cad. p.3

⁵⁰⁷ Cf.: Assembléia apóia D. Helder Câmara. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de junho de 1968. 1º Cad. p.1 e 3

realização e visibilidade da reunião da CNBB para criticar a violência contra a democracia que representava o AI-5.⁵⁰⁸

4.1.3. *Dom Helder Camara versus Gilberto Freyre*

Outro campo em que involuntariamente Dom Helder Camara cultivou alguns inimigos, além do ambiente da Igreja e da política, foi entre certos intelectuais católicos ou conservadores. Retomando o livro: *Intelectuais à brasileira*, do Sergio Miceli, encontram-se dados de que, no decorrer do século XX, lembramos que os intelectuais brasileiros encontraram espaços para sobrevivência financeira no serviço público ou trabalhando em periódicos, tendo em vista que o mercado de livros era restrito no país.⁵⁰⁹ Os motivos que levaram muitos dos homens de letras a se oporem ao Arcebispo Camara eram variados, dentre os quais procuraremos mapear alguns deles. Porém, no percurso da análise dessa produção, buscaremos direcionar nossa narrativa para entender como esses abordaram e articularam as falas e atividades de Dom Helder Camara em prol do desenvolvimento como uma espécie de prova de que ele, o Arcebispo, era uma figura controversa ou mesmo subversiva.

Vários nomes do universo literário e do jornalismo direcionaram críticas frequentes a Dom Helder Camara, dentre os quais destacamos: Nelson Rodrigues, Assis Chateaubriand, Lenildo Tabosa Pessoa, Marco Aurélio de Alcântara, David Nasser, Roberto Marinho, Gustavo Corção e Gilberto Freyre. Em um panorama geral, as abordagens escolhidas por esses pensadores transitavam entre: as desavenças em relação às perspectivas espirituais; a função da Igreja no mundo; suposto alinhamento do Arcebispo ao comunismo; críticas sobre a capacidade do religioso em questão em relação a temas da alçada da economia e da sociologia.

Gilberto Freyre, autor de obras como *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mocambos*, *Guia Histórico e Sentimental da cidade do Recife*, figurou como um dos principais nomes da intelectualidade brasileira no decorrer do século XX. Em paralelo às atividades intelectuais, – despontando como principal nome do movimento regionalista, que fazia frente à arte modernista no sudeste do país – Freyre também ocupou cargo de deputado estadual de Pernambuco entre 1946 a 1950, sendo um dos

⁵⁰⁸ Cf.: Wandenkolk culpa dom Helder pela edição do Ato Institucional nº5. **Jornal do Commercio**, Recife, 16 de março de 1969. Apud.: Prontuário Individual nº 16.906

⁵⁰⁹ MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

incentivadores para a criação do Instituto Joaquim Nabuco, que depois foi promovida à condição de fundação.

A partir de sua residência no Bairro do Apipucos, Recife, Gilberto Freyre construiu suas redes de relações e domínio sobre o mundo intelectual local. Segundo o memorialista Assis Claudino no livro: *O monstro sagrado e o amarelinho comunista: Gilberto Freyre, Dom Helder e a Revolução de 64*, o ego do professor e escritor foi abalado com a concorrência involuntária do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.⁵¹⁰ Para Claudino as noitadas no Palácio de Manguinhos, as visitas de personalidades brasileiras e internacionais – tanto de religiosos, como de intelectuais, artistas e intelectuais a residência de Dom Helder Camara – fazia com que Freyre se sentisse ofuscado pelo clérigo.⁵¹¹

Mesmo com a fama de intelectual progressista, criada com a sua obra *Casa Grande e Senzala*, na década de 1930, Gilberto Freyre posicionou-se no decorrer da ditadura militar favorável aos golpistas. Na escrita das cartas circulares de Dom Helder Camara, observa-se que o Arcebispo destacou mais de uma vez sobre os contrastes entre o pensamento e posicionamento político do Freyre da juventude e o de sua fase madura. Para Dom Camara em suas missivas, a adoção por parte do sociólogo de um comportamento conservador e reacionário na velhice era lamentável tendo em vista o contraste com a imagem que ele, o clérigo estudado nesta tese, tinha do escritor progressista das primeiras décadas do século XX.

Possuindo uma coluna no complexo *Diário Associados*, de Assis Chateaubriand, do qual fazia parte o *Diário de Pernambuco*, em alguns momentos no decorrer das décadas de 1950 e de 1960, o sociólogo recifense escreveu sobre o religioso católico em questão. Cruzar as informações publicadas neste jornal, com a escrita pessoal, discursos em eventos e entrevistas de Dom Helder, vão servir como substratos para construirmos nossa narrativa sobre os enfrentamentos entre essas duas personalidades que residiam no Recife.

Ainda em 1958, abordando o trabalho do então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Gilberto Freyre escreveu o artigo intitulado: *Em louvor de Dom Helder*, registrou ser um entusiasta do trabalho de Dom Helder, destacando seu dinamismo e trabalho social e da naturalidade que o religioso transitava em meio às forças políticas,

⁵¹⁰ Cf.: CLAUDINO, Assis. **O monstro sagrado e o amarelinho comunista**: Gilberto Freyre, Dom Helder e a Revolução de 64. Recife-Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora Opção, 1985

⁵¹¹ Lembremos das noitadas teológicas no palácio do Manguinhos. CF.: CABRAL; MOURA, 2018

sem que por elas fossem cooptado. Na ocasião, Freyre apresentando-se como um estudante de sociologia, revelou também ter restrições ao trabalho do bispo nas favelas por acreditar que tais ações poderiam ser utilizadas por políticos partidários em causa própria. Contudo, reconhecia e admirava a iniciativa do citado religioso em lidar com problemas sociais e econômicos do seu país.⁵¹²

No decorrer do texto, de 1958, Freyre destacou as seguintes perguntas: “Donde haver quem diga: “por que não se faz desse Dom Helder ministro de Estado? Ou Governador? Ou mesmo presidente da República?”.”⁵¹³ Esses questionamentos foram então respondidos pelo autor no sentido de que, mesmo reconhecendo a capacidade administrativa e de atuação do referido religioso, afirmava que “Dom Helder deve continuar ministro de Deus. Um ministro de Deus que sem deixar de ser homem a serviço da Igreja e do Cristianismo, sirva de exemplo aos simples ministros de Estado.”⁵¹⁴

Anos depois, especificamente em agosto de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiou a participação de Dom Helder Camara, Gilberto Freyre e outros intelectuais em um curso sobre fenômenos religiosos, ministrado no então Instituto Joaquim Nabuco.⁵¹⁵ O contato amistoso durante esse curso, entre o Arcebispo, que tinha chegado a Pernambuco a poucos meses, e o famoso escritor, foi registrado por Dom Helder em uma de suas cartas, em que descreveu a seguinte cena:

DEPOIS DA SANTA MISSA (sempre o ponto culminante do dia, com transbordamento para o dia todo que vira Ofertório, Consagração, Comunhão) e de uma entrevista a *Times*, manhã inteira nos domínios de Gilberto Freyre, consolidando a conquista do próprio e do Pe. [Luiz Gonzaga] Brito.

Gilberto foi carinhosíssimo. Preparou surpresas tão delicadas! Revelou tanto coração! Que mistério, a radicalização revelada em artigos recentes!

Lembrei-me dos meus tempos de moço e revi-me lendo *Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos...*

Visitamos juntos, classe a classe, a Escola Experimental que funciona junto ao Centro de Pesquisas Educacionais.

Meninos e professores ligadíssimos ao Bispinho a quem acompanham pela TV. Crivaram de perguntas:

- “Onde está o seu anel”? Era a oportunidade providencial de explicar, por tabela, a Gilberto por que ando normalmente sem as insígnias.
- “O Sr. Gosta mesmo de brincar com as crianças? Brinque com a gente”! E foi tão espontânea a reação com que comecei a tirar brinquedos dos

⁵¹² FREYRE, Gilberto. Em louvor de Dom Helder. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de fevereiro de 1958. 1º Cad. p.4 e 13

⁵¹³ Ibid.p.4

⁵¹⁴ Ibid.

⁵¹⁵ Frei Barruel interpreta fenômenos religiosos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 de agosto de 1964. 1º Cad. p.3

bolsos (eu que havia, de outros bolsos, tirado o anel, a cruz e o solidéu) que o próprio G. Freire acabou brincando de bola de gude...

[...]

Na hora de palestrar com os Pesquisadores, o Bispinho sugeriu tanta pesquisa que a turminha (de rapazes e moças) vibrou. Querem todos um encontro em São José de Manguinhos. Noitada de Pedagogia neles...⁵¹⁶

Observa-se, nesse trecho da escrita pessoal de Dom Helder, a surpresa do prelado em relação ao posicionamento político de Freyre, que se radicalizava nos últimos artigos, colocando-se favorável ao governo militar e ao combate do comunismo.⁵¹⁷ Contrastando, com a imagem que o religioso tinha em relação ao autor de obras como *Casa Grande e Senzala* e *Sobrado e Mocambos*. No entanto, a ruptura entre esses dois personagens, Dom Helder Camara e Gilberto Freyre, ocorreu logo depois da produção do *Manifesto dos Bispos*, em 14 de julho de 1966.

Depois do evento dos Bispos do Nordeste, Gilberto Freyre escreveu uma carta direcionada aos prelados nordestinos e a seu texto, escolhendo no caso como principal personagem de seus ataques o Arcebispo Dom Helder Camara, sendo esse texto publicado no *Jornal do Commercio*. O posicionamento crítico do escritor recifense levou o Arcebispo Camara a escrever uma carta de resposta, que foi encaminhada ao *Jornal do Brasil*, periódico carioca. Com o título: *Padre Helder Camara repele acusações de Gilberto Freyre*, 24 de agosto de 1966, dois dias depois do escrito de Freyre no JC.

Nessa ocasião, Dom Helder destacou alguns pontos que serviriam de réplicas aos questionamentos feitos por Freyre por meio do *Jornal do Commercio*. Desse modo, começou o Arcebispo D. Camara justificando a escrita daquela carta como uma forma de responder por consideração ao escritor Gilberto Freyre, referindo-se à admiração que tinha das obras do citado sociólogo e não a pessoa Gilberto Freyre, que naquele momento, questionava e perseguia religiosos. Novamente, Dom Camara retomava ao expediente discursivo de apresentar um Freyre escritor dos anos 1930, autor de *Casa Grande & Senzala*, como antagonico àquele que apoiava incondicionalmente o regime militar brasileiro. Entre essas duas imagens construídas nos textos de Dom Helder em relação ao sociólogo de Apipucos, destacamos o seguinte julgamento desse eclesiástico: “Entre o Gilberto incompreendido, perseguido, em lista negra, e o Gilberto sem

⁵¹⁶ CÂMARA, Helder. 81º Circular, Recife, 25/26.08.1964. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Inter-Conciliares** – de 11/12 de Abril a 09/10 de Setembro de 1964. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. 2ª. Edição. Vol. II. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2012. p.245-246

⁵¹⁷ Cf.: CLAUDINO, 1985

compreensão, odiento e perseguidor, nem vacilo: escolho o primeiro.”⁵¹⁸ Porém, considerando as críticas ao “segundo” Freyre, Dom Helder procurou logo antecipar que aquela carta não era para gerar polêmicas ou tentar convencer o escritor de qualquer coisa.

Logo depois, abordou Dom Helder o fato de ter sido ele, enquanto um jovem padre, membro da Ação Integralista Brasileira, sendo essa única experiência partidária e que depois disso, não se envolveu mais em tais práticas. Sobre suas atividades políticas posteriores ao integralismo, tendo em vista que ele saiu do movimento liderado por Plínio Salgado em 1936, Dom Helder escreveu: “Daí por diante, em todos os contatos com o Governo, tenho consciência de haver agido pura e exclusivamente como Bispo da Santa Igreja, em defesa do bem comum.”⁵¹⁹

Justificou assim, o supracitado prelado, que o trabalho empreendido pelos Bispos do Nordeste e o texto produzido por esses no *Manifesto dos Bispos*, em 1966, como coerente com pressupostos da justiça social e com as necessidades daquele momento. Sobre isso, escreveu Dom Helder a Família Mecejanense:

Terão exorbitado os Bispos do Nordeste? Terão esquecido a missão específica da Igreja? De modo algum. Enquanto se sacrificam, para fundar, manter, ampliar e aprimorar seus seminários; enquanto multiplicam as paróquias; enquanto tentam atualizar e aperfeiçoar o Clero e o Laicato, segundo o espírito do Vaticano II; enquanto cuidam da Catequese e da Liturgia; enquanto se esforçam para levar a presença de Cristo ao meio dos jovens, dos intelectuais, dos trabalhadores e dos pobres, não tem o direito de esquecer de que há no Nordeste, massas precisando de ajuda para tornar-se Povo, e Povo precisando ser preparado para o desenvolvimento.⁵²⁰

A escrita do Arcebispo revela a preocupação em indicar que as questões espirituais, sociais e administrativas da Igreja compunham o trabalho dos Bispos, depois do Concílio Vaticano II. Em seguida, continuando sua argumentação, Dom Helder direcionou a Freyre as seguintes palavras:

Se o Sr. se desse ao trabalho de ler a íntegra da declaração dos Bispos do Nordeste II e se me desse a honra de ler discursos que andei proferindo “na Europa, França e Bahia” teria a surpresa de verificar que a POLÍTICA inserida nesses documentos é a mesmíssima que levou Cristo a angustiar-se vendo a multidão faminta...⁵²¹

⁵¹⁸ CÂMARA, Helder. Carta, 24 de agosto de 1966. *Apud.*: Helder Câmara repele acusações de Gilberto Freyre, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1966. 1º Cad. p.3

⁵¹⁹ *Ibid*

⁵²⁰ *Ibid*

⁵²¹ *Ibid*

Essa cobrança da leitura do documento produzido pelos Bispos do Nordeste ou dos seus discursos, por parte do professor Freyre, proporciona identificar como Dom Helder compreendia sua produção intelectual de acordo com as atitudes e mudanças do clero e fiéis católicos pós-Vaticano II. No caso, entendia que o trabalho dele e do clero progressista em torno de ideias de um desenvolvimento integral, pautado na defesa da justiça social, estava em consonância com os ensinamentos do próprio Jesus Cristo em relação às condições de vida dos mais humildes. Desse modo, chamamos atenção para esse trecho que nos possibilita uma visão de Dom Helder sobre ele mesmo e o trabalho que empreendia a partir de suas conferências no Brasil e no estrangeiro.

Continuando na análise da carta de Dom Helder para Gilberto Freyre, observamos que o ponto seguinte abordado pelo clérigo foi a acusação dele ser demagogo. A sua defesa se deu no sentido de apresentar uma narrativa em que a Igreja Católica tinha um papel importante no processo de desenvolvimento, estando essa instituição religiosa ao lado dos mais pobres. Contudo, para Dom Helder trabalhos como aqueles empreendidos pelos Bispos do Nordeste eram interpretados erroneamente como sinal da presença comunista em meio ao clero ou mesmo que esses sacerdotes facilitavam ou viabilizavam o pensamento marxista na Igreja e no país.

Sobre as acusações de ser comunista juntamente com os Bispos do Nordeste, Dom Helder escreveu:

Parece ridículo que um Bispo católico tenha de proclamar que não é comunista. Quanto a anticomunismo, entendamo-nos: mesmo entre os que combatem o comunismo nem todos o fazem pelos mesmos objetivos, nem utilizando os mesmo métodos. Tenho minha maneira de combater o comunismo, que consiste: – em trabalhar pelo desenvolvimento, pois estou convicto de que a miséria, além de ser uma injúria ao Criador é uma ofensa a criatura humana, elevada à dignidade de filha de Deus, é o melhor caldo de cultura para a expansão comunista; – em contraditar o marxismo não com palavras, com atos, apresentando um cristianismo, nada alienado ou alienante e vivendo, e fazendo viver uma religião que nada tem de ópio para povo.”⁵²²

A propaganda anticomunista, prática presente no texto de vários intelectuais no decorrer do século XX, inclusive nos escritos do Gilberto Freyre no decorrer da década de 1960, surtia um efeito contrário ao seu objetivo, segundo Dom Helder. Para o Arcebispo, a prática anticomunista não impedia a disseminação das ideias comunistas/socialistas, pelo contrário, apenas dava visibilidade e trazia à tona debates sobre essa corrente do pensamento político e ideológico. Em sua escrita na carta a G.

⁵²² Ibid. p.3

Freyre, Dom Camara então apresentou sua perspectiva de como deveria ocorrer o combate ao comunismo, alicerçando seu argumento no fato de que o trabalho no campo do desenvolvimentismo social e econômico dos países pobres do mundo era uma forma realmente eficaz de fazer frente a um suposto avanço das esquerdas.

Em seguida, abordando a última acusação de Freyre, Dom Helder destacou que ele não era opositor à “revolução de 64”. Contudo, destacou o Arcebispo que entendia o termo revolução da seguinte forma: “A expressão, para mim, não se prende a movimentos armados e sangrentos: revolução, eu a entendo, como uma mudança rápida e radical. Acontece que, a meu ver, é o mundo inteiro que precisa de mundo inteiro que precisa de uma profunda revolução social.”⁵²³ Nesse caso, já em 1966, Dom Helder se posicionava frente ao regime militar não como uma revolução de fato, destoando assim de uma visão defendida por membros do governo e parte da sociedade civil da época.

No artigo *Freyre espera que pastor vença política*, publicado no *Jornal do Commercio*, o sociólogo recifense fez uma réplica à carta de Dom Camara.⁵²⁴ No caso, começou Gilberto Freyre dizendo que nunca acusou Dom Helder de “esquerdizante”, sendo que ele mesmo, já tinha sofrido com tais acusações em sua mocidade por causa de sua produção intelectual. Completou essa ideia, dizendo que se considerava ainda de esquerda, mas não comunista. Além disso, destacou o escritor, que concordava com a proposta do *Manifesto dos Bispos* e que não tinha feito crítica ao seu texto e, nessa ocasião, observa-se a releitura do passado por parte do escritor recifense em que apresenta uma nova leitura sobre o seu próprio texto. Destacamos que essa mesma edição do JC, logo abaixo, foi reproduzida após a carta de Dom Helder Camara, que analisamos anteriormente. Desse modo, o periódico proporcionava aos seus leitores confrontarem a carta do Arcebispo e a resposta do sociólogo.

Por fim, declarou Freyre:

Não fica bem a um líder da responsabilidade e do prestígio de sua excelência arcebispo Helder Camara resvalar tão levemente em equívocos dessa espécie. Atribuo tais deslises de sua parte e a leviandade com que me acusa de ser **perseguidor**, à subordinação atual, em sua complexa personalidade de sacerdote ao político: subordinação que não se verificou jamais em dom Vital. Que o diga o professor Nilo Pereira.⁵²⁵

⁵²³ Ibid

⁵²⁴ Freyre espera que pastor vença política. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de agosto de 1966. p.3 *Apud.* IEB – JHR-D133-169

⁵²⁵ Ibid

O questionamento sobre a vocação religiosa de Dom Helder, feita nessa citação, tornou-se recorrente em outros textos desse mesmo autor. Segundo Gilberto Freyre, o Arcebispo de Olinda e Recife se afastava cada vez mais de suas obrigações religiosas, apropriando-se unicamente de temas políticos, sendo essa uma das estratégias discursivas mais utilizadas por esse sociólogo nas colunas no *Diário de Pernambuco*, espaço usado para confrontar Dom Camara e seus aliados.⁵²⁶

Como exemplo disso, o artigo: *As dores de uma revolução: a revolução católica*, de autoria de Gilberto Freyre, publicado em outubro de 1966, tratava da ala que ele classificava como progressistas da Igreja como um fenômeno dedicado a agradar aos jovens em detrimento dos mais velhos e das tradições cristãs. Desse modo, para esse escritor, essa ala que pregava uma modernização da Igreja era na verdade uma ameaça aos pilares da fé cristã. No decorrer de seu texto, Dom Helder acabava figurando como um desses elementos progressistas e, consecutivamente, inimigo em potencial das colunas de sustentação da moral e ética da Igreja Católica. Utilizando-se de uma estratégia recorrente em seus textos – que consistia em responder cartas de leitores, que nunca eram identificados e que sempre apresentavam questionamentos pertinentes ao autor – Freyre apresentou da seguinte forma o Arcebispo D. Camara:

– Continuo a receber testemunhos de solidariedade à atitude que julguei do meu dever assumir em face de pronunciamentos antes de líder político que de pastor Católico, de Sua Excelência Revma. O Arcebispo Dom Helder Camara, das mais diversas partes do Brasil. No próximo artigo, comentarei expressiva mensagem recebida de Minas Gerais. E, do estrangeiro, chegaram pedidos de esclarecimento sobre o que exatamente se vem verificando no Brasil, neste setor: pedidos da parte de organizações jornalísticas idôneas tanto da Europa como nos Estados Unidos, decididas a não se deixarem mistificar por informantes facciosos, com vêm se deixando mistificar **Le Monde** e, ultimamente, **Le Figaro**, de Paris, e nos Estados Unidos, **The New York Times**. Os mistificadores espalham haver atualmente entre nós, brasileiros, um conflito entre as “Forças Armadas reacionárias” e a “Igreja” representada, toda ela, por aquele mais líder político que religioso: o Exmo. E Revmo. Sr. Dom Helder. Grosseira inexactidão.⁵²⁷

Nessa citação, encontra-se inicialmente o sociólogo destacando a repercussão das tensões em âmbito nacional e internacional entre ele e Dom Helder Camara. Logo depois, apresentou a suposta dinâmica entre o escritor e seus leitores, sendo seguido

⁵²⁶ Cf.: FERRARINI, 1992, p.57-59; MARIN, Richard. Dom Helder Câmara: um itinerário no catolicismo brasileiro. *In.*: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edia; TEDESCO, Alcides. **Dom Helder, peregrino da utopia**: caminhos da educação e da política. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 123-138, 2002. p.131-132

⁵²⁷ FREYRE, Gilberto. As dores de uma revolução: a revolução católica. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de outubro de 1966. 1º Cad. p.4 e 8

com a prática de classificar o Arcebispo Camara como uma figura de atuação e/ou perfil mais político do que religioso. Ao final, depois de destacar a amplitude que tomou tal discussão, enfatizou que elementos progressistas, como Dom Helder, criavam um cenário narrativo em que colocavam em oposição às Forças Armadas, tidas como conservadoras, *versus* a Igreja progressista, sendo logo em seguida o religioso em questão apresentado novamente como político.

Em outro momento, no final do mesmo mês, no artigo: *Uma idéia feliz*, Gilberto Freyre escreveu sobre uma suposta indicação do presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, em relação a um cargo administrativo para Dom Helder Camara. O autor tratou esse boato, tendo em vista que esse convite nunca foi feito, como uma oportunidade para que o Arcebispo Camara pudesse vivenciar o que Freyre defendia como a verdadeira vocação de Dom Helder, no caso, no campo político-administrativo e não na seara religiosa. Para isso, considerava imprescindível para tal ato, ao aceitar o trabalho no campo político, que Dom Helder renunciasse à vida religiosa. Contudo, como resultado por essa suposta renúncia, escreveu Freyre: “Poderá ser até, como político sem preocupações episcopais, um substituto do Sr. Juscelino Kubitschek na liderança do “desenvolvimentismo”.”⁵²⁸

Essa prática se repetiu nos anos seguintes, em que procurou Gilberto Freyre construir discursivamente um lugar de atuação e legitimação para o seu desafeto, o Arcebispo Camara. Assim, em 1968, no artigo: *Ainda sobre lírios dos campos*, o sociólogo de Apipucos confrontou em seu texto a imagem de fé, pobreza e caridade do Bispo Dom Estêvão Brioso de Figueiredo (1677-1683), com Dom Helder, considerado mais político do que religioso pelo autor. A partir dessa comparação, Freyre aproveitou para atacar Dom Helder, dizendo que se ele seguisse o exemplo de seu antecessor, então ele estaria alicerçado em Deus e na tradição da Igreja Católica e não no pensamento ideológico de “fascismos, marxismos, “desenvolvimentismos”, economismos, politiquismos, “humanitarismos”, negocismos.”⁵²⁹

Outra estratégia utilizada pelo escritor recifense na sua cruzada contra Dom Camara esteve ligada à retomada das escolhas de vida e ações políticas da época de juventude do então Arcebispo Dom Helder. Em vários momentos, presentes em vários artigos publicados no *Diário de Pernambuco*, o passado integralista de Dom Helder foi

⁵²⁸ FREYRE, Gilberto. Uma idéia feliz. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de outubro de 1966. 1º Cad. p.4

⁵²⁹ Cf.: FREYRE, Gilberto. Ainda sobre lírios dos campos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 de março de 1968. 1º Cad. p.4

revistado pela escrita de Freyre, para lembrar que o religioso em questão sempre esteve envolvido em assuntos políticos, tendo um passado marcado pelo fascismo. Contudo, essa abordagem possuía algumas características específicas, como se pode observar na seguinte citação:

Sei onde estava seu ídolo de hoje: entre integralistas, do tipo fascista – desmando que atribui à sua extrema mocidade de então, parecendo assim, ao bom do dom Helder, próprios dos moços desmandos dessa espécie de que se arrependem, como ele hoje se arrepende de ter sido integralista-fascista, na sensata velhice. Pois foi integralista-fascista seguindo, não a orientação do admirável brasileiro que é, e sempre foi Plínio Salgado, mas as ideias e os métodos do dr. Goebels; um dr. Goebels de quem ficou imitando a oratória teatral ou a retórica histriônica. Mas protegido sempre pela inocente e útil batina de sacerdote católico. Pois as hoje de ordinário desprezadas batinas – desprezadas pelos padres “progressistas” – bem que servem e bem que tem servido, para protegê-los em momentos críticos, do rigor das polícias e de outros perigos ou apenas inconveniências. Esta justiça se faça, entretanto, as Excia. Revma. dom Helder Camara: desde a última reunião dos bispos brasileiros vem procurando desligar-se do helderismo – do qual estava prisioneiro – com o mesmo vigor com que se desligou do Integralismo fascista. Suas recentes declarações a jornalistas, referindo-se – como há tanto tempo não fazia – a Deus e a Cristo e repudiando a violência, é o que indicam: um dom Helder a dramaticamente repudiar o helderismo. Um escravo a libertar-se de um tirano. Ave, o novo do Helder liberto do helderismo!

Quanto ao meu “salazarismo” atual e ao meu também atual “fascismo” nada tenho a dizer: a invencionice se destrói por si mesma. Invencionice de baianote. Baianote e não baiano. Baianote de uma figa, eu te conheço, meu baianotesinho!⁵³⁰

Esse trecho corresponde ao artigo: *Baianote de uma figa, eu te conheço meu baianotezinho* e possibilita-nos alguns dados relevantes para analisarmos sobre essa prática recorrente de ataques utilizados por Freyre em relação a Dom Camara. Nesse escrito, o sociólogo pernambucano começou contando que recebeu um recorte de um jornal do Estado da Bahia por intermédio de um dos seus interlocutores. Nem o periódico ou o sujeito que lhe enviou o material foram identificados no texto. Esse suposto recorte de jornal recebido por Gilberto Freyre tratava dos inimigos de Dom Helder Camara no Estado de Pernambuco, desconsiderando aqueles que se opunham a tal religioso em outras partes do país.

Procurando responder às acusações que eram feitas a ele em tal texto, Freyre justificou o financiamento de seus estudos nos Estados Unidos como um investimento por parte da Igreja Batista, instituição a qual ele fazia parte na juventude e, por isso, argumentou não via irregularidade em tal situação. Logo depois, explicou sua atuação

⁵³⁰ FREYRE, Gilberto. Baianote de uma Figa, eu te conheço meu baianotezinho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 de julho de 1968. 1º Cad. p.4

na juventude como um ato de nacionalismo, enquanto que naquele mesmo momento, anos 1930, o seu opositor e na época Padre Helder Camara fazia parte das hostes integralistas.

Em seguida, Freyre se dedicou a analisar a participação de Dom Helder na Ação Integralista, considerando o movimento como uma expressão do fascismo no Brasil. Contudo, ao relembrar o passado de Dom Helder no integralismo, observa-se que Freyre tomou o cuidado de distinguir aqueles que vivenciaram no movimento a mística nacionalista do pensamento de Plínio Salgado *versus* um Dom Helder Camara, caracterizado como um adepto dos métodos do nazista alemão Joseph Goebbels. Essa comparação entre Dom Camara e Goebbels tornou-se então recorrente nos textos de Freyre, procurando assim deslegitimar a imagem do Arcebispo perante a opinião pública.⁵³¹ Interessante ressaltar que mesmo atacando o Integralismo, Gilberto Freyre evitou criticar Plínio Salgado, tido nesse texto como exemplo de patriota.

Outro ponto que destacamos da citação anterior é a criação do termo helderismo para classificar os interlocutores e admiradores de Dom Helder Camara. Esses indivíduos, provavelmente os mesmos que eram também chamados de progressistas, eram acusados de comporem uma ala que ameaçava a moral e a tradição católica, além de ser representados como agressivos na defesa do referido religioso e das ideias a ele associadas. Segundo o próprio Freyre, o Arcebispo Dom Camara procurava também se dissociar desse helderismo da mesma forma que tinha se desvinculado do integralismo. Por fim, o sociólogo pernambucano ao avaliar em seu texto as acusações feitas contra a sua pessoa, concluiu que eram infundadas e imprecisas.

Na produção escrita de Gilberto Freyre sobre Dom Helder Camara, o que se encontra é que em paralelo à repetição da “verdadeira” vocação política desse clérigo e de seu passado num integralismo-fascismo, o que se observa é que a associação da imagem do Arcebispo de Olinda e Recife ao termo comunista era utilizada, por esse sociólogo, de forma distinta dos outros opositores do referido religioso. Dom Camara era então apresentado, com frequência, como aquele que fazia o jogo dos comunistas, semeando o terreno para as ideias marxistas. Diferente de outros oponentes, que geralmente diziam que ele era de fato um comunista.

Em 1968, durante uma viagem por Roma, Dom Helder Camara foi comunicado do assassinato do líder civil negro norte-americano, o pastor Martin Luther King.

⁵³¹ D. Helder e Gilberto Freyre trocam acusações em jornal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1969. P.17

Durante a sua fala, Dom Camara teria dito que ele, enquanto um defensor da ação não-violência seria a próxima vítima de um atentado. Essa fala do Arcebispo de Olinda e Recife teve grande repercussão na imprensa brasileira e internacional, em que se conjecturavam quem poderia atentar contra a vida do referido sacerdote católico.⁵³² Esse assunto, também foi abordado por Gilberto Freyre como mais um exemplo de que a vocação de Dom Helder estava na vida política e não na religiosa, tendo em vista sua capacidade de criar polêmicas e envolver-se em assuntos considerados fora da esfera espiritual ou dogmática da Igreja Católica.

Em um dos relatórios do *Departamento de Estado dos Estados Unidos da América* sobre o Brasil,⁵³³ encontramos trechos de uma entrevista concedida pelo escritor Gilberto Freyre ao correspondente do *Chicago Daily News*, Georgie Anne Geyer, em 24 de março de 1969.⁵³⁴ Nessa ocasião, em que recebeu o jornalista norte-americano em sua residência em Apipucos, Freyre já tinha empreendido, durante anos, por meio de sua coluna no *Diário de Pernambuco*, críticas a Dom Helder Camara. Como visto até o momento.

Segundo o relatório do Departamento de Estado norte-americano, Gilberto Freyre tinha declarado que mesmo não correspondendo à tradição política brasileira, a permanência dos militares no poder do país tinha um propósito, no caso, efetivar as mudanças sociais e políticas que os políticos civis não teriam interesses ou coragem de empreender, ficando então a cargo das Forças Armadas tal empreitada. Dentre as bandeiras que deveriam ser empunhadas pelos políticos civis, estavam as reformas de base, com destaque de uma, a reforma agrária. Contudo, caberia aos militares explorar tais mudanças sem a infiltração de supostas forças da esquerda política. Defendendo Freyre, nesse sentido, que os governos militares na América Latina eram necessários para a defesa das instituições democráticas no continente, ameaçadas em grande parte pela influência comunista.

⁵³² D. Helder em Roma diz temer atentado contra a sua vida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1968. p.8; Alceu Amoroso Lima ao narrar em carta a sua filha o que tinha dito ao jornal *Último Hora*, com relação ao assunto de suposto atentado contra Dom Helder Câmara, o intelectual católico falou: “É um aviso trágico, sem dúvida, e o que eu respondi é que: “Peço a Deus que ele não seja profeta, pois é a maior figura do episcopado brasileiro e o que ele prega é precisamente a solução – a única – do Brasil e do mundo”, etc. e tal.” LIMA, Alceu Amoroso. **Carta de Alceu Amoroso Lima a sua filha, Maria Teresa**. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1968. *Apud.*: LIMA, 2004, p.603

⁵³³ Com relação ao acompanhamento do cenário político brasileiro pelos Estados Unidos, Cf.: ROMERO, 2014; FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵³⁴ GEYER, Georgie Anne. Na evening with Gilberto Freyre. **Chicago Daily News**, Chicado, 24 de março de 1969. *Apud.*: **Department of State**: Airgram. 26 de março de 1969. Enclosure, Recife A-32.

Nesse mesmo cenário, considerou Freyre, que a Igreja vivenciava uma crise espiritual causada pela atuação do grupo classificado como progressista. Dentre aqueles que o sociólogo de Apipucos considerava uma ameaça à espiritualidade católica, estava Dom Helder, que foi apresentado da seguinte forma pelo escritor:

The Church in Brazil is going through a spiritual crisis. People like Dom Helder err in thinking that the Church should devote itself exclusively to social concerns while neglecting the mystical aspect of religion. Communists would like to use Dom Helder as a vehicle to capture power, and he is vain enough to accept their support. Dom Helder's influence, which was largely dependent upon his publicity, is, however, on the wane.⁵³⁵

No decorrer do mesmo relatório dos EUA, no final do tópico: *The Church in crisis*, foi registrado que desde a transferência de Dom Helder Camara para Pernambuco, em 1964, que o escritor Gilberto Freyre desempenhava um debate público relativo ao papel da Igreja e de seus líderes religiosos em torno das atividades do governo no novo cenário político no país.⁵³⁶ Ao analisar a atuação e a importância de Dom Camara no cenário nacional e internacional, o professor Freyre destacou o amplo espaço na mídia conquistado por esse religioso, comparando-o ao ex-presidente Juscelino Kubitschek em sua fase de maior popularidade.

Os ataques ao referido Arcebispo e aos seus interlocutores, proferidos pelo professor Freyre, novamente foram utilizados no expediente de abordar o passado do religioso enquanto integralista e associado Dom Helder a imagem de Joseph Goebbels. Como se observa na seguinte transcrição:

Dom Helder is really a politician. His model was Dr. Goebbels. You can see Goebbels' influence when Dom Helder goes before the TV câmeras where he is most effective. Had the fascist movement won in Brazil, Dom Helder would have been one of its leaders. When it lost, the Archbishop became more anti-fascist and more sympathetic to communism, although he is not an ideological communist.⁵³⁷

⁵³⁵ “A Igreja no Brasil está passando por uma crise espiritual. Pessoas como Dom Helder erram ao pensar que a Igreja deve se dedicar exclusivamente às questões sociais, negligenciando o aspecto místico da religião. Os comunistas gostariam de usar Dom Helder como um veículo para capturar o poder, e ele é vaidoso o suficiente para aceitar seu apoio. A influência de Dom Helder, que dependia muito de sua publicidade, está, no entanto, em declínio.” (Tradução nossa) **Department of State**: Airgram. 26 de março de 1969. Enclosure, Recife A-32. p.1

⁵³⁶ Ibid. p.4

⁵³⁷ “Dom Helder é realmente um político. Seu modelo era o Dr. Goebbels. Você pode ver a influência de Goebbels quando Dom Helder vai antes das câmeras de TV, onde ele é mais eficaz. Se o movimento fascista tivesse vencido no Brasil, Dom Helder teria sido um de seus líderes. Quando perdeu, o Arcebispo tornou-se mais antifascista e mais simpático ao comunismo, embora não seja um comunista ideológico.” (Tradução nossa) Ibid. p.4

A teatralização no ato de discursar, o trato com os meios de comunicação e o carisma de Dom Helder serviam como elementos para que o escritor recifense comparasse o Arcebispo com o propagandista do nazismo alemão. Essa comparação corroborava com o argumento de Freyre que Dom Helder Camara tinha como verdadeira vocação a política e não a espiritualidade sacerdotal católica. Contudo, para Freyre, o Arcebispo Dom Helder não era comunista, mas, acabava sendo por meio de suas práticas um legitimador e/ou facilitador da atuação da esquerda.

No campo político, Freyre avaliava Dom Helder Camara como uma personalidade disputada entre comunistas e liberais, que desejam indicar o religioso como candidato a um cargo no Executivo, podendo ser no governo do Estado ou na presidência do país. Enquanto que dentro da Igreja, continuava o escritor na sua avaliação afirmando que o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife era uma pessoa que dividia e provocava opiniões, tendo assim uma boa parte dos religiosos e fieis católicos como opositores ao pensamento e as atividades de Dom Camara. Segundo Freyre, nem a campanha de não-violência, encabeçada por Dom Helder, surtia efeito desejado pelo Arcebispo para legitimar sua própria imagem entre os seus irmãos sacerdotes e leigos.

Enfim, confrontando a análise desse relatório produzido pelo *Departamento de Estado* norte-americano com a documentação analisada anteriormente, isso proporciona a compreensão das estratégias do escritor na oposição às atividades de Dom Helder Camara. Nesse sentido, percebemos que uma das principais estratégias de Gilberto Freyre no enfrentamento a Dom Helder Camara estava na rememoração do passado do Arcebispo, em que sua atividade como integralista era frequentemente retomada. Ao mesmo tempo em que depois da apresentação dessa imagem, o sociólogo procurava deslegitimar o referido clérigo associando a sua personalidade mais alinhada ao universo político do que ao religioso.

4.1.4. *Dom Helder Camara versus Nelson Rodrigues*

Considerando o vasto leque de nomes de personalidades do campo intelectual e jornalístico que se opôs a Dom Helder, decidimos abordar mais um para contribuir no entendimento de outras abordagens daqueles que decidiram combater ao Arcebispo de Olinda e Recife. Escolhemos outro recifense, mas que diferente de Freyre que não saiu

da capital pernambucana, o outro escritor que fez carreira no Rio de Janeiro. Estamos falando do romancista, jornalista, escritor e teatrólogo Nelson Rodrigues.

Escrevendo para o jornal *O Globo*, especificamente na coluna: *As confissões de Nelson Rodrigues*, esse intelectual produzia crônicas diárias a partir de seu entendimento e reflexões sobre assuntos cotidianos e corriqueiros da vida. Entre os anos de 1967 a 1970, mapeamos um total de 35 crônicas em que o nome de Dom Helder Camara foi citado por ele. Mesmo que nem sempre a figura do Arcebispo tenha sido o cerne dos textos.

No decorrer das crônicas, observamos três formas recorrentes de estratégias na construção dos textos de Nelson Rodrigues em relação a Dom Helder, sendo esse religioso o tema principal ou tratado apenas como um exemplo pontual da reflexão do autor. Relevante destacar que analisamos apenas os textos desse cronista em que o nome de Dom Helder esteve presente. Desse modo, nossa análise aqui não é viável e/ou aplicável para o entendimento e análise da obra de Nelson Rodrigues como um todo. A primeira forma era basicamente a partir de uma abordagem sobre o cenário político ou o cotidiano do país ou do mundo, em que o nome de Dom Helder Camara era citado ou eram feitos julgamentos de valores em torno das atividades desse religioso.

Enquanto que a segunda maneira que Rodrigues construía seus textos lembrou a estratégia utilizada em vários momentos por Gilberto Freyre, no caso, um suposto leitor indagava ao referido escritor questões relacionadas ao Arcebispo de Pernambuco. No entanto, enquanto Freyre ao construir um cenário em seu texto falava de cartas recebidas de leitores ou admiradores; Nelson Rodrigues começava alguns de seus textos revelando que depois de encontrar alguma pessoa na rua ou ao receber uma ligação de um leitor e/ou admirador seu ou do Arcebispo, sentia-se impelido a responder às questões ou ofensas que diziam receber nessas conversas.

Na terceira estratégia de construção de seus textos, Nelson Rodrigues justificava suas abordagens e julgamentos de valores no argumento de que seus textos se alicerçavam em conversas, mas não quaisquer encontros, eram o que ele chamava de “entrevistas imaginárias”, por caracterizar:

Quando iniciei esta coluna, alguém me sugeriu: – “Por que você não faz umas entrevistas?” O colega achava que eu devia ouvir os “grandes homens do país. Tive minhas dúvidas. Em primeiro lugar, não sei se temos “grandes homens”. Em segundo lugar, o “grande homem” já é uma pose e a entrevista outra pose. E, súbito, ocorreu me fazer “as entrevistas imaginárias”. Era a

única maneira de obrigar o entrevistado a confessar o que não diria nem ao padre, ao psicanalista, nem ao médium, depois de morto.⁵³⁸

Desse modo, as personagens entrevistadas na escrita de Nelson Rodrigues respondiam de acordo com o desejo do autor, legitimando assim os sentidos que ele deseja defender. Sendo, muitas vezes, representadas por meio de diálogos com objetos inanimados ou animais. Da mesma forma que outros desafetos de Dom Helder faziam geralmente, Rodrigues também associava alguns estigmas negativos ao religioso em questão. A imagem mais frequente era a do comunismo, sendo o religioso considerado por esse cronista como um de seus propagadores do marxismo em meio à Igreja. Como exemplo das prováveis ligações do Arcebispo D. Camara com organizações comunistas, geralmente instituições internacionais, as inquirições feitas por esse autor eram de quem financiava as viagens e palestras, no país e no exterior, do referido clérigo.⁵³⁹

O comportamento de Dom Helder em relação a projetos sociais, como outros também fizeram, era tratado como inadequado não apenas do ponto de vista político, mas entre membros do clero ou da comunidade de fiéis católicos. Como exemplo de represália, podemos elencar as limitações de viagens de Dom Camara pelo Vaticano⁵⁴⁰; ou os elogios e conselho desse religioso que os jovens imitassem os Beatles ou Híppies, incoerente para Nelson Rodrigues que defendia que o único exemplo que o Arcebispo tinha que dar era a do próprio Jesus Cristo.⁵⁴¹

Além disso, as crônicas de Nelson Rodrigues no jornal *O Globo* eram acompanhadas por charges, que eram assinadas por Marcelo. Não encontramos mais informações sobre esse desenhista, apenas o seu primeiro nome que usava para assinar

⁵³⁸ RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCXLI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1969. p.3

⁵³⁹ Cf.: RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo LXXII. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de março de 1968. p.2; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCXLIV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de junho de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDXCII. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDXCIV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDXXXIV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1970. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo DCCXXXV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1970. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo DCCXLIX. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1970. p.3

⁵⁴⁰ Cf.: RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDXLIX. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1969. p.3

⁵⁴¹ Cf.: RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCLXXI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCXC. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDXX. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1969. p.3; _____. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CDLXXXIX. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1969. p.3.

as obras dele. Em consonância com os textos do Rodrigues, alguns desses desenhos envolviam a imagem de Dom Helder Camara, como no exemplo a seguir:



Imagem 4: As confissões de Nelson Rodrigues

Fonte: MARCELO. Charge. *Apud.*: RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCLXXX. **O Globo**. Rio de Janeiro. 01 de agosto de 1969.p.3

Essa imagem compõe uma das crônicas de Nelson Rodrigues, que se desenvolve a partir de uma conversa com um conterrâneo pernambucano, que ele apresenta como “pau-de-arara”, em alusão aos nordestinos que viajavam para o sudeste em caminhões. Nesse diálogo, que não sabemos se é real ou não, as atividades de Dom Helder Camara em Pernambuco é o assunto central. O Arcebispo é apresentado como uma pessoa sem fé, que estava mais preocupado com a sua imagem na mídia. Além de ter sua atuação associada a práticas anti-cristãs ou anti-católicas.⁵⁴²

⁵⁴² RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo CCCLXXX. **O Globo**. Rio de Janeiro. 01 de agosto de 1969.p.3

Por uma questão de estratégia e viabilidade da nossa escrita, decidimos analisar uma das principais abordagens utilizadas por Nelson Rodrigues em relação a Dom Helder Camara. No caso, destacamos a recorrência em que esse autor afirmou que o clérigo em questão tinha perdido a fé, sendo apenas um homem da política ou mídia que usava batina para conquistar público para seus discursos e atuações tidas como teatrais.

Em um de seus textos, Nelson Rodrigues revelou que seu descontentamento com Dom Helder Camara não se dava apenas por choques na compreensão de como um religioso deveria se portar ou sobre o papel da Igreja no mundo. O autor indicou que existia um motivo pessoal para seus ataques ao Arcebispo. Falou o cronista que durante a juventude esteve apaixonado por uma moça que morava no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro, mas que a mesma estava passando por um momento muito difícil, estando ela inconsolável. A causa do sofrimento da moça não foi revelada. Então teve ele uma ideia de ligar para o então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder, pedindo que o mesmo fosse fazer uma visita a moça e levar uma palavra de conforto para ela.

Ao ligar para Dom Helder Camara, esse se dispôs a ajudar o escritor e confortar a moça. Pouco tempo depois, descobriu Rodrigues que o Arcebispo em questão não tinha ido visitar a garota por quem ele era apaixonado, então decidiu ligar novamente para o clérigo. Ao questionar os motivos de não ter ido levar uma palavra de alento a quem precisava, o clérigo disse que tinha ido todas as noites em oração. Utilizando-se dessa conversa em seu texto, escrito em 1967, Nelson Rodrigues argumentou que o sacerdote tinha com o tempo perdido a fé e que agora era apenas uma pessoa em busca de fama. Em certo momento dessa crônica, revelou:

14

Passou. E, hoje, vejo, pelos jornais, que o D. Helder mudou muito. Não é o mesmo, eis a verdade, não é o mesmo. Aí estão os seus pronunciamentos; faz viagens; anda de um lado para outro. Foi a Nova York, que é um pouco mais longe do que Santa Teresa. E, lá, provido como “O Arcebispo Vermelho”, fez discursos. Por que não ficou aqui rezando? E outra coisa: – há fome no Nordeste? Nem tudo está perdido, porque temos aí a fé de D. Helder. Pena é que, nos seus manifestos, ele não faça uma única e escassa referência ao sobrenatural. Sim, nunca prometeu orar pelos populares famintos. E eu estou imaginando se, um dia, Jesus baixasse à Terra. Vejo o Meigo Nazareno caminhando pela Rua do Ouvidor. De passagem, põe uma moeda no pires de um ceguinho. Finalmente, na esquina da Avenida, Jesus vê D. Helder. Corre para ele; estende-lhe a mão D. Helder responde: – “Não tenho trocado”. E passa adiante.⁵⁴³

⁵⁴³ RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo XII. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1967. p.2

Com uma abordagem sarcástica, característico de seu estilo de escrita, Nelson Rodrigues tratou das viagens e atividades de Dom Helder em relação ao subdesenvolvimento do nordeste. Nesse caso, questionou o autor onde estava a fé do Arcebispo que no lugar de viajar ou pregar contra as injustiças sociais, não estava em oração para resolver tais questões. Segundo esse autor, os discursos de Dom Camara no exterior silenciavam em relação a temas espirituais e que o religioso não seria capaz de reconhecer o próprio Cristo.

Em outra crônica, seguindo a mesma linha de pensamento do anterior, Nelson escreveu o seguinte sobre a fé do referido Arcebispo: “Dom Helder chega à janela e olha o céu. Será o apelo de uma fé perdida? Ou a nostalgia da vida eterna? Não. Dom Helder olha o céu para saber se leva o guarda-chuva.”⁵⁴⁴ No decorrer do texto, atacou novamente as atividades de Dom Camara, consideradas por ele desvirtuadas em razão do que um eclesiástico deveria se preocupar.

Essa abordagem se deu a partir de uma narrativa que dizia que Dom Helder, ao participar de um programa de televisão, não tinha se portado como um religioso católico quando foi questionado sobre liberdade sexual. Segundo Rodrigues, depois de um momento de suspense, o Arcebispo tinha respondido: “Por que falar de amor livre, se o Nordeste passa fome?”⁵⁴⁵ Depois disso, o autor procurou deslegitimar o trabalho social de Dom Helder, argumentando que estava pautado em frases vazias e sem uma preocupação real com as condições de vida dos mais pobres e, muito menos, com questões espirituais.

Em certo momento, escreveu:

12

Vejam vocês: na primeira oportunidade eu estaria disposto a perguntar a Dom Helder: – “Que me diz o senhor ou que notícias me dá da minha vida eterna?” Não farei, porém, tal consulta porque o querido Arcebispo havia de me atirar na cara a “fome do Nordeste”. Faz-se assim uma promoção inédita da fome. Mas bolas: – e por que só do Nordeste? As outras não merecem uma fatia de pão e um pouco de manteiga para lhes barrarem por cima? Por outro lado, é uma visão utópica a desse Brasil, onde só o Nordeste passa fome.⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo XX. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1967. p.2

⁵⁴⁵ Ibid

⁵⁴⁶ Ibid

O trabalho em prol do desenvolvimento de Dom Helder Camara, pautado no combate à “fome do Nordeste”, foi objeto de críticas de Nelson Rodrigues por dois motivos principais. Primeiro lugar estava o fato de considerar o discurso da “fome do Nordeste” como limitado, não alcançando a amplitude da pobreza que se encontrava em todo o país. Contudo, consideramos importante ressaltar que em nossa análise dos discursos, entrevistas e correspondências de Dom Helder Camara, não encontramos uma tentativa de limitação, por parte dele, que a miséria e subdesenvolvimento do país estivesse restrito à região Nordeste.

O segundo ponto estava no fato de que o escritor não acreditava que a preocupação de Dom Helder em relação à fome do Nordeste era real, pois se a fome de outra região desse mais espaço na mídia, então o Arcebispo estaria então dedicado a ela.⁵⁴⁷ No caso, para Nelson Rodrigues, o escopo do Arcebispo Dom Camara era a conquista de espaço na mídia e o reconhecimento público. Além disso, essas críticas vinham acompanhadas pela reafirmação do autor que Dom Helder Camara não possuía mais fé e por esse motivo não abordava questões espirituais.

No decorrer deste subcapítulo, procuramos mapear os principais signos utilizados por pelos opositores de Dom Helder Camara para classificá-lo enquanto figura subversiva ou deslegitimar o trabalho relativo ao desenvolvimento social empreendido por ele, classificando essas ações como de perfil comunistas. A partir de agora, depois desse percurso, buscaremos analisar a criação de uma rede de vigilância dos órgãos de Estado em relação a Dom Helder Camara e de seus interlocutores, dando maior atenção para o entendimento de como o trabalho em defesa da justiça social acabou sendo registrada e arquivada pela polícia política da ditadura milita no Brasil.

4.2. Sob as lentes do DOPS: a vigilância e a repressão da polícia política em torno das atividades de Dom Helder Camara

Com as crescentes tensões oriundas da negativa do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife de celebrar uma missa em comemoração ao segundo ano do golpe civil-militar, estabelecemos como estratégia, nesse momento, abordar as vigilâncias e repressões em torno dele e de seus interlocutores, isso entre os 1964 a 1970. Nesse processo de nossa narrativa histórica, buscaremos destacar o lugar que o tema do

⁵⁴⁷ Sobre o Exemplo da Amazônia, Cf.: RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo LXXVI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de março de 1968. p.2

desenvolvimento nos discursos de Dom Camara ocupou na documentação produzida ou recolhida pelos agentes da polícia política do regime ditatorial.

Desse modo, no intuito de contribuir com a produção de conhecimento sobre o referido momento da história brasileira, propomos analisar a elaboração de uma rede de controle dos agentes do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) em torno das atividades sociopolíticas de Dom Helder Camara. Destacando que o DOPS ocupava-se, enquanto um dos órgãos que compunham uma comunidade de informação do governo, da vigilância, difusão de informações e da repressão sobre aqueles classificados como subversivos.⁵⁴⁸

Ao discorrer sobre os interesses dos pesquisadores sobre a ditadura militar brasileira e as várias abordagens empreendidas sobre o tema, o historiador Carlos Fico ressaltou que, mesmo com o grande número de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, ainda há muito que se investigar e se problematizar sobre o referido período. Esse autor indicou, em sua argumentação, a documentação produzida pelos órgãos de informação e repressão como uma possibilidade de viabilizar novas contribuições, tendo em vistas que essas fontes históricas tiveram como norte a Lei de Segurança Nacional.⁵⁴⁹

Em complemento a essa indicação do Carlos Fico, torna-se pertinente informar que a Lei de Acesso à informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, viabiliza o contato da sociedade civil às informações antes sigilosas, permitindo assim novas discussões e uma ampliação do leque de fontes documentais para estudiosos. Essa nova realidade possibilita um ganho considerável para as pesquisas acadêmicas, como no caso dos prontuários individuais produzidos pelos agentes do DOPS ou outras fontes antes tratadas como confidenciais e que atualmente são de livre acesso.⁵⁵⁰ Consideramos que a abertura dos acervos documentais, como o do DOPS e outros órgãos de controle contribui com as discussões sobre as práticas coercitivas da ditadura e ainda permite que

⁵⁴⁸ Destacamos: Cf.: FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. RJ: Record, 2004; _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In.: **Revista Brasileira de História**. v.24, n.47. São Paulo, 1-15, 2004; _____. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001; AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. São Paulo: EDUSC, 1999; _____. **Constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político, famílias 10 e 20**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, p.17- 43, 2002; SILVA, Marcilia Gama da. **Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007; SERBIN, 2001, p.76 e 109

⁵⁴⁹ Cf.: FICO, 2001.

⁵⁵⁰ BRASIL, **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acessado em 10 de abril de 2014.

trabalhos de pesquisadores adquiram novos contornos ao disponibilizarem informações inéditas sobre a forma como agiam os agentes da polícia política.

Em um Estado de caráter policialesco, diversos mecanismos de vigilância, normatização e repressão daqueles que não se enquadravam foram elaborados, no decorrer dos anos, que correspondem à ditadura militar no Brasil. Desse modo, mesmo que seja o DOPS o órgão que daremos maior atenção em nossa análise, destacamos que ele não era o único instrumento de vigilância e coerção atuante durante a ditadura militar. Da mesma forma que a ditadura brasileira foi sendo construída ao longo dos anos em que esteve em vigor, à estrutura de vigilância que abarcava as instituições civis e militares também foram sendo formuladas e reformuladas no decorrer das décadas.

O Brasil não foi o único país no continente a vivenciar um regime ditatorial a partir da década de 1960, pois vários países da América Central e do Sul tiveram seus direitos democráticos suspensos. O medo do comunismo, muitas vezes alimentado por notícias ou propagandas contra a Cuba socialista, tornou-se um dos legitimadores da interferência norte-americana no continente americano.⁵⁵¹ Parte dessa interferência se deu no financiamento e/ou consultoria em instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG) ou de órgãos de informação como no caso do Serviço Nacional de Informação (SNI) ou mesmo na criação, articulação e liderança da Operação Condor, em que os países do continente enfrentariam juntos às supostas ameaças comunistas.⁵⁵²

A complexa e crescente rede de informações e de articulações de dados teve no general Golbery do Couto e Silva o criador do Serviço Nacional de Informação (SNI), que incorporou o material elaborado, antes mesmo do golpe de 64, pelo complexo Escola Superior de Guerra (ESG)/Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).⁵⁵³ O historiador Carlos Fico, no livro *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, analisou o *modus operandi* e o processo de legitimação das atividades desse órgão de investigação.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ HOBSBAWM, 1995, p. 421-446

⁵⁵² Cf.: GREEN, James. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

⁵⁵³ Cf.: SOUZA, Admar Medes de. **Estado e Igreja Católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). 2009, 371f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009. p.194; DREIFUS, 1981.; FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In.*: FERREIRA, 2014, p.168-205

⁵⁵⁴ FICO, 2001; SERBIN, 2001, p.89

O SNI teve o início de suas atividades em 13 de junho de 1964, contando com os serviços de consultoria norte-americana, que tinha sido arregimentada pelo general Golbery do Couto e Silva. Como destacou o historiador Calos Fico, o chefe do SNI desempenhava uma função equivalente a de um ministro de Estado, assessorando o presidente da república em assuntos tidos como ordem social e política. Assim, o SNI tornou-se o principal órgão do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Diferente do DOPS com atuações estaduais e nacionais, o raio de atuação do SNI chegava a outros países, de onde procurava informações sobre aqueles que eram considerados subversivos e ameaças ao *status quo*. A complexa máquina de vigilância construída pelo Estado ganhou mais força a partir da década de 1970 com o processo de endurecimento e maior violência do regime militar depois da criação do AI-5.

Coexistia nesses cenários órgãos de vigilância e coerção, como o caso do Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); Centro de Informação Marinha (CENIMAR); Comissão Geral de Investigações (CGI); Serviço Nacional de Informação (SNI) e as seções estaduais do próprio DOPS. Importante ressaltar que o SNI servia como consultor dos órgãos militares, mas esses tinham autonomia em suas investigações e coletas de informações. Além disso, assuntos relacionados às forças armadas ou aos seus membros, ficavam sob a tutela dos órgãos militares. Ao analisarmos dossiês produzidos pelo DOPS ou por outros órgãos de informações, o que se observa é que os documentos produzidos por essas instituições circulavam entre as agências, formando assim uma vasta e complexa rede de relações e contribuições.

O DOPS dentro desse universo de vigilância e na defesa da Lei de Segurança Nacional, que estaria supostamente sob ameaça de inimigos internos e externos, possuía a função de gerenciador de informações que iriam compor dossiês usados no processo de legitimação das ações policiais e na comprovação de periculosidade daqueles classificados como potencialmente ou comprovadamente subversivos. Maria Luiza Tucci Carneiro, ao discorrer sobre o papel do DOPS entre os órgãos de controle das décadas de 1960 a 1980, destacou: “o DOPS foi, *par excellence*, um órgão gerenciador de informações que, acumuladas num arquivo geral e cruzada entre si, garantiam a sustentação dos mitos, vistos aqui como uma das técnicas de controle das massas.”⁵⁵⁵

⁵⁵⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Disponível em:

Articular e gerenciar discursos distintos que deveriam ser conduzidos pela prática cotidiana e destinada a corroborar com a ação policial de coerção em um Estado jardineiro, era a função dos agentes que compunham o DOPS.⁵⁵⁶ Nesse sentido, a produção por parte dos agentes de relatórios ou de outros documentos, arquivados juntamente com livros, recortes de jornais, boletins, fotografias, cartas e outras indícios, que pudessem comprovar ou indicar a culpabilidade daquele que estava sob vigilância, era parte importante do trabalho policial. Nesse sentido, discorreu Tucci Carneiro: “O discurso da ordem assume um tom acusatório ao apontar para o inimigo cuja imagem negativa vai sendo construída a partir de provas recolhidas junto aos espaços da sedição (daí os autos de busca e apreensão e os relatórios de investigação).”⁵⁵⁷

Marcília Gama da Silva – no decorrer de sua dissertação de mestrado e da tese de doutorado, ambas no campo da História – trabalhou com o processo de criação, articulação e funcionamento da Delegacia de Ordem Política e Social, em 1935, e da transformação desse órgão em Departamento de Ordem Política e Social a partir de 1964. Essa historiadora dedicou-se ao estudo da atuação da polícia política em Pernambuco, trançando no decorrer de sua carreira acadêmica o percurso dos agentes desse órgão desde a Era Vargas até o final da ditadura militar no Brasil. Em seus estudos, notou que na prática cotidiana dos agentes policiais, o DOPS possuía, entre os seus funcionários, os oficiais da informação. Esses oficiais eram responsáveis pelas coletas de dados, triagens do que deveriam compor o acervo, análises, difusões e classificações do que eram confidenciais ou não. Para essa autora, o trabalho à margem do sistema fez com que pouco do cotidiano desses funcionários fossem registrados.⁵⁵⁸

Os dossiês produzidos pelos oficiais da informação eram organizados em *prontuários funcionais* e *prontuários individuais*, estando atualmente conservado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Em suas características gerais, podemos definir que os *prontuários funcionais*, em sua maioria, formam-se por um conjunto de registros sobre as atividades e/ou perfis de grupos e pessoas consideradas

<http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf> Acessado em 18 de fevereiro de 2014.

⁵⁵⁶ A referência ao Estado jardineiro se pauta no livro *Modernidade e Ambivalência*, do sociólogo Zigmund Bauman. Nessa obra o termo Estado Jardineiro foi descrito da seguinte forma: “O projeto, supostamente ditado pela suprema e inquestionável autoridade da Razão, fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas.” BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, 1999. p.29

⁵⁵⁷ CARNEIRO, 2014, p.2

⁵⁵⁸ Cf.: SILVA, 2007. p.74

subversivas ou com potencial para incitarem atos de desordens sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, encontram-se nessas pastas: relatórios policiais, folhetos, folhas de cânticos, fotografias, documentos pessoais, manifestos, cartas, bilhetes e recortes de jornais. Enquanto que os *prontuários individuais* são os registros das ações dos sujeitos considerados subversivos, neles podemos encontrar depoimentos, laudos do Departamento de Polícia Científica, do Instituto de Medicina Legal, documentos da Polícia Militar, do Departamento de Polícia Federal, de embaixadas, do Ministério da Aeronáutica, entre outros órgãos ligados ao governo.

A análise desses prontuários viabiliza novas questões e abordagens a partir do momento em que o pesquisador leva em consideração o processo e o tempo dedicados a sua elaboração. Dossiês como os destinados aos sacerdotes que atuavam em Pernambuco – como o caso de Dom Helder e seu prontuário individual, composto por relatórios policiais, depoimentos, recortes de jornais e etc., que foram reunidos e fichados em momentos distintos – exigiam muito trabalho e a necessidade de corroborar com o sentido norteador que legitimava a ação policial. O historiador Carlos Fico, ao abordar a elaboração dos conjuntos de documentos da polícia política, escreveu:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois) poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém.⁵⁵⁹

Essa citação é pertinente ao analisarmos o conjunto de documentos que constituem o *Prontuário Individual n° 16.906*, dedicado a Dom Helder Camara. Nesse caso, o referido prontuário é formado por um conjunto de 580 documentos – considerando nesse caso a unidade de assunto e data e não a quantidade de páginas que cada um possui – e que foram apreendidos e produzidos durante décadas. Importante destacar que algumas fontes possuem apenas uma lauda, enquanto outros são relatórios e livretos com várias folhas. Considerando o recorte temporal estabelecido em nossa pesquisa, dedicaremos nossa atenção para fontes produzidas no decorrer da década de 1960.

A tentativa de controle por parte do DOPS em relação ao referido arcebispo foi noticiada pelo *Jornal do Commercio* (JC), no dia 23 de Maio de 1968, quando foi publicada uma matéria intitulada: *Helder tem prontuário na Polícia*, do qual destacamos o seguinte trecho:

⁵⁵⁹ FICO, 2001, p. 101

Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife, encontra-se entre 18.190 registrados no Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social, cujos prontuários vão desde extremistas notórios a autores de pronunciamentos considerados agitacionistas, conforme informou ontem o chefe do órgão, Sr. Júlio de Vasconcelos Barros, durante a mudança das instalações daquele arquivo para o 1º andar da especializada, em sala contígua ao gabinete de delegado Moacir Sales.

A transferência dos arquivos foi feita para maior garantia dos valiosos documentos que ali são guardados.

Instalado a 18 de outubro de 1931, o Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social é a mala mestra do combate à subversão e ao agitacionismo extremista em Pernambuco, uma vez que dele depende o conhecimento exato de todos os elementos considerados como perigosos ou simpatizantes de ideologias contrárias à Democracia.⁵⁶⁰

Ao lado direito do texto de onde retiramos a citação acima, a edição do JC colocou a seguinte imagem:



Imagem 5: Helder tem prontuário na Polícia

Fonte: Helder tem prontuário na Polícia. **Jornal do Commercio.** Recife, 23 de Maio de 1968. *Apud.*: **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Camara. DOPS-PE/APEJE.

Nessas citações, destacamos inicialmente a função que o DOPS e seu arquivo possuíam, no caso, como espaço articulador de informações para a manutenção da ordem de um *status quo*, ameaçado por indivíduos considerados perigosos, como o exemplo citado do Dom Helder Camara. É importante compreender que a produção,

⁵⁶⁰ Helder tem prontuário na Polícia. **Jornal do Commercio.** Recife, 23 de Maio de 1968. *Apud.* **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE.

arquivamento e manutenção desse *corpus* documental tinham uma função específica, no caso, de dar ferramentas de trabalho dentro de um universo de trabalho policialesco. Não sendo esse acervo elaborado com fins de salvaguardar certa memória de uma polícia política, que deveria posteriormente ser utilizada em estudos acadêmicos. Os prontuários do DOPS eram instrumento de trabalho dos agentes policiais.

Em segundo lugar, a escolha da imagem que acompanhava o texto, que apresentava o Helder Camara na época de padre e membro da Ação Integralista Brasileira, na década de 1930. Como visto no primeiro capítulo, a AIB foi um movimento de extrema-direita criada pelo intelectual paulista Plínio Salgado em 1932 – que se tornou o primeiro partido político de atuação nacional – ocupou um espaço relevante entre vários brasileiros, principalmente em meio aos intelectuais de perfis nacionalistas e alinhados ao pensamento conservador e cristão, principalmente a Igreja Católica. Ao estabelecer seu núcleo no Ceará, em 1935, o Integralismo encontrou no Padre Helder Camara – que já ocupava um posto de liderança na Legião Cearense de Trabalho, na Juventude Operária Católica e na Liga Eleitoral Católica – um dos seus principais nomes.⁵⁶¹

No entanto, mesmo sendo uma reportagem publicada mais de trinta anos depois da fase de camisa-verde do citado religioso, observa-se a necessidade de deslegitimar a figura do Arcebispo, que em 1968 já tinha se envolvido em alguns casos de tensões com o governo militar. Mesmo sendo constantemente classificado pelo governo militar como um adepto do comunismo ou de ensinamentos marxistas, a rememoração de sua participação no integralismo, partido político de caráter fascista.⁵⁶²

Em 1968, Dom Helder Camara já tinha se envolvido em alguns casos de tensões com o governo militar. Porém, como já apresentamos no decorrer desta tese, a imagem do Arcebispo de Pernambuco era repetidamente associada, naquele momento, ao comunismo. Desse modo, observa-se uma inversão na imagem do referido clérigo, deixando de ser representado como uma figura que estava ligada à extrema-direita e,

⁵⁶¹ Além do primeiro capítulo desta tese, indicamos. Cf.: MORAES, Márcio A. M. de. Em meio a correspondências e discursos: as reflexões do padre Helder Pessoa Câmara no combate à influência do comunismo entre os operários (1930-1937). **Anais do I Encontro Nacional do CEHIR**. 2017a. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/19GSjAtNqceDrEEuLn5rLbgzhYqFuuaaU/view> >. Acesso, 09 Junho 2018; _____. Cartas a um amigo: a correspondência do Padre Helder Pessoa Câmara a Alceu Amoroso Lima (1929-1937). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH: Contra os preconceitos: História e democracia**. 2017b. Disponível em: < http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502651067_ARQUIVO_MORAES.M._ANPUH2017_TextoCompleto.pdf > Acesso, 09 Junho 2018.

⁵⁶² Cf.: PILETTI, 2018, p. 399; SERBIN, 2001, p.108

agora, à extrema-esquerda. No entanto, independente do lado no espectro político, o Arcebispo Camara estava sendo prontuariado por representar uma ameaça potencial ao regime militar em vigor na época. Ao analisar o *Prontuário Individual nº 16.906*, dedicado a Dom Helder e noticiado pelo referido periódico, o que se observa é o fato de que mesmo ele sendo constantemente classificado pelo governo militar como um adepto do comunismo, a rememoração de sua participação no integralismo foi frequentemente usado, inclusive na contrapropaganda da candidatura de Dom Helder ao Prêmio Nobel na década de 1970.⁵⁶³

Como consequência, a notícia do JC acabou acirrando ainda mais as relações tensas entre o governo militar *versus* alguns representantes da Igreja Católica, juntamente com seus fiéis. No mesmo dia da publicação desse artigo, o delegado de Segurança Social, Moacir Sales, escreveu, à mão, alguns apontamentos negando a existência desse prontuário e que foi transcrita na íntegra no dia seguinte pelo *Diário de Pernambuco*, concorrente do jornal citado anteriormente. No artigo: *Não há prontuário de Dom Helder na Delegacia* do DP, de 24 de maio de 1968, Moacir Sales negava qualquer prontuário sobre o arcebispo, escrevendo o delegado:

- a) Não há prontuário de D. Helder Camara no arquivo da Delegacia de Segurança Social.
 - b) A notícia divulgada pelo Jornal do Comércio com relação a D. Helder Camara, edição de 23 do corrente, não foi dada pelo chefe do arquivo Júlio de Barros. Ela é apócrifa.
 - c) A fotografia exibida no citado Jornal do Comercio não foi fornecida pelo arquivo desta Especializada. (A fotografia de D. Helder entre os Camisas Verdes).
- Ass. Moacir Sales de Araújo – Delegado de Segurança Social.⁵⁶⁴

Neste mesmo artigo do DP, Júlio de Barros, Comissário e Chefe do Arquivo do DOPS, também disse: “Não tem o menor fundamento a notícia de que existe nos arquivos da Delegacia, prontuário do Arcebispo de Olinda e Recife. Não sei como o representante de um órgão de imprensa inventa notícia para encher página do jornal, sem a mínima responsabilidade do que escreve.”⁵⁶⁵ No entanto, mesmo que

⁵⁶³ Cf.: COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. Prêmio Nobel da Paz: A atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de dom Helder Câmara. **Cadernos da memória e verdade**. V.4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=Nobel&pasta=Premio%20Nobel%20da%20Paz> . Acessado em: 08 de junho de 2016

⁵⁶⁴ “Não há prontuário de Dom Helder na Delegacia”. **Diário de Pernambuco**, 24 de Maio de 1968. . *Apud.*: **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE.

⁵⁶⁵ *Ibid.*

representantes do governo negassem a existência de tal dossiê, ele existia e estava classificado como *Prontuário Individual nº 16.906*, dedicado a Dom Helder Camara, então Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

Ao analisar o conjunto de documentos que compõe o *Prontuário Individual nº 16.906*, organizamos, em nossa prática cotidiana de pesquisa, essas fontes históricas em três categorias distintas: 1) Documentos produzidos pelo DOPS-PE (1938 a 1983) – com 79 itens, correspondendo: ofícios, relatórios, circulares e outros; 2) Documentos recolhidos pelo DOPS-PE (1966 a 1977) – com 31 fontes, correspondendo: fotografias, Um exemplar do periódico Boletim Arquidiocesano, cânticos de missa, livretos, discursos, cartas, comunicados, caricaturas, anotações, etc; 3) Recortes de jornais (1960 a 1987) – com 470 notícias, englobando os periódicos: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Noite*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, dentre outros.

O historiador Carlos Fico ao abordar as estratégias de vigilância e produção de informações por agentes dos órgãos de vigilância da ditadura militar discorreu que os dossiês, geralmente, eram produzidos a partir de uma lógica, em que se criava ou registrava uma ou mais dúvidas sobre supostas ações subversivas de indivíduos ou organizações. Depois, no decorrer do tempo, novas informações eram adicionadas no intuito de corroborar com a proposta inicial de que o prontuário representava uma ameaça à ordem social e política estabelecida.⁵⁶⁶

No caso deste dossiê dedicado a Dom Helder Camara, encontramos fontes que transitam entre as décadas de 1930 a 1980. No entanto, isso não quer dizer que esses documentos foram introduzidos seguindo uma ordem cronológica ou que desde o início a imagem a ser construída em relação ao prontuário esteve preestabelecida e cristalizada, sem sofrer modificações com o passar do tempo. Desse modo, neste prontuário, o registro mais antigo corresponde a 1938, em que se encontra em certo momento a seguinte observação:

CÓPIA AUTENTICADA – Delegacia de Ordem Política e Social. Recife, 14 de Abril de 1938. O/S nº395. Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. Passo às mãos de V. S. a palavra de ordem do “Partido Comunista Brasileira” através das cláusulas abaixo, enviadas pelo seu órgão competente, o “Comité Central” contendo as últimas deliberações recebidas do “Bureau Político Sul Americano” para o Brasil. Ditas diretivas chegaram verbalmente ao conhecimento deste Comissariado, por intermédio do nosso “Serviço Secreto” em virtude de uma perfeita infiltração de componentes do referido “Serviço” no seio da citada organização política internacional.[...] 2º) Recomendar a máxima vigilância aos elementos do partido, em torno das

⁵⁶⁶ FICO, 2001. p.101

atividades dos integralistas, os quais usam constantemente da falsa propaganda comunista com o objetivo único do antipatizar o partido perante a massa e colocando-o em má situação perante a lei, cortarem por completo a marcha das suas atividades.⁵⁶⁷

Este documento não cita diretamente o nome de Dom Helder Camara, mas um dos grupos políticos que ele participou enquanto padre, no caso, o Integralismo. Então: quais os motivos para o documento apresentado anteriormente, como outros documentos que correspondem aos que antecedem a sua atividade como Arcebispo de Olinda e Recife, tenham sido arquivados no *Prontuário n 16.906*? Considerando que nenhum deles cita o nome de Helder Camara ou atividades que estivessem ligadas diretamente a ele. Nesse caso, estabelecemos como hipótese que, em alguns momentos, procurando legitimar a ideia ou imagem de subversivo ou a tentativa de se construir provas contra um determinado prontuário, os oficiais de informação do DOPS arquivavam dentro do prontuário os documentos que estivessem supostamente conectados a um passado do suposto subversivo.

Todavia, torna-se importante destacar que o referido dossiê tratou, quase que exclusivamente, das atividades de Dom Helder a partir de sua chegada a Pernambuco, em 1964. Assim, mesmo com documentos sobre a Ação Integralista, não se encontram informações deste religioso nos anos em que atuou como padre no Ceará ou nos anos de 1936 a 1964, momento que corresponde sua experiência no Rio de Janeiro.

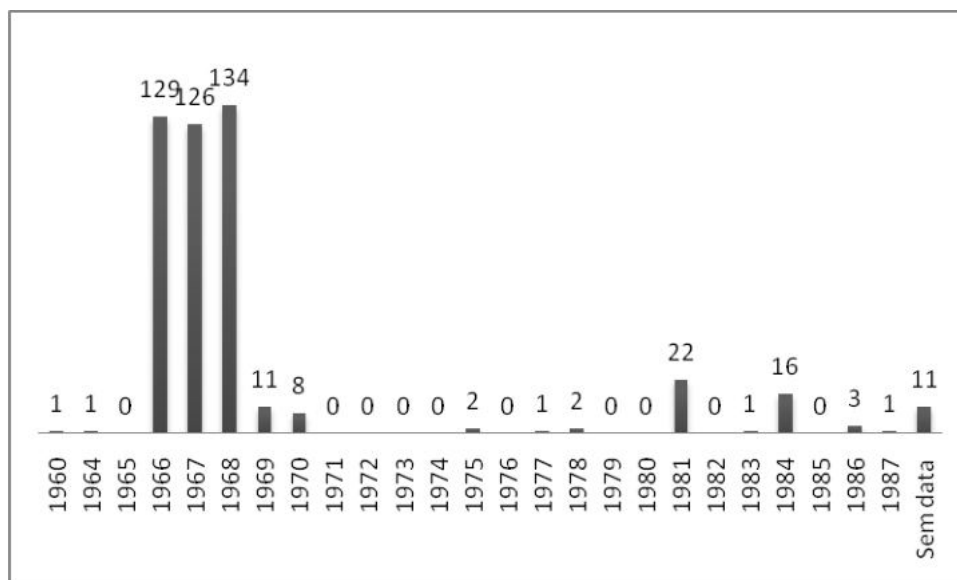
A elaboração de um prontuário, como já foi exposto, dava-se a partir das práticas cotidianas dos agentes do DOPS e dos seus oficiais de informações que registravam e arquivavam as provas materiais que consideravam relevantes para comprovação da periculosidade de um indivíduo ou grupo. Desse modo, quando se analisa o *Prontuário Individual n° 16.906*, que foi sendo elaborado no decorrer das décadas de 1960 a 1980, observa-se uma diversidade de assuntos considerados relevantes para serem arquivados.

Nesse caso, os recortes de jornais selecionados por essa polícia política, serviam tanto para o mapeamento das ações daqueles que estavam sob vigilância, como provas de atividades subversivas. Considerando o montante de 470 recortes de jornais encontrados no prontuário em questão, observa-se que a maior parte deles corresponde aos anos 1966, 1967 e 1968. Nesses três anos foram reunidos 389 recortes de jornais que tiveram Dom Helder como assunto, chegando a representar 82% deste tipo de documento recolhido e arquivado no *Prontuário Individual 16.906*.

⁵⁶⁷ Relatório Policial de 14 de abril de 1938. **Prontuário Individual n° 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

Essa concentração de recortes entre 1966 a 1968 pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Recortes de jornais recolhidos pelos agentes do DOPS-PE



Mesmo vivenciando alguns conflitos com a administração do IV Exército no Recife, Dom Helder Camara transitava com certa frequência e aceitação entre órgãos e figuras importantes do Exército e do governo em âmbito Estadual e Nacional. Porém, a recusa de celebrar a missa que comemoraria dois anos do governo militar no Brasil, fomentou um clima de tensão, principalmente por causa da reação do general Antônio Carlos Muricy, que chegou a associar a negativa do Dom Helder a ataques terroristas que aconteceram na cidade e, também usar, de maneira mais sistemática, notícias que ligavam a imagem do religioso ao comunismo.

Em uma de suas cartas, no caso, a 70ª circular de 01/02 de abril de 1966, escrita no dia posterior à comemoração dos militares em 1966, Dom Helder comentou:

E a nota, ligando malevolamente, minha não-celebração da Santa Missa com o lançamento das bombas, acrescenta: “É de lamentar também que o Arcebispo de Olinda e Recife se tenha recusado a celebrar a Missa de aniversário da Revolução (depois de ter aceito celebrá-lo), sob a alegação de tratar-se apenas de cerimônia cívico-militar, quando era, na realidade o ponto alto das comemorações”...

Resolvi nada comentar. Quem não me entende e não me aprova não iria entender e aprovar quaisquer que fossem as explicações apresentadas...

Tive conhecimento seguro dos passos dados para apresentar-me aos meus Superiores Eclesiásticos como pessoa não-grata à Revolução, com o pedido

expresso de meu afastamento do Recife, posto-chave dentro do Brasil. Volte-se à alegação de que sou comunista.⁵⁶⁸

Essas tensões foram posteriormente abafadas, com a retirada do general Muricy do comando do IV Exército, em Recife. Porém, os conflitos continuaram nos anos seguintes. A partir de 1970, depois da denúncia deste clérigo na França sobre as torturas exercidas pelo governo militar no Brasil, o nome de Dom Helder Camara é proibido de ser citado na imprensa, no período de 1971 a 1973 não há recortes de jornais sobre o referido religioso no prontuário do DOPS. Mesmo com grande projeção fora do Brasil, observam-se nos dados expostos no Gráfico 2, que o fim da proibição do regime militar sobre o nome do referido Arcebispo, a partir de 1974, não repercutiu no número de recortes de jornais sobre Dom Helder Camara, que foi bem inferior a década de 1960.

Essas fontes que formavam os dossiês eram catalogadas pelos oficiais de informação dos DOPS em listas que continham registros de relatórios e também os títulos dos artigos dos recortes de jornais onde foram publicados. Importante lembrar que os prontuários, tanto funcionais como individuais, eram elaborados para serem utilizados no cotidiano policial. Desse modo, as listas assumiram a função de resumo das atividades do prontuário, servindo como retrospectiva da vida pretérita do vigiado. No caso de Dom Helder, encontramos algumas listas, dentre as quais destacamos o seguinte trecho:

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PERNAMBUCO

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL
(Seção de Arquivo)

HELDER PESSOA CAMARA – filho de João Eduardo Torres Camara Filho e de Adelaide Rodrigues Pessoa Camara, natural de Fortaleza – Ceará nascido em 7 de fevereiro de 1909, solteiro, eclesiástico (Arcebispo de Recife e Olinda), residente à rua Henrique Dias, anexa à Igreja das Fronteiras – Derbi – Recife, Pernambuco.

ANOTAÇÕES

12.02.1965 – Pedido de Busca nº 208, desta data, “Consta que os Padres MELO e CRESPO têm exercido grande influência no meio rural entre os camponeses e nas áreas dos Engenhos. Tal influência obedece orientação nitidamente de esquerda e contrárias aos princípios da Revolução de março/64. Dom Helder está entre os que também apoiam tal movimento;

25.03.1965 – Pedido de Busca nº 121, desta data – “ZEZITA”, chefe bandeirante da Companhia Matias de Albuquerque, disse para os bandeirantes de sua campanha: “Querem ver miséria? Vão até o Palácio São Joaquim, as quartas e sábados e verão”. “Conforme Dom Helder já disse, a seca está aí e o governo federal não fará nada”;

⁵⁶⁸ CÂMARA, Helder. 70ª Circular, Recife, 01/02 de abril de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011^a, p.230

04.05.1965 – Informação nº235, desta data – “VISITA DO ARCEBISPO DE OLINDA E RECIFE, DOM HELDER CAMARA, A PARÍS”;

16. 05. 1965 – Jornal do Comércio “Cronica da Cidade. “Dom Helder considera intrigantes os pixadores de muros, em seus escritos, aliaram o seu nome ao Partido Comunsita”;

30.06.1965 – “Relatório da reunião realizada na Câmara de Vereadores, dirigida por Dom Helder Camara, sob o assunto “COMBATE A MISÉRIA”;

01.04.1966 – Jornal do Comércio “Dom Helder não rezou missa” (que seria celebrada no Parque 13 de Maio, pela passagem do segundo aniversário da Revoluções dizendo-se impossibilitado);

02.04.1966 – Diário de Pernambuco – “Exercito lamenta que Dom Helder não tenha rezado missa;

03.04.1966 – Diário de Pernambuco desta data – “Dom Helder viaja a Roma e daí para Bruxelas onde pronunciará conferencias a convite da Igreja Católica na Bélgica;

30.04.1966 – Jornal do Comércio desta data – “Dom Helder regressou de Roma “mas amigo de todos e de tudo”;

01.05.1966 – Jornal do Comércio desta data – “Dom Helder defende nos moldes da Justiça Cristã”; [...]”⁵⁶⁹

Esse documento continuava a citar datas, pedidos de buscas, notícias de jornais, indicando assim, nas suas doze páginas datilografadas, um complexo painel do controle exercido pelo DOPS. Desse modo, o *Prontuário Individual nº 16.906*, como se percebeu até o momento, foi sendo elaborado no decorrer dos anos de vigilância do DOPS-PE em relação às atividades do Arcebispo Dom Helder Camara, no intuito de acompanhar suas atividades e usar essas ações como comprovações de sua periculosidade ao *status quo*. No entanto, olhar para esse prontuário de maneira isolada, impossibilita uma compreensão mais ampla da importância deste prontuário em uma teia de controle muito maior e complexa.

No caso, ao analisar prontuários individuais e funcionais do DOPS-PE em conjunto com outros acervos dos órgãos de informação, pretendemos construir a partir desse momento, em nossa tese, o cenário de crescente tensão entre Dom Helder Camara e membros do governo militar. Considerando nesse cenário, a atuação deste religioso em torno do tema desenvolvimento como um dos motivos para classificação de dom Helder Camara como subversivo.

Além disso, com essa proposta de abordagem, contribuiremos no entendimento da lógica da polícia política, não apenas na vigilância sobre suspeitos de atos subversivos, mas como o mesmo controle era utilizado para comprovar a periculosidade de terceiros. Assim, observa-se em outros prontuários que, muitas vezes, a menção a encontros,

⁵⁶⁹ Anotações de 05 de junho de 1972. **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

trocas de correspondências, simpatia ao referido arcebispo servia de comprovação de culpa do prontuariado.

A vigilância policial mobilizou vários setores da sociedade, formando uma teia de informações dedicadas a acompanhar e controlar os indivíduos ou organizações consideradas inimigas dos *status quo*. Em um cenário político e social, como o brasileiro durante a ditadura militar, a constante suspeição possibilitava aos agentes de órgãos de vigilância, como o DOPS, as condições necessárias a construir sentidos na seleção de fontes que formavam os prontuários usados para validar as ações policiais. Desse modo, por meio de uma complexa rede de contribuições os órgãos de informações poderiam envolver outros órgãos públicos na coleta de dados.

A construção de sentidos não se dava apenas na elaboração de um dossiê de indivíduos ou grupos considerados subversivos, mas na confecção de uma teia de relações que se formaram e expandiram-se de forma ilimitadas com o trabalho cotidiano dos agentes dos órgãos de segurança e informação. Seguindo essa concepção, conseguimos perceber ligações temáticas entre o *prontuário individual nº 16.906*, dedicado a Dom Helder Camara com outros 251 prontuários destinados a sacerdotes, paróquias, congregações e movimentos leigos, formando uma complexa e extensa rede de informações em torno do Arcebispo e seus aliados no Estado de Pernambuco. Importante ressaltar que esse número de 251 prontuários corresponde aqueles que conseguimos mapear, podendo existir outros que não foram localizados nesse processo de pesquisa.

A construção dessa teia de informações possibilitava a polícia política estabelecer um perfil do sujeito e/ou grupo mantido sob a vigilância, como também servia de legitimação para as atuações de repressão policiaisca. Percebendo que, o nome de Dom Helder Camara, distribuído no decorrer das fontes documentais da polícia, assumia tanto a função de manter o Arcebispo sob uma lógica da vigilância, como também para incriminar ou pelo menos corroborar com o discurso de periculosidade daqueles que se envolviam com o religioso ou em ações de cunho sociais. Dentro do universo de informações produzidas pelos oficiais do DOPS, selecionamos aqui dois documentos localizados em prontuários distintos, sendo respectivamente o de nº 15.777 e o de nº 18.209, em que podemos visualizar a o nome do Arcebispo sendo utilizado para legitimar o controle policial.

(ST 19.2. / 106 / Em 12 Fev. 65)
À Delegacia Auxiliar, para conhecer e informar.
Em 03.03.65

1 – DADOS CONHECIDOS:

“Consta que os padres MELO e CRESPO têm exercido grande influência no meio rural entre os camponeses e nas áreas dos Engenhos. Tal influência obedece orientação nitidamente de esquerda e contrários aos princípios da revolução de março/64. Dom HELDER está entre os que também apóia tal movimento.

2 – DADOS SOLICITADOS:

- a) – Veracidade do informe
- b) – Dados pessoais dos mesmos
- c) – Atividades recentes, objetivos do movimento demais elementos do Clero envolvidos.
- d) – Outros julgados importantes.⁵⁷⁰

Em outro *prontuário individual*, agora produzido em 1970, destacamos o trecho:

No dia 24 de maio de 1970, foi detido em uma barreira na rodovia BR-116, na localidade de Registro, um senhor que não possuía documento algum. Devido ao fato de estar sendo desenvolvido na área uma operação de captura de subversivos fugitivos, e como haviam informes que o grupo fugitivo poderia receber auxílio externo, a pessoa em questão foi detida para averiguações.

Examinada sua bagagem, foram encontradas duas cartas abertas, das quais foi tirado cópia.

Declarou o detido chamar-se JOSÉ COMBLIN, ser padre católico, e estar se deslocando de São Paulo para o R. G. do Sul, onde ministraria um curso de teologia (Curso Christus Sacerdos).

Acrescentou que tinha viajado sem documentos por tê-lo esquecido em S. Paulo, no apartamento em que estivera hospedado.

Disse ter estado hospedado no apartamento de um colega, na Rua Caio Prado nº37 aptº. 901, e que os documentos poderiam ser encontrados no local.

Atendendo à solicitação da autoridade policial na área, o DOPS/SP efetuou busca no local e confirmou o encontro dos citados documentos informando que o apartamento pertencia ao padre MICHEL SCHOOPYANS, que encontra-se na Bélgica há dois anos.

Como os dados enviados pelo DOPS coincidissem com os dados formados pelo cidadão detido e como nada de suspeito quanto a sua passagem na área fosse apurado, foi o cidadão encaminhado de volta a São Paulo para apanhar os documentos, já que desistira de viajar sem os mesmos.

Foi aproveitada a ocasião para registrar dados de qualificação / constantes da resposta enviada pelo DOPS/SP.

Cumpre acrescentar que o padre JOSÉ COMBLIN é parte integrante no esquema subversivo do Arcebispo HELDER CAMARA.⁵⁷¹

A primeira citação possibilita-nos indicar algumas informações relevantes sobre o universo de vigilância construído pelos órgãos de segurança do Estado. Inicialmente

⁵⁷⁰ Pedido de Busca nº208 /SNI-ARJ em 03 de março de 1965. **Prontuário Individual nº 15.777** – Pe. Antônio Melo. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

⁵⁷¹ Parte Policial. **Prontuário Individual nº 18.209** – Padre Joseph Comblin. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

destacamos as figuras dos dois sacerdotes, que tiveram papéis importantes na liderança de movimentos sindicais rurais no Estado de Pernambuco. Por esse motivo, é importante destacar que não foi a relação deles com Dom Helder Camara que os tornaram alvos dos agentes do DOPS, mas suas próprias atividades sociais os colocaram, na perspectiva do governo, representada pela polícia política, como subversivos e que deveriam ser mantidos sob vigilância. Porém, Dom Camara aparece como um legitimador das ações desses sacerdotes católicos junto aos trabalhadores do campo. Como dito, o Padre Antonio Melo foi prontuariado no dossiê de nº 15.777, enquanto o padre Paulo Crespo foi fichado no prontuário individual nº15.778, ambos compondo o acervo do DOPS-PE.

Com relação ao *Pedido de Busca*, emitido pelo SNI, destacamos que mesmo sendo um documento produzido por outro órgão, estava composto por informações utilizadas pelos agentes do DOPS para corroborar com a imagem de que tanto o prontuariado, como os outros dois clérigos citados, representavam uma ameaça ao regime militar e os alicerces nacionalistas e cristãos que sustentavam a sociedade brasileira.

Além disso, o texto que compõe a seção os “Dados Conhecidos”, do documento citado anteriormente, é o mesmo registrado nas listas de controle dedicada às atividades de Dom Helder Camara, como já citamos ao expor parte das anotações policiais no documento ligado pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – Delegacia de Segurança Social (Seção de Arquivo), localizado no prontuário nº 16.906. O primeiro tópico, registrado com a data de 12.02.1965, expõem o texto anterior. Escolhemos repetir essa citação, para apresentarmos como as informações produzidas por um determinado órgão de vigilância poderiam e eram utilizadas por outros em suas atividades de controle e repressão. Essa troca de dados viabilizou o crescimento e fortalecimento da teia de controle e informação em que a polícia política utilizava para suas ações e para a deslegitimação dos que eram apresentados como ameaças.

Enquanto que a segunda citação trata do Padre Joseph Comblin, que já foi apresentado anteriormente. O padre Comblin teve um papel relevante na formação dos padres da Regional Nordeste II e na colaboração na produção e atuação intelectual e política do Arcebispo Camara. Além das atividades político-pastoral deste padre que foram compreendidas como subversivas, somadas ao seu contato com Dom Helder, levou a polícia política classificá-lo como “...parte integrante no esquema subversivo do

Arcebispo HELDER CAMARA.”⁵⁷² Outra reflexão relevante é que ao encontrarmos no *prontuário individual n° 18.209*, dossiê produzido pelos agentes do DOPS-PE, um relatório do DOPS-SP, podemos indicar a comunicação e trocas de informações entre as agências Estaduais. Demonstrando assim um pouco da amplitude da teia de controle vigilante dos órgãos policiais durante a ditadura militar.

Nota-se também na documentação do DOPS-PE, em seus prontuários funcionais e individuais, que mesmo contando com o apoio de muitos sacerdotes e seminaristas brasileiros, grande parte daqueles que atuaram como interlocutores de Dom Helder Camara eram europeus ou norte-americanos, como os padres: Vitor Miracapillo, Alfredo Schnuttgen, Doreal Dean Ruspipos, Dirh Gerardins Maria Hisseling, Emile Dior, Lawrence Edward Rosebaugh,⁵⁷³ dentre outros. Como resultado, esses religiosos também ocuparam um lugar de destaque no enfrentamento ao governo, tornando-se também alvos dos prontuários policiais.

Importante ressaltar que a falta de padres era um dos grandes problemas da Igreja Católica na América Latina. Desde a década de 1950, com a Encíclica *Fidei Donum*, de abril de 1957, do Papa Pio XII, que a Igreja incentivava as missões de padres para as Américas e a Arquidiocese de Olinda e Recife, conhecida pela atuação no exterior do seu Arcebispo Dom Helder Camara, tornava-se um lugar de atração para muitos desses religiosos.⁵⁷⁴

Vale pontuar no nosso estudo que os DOPS de outros Estados Federativos também construíram dossiês sobre o Arcebispo Dom Helder Camara. Como exemplo, dos *Prontuários Individuais n° 32.832* e *n° 3.674*, respectivamente, produzidos pelos agentes do DOPS do Rio de Janeiro e do Guanabara.⁵⁷⁵ Essas pastas – mesmo em menor extensão em comparação ao produzido pelo DOPS-PE – contêm documentos sobre as atividades do clérigo em questão, sendo essas informações reunidas no intuito de comprovar a periculosidade dele.

⁵⁷² Ibid.

⁵⁷³ Os dossiês desses religiosos são respectivamente os **Prontuários Individuais: n°1704; n°8175; n° 6851; n°6748, n°6713; n°20181**. DOPS-PE/APEJE. Sobre os padres estrangeiros no Nordeste brasileiro, Cf.: MONTENEGRO, Antonio Torres. *Viajantes do céu: cotidiano de padres imigrantes no Nordeste (1960-1970)*. **Anais da XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. 2009. Disponível em < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_1d17185e3799ec7f81510dcf33fa4712.pdf >. Acesso, 09 agosto 2016

⁵⁷⁴ Cf.: MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: Ed. Cepe, 2019

⁵⁷⁵ SERBIN, 2001, p.110-114

Tendo em vista o acirramento do posicionamento do governo militar no final de 1968, com o AI-5, destacamos um elemento que compõe a realidade de vigilância e repressão policiaesca. Falamos da tortura e assassinato de presos políticos e/ou indivíduos considerados subversivos por parte de agentes policiais e militares. Para isso, retomamos o caso do assassinato do padre Henrique. Encontrado no *campus* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), contendo em seu corpo sinais de torturas,⁵⁷⁶ a morte do sacerdote acirrava o clima de tensão entre Igreja e Estado, em Pernambuco. A vigilância sobre os clérigos, principalmente sobre Dom Helder, se intensificou. Como exemplo, destacamos a seguinte escuta telefônica:

Ilmo. Sr.
Dr. Diretor do Departamento de Ordem Social

Comunico a V. Sa., que, cumprindo vossas determinações, no sentido de fazer o serviço de escuta na Companhia Telefônica de Pernambuco, no quarto de 6:00 às 12:00 horas, passo a informar o seguinte:

A Sudene avisando a D. Helder uma doação para a Operação Esperança, sendo que a mesma teria que ser assinado por três diretores pertencente àquela Operação.

Telegrama recebido: consternado profundamente e enlutado trágico desaparecimento irmão, colega e amigo Padre Henrique, esta Arquidiocese manda celebrar missa 19.30 horas. Assinado Padre Canindé.

Diversos telefonemas perguntando a D. Helder qual a Igreja que ele oficiará a missa. Em resposta ele dizia, em qualquer uma, a fim de evitar explorações.

Ranulfo Luiz dos Santos
Investigador de Polícia⁵⁷⁷

A escuta telefônica sinaliza o controle policial sobre as atividades do Arcebispo Dom Camara e a Arquidiocese como um todo. Nesse caso, outros órgãos do Estado poderiam ser incluídos no trabalho de vigilância, como no caso da Companhia Telefônica de Pernambuco. No prontuário individual nº 16.906, dedicado a Dom Helder, encontramos no decorrer de 1969 alguns relatórios pautados no grampeamento do telefone da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Durante a missa de corpo presente do padre Henrique e do seu cortejo até o cemitério da Várzea, Recife, Dom Helder tomou cuidado para evitar confronto com representantes do governo militar, que colocou soldados em pontos estratégicos da

⁵⁷⁶ Sobre o assassinato do Pe. Henrique, nós indicamos: **Prontuário Individual nº 29.786** – Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto; **Prontuário Funcional nº 30.789** – O caso do Pe. Henrique. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso).

⁵⁷⁷ Censura telefônica em 03 de junho de 1969. **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

cidade, no intuito de reprimir qualquer ato classificado como subversivo por eles. Nesse sentido, é compreensível que ao atender ao telefone, no intuito de evitar alguma celeuma maior, o Arcebispo Dom Camara não quis dizer ou divulgar onde celebraria a missa em memória do seu amigo e secretário, Padre Henrique. Desse modo, constata-se que esse controle em relação ao que Dom Helder falava sobre o Padre Henrique não se dava apenas na esfera pública, estando a polícia política acompanhando as atividades privadas do clérigo em questão para saber qual o seu posicionamento e quais os seus próximos passos sobre o assunto.

Além do controle sobre os padres que mantinham diálogos ou atividades em conjunto com o Arcebispo em questão, destacamos que outro ponto importante que é o fato de que a vigilância não era uma exclusividade do DOPS, sendo este apenas mais um dos órgãos que compunham uma rede de controle com um alcance muito maior. Nesse caso, destacamos as atividades do Serviço Nacional de Informação (SNI) que também monitorava as ações dos indivíduos classificados como perigosos à ordem social e política vigente no país.

Com relação à atuação do SNI em Pernambuco, destacamos o acervo que se encontra sob a guarda da Universidade Federal Rural de Pernambuco, doado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que se constitui por mais de 30.000 páginas de documentação investigativa. O SNI, por sua vez, expandiu também o seu raio de atuação para a espionagem internacional, como constatamos na documentação compilada sobre Dom Helder e suas atividades tanto no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos. Esses documentos correspondem, em grande parte, às décadas de 1970 e 1980, momento em que o referido Arcebispo dedicou-se a uma atuação internacional em prol dos direitos humanos e das denúncias de torturas e das violências aos direitos civis exercidas pelo governo militar brasileiro.

A vigilância dos órgãos de informação e repressão da ditadura militar em relação às atividades daqueles considerados subversivos perpassava vários níveis da vida social, como se percebe no seguinte trecho do relatório do DOPS-PE, de junho de 1969:

Dom Helder telefona para saber se tudo correu normalmente ao que responderam que sim. Diz ele que recebeu muitas visitas inclusive um pastor protestante e um jornalista do Diário de Pernambuco. A pessoa que com Dom Helder falava, disse que durante a Missa de domingo houve um pequeno incidente, quando por ocasião da leitura da homilia, de autoria de Miguere duas pessoas se retiraram da igreja aborrecida com as palmas partidas da assistência, sendo que uma delas era um major do exército.[...] Em dado momento, a pessoa que conversava com Dom Helder chamou a sua atenção

para um ruído no telefone. Disse que achava que a conversa entre eles estava sendo ouvida e gravada por alguém. Ele se limitou a rir.⁵⁷⁸

Em outro momento, agora uma fonte do acervo do SNI, encontramos uma tentativa de acompanhar no exterior as atividades do citado clérigo, como se pode observar:

O Bispo HELDER CAMARA, quando em Berna – em 29.01.70 concedeu uma entrevista a Rádio Nacional da Suíça-Berna, atacando a conduta atual do Governo Brasileiro com expressões consideradas de caráter subversivo, sendo que, em uma das perguntas feitas:

– que acha então do futuro do Brasil?

– D. Helder respondeu: "É imprevisível; em vista da espiral de violência que predomina no atual governo brasileiro.

O Consul brasileiro em Zuric – Dr. Murilo Bastos tomou conhecimento da entrevista e providências foram solicitadas junto a Embaixada do Brasil em Berlim. Ao que se sabe, o Consul Murilo comunicou o fato ao Itamarati.⁵⁷⁹

A escolha dessas duas fontes possibilita-nos debater alguns pontos relevantes, tanto sobre os níveis de vigilância, como também dos espaços para as indisciplinas do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Na primeira citação, observa-se a tentativa de controle cotidiano, monitorando as conversas feitas a partir do telefone da Arquidiocese. Ao ser comunicado pelo interlocutor que a conversa poderia estar sendo gravada, Dom Helder restringiu-se a sorrir. Esse ato leva-nos a questionar se ele não acreditava nessa possibilidade ou se sabendo disso, até que ponto o mesmo religioso não conversou, naquele e em outros momentos, de maneira proposital para dar indícios equivocados aos investigadores. Além disso, importante ressaltar que fazia pouco tempo do assassinato do padre Henrique.

Enquanto o segundo documento proporciona uma discussão inicial sobre o papel e o espaço que o referido religioso ocupou em outros países no combate às práticas repressivas do governo militar brasileiro, com destaque para o pós-1970. Porém, chama atenção o fato de como os órgãos de informação envolviam outras instituições do país, no caso da citação, a implicação do consulado brasileiro em Zuric e do Itamaraty. Nesse mesmo ano, 1970, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici, junto ao corpo diplomático brasileiro, articularam-se nos "bastidores" de uma campanha contra D.

⁵⁷⁸ Censura telefônica em 03 de junho de 1969. **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

⁵⁷⁹ Presidência da República/ Serviço Nacional de Informação, 29 de janeiro de 1970. Acervo do SNI-PE-Pgh-UFRPE. **Informe 022**. (Em processo de catalogação). Esse documento recebeu a classificação A-1, que representa alto grau de confiabilidade.

Helder entre os jurados do Prêmio Nobel da Paz. O passado de Dom Helder Camara enquanto membro integralista, quando ainda era padre, foi um dos principais argumentos do governo no processo de deslegitimação do clérigo em questão.

Em nossas pesquisas, percebemos que em complemento ao que outros autores já tinham trabalhado, podemos indicar a hipótese de que a recorrência de fontes documentais, concernentes às atividades e às relações pessoais do então Arcebispo, no acervo do DOPS e do SNI, possuía como apresentamos anteriormente, uma dupla função: de um lado, acompanhar as ações sociopolíticas e religiosas de Dom Helder. Por outro lado, as análises das fontes indicam que saber com quem o Arcebispo tinha afinidades e mantinha diálogos e trabalhos em conjunto, possibilitava a polícia política à confecção de um panorama de quais clérigos e leigos também poderiam ser considerados inimigos da ordem política vigente. Muitas vezes, esses inimigos, incluindo o arcebispo, eram classificados como subversivos ou comunistas.

A partir deste momento, adentrando no conteúdo de parte dessa documentação, procuraremos discutir como a atuação de Dom Helder em relação ao tema do desenvolvimentismo foi percebido e fichado pelos agentes de vigilância do Estado. Além de discutir como o mesmo assunto foi utilizado para comprovar a periculosidade do Arcebispo para o *status quo* da ditadura militar no Brasil, sendo o religioso em questão classificado como comunista.

4.2.1. *Vigilância e registro sobre as atividades de Dom Helder Camara em torno do tema do desenvolvimento*

Em Buenos Aires, perguntaram-lhe os jornalistas mais as razões de ele ser tido no Brasil como comunista, D. Helder respondeu dizendo que “quando no Brasil ou em qualquer parte, alguém se dedica à caridade, nada se diz, mas se trata de falar em promoção humana e combater a miséria, então se é tachado de comunista.”⁵⁸⁰

A citação acima, com a qual começamos esse tópico, corresponde a uma seleção feita por oficiais da informação do DOPS, que ao registrar em uma lista as atividades do referido clérigo, anotou a seguinte passagem da notícia intitulada *Dom Helder fala da miséria do Brasil*, publicado no *Jornal do Commercio*, em novembro de 1966. Na ocasião, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, encontrava-se na Argentina,

⁵⁸⁰ Dom Helder fala da miséria do Brasil. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 de Outubro de 1966. *Apud*. Prontuário Individual nº 16.906. DOPS-PE

onde participava da Assembléia do CELAM, em Mar Del Plata, em que apresentou o discurso: *Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina*.⁵⁸¹

Ao denunciar a miséria que assolava o Brasil, o Arcebispo Dom Camara destacou em seus discursos a pobreza e a necessidade de lutar por uma melhoria das condições humanas dos mais pobres no Nordeste. Como reflexo, dessa prática, ele como outros religiosos e leigos acabavam sendo associados ao comunismo, mesmo que não tivessem na realidade nenhuma ligação a partidos ou agremiações desse espectro ideológico. Nesse momento, de nossa escrita, buscaremos não apenas a seleção de documentos, mas a produção de discursos e sentidos por parte dos agentes da polícia política em relação à atuação de dom Helder em torno do tema desenvolvimento e como esse assunto serviu como indício ou mesmo prova contra o religioso em questão.

Antes disso, importante retomar uma questão sobre a prática de vigilância de um Estado nos moldes autoritário, que é a necessidade de se ter um inimigo em potencial, inimigo que representasse uma ameaça aos alicerces da integridade e manutenção da soberania nacional e, em alguns casos como no Brasil, da fé cristã. O inimigo, que encarnava a figura do mal ou de um pensamento estranho e danoso, às concepções morais e éticas de uma dada sociedade, poderia ser classificado como elemento pertencente a uma extrema-direita ou a um extrema-esquerda.⁵⁸²

No caso de Dom Helder Camara, o prontuário individual nº 16.906, produzido no DOPS-PE, mesmo encontrando uma referência de 1938, tratando do Integralismo, o mesmo não aborda diretamente a atuação deste clérigo nas hostes do movimento liderado por Plínio Salgado. Enquanto que nos prontuários dos DOPS do Rio de Janeiro e do Guanabara, localiza-se, a partir da década de 1970, em meio aos escritos policiais a informação que Dom Helder já tinha participado da AIB.

Analisando como o DOPS-PE acompanhou as atividades de Dom Helder Camara, dedicamo-nos mais atentamente a lista de acompanhamento produzido em torno das atividades deste religioso entre os anos de 1965 a 1972. Nas doze páginas que compõem esse relatório, encontra-se uma espécie de sumário não apenas das atividades do Arcebispo a partir da escrita policial, mas também de documentos apreendidos e dos periódicos, compondo essas fontes o próprio *Prontuário Individual nº16. 906*.

⁵⁸¹ CÂMARA, Helder. **Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina**. Buenos Aires, Argentina, outubro de 1966d.

⁵⁸² Sobre como Estados autoritários criam seus inimigos, Cf.: BAUMAN, 1999

Entre os anos de 1965 a 1970, momento que dedicamos nossa análise, encontramos nesse documento em específico um número de 68 registros de atividades do Arcebispo Camara. Nesse conjunto de informações, podemos visualizar três tipos de fontes utilizadas para recolher informações sobre o religioso em questão, que foram: dois textos apreendidos pela polícia; dezessete informes e relatórios policiais e, por fim, quarenta e nove recortes ou notícias de jornais.

Os dois documentos recolhidos pelo DOPS, citado anteriormente, foram o *Manifesto dos Bispos*, em 1966, que tinha sido assinado também por Dom Helder Camara; E uma declaração do referido Arcebispo em defesa do trabalho no campo social do Padre belga Charles de Becco, que trataremos com maior atenção nas próximas páginas. Nos dois casos, observa-se que são textos que colocam Dom Helder ao lado de reivindicações sociais, trabalhando em busca do desenvolvimento e denúncias em relação às condições de vida dos mais pobres. Essas atividades eram classificadas como subversivas ou como algo que poderia facilitar ou viabilizar a atuação de grupos considerados perigosos ao governo. Caso que pode ser exemplificado na suposta ameaça comunista, presente constantemente na propaganda do regime militar.⁵⁸³

Enquanto que nos trechos relativos às atividades de Dom Helder, registrado pela polícia política, de maneira geral, podemos dizer que todas estavam relacionadas ou a atividades consideradas suspeitas de influência comunista ou sobre o trabalho relacionado ao combate do subdesenvolvimento. No caso dos pontos relativos aos informes policiais, observa-se, por mais de uma vez, a tentativa de associar o nome desse eclesiástico a figuras tidas como comunistas, a exemplo disso, podemos destacar o seguinte relato:

25.10.1967 – Segundo Ofício nº659, desta data, existente neste arquivo, consta que por ocasião do movimento dos estudantes, encontraram uma cópia foto-estática de um bilhete dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, pelo Rev. Arcebispo de Olinda e Recife, em favor do comunista atuante IRINEU JOSÉ FERREIRA, o qual exerce as funções de Secretário de Comitê Estadual neste estado e ainda da Comissão de Agitação e Propagando tudo do Partido Comunista do Brasil, Seção Pernambuco.⁵⁸⁴

⁵⁸³ Cf.: FICO, Carlos . **Reinventado o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997

⁵⁸⁴ Anotações. 25 de outubro de 1967. p.5. *Apud.*: **Prontuário Individual nº16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (Grifo nosso)

Percebe-se, na citação do Ofício nº659, que Dom Helder estaria então legitimando a atuação de uma figura notoriamente conhecida por suas atividades junto ao partido comunista. Esse tipo de ligação deu-se também em outros relatos, procurando assim incluir o religioso em uma teia de relações consideradas subversivas.

Enquanto que os recortes de jornais – que compõem o maior número de referências – possibilitavam aos agentes do DOPS uma visão geral das atividades e da compreensão desses policiais em relação ao pensamento disseminado e legitimado por Dom Helder. Além das informações de como esse religioso se portava frente ao governo militar e na defesa de seus projetos desenvolvimentistas, muitas ocasiões, alicerçados em uma oratória que precisava apresentar a miséria dos mais pobres e, por vezes, a ineficiência do Estado frente a essas questões.

As notícias e dados encontrados nos periódicos serviam para corroborar com a narrativa policial que Dom Helder Camara, como outros religiosos classificados como progressistas, eram alinhados ou permissivos ao discurso de esquerda, muitas vezes apresentados como socialistas ou comunistas. Como no caso das seguintes transcrições feitas por oficiais de informação na referida lista de anotações:

28.07.1966 – Jornal do Comércio desta data – “CRÍTICAS A DOM HELDER E A SUDENE” – Rio “Informa-se que os altos conselheiros do Governo, ao realizar um exame na situação de Pernambuco, não escondem suas severas críticas ao arcebispo Dom Helder Camara, que afirmam possuir atitudes avançadas que facilitam as manobras extremistas.”⁵⁸⁵

Em outra anotação, os funcionários do DOPS, transcreveram:

27.06.1967 – Jornal do Comércio desta data – “O ESTADO DE SÃO PAULO CHAMA HELDER DE LÍDER DA ESQUERDA FESTIVA” em comentário, matutino Estado de São Paulo diz que dando desenvolvimento no plano subversivo traçado pela esquerda festiva, seu porta-estandarte, Dom Helder Camara, pronunciou em Brasília mais uma vez de suas tradicionais conferências objurgatórias contra a democracia liberal.”⁵⁸⁶

A escolha dessas duas citações pautou-se no fato de que elas, como outras que formam as anotações dessa lista policial, procuravam associar o nome de Dom Helder ao comunismo ou as suas atividades com idéias perigosas à ordem social e política do país. Evidente que não se trata de todas as fontes que compõem o dossiê sobre o religioso em questão, mas de uma lista resumida de informações que usadas pelos

⁵⁸⁵ Ibid. p.2

⁵⁸⁶ Ibid. p.4

agentes do DOPS para dar sentido à imagem de subversivo associada a Dom Helder entre os anos selecionados para nossa investigação histórica. Relevante lembrar, mais uma vez, que os prontuários tinham um caráter prático no cotidiano policialesco.

Além dessa abordagem, da qual procuramos esmiuçar o que chamava a atenção dos investigadores nos recortes de jornais, ao ponderarmos não mais sobre os meandros da vigilância dos órgãos de controle do governo militar, mas sobre o conteúdo e os indícios do pensamento de Dom Helder, começamos a questionar o que teria dito o Arcebispo que o fez ser classificado como subversivo ou comunista. O resultado foi a percepção de que essa classificação estava entrelaçada, em alguns momentos, nos escritos policiais, a uma recorrência de cenários em que o referido Arcebispo denunciava a pobreza e o subdesenvolvimento do país. Essa postura era considerada como sinal de desobediência e de ameaça à ordem social instaurada com a ditadura militar. Como exemplo disso, destacamos o seguinte relatório policial:

Delegacia de Ordem Social, em 14 de Abril de 1967
Ao Sr. Comissário Chefe do Setor de Segurança

Parte

Designado por V.S. para fazer o serviço de observação e segurança em companhia dos investigadores nº239 e do Sub-Inspetor da Guarda-Civil NELSON GOMES MACHADO, na conferência que realizou-se no Colégio Eucarístico de Jesus, sito a rua Oliveira Lima nº 867 nesta Cidade, tendo como conferencista o Exmo. Sr. Arcebispo de Olinda e Recife D. HELDER CAMARA, tenho a informar o seguinte:

A conferência iniciou-se às 17:30, e terminou às 19:35, tendo o conferencista explicado a interferência da Igreja, na situação Social, financeira do Estado, do Nordeste e do País; combateu o subdesenvolvimento a miséria em que vive atualmente a classe pobre, fazendo comparação e sitando [sic] encontros que ocorreu entre ele e gente humildes que vive nos casebres tanto da Capital como no interior, mostrou-se revoltado com a promiscuidade do homem com a lama e com a podridão, e disse que alguém diz que os porcos vivem na lama porque gostam, mas mesmo assim ele sentia pena dos porcos, quanto mais dos homens que são forçados a viver na lama; elogiou a juventude, e pediu o seu apoio, e a sua união em torno do bem comum. Pediu que a juventude não o abandonasse nessa luta de combate a miséria; adiantou que existia muita gente clamando justiça, e que por isso algumas vezes era chamado de comunista. Fez comparações inteligentes e entre outras coisas disse: AI DO PAÍS QUE NÃO APOIAR A SUA JUVENTUDE; O salão ficou totalmente cheio podendo-se calcular umas 500 pessoas. Vários estudantes fizeram perguntas que foram respondidas, tendo o conferencista sido calorosamente aplaudido pelas pessoas presentes que era composta quase na sua totalidade de estudantes de ambos os sexos.

Sem outro assunto
Atenciosamente⁵⁸⁷

⁵⁸⁷ Parte Policial. **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE. (grifo nosso)

Mesmo que os agentes não tenham classificado literalmente Dom Helder como comunista, por estar tratando do tema do subdesenvolvimento, chamamos a atenção para alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, o acompanhamento por parte da polícia política em relação às atividades do Arcebispo de Olinda e Recife, indicando assim que ele era considerado uma ameaça ou pelo menos um subversivo em potencial, que deveria ser mantido sob controle. Em segundo lugar, o tema tratado pelo clérigo, que denunciava a miséria que acometia os países subdesenvolvidos, como exemplo do Brasil e, principalmente, no Nordeste do país. Nesse caso, aponta a existência de pessoas com boas intenções e dispostas a trabalharem pela melhoria de condições dos mais pobres. No entanto, essas pessoas, acabavam sendo classificadas como comunistas, ou seja, como inimigos do regime político que geria o país naquele momento.

A reconstrução da fala de Dom Helder, por parte do agente do DOPS, sinaliza para o fato de que esse tipo de postura – daqueles que denunciavam os problemas sociais e políticos do país – era considerado como prova de periculosidade para a ordem social e política do país, sendo geralmente esses inimigos classificados como comunista. Isso independente do envolvimento real do sujeito vigiado em partidos, agremiações ou defesa do pensamento de viés socialista/comunista. Esse tipo de atividades, em que agentes do DOPS ou cidadãos que participavam de eventos com Dom Helder e outros clérigos, reportando posteriormente o conteúdo às autoridades policiais o conteúdo tratado, foi recorrente em outros prontuários funcionais e individuais. Esse tipo de atividade, de vigilância e delação, tornou-se ainda mais frequente e, cada vez mais crescente, depois da instauração do AI-5.

Sobre essa ação coercitiva em relação ao clero católico, destacamos a seguinte declaração de Dom Helder:

DECLARAÇÃO

Eis mais um piedoso caso de "por bom fazer mal haver"

O Reverendíssimo Padre Charles De Becco é um religioso belga que se ordenou no seu país onde iniciou a carreira pastoral. Depois esteve em Paris onde trabalhou e foi discípulo do famoso filósofo Padre Lebret, criador do Movimento "Economia e Humanismo", de repercussão internacional. Depois veio para o Brasil onde trabalhou no sul, no exercício de seu munus missionário. Foi o nosso saudosíssimo Arcebispo Dom Carlos Coelho que o convidou para vir continuar, no nordeste, sua função evangélica, ocupando-se dos humildes trabalhadores e suas famílias, o que é de sua especialidade religiosa. Este Padre está em Pernambuco há cerca de seis anos, numa faina ininterrupta, em convivência com os trabalhadores do campo, animando-os na sua tarefa e cuidando da alfabetização dos seus filhos. Atualmente, Pe. De Becco é vigário de Juçaral, freguesia desta Arquidiocese. Como é justo, ao lado da assistência religiosa específica a seus paroquianos, ele se ocupa de sua assistência material. Abrangendo sua freguesia várias propriedades rurais (engenhos), habita ele entre os trabalhadores de oito, desculpando-se de convites da Casa Grande. Anima os plantadores do campo ao trabalho e à resistência contra as injustiças. Eis que, passados êsses anos - sobretudo de êsses últimos turbulentos anos nordestinos - sem que sofresse a menor pressão das autoridades, surge contra ele, há cerca de três ou quatro meses, a mais inepta acusação de subversivo. Assim é que, chamado pelo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) teve de dar contas da sua vida profissional e responder a acusações fragílimas - inconsistentes alegações - conforme a defeca que acaba de apresentar ao referido DOPS. Nós, que conhecemos a obra evangelizadora do Pe. De Becco e somos reconhecidos ao seu trabalho celestial, damos o testemunho de que sua ação entre nós não pode ser acusada da mais mínima intenção subversiva. O curioso inquérito sobre o bom Padre Carlos De Becco veio com a nota prévia "para fins de expulsão do país". Não acreditamos que se consuma a injustiça contra ele, mas se acontecer, desgraçadamente, isto vier a acontecer, ele leve consigo a nossa Declaração de que nos sentimos tão subversivos quanto ele.

Recife, 15 de dezembro de 1969

+ Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife

Imagem 6: Declaração

Fonte: CAMARA, Helder. Declaração, Recife, 15 de dezembro de 1969. Apud.: **Prontuário Individual nº16.906** - Dom Helder Camara. DOPS-PE/APEJE.

Esse depoimento oferece alguns pontos relevantes para nossa investigação. Inicialmente, Dom Helder começa sua argumentação dizendo: "Eis mais um piedoso

caso de “por bem fazer mal haver”,⁵⁸⁸ aproximando-se do mesmo sentido colocado na primeira citação desse tópico, quando diz que o ato de trabalhar e questionar a miséria vem acompanhado de acusações de subversivo, geralmente associado à imagem do comunismo.

No decorrer dessa declaração, assinada por Dom Helder, o Padre belga Charles De Becco, que tinha experiência com o Movimento Economia e Humanismo, do Padre Lebret – amigo e influenciador do Arcebispo de Olinda e Recife – tinha uma atuação pastoral exemplar, dedicada aos mais pobres. Isso segundo a escrita de Dom Camara, que ressaltou o seu trabalho no campo, com os mais pobres e por esse motivo agora, final de 1969, acabou sendo convocado pelo DOPS para prestar depoimento, estando sob ameaça de ser expulso do país. Interessante observar, que o Padre Becco, na escrita de Dom Helder, acabou sendo vítima do seu trabalho pastoral de promoção da qualidade de vida dos mais pobres, bem na linha do Padre Lebret, que o próprio Dom Helder era adepto.

Enfim, as abordagens sobre as tensões entre a Igreja Católica e o governo militar brasileiro, ainda hoje geram proficuas discussões no campo acadêmico ou em empreendimentos políticos e intelectuais como o da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e suas versões estaduais.⁵⁸⁹ Considerando a possibilidade de contribuir com essa discussão, no decorrer desta tese, analisamos tanto a vigilância dos agentes do DOPS/PE em relação ao Arcebispo de Olinda e Recife, na década de 1960, como as estratégias dessa polícia política de associar o trabalho de Dom Helder Camara sobre o desenvolvimento com a influência de pensamentos considerados subversivos, no caso, o mais comum era o comunismo.

Para isso, buscamos localizar os indícios sobre o referido Arcebispo não apenas no prontuário individual destinado a ele, mas nas pastas direcionadas a sacerdotes e leigos considerados subversivos e que mantinham alguma relação pessoal ou profissional com Dom Helder. Com essa prática de investigação e produção de narrativa histórica, apresentamos como escopo confeccionar uma contribuição sobre a metodologia de ação da polícia política no decorrer da ditadura militar, utilizando-nos

⁵⁸⁸ CÂMARA, Helder. Declaração, Recife, 15 de dezembro de 1969. *Apud.*: **Prontuário Individual nº16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE.

⁵⁸⁹ BRASIL, **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm > Acessado em 10 de abril de 2014; Sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, Cf.: BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, SP: Paco, 2017

para isso o caso do Arcebispo Dom Helder Camara e a teia de vigilância construída em torno dele e de seus interlocutores.

CAPÍTULO 5 – A REFORMA AGRÁRIA COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO: Como Dom Helder Camara pensou a questão da terra enquanto solução para o subdesenvolvimento (1956-1970)

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, Dom Helder Camara dedicou-se a discursar sobre a necessidade da Igreja Católica se posicionar frente aos problemas do subdesenvolvimento no Terceiro Mundo. Lembrando que para o referido Arcebispo apenas com a presença da Igreja um desenvolvimento integral seria viável de ser implantado no país. Em uma entrevista concedida à Helena Salem, publicada no livro *Igreja dos oprimidos*, D. Helder falou:

Eu já começava [em 1952] a entrever que muito mais grave do que o choque entre o Leste e o Oeste era distância cada vez maior entre Norte e Sul, entre países desenvolvidos sempre mais desenvolvidos e a grande massa metida na pobreza sempre, na marginalização.⁵⁹⁰

Desse modo, mesmo não abandonando por completo o anticomunismo, ele adotou o tema do desenvolvimento como cerne de boa parte de seus discursos e ações sócio-político-pastorais na década de 1960.

Os discursos de Dom Helder Camara e escritas pessoais dele, nas cartas circulares, indicam uma preocupação crescente dele com os projetos de cunho desenvolvimentistas, procurando em vários momentos respaldo em estudos de técnicos de várias áreas. Nesses textos, que compõem nosso *corpus* documental, observa-se que o tema da reforma agrária foi tratado como uma dos caminhos viáveis para empreender o desenvolvimento na América Latina. Além disso, em suas reflexões, Dom Helder também procurava abordar qual o papel que a Igreja Católica deveria assumir em relação à questão agrária. Depois de sua transferência para Pernambuco, em 1964, o Arcebispo Dom Camara tornou o Nordeste brasileiro um espaço a ser debatido e aplicados projetos pilotos para uma reforma agrária com a participação da Igreja Católica.

Tendo em vista o cenário político nacional e local, começamos a questionar como o tema da reforma agrária foi tratado por Dom Helder Camara e quais as mudanças de perspectivas na abordagem ele adotou no decorrer das décadas 50 e 60? Qual a importância da reforma agrária para o Nordeste brasileiro e a América Latina

⁵⁹⁰ SALEM, Helena. Os Bispos: a hierarquia se democratiza. *In.*: MOURA, Carlos Antônio (Org.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981. p.105

como um todo? E, como a Igreja Católica poderia viabilizar um desenvolvimento integral por meio da reforma agrária? Com base nessas problemáticas, procuramos tecer uma análise que abarcou os anos de 1956 a 1970, expondo as mudanças tanto no cenário político do país e da Igreja Católica, como também na História de vida da personagem estudada nesta tese.

5.1. A reforma agrária como solução: a atuação de Dom Helder Camara, Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, em prol do desenvolvimento do Brasil (1956 a 1964)

Em meio às atividades junto à Cruzada São Sebastião (CSS), o Banco da Providência (BP), a Ação Católica (AC), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e projetos de cunho sociais, o Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Camara, empreendeu também campanhas em torno de propostas desenvolvimentistas pautadas em reformas de bases, com destaque para a reforma agrária.⁵⁹¹ Entre as décadas de 1950 e 1960, esse religioso afastou-se progressivamente dos debates circunscritos ao combate do comunismo e aproximou-se, cada vez mais, de temas concernentes ao subdesenvolvimento e às elaborações de ações para enfrentar a pobreza que assolava a maior parte dos brasileiros.

Importante retomar o argumento presente no primeiro capítulo, em que destacamos que o anticomunismo não desaparece por completo dos textos e entrevistas de Dom Helder, sendo essa prática colocada em um plano secundário na produção discursiva do referido religioso. Em vários momentos, a legitimidade para os projetos desenvolvimentistas estava no fato de ser apresentado por Dom Camara como uma forma eficiente para enfrentar o avanço do socialismo/comunismo nos países e/ou regiões pobres do mundo.

Num cenário marcado por mudanças pessoais, políticas e intelectuais, Dom Helder se dedicou à problemática da urbanização e da pobreza no Rio de Janeiro, organizando e liderando nesse caso a CSS e o BP, entre os anos de 1956 a 1964. Contudo, essas ações sociais tinham efeitos paliativos e não resolviam as questões relacionadas ao crescimento vertiginoso no número dos moradores dos morros cariocas. O que se percebe na documentação analisada é que os principais questionamentos, presente nos discursos do Arcebispo em questão, naquele cenário histórico, eram: Quais

⁵⁹¹ Cf.: FERREIRA; GOMES, 2014, p.27

os locais de onde partiam os maiores fluxos de pessoas que chegavam as favelas? E quais estratégias, Dom Helder, cogitava utilizar para estancar as migrações internas para essas áreas urbanas?

Além disso, antes de dar continuidade a nossa narrativa, nós destacamos dois pontos relevantes. Primeiro que essas problemáticas relativas às associações entre migrações, crescimento urbanos descontrolados e reforma agrária não era monopólio de Dom Helder, sendo discutidas por outros religiosos e por políticos e/ou técnicos,⁵⁹² e o outro ponto é que o Rio de Janeiro era utilizado por esse religioso como arquétipo para o problema habitacional também presente em outros centros urbanos do país.

A teoria defendida por Dom Helder Camara, como por outros intelectuais e políticos na época, era que as questões de excedentes populacionais nos centros urbanos estavam relacionadas aos êxodos rurais. Nessa concepção, o Norte e o Nordeste brasileiro apareciam como áreas de expulsão dos camponeses mais pobres, que tendo que escolher entre a miséria extrema nas zonas rurais e uma esperança de vida melhor nas grandes capitais, acabavam optando pela segunda alternativa.⁵⁹³ Desse modo, considerando o cenário histórico, a questão era como criar condições para fixar essas pessoas em sua terra natal, tornando as regiões rurais em áreas de atração. Nesse sentido, a reforma agrária era tratada como uma forma de solucionar esse problema, tornando o campo e a potencialidade de investimentos do governo nos pequenos proprietários rurais uma solução viável.

Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius escreveram, no artigo: *Por uma estratégia de civilização*, alguns postulados para se entender as relações entre o Estado e o desenvolvimento, destacando: os planejamentos de cunho desenvolvimentistas partem de projeções de melhores divisões de riquezas; compreensão que para o crescimento financeiro e melhoramentos tecnológicos é necessário o envolvimento do Estado enquanto órgão regulador de tais empreendimentos. Por esse motivo, para esses autores, os economistas e os atores políticos de tendências liberais colocam-se, em grande parte,

⁵⁹² Sobre a discussão em torno das migrações internas no Brasil na década de 1950, Cf.: Urge estancar a fonte demográfica que abastece as favelas do Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de março de 1956. p.2; CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.155-156

⁵⁹³ Sobre as condições socioeconômicas das regiões brasileiras no século XX, indicamos: SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

contrários a tais projetos, pois consideram que fora da livre concorrência de mercado, as intervenções estatais estagnam e impossibilitam o crescimento das nações.⁵⁹⁴

Essa observação corrobora com o entendimento relativo ao envolvimento de Dom Helder Camara com a classe política do país, construindo, no decorrer das décadas, alianças destinadas a discutir e resolver questões concernentes ao enfrentamento do subdesenvolvimento do país. Como aparece no argumento dos autores citados acima, a aplicabilidade de projetos desenvolvimentistas só seria viável com a participação do Estado. Nesse sentido, observa-se que desde a Era Vargas com projetos nacionalistas e depois, na década de 1950, com a organização do Grupo de Itatiaia, do qual participavam alguns ex-integralistas, que as ideias nacional-desenvolvimentistas ganhavam espaços nos discursos políticos brasileiros. Como analisou René Armand Dreyfus, no livro *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, a participação paulatina do capital estrangeiro, principalmente norte-americano, financiando planos econômicos dos governos brasileiros ocorreu em maior parte depois do governo Vargas, 1954.⁵⁹⁵

Em agosto de 1952, enquanto participava do Encontro Regional da Juventude Estudantil Católica, no Recife, Dom Helder Camara concedeu uma entrevista ao *Diário de Pernambuco* sobre o papel da Igreja em relação aos problemas sociais brasileiros. Lembremos que naquele momento, ele ainda não gozava da fama que conquistaria poucos anos depois com o trabalho na CSS e no BP, mas já era uma personalidade conhecida nacionalmente, principalmente por sua atuação no campo da educação, na liderança da Ação Católica e na recém-criada CNBB.

Ao falar ao DP, o clérigo destacou o seu envolvimento nos preparativos para o Encontro Regional dos Bispos do Vale do São Francisco.⁵⁹⁶ No decorrer da conversa

⁵⁹⁴ ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. Por uma estratégia de civilização. In.: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP; Edusp, p.55-69, 2001.

⁵⁹⁵ O livro do historiador René Armand Dreyfuss possibilita aos leitores o conhecimento da criação de grupos de estudos e órgãos do governo, dedicados a analisar, a projetar e a aplicar planos de desenvolvimento do país. Além disso, o autor vai apresentando como a atuação de intelectuais, políticos e militares contribuíram na construção das condições para a implantação de uma ditadura militar, que teria recebido colaboração de vários grupos da sociedade civil. Cf.: DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. Outro livro que trata do cenário econômico dos anos que antecedem à ditadura militar é *Os intelectuais e a política no Brasil* de Daniel Pécaut. Cf.: PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In.: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, p.66-91, 2014. p.66

⁵⁹⁶ O encontro do prelado teve apoio do governo de Juscelino Kubitschek. Cf.: CASTRO, 2002, p.105

com o jornalista, Dom Camara destacou a necessidade de discutir a questão da reforma agrária, tendo em vista que era uma temática imprescindível para a agenda do evento e para o momento político e social do país. Dessa entrevista, destacamos os seguintes trechos:

Entre os assuntos que estão na ordem do dia chamou-nos a atenção o da Reforma Agrária, sendo de ressaltar a impressionante documentação a ser utilizada na capital sergipana.

Dom Helder tinha em mãos a recente publicação do ministério da Agricultura. “A Reforma Agrária no Mundo e no Brasil” com documentação completa sobre reforma na Índia, no Japão, na China, na Formosa, na Corêa, na Birmânia, na Turquia, no México, além de conter todos os projetos em curso no Congresso Nacional sobre Código Rural, Lei Agrária e Serviço Social Rural.

Mostrou-nos, ainda, as “Diretrizes” para uma reforma agrária no Brasil, baixadas recentemente pela Comissão Nacional de Política Agrária.

Referiu-se, também, às três conclusões que parecem razoáveis no caso:

- a) – A reforma agrária é uma ideia em marcha e pretender ignorá-la será ingênuo e perigoso;
- b) – A questão e, sem dúvida, complexíssima, mas inadiável, dados os projetos que pululam no parlamento;
- c) – A Igreja não tem o direito de fugir ao exame do assunto, quando tem a rara oportunidade de trazer, à luz das corajosas e oportunas diretrizes de Sua Santidade Pio XII, uma palavra serena num debate apaixonado.

Falou-nos dom Helder sobre conclusões de um recente congresso internacional católico, realizado em Castelgandolfo, de 25 de junho a 2 de julho de 1951, sobre problemas de vida rural, conclusões que, em parte, nortearão os estudos de Aracajú.

– Posso adiantar – disse-nos – que, no exame em tópico referente à imigração e colonização, haverá especial cuidado no estudo das migrações internas e, de modo particular, no êxodo das populações nordestinas.⁵⁹⁷

Pegando em mãos as diretrizes que seriam tratadas no evento do Vale do São Francisco, o referido religioso leu para o jornalista:

Nos tempos modernos, o mundo assistiu à ascensão de uma classe – a burguesa – que abriu lugar ao lado da nobreza e do clero, acabando mesmo por tomar as rédeas do governo terreno. Nosso século está assistindo à ascensão do proletariado. O processo pode ocorrer em moldes violentos, através de uma rebelião das massas proletárias, e pode, ao contrário, dar-se em moldes pacíficos, se patrões e trabalhadores se deixarem orientar pelos princípios da Igreja. É natural, naturalíssimo, que os patrões queiram ouvir falar de tudo, menos de revolta de maior vulto e de maior profundidade. Enquanto a Igreja ensina os deveres dos trabalhadores, o patrão anda felicíssimo; enquanto os padres combatem o comunismo, o patrão exulta. Mas vá a Igreja lembrar que o operário, ao lado de deveres tem também direitos, e que ao patrão, ao lado de direitos cabem também obrigações, e o patrão se irrita, acha perigoso e até comunista esta linguagem.

⁵⁹⁷ No Recife, Dom Helder Câmara – “A reforma agrária é uma ideia em marcha e pretender ignorá-la será ingênuo e perigoso”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 01 de agosto de 1952. p.3

Dom Helder Camara, que veio ao Recife participar do Encontro Regional da Juventude Estudantil Católica, regressará ao Rio de Janeiro o próximo domingo.⁵⁹⁸

Nessas citações, como vimos até agora, a Igreja Católica era representada na imprensa a partir de um posicionamento de enfrentamento dos problemas sociais que afligiam a sociedade brasileira, sendo legitimada pelas concepções da doutrina social da Igreja.⁵⁹⁹ Dom Helder Camara, nesse momento, apresentou tal atuação como uma obrigação dessa instituição religiosa, considerando que algumas temáticas eram iminentes, como o caso da reforma agrária. Para legitimar a atuação da Igreja, o então Arcebispo-Auxiliar do Rio apresentou estudos empreendidos em outros países, revelando assim uma proximidade de Dom Helder com leituras de textos produzidos por técnicos e sobre experiências de reformas agrárias em outras nações. Para corroborar com a sua fala, o religioso leu as diretrizes para o encontro no Vale do São Francisco, procurando assim definir o papel da Igreja nesse debate e destacando que não pode ser monopólio do comunismo as discussões sobre a terra e a sua divisão. Nesse ponto, relembramos de nossa observação que a prática anticomunista não desapareceu por completo dos discursos de Dom Camara.

Mario Grynszpan e Marcus Dezemone ressaltaram, no artigo: *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro*, que o encontro no Vale do São Francisco, reunindo Bispos católicos e técnicos, consolidou o lugar da Igreja no Brasil em relação ao tema da questão agrária no Brasil. Nessa ocasião, o documento pastoral assinado por Dom Inocêncio Engelke, 1949, – famoso pela máxima: “com nós sem nós ou contra nós, se fará a reforma rural” – era uma das bases de uma Igreja atuante no meio rural.⁶⁰⁰ Em 1956, momento em que começava suas atividades junto à CSS, Dom Helder também se envolveu na organização de um encontro intitulado Bispos do Nordeste, que ocorreria entre os dias 21 a 26 de abril do corrente ano, em Campina Grande, Paraíba.⁶⁰¹

O programa que foi estudado e discutido pelos Bispos do Nordeste recebeu o nome de *Igreja e êxodo rural*, dividido em dezesseis itens. Por esse título, tendo em

⁵⁹⁸ Ibid.

⁵⁹⁹ FERREIRA; GOMES, 2014, p.70-71; BARROS, 2011, p.37; BEOZZO, 1994

⁶⁰⁰ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 209-236, 2007. p.226; MAINWARING, 1989, p.72-73; Nelson Piletti e Walter Praxedes também reconhecem a importância para a Igreja e os camponeses do documento pastoral de Dom Engelke. Cf.: PILETTI, 2008, p.217

⁶⁰¹ BARROS, 2011, p.35

vista os problemas estruturais com os quais grandes centros brasileiros enfrentavam, observa-se que a perspectiva adotada por parte do clero católico brasileiro era coerente com ideia de que uma reforma agrária possibilitaria uma maior fixação dos camponeses em suas terras, impedindo assim as superpopulações das grandes cidades. Lembrando que dentre os defensores dessa tese, estava Dom Helder Camara, então Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. Relevante destacar, utilizando-nos da análise desenvolvida por Mario Grynszpan, que os projetos de reforma agrária, com o envolvimento da Igreja, receberam uma perspectiva mais humanitária.⁶⁰²

As atividades junto à Cruzada de São Sebastião, na Favela da Praia do Pinto, e aos Bispos do Nordeste, com a reforma agrária, eram percebidas e discursadas por Dom Helder como interligadas, como noticiou o *Jornal do Brasil* em 29 de abril de 1956.⁶⁰³ Na ocasião, D. Camara teria dito ao jornalista:

– “Desde quando se deu início aos trabalhos em favor da urbanização das favelas do Rio de Janeiro, compreendeu-se imediatamente, que seria indispensável, também, promover, ao mesmo tempo, um movimento no meio rural, destinado a reunir condições para fixar milhares de famílias potencialmente migradoras.”

Entrando em detalhes, acrescenta Sua Reverendíssima: “Os dois trabalhos – o da cidade e o do campo – marcham paralelamente, neles se entrosando a Igreja, o Estado e quantos se interessam pelo problema. A reunião, pois, dos representantes da Igreja dá região seca, em Campinas Grande, é o incremento desse trabalho de fundo rural, que é indispensável na defesa da comunidade nacional.”⁶⁰⁴

O encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, reuniu parte do prelado católico brasileiro e de técnicos em várias áreas e ligados a órgãos federais e estaduais, contando também com a presença do presidente Juscelino Kubitschek no encerramento do evento. A participação de JK legitimava, assim, a proximidade e a aliança de parte do bispado católico com o governo nacional em torno da reforma agrária.⁶⁰⁵ Ao discursar no evento dos Bispos, JK destacou a importância de Dom Helder Camara na reunião que possibilitou a criação de um projeto aplicável de reforma agrária, que o governo estava

⁶⁰² GRYNSZPAN, 2007, p.214

⁶⁰³ Cf.: Inicia-se, com a reunião de Campina Grande, a 2ª Etapa da Urbanização das favelas cariocas: Estende a Igreja (através da Cruzada São Sebastião) a sua ação às plagas nordestinas, a fim de sustar o principal fluxo migratório para os grandes centros: Medidas a serem adotadas para fixar à terra o rurícola da região seca – A palavra de D. Helder Câmara, a respeito. **Jornal do Brasil**, 29 de abril de 1956. p.6

⁶⁰⁴ Ibid.

⁶⁰⁵ BANDEIRA, 2013.p.47

disposto a colocar em prática juntamente com a colaboração da Igreja Católica.⁶⁰⁶ A receptividade do presidente foi reconhecida por Dom Camara, em entrevista, quando disse: “Ele [JK] apanhou cada um dos nossos projetos, baixou um decreto que indica o órgão coordenador; que marca um prazo dentro do qual esse órgão já deve ter feito uma articulação com todos os demais órgãos públicos que atuam na região.”⁶⁰⁷ Com base nos documentos produzidos no encontro dos Bispos do Nordeste, o presidente deu início à Operação Nordeste (OPENO).

Ao mesmo tempo em que Dom Helder aparecia na imprensa como aquele que coordenava as atividades entre os Bispos brasileiros e com o governo, era também recorrente as ressalvas, feitas por este religioso e outros clérigos, em que a Igreja apresentava-se nesse momento como um apoio moral e espiritual, não tendo interesse em tomar as funções que cabiam ao governo ou ao expediente técnico/científico. Sobre esse assunto, a revista católica *O Cruzeiro* publicou uma declaração escrita dos bispos que se posicionaram da seguinte forma:

A Igreja não tem propriamente soluções técnicas ou temporais a apresentar, como especificamente suas, aos problemas de ordem econômica e social. Ela não quer interferir no campo de ninguém. Tem seus limites no mundo e reconhece as fronteiras de outras sociedades, especialmente as do Estado, com seus direitos, seus deveres e sua missão. Mas não nega sua colaboração às instituições de caráter temporal. De modo especial, ela, por sua doutrina, ensina aos cristãos que, mesmo em um mundo perdeu sua unidade espiritual, se faz necessária a cooperação dos Poderes Temporais e grande família dos filhos de Deus.⁶⁰⁸

Com o recebimento do projeto produzido pelos clérigos, os jornais começaram a noticiar o empenho do governo em liberar verbas para a sua realização, chamando tal empenho de Plano do Nordeste, que estaria sendo coordenado por técnicos e burocratas que formavam a OPENO. Ao aprovar os decretos que liberavam os meios necessários para tal empreendimento, o presidente JK enviou uma carta ao Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder, em que dizia:

⁶⁰⁶ Cf.: Os problemas da Conferência de Campina Grande e a questão da ordem pública nesta Capital: O discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, na “Voz do Brasil”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1956. p.6

⁶⁰⁷ Enquadramento do Nordeste na estrutura geral do país: como falou ontem, através de “a voz do Brasil”, Dom Helder Câmara. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1956. p. 9. Este mesmo discurso foi publicado no jornal carioca **A Cruz**. Cf.: O enquadramento do Nordeste na estrutura geral do país: palavra de D. Helder Câmara na “A Voz do Brasil” – o que foi o encontro dos bispos. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1956. p.1

⁶⁰⁸ Declaração dos Bispos do Nordeste. *Apud.*: O encontro dos Bispos. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1956. p.119

Prezado amigo d. Helder Camara

O “Diário Oficial”, em sua edição de ontem, publicou os vinte decretos que constituem o que chamei “Plano do Nordeste” de acordo com as conclusões do memorável Encontro dos Bispos, em Campina Grande, no qual o meu governo emprestou integral solidariedade, vindo ao encontro das mais legítimas aspirações da população de uma vasta região brasileira.

Lembrei-me V. Excia. Reverendíssima – prelado ilustre que foi incontestavelmente a mola mestra ao conclave – gostaria de conservar a coleção de decretos executivos que ora lhe envio, evidenciando mais uma vez o meu propósito de prestigiar as grandes campanhas da Igreja, destinadas à Igreja, destinadas a contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa terra, da nossa gente. Cordialmente.⁶⁰⁹

Em resposta, Dom Helder escreveu a JK:

Exmo. e prezado amigo, Dr. Juscelino Kubitschek

V. Excia. me comove com a oferta da coleção de Decretos relativos ao Encontro dos Bispos do Nordeste e sobretudo com a delicadeza de sua carta pessoal.

De certo modo mais importante do que fazer é saber fazer.

V. Excia. promoveu as duas reuniões preparatórias do Encontro dos Bispos; foi pessoalmente a Campina Grande; examinou com absoluta lealdade na reunião privativa com os bispos e que estava e o que não estava em suas mãos resolver; assumiu de público corajosamente compromissos que vinte e quatro horas depois já começavam a concretizar.

Vieram os decretos e sou testemunha de como a chefia da Casa Civil da Presidência está acompanhando passo a passo as medidas previstas para cada Órgão coordenador. Não tenho dúvidas de que um mês após a publicação dos Decretos – exatamente a 6 de julho próximo – V. Excia. terá em mãos os planos de conjunto oportunamente exigidos, como estou certo de que 90 dias depois os decretos publicados a 5 de setembro próximo futuro – já receberá V. Excia. o primeiro relatório sucinto e objetivo sobre o andamento dos trabalhos dificuldades encontradas bem como as medidas que se façam mister para a realização dos projetos.

Deus sabe, Excia. que falo assim a menor preocupação de lisonja; movem-me o espírito de justiça e o desejo singular de ver o país entrar no ritmo de realizações tão desejado por V. Excia. e pelo povo Cordialmente (a) D. Helder Camara⁶¹⁰

Como avaliaram Raimundo Barros e Lauro Oliveira – no livro: *Dom Helder: O arteção da paz* – o Nordeste encontrava-se fora do Plano de Metas do governo. Contudo, os problemas das secas no Nordeste entre os anos 1958 e 1959, somados ao envolvimento de JK com a OPENO fizeram com que essa região fosse incluída nos projetos e investimentos desenvolvimentistas do governo. Com a liderança do paraibano Celso Furtado, foi elaborado um relatório chamado: *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*, formulado a partir do trabalho dos Bispos do

⁶⁰⁹ Carta de Juscelino Kubitschek para Dom Helder Câmara. *Apud.*: Todo o apoio do governo em benefício do nordeste – Carta do presidente da República a D. Helder Câmara, enviando-lhe os autógrafos dos decretos sobre o “Plano do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de julho de 1956. p.9

⁶¹⁰ Carta de Dom Helder Câmara para Juscelino Kubitschek. *Apud.*: *Ibid.*

Nordeste e que obteve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Esse relatório produzido por Furtado estava alicerçado num tripé, que era:

... irrigação nos terrenos vizinhos aos açudes e à jusante das represas construídas nos últimos cem anos; colonização nos vales úmidos e nas florestas tropicais do Maranhão; melhor utilização das terras férteis da Zona da Mata, plantada quase exclusivamente com cana-de-açúcar.⁶¹¹

Ao participar de um encontro de caráter pan-americanista, em que se discutia a necessidade de uma maior interação entre os países da América Latina, em 1958, Dom Helder Camara falou sobre o desenvolvimento, mas agora discursando a partir de um raio mais amplo, não apenas local ou nacional e sim como um problema que estava presente em toda a sociedade latino-americana. Nesse evento, o Arcebispo-Auxiliar do Rio ressaltou:

– Mas temos muito que avançar no terreno econômico. O subdesenvolvimento de qualquer de nossos países deve ser considerado problema de interesse vital por todos os demais. Teremos que imprimir maior dinamismo aos órgãos interamericanos já existentes; teremos de desenvolver muito mais a assistência técnica no sentido de melhorar a produtividade; teremos que tentar estabilizar o mercado de produtos básicos; teremos que atualizar e ampliar os recursos dos organismos financeiros internacionais; teremos que rever, onde preciso, a política fiscal e econômica, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômicos.⁶¹²

Logo depois, Dom Camara destacou:

– É verdade – prosseguiu D. Helder – que já estamos trabalhando em todos esses setores e saúdo com alegria os primeiros passos para a concretização do Mercado Regional Latino-Americano, como prova de amadurecimento democrático e de superação de egoísmos nacionais. Mas Garrido Torres, entre outras graves advertências, lembrava recentemente em Nova Iorque que “a América Latina tinha, em 1955, 175 milhões de habitantes. Deverá ter mais 100 milhões em 1975. A parte da população ativa nesse aumento deverá ser da ordem de 39 milhões. Se as médias dos últimos 20 anos se mantiverem, só será possível ocupar 5 milhões na agricultura. E esse número ainda baixará, se avançar a modernização da agricultura. Qual será o futuro dos restantes 33 milhões? A economia dos países latino-americanos deve ser dinamizada, se quisermos evitar níveis ainda mais baixos de pauperismo, mais alto de mal-estar e se quisermos salvar a América Latina para a democracia, sobretudo em face da propaganda que alude ao rápido desenvolvimento atribuído aos países comunistas.⁶¹³

⁶¹¹ BARROS, 2000. p.34

⁶¹² Dom Helder indica cinco pontos fracos do Pan-Americanismo, mas garante que já foram atacados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1958. p.7

⁶¹³ Ibid.

Dom Helder Camara vislumbrava conciliar os interesses e as peculiaridades financeiras, políticas e sociais dos países americanos com a criação de um mercado comum para as nações da América Latina. Ao citar o economista Torres Garrido, que teve importante participação na CEPAL e trabalhando nos Estados Unidos, o Arcebispo Camara indicou que sua rede de relações e interlocuções não se limitava a intelectuais católicos. Os diálogos com técnicos de várias áreas possibilitavam a Dom Camara o contato com dados de pesquisas e interpretações dessas informações que poderiam, posteriormente, compor os discursos que ele divulgou em eventos ligados à Igreja ou não, no decorrer da segunda metade do século XX.⁶¹⁴

Em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pelo presidente JK, tendo como responsável o economista Celso Furtado, que deveria empreender projetos de cunho desenvolvimentistas para o Nordeste. Em âmbito local, a implantação da SUDENE se deu a partir de garantias que o órgão não iria contrariar os interesses das oligarquias e, também, por favorecer em vários momentos a clientela desses.⁶¹⁵ Ao rememorar esse momento, Dom Helder revelou que Furtado logo percebeu que não teria apoio necessário nem no campo político, nem entre os empresários. Desse modo, acabou voltando-se para os projetos de industrialização do Nordeste, acreditando que seria o caminho possível para o desenvolvimento da região.⁶¹⁶ Importante lembrar que a Operação Nordeste foi uma das atividades que serviu de alicerce para criação da SUDENE e, segundo Nelson Piletti e Walter Praxedes, não seria exagero afirmar que este órgão federal foi criado por influência dos bispos católicos. Principalmente dos Bispos do Nordeste, grupo que Dom Helder Camara era membro.⁶¹⁷

No início de 1959, materializando as propostas de reforma agrária, Dom Helder Camara expôs um projeto ao presidente JK e representantes do Serviço Social Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e ao Ministro da Agricultura, Mário David Meneghetti. No caso, juntamente com o Arcebispo de Goiás, Dom Fernando Gomes, Dom Helder Camara apresentou o que eles chamaram de plano-piloto

⁶¹⁴ Cf.: PENHOLATO, Diego Batista. **José Garrido nas sombras do poder:** Um economista na construção do projeto de modernização de 1964. 2017, 139p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo / Programa de Pós-graduação em História Social, 2009.

⁶¹⁵ BARROS, R. 2000, p.35; MELO, Jamildo. Guerra no campo opõe usinas e sindicatos. *In.:* BARRETO; FERREIRA, 2004. p.148-151

⁶¹⁶ CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.89; Sobre a influência de Celso Furtado em relação as ideias desenvolvimentistas de Dom Helder Câmara, Cf.: SOUZA, 2010.

⁶¹⁷ PILETTI, 2008, p.274

que consistia na disponibilização de terras pertencentes à Igreja Católica para uma reforma agrária em conjunto com o governo.

A primeira concessão foi a Fazenda N. S. da Conceição, possuindo 1.052 hectares, localizada no distrito de Corumbá, em Goiana, e valendo, segundo o Banco do Brasil, uma quantia de 3.500.000 cruzeiros. Para uma compreensão do valor dessa fazenda, comparamos o valor apresentado desse latifúndio com o salário mínimo em 1959, que correspondia a 6.000,00 Cruzeiros. Nesse caso, a fazenda valia, aproximadamente, 583 vezes ao que um trabalhador recebia de salário no final do mês.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, no artigo *Reforma é fundamental*, Dom Helder Camara comunicou:

O que apresentei ao Presidente foi um plano que, a minha opinião, resolverá, em grande parte o problema das favelas. Realizei numerosas consultas entre os favelados e concluí que a grande maioria interessa-se pela iniciativa que hoje expus ao Presidente.⁶¹⁸

Desse modo, entendia na época, este religioso, que a transferência dessas famílias que viviam nas favelas cariocas para os lotes de terras em que se dariam os planos-pilotos da reforma agrária, ocasionaria uma progressiva redução dos moradores das comunidades urbanas e, também, tornaria o campo espaços de atração para os retirantes.

Essa proposta ficou conhecida como Operação Corumbá, em que juntamente com o INIC, elaboraria a distribuição de terras entre as famílias das favelas do Rio de Janeiro. Além disso, foi colocada uma sugestão de incluir famílias de estrangeiros entre aqueles que receberiam lotes de terras, utilizando-se como argumento que estes poderiam apresentar novas técnicas agrícolas aos brasileiros. Posteriormente, adicionaram na lista de doadores de terras as Arquidioceses de São Luís e do Rio Grande do Norte, colaborando assim com a reforma agrária iniciada entre o governo e a Igreja. No país, afirmou Dom Helder à revista *O Cruzeiro*, existia em torno de trinta Arquidioceses inclinadas a contribuir com a disponibilização de terras para a reforma agrária.⁶¹⁹ Na mesma entrevista, o jornalista João Martins perguntou: “Distribuídas às terras, como e por quem será financiada a produção?” Respondendo o seguinte, o Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro:

⁶¹⁸ Cf.: D. Helder: Reforma é fundamental. *Jornal do Brasil*. 10 de janeiro de 1959. p.9

⁶¹⁹ MARTINS, João. A renovadora iniciativa social da Igreja, exposta com todos os detalhes, em quinze respostas de D. Helder ao questionário do repórter – Verdadeira revolução agrária. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1959. p.14

– No caso da experiência na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, a terra será cedida gratuitamente pela Igreja, mediante determinadas condições que salvaguardem o espírito da experiência (a família corresponder à expectativa, por uma atitude de trabalho e de boa paz; proibição de venda, para evitar-se exploração imobiliária); as benfeitorias antes enumeradas (ajuda para construção de casa, instrumentos de trabalho, manutenção para primeiros tempos) serão feitas por órgãos do Governo e serão objeto de pagamento, em prestação módicas e a partir dos primeiros lucros (vão servir de fundo rotativo para outras experiências).⁶²⁰

Ilustrando esse artigo da revista *O Cruzeiro*, encontra-se a seguinte composição de fotografias:



Imagem 7: Revolução nos campos do Brasil

Fonte: MARTINS, João. A renovadora iniciativa social da Igreja, exposta com todos os detalhes, em quinze respostas de D. Helder ao questionário do repórter – Verdadeira revolução agrária. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1959. p.10-11

Essa imagem é emblemática, pois enunciam um cenário comum numa época em que os nortistas e nordestinos pobres, muitas vezes, viam-se forçados pela vida a se tornarem retirantes, fugindo para o Sul ou Sudeste do país. Esse processo de migração interna foi construído e alimentado a partir de um imaginário coletivo em que os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo eram caracterizados enquanto espaços de realização dos sonhos de prosperidade e conquista de melhores condições de vida. No

⁶²⁰ Ibid.

entanto, nem todos os acordos firmados com os prelados católicos foram cumpridos pelo governo, criando algumas tensões e críticas por parte dos membros da Igreja, como da imprensa.

Em 1959, Dom Helder participou novamente da organização do Encontro dos Bispos do Nordeste, agora na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Na ocasião, o objetivo da reunião dos clérigos era rediscutir alguns planos, promovendo avaliações dos progressos dos trabalhos e definir novas metas para o que ainda não tinha sido feito.⁶²¹ Dentre as promessas firmadas pelo governo e não realizadas, desde o primeiro Encontro dos Bispos e mesmo com a OPENO, estavam:

[...] construção do Porto de Areia Branca, aparelhamento da Estrada de Ferro do sistema Mossoró, eletrificação, exploração das riquezas mineiras, assistência aos vales úmidos do Apodi, Ceará-Mirim, Açú, Jaguaribe, dragagem de rios, irrigação, instalação de agências do Banco do Brasil e Banco do Nordeste.⁶²²

Em defesa das alianças entre o governo JK e membros da Igreja, Dom Helder procurou amenizar os problemas nas realizações das obras, associando a demora a questões burocráticas que o governo enfrentava. Em sua fala, o Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro chegou a comentar:

Elogiou de maneira eloquente, a ação dos técnicos que colaboravam, com os Bispos nos planos e esperanças, afirmando que desde a reunião de Campina Grande e apoio do Presidente da República vinha sendo dos maiores e mais decididos. Se tudo não tinha sido cumprido, era por culpa de máquina burocrática, pois “era muito fácil criticar por fora do que governador por dentro” [...] Sobre a OPENO teve palavras de elogio e esperança, encarando de maneira confiante as providências que estavam sendo tomadas pelo governo Federal.⁶²³

Enquanto que algumas obras foram concluídas ou estavam em fase de conclusão, como elencadas pelo *Jornal do Brasil*:

⁶²¹ Neste segundo encontro dos Bispos do Nordeste, estiveram presentes: D. Helder Câmara, Secretário-Executivo da CNBB; D. Eugênio de Araújo Sales, Bispo de Natal e coordenador-geral da reunião; D. Otávio Aguiar, Bispo de Campina Grande; D. José de Medeiros Delgado, Arcebispo do Maranhão; D. José Távora, Arcebispo de Sergipe; D. Gentil Diniz Barreto, Bispo de Mossoró; D. José Adelino Dantas, Bispo de Garanhuns; D. Terceiro Mariano, Bispo de Pesqueira; D. Francisco Autregésilo de Mesquita, Bispo de Afogados de Ingazeira; D. Manuel Tavares, Bispo de Caicó; D. Avelar Brandão, Bispo de Teresina, e D. Expedito de Oliveira, Bispo de Patos. Cf.: Bispos do Nordeste dirão nos próximos dias o que se deve fazer pela região. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1962. p.4

⁶²² Bispos instalarão amanhã em Campina Grande conferência sobre problemas do Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1959. p.5

⁶²³ Bispo (Dom Helder) diz que povo está cansado de promessas e manifesta confiança na OPENA. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de maio de 1959. p.20

... construção de armazéns em Sergipe e o dos serviços de abastecimento de água de Natal e Montes Claros. Quanto aos vales úmidos do Rio Grande do Norte, os trabalhos iniciais, partindo do Vale do Pium, em experiência-piloto que obteve bom êxito, hoje abrangem o Puanu e avançam para o Maxaranguape. Também os Grupos de Educação de Base, agora orientados pelo MEB (Movimento de Educação de Base) tomaram grande desenvolvimento. Do Maranhão ao Espírito Santo, estão sendo instaladas Escolas Radiofônicas em massa. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, os primeiros grupos de escolas já iniciam suas atividades em consequência de emissoras já em funcionamento ou em fase de instalação.⁶²⁴

A oposição ao plano de reforma agrária não se dava apenas pelas falhas na realização do programa proposto pelos bispos e assumido pela OPENO, mas de religiosos que compreendiam o envolvimento da Igreja Católica em assuntos que não estavam relacionados com o espiritual. O perigo, na perspectiva da ala de clérigos e leigos classificados na época como conservadores, estava em assumir os discursos e os projetos de cunho comunista ou socialista como se fosse algo coerente com os ensinamentos da Igreja e com a doutrina social da Igreja.

O livro *Reforma Agrária: questão de consciência*, de 1960, organizado pela liderança do grupo Tradição, Família e Propriedade (TFP) – Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho, Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas – representou uma ala da Igreja que se colocava na oposição às ações sociais de alguns religiosos tidos como progressistas.⁶²⁵ De acordo com os autores do citado livro, o envolvimento de membros do clero em projetos como o da reforma agrária era um sinal de que “... a mentalidade socialista e igualitária tem várias vezes tentando colorir-se de católica, com não pequena confusão dos espíritos.”⁶²⁶ No terceiro capítulo da primeira parte desse livro, com o subtítulo: *Consequente incompatibilidade do socialismo com a doutrina da Igreja*, utilizando-se de documentos doutrinários da Igreja Católica e de Encíclicas papais, os autores da referida obra defenderam a incompatibilidade do pensamento socialista ou comunista com o catolicismo.⁶²⁷

Sobre o trabalho no meio rural, os autores consideravam que:

⁶²⁴ Bispos do Nordeste dirão nos próximos dias o que se deve fazer pela região. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1962. p.4

⁶²⁵ Cf.: BEOZZO, 1994, p.50

⁶²⁶ MAYER, Antônio de Castro; SIGAUD, Geraldo de Proença; OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. São Paulo: Ed. Vera Cruz, 1960.

⁶²⁷ Ibid. p.37-44

Importa aqui acentuar que, aplicada aos problemas do campo, tal doutrina não pode deixar de ter como consequência a ideia de que o proprietário é um ocupante injusto de terras que deveriam ser distribuídas entre todos. A existência de propriedades desiguais é contrária à evolução da humanidade no presente estágio e provoca terríveis crises. É e não poderia deixar de ser uma causa muito importante da crise atual.

O Estado deve, pois, partilhar as terras. Uma indenização inteiramente proporcionada ao valor delas será impossível. Se estiver a seu alcance, será talvez de boa política que o poder público dê aos atuais proprietários uma pequena compensação. Mas, a rigor, nem a isto estaria obrigado, pois o direito de propriedade é um mito nocivo aos Estados e às sociedades, que a evolução vai varrendo. Cumpre, portanto, que essa indenização seja pequena quanto estrategicamente possível.

Nesta concepção igualitária, sempre que uma classe se forma é, *ipso facto*, defraudadora da maioria. Maioria e elite minoritária são forças necessariamente em luta. É o mito pagão da luta de classes, tantas vezes condenada pelos Papas e cujo desfecho é o esmagamento do escol pela massa, o triunfo da quantidade sobre a qualidade e a ruína de todos na escravidão do Estado-patrão.⁶²⁸

A leitura desses autores era que o pensamento socialista, que ganhava espaço entre alguns religiosos católicos, oprimia os proprietários de terras em prol de uma perspectiva que desrespeitava o direito de posse dos latifundiários. Em oposição a esse posicionamento, religiosos e leigos ditos progressistas argumentavam que a reforma agrária não podia ser uma bandeira defendida apenas por comunistas, mas deveria ser um assunto encarado pela Igreja e todos os cristãos preocupados com os mais pobres.⁶²⁹ Importante lembrar, que desde 1959, no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança do advogado e deputado Francisco Julião, foi criada a Liga Camponesa que se tornou um exemplo emblemático da atuação da esquerda política entre os trabalhadores do campo.⁶³⁰

A leitura da Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, de 1961, – como já observou o Pe. José Oscar Beozzo no livro *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo* – influenciou os clérigos no combate ao subdesenvolvimento, tendo na reforma agrária uma das maneiras de se enfrentar os problemas sociais que assolavam aos mais pobres.⁶³¹ Nesse caso, o documento papal colocava a Igreja fora das disputas entre grupos políticos, tanto de direita como de esquerda, mas alinhado à resolução dos problemas que assolavam os mais pobres:

D. Basílio Penido, Prior do Mosteiro de São Bento, afirmou, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, que a Encíclica *Mater et Magistra* está acima da

⁶²⁸ Ibid. p.32

⁶²⁹ Cf.: Bispos percorrerão as capitais brasileiras fazendo conferências. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de março de 1960. p.4

⁶³⁰ NAPOLITANO, 2014, p.37

⁶³¹ Cf.: BEOZZO, 1994

esquerda e da direita, dominando as duas posições, pois ela desenvolve a doutrina social da Igreja, que combate os erros do capitalismo e do socialismo fundados em uma concepção materialista do homem.

Na sua entrevista, baseada em uma conferência que preparou para um ciclo de debates sobre a nova encíclica, D. Basílio Penido destacou que o termo *socialização* empregado na *Mater et Magistra* “nada tem a ver com socialismo”, mas é um “fenômeno histórico” descrito pelo próprio Papa João XXIII como a “multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social.”⁶³²

Em diálogo com a Encíclica *Mater et Magistra*, os bispos da CNBB produziram, logo em seguida a publicação do escrito do Papa João XXIII, alguns textos que sinalizavam a preocupação da Igreja no Brasil com a questão do campo e as ameaças oriundas da ideologia comunista. Nesse caso, destacamos: *A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, de 1961, em que se apresentou uma preocupação em sistematizar o lugar de atuação da Igreja Católica junto ao camponês.

Esse texto da CNBB, retomando os ensinamentos da doutrina social da Igreja contidos nas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*, respectivamente dos papas Leão XIII e João XXIII, apresentava-se como um esforço em “... divulgar os novos aspectos da questão social indicados e analisados pelo Vigário de Cristo. Estaremos assim atribuindo para renovar os laços de vida em comum, na verdade, na justiça e no amor.”⁶³³ Em seguida, os bispos escreveram um roteiro de atividades que destinava-se a resolver questões como integração nacional, desenvolvimento para o setor agrícola e práticas de investimentos e normatizações voltadas a melhorar a vida do homem do campo.

Esse posicionamento estava vinculado a ideia que a doutrina social da Igreja era um meio eficiente para fazer frente a um suposto avanço comunista, como se observa no trecho abaixo:

Assim, como não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros. Em

⁶³² Encíclica do Papa domina a esquerda e a direita, diz o Prior de São Bento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961. p.4

⁶³³ CNBB. *A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. 1961. *Apud.*: Bispos se reúnem e toma posição: sem educação de base, esforço de preocupação econômica será inútil. **Maquis**, N°225 - Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1961. p.8

cada Diocese, caberá a perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho.⁶³⁴

Nesse mesmo sentido, em 1962, a comissão central da CNBB publicou uma declaração com o objetivo de conscientização do povo brasileiro em relação a importância das reformas de base para o desenvolvimento da nação num cenário pautado na justiça social e dos ensinamentos do evangelho. Como exposto pelos Bispos: “Sua doutrina [da Igreja Católica], no campo social, está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios, sempre mais e melhor conhecida e praticada por quantos desejam ser fiéis ao Evangelho e procuram o verdadeiro equilíbrio social.”⁶³⁵ Lembremos que era um momento de intensos debates em torno das reformas de base propostos pelo presidente João Goulart, como visto no terceiro capítulo.

No ano seguinte, 1963, a CNBB publicou outro comunicado com base na concepção da doutrina social da Igreja, que segundo falou Alceu Amoroso Lima a *Folha de São Paulo*, corresponderia em âmbito nacional a importância que as Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) tiveram em contexto universal. Nesse cenário, o assunto de reformas de base ocupava um lugar importante no cenário político nacional, dentre os quais destacamos a interpretação dos bispos do Brasil em relação à reforma agrária, sobre a qual escreveram:

Fazemos, porém, uma grave advertência aos responsáveis pelo problema da reforma agrária, que no desempenho de suas funções nunca se deixem levar por paixões pessoais ou políticas, mas tenham sempre em vista os imperativos indeclináveis do bem comum.

Toda a nova ordem que se deseja para o meio rural deve obedecer ao princípio “de que os promotores do desenvolvimento econômico, do progresso social, do soerguimento cultural nos meios rurais devem ser os próprios interessados: os agricultores.” (*Mater et Magistra*).⁶³⁶

Ao mesmo tempo em que retomavam textos da doutrina social da Igreja, observa-se que os membros da CNBB estavam preocupados com as disputas políticas em torno da reforma agrária, principalmente a influência dos grupos políticos de esquerda que tinham forte atuação nessa temática. No caso, a Igreja e seu posicionamento nas questões sociais, como no caso da reforma agrária, eram apresentas

⁶³⁴ Ibid. p.11

⁶³⁵ CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962. p.628

⁶³⁶ CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1963. p. 636

pelos bispos como um norte seguro a ser seguido e, assim, evitar o avanço do pensamento comunista ou socialista, como é revelado no citado documento, entre os trabalhadores rurais. Destacar que esses textos da CNBB para compreender que Dom Helder Camara estava alinhado a perspectiva dessa organização dos bispos do país. Considerando, que nesse momento em que foram escritos os referidos documentos, D. Camara ocupava o cargo de Secretário-Geral da CNBB, tendo assim grande poder de influência e articulação junto ao clero nacional.

Com o trabalho de colaboração na OPENO, alinhamento com a CNBB e a corrente participação em eventos, – palestrando sobre a questão agrária, já no governo João Goulart, em 1962 – Dom Helder Camara foi convidado a participar do Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA), criado pelo Ministro da Agricultura, Armando Monteiro. Assim, o CNRA era formado então pelo Ministro Armando Monteiro, D. Helder Camara, o economista Tomás Pompeu Acióli Borges e os senhores Paulo Schilling e Edgar Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira. Esse conselho tinha por escopo criar as condições necessárias para que o país passasse por uma efetiva reforma agrária, tendo como um dos principais defensores o primeiro ministro Tancredo Neves.⁶³⁷ Lembremos, como exposto no terceiro capítulo, que entre os anos de 1960 a 1962, mesmo com a posse de João Goulart, depois que Jânio Quadros renunciou à presidência do país, o Brasil esteve sob uma administração parlamentarista em que T. Neves ocupou o cargo de primeiro-ministro.

Ainda em 1962, com o deslocamento das Ligas Camponesas em Pernambuco para o centro de interesses dos direitos dos trabalhadores do campo, com apelo para o sindicalismo, o lugar da Igreja Católica ao lado do governo se fazia cada vez mais necessário. Nesse mesmo ano, como observou a historiadora Zilda Gricoli Iokoi, foi organizada a Conferência do Nordeste, sendo liderada pela Confederação “Cristo e Processo Revolucionário Brasileiro”, resultando em um documento que estabelecia que “... a pobreza não era vontade de Deus e sim dos homens.”⁶³⁸ Nesse contexto, Dom Helder Camara destacava-se como um dos principais articuladores para criação de um Estatuto da Terra, tendo seus esforços para conclusão do projeto reconhecidos pelo legislativo.⁶³⁹ Contudo, é importante compreender que o cenário político estava

⁶³⁷ Tancredo instala conselho agrário dizendo que ato marca início da reforma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1962. p.4

⁶³⁸ IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. p.31

⁶³⁹ Praticamente pronto o Estatuto da Terra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1962. p.4

marcado por disputas entre projetos distintos de reformas agrárias. O nome de Dom Helder esteve associado a projetos de caráter conciliatórios em que o Estado assumiria despesas para a indenização de terras improdutivas.

No entanto, com a saída do país de uma situação parlamentarista na metade do ano de 1962, voltando ao presidencialismo com João Goulart, ocorreu uma mudança no Ministério da Agricultura e uma das consequências foi o fim do CNRA. Poucos dias depois da notícia da dissolução do CNRA, publicado pelo *Jornal do Brasil* no dia 10 de outubro de 1962, Dom Helder Camara escrevia já a sua primeira Circular em Roma, preparando-se para participar do Concílio Ecumênico Vaticano II, como visto no segundo capítulo.

No ano seguinte, o presidente Jango, como também era chamado João Goulart, empreendeu vários conflitos com o parlamento, no intuito de implantar uma reforma agrária, que iniciando com um plano piloto, avançaria para reformas mais amplas. No entanto, além da fragilidade das relações entre o poder executivo e legislativo, o país enfrentava forte inflação e estagnação do crescimento. As tensões também se faziam presente na crítica aos sacrifícios impostos pelo Plano Trienal e a ideia de uma reforma agrária possível, proposta por Celso Furtado.⁶⁴⁰

O Plano Trienal dividia-se em dois momentos, no primeiro tempo, seguindo o pensamento conservador do Fundo Monetário Internacional (FMI), seria implementado um controle sobre as finanças públicas e inflação; enquanto, que no segundo momento, empreenderia reformas estruturais, abarcando as áreas: administrativa, fiscal, bancária e agrária. O intuito seria fazer o governo gastar menos e melhor os impostos dos contribuintes. Ainda em 1963, Jango propôs a luta pela reforma agrária “na lei”, e não “na marra”, marcando as tensões e distanciamentos entre uma reforma no campo com base na negociação institucional e a outra opção almejada pelos movimentos sociais que abarcava a desapropriação ou invasão de lotes considerados improdutivos.

No cenário político e social brasileiro de 1964, – especificamente entre o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), o processo de crise democrática e implantação de um golpe de caráter civil-militar – Dom Helder Camara foi transferido do Rio de Janeiro para Pernambuco. No próximo subcapítulo, dedicaremos nossos esforços para analisar a atuação do Arcebispo Dom Camara na defesa da reforma agrária enquanto um processo imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste e,

⁶⁴⁰ Cf.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In.*: REIS, 2014. p.93; NAPOLITANO, 2014, p.39

também, como esse religioso procurou se articular com o governo nos primeiros anos depois do golpe civil-militar.

5.2. A questão agrária: o trabalho conjunto entre Dom Helder Camara e o governo militar (1964-1966)

Dentre os temas que dividia a opinião pública no decorrer da década de 1960, estava a questão das reformas de base, com destaque para a reforma agrária. Esse tema era disputado entre alas distintas dos setores políticos e sociais, contudo, recorrentemente as reformas de bases acabavam sendo mais associadas aos grupos tidos de esquerda. Com a implantação da ditadura civil-militar, Dom Helder Camara falou ao *Jornal do Brasil* que considerava os militares os líderes ideais para defender a reforma agrária e impedir o avanço do comunismo/socialismo entre os trabalhadores do campo. Esse posicionamento do Arcebispo se referia ao governo de João Goulart, considerado de viés comunista naquele momento.⁶⁴¹

Para entender melhor o clima político e social em relação ao tema da reforma agrária, recorreremos a algumas informações apresentadas por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes num livro que resume esse momento histórico brasileiro em seu título – *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*.⁶⁴² Ao tratar do ano que antecedeu ao golpe civil-militar, esses historiadores expuseram pesquisas do IBOPE relativas à opinião pública sobre a reforma agrária, do qual os autores destacaram os resultados das nove capitais e que reproduzimos abaixo:

Tabela 1: Aceitação da reforma agrária nas capitais brasileiras

Capital	Favorável	Contrário	Sem opinião
Guanabara	73%	14%	13%
São Paulo	70%	12%	18%
Porto Alegre	76%	7%	17%
Curitiba	51%	17%	32%
Belém	47%	15%	38%
Niterói	49%	12%	39%

⁶⁴¹ Cf.: Dom Helder quer reformas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1964. 1º Cad. - p.4

⁶⁴² FERREIRA; GOMES, 2014.

Belo Horizonte	53%	12%	39%
Recife	71%	7%	22%
Fortaleza	61%	9%	30%

IBOPE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1963. p.8. *Apud.*: FERREIRA; GOMES, 2014, p.173-174

Em relação à opinião pública recolhida pelo IBOPE – com base na renda dos entrevistados – encontram-se os seguintes números:

Tabela 2: Aceitação da reforma agrária entre as classes sociais das capitais brasileiras

Capital	Ricos/classes médias favoráveis	Ricos/classes médias contrários	Pobres favoráveis	Pobres contrários
Guanabara	72%	17%	73%	11%
São Paulo	70%	15%	70%	8,5%
Porto Alegre	85%	8%	71%	7%
Curitiba	49%	22%	50,5%	12,5%
Belém	59%	20%	42%	13%
Niterói	58%	19%	44,5%	9%
Belo Horizonte	60%	17%	50,5%	9,5%
Recife	69%	13%	72%	4,4%
Fortaleza	63%	16%	60%	6,5%

Obs.: A tabela ignorou os que não têm opinião formada.

IBOPE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1963. p.8. *Apud.*: FERREIRA; GOMES, 2014, p.173-174

O tema da reforma agrária no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, como visto nesse capítulo, era complexo tendo em vistas as várias propostas e formas de reformas apresentadas pelo governo, alas do poder legislativo e sociedade civil como um todo.⁶⁴³ Para alguns, o processo da reforma agrária deveria se dar por meio da ocupação e tomada por parte do governo das terras tidas como improdutivas, enquanto em outros projetos, a abordagem deveria privilegiar a atuação do Estado em promover uma reforma em terras improdutivas e que seus proprietários fossem devidamente indenizados. O valor e forma de indenização eram variados e de difícil negociação entre os grupos políticos dedicados ao debate.

A reforma agrária não foi o motivo legitimador dos discursos favoráveis ao golpe civil-militar de 1964, mas sim a associação desse processo ao comunismo e, também, à imagem do chefe da nação, presidente João Goulart. Como se observa, o

⁶⁴³ Ibid. p.55-56 e 161-176

índice de apoio à reforma era considerável, não sendo então uma temática rejeitada pela opinião pública. Em Recife – espaço de atuação de Dom Helder Camara no ano seguinte à citada pesquisa do IBOPE – os números indicavam uma aceitação da reforma agrária, em que na primeira tabela encontra-se 71% da população apoiando, enquanto apenas 7% se opõem.

Quando, na segunda tabela, ao expor os números com base no poder aquisitivo, 69% dos ricos e classe média da capital pernambucana se colocaram como favoráveis e 16% contrários à reforma agrária. Com relação aos mais pobres, 72% apoiavam e 4,4% não apoiavam. Recife, em relação às outras capitais expostas nessa tabela, indica o menor percentual de rejeição à reforma agrária entre os mais pobres. Lembremos que esse Estado estava marcado pela atuação das Ligas Camponesas, então uma reforma agrária organizada e monitorada pelo governo apresentava-se como uma alternativa mais segura do que ficar a mercê da ação de grupos políticos, muitos deles considerados como socialistas/comunistas.

Contudo, como vimos no decorrer dessa tese, associar o processo de reforma agrária com pessoas supostamente envolvidas ao pensamento comunista/socialista, tornou-se um recurso discursivo frequentemente utilizado por grupos conservadores do nicho militar, religioso e civil. Desse modo, aos interessados em empreender uma reforma agrária, mesmo que de forma tímida, era imprescindível desvincular seus projetos do comunismo ou marxismo.

Nessa esteira, nos primeiros meses do golpe, em 1964, Dom Helder aproveitou o clima de mudança política para defender uma reforma agrária coordenada pelo governo e apresentou, na ocasião, algumas propostas de ação no meio rural ao general-presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, que ficou no cargo entre 1964 a 1967. Em julho de 1964, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife deu duas entrevistas que abordavam esse assunto, a primeira ao periódico carioca *Jornal do Brasil*, no artigo: *Dom Helder quer reformas*.⁶⁴⁴

Nessa ocasião, foi noticiada a campanha empreendida pelo referido religioso a favor das reformas de base e da importância do novo momento político para a sua implantação, tendo em vista o argumento de que Castelo Branco e/ou outros militares que tinham tomado a liderança política do país não eram comunistas. Desse modo, para Dom Camara não era mais coerente com o novo momento político do país abordar as

⁶⁴⁴ Cf.: Dom Helder quer reformas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1964.

reformas de base numa perspectiva simplesmente anticomunista, ponto de vista comum na época.

Enquanto que na segunda entrevista, feita ao *Diário de Pernambuco*, Dom Helder aproveitou para apresentar a sua leitura sobre o momento político do país, que foi caracterizado da seguinte forma:

A Conferência dos Bispos permanece no terreno dos princípios, sem discutir as pessoas. Pessoalmente, não vacilo em afirmar – sem nenhuma vinculação partidária ao presidente Castelo Branco – que os seus projetos de reforma democráticos tentam dar conteúdo social à revolução, correspondendo aos anseios do povo, que se sente frustrado com a protelação criminosa das medidas tão conhecidas e recomendadas; tão estudadas, mas, sempre adiadas pelo egoísmo dos que não se conformam em perder privilégios descabidos. – concluiu dom Helder Camara.⁶⁴⁵

Nessa citação, o Arcebispo Dom Camara apareceu defendendo Castelo Branco e as supostas reformas do novo governo, tidos como reformas de cunho democráticas. Na compreensão desse clérigo, em 1964, o novo presidente tentava empreender mudanças que, durante muito tempo, encontrou barreiras numa elite econômica e/ou política que via seus privilégios ameaçados por mudanças profundas na sociedade. A preocupação com a questão da terra foi motivo de embates dentro do jogo político, em que transitava uma proposta de normatização de como se deveria ocorrer uma reforma agrária no país. Nesse cenário, poucos meses depois dessas entrevistas de Dom Helder e da crescente abordagem do assunto pelos meios de comunicação, o governo federal aprovou a *Lei n° 4.504*, de 30 de Novembro de 1964, destinada a ser o Estatuto da Terra.⁶⁴⁶ Essa lei tinha como escopo regularizar direitos e obrigações em torno aos bens de imóveis rurais e, dentre os assuntos tratados, estava a questão da reforma agrária.

Com a *Lei n° 4.504* foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que segundo o texto do Art.16, tinha a incumbência de ser “o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.”⁶⁴⁷ Esse mesmo era órgão responsável pela viabilidade e implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, além da administração da verba do Fundo Nacional de Reforma Agrária.

⁶⁴⁵ Dom Helder apóia CB nas Reformas. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 de julho de 1964. 1º Cad. - p.3

⁶⁴⁶ BARROS, 2011, p.64

⁶⁴⁷ BRASIL. **Lei n° 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acessado em 10 de Janeiro de 2014.p.6

A reforma agrária seria então realizada a partir da articulação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, enquanto o IBRA e órgãos de atuação regional deveriam contribuir financeiramente em projetos de desenvolvimento e valorização local. No caso, é discriminado que a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE); Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); Comissão do Vale do São Francisco (CVSF); Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE) tinham que destinar, no mínimo, 20% de sua verba para a implantação da reforma agrária.⁶⁴⁸

No mês seguinte à promulgação da *Lei n° 4.504*, em dezembro de 1964, participando de uma cerimônia de conclusão de curso pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), numa turma de agronomia, Dom Helder Camara foi escolhido como paraninfo. Em seu discurso, o Arcebispo de Olinda e Recife indicava os debates travados no Vaticano II e como esse religioso entendia a necessidade de uma proximidade entre a Igreja e o poder público, considerando que dessa aliança o trabalho conjunto em prol do desenvolvimento deveria ser conduzido por técnicos.⁶⁴⁹

Lembrando que nesse momento, da aprovação da *Lei n°4.504*, Dom Helder estava no recesso do Vaticano II e que o Papa Paulo VI tinha participado do evento na ONU, em Genebra. Nesse clima, destacou o clérigo brasileiro tanto na carta circular n°74, de 15/16 de novembro de 1964, como no discurso feito aos formandos em agronomia da UFRPE, no mesmo ano, que as Nações Unidas percebiam as diferenças e distâncias entre as nações ricas e pobres eram inclinadas a se tornarem cada vez maiores.⁶⁵⁰

No discurso na UFRPE, o Dom Camara constatou que a partir da *Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento*, promovida pela ONU, nenhuma nação desenvolvida chegava a contribuir com mais de 1% do produto bruto nacional com as nações em processo de desenvolvimento.⁶⁵¹ Essa mesma informação, relativa à baixa porcentagem de investimentos das nações ricas no mundo subdesenvolvido e as desproporções de cobranças e exigências, esteve presente em vários outros textos do Arcebispo Camara, como no caso do discurso: “*Vamos ao âmago do problema*”, pronunciado em Amsterdam, no ano de 1965. Esse artigo, em particular – foi abordado

⁶⁴⁸ Ibid. p.9-10

⁶⁴⁹ Cf.: CÂMARA, Helder. **Discurso de Paraninfo da Escola de Agronomia da Universidade Rural**. Recife, Pernambuco, 19 de dezembro de 1964c.

⁶⁵⁰ CÂMARA, 2009b, p.281

⁶⁵¹ CÂMARA, 1964c, p.5

de forma mais detalhada em nosso segundo capítulo – sinalizava que para esse religioso o problema a ser transposto para se implantar um desenvolvimento de caráter mais igualitária estava nas desigualdades das relações de comércio internacional, em que as nações ricas se sobrepunham aos países pobres.⁶⁵²

Ainda tratando desse cenário histórico a partir do discurso pronunciado aos formandos em agronomia da UFRPE, de 1964, Dom Helder Camara destacou também a atuação na ONU do Ministro Vasco Leitão da Cunha, que segundo esse religioso, estava em plena harmonia com os discursos do presidente Castelo Branco em relação ao combate ao subdesenvolvimento. Essa ideia estava baseada no comércio e no desenvolvimento de uma planificação que possibilitaria a preparação do povo para o desenvolvimento, sem cair numa tecnocracia que não percebe o humano.⁶⁵³ Observa-se então uma tentativa de alinhamento desse clérigo com os primeiros momentos políticos do regime ditatorial implantado no país naquele mesmo ano. Na leitura do cenário histórico e regional do Nordeste do país, em 1964, compreendia Dom Helder que a SUDENE e o Movimento de Educação de Base (MEB) eram vitais para a concretização de projetos desenvolvimentistas.⁶⁵⁴

Como sinal de empenho da Igreja Católica na luta pelo desenvolvimento das áreas pobres do país, o Seminário Regional do Nordeste era apresentado como o espaço para a formação de padres aptos a trabalhar em regiões em que a pobreza empurrava a sua população a situações de miséria. A expectativa da época era proporcionar aos jovens seminaristas e futuros sacerdotes a trabalhar no Nordeste pobre, mas que estava em processo de desenvolvimento integral graças às ações conjuntas entre Estado, Igreja e saber técnico no que chamavam de décadas de desenvolvimento. Para esse intento, destacou Dom Helder Camara para a turma de formandos em agronomia, que o desenvolvimento deveria se dar de forma harmônica, construindo alianças e relações dinâmicas entre as áreas ricas do país, Sul e Sudeste, com o resto do Brasil que estaria ainda em processo de desenvolvimento.

Ainda explorando o discurso feito na UFRPE, Dom Helder Camara apresentou nesse texto a proposta para a criação de um movimento de opinião pública.⁶⁵⁵ Nesse caso, procurando apresentar uma proposta de desenvolvimento supostamente aplicável e

⁶⁵² CÂMARA, 1965e, p.3

⁶⁵³ Ibid.

⁶⁵⁴ PROCÓPIO, Cândido, CAMARGO, Ferreira. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971. p.83-88 e p.127-129; BARROS, 2011, p.37; MAINWARING, 1989.

⁶⁵⁵ Cf.: CÂMARA, 1965e

sistemática, esse religioso dividiu a ação em três etapas: 1º) os nordestinos deveriam criar mecanismos para acompanhar e dinamizar o plano diretor da SUDENE, que deveria ser tratado como suprapartidário e supra-regional. Desse modo, o primeiro ponto seria criar condições para se exigir engajamento dos partidos políticos e responsáveis em projetos de desenvolvimento do Nordeste; 2º) possibilitar um encontro entre o Brasil desenvolvido e o Brasil em desenvolvimento, cogitando nesse encontro sua realização no Recife e com a participação do Papa Paulo VI; 3º) que o país liderasse um movimento de opinião pública junto ao mundo desenvolvido, contando para isso com o trabalho da imprensa e universidades. Concluindo a apresentação dessas etapas, Dom Helder argumentou: “Duvidar do êxito de um bem programado trabalho nesta linha seria duvidar da própria essência dos métodos democráticos...”⁶⁵⁶

Ao direcionar sua fala ao público de formandos da UFRPE, que tinham escolhido o religioso em questão como paraninfo, Dom Helder destacou também que o momento era de compreender a agricultura como um potencial econômico relevante do país e que a agroindústria não podia ser colocada em situação de antagonismo com a industrialização ou mesmo confrontar as regiões rurais *versus* industrializadas. Ao analisar o panorama regional, destacou em sua fala a importância do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso para a existência da SUDENE, peça imprescindível na infraestrutura para o progresso da região Nordeste.

No final do discurso, Dom Helder Camara trouxe à superfície dos debates a importância de alguns órgãos para se vencer o subdesenvolvimento, destacando nesse caso a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), a Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança (COHEBE), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e ainda se referiu à existência de 21 empresas. Contudo, observa-se que o tema da reforma agrária não foi debatido em seu pronunciamento, ficando o desenvolvimento no campo a cargo de relações entre regiões ricas e pobres do país ou da atuação de órgãos do governo.

Antagonicamente a esse cenário em que discursivamente se falava de empreendimentos na seara do desenvolvimento econômico e social – conduzido pelo governo e por técnicos – o panorama regional era de colapso, como os jornais anunciavam com frequência, por exemplo, as recorrentes notícias sobre a crise do

⁶⁵⁶ CÂMARA, 1964c, p.7

açúcar. Lembremos que esse era o principal produto de exportação de Pernambuco na época. Desse modo, em paralelo à criação de leis sobre reforma agrária, o investimento no campo e o reconhecimento do trabalho técnico e do poder público contrastavam com a convulsão financeira que afetava diretamente as usinas de açúcar e, consecutivamente, precarizava ainda mais a situação dos camponeses.

Com base no *Jornal do Brasil*, publicado no dia 28 de setembro de 1964, antes mesmo da aprovação da *Lei n° 4.504*, o então governador de Pernambuco, Paulo Guerra, e o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, enviaram em conjunto um telegrama ao presidente-general Castelo Branco pedindo uma intervenção urgente no setor açucareiro. Nesse momento, segundo esse e outros periódicos da época e as cartas circulares de Dom Helder, algumas usinas alegavam não terem condições de pagar os salários integrais de seus trabalhadores que estavam recebendo em torno de três dias de jornadas para cada seis dias trabalhados. Além disso, no campo, a situação foi descrita nesse jornal como ainda mais grave, tendo em vista que o Banco do Brasil estava financiando apenas um terço do que normalmente concediam aos latifundiários e que, por esse motivo, aproximadamente 200 mil trabalhadores estavam em risco de perder o emprego em mais de 3 mil engenhos.⁶⁵⁷

No mês de julho de 1964, antes da citada publicação do periódico carioca, o *Diário de Pernambuco* trouxe em suas páginas o artigo *BB financiará açúcar exclusivamente para atender salários: mais 2 bilhões*, referindo-se à disponibilidade do governo federal e do Banco do Brasil em resolverem o problema no setor da agroindústria pernambucana. Argumentando que a situação precária se dava por conta de uma política de poupança do governo que procurava estabilizar os gastos públicos efetuados pelo Estado.

Segundo o DP, geralmente, o empreendimento estatal no financiamento dos engenhos e usinas durante a entressafra era para os salários dos trabalhadores e para o uso dos produtos necessários ao funcionamento da agroindústria açucareira (“adubo, sacaria e implementos agrícolas e industriais”).⁶⁵⁸ Desse modo, naquele momento, 1964, só seria disponibilizada a verba do Banco do Brasil para os salários dos trabalhadores rurais, considerando as precariedades das condições de vida desses. O impacto da crise do açúcar na economia da agroindústria açucareira seria grande,

⁶⁵⁷ Guerra pede ação de Castelo Branco para acabar crise das usinas. **Jornal do Brasil**. 28 de setembro de 1964. Cad.1º - p.3

⁶⁵⁸ BB financiará açúcar exclusivamente para atender salários: mais 2 bilhões. **Diário de Pernambuco**. 29 de julho de 1964. Cad.1º-P.3

levando a um severo processo inflacionário e por isso os representantes do BB, José Rostand do Aragão e Ulisses Libretti pronunciaram-se no intuito de influenciar os usineiros a reduzirem os gastos e as pretensões de lucros ao mínimo possível naquele momento. Contando com esse acordo, os representantes do BB destacaram que eles estavam inclinados a viabilizar uma verba de cerca de dois bilhões de cruzeiros a mais do que já estava à disposição no referido banco.

Os círculos açucareiros, cientes do resultado da reunião, manifestaram-se satisfeitos com a solução encontrada e tiveram palavras de exaltação aos emissários do Banco do Brasil, que se demonstraram sensíveis às dificuldades da agroindústria e tiveram o maior empenho no sentido de que fosse encontrada a fórmula capaz de solver a pendência. Exaltaram, igualmente, o interesse com que cuidaram do assunto, junto à cúpula administrativa do país, o governador Paulo Guerra a Assembléia Legislativa, o general Antônio Carlos Muricy e o arcebispo dom Helder Camara. Estas autoridades – disseram – se mostraram inteiramente identificadas com os interesses de Pernambuco, e quando se bateram pela melhoria dos níveis de financiamento, fizeram-no tendo em conta, sobretudo, o complexo social que a matéria envolvia, com a ameaça de redução das jornadas normais de trabalho e salário dos 170 mil homens que se empregam na lavoura canavieira.⁶⁵⁹

Nessa citação, encontra-se o nome de Dom Helder Camara no meio de figuras do campo político, demonstrando assim o prestígio do Arcebispo no Estado, isso em poucos meses depois de sua chegada a Pernambuco. Além disso, ao tratar de um tema delicado, envolvendo empresários da agroindústria açucareira e trabalhadores, o religioso em questão aparece como um articulador apto a providenciar respostas aos problemas sociais e econômicos da região. Essa crise perpassou os anos seguintes, sendo constantemente retomada nas cartas de Dom Helder que relatava as condições subumanas dos trabalhadores do campo.

Com o objetivo de criar condições para a manutenção das atividades na produção açucareira, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) criou mecanismos de investimentos e regras de produção das usinas, que foram estabelecidas com a Lei nº 4.870, de 01 de dezembro de 1965. Com essa lei, ficou determinado:

Art. 34. O Presidente do I.A.A., mediante autorização do Ministro da Indústria e do Comércio, realizará com o Banco Central, o Banco do Brasil e outros estabelecimentos de crédito, as operações financeiras necessárias à execução dos programas de defesa da produção e escoamento das safras.⁶⁶⁰

⁶⁵⁹ Ibid.

⁶⁶⁰ Lei nº 4.870, de 01 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4870.htm> Acessado em 12 de setembro de 2019

As expectativas em relação à interferência da IAA e da SUDENE no processo de modernização da agroindústria do açúcar foram tema do *Encontro Nordestino do Açúcar*, que reuniu em 1966 aproximadamente 200 industriais e técnicos. O objetivo do evento foi discutir a nova legislação açucareira do país, com a Lei nº 4.870, que oferecia subsídios para fixar os preços do açúcar e da queda dos custos na produção. A participação de Dom Helder Camara no referido Encontro foi descrita pelo *Jornal do Brasil* é marcada por um discurso que procurava confrontar os objetivos de manutenção e de modernização da produção da agroindústria açucareira com as condições de vida e trabalho dos camponeses. Segundo esse periódico, teria abordado Dom Camara:

O Arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Camara, marcou a presença da Igreja no Encontro, quando manifestou sua preocupação com o desemprego na zona canavieira e os problemas de justiça social no campo, que, no seu entender, reclamam urgentes soluções e não podem ficar à margem das cogitações de qualquer plano de modernização da lavoura canavieira. Dom Helder Camara fez sentir que o aumento da produtividade, a adoção de modernos métodos de cultivo, a eliminação das deficiências atuais e a melhoria da produção não devem ser feitos com o sacrifício de maior número de trabalhadores na Zona da Mata, onde atualmente 200 mil deles de garantir o seu sustento em consequência da crise que agora se quer vencer.⁶⁶¹

Nesse trecho, observa-se que Dom Helder Camara ao mesmo tempo em que percebia e defendia o investimento na produção açucareira, também apresentava uma preocupação com a modernização, que mesmo representando uma melhoria do trabalho e de sua produção, sinalizava igualmente a uma ameaça aos trabalhadores que não tinham uma formação técnica para trabalhar com as máquinas. Além disso, na citação anterior, pode ser visto o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife denunciando injustiças sociais. Essa preocupação e postura de denunciar as condições subumanas do trabalho do campo foram utilizadas pelos opositores do Arcebispo para apontá-lo como comunista.

As condições precárias dos trabalhadores rurais, com destaque para os que estavam inseridos na produção açucareira, fomentavam a articulação de sindicatos ou associações de trabalhadores destinados a defender melhores condições de trabalho e salários. Desde a sua chegada a Pernambuco, que Dom Helder Camara pensou em rearticular as atividades do MEB e, juntamente com prática pedagógica e ligada a um perfil de conscientização, para aproximar as atividades da sindicalização rural. Contudo,

⁶⁶¹ Crise da agroindústria do açúcar poderá ter fim com os recursos da SUDENE. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1966. Cad. 1º - p.13

nesse primeiro momento, 1964 a 1966, o intuito do religioso era articular projetos e trabalhos conjuntos e cooperativos, mesmo que em muitos momentos estivesse mais para de condicionamento da melhoria de vida dos trabalhadores a partir do momento que as condições econômicas dos patrões também passassem por avanços e os empresários da agroindústria.

No entanto, a visão sobre as relações de trabalho no campo, na perspectiva de Dom Helder Camara, pautava-se na defesa de uma colaboração mútua entre os trabalhadores e empresários da agroindústria açucareira, como registrado na carta circular nº10, de 02/03 de maio de 1964: “... na linha social: Reunião com os Usineiros (desejosos de fazer, sem coação, tudo o que for justo e razoável): segunda-feira, 4, à noite; (reunião) com as Usineiras: quarta-feira, 6.”⁶⁶² Interessante ressaltar que Dom Helder se colocava, nesses casos, como porta-voz dos trabalhadores. E, mesmo tratando com a elite, o Arcebispo Dom Camara apresentava aos seus interlocutores de suas missivas que esses encontros representavam uma preocupação com questões sociais.

Dentre aqueles que compunham as redes de relações de Dom Helder Camara na esfera pública, como no caso do superintendente da SUDENE, João Gonçalves de Souza, destacamos também o nome de Antônio Coelho Malta, que já tinha trabalhado com D. Eugênio Sales, e que em 1965, ocupou o cargo de Coordenador da IBRA para o Nordeste. Indicando, assim, a presença de leigos católicos em cargos importantes em órgãos públicos. Na 137ª circular, escrita na madrugada de 12 para 13 de fevereiro de 1965, Dom Helder revelou aos seus interlocutores que em conversa com Malta, esse tinha revelado o interesse do governo de assumir usinas falidas, indenizando adequadamente os proprietários e dividindo as terras com os trabalhadores que ficariam em regime de cooperativa. Outras possibilidades, o Arcebispo também registrou, e elas estavam no fato de que os empresários poderiam trocar parte de suas terras por um investimento que levasse em conta uma modernização de suas terras ou uma organização de conglomerados de usinas, criando assim um grupo mais forte de empreendedores.⁶⁶³

Nessa mesma carta, observa-se na escrita de Dom Helder que o Malta, personificando o IBRA no Nordeste, logo, a disponibilidade desse técnico em procurar junto ao Arcebispo indicações de pessoas para compor sua equipe de trabalho,

⁶⁶² CÂMARA, Helder. 10ª Circular, Recife, 02/03 de maio de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d. p.36

⁶⁶³ CÂMARA, Helder. 137ª Circular, Recife, 12/13 de fevereiro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e. p.174-176

demonstra a importância do lugar assumido por D. Camara na questão da terra no Nordeste nos primeiros anos do governo militar. Assim, partindo dessa informação, encontravam-se pessoas ligadas diretamente ao Arcebispo de Olinda e Recife na engrenagem dessas instituições que estavam destinadas a investir e empreender uma modernização na região. Nesse cenário político, os usineiros demonstravam suas preocupações frente ao comunicado da IAA de modernização e industrialização do campo em todo país, representando uma ameaça aos grupos oligárquicos locais.

Em outro momento, agora na 140ª circular, depois de comentar sobre um encontro com Antônio Coelho Malta e o Padre Enes P. Crespo, na casa do primeiro, e das possibilidades oriundas do financiamento estatal para com as usinas, Dom Helder revelou o seguinte:

Está sendo esperado o Presidente do IBRA Nacional. Considero indispensável um entendimento dele com o IV Exército que, até hoje, não permitiu às Televisões que me deixem falar. Ele me considera anti-americano (e vocês viram como os USA me receberam): nem pude comentar a quinzena em Chicago e Nova York... Como o IV Exército vai poder entender e apoiar a promoção humano e cristã, decorrente da revolução social à vista?... Como, sem inteligência na atitude dos Coronéis, vai poder o MEB desempenhar o papel imenso que se abrirá para ele, nesta hora?...⁶⁶⁴

Nesse trecho é possível ver que a liberdade de imprensa, mesmo nos primeiros momentos da ditadura, não era total. Percebe-se no conjunto das cartas circulares, entre os anos de 1964 a 1966, que Dom Helder não tinha total liberdade nos meios de comunicação, pelo menos quando o assunto era relacionado à pobreza ou à política. Além da imagem de antiamericano que o acompanhava desde suas críticas à Aliança para o Progresso, na década de 1950.⁶⁶⁵ Essa citação, da 140ª circular, também indica o clima de tensão envolvendo tanto os membros do governo militar no que tocava à questão dos problemas sociais, como as demandas das tensas relações trabalhistas entre os latifundiários, camponeses e a interferência do MEB.

A necessidade de uma reforma agrária nos discursos de Dom Helder transitava não apenas na possibilidade de se usar a propriedade de usinas falidas, que poderiam ser adquiridas pelo Estado, mas em utilizar também as terras da Igreja nesse processo. Uma Igreja Católica sem ostentação de riquezas e promotora de uma distribuição das terras aos mais pobres esteve presente nas reflexões de Dom Camara em suas cartas circulares

⁶⁶⁴ CÂMARA, Helder. 140ª Circular, Recife, 15/16 de fevereiro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e. p.184

⁶⁶⁵ BARROS, 2011, p.44-45

a Família Mecejanense ainda no Vaticano II. Como exemplo, citamos o seguinte trecho da 44º circular:

Notícias várias

Ontem, no Vaticano, no estudo do Esquema XIII havia uma tendência a deixar a Igreja hierárquica quase que exclusivamente com o espiritual. Sem pretender, de modo algum, defender Cristandades, lembrei que, em regiões onde a Idade Média continua, muitas vezes se impõe que o Bispo, em pessoa, faça frente aos Barões. Queremos, sem dúvida, que caiba aos nossos Leigos esse papel. Mas, como largar os Leigos sozinhos se os próprios Bispos, ao enfrentar os Senhores Feudais, são por eles acoimados de **comunistas!?!...**

[...]

Quando os Bispos do Brasil, nos livraremos de nossas terras?⁶⁶⁶

Importante ressaltar que o trecho em “negrito” corresponde ao destaque feito pelo próprio Arcebispo de Olinda e Recife. Nesse momento da escrita, Dom Camara abordou o *Esquema XIII* – que tinha o objetivo de conduzir a Igreja para a modernidade e, esse texto, acabou se tornando a *Constituição Pastoral Gaudium et spes*, 1965 – para tratar da questão das terras pertencentes às Arquidioceses e às dioceses da Igreja. Esse trecho citado veio logo depois de tratar de questões relacionadas às disputas de influências no decorrer do Concílio, especificamente entre o Cardeal Dom Leo-Jozef Suenens *versus* a Cúria Roma, com perfil mais conservador, sobre o Papa Paulo VI no que tangia o tema do controle de natalidade. No caso, Dom Helder dedicou a seção “notícias várias”, tópico presente na maior parte de sua correspondência, para tratar da questão dos latifúndios pertencentes a Igreja e como essas propriedades contrastavam com uma instituição religiosa que pretendia ocupar o lugar de servidora dos mais pobres.

Para Dom Helder Camara, a Igreja pós-Vaticano II estava alinhada ao trabalho junto aos mais pobres, não sendo coerente que os seus clérigos vivessem como uma elite feudal, em referência aos nobres europeus da Idade Média. Contudo, defender o fim de tais privilégios tinha um preço alto, não tendo como ficar apenas a cargo dos leigos, pois se eles, clérigos, quando falavam sobre isso eram classificados como comunistas, imagina o que aconteceria com os fiéis que pregassem essas mudanças estruturais? Logo depois, no trecho citado, Dom Helder apresentou as terras da Igreja como um fardo para os religiosos.

Destacamos que se encontra em periódicos e outras fontes históricas a utilização do termo feudal ou outros relacionados à Idade Média para caracterizar os grandes

⁶⁶⁶ CÂMARA, Helder. 44º Circular, Roma, 23/24 de outubro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009c. p.162

latifúndios do país. Contudo, como analisou André Gunder Frank, a estrutura fundiária brasileira estava dentro de um cenário capitalista e, por esse motivo, não era uma reprodução do que aconteceu na Europa entre os séculos V a XV. Sendo essa afirmativa, muitas vezes, alicerçada numa premissa que dava a ideia de linearidade eurocêntrica de uma evolução econômica do Brasil, que sairia do feudalismo (fase pré-desenvolvida) para uma fase capitalista (desenvolvida).⁶⁶⁷

Em outro momento, ainda sobre o tema da distribuição das terras da Igreja, destacamos a comemoração para as boas vindas, em março de 1966, do novo Arcebispo de João Pessoa, Paraíba, Dom José Maria Pires. Nessa ocasião, ao fazer o discurso para receber o irmão de batina Dom Pires, o Arcebispo de Olinda e Recife aproveitou para incluir em sua fala a questão da reforma agrária como parte importante do desenvolvimento da região, abordando nessa oportunidade a viabilidade de usar terras da Igreja nesse processo. Esse discurso feito em João Pessoa, que recebeu o título: *Boas vindas em nome do Nordeste*, diferente do que foi pronunciado na UFRPE dois anos antes, ficou centrado na questão da reforma agrária e, também, com um tom mais crítico ao governo.

Nas circulares 56º e 57º, escritas em março de 1966, Dom Helder Camara elencou alguns temas que considerava pertinentes e audaciosos para receber Dom Pires na Arquidiocese de João Pessoa.⁶⁶⁸ No caso, as propostas transitavam entre questões relativas ao desenvolvimento econômico e social da região; à reforma agrária; às terras da Igreja Católica como modelos de cooperativas de trabalhadores do campo; às tensas relações entre patrões e trabalhadores no Brasil, com destaque para o trabalho agrário no Nordeste do país. Essas abordagens foram organizadas, como visto tanto na carta circular nº 57, como no próprio discurso lido no referido evento, em três pilares: 1- posição em face da reforma agrária; 2- posição em face do colonialismo interno; 3- posição em face das vítimas do desenvolvimento.

No tópico sobre reforma agrária, ao falar para o novo do Arcebispo de João Pessoa, o Arcebispo Dom Helder destacou que uma redistribuição das terras era um processo necessário para a promoção humana. Destacou Dom Camara que discutir a questão agrária dentro da Igreja suscitava um tema delicado e que deveria ser enfrentado, que era a utilização das terras das dioceses para programas pilotos que

⁶⁶⁷ Cf.: FRANK, 2012.

⁶⁶⁸ CÂMARA, Helder. 56º Circular, Recife, 09/10 de março de 1966; 57º Circular, Recife, 11/12 de março de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a, p. 182-187

serviriam de exemplo para órgãos federais. Contudo, não bastava a distribuição de terras aos mais pobres, sendo preciso “[...] um trabalho complementar de assistência técnica, assistência financeira, assistência social, assistência espiritual...”⁶⁶⁹ Nesse sentido, comunicou que a CNBB estava investindo em pesquisas para levar os bens das dioceses, sendo para o religioso em questão, o Nordeste o espaço que necessitava de uma intervenção imediata para promover a dignidade social e econômica aos mais pobres.

No caso da questão do colonialismo interno, Dom Helder Camara falou como se deu o entendimento dele em torno de tal termo. Narrou que ao participar de um evento nos Estados Unidos, quando discursava sobre neocolonialismo dos países ricos em relação aos pobres, Dom Camara foi confrontado com perguntas sobre o colonialismo interno. Confessou que em um primeiro momento pensou que se tratava de uma relação de exploração entre regiões, representados pelo Sul e Sudeste industrializado *versus* Norte e Nordeste rural. No entanto, o termo referia-se também às relações desiguais existentes no meio rural, especificamente entre o trabalhador e o patrão.

Os proprietários rurais mantinham condições de vidas e de trabalho que podiam ser caracterizadas como um tipo de colonialismo interno, sendo denunciado por Dom Helder que tais realidades também eram vistas nas terras das dioceses. Sobre isso, destacou: “O Bispo, não tendo meios de resolver o caso das próprias terras, entende facilmente que se mantenha a situação medieval de Baronatos sem nome e é na Casa Grande que o Padre costuma celebrar para os herdeiros da velha Senzala...”⁶⁷⁰ Essa proximidade e cumplicidade com a elite oligárquica deveria ser rompida para o Arcebispo de Olinda e Recife.

Por fim, Dom Helder Camara falou sobre as vítimas ou aqueles que não eram assistidos pelo processo do desenvolvimento, considerando em sua fala que nem sempre os avanços econômicos vinham acompanhados por melhorias sociais e preocupações humanistas. Nessa ocasião, destacou o Arcebispo de Olinda e Recife sua preocupação com o processo de modernização da agroindústria, considerando em seu argumento que nem todo camponês seria absorvido pela presença de máquinas no campo. Sobre isso, falou:

⁶⁶⁹ CÂMARA, Helder. **Boas vindas em nome do Nordeste**. Discurso saudando Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, João Pessoa, Paraíba, 26 de março de 1966a. p.2

⁶⁷⁰ Ibid. p.3

Só falhar este atendimento, que poderão fazer os antigos trabalhadores de Usina, se quase estarão passando dos 35 anos de idade, quase sempre lhes faltará até um mínimo de especialização e, ainda quase sempre, os filhos serão numerosos?... Por mais que cheguem indústrias para o Nordeste, eles, os sub-trabalhadores, não terão vez e estarão condenados à marginalização.⁶⁷¹

Ao abordarmos a questão das terras da Igreja Católica em planos pilotos de reforma agrária, já no primeiro ano em Pernambuco, Dom Helder empreendeu três: “a) Reforma Agrária em terras de uma Usina do Renato Bezerra de Melo; b) Itamaracá, como projeto global; c) Trabalho para Beiras-de-rio e Alagados de Recife.”⁶⁷² Nesses casos, o Arcebispo procurou articular parcerias com a SUDENE e USAID.

Enfim, nesse contexto de 1964 a 1966, selecionamos como norte as tentativas de alinhamentos de Dom Helder Camara com o novo regime político do país, oriundo do golpe civil-militar. Nesse processo, como vimos no decorrer desse subcapítulo, o Arcebispo de Olinda e Recife procurou desempenhar uma função de articulador e mediador de interesses entre governo civil-militar, proprietários de terras e trabalhadores rurais.

5.3. A questão agrária enquanto tema de discussões e tensões entre Dom Helder Camara, as alas conservadoras e progressistas da Igreja, os latifundiários e os representantes do governo civil-militar (1966- 1970)

Os conflitos no campo, que vinham antes mesmo da implantação da ditadura civil-militar, – sendo um problema estrutural que assolava o país no decorrer de boa parte de sua História – escolhemos, nesse momento, discutir algumas das tensões nas zonas rurais em que Dom Helder Camara esteve envolvido entre 1966-1970. Nesse cenário, acreditamos ser relevante sinalizar para um panorama geral das tensões sobre a questão da terra entre quatro grupos de interesses e lugares sociais distintos, no caso: empresários da agroindústria; camponeses; religiosos católicos; e representantes do Governo civil-militar.

Como exposto no *Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara* (CEMVDHC), várias rupturas, conflitos e reformulações de relações envolveram trabalhadores do campo, proprietários de terras e governo federal e

⁶⁷¹ Ibid. p.4

⁶⁷² CÂMARA, Helder. 80º Circular. Recife, 23/24 de agosto de 1964. *Apud.*: CÂMARA, 2009d. p.242

estadual marcaram as décadas de 1960 a 1980.⁶⁷³ Com o golpe civil-militar, como apresentado no texto do CEMVDHC, ocorreu uma tentativa de normatização sobre os processos das relações daqueles que possuíam ou procuravam adquirir direitos a propriedade privada a partir do *Estatuto da Terra*, com a *Lei n° 4.504*, de 30 de novembro de 1964.

Ao tratar dessa lei, com seus interlocutores, Dom Helder escreveu: “o Egídio [Ferreira Lima] que nos pode, com o Prof. Baltar, apresentar uma análise segura do aspecto jurídico-econômico (viabilidade, adequação, eficácia) do Estatuto da Terra e da Lei de Reforma Agrária.”⁶⁷⁴ Essa citação, mais uma vez, indica-nos uma estratégia recorrente de Dom Helder que era procurar técnicos, no caso economistas, para poder entender alguns assuntos e assim, posteriormente, incluir tais informações em seus discursos. Não temos conhecimento das análises dos técnicos citados por Dom Helder sobre a *Lei n° 4.504*. No entanto, essa lei indicava já o posicionamento intervencionista do governo militar na questão agrária.

Com relação ao contexto, como observou Cristine P.Y. R. Dabat, em sua tese, depois do golpe político que conduziu os militares ao poder no país, os temas relacionados à reforma agrária faziam parte de uma agenda política e social, que “... o governo militar seria obrigado a perpetuar algo de seu legado, mantendo os sindicatos e promulgando o Estatuto da Terra.”⁶⁷⁵ Nesse sentido, as intervenções no pós-64 ocorridas nos sindicatos e as perseguições a vários líderes trabalhistas, tendo como resultado, no decorrer dos anos seguintes, em vários casos de prisões, torturas e mortes.⁶⁷⁶

O Estatuto da Terra, segundo o relatório do CEDVDH, defendia um lado dos conflitos entre trabalhadores e proprietários, no caso, “... tinha por objetivo ser um mecanismo de controle de tensões sociais relacionadas à posse e à propriedade das terras dentro do modelo capitalista do patronato rural.”⁶⁷⁷ No final das contas, esse

⁶⁷³ COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA (CEMVDHC). **Relatório Final**. Recife: CEPE, 2017. Vol.II. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=RELFIN>> Acesso em 10 abril de 2018.

⁶⁷⁴ CÂMARA, Helder. 147º Circular, Recife, 23/24 de fevereiro de 1965. *Apud.*: CÂMARA, 2009e. p.205

⁶⁷⁵ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003, 741f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003. p.105

⁶⁷⁶ CEMVDHC, 2017, p.175

⁶⁷⁷ *Ibid.*

Estatuto não proporcionou efeito real a favor dos pequenos proprietários ou tenha penalizado os grandes latifundiários, mesmo os improdutivos.

Nesse momento, com a política de controle e de repressão do pós-64, a reforma agrária começou a ser tratada discursivamente pelo governo como um mecanismo para a resolução dos conflitos e não como um meio para viabilizar transformações sociais. Chegando ao ponto, a partir de 1969, com a administração do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, de o governo proibir o termo reforma agrária em documentos oficiais, sendo substituído por expressões como “reorganização fundiária” ou “programa de redistribuição de terras.”⁶⁷⁸

No final do subcapítulo anterior, quando tratamos da compreensão de Dom Helder Camara em relação à questão agrária e o desenvolvimento entre os anos de 1964 a 1966, demos um espaço maior às tentativas de conciliações ou dependência social e econômica entre grupos sociais e políticos distintos. Agora, considerando os acirramentos das relações a partir de 1966 entre o religioso em questão e o regime político vigente, analisaremos as tentativas de rompimentos ou reformulações do posicionamento de Dom Helder frente ao governo civil-militar e aos usineiros.

Para isso, é importante destacar alguns pontos importantes sobre o contexto estadual. Com o golpe civil-militar, os sindicatos de trabalhadores rurais receberam interferências diretas do governo. No levantamento feito por Maria do Socorro de Abreu e Lima, quase todos os 66 sindicatos rurais de Pernambuco tiveram intervenção do regime militar, livrando-se apenas os de Vicência, Timbaúba, Nazaré da Mata e Limoeiro.⁶⁷⁹

No decorrer da década de 1960, os sindicatos rurais foram disputados por grupos políticos de esquerda, como o PCB antes do referido golpe, e da Igreja Católica por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). A Igreja, depois do *Estatuto da Terra*, ganhou mais espaço graças aos entraves legais elaborados no intuito de inibir ou mesmo inviabilizar a expansão dos sindicatos rurais.

Outro órgão sindical relevante, nesse cenário, foi a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), fundada em 1966 e que tinha como objetivo estabelecer que as normas da legislação trabalhista fossem obedecidas. Esse perfil restringia na prática o raio de atuação da FETAPE. Contudo, como observou

⁶⁷⁸ Ibid. p.187

⁶⁷⁹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo:** lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962-1987. 2003, 260f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003.

Maria do Socorro de Abreu e Lima, esse órgão esteve envolvido em várias tensões entre trabalhadores e empresários da agroindústria açucareira, que por motivos variados, acabaram não cumprindo as leis estabelecidas.⁶⁸⁰

Ainda de acordo com Maria do Socorro de Abreu e Lima, nos anos seguintes ao golpe civil-militar, as entidades sindicais estiveram numa situação paradoxal, estando algumas organizações empenhadas na defesa dos direitos dos trabalhadores e enfrentando a repressão do governo, como também outros órgãos escolheram ocupar um lugar de alianças coniventes com os empresários ou com regime e autoridades do governo. Relevante destacar que, no cenário de disputas em que se travava a questão agrária no país, estavam envolvidos sujeitos históricos ligados a grupos sociais e políticos distintos, dentre os quais estamos dedicando nossa narrativa como: as classes políticas do governo ou da esquerda, proprietários de terras e religiosos ou leigos católicos.⁶⁸¹

No caso da Igreja Católica no Brasil, com destaque para a Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, sob a administração de Dom Helder Camara, o entendimento da ala tida como progressista procurava alicerces na doutrina social da Igreja. Lembrando que essa forma de compreender o papel da Igreja encontrava nas encíclicas papais e textos produzidos por clérigos ou teólogos com perspectivas humanistas, principalmente no pós-Vaticano II. Influenciado por esse pensamento, Dom Camara defendeu em vários momentos de sua escrita pessoal e nos discursos públicos, que a luta por uma justiça social e contra a miséria das áreas mais pobres do país por meio de um desenvolvimento integral era uma alternativa para combater a ameaça e/ou o avanço comunista.⁶⁸²

Contrariamente à expectativa de Dom Helder Camara, os religiosos e os leigos que adotaram a doutrina social da Igreja como norte, caso dele mesmo e seus interlocutores, eram constantemente caracterizados pelos opositores como subversivos comunistas ou congêneres. Relevante destacar, voltando-nos para o cenário político nas zonas rurais no pós-1964, que nesse momento o governo militar interferia constantemente no fechamento de sindicatos ou fazendo perseguição aos seus membros,

⁶⁸⁰ Ibid. p.16

⁶⁸¹ Ibid.

⁶⁸² Essa tentativa de articulação entre a Igreja, governo, patrões e trabalhadores em torno da questão agrária e compreensão da reforma agrária enquanto caminho viável para o desenvolvimento, ver: Sindicato rural leva Nilo Coelho a D. Helder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1968. p.14

abarcando não apenas aqueles que se apresentavam abertamente como comunistas ou socialistas, mas cristãos tidos como progressistas.⁶⁸³

Encontramos um caso emblemático na tese da Maria de S. Abreu e Lima, quando ela narrou com base numa notícia do *Jornal do Commercio*, de 04 de agosto de 1968, a invasão de agentes da polícia no sindicato de Ferreiros, município da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Nessa reportagem do JC, encontra-se uma informação que durante uma de suas reuniões, vários sindicalistas foram surpreendidos pela incursão policial. Consta no jornal, que todos os presentes assistiram à ação violenta dos agentes da lei que espancaram publicamente o tesoureiro do sindicato. Os policiais para legitimar a intervenção junto aos trabalhadores apreenderam no prédio do sindicato alguns exemplares da Encíclica *Populorum Progressio*, que segundo eles, comprovaram a periculosidade e subversividade dos sindicalistas.⁶⁸⁴

Não é estranho que o texto do Papa Paulo VI, marcado pelo humanismo cristão pós-Vaticano II e que defendia a ideia de uma Igreja apta a atuar ao lado dos mais pobres na defesa pela justiça social no processo de desenvolvimento das nações pobres, tenha sido considerado pelos agentes da polícia política como material subversivo. Avaliamos que a Igreja Católica – principalmente por causa da atuação de alguns sacerdotes pós-Vaticano II e da própria Encíclica *Populorum Progressio* – tornou-se agente de transformação em relação às tensões entre patrões e trabalhadores rurais. Em alguns momentos, religiosos e leigos atuavam na formação educacional dos camponeses, nesse caso, o Movimento de Educação de Base teve um papel fundamental, utilizando, por meio do rádio, o método desenvolvido pelo pedagogo Paulo Freire. Além disso, o trabalho panfletário ou a disponibilidade do espaço da Igreja para reuniões e formação sindical assumiram um papel primordial nesses casos. E, por esse motivo, muitos religiosos e leigos foram classificados, vigiados, perseguidos e reprimidos, torturados e mortos pela polícia política.

Com relação ao trabalho junto aos camponeses no Estado de Pernambuco, dois sacerdotes se destacaram em suas atividades pastorais e sociais. Nesse caso, os padres Antonio Melo Costa, da paróquia do Cabo de Santo Agostinho, e Paulo Crespo, da paróquia de Jaboatão dos Guararapes, que foram vigiados pelos agentes do DOPS, que

⁶⁸³ Cf.: LUNA, 2014. p.101

⁶⁸⁴ ABREU E LIMA, 2003, p.141

em suas práticas policiaiscas construíram dossiês sobre eles que foram arquivados e catalogados respectivamente nos *Prontuários Individuais* nº 15.777 e 15.778.⁶⁸⁵

O envolvimento desses dois padres, que possuíam concepções distintas entre si sobre o papel da Igreja no mundo, estando o Pe. Melo alinhado ao governo Federal e num espectro político mais à direita; e o Pe. Crespo era considerado um progressista mais à esquerda política. Mesmo assim, ambos compreendiam a Igreja e a utilização de sua influência política e do pensamento construído em sua doutrina social como uma solução viável frente às supostas ameaças socialistas de Cuba ou da China.

Além dos extensos prontuários relativos às atividades de ambos, a presença deles nas páginas dos periódicos da década de 1960 também era constante. Nas cartas circulares de Dom Helder, esses dois padres também aparecem com frequência, influenciando as atividades do Arcebispo que, vez por outra, utilizava as experiências destes sacerdotes na formação de outros padres e seminaristas que trabalhariam em áreas rurais. O volume de fontes históricas e problemáticas sociais, políticas e financeiras que esses dois religiosos estavam envolvidos merecem um estudo específico.

Utilizando-nos de uma dessas atividades, destacamos um documento produzido pelo padre Paulo Crespo, representando o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Em seu texto, o Padre Crespo divulgou, por meio de um elaborado histórico, a necessidade da aplicação do *Decreto nº 57.020/65*, que correspondia ao direito a dois hectares por camponeses. Esse sacerdote começou seu escrito com a exposição do *Estatuto da Lavoura Canavieira*, alicerçado no *Decreto-Lei nº 3.855*, de 21 de novembro de 1941; do *Decreto-Lei nº 6.969*, de 19 de outubro de 1944; expondo a partir dessas leis a responsabilidade do Estado em proporcionar ao trabalhador do campo o direito a condições dignas de moradia e de vida.⁶⁸⁶

Logo depois, tratando o golpe civil-militar como “revolução de 64”, praxe na época, principalmente se fosse necessário construir diálogo com aqueles que estavam no poder, o Padre Crespo destacou que entre 1964 a 1969, mesmo com os direitos à terra do *Decreto-Lei nº 57.020/65*, juntamente com o Artigo 31 do Ato 18/69, do Instituto do Açúcar e do Alcool, nada ainda tinha sido feito em prol do trabalhador. Continuando em

⁶⁸⁵ Cf.: **Prontuário Individual nº 15.777** – Pe. Antônio Melo. DOPS-PE/APEJE; **Prontuário Individual nº 15.778** – Pe. Paulo Crespo. DOPS-PE/APEJE.

⁶⁸⁶ CRESPO, Paulo. Necessidade de Aplicação do Decreto nº 57.020/65 – Decreto dos 2 Hectares. Divulgação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Recife, 02 de fevereiro de 1969. *Apud.*: **Prontuário Individual nº 15.778** – Pe. Paulo Crespo. DOPS-PE/APEJE – Arquivado em: 28 de março de 1969.

sua argumentação, destacou o sacerdote católico com base em decretos promulgados no decorrer da década de 1960, que as condições básicas sócio-econômicas, com salários dentro do patamar do mínimo e o respeito aos outros direitos trabalhistas, como o 13º, e aos dois hectares, continuavam sendo usadas demagogicamente pelo governo, mas pouco era, de fato, realizado.

Nesse caso, destacando o fato do não cumprimento por parte de usinas no que tangia à concessão das terras aos trabalhadores, ressaltou o Padre Crespo a necessidade de a IAA, em: “... cortar todo financiamento aquelas empresas que não entregarem imediatamente os 2 hectares aos seus trabalhadores.”⁶⁸⁷ A posse dos dois hectares de terras, segundo a compreensão desse padre, utilizando-se também do que o GERAN propunha, possibilitaria o pagamento de um salário justo e não apenas do que se entendia de um salário mínimo, que também era, constantemente, desrespeitado pelos empresários sob o argumento de problemas financeiros. Ao argumentar sobre a necessidade de aplicação do referido decreto de 1965, o Padre Crespo apresentou a seguinte conclusão:

Se existe um direito adquirido, líquido e certo, por tantos títulos, é esse dos 2 hectares. Não se concebe mais delongas, sob pena de um enfraquecimento cada vez maior do próprio Governo Revolucionário e da Instituição Democrática diante dos trabalhadores. Ou essa lei é cumprida imediatamente ou os trabalhadores chegarão, necessariamente, à conclusão de que as leis foram feitas na para serem cumpridas e, sim, para enganá-los, com evidentes vantagens para o comunismo internacional.⁶⁸⁸

Na conclusão da carta do Padre Crespo, observa-se que o sacerdote na busca de construir um diálogo com o governo militar, alicerçou sua escrita em alguns elementos que eram reconhecidos pelo poder político do país. No caso, o padre começou apelando para o expediente de que os militares tinham encabeçado uma revolução com interesse de proteger a democracia, que, discursivamente, estava sob ameaças de forças subversivas, no caso, o comunismo. Logo depois, o Pe. Crespo incluiu em seu argumento a necessidade de defender e aplicar os decretos propostos pelo governo como meio de impedir o avanço do pensamento da esquerda. Interessante que sendo ele um membro do clero, o Pe. Crespo colocava-se na posição de representante dos trabalhadores e defensor da pátria em relação ao pensamento inimigo externo, o comunismo.

⁶⁸⁷ Ibid. p.1

⁶⁸⁸ Ibid. p.2

O posicionamento por parte do clero ao lado dos trabalhadores e de suas reivindicações sindicais, como visto anteriormente, colocava, em muitos momentos, os religiosos e leigos católicos, tidos como progressistas, sob a mira da polícia política e do governo militar. Em meio ao clima tenso no campo, não perdendo de vista que uma reforma agrária era tida como imprescindível para um projeto de desenvolvimento na concepção de Dom Helder e de seus interlocutores.

A preocupação com a questão da terra esteve presente tanto na escrita pessoal, como em seus textos apresentados em eventos religiosos, acadêmicos e políticos. Como no caso do texto: *Boas vindas em nome do Nordeste*, apresentado por Dom Helder na recepção do Arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, quando tratou da emergência de uma reforma agrária e do papel que a Igreja deveria assumir, ela não seria apenas como animadora, mas ajudaria ativamente com a doação de suas propriedades para camponeses se organizarem em cooperativas de agricultores.⁶⁸⁹ No decorrer dos primeiros anos em Pernambuco, como visto anteriormente, o Arcebispo Dom Helder procurou criar espaços de diálogos entre o Estado e seus representantes civis e militares, empresários e trabalhadores a partir de suas relações pessoais com João Gonçalves de Souza da SUDENE, o usineiro Renato Bezerra de Melo, dentre outros nomes com quem ele pudesse confeccionar alianças.⁶⁹⁰

Os cenários de relações políticas, financeiras e sociais, no que tangiam as questões agrárias, possibilitavam uma vasta gama de abordagens, considerando a complexidade dos interesses em jogo. Como estratégia, buscaremos, a partir desse momento, abordar alguns discursos de Dom Helder e a partir desses textos, travaremos uma reflexão sobre como este religioso entendia a reforma agrária enquanto parte imprescindível do desenvolvimento do país e do continente latino-americano. Além de aproveitarmos para sinalizar nesses escritos as denúncias feitas por esse religioso sobre a realidade de penúria do trabalhador rural no Nordeste.

Em 02 de agosto de 1967, participando da VIª Assembléia Geral do Movimento Internacional da Juventude Agrária (MIJARC), em Assunção, Paraguai, Dom Helder Camara apresentou o texto: *Igreja e construção do mundo*. Tendo em conta o tema escolhido para o evento, que tinha como slogan: *Agricultores, agentes de sua própria*

⁶⁸⁹ Cf.: CÂMARA, 1966a

⁶⁹⁰ Em várias cartas circulares, como a de nº42, observa-se Dom Helder procurando articular com empresários, militares e outras pessoas envolvidas no comércio açucareiro, meios de enfrentar o desemprego no ente-safra. Cf.: CÂMARA, Helder. 42º Circular, Recife, 16/17 de fevereiro de 1966. *Apud.*: CÂMARA, 2011a. p.137-139

promoção, o Arcebispo em questão palestrou sobre a necessidade de transformar os agricultores em agentes de suas próprias histórias com participação ativa na aplicação de um projeto de reforma agrária coerente com elementos históricos, culturais, políticos e sociais correspondentes a esses trabalhadores rurais.

Sobre essa situação, pronunciou Dom Camara:

A situação, tão generalizada, dos agricultores como marginais dentro dos seus próprios Países; a circunstância de a política ser construída em função praticamente exclusiva da civilização urbana tornam Encontro como o vosso, dominados pela preocupação de uma economia agrícola, como alicerce do desenvolvimento geral da sociedade, dignos da atenção dos Governos, da ONU e especialmente, da FAO.⁶⁹¹

Em meio às mudanças necessárias que deveriam contar com a participação dos agricultores, governo e órgãos internacionais, o Arcebispo Dom Camara destacou que compreendia que a Igreja tinha o papel de ajudar a interpretar os fenômenos da vida rural, tendo inspiração em textos como as Encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, *Populorum Progressio* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Para Dom Helder, em sua palestra, esses escritos contribuiriam para a aplicação prática da doutrina social da Igreja na realidade do camponês. Logo depois, com palavras mais duras, o religioso em questão falou:

Vossos relatórios estarão revelando, com certeza, que, sobretudo no meio rural, e, especialmente, nos Países subdesenvolvidos, sem nome de escravidão, ela prossegue; sem nome de colonialismo, há, cruel, um colonialismo interno, entendido como riqueza de poucos mantida à custa da miséria de milhões de conterrâneos.⁶⁹²

A abordagem contundente de Dom Helder nesse texto, que tratava da importância da atuação do camponês na aplicação da reforma agrária, sendo essa norteada pela doutrina social da Igreja, nem sempre agradava a todos os membros do clero ou do laicato. Sobre isso, o próprio Arcebispo, em entrevista no dia seguinte à sua palestra, comentou: “Há o costume de chamar-se subversivo e comunista a quem sente a necessidade de reformas rápidas e profundas.”⁶⁹³ No mês seguinte, do corrente ano, ao

⁶⁹¹ CÂMARA, Helder. **Igreja e construção do mundo**. VIª Assembléia Geral de MIJARC. Assunção, Paraguai, 02 de agosto de 1967s p.1

⁶⁹² Ibid. p.4

⁶⁹³ Trecho reproduzido no *Diário de Pernambuco*. Cf.: D. Helder: Reformistas são acusados de comunismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 de agosto de 1967

receber na Assembleia Legislativa o título de cidadão pernambucano, Dom Helder retomou o mesmo tom em sua fala durante a solenidade.

Com o texto intitulado: *Exame de admissão*, Dom Helder Camara procurou na exposição de sua fala apresentar algumas figuras e fatos históricos que marcaram o período colonial e imperial do Brasil, construindo assim uma narrativa em que colocava Pernambuco na vanguarda das lutas políticas e sociais do país. Com um posicionamento crítico aos problemas enfrentados para a aplicação de um desenvolvimento humanitário no Nordeste, o religioso em questão comentou:

1. Urge completar o 13 de maio

Deus me livre de aproveitar-me do instante excepcional que vossa generosidade me oferece em nome de Pernambuco, para ferir e magoar concidadãos nossos, cujas intenções não tenho o direito de duvidar.

Mas, também, Deus me livre de deixar-me cativar por vossa gentileza, a ponto de nem vos comunicar o que, em consciência, julgo de meu dever lembrar a todos nós.

Sem apontar culpados, deixando claro que um pouco todos nós temos nossa quota de responsabilidade em face da situação atual, é o caso de perguntar a nós mesmos:

- se, amanhã, Joaquim Nabuco chegasse ao Recife e percorresse, por ex. nossa zona canavieira, sentiria ou não necessidade de reabrir a Campanha Abolicionista?

Vindo da eternidade, com olhos de ver e ouvidos do ouvir, que pensaria do Trabalho da Agroindústria de Pernambuco? Como reagiria diante de salários, tantas vezes sonogados? Que diria diante da perda de repouso remunerado, da perda do 13º mês e até das garantias adquiridas e isto em consequência da impossibilidade de enfrentar tarefa diários, sabidamente acima da força física do nosso home do campo? Que pensaria de nós, encontrando homens famintos e sem saúde, morando em casas que não merecem o nome de casa e sem permissão de plantar um palmo de terra para a subsistência da própria família? Acreditaria que ainda há quem proíba os Trabalhadores de frequentar escola e de participar de Sindicato?⁶⁹⁴

O *Jornal do Brasil* descreveu a solenidade dizendo que Dom Helder foi aplaudido pela bancada oposicionista do MDB, enquanto que os deputados da ARENA se mantinham em silêncio. Segundo esse mesmo periódico, o Comandante do IV Exército, General Sousa Aguiar, ficou indiferente, aplaudindo apenas no final como sinal de respeito à figura do Arcebispo.⁶⁹⁵ Esse discurso foi motivo de debates acirrados nos dias seguintes, em que figuras como o então deputado Padre Melo defendeu Dom Helder, dizendo que a denúncia do Arcebispo correspondia à realidade e que a situação subumana dos trabalhadores do campo pode ser comprovada nas Juntas de Conciliação entre patrões e trabalhadores. Segundo esse sacerdote católico, os agricultores tinham

⁶⁹⁴ CÂMARA, Helder. **Exame de Admissão**. Discurso ao receber o título de Cidadão Pernambucano, pela Assembléia Legislativa do Estado, Recife, Pernambuco, 25 de setembro de 1967w

⁶⁹⁵ Cf.: Pe. Helder, Cidadão de Pernambuco, quer abolir a escravatura no campo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1967. Cad.1º. p.13

seus pagamentos atrasados, direitos trabalhistas negados, proibições em se manter uma roça para subsistência e de frequentarem escolas e sindicatos.⁶⁹⁶

Mesmo recebendo apoio de parte da sociedade civil, muitos se opuseram ao discurso de Dom Helder, dentre os descontentes, destacamos a Associação dos Fornecedores de Cana (AFC), o Sindicato dos Cultivadores de Cana, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura e a Ala Feminina da AFC, que organizaram uma homenagem ao deputado Antônio Corrêa, da ARENA, oponente do religioso em questão. No evento, foi discursado que o Arcebispo de Olinda e Recife abordava temas que ultrapassavam sua competência como pastor religioso e, nessas práticas, acabava atuando de maneira separatista em relação a uma ala importante da sociedade, responsável por empregos e pela preservação de valores morais e cristãos da sociedade. No caso, a elite econômica do país. O senhor de engenho Gilberto Perman, em entrevista ao citado jornal, falou sobre a importância de que o deputado Correa se dedicasse a “intensificar a campanha em favor da revisão do preço da cana, acrescentando que dom Helder deve saber que nós também somos filhos da Igreja.”⁶⁹⁷

Os ataques da imprensa, principalmente do jornalista Murilo Marroquim, levaram Dom Helder a procurar os meios de comunicação para se defender e aproveitou para mandar uma mensagem endereçada ao então general-presidente do país, Costa e Silva, que estava de passagem no Estado de Pernambuco. Nesse caso, o clérigo em questão expôs que desejava que Costa e Silva não fosse enganado em relação às condições de vida dos trabalhadores rurais, que eram enquadradas pelo Arcebispo como vivendo em condições subumanas.⁶⁹⁸ A estratégia escolhida por Dom Camara foi exposta no texto: *Resposta à agroindústria do açúcar de Pernambuco: Exceção que se impõe*, que tinha o objetivo de confrontar Murilo Marroquim com o discurso que esse religioso tinha apresentado na Assembléia Legislativa na ocasião da solenidade que lhe concedeu o título de cidadão pernambucano.

Essa resposta alicerçou-se na estratégia de primeiro apresentar o Murilo Marroquim como um representante da classe de empresários da agroindústria, sendo ele

⁶⁹⁶ Pe. Melo ratifica denúncia que Pe. Helder fez de maus tratos ao trabalhador rural. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1967. Cad.1º p.17

⁶⁹⁷ Canavieiros debatem críticas de D. Helder. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 de outubro de 1967, Cad.1º. p.3

⁶⁹⁸ Pe. Helder pede que não se iluda o Presidente com as condições dos trabalhadores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1967. Cad. 1º. p.16

descrito por Dom Helder como: “senhor de engenho doublé de jornalista”.⁶⁹⁹ Logo depois, o Arcebispo procurou demonstrar as inconsistências das acusações desse jornalista, tendo em vista que tinha tomado cuidado de não cometer os erros de generalizações as quais estava sendo acusado.

Em seguida, dirigindo-se ao então presidente do Brasil Costa e Silva, Dom Helder denunciou:

Excelência [Costa e Silva]: quando de Sua estadia oficial no Recife, Vossa Excia. fez o Presidente da IAA garantir de público que só haveria financiamento para quem estivesse quites com os Trabalhadores. O financiamento acaba de ser feito. Houve necessidade de provar quitação para com o imposto territorial e de provar quitação para com o Banco do Brasil e não houve necessidade de provar quitação para com os Trabalhadores. Iludiram a boa fé de V. Excia. com a Comissão, composta de 3 representantes (um do IAA, um dos Usineiros, um dos Trabalhadores) incumbida de receber as queixas dos Trabalhadores. Por que não adotar a medida decisiva e simples da folha de pagamento dos Trabalhadores? Como esperar que Trabalhadores (sobretudo no caso dos que se acham sob o comando dos Feitores a que alude Marroquim) se animem a reclamar dos Patrões? Como podem esperar de uma Comissão de 3 , dos quais um representa os Usineiros e outro representa o IAA, dirigido por um Senhor de Engenho?⁷⁰⁰

Interessante essa abordagem de Dom Helder, principalmente em comparação aos textos de anos anteriores em que procurava construir diálogos de conciliação entre patrões, trabalhadores e governo Federal e/ou Estadual. Nessa ocasião, o religioso denunciou como os trabalhadores não estavam tendo seus direitos respeitados pelos empresários da agroindústria. Relevante destacar que nos textos apresentados nesse subcapítulo, Dom Camara e outros representantes do clero da época entendiam que a Igreja ocupava, em meio aos trabalhadores brasileiros, um lugar que antes era dos comunistas por meio dos sindicatos. Um das formas de legitimar essa atuação da Igreja aparece logo em seguida na fala do Arcebispo de Olinda e Recife, quando este recorreu à doutrina social para justificar a sua atuação, escrevendo o seguinte:

Os usineiros poderão alegar que os trabalhadores estão aceitando as dispensas e sendo indenizados. Mas, tendo presente a distância entre os usineiros e os trabalhadores, é o caso de recordar Leão XIII lembrado por Paulo VI: “continua a valer o ensinamento de Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*: em condições demasiado diferentes, o consentimento das parte não basta para

⁶⁹⁹ CÂMARA, Helder. Resposta à agroindústria do açúcar de Pernambuco: Exceção que se impõe. *In.*: **Nordeste II**: Secretariado Regional – CNBB. Serviço de Apostilas. Nº.21 – Pronunciamentos de Dom Helder – VI. Recife. p.1 *Apud.*: Prontuário Individual nº 16.906 – DOPS/PE

⁷⁰⁰ *Ibid*

garantir a justiça do contrato. A justiça permanece subordinada às exigências do direito natural e à regra do livre consentimento.”⁷⁰¹

Em outro momento, talvez em um dos discursos mais agressivos de Dom Helder Camara, a questão da terra foi novamente retomada. Apresentando o texto: *Conversa clara faz bons amigos*, no início de 1968, Dom Helder Camara encerrou o I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais, em Carpina, município da Zona da Mata de Pernambuco.⁷⁰² Inicialmente, Dom Helder destacou que tinha sido avisado sobre o perigo de falar em federações como aquela que, muitas vezes, tinham estreitas ligações com organizações estrangeiras. Alertando o Arcebispo de Olinda e Recife que nem sempre essas alianças eram benéficas aos trabalhadores, pois essas organizações beneficiavam prioritariamente os interesses de seus países de origem.

Esse tipo de empreendimento foi exposto por Maria de S. Abreu e Lima, quando descreveu: “A FETAPE, mais tarde, fez convênio e recebeu financiamento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), para a construção de três centros sociais, em Carpina, Ribeirão e Garanhuns.”⁷⁰³ Observa-se então que Carpina, onde discursou Dom Helder para os trabalhadores rurais, principalmente os que estavam ligados ao corte da cana, era uma daquelas cidades que mantinham negócios com instituições de outros países. Tendo em vista que o IADESIL era mais um dos órgãos criados e financiados pelos Estados Unidos para o enfrentamento do comunismo na América Latina.

Ao mesmo tempo em que destacava a importância de um posicionamento crítico em relação àqueles indivíduos e àquelas organizações que se colocavam a favor dos trabalhadores, mas estava também a serviço dos patrões ou países a quem representavam, Dom Helder defendia a Igreja como uma instituição que estava ao lado dos laboriosos, tanto do campo como da cidade. Contudo, lembrava o mesmo Arcebispo dos ataques que os Bispos do Nordeste sofreram depois do golpe financeiro dado por Awirgdor Herskovicz.⁷⁰⁴ Retomar esse caso específico para atacar os Bispos, segundo Dom Helder, não passava de uma estratégia de deslegitimar os clérigos, que para o Arcebispo: “... são uma das últimas vozes ainda com força para defender a justiça, pisada por Poderosos que tem tudo nas mãos.”⁷⁰⁵ Em seguida, ele destacou: “O Povo

⁷⁰¹ Ibid.

⁷⁰² Cf.: CÂMARA, 1968a

⁷⁰³ ABREU E LIMA, M. *Op. Cit.* p.136

⁷⁰⁴ Esse caso foi apresentado no capítulo anterior.

⁷⁰⁵ CÂMARA, 1968a. p.1

não é cego e vê que as obras se fazem. O próprio Governo reconhece que dinheiro em mãos da Igreja é aplicado com seriedade e chega ao destino previsto.”⁷⁰⁶

Logo depois, Dom Helder alertou sobre os três grupos sociais que ameaçavam as lutas pelos direitos do trabalhador rural. No caso, seriam os pelegos, advogados desonestos e as ajudas de pessoas ou instituições estrangeiras com interesses obscuros. Os pelegos seriam trabalhadores a serviço dos patrões ou do governo que agiam de forma infiltrada nos sindicatos para desmobilizar as lutas ou para repassar informações para a polícia e para aqueles que os financiavam. Segundo Dom Helder, os pelegos eram perigosos ao trabalhador e à luta por justiça social, aconselhando o religioso aos camponeses presentes na conferência: “Afastai de vosso caminho tanto os comunistas, como os pelegos. É ilusão pensar que os segundos são melhores do que os primeiros.”⁷⁰⁷

Enquanto, externamente, tinham casos de alguns advogados – classificados como desonestos – atuando como amigos dos trabalhadores, mas que, na realidade, defendiam os interesses dos patrões ao apresentarem alternativas aos impasses trabalhistas que eram geralmente danosos aos trabalhadores. Como também no caso dos investimentos e acordos com órgãos estrangeiros, que se davam em grande parte por causa de acordos que acabavam, tendenciosamente, por favorecer os patrões em detrimento dos trabalhadores.

Contudo, o texto de Dom Helder Camara aos trabalhadores de Carpina, representava mais do que palavras duras aos empresários da agroindústria e aos pelegos ou advogados desonestos. Indicava uma mudança no comportamento do religioso que compreendeu isso ao comentar o seguinte com seus interlocutores, antes mesmo do citado evento com trabalhadores rurais de Carpina:

Passei à ofensiva.

Em lugar de inventar reuniões, passo a aproveitar os encontros de Trabalhadores, os ajuntamentos de Povo. O primeiro poderia parecer contraindicadíssimo: o Primeiro Encontro de Trabalhadores Rurais do Nordeste, promovido por uma Federação cheia de pelegos, com advogados que se vendem aos Patrões (aceitando convênios imorais, contra os Trabalhadores), e, ainda por cima, ligada à Idesil.

Aceitei o convite. Importante como denunciar perigos de fora, é abrir os olhos dos Trabalhadores para os perigos de dentro.

[...]

⁷⁰⁶ Ibid. p.2

⁷⁰⁷ Ibid. p.2

A intenção, Deus sabe qual é: não pecar por omissão. Como deixar que os Trabalhadores sumam sem que as Famílias tenham o direito sequer de procurar por eles? Como deixar que sejam sangrados como porcos?...
Aqui vai: **Conversa clara faz bons amigos**⁷⁰⁸

Retomando o discurso do Arcebispo Camara, apresentado em Carpina, com o título: *Conversa clara faz bons amigos*, destacamos que outra parte que também teve repercussão na imprensa, foi quando ele denunciou as relações de poder nas cidades do interior, em que o Estado e o poder público acabavam sendo utilizados como ferramentas e/ou propriedades privadas dos interesses das famílias donas de terras e das influências políticas locais. Sobre esse tema, discursou o Arcebispo:

O Governo precisa, também, descobrir a maneira de o Delegado ficar a salvo da influência todo-poderosa dos Senhores. É preciso acabar, com urgências de uma vez por todas, com isto de os trabalhadores irem a uma Delegacia dar parte do crime de espancamento e de morte e de encontrarem o Delegado sem querer ouvir a queixa, para não se meter em complicações com os Grandes. É preciso que a Autoridade, ao dar ordem de prisão a um Poderoso, disponha de meios de intimidar, em lugar de ser intimidada. Se o Delegado tiver de esperar reforço para poder ser obedecido, quando o reforço chegar, não encontra mais nem rastro do criminoso.⁷⁰⁹

Em seguida, também destacou Dom Camara como ele visualizava a situação nas zonas rurais:

Enquanto reforma agrária for lei só no papel, enquanto se multiplicarem órgãos oficiais para aplicá-las e com isto se pensa que tudo está resolvido, o mal-estar irá aumentando e ninguém terá força para evitar que o absurdo aconteça.

Quando me lembro que o Nordeste é área prioritária para reforma agrária; quando vejo um esquema como o do GERAN ser esvaziado, a ponto de o Órgão poder passar, meses e meses, sem ninguém na direção; quando sinto que as investidas contra o Estatuto da Terra anunciam que, qualquer dia destes, ele será esvaziado como o GERAN, aflijo-me, sem ter o que responder aos jovens que desesperam da democracia e dos métodos de não-violência, e partem para a violência e a radicalização.⁷¹⁰

O descaso do governo com a situação de vida e trabalho dos camponeses, então apresentado por Dom Helder, foi utilizado pelos seus opositores como prova do comportamento subversivo/comunista desse sacerdote católico. Dentre aqueles que discordaram do Arcebispo, estava o advogado Adige Maranhão, que se utilizando do

⁷⁰⁸ CÂMARA, Helder. 351º Circular, Recife, 23/24 de Janeiro de 1968. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós-Conciliares** – de 05/06 de Agosto de 1967 a 13/14 de Fevereiro de 1968. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2013a. p.318

⁷⁰⁹ Ibid. p. 4

⁷¹⁰ Ibid. p.4-5

*Artigo 144 do Código Penal, vigente na época, referente ao direito de quem se julgasse ofendido por alguma alusão, poderia pedir explicações criminais junto à justiça. Nesse caso, Dom Helder teve que comparecer ao tribunal para prestar depoimento, destacando que a sua fala sobre advogados desonestos não citava o nome de ninguém em específico, sendo apenas um relato pautado nas falas de vários camponeses que lutam por seus direitos trabalhistas e melhores condições de vida.*⁷¹¹

Enfim, como visto no decorrer deste texto, o posicionamento de Dom Helder passou por mudanças quando comparado aos anos de 1964 a 1966, momento que procurava nas relações de conciliação/condicionamento soluções para a reforma agrária. No pós-1966, considerando as tensões políticas e sociais as quais estava envolvido, observa-se Dom Camara com um posicionamento mais aguerrido e de confronto, contudo, utilizando-se do expediente de que a Igreja era nesse cenário um caminho viável ao desenvolvimento integral junto ao trabalhador. Desse modo, a Igreja ocupava a função de estimular o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, impedir o avanço do comunismo no país.

⁷¹¹ Cf.: CÂMARA, Helder. **Resposta ao Tribunal de Justiça**, Recife, Pernambuco, 12 de fevereiro de 1968; e _____. Resposta à Interpeção Judicial. *In.*: **Nordeste II**: Secretariado Regional – CNBB. Serviço de Apostilas. Nº.21 – Pronunciamentos de Dom Helder – VI. Recife. p.2 *Apud.*: **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS/PE

CAPÍTULO 6 – O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NAS PALESTRAS MINISTRADAS POR DOM HELDER CAMARA (1964-1970)

Ao apresentar, em grandes linhas, esta visão do Mundo e dos Impérios que tentam dividir entre si o frágil colosso que são os Países subdesenvolvidos, continuo fiel à tentativa de fixar a evolução do meu pensamento: quem se lembrar de que parti da dicotomia simplista de um Mundo dividido entre comunismo e anti-comunismo, perceberá, facilmente, a caminhada feita...⁷¹²

Essa citação encontrada na circular nº 583 corresponde à transcrição de um artigo encomendado a Dom Helder Camara pelo *The Christian Century*. Esse texto, como outros desse religioso, foi encaminhado à Família Mecejanense para interlocução e possíveis modificações depois da troca de correspondências com as leigas cariocas e recifenses que formavam esse grupo. Nesse escrito – sobre o qual não temos informações se chegou a ser publicado ou não – o Arcebispo Camara estabeleceu como meta analisar quais as permanências e as reformulações na forma que ele pensou o desenvolvimento social e econômico a partir de um prisma cristão entre os anos de 1960 a 1970.

Dom Helder compartilhou nessa circular uma perspectiva em que sua concepção sobre o desenvolvimento esteve sempre em um processo de evolução, utilizando-se para isso o fato de que inicialmente ele percebia o mundo numa dicotomia entre comunistas e anticomunistas. Tendo em vista essa observação e confrontando-a com os textos produzidos por ele no decorrer da década de 1960, podemos entender o que o referido Arcebispo queria dizer, pois progressivamente os temas relacionados às ameaças comunistas foram sendo deixados em segundo plano nas abordagens das palestras que pronunciou. No caso, nos anos 1960, cada vez mais os textos de Dom Helder tiveram no papel da Igreja na diminuição do distanciamento entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos no seu cerne.

As mudanças de abordagens nos textos de Dom Camara estavam relacionadas às transformações, rearticulações e readequações das redes de relações pessoais, sociais e políticas desse clérigo. No decorrer desse capítulo, procuraremos mapear os espaços por onde transitou e discursou Dom Helder e quais grupos ele manteve diálogos sobre temas relacionados ao desenvolvimentismo e à doutrina social da Igreja. Com esse levantamento de espaços por onde discursou e, também, publicou seus textos, construímos os seguintes questionamentos: O que o conjunto de textos de Dom Helder

⁷¹² CÂMARA, Helder. 583ª Circular, Recife, 01/02 de outubro de 1969. *Apud.*: CÂMARA, 2013d. p.132

Camara revela sobre o perfil do público com quem ele mantinha diálogos? Existiam diferenças nas abordagens dos textos apresentados no Brasil e no exterior? Qual a presença e como os dados tidos como técnicos apareciam nos textos do religioso em questão no intuito de legitimar suas argumentações sobre a necessidade de construir projetos de um desenvolvimentismo integral com bases cristãs?

A elaboração dessa compreensão dos espaços por onde Dom Helder apresentou os seus textos no recorte temporal estabelecido, possibilitou também questionarmos: no decorrer dos anos 1960, como o Arcebispo de Olinda e Recife articulou em seus escritos temas como comunismo, desenvolvimentismo e humanismo na construção de ideias que poderiam legitimar o lugar da Igreja no processo de desenvolvimento integral do terceiro mundo? Discutir a importância desses conceitos nos textos de Dom Helder Camara contribuirá para entendermos como o cenário histórico e político interferiu na compreensão desse religioso em relação ao papel da Igreja Católica no mundo moderno e num mundo em desenvolvimento, como era percebida a América Latina pelo personagem em questão.

Por fim, outra empreitada desse capítulo foi discutir como certos elementos presentes nos discursos de Dom Helder sobre o desenvolvimento, caso da Ação não-violenta, acabou sendo concretizado enquanto movimento a partir da Ação Justiça e Paz (AJP). Além de discutir como progressivamente o assunto do desenvolvimento foi sendo substituído nos textos de Dom Camara por questões relacionadas aos direitos humanos e abusos cometidos pelo governo brasileiro.

6.1. Mapeamento dos discursos de Dom Helder Camara entre os anos de 1964 a 1970

No decorrer de nossa narrativa histórica, nos capítulos que antecedem a esse, analisamos o esforço de Dom Helder Camara em criar condições de diálogos entre as concepções cristãs da doutrina social da Igreja juntamente a projetos desenvolvimentistas, isso durante a década de 1960. Nesse processo de pesquisa, mapeamos certo número de textos públicos e também apresentados por este religioso em eventos públicos, revelando a compreensão dele em torno das questões relacionadas à justiça social e da função que a Igreja deveria assumir nos empreendimentos de cunho desenvolvimentista no campo social e econômico. Estando essas práticas inseridas em um complexo cenário político marcado pelo golpe do Estado de Direito com a tomada de poder pelos militares.

Levando em conta que as palestras feitas por Dom Helder Camara para leigos e/ou religiosos, nos anos 1960, eram meios utilizados por ele para divulgar e conseguir adeptos as suas ideias, nós decidimos construir um mapeamento dos locais, dos públicos-alvos e das temáticas recorrentes nos textos. Relevante destacar que as atividades pastorais e sociopolíticas de Dom Helder, como nós vimos até o momento, não ficavam restritas à escrita e apresentação destes discursos em território nacional ou em outros países. Os trabalhos sociais na Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, como o caso das atividades empreendidas nas comunidades mais pobres pela Operação Esperança ou mesmo o trabalho junto aos camponeses no campo, eram frequentemente animadas e lideradas pelo referido religioso nos anos 1960.

No arquivo do Centro de Documentação Dom Helder Camara, pertencente ao Instituto Dom Helder Camara (CEDOHC-IDHeC) – considerando o recorte temporal estabelecido na pesquisa – conseguimos mapear certo número de discursos desse clérigo, chegando aos números:

Tabela 3: Discursos de Dom Helder Camara (1964-1970)

Ano	Discursos no Brasil	Discursos no exterior	Total
1964	2	1	3
1965	2	4	6
1966	12	2	14
1967	19	10	29
1968	12	5	17
1969	1	5	6
1970	0	17	17
Total	48	44	92

Dentre os 92 discursos mapeados no decorrer da pesquisa, notamos uma distribuição de textos que refletiam as alianças e as tensões políticas nacionais e internacionais; as reestruturações da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico Vaticano II e Conferências continentais de Mar Del Plata e Medellín; as disputas oriundas da Guerra Fria e da bipolarização do mundo. Ao observar os números da tabela anterior, considerando nessa análise as discussões feitas no decorrer desta tese, percebemos como as relações amistosas ou conflituosas do Arcebispo de Olinda e Recife, entre 1964 a 1970, interferiram diretamente nas oportunidades de fala dele no país ou fizeram com que ele recebesse mais convites para palestrar em outros países.

Os dois primeiros anos do golpe civil-militar, 1964-1965, coincidiram com o final do Concílio Ecumênico Vaticano II. Naquele momento, como visto no segundo capítulo, o Arcebispo Dom Camara estava envolvido tanto nas articulações para as aprovações de pontos que ele considerava primordiais para uma adequação da Igreja aos tempos modernos, como também de sua adaptação aos problemas e a administração da Arquidiocese de Olinda e Recife e ao novo cenário político do país. Provavelmente, esses fatores foram alguns dos elementos influenciadores para o baixo número de participação em eventos nesses primeiros anos em Pernambuco.

Mesmo com as tensões entre Dom Helder com representantes do governo civil-militar, entre os anos de 1966 a 1968, como visto no terceiro capítulo desta tese, nota-se também que esse foi o período de maior atuação desse religioso discursando no país e no exterior. Provavelmente esse aumento no número de participações em eventos esteve ligado ao fim do Concílio, considerando o melhor momento para a divulgação do pensamento da doutrina social da Igreja com o pós-Vaticano II. Nesse contexto, elencamos também as conferências organizadas pelo CELAM, casos de Mar Del Plata (1966) e do Medellín (1968), como eventos que contribuíram para o cenário em que o religioso em questão discursou sobre a opção da Igreja da América Latina pela justiça social e desenvolvimento de cunho socioeconômico do continente. Outro ponto importante e recorrente nos discursos desse recorte temporal era a análise e a divulgação da Encíclica *Populorum Progressio*, tratado por ele como sinal de legitimidade do Papa Paulo VI ao trabalho em prol da diminuição das distâncias entre as nações ricas e pobres.

No ano de 1969, como exposto na tabela anterior, encontra-se uma queda no número de participação de Dom Helder em eventos no Brasil, onde foi paraninfo apenas numa turma da Escola de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), apresentando na ocasião o texto intitulado: *Desafio que honra uma geração*. Nessa fala, tratou o Arcebispo sobre a importância dos técnicos e do conhecimento especializado como base para o desenvolvimento das nações. Na ocasião, Dom Helder utilizou como base argumentativa o pensamento do Padre Louis-Joseph Lebret que defendia uma humanização dos procedimentos técnicos a partir da presença da Igreja.⁷¹³

⁷¹³ CÂMARA, Helder. **Desafio que honra uma geração**. Discurso de Paraninfo na formatura da Escola de Engenharia Industrial da PUC-SP. São Paulo, São Paulo, 04 de março de 1969c

Interessante destacar aqui, antes de continuarmos com a análise da atuação de Dom Helder Camara, que essa leitura feita pelo Arcebispo Brasileiro em relação ao Padre Lebret, contrastava com o que a pesquisadora Michelly R. de Angelo argumentou em sua obra. No caso, enquanto Dom Camara interpretava o trabalho e obra desse padre francês como uma inspiração para seus discursos de trabalhos cooperativos entre técnicos, governo e Igreja, no caso da abordagem da autora citada anteriormente, o Padre Lebret teve sempre muito cuidado em deixar um perfil ou discursos de cunho religiosos à parte do trabalho técnico empreendido pelo *Institut de Rechercher et de Formation en vue de Développement Harmonisé* (IRFED). Segundo Ângelo, essa prudência era uma estratégia do referido sacerdote que almejava reconhecimento científico e, também, tinha receio de que um discurso religioso atravessando o trabalho científico ou técnico acabasse impedindo uma legitimidade acadêmica e até mesmo interferisse no engajamento de interessados entre os leigos aptos ao trabalho de estudos.⁷¹⁴

Enquanto que no exterior, nesse mesmo ano de 1969, Dom Helder viajou para os Estados Unidos, Inglaterra e Chile. Essas palestras foram feitas entre os meses de janeiro e abril do corrente ano, não participando o referido religioso de mais de nenhum evento nos meses subsequentes. Respeitando assim a indicação da Cúria Romana de que ele se restringisse a falar fora da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife durante as férias. Relevante destacar também que os convites para tais eventos foram feitos no ano anterior, momento que antecedeu ao acirramento do controle do governo civil-militar no Brasil com o Ato Institucional nº5.

Indicamos dois pontos que consideramos relevantes para justificar ou entender a diminuição de convites feitos a Dom Camara para participar de solenidades no país a partir de 1969. O primeiro fator que sinalizamos em nossa argumentação foi o da maior estruturação e aplicação de táticas de repressão advindas com a implantação do AI-5. Considerando que nesse cenário, o Arcebispo em questão era considerado subversivo e por esse motivo era mantido sob vigilância, sendo muitos de seus interlocutores perseguidos, torturados e mortos. O segundo ponto elencado foi que a própria Igreja Católica aplicou limitações à liberdade de se pronunciar de Dom Helder Camara em âmbito internacional, com o argumento de que suas falas em prol da justiça social criavam tumultos ou situações delicadas para a Igreja enquanto instituição.

⁷¹⁴ Cf.: ÂNGELO, 2013, p.218-219

Na carta circular nº517, escrita na madrugada de 13 para 14 de maio de 1969, Dom Helder Camara registrou o controle da Igreja sobre as suas atividades. Na ocasião, ele expôs uma recomendação vinda de Roma, em que a Cúria procurava limitar sua autonomia nas falas públicas. Sobre essa situação, destacamos os seguintes trechos:

Falando abertamente como falo, é fácil imaginar a confusão que se arma nos lugares por onde passo. Os jornais, as revistas, as agências telegráficas comentam como podem e como querem. É natural, é compreensível que Autoridades locais entrem em pânico e enviem documentação à Santa Sé. Acabou surgindo em Roma a impressão de que as viagens mais tumultuam do que fazem bem. E veio uma recomendação – que para mim é ordem – de só viajar quando a Autoridade local ou o Núncio aprovar os textos das Conferências e das declarações à Imprensa...⁷¹⁵

Logo depois, na mesma carta, escreveu Dom Camara:

Mostrar, antes, os textos é limitar as idas a Dioceses já sintonizadas. E como a pregação que me coube anunciar é a do desenvolvimento integral do homem e desenvolvimento solidário da humanidade - e isso parece humanização e não evangelização, parece política, suscita polêmicas, fere interesses – restringe-se muitíssimo o circuito das missões.⁷¹⁶

Como registrou Dom Helder, entregar seus textos para uma aprovação prévia da autoridade religiosa local acabava limitando sua atuação em regiões que já comungavam de suas ideias. Outro comunicado, agora no mês de junho do mesmo ano, veio por meio de uma epístola de Dom Giovanni Benelli, representando a Secretaria de Estado. Nessa carta, Dom Benelli dizia que compreendia as boas intenções de Dom Camara, porém, destacava também que suas falas causavam desconfortos em alguns indivíduos e/ou grupos ligados à Igreja.⁷¹⁷

Outra limitação das atividades de Dom Helder, como abordou os autores Pilleti e Praxedes, ocorreu no ano seguinte, 1970, quando passava por Roma para ter uma audiência com o Papa Paulo VI, depois de o arcebispo brasileiro ter participado de conferências no Canadá, Estados Unidos e Suíça. Posteriormente a esse encontro, ficou combinado que durante um período máximo de dois meses, correspondente ao período de férias, ele poderia viajar para quatro países para dar conferências. Continuando, nessa ocasião, com a prática de submeter seus textos às autoridades eclesiais dos

⁷¹⁵ CÂMARA, Helder. Carta Após-Concílio, nº 517 Circular, Recife, 13/14 de maio de 1969.. *Apud.*: CÂMARA, Helder. **Circulares Pós- Conciliares**: de 31 de dezembro de 1968/1º de janeiro de 1969 a 04/05 de julho de 1969. Vol. IV; Tomo III. Org. Zildo Rocha, Daniel Sigal. Recife: CEPE, 2014. p.186

⁷¹⁶ *Ibid.* p.187

⁷¹⁷ BENILLI, Giovanni. Carta nº 136378, Vaticano, 04 de junho de 1969. *Apud.*: *Ibid.* P.190

locais onde se apresentaria. Além disso, considerando o cenário brasileiro marcado em algumas regiões pela miséria, caso do Nordeste, o Papa permitiu que Dom Helder começasse uma campanha de âmbito mundial em torno do movimento Ação, Justiça e Paz.⁷¹⁸

O contexto de controle político e policial do pós-AI-5 fez com que Dom Helder Camara não participasse de nenhum evento no país. Em contrapartida, no ano de 1970, o Arcebispo de Olinda e Recife realizou 17 discursos em eventos no exterior. Destacando que os convites e aceites para as palestras foram feitos com antecedência no ano anterior à conversa com o Papa Paulo VI, citada anteriormente. O ano de 1970 representou um momento de guinada dos interesses do Arcebispo Dom Camara para questões relacionadas aos direitos humanos, tema que ganhou progressivamente mais espaço em seus textos. Com relação a essa mudança, consideramos como um marco a palestra desse religioso que recebeu o título: *Quaisquer que sejam as consequências*, pronunciada em março do corrente ano em Paris, França.⁷¹⁹ Nessa ocasião, Dom Helder falou abertamente das práticas de torturas em presos políticos no Brasil, ato que gerou revoltas, acusações, calúnias e perseguições do governo militar brasileiro e aliados contra o Arcebispo Dom Camara.⁷²⁰

Importante retomar também ao fato que a partir de Medellín, em 1968, surgiu em meio à Igreja Católica uma nova concepção teológica, batizada de Teologia da Libertação, e que, progressivamente, tomou o espaço dos discursos de cunho desenvolvimentista, comum a alguns religiosos e leigos da época.⁷²¹ Lembrando que em

⁷¹⁸ Cf.: PILETTI; PRAXEDES. 2008, p.316-317

⁷¹⁹ Cf.: CÂMARA, Helder. “*Quaisquer que sejam as consequências*”. Paris, França, 26 de maio de 1970. *Apud.*: CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura**. Recife: Editora Guararapes, 73-79, 1983

⁷²⁰ Sobre a oposição a Dom Helder Câmara após discurso *Quaisquer que sejam as consequências*, indicamos algumas notícias de jornais. Cf.: CORÇÃO, Gustavo. Em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1970. p.2; CORÇÃO, Gustavo. Dom Helder em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1970. p.2; Dom Sigaud desmente torturas no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1970. P.20; D. Helder e a onda anti-Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1970. p.1; RODRIGUES, Nelson. As confissões de Nelson Rodrigues – Capítulo DCCXLV: “O Prêmio Nobel da Paz”. **O Globo**. Rio de Janeiro. 23 de outubro de 1970.p.3; Professor condena campanha contra o Brasil na Europa. **Diário e Pernambuco**, Recife, 29 de julho de 1970. Cad. 1º - p.3; D. Helder o “Arcebispo Vermelho”. 23 de junho de 1970. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1970. p.78; O luto que o terror já semeou vacinou nosso povo contra ele. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1970. p.79; O Cristo brasileiro de Paris. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1970. p.85-86; OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Tirar aos brasileiros a determinação e resistir. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1970. p.3-4; OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Dentro e fora do Brasil. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1970. p.3; Cf.:SERBIN, 2001. p. 25 e 185

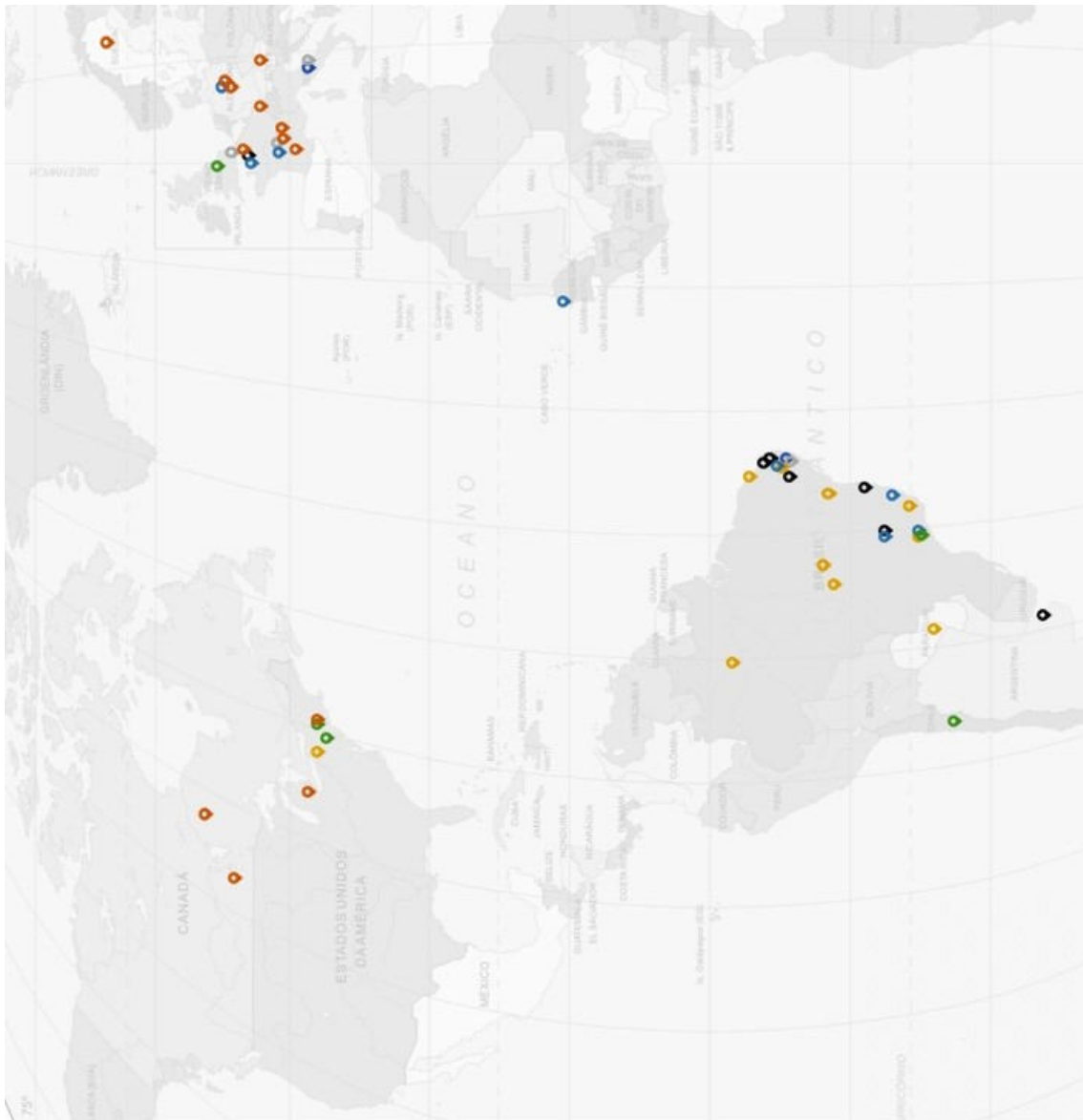
⁷²¹ Sobre a Teologia da Libertação, confira: LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Editor Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016; MAINWARING. 1989. p.133

vários momentos, Dom Helder tratou desses discursos relacionados ao desenvolvimento ao que ele chamou de uma Teologia do desenvolvimento ou desenvolvimentista, mas sobre o qual não encontramos, em nossa pesquisa, textos que sistematizasse essa concepção teológica.⁷²² Contudo, acreditamos que o religioso em questão compreendia a própria atuação e produção de textos como uma vivência dessa concepção teológica.

O que se percebe, na análise dos discursos apresentados em 1970 e dos anos seguintes é que o termo desenvolvimento e subdesenvolvimento continuaram presentes nos textos de Dom Helder, mas apenas para caracterizar os cenários sociais e econômicos que distinguiram países ricos e pobres. Ficando em segundo plano, cada vez mais, a tentativa de elaboração de projetos de intervenção ou articulação da doutrina social da Igreja junto a projetos desenvolvimentistas no campo social e econômico.

Com base nos números do levantamento feito em relação aos discursos apresentados por Dom Helder Camara, entre os anos de 1964 a 1970, elaboramos o seguinte mapa:

⁷²² Os momentos nos discursos em que apareceu Teologia Do Desenvolvimento foram respectivamente: CÂMARA, Helder. 1965c. p.2; _____. **Missão a confiar à Bélgica**. Discurso na Maison de l'Amérique Latina a convite da União dos Patrões Cristãos e sob o patrocínio de S. Excia. o Cardeal Suenens, Bruxelas. Bélgica, 25 de abril de 1966b. p.5; _____. **Universidade, cristianismo e marxismo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Ciências Sociais, Caruaru, Pernambuco, 19 de dezembro de 1966m. p.4; _____. **Diálogo de Universidades**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 12 de janeiro de 1967c. p.5; _____. **Encíclica a responder com atos**. Discurso de Paraninfo na Formatura do III Curso CEPAL – BNDE – Agêntes Financeiros. Curso de Projetos de Desenvolvimento Econômico, Aracaju, Sergipe, 22 de abril de 1967m. p.2; _____. **Tríplice desafio ao Brasil em Pernambuco**. Palestra na Universidade Federal de Goiânia, a propósito da “*Populorum Progressio*”, Goiânia, 20 de junho de 1967q. p.2; _____. **Eu sou o caminho...** Aula inaugural do Instituto Teológico do Recife, Recife, Pernambuco, 07 de março de 1968d. p.3-4. Além disso, o termo também apareceu nas seguintes cartas circulares: CÂMARA, Helder. 35º Circular, Roma, 11/22 de outubro de 1964. *Apud.*: _____. 2009b. p.136; _____. 69º Circular, Roma, 17/18 de novembro de 1965. *Apud.*: _____. 2009c. p.257-258; _____. 203º Circular, Recife, 10/11 de março de 1967. *Apud.*: _____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Dezembro de 1966/1º de Janeiro de 1967 a 29/30 de Julho de 1967. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2011c. p. 85; _____. 228º Circular, Recife, 16 de abril de 1967. *Apud.*: _____. 2011c. p.190; _____. 352º Circular, 26/27 de janeiro de 1968. *Apud.*: _____. 2013ª. p.326.; O termo Teologia do desenvolvimento também apareceu também nas entrevistas de Dom Helder a periódicos. Cf.: Padre Helder pede a criação de eixo Goiás-Nordeste para ocupação da Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1967. p.14; Bispos atuam no desenvolvimento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1968. p.7



**Discursos de
D. Hélder
Câmara
(1964-1970)**



Imagem 8: Mapa dos locais por onde Dom Helder Camara discursou entre 1964 a 1970

Na leitura do mapa acima e das marcações feitas com base nos locais e anos dos discursos feitos por Dom Helder Camara, podemos visualizar quais os espaços por onde ele transitou, contudo, em vários momentos, ele esteve mais de uma vez por ano em um determinado Estado Federativo do Brasil ou em um determinado país. Por esse motivo,

para complementar nosso entendimento sobre os espaços percorridos por ele, sentimos a necessidade de expor o número de vezes em que ele esteve nesses locais, entre 1964 a 1970, nas tabelas abaixo:

Tabela 4: Discursos de Dom Helder Camara em território brasileiro (1964-1970)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Total
Alagoas	0	0	0	2	0	0	0	2
Amazonas	0	0	0	2	0	0	0	2
Bahia	0	0	1	0	0	0	0	1
Brasília	0	0	0	1	0	0	0	1
Ceará	0	0	0	1	0	0	0	1
Espírito Santo	0	0	0	0	1	0	0	1
Goiás	0	0	0	1	0	0	0	1
Minas Gerais	0	0	1	0	1	0	0	2
Paraíba	0	0	3	0	0	0	0	3
Pernambuco	2	2	6	5	7	0	0	22
Rio de Janeiro	0	0	0	2	1	0	0	3
Rio Grande do Norte	0	0	1	1	0	0	0	2
São Paulo	0	0	0	3	2	1	0	6
Sergipe	0	0	0	1	0	0	0	1

Tabela 5: Discursos de Dom Helder Camara em outros países (1964-1970)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Total
Itália	1	2	0	1	0	0	0	4
França	0	1	0	0	2	0	2	5
Holanda	0	1	0	0	0	0	0	1
Bélgica	0	0	1	0	1	0	2	4
Argentina	0	0	1	0	0	0	0	1
Estados Unidos da	0	0	0	7	0	2	5	14

América								
Paraguai	0	0	0	1	0	0	0	1
Alemanha	0	0	0	0	1	0	2	3
Senegal	0	0	0	0	1	0	0	1
Inglaterra	0	0	0	0	0	2	0	2
Chile	0	0	0	0	0	1	0	1
Canadá	0	0	0	0	0	0	2	2
Suíça	0	0	0	0	0	0	3	3
Áustria	0	0	0	0	0	0	1	1
Suécia	0	0	0	0	0	0	1	1
Japão	0	0	0	0	0	0	1	1

No mapa e nas tabelas expostas acima, nota-se uma concentração das atividades de Dom Helder no Brasil na região Nordeste, considerando essa informação coerente com vários fatores geográficos, políticos e de afinidades pessoais e teológicas da personagem estudada com aquele momento histórico. Assumindo a Arquidiocese de Olinda e Recife, que fazia parte da Regional Nordeste II, favorecendo assim o diálogo entre Dom Helder e outros membros do clero católico desta região do país. Importante informar que a Regional Nordeste II é composta pela *Província Eclesiástica de Natal* – Arquidiocese de Natal e Dioceses de Caicó e Mossoró; *Província Eclesiástica da Paraíba* – sediada em João Pessoa e Dioceses de Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira e Patos; *Província Eclesiástica de Olinda e Recife* - Arquidiocese de Olinda e Recife e Dioceses de Afogados da Ingazeira, Caruaru, Floresta, Garanhuns, Nazaré, Palmares, Pesqueira e Petrolina; *Província Eclesiástica de Maceió* – Arquidiocese de Maceió e Dioceses de Palmeira dos Índios e Penedo.

Além de ser cearense, o clérigo Dom Helder Camara quando ainda estava no cargo de Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, atuava desde a década de 1950 ao lado do grupo intitulado Bispos do Nordeste, movimento de religiosos que influenciou com o trabalho em prol do desenvolvimento do Nordeste na criação da SUDENE, em 1959. Somando-se a isso, a ideia de que os anos 1960 era a década do desenvolvimento e que o Nordeste tinha um grande potencial, principalmente com uma reforma de base, com destaque para a reforma agrária, favorecia o entendimento e trabalho em conjunto entre religiosos, técnicos e membros/instituições do governo. Apenas em 1966, como indica a

Tabela nº4, que Dom Helder Camara já como Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife palestrou, em território nacional, fora do Nordeste. Na ocasião, ele apresentou para uma turma de formandos da Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, o texto: *Desenvolvimento e humanismo*.⁷²³

Com relação à *Tabela 5*, observa-se um maior trânsito de Dom Camara no continente europeu e nos Estados Unidos, sendo que nos EUA, ele chegou a apresentar 14 palestras entre os anos de 1964 a 1970. Os temas desses discursos foram variados, abarcando em grande parte a questão do desenvolvimento, não-violência, humanismo cristão e o lugar da Igreja no mundo moderno, como veremos melhor no decorrer deste capítulo.

A variedade de grupos pelos quais Dom Helder transitou, ao participar dos eventos em que palestrou, possibilitou a construção de uma complexa rede de colaboradores, como também de pessoas que se opunham a ele. Considerando o universo de fontes documentais, que são os discursos que compõem o acervo do CEDOHC-IDHeC, decidimos mapear em quais locais ele discursou no decorrer do recorte temporal estabelecido.

Com base na variedade de públicos-alvos dos discursos, somados aos órgãos/instituições que fizeram os convites a Dom Camara e financiamento dos eventos, decidimos distribuir os textos em cinco categorias distintas. Classificamos assim: *Eventos Religiosos*, *Eventos Acadêmicos*, *Eventos Sindicais*, *Eventos Políticos* e *Outros*. No caso da coluna *Eventos Políticos*, colocamos os discursos feitos em eventos organizados por órgãos do governo, como o caso da SUDENE, como também em cerimônias relacionadas a títulos de cidadania concedida ao religioso em questão. Enquanto que na opção *Outros* decidimos incluir os textos que não encontramos referências de quais eventos foram apresentados. Esse mapeamento e disposição dos textos podem ser visto nas tabelas abaixo:

Tabela 6: Atuação de Dom Helder Camara entre grupos sociais no Brasil

Ano	Eventos Religiosos	Eventos Acadêmicos	Eventos Sindicais	Eventos Políticos	Outros
1964	1	1	0	0	0

⁷²³ Cf.: CÂMARA, Helder. **Desenvolvimento e humanismo**. Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de dezembro de 1966g. Esse texto foi anunciado no *Jornal do Brasil* como um indicativo do posicionamento da Igreja frente ao desenvolvimento do terceiro mundo. Cf.: Padre Helder pede em Minas que economistas lutem pelo desenvolvimento humanista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1966.

1965	1	0	0	1	0
1966	1	10	0	1	0
1967	1	12	0	5	1
1968	3	5	1	2	1
1969	0	1	0	0	0
1970	0	0	0	0	0
Total	7	29	1	9	2

Tabela 7: Atuação de Dom Helder Camara entre grupos sociais em outros países

Ano	Eventos Religiosos	Eventos Acadêmicos	Eventos Sindicais	Eventos Políticos	Outros
1964	1	0	0	0	0
1965	4	0	0	0	0
1966	2	0	0	0	0
1967	2	7	1	0	0
1968	4	0	0	0	1
1969	1	3	0	0	1
1970	7	5	0	4	0
Total	21	15	1	4	2

Ao confrontar as duas tabelas, notam-se algumas informações sobre o perfil do público ao qual Dom Helder falava com maior frequência em suas conferências nos anos 1960. Tendo em mente as características do palestrante, um arcebispo Católico, mesmo que o seu público nem sempre fosse formado por religiosos ou leigos ligados a essa instituição, os discursos dele eram em grande parte direcionadas a cristãos e apelavam mais para imagens ou sentidos religiosos e humanistas do que técnicos ou políticos. O caráter ecumênico, defendido por ele durante o Vaticano II e nos anos seguintes ao Concílio, possibilitava a Dom Helder acesso a várias tendências religiosas, com destaque para algumas Igrejas protestantes.

Os números da *Tabela 6* revelam que a maior parte dos discursos de Dom Helder Camara no país se deu em ambiente acadêmico, correspondendo a 60% das apresentações. Esse alto índice de discursos apresentados possui a explicação no elevado número de convites que o Arcebispo recebia para ser paraninfo e homenageado por turmas de formandos em várias instituições de ensino público e privado. Logo em seguida, vêm às indicações para eventos de cunho político e os organizados por instituições ligadas à Igreja Católica ou Protestantes.

Os dados confeccionados em nossa pesquisa possibilitaram-nos o entendimento de que mesmo tratando sobre assuntos relativos à justiça social, colocando-se

geralmente como aquele que fala pelos mais pobres, assim Dom Helder Camara discursava em grande parte para indivíduos e/ou grupos que estavam distantes do cotidiano de miséria. Eram, na sua maioria, formandos e graduados, diferente da maior parte da população brasileira que não tinha acesso ao ensino superior. Ao falar sobre o cenário educacional brasileiro, em 1967, o próprio Arcebispo apresentou os seguintes dados:

Permiti que repise dados que parecem altamente expressivos: ingressastes na liderança intelectual de um País em que, de 100 alunos que entram na 1ª, primária (e já é privilégio chegar até ela) de 100 alunos que se matriculam na escola primária 82 saem antes do fim do curso; 96 saem antes do fim do secundário e, repito, apenas 2% chegam ao ensino superior.⁷²⁴

Com relação às informações contidas na *Tabela 6*, sobre Dom Helder Camara discursar no Brasil, na maior parte das vezes para um público universitário ou de redutos políticos e da própria Igreja, ajuda-nos a entender os sentidos dos argumentos desse religioso. Desse modo, na análise dos textos apresentados por esse Arcebispo, percebe-se que ele adotou, no decorrer da década, uma postura de conciliações entre grupos sociais distintos, mesmo que, em muitos momentos, essas conciliações estivessem submetidas à subordinação da melhoria da vida dos mais pobres ao crescimento do lucro dos mais ricos. Outro fator que não podemos negligenciar para entender a presença de Dom Camara no ambiente universitário estava no fato de que a concepção de processo de desenvolvimento humanista e cristão dele tinha na pessoa do técnico uma figura chave para a sua aplicabilidade.

No caso da *Tabela 7*, observa-se um equilíbrio na quantidade de participações de Dom Helder em eventos de várias vertentes, repetindo-se a maior presença em eventos realizados em centros acadêmicos. Algumas dessas instituições de ensino estavam ligadas à Igreja Católica ou protestante, mas considerando a realização das palestras nos *campus* universitário para um público de discentes e docentes, decidimos classificar esses textos na opção *Eventos Acadêmicos*. A participação em encontros acadêmicos e políticos, realizados em outros países, tinha por objetivo conseguir o apoio de universidades e grupos políticos ou sociais para se engajar em um movimento de opinião pública em prol de uma concepção de desenvolvimento mais próxima a um humanismo cristão na linha do pós-Vaticano II. Nesses textos, nós percebemos o

⁷²⁴ CÂMARA, Helder. **Doença aguda de que livrar o Brasil**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16 de dezembro de 1967dd. p.5

empenho do Arcebispo brasileiro de denunciar as relações desiguais entre as nações ricas e pobres e, também, seus projetos sócio-político-pastorais.

No decorrer da década de 1960, analisando as cartas circulares escritas por Dom Helder, há inúmeros pedidos de editoras e instituições católicas para que o Arcebispo escrevesse livros sobre seus pensamentos ou mesmo que reunisse seus discursos em conferências em livros de coletâneas. Os convites para confeccionar livros eram sempre motivos de reflexões e elaborações de estruturas para as obras que, em muitos momentos, foram compartilhadas com os membros da família Mesejanenses. Contudo, a ideia de transformar artigos em livros de coletâneas não agradava a ele, que considerava tal ato um engodo para com os leitores.

No final da década de 1960, Dom Helder Camara publicou três livros relacionados a sua concepção da ação não-violenta enquanto um dos pilares para o desenvolvimento socioeconômico das nações mais pobres. Nesse sentido, as condições subumanas as quais os mais humildes eram submetidos, enquadravam-se na concepção defendida por Dom Helder em atos de violência contra a dignidade humana. Desse modo, diferente do movimento de não-violência norte-americano, liderado pelo pastor Martin Luther King, alicerçado nas tensões raciais, no entendimento de Dom Helder a violência maior ou violência número um, como ele chamava, era a miséria imposta pelo subdesenvolvimento das nações pobres.

Os livros em que tratou dessas ideias foram: *Revolução dentro da Paz*, em 1968; e *Espiral de Violência*, em 1970; *Dom Helder Camara: La violence d'un pacifique*, em 1969, escrito pelo jornalista francês José de Broucker com base nas conversas e entrevistas feitas com o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.⁷²⁵ Importante ressaltar que Dom Helder publicou outros livros e que não abordaremos aqui por terem sido produzidos num período posterior ao que estabelecemos como marco temporal para esta pesquisa.

Em 1968, o romancista italiano Roger Bourgeon lançou o livro *O arcebispo das favelas*, obra inspirada nas atividades de Dom Helder Camara na época em que este era Arcebispo-Auxiliar no Rio de Janeiro, no decorrer da década de 1950 e parte da década de 1960.⁷²⁶ O trabalho de Dom Helder Camara junto às comunidades carentes das

⁷²⁵ Respectivamente: CÂMARA, Helder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968r; _____. **Espiral de Violencia**. Salamanca, Espanha: 1970q; _____.; BROUCKER, 1969h.

⁷²⁶ BOURGEON, Roger. **O Arcebispo das Favelas**. Rio de Janeiro: Olivé Editor, 1969

favelas cariocas já foi abordado nesse trabalho de pesquisa no transcórrer do primeiro capítulo.

Na parte da capa, chamada popularmente de orelha do livro, selecionamos os seguintes trechos:

Em Bogotá, onde o Papa Paulo VI inaugurava o Congresso Eucarístico Mundial, no meio do vermelho e do violeta dos Cardeais, que lotavam o interior da Catedral de Santa Fé, uma mancha negra reteve seu olhar: a batina de Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife. Alguns minutos mais tarde, era necessária a intervenção de numerosas personalidades para que os policiais armados deixassem entrar na Catedral aquele padre, que mais parecia um vigário do interior do que um prelado.

Inspirando-se na vida desse homem, que muitos consideram homem, que muitos consideram como um profeta, o Arcebispo dos Pobres, como o Apóstolo das Favelas, enquanto outros atacam duramente – figura sempre discutida e em evidência – o romancista francês Roger Bourgeon escreveu este livro, cuja ação se passa num país fictício da América do Sul, Asturda. Ele mudou os nomes dos personagens – O herói aqui se chama Dom Enrico Esteban...⁷²⁷

Nesse trecho, referente a um episódio ocorrido durante a Conferência de Medellín, que também foi reescrito na carta circular nº440, de 16/17 de outubro de 1968, percebe-se a descrição feita sobre a figura de Dom Helder Camara entre aqueles que o apoiavam e os seus opositores. Mesmo com as tensões que marcavam as relações com os aliados e os inimigos, foi evidenciado nesse extrato o reconhecimento que Dom Helder Camara conquistou e que seria utilizado como base para o romance escrito de Bourgeon. Sobre essa obra, escreveu Dom Helder na citada circular: “Confesso que não tive ânimo de enfrentar 220 páginas do romance, por mais simpatia que sinta por D. Henrique Estevão...”⁷²⁸

Mesmo Dom Helder escrevendo em vários momentos, em suas cartas circulares, que não concordava em publicar os discursos pronunciados em eventos em formato de livros, encontramos dentro do recorte histórico estabelecido na pesquisa quatro obras com esse perfil. O primeiro, anunciado pelo *Diário de Pernambuco*, em agosto de 1967, correspondia a uma apostila contendo sete conferências do Arcebispo em questão e a carta resposta que ele escreveu a Gilberto Freyre, que analisamos no quarto capítulo. O material foi produzido de forma amadora, sendo os textos mimeografados e vendidos a um preço módico.⁷²⁹ Os artigos escolhidos para essa apostilha foram: *Presença da*

⁷²⁷ Ibid

⁷²⁸ CÂMARA, Helder. 440º Circular, Recife, 16/17 de outubro de 1968. *Apud.*: CÂMARA, 2013b, p.272

⁷²⁹ Arcebispo Lançará Apostilha com sete conferências. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 de agosto de 1967. Cad. 1º. p.8

*Igreja no Desenvolvimento da América Latina; Nordeste, Desenvolvimento sem Justiça; Recife e Milão, Irmãs em responsabilidade em face do Desenvolvimento; Imposições da Solidariedade Universal; Tríplice Desafio ao Brasil em Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; e A Igreja e a Construção do Mundo.*⁷³⁰

Em 1969 pela editora Zero, de Madrid, foi publicado o livro chamado *La rebelión de los economistas*, composto pelos seguintes artigos: *La Rebelion de los economistas*; “*Los jovenes exigen y construyen la paz*”, *una realidad nos interpela*; *Yo soy el camino*; e *Dimensiones espirituales siempre mas amplias*.⁷³¹ Da mesma forma da apostila citada anteriormente, esse livro de bolso apresentava aos seus leitores textos que procuravam destacar o pensamento humanista do cristianismo como norte para atuação de técnicos e nações ricas em relação a projetos de melhorias para as condições de vida dos mais pobres.

O terceiro livro, este localizado no acervo da polícia policial, fruto do trabalho de apreensão e arquivamento dos agentes do DOPS-PE, foi organizado pelo Serviço de Apostilas do Nordeste II, ligado ao Secretariado Regional – CNBB, que publicou no N° 21 uma coletânea formada pelos pronunciamentos de Dom Helder Camara. Esses textos destacam-se dos anteriores por sinalizarem um conteúdo e abordagens mais polêmicas do Arcebispo e, também, as respostas judiciais que ele teve de prestar por causa de discurso pronunciado na cidade de Carpina.⁷³² Os escritos são: *Resposta ao Tribunal de Justiça*; *Resposta à interpelação Judicial*; *Conversa clara faz bons amigos; responsabilidade e alegria de ser cristão*; *Resposta à agroindústria do Açúcar: exceção que se impõe*; *Exame de admissão*; *Entrevista*; *Retomada do desenvolvimento*.⁷³³

The Church and Colonialism: the Betrayal of The Third Word, correspondente ao quarto livro que localizamos em nossa pesquisa, foi composto pelos seguintes discursos: *Towards a Christian vision of development*; *Ten proposals for the Third Word*; *The Third World and the developing countries*; *What the council could not say*; *The rise of the new humanism*; *Dialogue between universities*; *Education for change*; *Recife and Milan, sisters and allies*; *Violence – the only way?*; *The church in the development of Latin America*; *Development without justice*.⁷³⁴ Esse último capítulo

⁷³⁰ Na parte das Referências dessa tese colocamos as informações bibliográficas em todos os discursos.

⁷³¹ CÂMARA, Helder. **La Rebelion de los Economistas**. Madrid: Editora Zero, 1969i

⁷³² CNBB. Nordeste II: Pronunciamentos de Dom Helder. **Secretaria Regional – CNBB: Serviço de Apostilas**. N°21. Recife, s/d. *Apud.*: **Prontuário Individual n° 16.906** – Dom Helder Câmara. DOPS-PE/APEJE.; Cf.: PILETTI; PRAXEDES. 2008. p.287

⁷³³ Ver a seção: *Referências*

⁷³⁴ Cf.: CÂMARA, 1969g.

corresponde ao Manifesto da Ação Católica Operária, que também foi publicado pela editora Vozes com o título: *Nordeste: desenvolvimento sem justiça*.⁷³⁵ Textos na íntegra ou trechos dos discursos, como o exemplo do capítulo: *Tem proposals for the Third World*, que corresponde à parte do discurso “*Vamos ao âmago do Problema*”, quando o Arcebispo Camara elencou dez pontos necessários para empreender o desenvolvimento do terceiro mundo.⁷³⁶ Discursando na ocasião aos jovens patrões cristãos, destacou que o principal ponto a ser levado em consideração era combater as injustiças de relações no comércio internacional.

Além desses, outros textos também foram encomendados por periódicos e que serviam como meio de ampliar o raio de alcance de seus discursos. Como exemplo desses textos, destacamos: *A Violência – Única opção?*, que trata do movimento de não-violência enquanto um caminho para enfrentar a violência imposta pelo subdesenvolvimento.⁷³⁷ Retomaremos mais à frente esse escrito do Arcebispo de Olinda e Recife. Em síntese, essas publicações eram uma forma de divulgar e popularizar os textos lidos por Dom Helder em espaços muitas vezes inacessíveis para muitos daqueles que mantinham diálogos ou simpatizavam com o religioso católico.

Enfim, o objetivo desse primeiro tópico do último capítulo foi construir uma cartografia dos espaços por onde transitou para divulgar suas ideias, públicos-alvos e meios utilizados para publicação dos discursos do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. No próximo subcapítulo, analisaremos como esse clérigo procurou articular em seus escritos os temas do humanismo, comunismo e desenvolvimento socioeconômico com a doutrina social da Igreja.

6.2. *Humanismo, desenvolvimentismo e comunismo nos discursos de Dom Helder Camara na década de 1960*

Ao chegar nesse ponto da pesquisa, atentando para o perfil dos discursos e cartas circulares, começamos a questionar como, no decorrer da década de 1960, Dom Helder Camara tratou da questão do comunismo e a maneira que essa concepção foi articulada ou não com o termo de humanismo cristão, que serviria de base para os seus projetos de cunho desenvolvimentista. Esses textos, produzidos nas madrugadas de meditação do

⁷³⁵ ACO. **Nordeste: desenvolvimento sem justiça**. Pretopolis, RJ: Ed. Vozes, 1967.

⁷³⁶ Cf.: CÂMARA, 1965e

⁷³⁷ CÂMARA, Helder. *A Violência – Única opção?* In.: **Paz e Terra**, número 7, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968

Arcebispo de Olinda e Recife, foram apresentados e discutidos por Dom Camara em várias partes do Brasil e em outros países, construindo e consolidando alianças, conquistando simpatizantes, adeptos e, também, opositores.

Ao mesmo tempo em que se destacava como um defensor da justiça social, adotando como base de suas propostas um desenvolvimento orientado por uma doutrina social da Igreja, chegando a ser indicado três vezes ao Prêmio Nobel da Paz por causa desse trabalho, nos primeiros anos da década de 1970. Os pronunciamentos do Arcebispo Camara geravam também reações negativas de alguns grupos e/ou indivíduos, sendo eles católicos ou não. Aqueles que se colocavam como opositores do referido religioso, em muitos momentos, apropriavam-se e reformulavam-se os sentidos dos discursos de Dom Camara sobre o desenvolvimento para acusá-lo de comunista ou facilitador para a presença do pensamento marxista no país ou dentro da Igreja Católica.

As constantes acusações relativas às atividades, aos escritos, ou às falas públicas de Dom Helder, tidas como subversivas, eram também frequentemente rebatidas pelo religioso em questão que sempre negou qualquer vinculação com regimes, partidos políticos ou ideológicas tidas como comunistas ou socialistas. No livro *The Conversions of a Bishop*, Dom Helder refletiu sobre as denúncias de ele ser socialista/comunista como um expediente comum da época, em que todos aqueles que se opunham ao *status quo* ou estivessem envolvidos em trabalhos de cunhos sociais eram classificados como subversivos ou de alguma denominação política de esquerda.⁷³⁸

O posicionamento de Dom Helder sobre o comunismo assumiu, no passar dos anos, sentidos distintos, adaptando-se às circunstâncias e aos públicos que se tornavam seus interlocutores. Desde a década de 1950, que esse clérigo compreendia no comunismo uma ameaça secundária, defendendo a percepção de que as diferenças econômicas e sociais entre nações ricas e pobres deveriam ser o foco de interesse e discussão da Igreja Católica. Porém, como já exposto em outros momentos desse trabalho, a bandeira anticomunista nunca foi totalmente abandonada por esse religioso.

Nesse sentido, com intuito de comprovar nossa observação anterior, retomamos o discurso de posse de Dom Helder Camara na Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, em abril de 1964, onze dias depois do golpe civil-militar. Na ocasião, o sacerdote supracitado destacou:

⁷³⁸ CÂMARA; BROUCKER, 1979, p.186

Em nosso país todos entendem e proclamam a inadiabilidade das reformas de base. Havia, da parte de muitos, desconfiança em relação aos executantes das reformas e, sobretudo, medo da infiltração comunista. Agora que a situação mudou, não temos tempo a perder. Que venham sem demora as esperadas reformas.⁷³⁹

Mesmo acreditando que os distanciamentos entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos fossem os grandes problemas a ser enfrentado pelo Brasil, Dom Helder Câmara aproveitou aquele momento de imediato pós-golpe civil-militar para legitimar suas propostas retomando o anticomunismo, angariando assim maiores condições para uma legitimação de seu discurso naquele momento. No caso, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife representou em seu texto o comunismo como uma ameaça que tinha sido anulada pela ação militar, aproveitando a ocasião para tratar de outro assunto, as reformas de base. Essa temática sim, na visão do religioso católico, era imprescindível para o desenvolvimento do país. Lembrando que esse projeto de reformulação das estruturas do Estado brasileiro a partir de reformas de base tinha sido uma das bandeiras do governo de João Goulart, presidente que perdeu o cargo político e foi exilado com o golpe civil-militar em 1964.⁷⁴⁰

Nesse mesmo discurso, também destacou o Arcebispo que: “Sem prejuízo das medidas da segurança nacional e da posição de alerta em relação ao comunismo, não acusemos de comunistas os que simplesmente têm fome e sede de justiça social e de desenvolvimento do país.”⁷⁴¹ Essa ressalva foi repetida por Dom Helder em outros momentos ao refletir sobre as suas práticas pastorais ou de outros indivíduos, religiosos ou não, que defendiam uma visão pautada numa determinada justiça social e melhoria de vida dos mais humildes. Posteriormente nesse texto, ele defendeu que aqueles que se colocassem contra o governo também não fossem classificados como comunista.

Em vários outros momentos, o comunismo foi abordado nos textos de Dom Helder como parâmetro para discutir a construção do medo e do ódio em torno da esquerda, que alimentava uma prática anticomunista tida por ele como ineficaz.⁷⁴²

⁷³⁹ CÂMARA, 1964b. p.7

⁷⁴⁰ NAPOLITANO. 2014. p.314

⁷⁴¹ CÂMARA, 1964b. p.7-8

⁷⁴² Sobre os momentos em que Dom Helder Câmara abordou o anticomunismo enquanto uma tática ineficaz de combater o pensamento e avanço do comunismo, ver: CÂMARA, Helder. 1964c. p.5; _____ . 1965c. p.3; _____ . 1966d. p.5 e 9; _____ . **Superação do colonialismo interno.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 08 de dezembro de 1966e. p. 3-4; _____ . 1967m. p.2; _____ . **Imposições da solidariedade Universal.** Conferência em São Paulo, por iniciativa da Pontifícia Universidade Católica e da Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de junho de 1967p. p.7; _____ . **Doença aguda de que livrar o Brasil.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de

Considerava, o citado Arcebispo e uma parte da ala progressista da Igreja Católica, no decorrer da década de 1960, que o problema da injustiça social e do distanciamento na qualidade de vida entre as nações ricas e pobres eram de fato os problemas mais imediatos e reais.⁷⁴³ Em 1970, ao ser convidado para falar em uma conferência em Bruxelas, Bélgica, ao tratar das divisões e tensões políticas e econômicas em âmbito mundial, novamente o Arcebispo Camara alertou: “A divisão, a verdadeira divisão, em nossos dias não é entre capitalismo e socialismo, entre este e oeste, mas entre os hemisférios norte e o hemisfério sul.”⁷⁴⁴

Em outra circunstância, voltando um pouco no tempo, agora ao ser convidado pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 1967, para falar na PUC-SP sobre a Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, que tratava da concepção da Igreja em torno do tema do desenvolvimento, Dom Helder Camara apresentou o texto: *Imposições da solidariedade universal*. A abordagem escolhida pelo Arcebispo Dom Camara foi de tanto valorizar as preocupações e contribuições da Igreja no que concernia à questão do desenvolvimento para as nações pobres do mundo, como também de tratar as práticas anticomunistas como atos limitados e simplistas, que pouco ou nenhum resultado produziam.⁷⁴⁵

Nessa ocasião, o Arcebispo expôs também uma visão geopolítica pautada no anticomunismo, tão comum no mundo ocidental da época:

- o anti-comunismo é pregado como a Cruzada dos nossos tempos;
- a URSS é tida e havida como inimiga nº1 da liberdade, da democracia, da civilização cristã; inimiga de Deus, da Pátria e da Família. O russo tomou, na imaginação de muitos, e lugar de desprezo e de horror que cabia outrora ao judeu, como povo deicida... Ultimamente, a URSS virou para alguns, inimigo nº2, dado que a China Vermelha ultrapassa a Rússia em ânsia de dominação e destruição...

Medicina, da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16 de dezembro de 1967dd. p.5; _____. **Os jovens exigem e constroem a paz**. Intervenção no painel realizado durante o Congresso Mundial da Federação Mundial das Juventudes Femininas Católicas e da Federação Internacional da Juventude Católica. Berlim, Alemanha, 16 a 25 de abril de 1968g. p.2; _____. **Projetos de desenvolvimento e preocupação com mudanças de estruturas**. Conferência pronunciada na “World Consultation on Ecumenical Assistance for Development Projects”, promovida pelo World Council of Churches. Montreux, Suíça, 29 de janeiro de 1970f. p.3-4; _____. **Impossível desenvolvimento sem juventude**. Conferência proferida durante o Congresso Mundial “Juventude e Desenvolvimento”. Salzburg, Áustria, 20 de maio de 1970g. p.3; _____. **Pacto político e militar ou pacto de justiça e de amor?** Bruxelas, Bélgica, 21 de maio de 1970i. p.1-2; _____. **Contribuição da Igreja para a vida social na América Latina**. Conferência proferida em Bonn, sob os auspícios da Comissão Alemã de Justiça e Paz. Bonn, Alemanha, 23 de outubro de 1970p. p.2-3.

⁷⁴³ Cf.: D. Helder: comunismo não é o pior dos males. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1969.

p.6

⁷⁴⁴ CÂMARA, 1970i. p.2

⁷⁴⁵ Cf.: CÂMARA, 1967p.

- como contra-partida da URSS e da China, surgem os USA, paladino da civilização cristã, da democracia e da liberdade. Muitos o têm como o novo Povo eleito, depois que, por duas vezes, salvou o Mundo. Muitos o vêem como restaurador da economia européia de após 2ª Guerra Mundial propulsor do desenvolvimento em todo o Terceiro Mundo. Muitos reconhecem-lhe, agradecidos, o direito e o dever de interferir em qualquer País que se ache em risco de tornar-se comunista: consideram justas e salvadoras, medidas econômicas e até militares, desde que se trate de barrar a expansão comunista. Muitos aceitam qualquer tipo de guerra adotado pelos norte-americanos e encontram meios de, em consciência, entender e aceitar as escalas e até, se inevitável, alguma nova Hiroshima e Nagasaki.⁷⁴⁶

Nessa citação, Dom Camara traçou uma crítica à perspectiva anticomunista que limitava e simplificava a interpretação do cenário político mundial a uma atuação planejada de forças ideológicas da esquerda que supostamente ameaçava os pilares do mundo ocidental e cristão. Esses inimigos eram representados na figura dos regimes políticos vigentes na União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e na China. A arena política era então, caracterizada pelo religioso em questão como um cenário de guerra, uma cruzada santa entre cristãos ocidentais *versus* socialistas ateus.

Interessante como nessa abordagem o Arcebispo Camara se utilizou de fatos históricos para legitimar sua compreensão sobre as práticas anticomunistas e a legitimidade que ela acabava recebendo de vários grupos sociais, políticos e religiosos. Nesse sentido, utilizando-se de certo sarcasmos, Dom Helder denunciava o maniqueísmo da perspectiva anticomunista, que em “contra-partida da URSS e da China, surgem os USA, paladino da civilização cristã, da democracia e da liberdade. Muitos o têm como o novo Povo eleito, depois que, por duas vezes, salvou o Mundo.”⁷⁴⁷ Desconsiderando, no caso, os vários elementos de exploração advindo das relações comerciais do mundo capitalista. Em vários momentos, Dom Camara aproveitou seus pronunciamentos públicos para denunciar não apenas as ameaças ou condições subumanas do regime socialista, mas também para sinalizar suas críticas ao capitalismo e às relações de bases desiguais e/ou de opressão proporcionadas pelo liberalismo econômico.⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ Ibid. p.3

⁷⁴⁷ Ibid

⁷⁴⁸ Encontramos críticas mais contundentes de Dom Helder Câmara sobre as relações desiguais criadas pelo capitalismo nos seguintes textos: CÂMARA, Helder. 1965e. p.5 e 7; _____. 1967p. p.3; _____. 1968g. p.2; _____. **Única opção, a violência?** Paris, França, 25 de abril de 1968j. p. 3-4; _____. **Engenharia Industrial, bela e comprometedora profissão.** Discurso de formatura da Escola de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 29 de setembro de 1968l. p.3; _____. **Hora de libertação.** Discurso pelo paraninfo na formatura da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 15 de dezembro de 1968p. p.4; _____. **Forças armadas e universidade.** Palestra realizada na Universidade de Harvard. Cambridge, Massachusetts, USA, 27 de janeiro de 1969b. p.3; _____.

Nesse mesmo discurso, pronunciado durante o evento organizado pela *Folha de São Paulo* nas dependências da PUC-SP, Dom Helder aproveitou para abordar as críticas feitas à nova Encíclica Papal, considerada por muitos como um escrito de caráter subversivo. Lembremos do caso citado no capítulo anterior sobre a notícia publicada pelo *Jornal do Commercio* em 04 de agosto de 1968, quando policiais invadiram um sindicato no município de Escada, Pernambuco, e recolheram os agentes alguns exemplares da *Populorum Progressio* classificados como material subversivo.⁷⁴⁹ Na ocasião dessa palestra em São Paulo, argumentou o religioso em questão que a prática anticomunista limitava a realidade a um dualismo e pautava-se na disseminação de concepções pré-concebidas sem maiores preocupações com os fatos, impossibilitando assim que muitos entendessem os objetivos da doutrina social da Igreja e acabassem confundindo-as com propagandas comunistas.

Na análise dos pronunciamentos de Dom Helder Camara, no decorrer do recorte temporal estabelecido nessa pesquisa, observamos um esforço na escrita dele em desvincular a sua atuação em prol do desenvolvimento de associações com a ideologia comunista. Sendo essa classificação de comunista/socialista, como já apresentamos no percurso de nossa narrativa, uma das principais acusações feitas por seus opositores. Contudo, relevante destacar que essa prática de criação de boatos ou denúncias anticomunistas não era utilizada apenas contra o Arcebispo em questão, mas contra todos aqueles que não coadunavam com o *status quo*, não precisando ser eles vinculados ou não a alguma agremiação política.

No percurso da década de 1960, sob a organização do CELAM, duas conferências tiveram grande impacto na Igreja Católica da América do Sul, no caso de Mar Del Prata, Argentina, em 1966, e Medellín, Colômbia, em 1968. Esses eventos, como nós já vimos no terceiro capítulo, aparecem na escrita de Dom Helder Camara como momentos de animação e de sentimento de legitimação no trabalho do clero que

Gandhi, onde está tua vitória? Palestra pronunciada durante sua viagem pelo Canadá, USA e Suíça, janeiro de 1970e. p.3; _____. 1970f. p.5; _____. 1970i. p.2-3; _____. 1970p. p.3. A esses discursos de Dom Helder Câmara que se utilizaram da Encíclica *Populorum Progressio* como ponto de partida para analisar e entender as relações desiguais presentes no socialismo e no capitalismo, incluímos: Helder encerrará em São Paulo ciclo sobre “*Populorum*”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de junho de 1967. Cad. 1º - p.3; Helder: Há capitalismo e socialismos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 de junho de 1967. Cad. 2º - p.6; Esse posicionamento também esteve presente a entrevista concedida por Dom Helder Câmara a Helena Salem. Cf. SALEM.1981. p.110; Cf.: PILETTI; PRAXEDES. 2008. p.300.

⁷⁴⁹ **Jornal do Commercio**. 04 de agosto de 1967. *Apud.*: ABREU E LIMA, 2003, p.141.

defendia uma justiça social com bases no desenvolvimentismo dos países e regiões mais pobres do continente.

Nesse cenário de encontros entre eclesiásticos tanto em âmbito mundial como continental, daremos uma prioridade ao conteúdo da Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, e como Dom Helder Camara incorporou esse texto aos seus argumentos. Esse texto possibilitou ao religioso brasileiro as ferramentas necessárias para discutir, aprofundar e legitimar suas práticas pastorais de cunho social.⁷⁵⁰

Nessa Encíclica, além de uma visão sobre o papel da Igreja em meio às empreitadas desenvolvimentistas do mundo subdesenvolvido, encontra-se também referências às experiências pessoais e pastorais do Papa Paulo VI e como essas vivências o ajudaram a pensar e legitimar tal documento da Igreja. Dentre as viagens que tinham mudado sua visão sobre as condições de vida dos mais humildes, destacou suas passagens pela América Latina (1960) e pela África (1962). No caso da visita ao continente americano, na época como Cardeal de Milão, Dom Montini esteve no Rio de Janeiro e visitou favelas cariocas ao lado de Dom Helder Camara. Nesse sentido, mesmo não tendo provas da interferência direta do Arcebispo brasileiro na escrita da Encíclica de Paulo VI, indicamos uma influência ao apresentar as condições de vida dos mais pobres daquele país que se tornaria a autoridade máxima da Igreja a partir de 1963.

Enquanto a Constituição da Igreja *Gaudium et Spes*, fruto do Esquema XIII, dedicou-se a construir um lugar para a Igreja no mundo moderno, estando essa inserida nas demandas sociais e políticas da realidade do século XX; por outro lado a Encíclica *Populorum Progressio* abordava o assunto do desenvolvimento como uma responsabilidade de todos cristãos.⁷⁵¹ Depois de sua publicação, em 1967, esse texto foi

⁷⁵⁰ Os textos das conferências de Dom Helder Câmara posteriores à publicação da Encíclica *Populorum Progressio*, em 1967, estiveram marcados pela influência e análises do texto do Papa Paulo VI. Destacamos alguns em que a Encíclica foi abordada de forma mais aprofundada pelo Arcebispo de Olinda e Recife: CÂMARA, Helder. 1967m. p. 3; _____. **Recife e Milão, irmãs em responsabilidade em face ao desenvolvimento.** Milão, Itália, 27 de maio de 1967n. p.1 e 4; _____. 1967o. p.1 e 4; _____. 1967p. p.1-2; _____. 1967q. p.1 e 6; _____. **Educação para o desenvolvimento.** Painel promovido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos da Realidade Brasileira, Ciclo de debates sobre “*Populorum Progressio*” e a Realidade Brasileira. Brasília, 21 de junho de 1967r; _____. 1968g. p.4 e 5; 1968j. p.1; _____. **Mensagem fraterna aos juristas católicos.** Alocução proferida no 6º Congresso Mundial promovido pelo Secretariado Mundial dos Juristas Católicos, de Pax Romana. Dakar, Senegal, 05 a 12 de dezembro de 1968n. p. 1 e 5; _____. **Resposta fraterna ao BLACK MANIFESTO.** Detroit, USA, janeiro de 1970b. p.3; _____. 1970f. p.3; _____. 1970p. p.1.; As discussões e defesa da Encíclica *Populorum Progressio* por parte do Arcebispo D. Helder Câmara também foi assunto da imprensa da época, como pode se observar: Dom Helder comenta Encíclica, destacando sua aplicação no NE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de abril de 1967. Cad. 1º - p.9; “*Populorum*” emocione Pe. Helder no Recife. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1967. p.7

⁷⁵¹ MAINWARING. 1989. p.132

tanto tema de escritos de Dom Helder Camara, como esteve presente, direta ou indiretamente, nos argumentos dos religiosos católicos em relação ao desenvolvimentismo e do papel da Igreja nesse cenário.

Com relação à recepção e aos debates relativos a esse documento pelos religiosos brasileiros, a revista *O Cruzeiro* acompanhou *VIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, realizada em maio de 1967 e tendo como objetivo discutir o novo documento da Igreja, a Encíclica *Populorum Progressio*. O encontro reuniu 194 bispos dos 248 bispos do país para discutir: o texto do Papa Paulo VI, a questão das terras da Igreja e os problemas da juventude. Sobre o evento, a revista apresentou a seguinte imagem panorâmica na abertura da reportagem:



Imagem 9: Revolução a portas fechadas

Fonte: MOTTA, MANOEL. Fotografia do VIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos – Revolução a portas fechadas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1967. p.104-105

Além dessa visão proporcionada pelo fotógrafo de Manoel Motta que dá a impressão de grandiosidade do evento. Na página seguinte, o periódico registrou a presença de Dom Helder Camara, como se percebe abaixo, e, também, realçou a seguinte fala do Arcebispo de Olinda e Recife:



Imagem 10: Dom Helder Camara, num dos raros momentos de folga, quando, após cada sessão, os bispos passeavam pelo pátio

Fonte: MOTTA, MANOEL. Fotografia do VIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos – Revolução a portas fechadas. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1967. p.107

Com relação à participação de Dom Helder no *VIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos*, citamos o seguinte trecho:

D. Helder escolheu 10 pontos que lhe pareceram os mais importantes na encíclica e, como Secretário Nacional de Ação Social, deu o seu parecer sobre o modo com que o Clero brasileiro deva encarar o assunto e encaminhar a solução dos problemas em pauta. O relator fez um estudo aprofundado do desenvolvimento do País, sobre o sentido exato do direito de propriedade (ele opina que uma das maneiras de acabar com a miséria é tornar todas as propriedades produtivas), e deu ênfase à urgência de se efetivarem reformas básicas antes de os problemas brasileiros se agravarem. O bispo de Olinda considera a opção forçada entre capitalismo e comunismo. Em seguida, abordou o desenvolvimento humano em todas as suas formas, incluindo o homem individualmente e as coletividades. Outros pontos

analisados foram: Integração da América Latina; Justiça e Paz; Educação de Base e Apostolado Leigo Adulto.⁷⁵²

Nesse trecho citado da revista *O Cruzeiro*, percebe-se uma descrição do posicionamento de Dom Helder Camara sobre os problemas estruturais e sociais do país a partir de uma perspectiva que a Igreja deveria interferir diretamente. Como o caso de defender um pensamento em que o direito à propriedade privada estaria relacionado à produtividade. Ao final, temáticas presentes em seus discursos foram elencados pelo Arcebispo Camara.

Com o objetivo inicial da Encíclica era contribuir uma visão cristã e atuação da Igreja em um empreendimento favorável ao desenvolvimento dos povos, enfrentando os problemas sociais oriundos das misérias financeiras, da fome, das doenças, da ignorância e de outros fatores que atingiam diretamente à vida cotidiana dos mais desfavorecidos economicamente. Nesse caso, o texto do Papa Paulo VI procurava construir para a Igreja o seguinte lugar de atuação:

Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélicas traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundar todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar de decisivo da história da humanidade.⁷⁵³

Além de retomar o Concílio Ecumênico Vaticano II, a Encíclica também destacava textos dos papas que o antecederam, no caso: *Rerum Novarum*, 1892, de Leão XIII; *Quadragesimo Anno*, 1931, de Pio XI; *Mater et Magistra e Pacem in Terris*, 1961 e 1963, de João XXIII; além das mensagens de Pio XII, esses escritos que já trataram sobre as questões sociais a partir da perspectiva cristã. Representando, como já apontamos no decorrer da tese, como um dos escritos basilares da doutrina social da Igreja.

Ao mesmo tempo em que o Papa Paulo VI tratou no decorrer da Encíclica o tema do desenvolvimento, observa-se também a tentativa de construção de um diálogo entre um mundo tido como tradicional com um mundo chamado de novo ou moderno. A Igreja Católica, compreendendo a necessidade de reafirmar seu lugar e o papel numa realidade cada vez mais pautada nos avanços tecnológicos, encontrava no humanismo

⁷⁵² FREITAS, Carlos de. VIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos – Revolução a portas fechadas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1967. p.106

⁷⁵³ PAULO VI. 1967. p.1

cristão um mediador para adequar essa instituição religiosa às mudanças do mundo moderno. Nesse momento, pós-Vaticano II e com a *Populorum Progressio*, o humanismo cristão tido como integral englobava não só o homem e suas necessidades físicas, mas tratava de forma intrínseca às questões materiais e espirituais do ser humano.

Nesse caso, notamos a presença do pensamento do intelectual Jacques Maritain e da compreensão do homem integral nessa Encíclica, sendo seus textos apresentados na bibliografia como base para a argumentação desse documento papal.⁷⁵⁴ A primeira parte da *Populorum Progressio* recebeu o título: *Para o desenvolvimento integral do homem*, indicando assim a influência do filósofo francês citado anteriormente. Além de essa Encíclica indicar em sua bibliografia referência à obra de Maritain. Desse modo, defender um pensamento humanista e de colaboração fraterna em torno da bandeira do desenvolvimento, tinha como objetivo “... promover um humanismo total”,⁷⁵⁵ compreendido a partir do homem e suas necessidades físicas e espirituais.

Recorrendo a uma das obras citadas nesse escrito papal, no caso o livro *Humanismo Integral*, de J. Maritain encontramos a seguinte observação: “Ao contrário, é capaz o humanismo cristão, o humanismo integral, de tudo incorporar, porque sabe que Deus não tem contrário e que tudo é irresistivelmente arrastado pelo movimento do governo divino.”⁷⁵⁶ Esse posicionamento de Maritain estava alicerçado em suas interpretações de São Tomás de Aquino na *Suma Teologia*, mantendo esse filósofo e Santo Católico como base num posicionamento de cunho social que deveria se opor a pensamentos tidos de esquerda. Nesse caso, a visão de um humanismo cristão e integral opunha-se a uma perspectiva limitada do socialismo ou marxismo que se preocupava apenas com o viés humano e econômico da vida.

Sobre desenvolvimento integral, é interessante também observar como Dom Helder Camara procurou colocar o conceito em prática, como exposto no texto lido na conclusão de curso de uma turma da CEPAL-BNDE-Agentes Financeiros. Esses formandos concluíram o curso intitulado: *Curso de Projetos de Desenvolvimento Econômico*, Aracaju – Sergipe. Com o intuito de tratar com os técnicos no campo da

⁷⁵⁴ Os textos de J. Maritain citados na Encíclica *Populorum Progressio* foram: MARITAIN, Jacques. Les conditions spirituelles du progrès et de la paix. In.: **Rencontre des cultures à l'UNESCO sous le signe du concile oecuménique Vatican II**, Paris, Mame,1966; _____. **L'humanisme integral**. Paris, Aubier,1936

⁷⁵⁵ PAULO VI. 1967. p.12

⁷⁵⁶ MARITAIN, 1962, p.73

economia, destacou o religioso em questão, do papel da Igreja para projetos de cunho desenvolvimentistas e, na ocasião, ressaltou a Encíclica lançada pelo Papa Paulo VI, em 1967, destacando:

Tanto ao falar sobre o desenvolvimento integral do homem, como ao tocar considerações sobre o desenvolvimento solidário da humanidade, Paulo VI trouxe, aos que se batem pelo desenvolvimento, a ajuda mais preciosa que poderia sonhar.

Se é verdade que o vosso Curso é de projetos de desenvolvimento econômico, certamente, inclusive por motivos econômicos, compreendeis e aprovais que o Papa tenha imprimido consagração definitiva à fórmula: “desenvolvimento do homem todo e de todos os homens”, e tenha lançado slogans preciosos como “realizar mais, conhecer mais e ter mais, para ser mais.”

Já pensastes no que representará para os técnicos em desenvolvimento ver a Igreja assumir, em definitivo, uma posição que seja negação total da religião-ópio para o Povo, posição de quem, longe de pregar alienação, imita o Cristo e, sem esquecer a transcendência da fé, se incarna no espaço e no tempo, assume os problemas humanos, trocando de vez atitudes paternalistas pela luta sagrada da promoção humana!?...

Já pensastes no que representará para os técnicos em desenvolvimento encontrar a Igreja, nas áreas subdesenvolvidas, ajudando as Massas a tornar-se Povo...⁷⁵⁷

Nessa citação, o Arcebispo Camara retomando o texto do *Populorum Progressio*, destacou como o Papa Paulo VI propôs um desenvolvimento integral, partindo de elementos pautados na solidariedade e preocupações com os mais pobres. Nesse processo, encontra-se, na escrita de Dom Helder, a necessidade de diálogo e alianças entre a Igreja e os técnicos. A Igreja Católica, como se encontra na bibliografia do tema, viu nos intelectuais – progressistas ou conservadores – aqueles que refletiam sobre o mundo a partir das concepções cristãs, servindo como interlocutores no serviço pastoral e teológico dessa instituição religiosa.⁷⁵⁸

Entendemos essa categoria de técnico enquanto aqueles que dominam certas áreas de um saber específico, um conhecimento científico, sistemático e objetivo. Esses profissionais poderiam ser economistas, agrônomos, engenheiros, médicos e, dentre outros, cada um possuindo um saber particular. No contexto histórico estudado, esses técnicos interessavam à Igreja que procurava se adequar ao novo mundo, o mundo que

⁷⁵⁷ CÂMARA, 1967m. p.1-2

⁷⁵⁸ Nesse mesmo sentido, diante da necessidade de construir redes de contribuições mútuas entre técnicos e Igreja, no intuito de empreender o desenvolvimento para áreas mais pobres do mundo, como o caso do Nordeste Brasileiro, Dom Helder falou a uma Tuma de formandos da Escola Politécnica de Campina Grande. Cf.: CÂMARA, Helder. **Ciência e fé no século XXI**. Formatura da Escola Politécnica, Campina Grande, Paraíba, 17 de dezembro de 1966k.

parecia se encontrar num intenso e irreversível processo de desenvolvimento tecnológico e científico.

Com relação à presença de técnicos junto a trabalhos da Igreja de cunho desenvolvimentista, retomamos o livro *Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS*, de Michelly Ramos de Angelo quando o mesmo tratou do trabalho do Padre Lebret junto à *Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais* (SAGMACS), no Brasil, e ao *Institut de Recherche et de Formation en vue de Développement Harmonisé* (IRFED), na França, para o no processo de formação de sujeitos históricos capazes de se tornarem *développeur*. O *développeur* para o Pe. Lebret era o indivíduo com formação técnica que atuaria junto a esferas políticas no intuito de proporcionar, de forma cooperativa, o desenvolvimento social e econômico.

A palavra cooperar tinha uma função relevante nesse processo, tendo em vista que o sacerdote em questão tinha o receio de que o desenvolvimento se tornasse um fenômeno dependente de uma classe privilegiada de técnicos e, assim, acabaria excluindo outras esferas sociais desse processo.⁷⁵⁹ Consideramos relevante destacar essa compreensão do Padre Lebret para entender melhor a influência desse sacerdote sobre Dom Helder Camara, que mesmo não problematizando a função do técnico, considerava esses sujeitos possuidores de um dado conhecimento científico como uma das partes primordiais para o desenvolvimento integral e inclusivo do mundo.⁷⁶⁰

Sobre o papel do clero junto aos técnicos, falou Dom Helder, durante a aula inaugural do Instituto de Teologia do Recife, sobre a necessidade de criar condições de cooperação, aproveitando a ocasião para saudar o trabalho dos *développeur* inspirados pelo Padre Lebret. Na ocasião, apresentando aos seminaristas e padres presentes o texto: *Inauguração que vale um símbolo*, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife discursou:

Sabemos que, a nós Bispos, nos cabe, em assunto temporais, a reflexão teológica que ilumine a ação dos leigos que têm, aí, missão específica e insubstituível. Sabemos que a nós nos cabe estimular os técnicos, cuja vocação e competência devemos respeitar (E como não saudar aqui os *developeurs*, cuja tarefa, no que tem de nobreza e responsabilidade, é analisada pelo Mestre em desenvolvimento que é o Pe. Lebret...) ⁷⁶¹

⁷⁵⁹ Cf.: ÂNGELO, 2013

⁷⁶⁰ Sobre o pensamento de Lebret em torno da questão do desenvolvimento integral, ver: LEBRET, 1964, p.271-273

⁷⁶¹ CÂMARA, 1965b. p.2

Com esse posicionamento, no decorrer dos anos 1960, década do desenvolvimento para a ONU, o referido religioso participou como paraninfo de quatro turmas de formandos da CEPAL, indicando assim a proximidade dele com os técnicos dedicados a discutir projetos de desenvolvimento socioeconômicos.⁷⁶² Além disso, como visto, em outros momentos nas circulares, ele entrou em contato ou fez menções para apoiar seus argumentos na CEPAL ou em figuras importantes dessa organização, como: Raul Prebisch, Torres Garrido, Antônio Bezerra Balthar e outros economistas, sociólogos e cientistas políticos.⁷⁶³

A compreensão do desenvolvimento integral, apresentado na *Populorum Progressio*, serviu como legitimador para endossar a ideia de uma Teologia do Desenvolvimento defendida por Dom Helder em cartas e discursos. Desde 1964, durante o Vaticano II, na circular nº 35º, encontramos a primeira referência de Dom Helder à Teologia do Desenvolvimento.⁷⁶⁴ Esse termo apareceu outras vezes, mas sempre tratando de forma vaga e como se apenas a sua nomenclatura fosse suficiente para defini-la. Mesmo mapeando os momentos em que citou a Teologia do Desenvolvimento, não foi apresentado aos leitores das circulares uma sistematização do pensamento, apenas possíveis diálogos com a doutrina social da Igreja, sociologia da religião e humanismo cristão pós-Vaticano II. Lembremos que Dom Helder Camara não era um teólogo e, talvez, esse tenha sido o motivo para que ele não tenha tentado estruturar essa compreensão teológica em seus escritos. Mas, como já expomos

⁷⁶² Nas ocasiões das solenidades, discursou Dom Helder Câmara respectivamente: CÂMARA, Helder. **Palavras de paraninfo aos Concluintes do Curso da CEPAL**. Salvador, Bahia, 26 de agosto de 1966c; _____. 1967m; _____. **Retomada do desenvolvimento**. Formatura da Turma CEPAL/BNDE, Fortaleza, Ceará, 26 de agosto 1967t; _____. **Balço de um pastoreio**. Discurso para receber o título de Cidadão Recifense, pela Câmara Municipal da Cidade, Recife, Pernambuco, 11 de setembro de 1967u.

⁷⁶³ Além dos discursos citados na nota de rodapé anterior sobre a CEPAL, podemos indicar como exemplo: CÂMARA, Helder. 131º Circular, Recife, 18/19 de janeiro de 1965. *Apud.*: _____. 2009e; _____. 14º Circular, Recife, 31 de dezembro de 1965/01 de janeiro de 1966; 16º Circular, Recife, 02/03 de janeiro de 1966; 17º Circular, Recife, 03/04 de janeiro de 1966; 19º Circular, Recife, 07/08 de janeiro de 1966; 34º Circular, Recife, 01/02 de fevereiro de 1966; 78º Circular, Recife, 10/11 de maio de 1966. *Apud.*: _____. 2011a; _____. 143º Circular, Recife, 01/02 de setembro de 1966; 144º Circular, Recife, 02/03 de setembro de 1966; 151º Circular de 10/11 de setembro de 1966. *Apud.*: _____. 2011b; _____. 225º Circular, Recife, 12/13 de abril de 1967. *Apud.*: _____. 2011c; _____. 275º Circular, Recife, 11/12 de agosto de 1967; 277º Circular, Recife, 16/17 de agosto de 1967. *Apud.*: _____. 2013a; _____. 423º Circular, Recife, 10/11 de agosto de 1968. *Apud.*: _____. 2013b; Helder viaja a Fortaleza. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 de agosto de 1967. Cad. 1º - p.8; Dom Helder disse em Fortaleza que é perigoso prometer a nordestino. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de agosto de 1967. Cad. 1º - p.12; Padre Helder pede movimento mundial contra a estagnação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1966. p.3; Humanismo Cristão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1966. p.6; Cf.: PILETTI; PRAXEDES. 2008. p.308

⁷⁶⁴ CÂMARA, Helder. 35º Circular, Roma, 11/12 de outubro de 1964. *Apud.*: _____., 2009b

anteriormente, acreditamos que o Arcebispo percebia em suas próprias atividades pastorais, sociais e intelectuais uma expressão dessa teologia do desenvolvimento.

Antes mesmo da publicação da *Populorum Progressio*, em março de 1967, especificamente um mês antes de seu lançamento, Dom Helder Camara estava viajando pelos Estados Unidos fazendo conferências em algumas instituições protestantes de ensino superior, no caso, Universidades de Cornell e de Princeton, e também na Igreja Episcopal de Washington. Apresentando, nessa ocasião, um total de sete textos. Essa viagem foi de grande relevância para a imagem internacional de Dom Helder Camara, que ganhava maior amplitude no que concernia ao debates sobre o terceiro mundo e a necessidade de que os países desenvolvidos estivessem imbuídos de um espírito humanista de bases cristãs.⁷⁶⁵

Na palestra apresentada por Dom Helder na Igreja Episcopal de Washington, texto intitulado: *Relações ecumênicas: problemas antigos, novas possibilidades*, tratou da importância do diálogo ecumênico entre católicos e protestantes para com projetos destinados a um desenvolvimento econômico e social de bases cristãs.⁷⁶⁶ Esse texto foi uma tentativa de articular em sua fala o trabalho conjunto entre grupos religiosos distintos em benefício de uma perspectiva humana e cristã de desenvolvimento. Dessa forma, Dom Helder procurou então refletir sobre o que poderia viabilizar uma teologia do desenvolvimento, estabelecendo na ocasião: “Como grandes linhas de uma teologia do desenvolvimento, apontaram uma teologia da Criação, uma antropologia cristã e uma ética do desenvolvimento. São pistas válidas para ajudar a ver claro e firme.”⁷⁶⁷

Posteriormente, retomando o discurso pronunciado por Dom Helder Camara para a turma de formando da CEPAL-BNDE, em 1967, quando apresentou o texto: *Encíclica a responder com atos*, observamos novamente o religioso abordado o tema de uma

⁷⁶⁵ Os textos apresentados nas universidades norte-americanas na ocasião foram: CÂMARA, Helder. **O diálogo entre Universidades**. Conferência na Cornell University, Ithaca, New York, USA, 07 de fevereiro de 1967d; _____. **Influência da Igreja e da Universidade sobre a política norte-americana na América Latina**. Intervenção no Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967e; _____. **A Universidade e a Igreja: Parceiros em humanização?** Intervenção no Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967g; _____. **Humanisme religieux et laïc contemporain**. USA, 07 de fevereiro de 1967i; _____. 1967j; _____. 1967k; _____. **Relações ecumênicas Problemas antigos, novas possibilidades**. USA, 13 de fevereiro de 1967l.; Sobre a repercussão desses discursos, indicamos os artigos: Pe. Helder em Nova Iorque diz que humanismo cristão respeita humanismo ateu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1967. p.4; O diálogo entre universidades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1967. Cad. Especial - p.5; A influência da Igreja e da Universidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1967. Cad. Especial - p.5;

⁷⁶⁶ Cf.: CÂMARA, Helder. **Relações Ecumênicas: Problemas antigos, novas possibilidades**. Palestra na Igreja Episcopal de Washington, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967f.

⁷⁶⁷ Ibid. p.2

teologia do desenvolvimento. Na ocasião, enquanto falava de um desenvolvimento integral – pautado na *Populorum Progressio*, que, por sua vez, tinha bases nas reflexões de J. Maritain – o Arcebispo Camara falou:

Já pensastes no que representará para os técnicos em desenvolvimento sentir os efeitos de uma teologia do desenvolvimento que leve a entender que não temos o direito de jogar comodamente sobre Deus a responsabilidade de tudo e conduza à coragem de enfrentar as intempéries da Natureza e de sobretudo responder plenamente pelos problemas sociais!?...⁷⁶⁸

Com um público de formandos em economia, Dom Helder novamente reafirmava a importância de um trabalho conjunto, confeccionando uma rede de atores históricos e políticos em prol de projetos com aspectos e direcionamentos desenvolvimentistas. Nesse trecho do discurso de Dom Camara, citado anteriormente, encontra-se a percepção de que o homem era agente de sua própria história, um coautor do mundo e não apenas um ser que estava sob uma predestinação divina das coisas. Como veremos mais à frente, esse mesmo argumento foi utilizado por ele na tentativa de construir uma rede de trabalho conjunto entre perspectivas de humanismos distintos, no caso, do humanismo de matriz cristã com outras correntes classificadas como ateias.

O diálogo com técnicos e a elaboração de um humanismo cristão, em que o homem era tratado como coautor de Deus na criação do mundo, possibilitava a interpretação de Dom Helder uma forma mais complexa e que deveria enfrentar expressões religiosas de cunho popular, tidas como baseadas em mitos distantes de uma fé consciente e em diálogo com a ciência. Para esse religioso, com o Vaticano II, a concepção divina feita de maneira popular, estava associada à bondade ou às provações de Deus em relação a todos os males e/ou bênçãos que recaiam sobre eles. Para Dom Helder Camara, apenas um posicionamento racional, pautado num humanismo cristão, seria o caminho para dar condições de conscientização dos mais pobres e proporcionar as condições necessárias para o processo de desenvolvimento socioeconômico.⁷⁶⁹

A Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, teve grande influência na concepção de desenvolvimento de Dom Helder nos anos posteriores a 1967, como no caso das alianças que deveriam ser construídas a partir da compreensão de um homem integral que envolvia tanto necessidades e questões humanas quanto do fator espiritual. Nesse campo de atuação, começamos a encontrar nos textos desse Arcebispo várias

⁷⁶⁸ CÂMARA, 1967m. p.2

⁷⁶⁹ Cf.: CÂMARA, 1966k. p.4

tentativas de articular o humanismo cristão com correntes classificadas como ateias, como, por exemplo, o humanismo de bases marxistas.⁷⁷⁰ Nesse sentido, Dom Helder Camara procurou, no decorrer da década de 1960, abordar as possibilidades de aproximação entre concepções de humanismos distintas a favor da ideia de um desenvolvimento social e financeiro marcado por uma defesa da equidade de benefícios para todos os grupos sociais.

O empenho em construir interlocuções com grupos de não cristãos, agnósticos e ateus, principalmente marxista, fez com que Dom Helder Camara procurasse no ambiente acadêmico os espaços para a elaboração de redes de diálogos e legitimação. Importa ressaltarmos que compreendemos o termo espaço, a partir da discussão travada por Michel de Certeau que discutiu que, diferente do local geográfico, o espaço é formado por meio de complexas redes de relações entre grupos e/ou indivíduos e o lugar histórico e geográfico específico. Dando assim ao *espaço* um caráter de mudança, movimentação e transitoriedade. Mas, para o autor, lugar e espaço são indissociáveis, pois "[...] *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformado em espaço pelos pedestres."⁷⁷¹ Retomando a atuação do religioso católico estudado aqui, como visto no subcapítulo anterior, os discursos dele na década de 1960, encontrou, nos *campus* universitário, espaços recorrentes para a divulgação e debates de suas ideias.

Como exemplo disso, destacamos o discurso intitulado: *Universidade, Cristianismo e Marxismo*, apresentado em dezembro de 1966 na formatura de uma turma da Escola de Ciências Sociais, localizada no município pernambucano de Caruaru. Nessa ocasião, defendeu Dom Helder Camara a possibilidade de diálogo entre o cristianismo e marxismo, dividindo o texto em alguns tópicos, dentre os quais destacamos um intitulado: *Sedução Marxista*, onde falou:

Até aqui, a juventude universitária nos acompanha. Mesmo quando, por vezes, aos adultos parecem excessivas e radicais certas colocações, os jovens entendem, aplaudem e se algo reclamam é a coerência de passar à ação. Nesta altura, precisamente, há quem desespere da Igreja, julgando que ela fica em teoria, sem fibra para chegar a vias de fato e sem técnica para de modo claro, coerente e firme, colocar suas exigências. E muitos se vão ao marxismo.

⁷⁷⁰ Para Maritain que via no humanismo socialista uma possibilidade de diálogo, enquanto o humanismo marxista era tido por ele como ortodoxo e com os quais era impossível dialogar. Dom Helder não entra nessa discussão, tratando classificações como socialistas, comunistas e marxistas como sinônimos e, nesse caso, sem apresentar preocupações em defini-los e/ou distingui-los. Cf.: MARITAIN, 1962. p. 70

⁷⁷¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petropópolis, RJ: Vozes, 2009, p.184

Os marxistas esclarecidos já não repetem simplesmente que Religião seja ópio para o Povo. Completando o pensamento de Marx com palavras do próprio Marx, reconhecem que o cristianismo, por um lado, é a expressão da miséria real, mas, por outro, o protesto contra esta miséria.⁷⁷²

No decorrer desse discurso, observa-se que o clérigo supracitado não atacava o marxismo com táticas de demonização da referida ideologia, mas tratava essa corrente de pensamento como uma forma de humanismo que se limita a refletir sobre questões relacionadas à economia e ao mundo material, a partir de suas relações de trabalho/exploração. Contudo, segundo Arcebispo Camara, esse humanismo ateu/materialista podia ser percebido e articulado com o pensamento cristão no que concernia à preocupação com o social e à dignidade dos mais pobres. Para Dom Helder, o momento do pós-Vaticano II era o ideal para provar que a Igreja não se restringia ao púlpito e à sacristia, mas que estava disposta a enfrentar as injustiças impostas pelo subdesenvolvimento aos países/regiões mais pobres do mundo.

A preocupação em criar pontes entre o humanismo marxista e o cristão, na concepção de Dom Helder Camara, passava pela valorização da concepção de que o homem era um cocriador ou coautor do mundo. Essa percepção foi defendida por Dom Helder em palestras como: *Responsabilidade e alegria de ser cristão...*, apresentando na formatura da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, em 1967; como também na aula intitulada: *Eu sou o Caminho...*, ministrada na inauguração do Instituto de Teologia do Recife (ITER), em 1968.⁷⁷³

Desse modo, no campo de aplicabilidade desses discursos, em 07 de março de 1968, Dom Helder Camara inaugurou ITER, celebrando uma missa juntamente com Dom José Maria Pires, de João Pessoa, e o Abade Dom Basílio Penido, no Auditório da Faculdade de Filosofia do Recife. Na ocasião, estavam presentes o então governador, Nilo Coelho, alguns padres e leigos.⁷⁷⁴

Inicialmente, o padre Marcelo Cavalheira, diretor do ITER, discursou aos presentes sobre a finalidade do Instituto, ficando ao Arcebispo Dom Helder a incumbência de ministrar a primeira aula. Na ocasião, Dom Helder Camara apresentou a aula intitulada: “*Eu sou o Caminho...*”, em referência ao que as siglas ITER representa

⁷⁷² CÂMARA, 1966m. p.3

⁷⁷³ CÂMARA, Helder. **Responsabilidade e alegria de ser cristãos**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Teologia, da Igreja Metodista do Brasil. São Paulo, 12 de setembro de 1967v; _____ . **Eu sou o caminho...** Aula inaugural do Instituto Teológico do Recife, Recife, Pernambuco, 07 de março de 1968d.

⁷⁷⁴ Cf.: Missa aula de Dom Helder inauguram o Instituto de Teologia do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de março de 1968. Cad. 1º - p.3

em latim, no caso, caminho. Na abertura, disse o Arcebispo: “Abre-se, neste instante, o Instituto Teológico do Recife, ITER. Caminho. Caminho vivo para vivos. Encruzilhada de Caminhos, por onde passarão representantes de todo o Povo de Deus.”⁷⁷⁵ O Instituto tornou-se, como dito na referida aula, um espaço de formação não apenas para seminaristas, mas para religiosos, leigos católicos, protestantes e, como desejado pelo Arcebispo, para aqueles que também não professavam uma fé. A ideia, segundo encontra-se no texto dessa primeira aula, estava em criar no Instituto o ambiente de convivência ecumênica proposto já no Concílio Vaticano II.

O texto dessa aula contribui para nossa narrativa histórica e na compreensão da perspectiva de Dom Helder sobre o cenário histórico brasileiro e mundial. O que se percebe na escrita do texto, lido nessa primeira aula, é a preocupação de Dom Helder em apresentar o lugar social e de atuação do ITER, a partir de um conjunto de problemas que deveriam ser vivenciados e enfrentados. O primeiro ponto a ser levantado, estava relacionado à forma como a Igreja Católica, pós-Vaticano II e pós-Conferência de Mar Del Plata (1966) percebiam a essência do homem. No caso, Dom Camara apresentava que a Teologia compreendia o homem como um co-criador do mundo e de sua realidade. Essa concepção, para o religioso em questão, possibilitava a Igreja sobrepujar as acusações de ateus e de marxistas que a religião era o “...ópio do povo a favor da alienação”.⁷⁷⁶

Ao compreender o homem como sujeito da História, apresentava Dom Helder em sua aula, que as críticas e receios de agnósticos, ateus e marxistas cairiam por terra, tornando assim a Igreja um lugar de atração para essas pessoas. Nesse ponto, observa-se o posicionamento do Arcebispo Camara frente ao mundo socialista, tendo em vista que o mesmo expôs que acreditava que o mundo marchava em direção ao socialismo e, por esse motivo, a frente de batalha encontrava-se em deslegitimar a concepção materialista daqueles que aderissem ao socialismo. Desse modo, uma Igreja atuante e preocupada com questões sócio-econômicas e com a aplicabilidade de soluções para homem, de forma integral, tornava-se a principal arma contra o comunismo ateu. Interessante visualizar nesse texto de Dom Helder, que, diferente das acusações de que ele era comunista, o religioso em questão compreendia que o enfrentamento ao comunismo

⁷⁷⁵ CÂMARA, 1968d. p.1

⁷⁷⁶ Ibid. p.3

deveria se dar por meio de uma Igreja atuante em projetos de desenvolvimento para os países pobres, ocupando assim o lugar de ação da esquerda política.⁷⁷⁷

Ao direcionar o seu olhar para a América Latina e para o mundo em desenvolvimento, ele destacou que a partir de uma Teologia do desenvolvimento, alicerçado num novo humanismo cristão, formado a partir do espírito do Vaticano II, o Continente conseguiria empreender um processo de crescimento que proporcionasse melhores condições de vida para os mais humildes. Lembrando que um dos principais temas que levou Dom Helder a afastar-se da SUDENE, foi a compreensão que aquele órgão empreendia um desenvolvimento que distanciava cada vez mais os ricos dos pobres, proporcionando um colonialismo interno e um desenvolvimento sem justiça social.

Acreditava Dom Helder, que o ITER, ao formar sacerdotes e leigos, contribuiria para esse processo e para a transformação da própria vivência cristã, como destacou:

Ganharemos em estudar a secularização, ângulo latino-americano. Os cristãos deste Continente optamos pelo desenvolvimento, que transformamos em batalha nossa.

Ora, não podemos ter ilusões: na medida em que o desenvolvimento se firma em nossas áreas, delas irá desaparecendo o cristianismo ingênuo de nossa Gente. Que belo desafio, formular um desenvolvimento integral que leve as Massas a tronar-se Povo o simultaneamente, reembase a fé de nossos Caboclos, transfiguro mágica e fatalista, de hoje, em encontro pessoal e adulto com o Cristo, amanhã.⁷⁷⁸

Uma nova concepção de fé cristã é então apresentada, uma fé pautada na compreensão de um humanismo cristão de que o homem é coautor de Deus na construção de sua própria realidade. Assim, para Dom Helder, o Instituto poderia contribuir na criação de uma Teologia que possibilitasse uma mudança social. Nesse caso, destacou o Arcebispo o texto do Papa Paulo VI na Encíclica *Populorum Progressio*, lendo o seguinte trecho ao seu público: “O Papa chega a dizer: que nos entendam bem; a situação presente deve ser enfrentada corajosamente. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundas e inovadoras. As reformas devem ser empreendidas, sem nenhuma demora.”⁷⁷⁹

⁷⁷⁷ Desenvolvimento é meta para a Igreja. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1967. p.5; Igreja pode abolir escravidão econômica, afirma Dom Helder. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de outubro de 1966. Cad. 1º - p.2

⁷⁷⁸ Ibid .p.4

⁷⁷⁹ Ibid

Ao direcionarmos nosso olhar para um dos textos lidos na Universidade de Cornell, em 1967, Dom Helder explicou:

An important feature of the new vision of christian humanism is its understanding attitude towards the atheistic humanisms. Far from being startled or irritated at the sight of some of the more important philosophical systems of our time treading the path to an atheistic humanism it rejoices in that, although there is a theoretical estrangement from God to be deplored, there is at least the desire to safeguard man, which means safeguarding half the Law. And he who clings tightly to the creature also clings, no matter how unintentionally or unwittingly, to the Creator and Father.⁷⁸⁰

Contudo, dentre as consequências desses discursos que defendiam os diálogos entre campos distintos dos humanistas, cristãos e ateus, estiveram as acusações de que Dom Helder Câmara era comunista, recebendo da imprensa e de opositores a alcunha de Arcebispo Vermelho.⁷⁸¹ Em vários momentos, como exposto no decorrer dessa tese, Dom Helder condenou frequentemente o uso de discursos de caráter puramente anticomunista, como forma de argumentação unilateral e com intuito de combater um suposto inimigo externo/interno. Para o religioso em questão, a prática anticomunista acabava, muitas vezes, servindo de publicidade para a esquerda e de pouca eficácia para aqueles que se opunham a tal pensamento político e filosófico.

Como exemplo dessa crítica, destacamos um evento de formatura da turma de medicina da Universidade Federal de Alagoas, em 1967, em que ele foi escolhido para ser paraninfo.⁷⁸² Nessa ocasião, antecipou o Arcebispo de Olinda e Recife certos aspectos das condições de funcionamento e atuação dos sindicatos rurais que seria exposto no mês seguinte exposto na cidade de Carpina no I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais.⁷⁸³ O texto de Carpina, que levou à interpelação judicial de

⁷⁸⁰ “Uma característica importante da nova visão do humanismo cristão é sua atitude de compreensão para com os humanismos ateus. Longe de se assustar ou se irritar com a visão de alguns dos sistemas filosóficos mais importantes de nosso tempo trilhando o caminho do humanismo ateuista, alegra-se que, embora haja um distanciamento teórico de Deus a ser deplorado, há pelo menos o desejo para salvaguardar o homem, que significa salvaguardar metade da lei. E aquele que se apega firmemente à criatura também se apega, não importa quão involuntariamente ou involuntariamente, ao Criador e Pai.” (Tradução nossa). CÂMARA, Helder. **Religious and secular humanism today**. Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 de fevereiro de 1967j. p.2-3

⁷⁸¹ Cf.: FERRARINI, 1992; Sobre o anticomunismo destinado pelos opositores a Dom Helder nos periódicos, indicamos os seguintes exemplos: CHATEUBRIAND, Assis. A lividez dos monstros frios. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 de novembro de 1967. Cad. 1º - p.4; CHATEUBRIAND, Assis. De Hitler a Mão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 de janeiro de 1968. Cad.1º - p.4; ANDRADE, Theophilo. A “igrejinha” vermelha. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de janeiro de 1970. Cad. 1º - p.4; TFP declara em carta que nunca chamou padre Helder de “Arcebispo Vermelho”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1968. p.23

⁷⁸² Cf.: CÂMARA, 1967dd.

⁷⁸³ Cf.: CÂMARA, 1968a

Dom Helder Camara, foi um dos mais controversos do religioso, como visto no quinto capítulo. Voltando ao escrito apresentado na UFAL, em dezembro de 1967, que recebeu o título: *Doença aguda de que livrar o Brasil*, nós encontramos uma antecipação do que falaria Dom Helder posteriormente aos camponeses no município de Carpina, sendo assim um texto importante para compreender o engajamento desse religioso em prol da justiça social.

Falando aos formandos do curso de medicina, no tópico chamado: *Medo dos Trabalhadores*, Dom Helder destacou que o medo social, criado pelo anticomunismo, fazia com que todos aqueles que tinham uma vida pública de ativismo, fossem classificados por seus opositores como socialistas ou comunistas. O religioso denunciou que: “Levantar-se contra injustiças, mesmo que sejam gritantes? É subversivo. Congregar companheiros para reagir, mesmo de maneira não-violenta e democrática, contra injustiças? É esquerdista e agitador perigoso.”⁷⁸⁴ Observações, nesse sentido, podem ser localizados em vários outros textos de Dom Helder, tendo em vista que o próprio religioso foi frequentemente acusado de ser subversivo/comunismo. Sobre as práticas anticomunistas e as denúncias dos opositores em relação a Dom Helder Camara, destacamos um trecho de uma entrevista do Arcebispo de Olinda e Recife sobre esses episódios, em que ele argumentou: “Quanto à acusação de comunista, acentuou que se um bispo, um sacerdote, alguém, em vez de dar esmolas, procura ajudar o pobre a ter consciência de si mesmo, de suas potencialidades, de capacidade de superação, é considerado comunista.”⁷⁸⁵

Somando-se a essa questão, no mesmo texto da UFAL, o Arcebispo Camara apontou também que o anticomunismo acabava tendo como alvo todos aqueles que se opunham ao *status quo*, sem levar em consideração a realidade de fato. Nesse sentido, no decorrer desse mesmo texto, agora no tópico: *Medo do Comunismo*, Dom Helder enfatizou:

Quando haverá bom senso para entender que:

⁷⁸⁴ CÂMARA, 1967dd. p.2

⁷⁸⁵ Dom Helder não quer ser primeira página. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1966. p.6; Em outros momentos opositores dentro e fora da hierarquia da Igreja Católica procuraram associar Dom Helder ao comunismo. Como exemplos de práticas anticomunistas direcionadas a Dom Helder Câmara, confirmam: “*El Telegrafo*”: D. Helder não vê males do comunismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1969; Abreu Sodré: Dom Helder é um Fidel Castro de batina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1970. p.7; D. Geraldo Sigaud: Padres católicos e padres comunistas. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1968. p. 52-53

- o anti-comunismo unilateral e extremado é perigoso como o comunismo: em nome dele se cometem arbitrariedades tão revoltantes que valem como propaganda do comunismo;
- a melhor maneira de combater o comunismo é vencer a miséria e levar à prática as reformas de base, não em termos de revisão e retoques, mas de mudanças profunda e rápida.⁷⁸⁶

Ao participar de um evento na Bélgica, no ano de 1970, Dom Helder discursou sobre questões políticas relativas ao Pacto do Atlântico e às tensões da bipolarização do mundo entre capitalistas *versus* socialistas.

Sobre essa abordagem, enfatizou o Arcebispo:

II. Algumas graves implicações de um Pacto que parece tranquilo
1. Obsessão anti-comunista e suas consequências

Há pessoas inteligentes e sinceras que julgam, tranquilamente, que o mais grave problema de hoje é a luta entre comunistas e não-comunistas. Os que pensam desta maneira, olhando o lado socialista, descobrem nele o esmagamento da pessoa humana, da família, da pátria, da Religião; olhando o lado anti-comunista, nele encontram a honra, o amor da verdade, o respeito aos direitos humanos, às tradições familiares, nacionais e religiosas. É fácil compreender que aqueles que tem esta visão do mundo desejam Cruzadas contra o Comunismo e tenham uma aprovação prévia para todas as medidas necessárias – inclusive as guerras mais sangrentas e horríveis – desde que se trate da defesa do Mundo livre.

A divisão, a verdadeira divisão, em nossos dias não é entre capitalismo e socialismo, entre leste e oeste, mas entre o hemisfério norte e o hemisfério sul.⁷⁸⁷

Nessa citação, encontra-se uma crítica ao posicionamento anticomunista, procurando o clérigo em questão redirecionar o foco para o que ele entendia como a verdadeira ameaça, no caso, os problemas econômicos oriundos do distanciamento da qualidade de vida entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas. O maniqueísmo político foi então alvo de condenações desse religioso, que acreditava poder construir, por meio do diálogo e de uma visão humanista, um desenvolvimento socioeconômico realmente integral e com alicerces cristãos.

Enfim, construir um caminho humanista e integral para o desenvolvimento, na concepção dos textos de Dom Helder Camara, passava pela criação de diálogos entre a doutrina social da Igreja e campos do saber técnico e, também, dos intelectuais ateus. No lugar do enfrentamento anticomunista, a proposta era a interlocução e a criação de uma rede de atuação e reflexão que viabilizasse um desenvolvimento das nações pobres.

⁷⁸⁶ Ibid. p.5

⁷⁸⁷ CÂMARA, 1970i. p.2

Sobre as especificidades do entendimento sobre o desenvolvimento e o papel da Igreja nesse processo, abordaremos mais detalhadamente no próximo subcapítulo.

6.3. Desenvolvimento é o novo nome da Paz

Na década de 1960, as atividades sociais, pastorais, políticas e intelectuais do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, tiveram no tema do desenvolvimento um mote para articular com assuntos que ele considerava pertinentes e necessários para serem abordados naquele momento. Nesse sentido, nos escritos desse religioso, encontram-se abordagens e defesas variadas de projetos relacionados ao desenvolvimento, revelando uma multiplicidade de conceitos e reformulações de concepções durante os anos. Relevante destacar que em paralelo à defesa de um desenvolvimentismo social e econômico com bases cristãs, não havia apresentações de propostas com procedimentos sistemáticos de como colocar em prática tais projetos.

A atuação de Dom Helder Camara em prol do desenvolvimento socioeconômico, sendo esse alicerçado em preceitos alinhados com a doutrina social da Igreja, esteve alinhado a uma percepção de conciliação entre grupos sociais ricos e pobres. Mesmo que, em muitos momentos, essa conciliação era entendida a partir de um condicionamento que partia da ideia que era necessário criar condições de melhorias econômicas para a elite, defendendo que isso repercutiria na vida dos mais humildes. Contudo, isso se dava a partir de um entendimento da responsabilidade e do compromisso dos empresários em relação aos mais humildes.

Na documentação produzida por Dom Helder, como naquelas que têm o Arcebispo como tema, encontra-se com facilidade referências a encontros com representantes do campo empresarial, banqueiros, usineiros, políticos, acadêmicos e etc. Indicando assim a pluralidade daqueles que compunham as redes de relações dos eclesiásticos em questão. Esses contatos eram estratégicos para a implantação e financiamento das iniciativas do Arcebispo Camara. Em sua entrevista a José de Broucker, depois de ser questionado sobre o seu trânsito pelos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, Dom Helder respondeu:

It's true that so far I have mainly visited industrialized countries. In a way it is more important and more urgent. If I can help the industrialized countries to see more clearly I shall be helping the whole of the Third World, not just

Africa or Asia or Latin America. And in any case our minorities in the Third World manage better by themselves.⁷⁸⁸

Lembrando que Dom Helder não participou de nenhum evento em países socialistas, palestrando na maior parte das vezes no continente Europeu, Estados Unidos, países latino-americanos. Além de discursar, nos anos 1960, apenas uma vez no continente africano e no Japão. Nesse fragmento da entrevista concedida pelo Arcebispo de Olinda e Recife ao jornalista Broucker, encontra-se a justificativa de transitar por esses países classificados como de primeiro mundo, tendo como parte de um trabalho que concernia em mudar a mentalidade dessas nações, em que tentava construir uma perspectiva humanista para as relações comerciais e de políticas do mundo.⁷⁸⁹

Em outro momento, enquanto discursava na cerimônia de formatura conjunta de turmas de Filosofia e de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste, Campina Grande, Paraíba, Dom Helder Camara novamente ressaltou o objetivo de criar um clima de desenvolvimentismo com bases cristãs, a partir de uma conscientização dos mais ricos. Sobre essa questão, falou o sacerdote Dom Camara: “Sem ser especialista em economia, repelimos como anti-humana a teoria que leva a investir sempre e apenas onde os lucros são mais altos, mais rápidos e mais seguros.”⁷⁹⁰ Nessa perspectiva, de um posicionamento humanista, com bases cristãs, que Dom Helder Camara procurou em seus textos defender um desenvolvimentismo das nações pobres como uma responsabilidade cristã ou humanista dos mais ricos.

Para compreender melhor o posicionamento e repercussão dessa atuação de Dom Helder Camara, vamos escolher como um caso emblemático a participação dele num evento na Alemanha no ano de 1970. O governo da Alemanha Federal –

⁷⁸⁸ “É verdade que até agora visitei principalmente países industrializados. De certa forma, é mais importante e mais urgente. Se eu puder ajudar os países industrializados a verem mais claramente, estarei ajudando todo o Terceiro Mundo, não apenas a África, a Ásia ou a América Latina. E, em qualquer caso, nossas minorias no Terceiro Mundo administram melhor por si mesmas.” (Tradução nossa). BROUCKER, 1979, p.211

⁷⁸⁹ Essas viagens eram acompanhadas e noticiadas pelos órgãos de imprensa, destacando a atuação e impactos dos discursos do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. Como exemplo dessas reportagens, nós indicamos: Dom Helder nos USA discutirá Igreja e Revolução Social na A[mérica] L[atina]. **Diário Pernambuco**, Recife, 13 de janeiro de 1965. Cad.1º - p.3; D. Helder Câmara volta satisfeito dos seus contatos nos Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 de fevereiro de 1965. Cad. 1º - p.21; Dom Helder viaja a Roma. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 de abril de 1966. Cad. 2º - p.12; Dom Helder parte para uma semana de diálogos nos Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 de fevereiro de 1967. Cad.2º - p.16; Revolução social da América Latina não se faz com armas e depende de reforma nos EE.UU., diz D. Helder. **Diário de Pernambuco**, 22 de fevereiro de 1967. Cad. 1º - p.5; Helder voltou ontem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 de junho de 1968. Cad.1º - p.1

⁷⁹⁰ CÂMARA, Helder. **A Universidade e a integração nacional**. Formatura conjunta da Escola de Filosofia e da Escola de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste, Campina Grande, Paraíba, 11 de dezembro de 1966f. p.2

lembrando da bipolarização do mundo no pós II Guerra Mundial em que esse país teve seu território dividido entre a área de influência ocidental e capitalista e a parte oriental e socialista – organizou a partir do *Deutschen Forum fuer Entwicklungspolitik* um evento destinado a discutir as expectativas para a segunda década do desenvolvimento. Na ocasião, o Arcebispo de Pernambuco palestrou na abertura e fez um balanço da primeira década do desenvolvimento, os anos 1960;⁷⁹¹ conquistas e frustrações; e, principalmente, umas críticas às relações desiguais do comércio internacional. Essa abordagem está alinhada a vários outros textos, com destaque para “*Vamos ao âmago do problema*”, feito em Amsterdam, Holanda, ainda em 1966.⁷⁹²

Ao rememorar sua participação nesse evento na Alemanha, Dom Helder falou:

I remember one occasion when a government minister in the German Federal Republic had the idea of holding a forum on development. He invited representatives from all the political parties, Churches and universities in the Republic. There were also representatives from all the major West German associations and business concerns, including the multinationals, and representatives of youth organizations. I was officially invited to speak on behalf of the Third World, and to declare the conference open.

I said that the Third World was being oppressed from within by internal colonialism and from without by the unjust politics of international commerce. I said that if the rich countries had the courage to trace the roots of their wealth they would see that they were buried deep in the misery of the Third World.⁷⁹³

No episódio do fórum na Alemanha, Dom Camara fez a leitura de um texto que ele intitulou: *Anseios dos países sub-desenvolvidos em face das nações industrializadas*, momento em que defendeu:

O Fórum Germânico para a Política do Desenvolvimento me encarregou da responsabilidade de tentar interpretar, nesta sessão soleníssima, os Anseios

⁷⁹¹ Cf.: CÂMARA, Helder. **Anseios dos países sub-desenvolvidos em face das nações industrializadas**. Palestra realizada em Bonn, na sala Beethoven, durante a cerimônia de abertura da 2ª Década do Desenvolvimento, iniciativa do “Deutschen Forum fuer Entwicklungspolitik”, sob os auspícios do Governo Alemanha Federal. Bonn, Alemanha, 23 de outubro de 1970o.

⁷⁹² Cf.: CÂMARA, 1965e

⁷⁹³ “Lembro-me de uma ocasião em que um ministro de governo da República Federal da Alemanha teve a ideia de realizar um fórum sobre desenvolvimento. Ele convidou representantes de todos os partidos políticos, Igrejas e universidades da República. Havia também representantes de todas as principais associações e empresas da Alemanha Ocidental, incluindo as multinacionais, e representantes de suas organizações. Fui oficialmente convidado para falar em nome do Terceiro Mundo e declarar aberta a conferência.

Eu disse que o Terceiro Mundo estava sendo oprimido por dentro pelo colonialismo interno e por fora pela política injusta do comércio internacional. Eu disse que se os países ricos tivessem a coragem de rastrear as raízes de sua riqueza, veriam que estavam profundamente enterrados na miséria do Terceiro Mundo.” (Tradução nossa) BROUCKER, 1979. p.173

dos Países sub-desenvolvidos em face das Nações industrializadas, ao abrir-se a 2ª Década do Desenvolvimento.

Nós todos sabemos que a oportunidade exata de conhecer, mais do que os anseios, as exigências do Mundo subdesenvolvido, será a próxima Assembléia das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Deus permita que não se renove o fracasso das duas Reuniões anteriores, durante as quais os Países de abundância foram de uma revoltante e perigosa frieza ante o esforço dos Países subdesenvolvidos desejosos de demonstrar que sua pobreza alimenta a riqueza das Nações industrializadas e post-industrializadas.⁷⁹⁴

Na parte inicial do seu discurso, exposto acima, o então Arcebispo Metropolitana de Olinda e Recife, Dom Camara, repetiu uma crítica presente em muitos de seus discursos no decorrer da década 1960 sobre as relações desiguais no comércio internacional entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Em sua fala, observa-se o entendimento dele sobre a necessidade de se mudar as formas como as nações ricas se portavam frente aos mais pobres, sendo, posteriormente, nesse mesmo texto levantado a alternativa de se olhar as questões financeiras, a partir de um viés humanista. Em suas palavras: “... para além das barreiras de raças, línguas, religiões, ideologias. Seja um Encontro em que Consciência Humanas escutem uma Voz Humana, na ânsia de abrir caminhos para um Mundo mais solidário e mais humano.”⁷⁹⁵

Nesse discurso de Dom Helder Camara, feito na cidade de Bonn, Alemanha, estruturou seus argumentos em duas frentes distintas. Na primeira, como dito na entrevista citada anteriormente ao jornalista Broucker, ele retomava a discussão das explorações advindas do colonialismo interno, que poderia ser caracterizado pelas regiões ricas (Sul e Sudeste) e pobres (Norte e Nordeste), como também entre classes sociais distintas. Contudo, a segunda frente relacionava a questões sobre as relações comerciais do mundo desenvolvido e subdesenvolvidos, tornou-se o cerne do texto apresentado na Alemanha.

Ao expor essas questões aos presentes no Fórum na Alemanha, Dom Helder repetiu uma estratégia, usada em outros textos, de expor alguns dados sobre as mazelas que assolavam as dinâmicas entre nações ricas e pobres no campo social, político e econômico. Como exemplo dos dados usados por Dom Helder, estava a informação que 2/3 da humanidade viviam em condições subumanas. Esse número de 2/3 esteve

⁷⁹⁴ CÂMARA, 1970o. p.1

⁷⁹⁵ Ibid. p.1

presente nas falas deste religioso desde a década de 1950 e também apareceu em muitos dos discursos dele enquanto Arcebispo de Olinda e Recife.⁷⁹⁶

Além disso, apropriando-se do Relatório Prebisch, documento citado em outros momentos dessa tese, o clérigo em questão abordava a questão das relações desiguais no comércio internacional e da pouca preocupação das nações ricas com as condições subumanas que muitos países pobres se encontravam. Nesse caso, expunha em suas falas que segundo o referido documento organizado pelo economista Raúl Prebisch, as nações desenvolvidas destinavam apenas 1% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para ajudar os países subdesenvolvidos e que esse quantitativo era insuficiente para diminuir as desigualdades entre o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo. Nesse cenário, a ajuda financeira acabava sendo benéfica aos países ricos que conseguiam com os juros dos empréstimos ou nas relações desiguais de comércio um valor muito superior ao emprestado inicialmente. Outro dado, comum nos textos de Dom Helder no ano de 1970, era de que 20% da população mundial possuíam 80% dos recursos da terra.

Relevante destacar que esses dados, que davam o aspecto técnico ou o respaldo científico aos discursos de Dom Helder Camara, não vinham acompanhados de referências de onde tinham sido encontrados. Dificultando assim, a análise das fontes consultadas pelo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Para se ter uma ideia da presença desses números nos textos utilizados por esse Arcebispo entre os anos de 1964 a 1970, nós elaboramos as tabelas abaixo:

Tabela 8: Presença de dados técnicos nos discursos de Dom Helder Camara apresentados no Brasil (1964-1970)

Data	Local	Ocasião	Discurso
19.12.1964	Pernambuco, Brasil	Formatura da turma Agronomia da UFRPE	Discurso de Paraninfo da Escola de Agronomia, da Universidade [Federal] Rural.
26.08.1966	Bahia, Brasil	Formatura da turma do curso da CEPAL	Palavra de Paraninfo: aos concluintes do curso da CEPAL, 1966.
08.12.1966	Rio Grande do Norte, Brasil	Formatura da turma em direito da UFRN	Superação do colonialismo interno.
13.12.1966	Minas Gerais, Brasil	Formatura da turma em Ciências econômicas	Desenvolvimento e humanismo.

⁷⁹⁶ Considerando o elevado número de textos e o fato de abordarmos eles nas Tabelas 8 e 9, decidimos deixar as referências completas na seção Referências desta tese.

16.12.1966	Pernambuco, Brasil	Formatura da turma em Filosofia da UFPE	I Seminário de Ação Comunitária.
12.01.1967	São Paulo, Brasil	Formatura da turma da Escola Politécnica da USP	Diálogo de universidades.
15.12.1968	Minas Gerais, Brasil	Formatura da turma em Engenharia da UFMG	Hora de libertação.

Tabela 9: Presença de dados técnicos nos discursos de Dom Helder Camara apresentado em outros países (1964-1970)

Data	Local	Ocasão	Discurso
24.11.1965	Roma, Itália	Palestra a seminaristas franceses que residiam em Roma	O que o Concílio não pode lidar.
27.11.1965	Amsterdã, Holanda	Conferência Européia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas	Vamos ao âmago do problema.
25.04.1966	Bruxelas, Bélgica	Evento organizado pelos Patrões Cristãos e pelo Cardeal Dom Suenens	Missão a confiar à Bélgica.
10.1966	Buenos Aires, Argentina	Conferência de Mar Del Plata	Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina.
07-09.02.1967	New York, EUA	Simpósio na Cornell University	A Universidade e a Igreja: parceiros em humanização.
07.02.1967	New York, EUA	Simpósio na Cornell University	Religious and secular humanism today.
10.02.1967	EUA	Simpósio na Cornell University	Educação para a mudança.
13.02.1967	EUA	Simpósio na Cornell University	Relações ecumênicas: problemas antigos, novas possibilidades.
27.05.1967	Milão, Itália	Evento organizado pela Arquidiocese de Milão	Recife e Milão, irmãs em responsabilidade em face do desenvolvimento.
25.04.1968	Paris, França	Sem dados do evento	Única opção, a violência?
25.04.1968	Paris, França	Sem dados do evento	Violência: Única opção? Um Bispo brasileiro se interroga.
05-12.12.1968	Dakar, Senegal	Congresso organizado por Juristas Católicos	Mensagem fraterna aos juristas Católicos.
08.04.1969	Manchester, Inglaterra	Evento organizado pela Student	Em “Resposta à crise”, que deves fazer.

		Christian Movement	
01.1970	New York, EUA	Palestra na Columbia University	Depoimento pastoral sobre um relatório técnico.
01.1970	EUA, Canadá, Suíça	Sem dados dos eventos	Lições vitais da Guerra do Vietnã.
01.1970	EUA, Canadá, Suíça	Sem dados dos eventos	Gandhi, onde está tua vitória?
13.01.1970	Canadá	Evento organizado pela Western Conference of Priest	Esperança em uma comunidade mundial.
29.01.1970	Suíça	Evento organizado pelo Word Council of Churches	Projeto de desenvolvimento e preocupação com mudanças estruturais.
20.05.1970	Salzburg, Áustria	Congresso Mundial “Juventude e Desenvolvimento”	Impossível desenvolvimento sem juventude.
25.05.1970	Orleans, França	Sem dados do evento	Joana D’Arc, será que compreendes e mas a não-violência?
20.10.1970	Kyoto, Japão	Evento organizado pela Assembleia Geral do “World Conference on Religion and Peace”	As religiões e as necessárias mudanças de estruturas no Mundo de Hoje.
23.10.1970	Bonn, Alemanha	Evento organizado pela Deutschen Forum fuer Entwicklungspolitik	Anseios dos países subdesenvolvidos em face das nações industrializadas.

Somando os textos citados nas duas tabelas anteriores, temos um número total de 29 discursos que foram apresentados no Brasil e no exterior, no decorrer dos anos de 1964 a 1970. Dentre esses discursos, observando a *Tabela 8*, encontramos um número de 7 palestras realizadas em território nacional. As ocasiões em que esses escritos foram lidos pelo Arcebispo Camara foram de cerimônias organizadas em instituições do ensino superior, tendo como público alvo formandos, graduandos e professores. Lembremos da informação repassada pelo próprio Arcebispo, em 1967, que, no Brasil, apenas 2% da população chegava a concluir um curso superior.⁷⁹⁷ Desse modo, os interlocutores brasileiros de Dom Camara que foram confrontados pelas falas desse religioso a um ou mais de um dos dados supostamente científicos, citados

⁷⁹⁷ CÂMARA, 1967dd, p.5

anteriormente, correspondiam a uma elite intelectual ou técnica do país, tendo em vista o perfil dos cursos em que Dom Helder repetiu os citados números.

Enquanto que no caso da *Tabela 9*, correspondente aos discursos feitos em outros países, mapeamos um total de 22 textos que retomavam um ou mais dos dados que indicavam nos discursos a precariedade socioeconômica da maior parte da população mundial. Diferente dos textos apresentados em território brasileiro, nós encontramos nos discursos apresentados em outros países, por Dom Camara, um cenário de interlocutores mais variados e complexos para delimitar um perfil. Acreditamos que a recorrência desses dados tidos como técnicos nos discursos desse religioso em território internacional se davam na tentativa argumentativa de chocar o público e de legitimar suas propostas de pensar um desenvolvimento com bases num humanismo cristão, base para um desenvolvimentismo integral. Relevante destacar que esses dados também faziam parte da escrita desse religioso nas cartas circulares à Família Mecejanense.

Retomando o discurso: *Anseios dos países subdesenvolvidos em face das nações industrializadas*, apresentado por Dom Helder Camara na cidade de Bonn, Alemanha, abordarmos outro ponto que consideramos relevante. No caso, tratava-se da articulação da ideia de desenvolvimento com uma perspectiva de justiça social de bases cristãs. Em certo momento do referido evento, pronunciou arcebispo brasileiro:

Quando os Povos abrirão os olhos para evidencia de que a violência mãe de todas as violências são as injustiças existentes, infelizmente, em toda parte!?...

Esta violência nº1 dá e dará sempre mais nascimento à violência nº1 dá e dará sempre mais nascimento à violência nº2: a resposta dos Oprimidos ou da Juventude em nome dos sem voz.

Na medida em que a reação dos Oprimidos chega à rua, o Governo se sente no direito e na obrigação de interferir com a violência nº3.

E cai o Mundo na perigosa espiral de violência que aí está diante dos nossos olhos.⁷⁹⁸

Essa citação permite-nos adentrar em outro aspecto relevante dos discursos de Dom Helder, no caso, a relação do desenvolvimento socioeconômico com a questão da violência e da ação de não-violência. Pensar no movimento de ação não-violência nos moldes de Mahatma Gandhi, na Índia, ou do Pastor Martin Luther King, nos EUA, e como adaptá-lo à realidade brasileira ou da América Latina esteve presente nos escritos de Dom Helder Camara, no decorrer da década de 1960. Procurando, nessas práticas,

⁷⁹⁸ CÂMARA, 1970o.p.5

não condenar ou discriminar aqueles que recorreram à violência para enfrentar situações de opressão política ou econômica.⁷⁹⁹

Para entender quais motivos levaram Dom Helder a perceber no movimento de não-violência um nicho para discussão sobre a necessidade de empreender um desenvolvimento para regiões pobres do mundo, torna-se relevante retornarmos, por uns instantes, ao cenário do Concílio Ecumênico Vaticano II.⁸⁰⁰ No caso, encontram-se nas cartas circulares desse religioso do período do Concílio, especificamente no último ano, 1965, algumas referências à personalidade e feitos do pastor norte-americano Martin Luther King e sua luta contra o racismo por meio da Ação não-violenta.

Na circular de nº 17, escrito entre 26/27 de setembro de 1965, Dom Helder Camara transcreveu na íntegra para os interlocutores da Família Mecejaneense três cartas distintas que seriam enviadas: uma ao Papa Paulo VI, outra ao Pastor Martin Luther King e uma terceira ao Rei da Bélgica, Balbuíno I. Dentre essas missivas, selecionamos a mensagem para o pastor norte-americano Martin L. King.

Meu caro Irmão, Pastor Martinho Luther King

Quando da minha última viagem aos USA, estava com uma audiência marcada com Você para 2ª feira, quando, no Domingo anterior, você foi preso, em Alabama. Permita-me aproveitar a visita que lhe faz a Dra. Hildegard Goss-Mayr, para transmitir-lhe um apelo que me parece de importância capital para a paz do Mundo;

Acompanhamos suas lutas. Lemos *Strength to Love* e *Why we can't wait*. Você nos enche de alegria. A integração racial nos fala como um problema humano, diante do qual ninguém pode permanecer indiferente e estranho;

Mas, continuando a ser o Campeão da revolução não-violenta contra a segregação, é preciso, dada a sua fama (cuja importância, para um Pastor como você, se mede pelos resultados que puder trazer em favor dos homens), que você se transforme em Campeão do Desenvolvimento.

Nós amamos a paz. Mas não haverá paz sem justiça. E não haverá justiça sem que se chegue à revisão política internacional do comércio e do desenvolvimento. Tudo o mais – ajudas, talvez, generosas; tentativa de

⁷⁹⁹ Em alguns momentos, Dom Helder argumentou que não condenavam aqueles que oprimidos recorriam a violência. Contudo, ele preferia utilizar-se da não-violência. Cf.: CÂMARA, 1979, p.176-178 e 196-197; _____. Violência – Única opção? *In.*: **Paz e Terra**. nº 7. Junho, 89-97, 1968s; _____. **Educação para mudança**. USA, 10 de fevereiro de 1967k. p.5; _____. **Nova Inquisição ou tentativa de justiça para milhões?** Discurso proferido quando da visita do Emo. Cardeal Maurice Roy, presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Recife, Pernambuco, 03 de março de 1968c. p.2-3; _____. **Violência Única opção? Um Bispo brasileiro se interroga**. Paris, França, 25 de abril de 1968i. p.1 e 6; _____. 1968j. p.4-6; _____. **Violência dos pacíficos**. Discurso proferido na solenidade, no Recife, do Movimento “AÇÃO JUSTIÇA E PAZ”, abertura no ano-centenário do nascimento de Gandhi. Recife, Pernambuco, 02 de outubro de 1968m. p.1; _____. “**Eu tive um sonho...**”. Conferência realizada ao lhe ser atribuída o Prêmio Martin Luther King, recém-criado pela Southern Christian Leadership Conference. Atlanta, USA, 12 de agosto de 1970m. p.4; _____. 427° Circular, Bogotá, 22/23 de agosto de 1968. *Apud.*: _____. 2013b. p.225; _____. 583° Circular, Recife, 01/02 de outubro de 1969. *Apud.*: _____. 2013d. p.132

⁸⁰⁰ BARROS; OLIVEIRA. 2011. p.63; COMBLIN. 1983. p.40

identificar “desenvolvimento” com *birth-control* – não nos leva a o âmago do problema;

Seus compatriotas se batem contra o comunismo, porque ele esmaga a pessoa humana e os direitos do homem. Quando chegarão a entender que para 2/3 do Mundo que vivem em situação infra-humana, a palavra “liberdade” é, infelizmente, vazia de sentido?...

Podemos pensar em tê-lo conosco, ao mesmo por um dia, em Recife (Pernambuco, Brasil), talvez em maior, por ocasião de sua ida a Montevideú para o Congresso Latino-Americano de não-violência?

Recife é a capital do Nordeste Brasileiro, a mais crítica de nossas áreas sub-desenvolvidas. Estamos tentando começar ali, com enormes esperanças, um Combate não-violento, sem o qual seremos sempre párias. Mas penso em todo o 3º Mundo e o Discurso de saudação, que eu faria a você, teria dimensões mundiais. Se nós dois fôssemos irmãos, nossas idéias não poderiam ser mais próximas. Mas nós somos irmãos: temos o mesmo Pai e somos um em Jesus Cristo.

Mesmo que lhe seja impossível passar pelo Brasil e pelo Nordeste, conte sempre com nossas orações e nossa amizade.⁸⁰¹

Na transcrição da carta de Dom Helder Camara ao Pr. Martin L. King, nós conseguimos observar alguns pontos relevantes para o entendimento da ação não-violenta e do desenvolvimentismo para esse religioso católico. O primeiro ponto que destacamos foi que esse encontro entre os dois nunca chegou a acontecer. Em outras situações, tentaram fazer com que as agendas de ambos coincidissem, mas isso não foi possível. No decorrer da pesquisa, entramos em contato apenas com as cartas circulares escritas por Dom Helder aos seus interlocutores, impossibilitando de saber se o pastor norte-americano chegou a responder ou, em caso de resposta, como se referia ao Arcebispo de Olinda e Recife. Contudo, o que se nota na carta acima e em outras circulares é uma reverência respeitosa do religioso brasileiro em relação ao Pr. King.

Ao mencionar o Pr. Martin Luther King como “Campeão da revolução não-violenta”, referindo-se a lutar desse pelos direitos dos afro-americanos nos EUA, o Arcebispo Dom Camara levanta também a necessidade de que ele se transforme no “Campeão do Desenvolvimento”. Essa ressalva de Dom Helder faz sentido a partir do momento em que compreendemos o entendimento desse religioso em relação ao que deveria ser o cerne do movimento de não-violência.

De acordo com Dom Helder, a ação não-violenta deveria ter como escopo principal e primordial enfrentar aquilo que ele chamava de violência nº1 ou a mãe de todas as violências, no caso, a miséria.⁸⁰² Nessa perspectiva, o próprio Dom Camara

⁸⁰¹ CÂMARA, Helder. 17º Circular, Roma, 26/27 de setembro de 1965. *Apud.*: _____. 2009c. p.54-55

⁸⁰² Cf.: CÂMARA, Helder. **Esmagados por uma tríplice violência**. Palestra proferida na Convenção promovida pelo Halemere Group, sob o título: “Miséria é violência: a exploração do Terceiro Mundo”, na Round House. Londres, Inglaterra, 13 de abril de 1969e. p.1

chegou a confessar que sua visão em relação à não-violência estava mais próxima da experiência na Índia com Gandhi do que dos Estados Unidos com King.⁸⁰³ No entanto, entendemos que o ato de se aproximar – no cenário político da década de 1960 – estrategicamente de uma figura como o Pr. King daria uma visibilidade e legitimidade muito maior aos discursos e atividades sócio-pastorais empreendidas pelo Arcebispo Camara.

Para enfrentar o problema do subdesenvolvimento, como já visto em vários momentos dessa tese, Dom Helder acreditava que tinha que se modificar as dinâmicas das relações comerciais entre as nações ricas e as pobres, como evidente no trecho: “E não haverá justiça sem que se chegue à revisão política internacional do comércio e do desenvolvimento. Tudo o mais – ajudas, talvez, generosas; tentativa de identificar “desenvolvimento” com *birth-control* – não nos leva a o âmago do problema.”⁸⁰⁴ Importante destacar que essa carta foi escrita um mês antes da apresentação de Dom Helder Camara na 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965, em que leu o texto intitulado: “*Vamos ao âmago do Problema 1.*”⁸⁰⁵

A figura do Pr. Martin Luther King esteve presente nos escritos de Dom Helder Camara como um símbolo da luta pela não-violência, em que ele procurava associá-la aos empreendimentos do próprio Arcebispo de Olinda e Recife. Com o assassinato do Pastor King, em 1968, Dom Camara começou a ser apontado na imprensa internacional como o novo líder do movimento, como se observa abaixo na imagem publicada numa revista francesa:

⁸⁰³ CÂMARA, Helder. 276º Circular, Recife, 16/17 de agosto de 1965. *Apud.*: _____. 2009f. p.324; _____. BROUCKER, 1979, p.179

⁸⁰⁴ CÂMARA, Helder. 17º Circular, Roma, 26/27 de setembro de 1965. *Apud.*: _____. 2009c. p.54

⁸⁰⁵ Nesse discurso, Dom Helder Câmara organizou sua exposição em dez tópicos e o nono foi dedicado a não-violência e ao trabalho do Pastor Martin Luther King. Cf.: CÂMARA, 1965e. p.5



Imagem 11: Dom Helder Camara: um nouveau Martin Luther King?

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: 1966 BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.105

Abaixo dessa imagem tinha um texto revelando a perspectiva de Dom Helder em torno da Ação não-violenta e da forma como o Arcebispo católico entendia e defendia esse movimento. O artigo dessa revista se referia a uma palestra de Dom Helder Camara em Paris, em que caracterizou o momento da seguinte forma: “C'est peut-être la voix d'un nouveau Martin Luther King que nous avons entendue l'autre soir, à la Mutualité.”⁸⁰⁶ Importante nesse caso, revelar ao leitor que essa fonte histórica trata-se de uma folha solta num dossiê produzido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), Seção de Segurança Nacional (SSN). No caso desse dossiê, em específico, observa-se o escopo de catalogar informações sobre a atuação de Dom Helder Camara em âmbito internacional com relação à temática da não-violência.

No caso, essa fonte não possui uma referência nela mesma, mas acreditamos que um funcionário da SSN fez a seguinte anotação na ficha desse mesmo dossiê: “Anexo, de ordem, a pgs (sic) 10/12, as pgs (sic) 1/2, 7/8 da revista francesa “La Vie Catholique Illustrée”, de 21 de maio último, que traz, a pgs (sic) 21, um artigo sobre D. Helder.” Consideramos essa anotação como uma referência, lembrando que um mês antes do referido artigo no periódico: *La Vie Catholique Illustrée*, Dom Helder esteve em Paris e

⁸⁰⁶ “Talvez seja a voz de um novo Martin Luther King que ouvimos outra noite na Mutualité.” (Tradução nossa). Dom Helder Câmara: um nouveau Martin Luther King? *La Vie Catholique Illustrée*. s/d *Apud.*: Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: 1966 BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.105

apresentou na sala Mutualidade o texto: *Violência Única opção? Um Bispo brasileiro se interroga*,⁸⁰⁷ que, posteriormente, foi publicado com modificações na revista *Paz e Terra*, número 7.⁸⁰⁸ Ressaltamos que no encerramento do artigo ele cogitou que, talvez, os franceses estivessem ouvindo um novo Martin Luther King no *Mutualité*.

Ainda sobre a conferência de Dom Helder Camara, o *Jornal do Brasil*, por meio de um correspondente, que estava em Paris, apresentou o seguinte cenário: “Cerca de 300 policiais do lado de fora e 5 mil pessoas no interior da Grande Sala da Municipalidade, nesta Capital, ouviram ontem o padre Helder Camara se definir como partidário da não-violência para que se realize a reforma estrutural da América Latina.”⁸⁰⁹ *O Globo*, também por meio de correspondentes em Paris e Estrasburgo, destacou o impacto da fala do Arcebispo de Olinda e Recife na França, contudo, considerando a oposição dentro desse periódico, o dono Roberto Marinho tinha se pronunciado em outros momentos contra o Arcebispo Camara. Assim, observa-se um ataque à presença e à fala desse religioso. O título da notícia, *Dom Helder prega violência para obter Justiça Social*, indicava o tom da abordagem, em que se priorizou destacar transcrições de partes das falas do religioso em questão em que ele falava do respeito aos atos de violência dos oprimidos. Diluindo e não dando destaque, no decorrer do texto, ao fato de que o Arcebispo se declarava favorável e adepto a não-violência.⁸¹⁰

Contudo, além dessas informações sobre as fontes, o que se encontra é um periódico estrangeiro, no caso, uma revista francesa, colocando lado a lado o então assassinado ativista Pr. King e o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. Em 1970, depois de ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz e de não ganhar a referida premiação – por pressão do governo ditatorial brasileiro, que tinha no citado religioso um dos seus adversários – Dom Helder recebeu, no mesmo ano, um prêmio criado pela Southen Christian Leadership Conference, que tinha como objetivo reparar o que consideravam injustiça da comissão do Nobel da Paz.⁸¹¹

⁸⁰⁷ Cf.: CÂMARA, 1968i.

⁸⁰⁸ CÂMARA, 1968s.

⁸⁰⁹ Padre Helder se define em Paris contra a violência para reformar a A. Latina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968. Cad. 1 – p.18

⁸¹⁰ Cf.: Dom Helder prega violência para obter Justiça Social. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968. p.11; Em outros momentos os meios de imprensa tentaram associar a imagem pública de Dom Helder Câmara a violência, como pode ser observado nos seguintes artigos de jornais: Helder admira Guevara mas diz preferir King. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 de abril de 1968. Cad. 1º - p.1

⁸¹¹ PILETTI; PRAXEDES. 2008. p.315-323

Essa honraria da Southern Christian Leadership Conference teve o título: *Prêmio Martin Luther King*, e foi comunicado a Dom Helder por Ralph Abernathy que tinha assumido a liderança do movimento negro norte-americano, depois do assassinato do Pr. King.⁸¹² Esse episódio foi lembrado por Dom Helder em sua entrevista a Broucker, momento em que o Arcebispo comentou:

[...] Ralph Abernathy, actually came here to Recife on one occasion, to invite me to come to the United States and receive the said to the brothers of Martin Luther King Prize. I was very touched by that. But I said to the brothers of Martin Luther King, and the brothers of Ralph Abernathy, that they must extend their struggle. Because the battle against racial discrimination in the United States was only one aspect of the struggle to liberate the Third World. They must go on, but must go further afield.⁸¹³

Nesse trecho, Dom Helder retomou a abordagem de que o movimento de não-violência norte-americano deveria modificar ou ampliar seus objetivos, no caso, dar maiores visibilidades às injustiças sociais presentes em regiões pobres do mundo, mesmo que esses espaços estivessem dentro do território de nações do primeiro mundo. Lembrando que parte importante da perspectiva de Dom Helder sobre as dinâmicas de exploração estava no que ele chamava em seus textos de “colonialismo interno”. Na ocasião da premiação, Dom Helder apresentou um texto intitulado: “*Eu tive um sonho*”, em alusão ao famoso discurso do Pastor King. Esse escrito do religioso brasileiro procurou defender a não-violência como uma postura ativa no enfrentamento das injustiças sociais.⁸¹⁴

No campo prático, interessante observar que ainda no momento em que participava do Concílio Ecumênico Vaticano II, Dom Helder Camara ao se interessar pela Ação não-violência vivenciado na Índia e nos EUA, decidiu empreender uma experiência na Arquidiocese que acabava de se tornar responsável, em 1964. Nas cartas circulares, escritas ainda em Roma, encontram-se reflexões e articulações desse

⁸¹² Noticiário – Prêmio da Paz Martinho L. King. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 de agosto de 1970. Cad. 2º - p.5

⁸¹³ “[...] Ralph Abernathy, na verdade veio aqui ao Recife uma vez, para me convidar para ir aos Estados Unidos e receber o dito aos irmãos do Prêmio Martin Luther King. Fiquei muito tocado com isso. Mas eu disse aos irmãos de Martin Luther King e aos irmãos de Ralph Abernathy que eles deveriam estender sua luta. Porque a batalha contra a discriminação racial nos Estados Unidos foi apenas um aspecto da luta pela libertação do Terceiro Mundo. Eles devem continuar, mas devem ir mais longe.” (Tradução nossa). BROUCKER, 1979, p.181

⁸¹⁴ Cf.: CÂMARA, 1970m.

religioso no sentido de criar um movimento no Recife de não-violência, que foi concretizado na criação da Operação Esperança (OE).⁸¹⁵

No entanto, como vimos no terceiro capítulo, nos de 1965 e 1966 ocorreram fortes chuvas e enchentes no Recife, afetando principalmente as regiões próximas aos Rios Capibaribe e Beberibe. Com a situação calamitosa em que ficaram essas áreas da cidade, a recém-criada OE acabou desenvolvendo atividades de cunho assistencialista e de mobilização de moradores das comunidades pobres. Desse modo, no final das contas, os pressupostos ideológicos da Ação não-violenta pensado para a OE acabaram ficando apenas no papel.

Com relação à década de 1960, a influência do movimento não-violência levou Dom Helder a publicar três livros, que foram: *Revolução dentro da Paz*, que era uma compilação e reestruturação de alguns discursos do Arcebispo em questão e a obra *Espiral de Violencia*, que estabeleceu a miséria da população de nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento como a primeira violência, a violência que dava origem a todas as outras violências. Por fim, um livro em conjunto com o jornalista francês José de Broucker, intitulado: *Dom Helder Camara: la violence d'un pacifique*, ele retomou a discussão sobre a miséria ser a principal expressão ou materialização da violência.⁸¹⁶

A articulação entre os pressupostos de um posicionamento não-violento articulado com desenvolvimento pautava-se no argumento de enfrentar as injustiças sociais e, nesse processo, um lema comum nessa articulação foi: “Desenvolvimento é o novo nome da paz”, em referência à Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI, 1967.⁸¹⁷ Esse posicionamento, como veremos a partir de agora, foi um dos alicerces para organização e viabilização da Ação Justiça e Paz.

Em consonância com seu trabalho em prol de uma estruturação de uma Ação não-violência na defesa de uma perspectiva desenvolvimentista com bases cristãs, no início de 1968, organizou D. Helder o movimento que ele chamou inicialmente de Pressão Moral Libertadora (PML). Em suas cartas circulares para os membros da Família Mecejanense, Dom Helder Camara externou seu interesse em articular uma

⁸¹⁵ Cf.: CÂMARA, Helder. 01º Circular, Roma, 10/11 de setembro de 1965; 13º Circular, 22/23 de setembro de 1965; 23º Circular, Roma, 02/03 de outubro de 1965. *Apud.*: _____. 2009c; _____. 234º Circular, Recife, 31 de junho/01 de julho de 1965; 272º Circular, Recife, 11/12 de agosto de 1965. *Apud.*: _____. 2009f; _____. 01º Circular, Recife, 10/11 de dezembro de 1965. *Apud.*: _____. 2011a

⁸¹⁶ Respectivamente: CÂMARA, 1968r; _____. 1970q; _____. 1969h

⁸¹⁷ PAULO VI. 1967. p.21

força de trabalho dedicada a defender os pressupostos elencados até o momento. Sobre o clima de criação do movimento Pressão Moral Libertadora, o Arcebispo escreveu:

REPETIU-SE, NO RECIFE, NA NOITE DE ONTEM, o episódio da palestra na Sala da Mutualidade, em Paris. A Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco, encerrava, com uma conferência minha, a 2ª Semana de Estudos Econômicos. [...] O tema era apaixonante: “A face oculta do desenvolvimento”. A ovação da entrada, o entusiasmo e o carinho com que a palestra (uma hora) e os debates (hora e meia) foram recebidos, a apoteose da saída valeram, a meu ver, como um teste para a Pressão Moral Libertadora. Como estavam sedentos para conhecer a Pressão... Como ouviram com respeito, interessante e simpatia as respostas rasgadas que eu dei!...⁸¹⁸

A referência ao discurso feito por Dom Helder em Paris, na sala de Mutualidade, como destacamos anteriormente, serviu como parâmetro para construir discursivamente o cenário de aceitação entre os jovens estudantes e acadêmicos da UFPE em relação às ideias que o arcebispo defendia em torno de desenvolvimento socioeconômico de bases cristãs. Na circular, citada anteriormente, ao registrar que tratou do tema: “A face oculta do desenvolvimento”, Dom Camara expôs aos interlocutores da Família Mecejanense um clima favorável entre os jovens na aceitação da Pressão Moral Libertadora.

O comprometimento com a criação da Pressão Moral Libertadora, que tinha como base ideológica a ação não-violenta, encontrava resistências entre os aliados do arcebispo por causa do nome escolhido para o movimento. Segundo Dom Helder a palavra “Pressão” estava sendo questionada por clérigos e aliados leigos porque poderia levar a equívocos, como exemplo, esse termo poderia ser entendido como uma “pressão” política sobre assuntos tidos como fora da alçada da Igreja e da espiritualidade cristã. Podendo assim, conduzir a compreensão de envolvimento da Igreja ou seus membros em questões políticas, de caráter partidário.⁸¹⁹ No decorrer da Conferência de Medellín, em 1968, enquanto se discutia as estruturas e as perspectivas de uma Igreja Católica para o continente latino-americano, Dom Helder Camara aproveitou para se articular com os Bispos na criação do movimento de PML.⁸²⁰

Como resultado dos diálogos com os eclesiásticos e leigos, o Arcebispo de Olinda e Recife decidiu então alterar o nome da PML para um que possibilitasse a

⁸¹⁸ CÂMARA, Helder. 422º Circular, Recife, 09/10 de agosto de 1968. *Apud.*: _____. 2013b. p. 206

⁸¹⁹ Pe. Helder explica pressões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1968. p.7

⁸²⁰ Sobre as notícias da época relativas ao clima de articulações durante a Conferência de Medellín para a criação de um momento de não-violência, no caso a Ação de Justiça e Paz, nós indicamos a reportagem: Bispos da América Latina iniciam Conferência Hoje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1968. p.14

adesão imediata não apenas de religiosos e de leigos católicos, mas de todos aqueles que se reconheciam com as propostas do movimento da não-violência. Nas cartas circulares de números 429º e 430º, Dom Helder revelou aos seus interlocutores que decidiu mudar o nome de Pressão Moral Libertadora para Ação Justiça e Paz (AJP).⁸²¹ A escolha do novo nome foi estratégica, pois se alinhava à Comissão Pontifícia Justiça e Paz e a Encíclica *Populorum Progressio*, ambos criados por iniciativa do Papa Paulo VI em 1967.⁸²²

Contudo, a articulação para a mudança de nome para AJP e, também, o esforço de relacionar o trabalho empreendido em Pernambuco com aquele que vinha sendo feito pela Santa Sé, ocorreu antes mesmo da Conferência de Medellín. No caso, ainda no mês de março de 1968, aconteceu uma recepção feita no Recife ao Cardeal Maurice Roy, então Arcebispo de Quebec e Presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Segundo o *Diário de Pernambuco*, na ocasião, o Cardeal presidiu uma cerimônia para a instalação de uma Comissão no Estado de Pernambuco, aproveitando essa oportunidade Dom Helder Camara pronunciou-se sobre a relevância da participação da Igreja no desenvolvimento das regiões pobres do globo. Nesse periódico, encontra-se a seguinte justificativa para a presença do Cardeal Roy no Brasil: “O Presidente da Comissão Justiça e Paz está fazendo uma visita de um mês a dez países da América Latina para conhecer os problemas sociais, mantendo contatos com bispos, padres e associações que estejam ligadas à promoção humana.”⁸²³

Assim, podemos argumentar que considerando esse esforço de Roma em implantar núcleos por países da América Latina, nada mais oportuno do que associar a esse projeto da Igreja o movimento de Pressão Moral, que começava a ser pensado por Dom Helder. Ao receber o Cardeal Roy, Dom Helder Camara apresentou na solenidade o texto intitulado: *Nova Inquisição ou tentativa de Justiça para milhões*. No final desse discurso, Dom Helder dirigiu as seguintes palavras ao Cardeal de Quebec:

Permita, Eminência [Dom Maurice Roy], que trabalhadores da Zona Canavieira, em volta do Recife, clamem por justiça diante de Quem é, de certo modo, em nossa Cidade e em nossa Casa, a presença do Papa da

⁸²¹ CÂMARA, Helder. 429º Circular, Medellín, 28/29 de agosto de 1968; CÂMARA, Helder. 430º Circular, Medellín, 03/04 de setembro de 1968. *Apud.*: _____. 2013b. p.230-235

⁸²² CÂMARA, 1967m. p.5

⁸²³ Cardeal Roy em Recife ouve padre Helder e instala uma Comissão de Justiça e Paz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 de março de 1968. Cad.1 – p.19; Sobre a presença do Cardeal Roy e a criação da Comissão Justiça e Paz, ver também: CISNEIROS, Luís. Bastidores da política – Lenha na fogueira. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 de março de 1968. Cad.1º - p.6;

“Populorum Progressio”. Na hora em que nossa Comissão Receber estes depoimentos dramáticos é que propriamente ganhará existência jurídica. Tudo é muito especial ainda, neste querido Nordeste em desenvolvimento. Vamos ver que assumir graves riscos, embora conservando-nos rigorosamente dentro da lei. Vamos ter que ser ousados. Talvez seja melhor não usar o nome de Comissão Justiça e Paz. Talvez seja preferível chamar nossa Comissão, de Desenvolvimento e Justiça. Desenvolvimento é o novo nome da Paz. As duas Comissões serão irmãos. E Vossa Eminência, com Sua presença, é o melhor dos augúrios divinos para as nossas lutas pela promoção da Justiça e da Paz.⁸²⁴

Novamente, Dom Helder Camara procurou associar a atuação da Igreja em prol da justiça com o processo de desenvolvimento que acreditava ser vivenciado no Nordeste brasileiro dos anos 1960. Contudo, no lugar de Comissão, o nome escolhido foi Ação Justiça e Paz. Esse nome era emblemático para o referido arcebispo, sendo explicado no livro *Espiral de Violencia*, publicado em 1970, a mística desse movimento da seguinte forma:

- *Acción*: no sólo especulación, teoría, discusión, contemplación;
- *Justicia*: por todas partes se descubren injusticias; por todas partes hay necesidad de justicia;
- *Paz*: la justicia es la condición, el camino, la senda. Sólo pasando a través de la justicia se llegará a la paz auténtica y verdadera.⁸²⁵

Dessa forma, Dom Helder Camara apresentava à AJP e acredita que associando o seu movimento inicialmente restrito à Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz de Roma, poderia assim angariar apoio por parte dos membros da Igreja e de seus fiéis católicos em âmbito nacional e internacional. Mesmo que a AJP fosse apresentada por Dom Camara como um movimento que não se restringia à Igreja, maior parte de seus membros estavam ligados a uma denominação religiosa cristã, sendo católicas ou protestantes.

Uma estrutura da AJP foi apresentada por Dom Helder Camara aos seus interlocutores da Família Mecejanaense na carta circular que ele registrou como 427º – mas que, na realidade, corresponde, na sequência, ao número de 432º – em que podemos destacar cinco pontos que consideramos relevantes para entender o movimento e como ele estava vinculado à concepção do religioso em questão com as temáticas do

⁸²⁴ CÂMARA, 1968c. p.3

⁸²⁵ “- Ação: não apenas especulação, teoria, discussão, contemplação;

- Justiça: as injustiças são descobertas em todos os lugares; em todos os lugares há necessidade de justiça;
- Paz: a justiça é a condição, o caminho, o caminho. Só passando pela justiça será alcançada a paz autêntica e verdadeira.” (Tradução nossa). CÂMARA, Helder. **Espiral de violencia**. Salamanca, Espanha: 1970q. p.51

desenvolvimentismo e da ação não-violenta. O primeiro ponto relevante que ressaltamos corresponde a questão do *Nome e objetivo*, compreendido pelo referido religioso como escopo da AJP uma oportunidade de sair do campo do discurso ou teorias para uma prática social, econômica, política e pastoral. Isso, considerando um posicionamento anti-confessional, ou seja, não estando restrito a nenhuma instituição religiosa, logo, tornando-se um pólo de atração para todos aqueles que desejavam lutar pela justiça social.

As atividades da AJP deveriam viabilizar o que ele chamou de humanização daqueles que eram desumanizados pelas misérias oriundas das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da América Latina. A idealização de Dom Helder era de que a AJP proporcionasse uma integração fraternal entre as nações do continente, sem que essas relações fossem marcadas pela aplicação de práticas imperialistas. Na conclusão desse primeiro momento, definiu Dom Camara a AJP da seguinte maneira: “1.3. A Ação Justiça e Paz entende e pratica a não-violência como ação positiva, audaz e corajosa de inconformismo em face das atuais estruturas da América Latina.”⁸²⁶

O segundo ponto exposto nessa circular à Família Mecejanense foi o tópico chamado: *Programa*, basicamente se restringindo à citação de textos bases para o entendimento doutrinário da AJP. No caso, ele elencou os postulados bases da AJP a partir da referência aos escritos da *Carta Universal dos Direitos Humanos*, somando a essa indicação, a Constituição *Gaudium et Spes*, a Encíclica *Populorum Progressio* e outros textos tidos como alinhados a uma doutrina social da Igreja.

O tema do terceiro ponto foi *Linhas práticas de ação*, estabelecendo na ocasião a necessidade de criar grupos de estudos, preferencialmente com perfil interdisciplinar e com o objetivo de discutir modelos de desenvolvimento coerentes com a realidade dos países e/ou regiões onde seriam aplicados. Estudar os preceitos e métodos da ação não-violenta deveria ser uma prioridade também da AJP. Em complemento, foi elencado também as seguintes denúncias que eles deveriam enfrentar: as injustiças sociais econômicas no campo e na cidade; a priorização das nações ricas à corrida armamentista em detrimento do investimento das ações em desenvolvimento; delatar casos de violências contra movimentos ordeiros; combater práticas de monopólios nacionais ou internacionais e/ou práticas imperialistas e, por fim, acusar as práticas de

⁸²⁶ CÂMARA, Helder. 427º Circular [432], Recife, 09/10 de setembro de 1968;. *Apud.*: _____ . 2013b. p.239

desenvolvimento que ocasionassem prejuízos e/ou não priorizassem as necessidades dos mais humildes.

O quarto ponto, *Meios práticos de ação*, referia-se à articulação e à criação de um perfil de pessoas e de direcionamento de trabalho. Nesse sentido, estabeleceu Dom Helder, em sua circular, que as reuniões e os trabalhos da AJP deveriam adotar como norte a conscientização da população de seus direitos. Com relação àqueles que trabalhariam no movimento, para o Arcebispo, era importante ter o trabalho de técnicos empreendendo projetos desenvolvimentistas, mas isso deveria ser feito em paralelo à absorção do envolvimento de intelectuais e artistas. Além disso, caberia aos membros da AJP apoiarem greves de trabalhadores, desde que consideradas justas e também estivessem alinhados aos movimentos pacíficos em prol da justiça social, mesmo que esses atos levassem à prisão.

Enquanto o quinto e último ponto, intitulado: *Informações*, resumiu-se ao seguinte informe: “Na América Latina, de língua portuguesa, já existe um Centro de Informações no Recife (Arcebispo, Recife, Pernambuco, Brasil).”⁸²⁷

No dia 02 de outubro de 1968, em uma solenidade no Recife, com a presença do Cardeal de Quebec, Dom Maurice Roy, Dom Helder Camara conduziu o evento de criação da Ação Justiça e Paz.⁸²⁸ A data escolhida para o lançamento da AJP em Pernambuco foi pensada como homenagem ao nascimento de Mahatma Gandhi e, na atualidade, esse é o Dia Internacional da Não-Violência. Na ocasião do lançamento da AJP em Pernambuco, o Arcebispo em questão apresentou o texto: *Violência dos Pacíficos*, apresentando as diretrizes do movimento. Nesse momento, definiu Dom Camara:

A Ação Justiça e Paz reconhece que, em rigor, revoluções armadas que rebentaram ou vierem a rebentar puderam e poderão ser tidas como guerras de libertação.

E ele, a Ação Justiça e Paz não nasce para tentar amortecer o não dos Oprimidos, mas para ajudar a imprimir no não de todos nós, ao protesto de todos nós um corajoso sentido positivo, um alto e belo sentido construtivo.

A Ação Justiça e Paz não nasce para ser movimento morno, acomodado e acomodante, porque ele sabe que Deus vomita os tíbios. Ele quer ser e, com a graça divina, será a violência dos pacíficos.⁸²⁹

⁸²⁷ Ibid. p.241

⁸²⁸ Ação Justiça e Paz será lançada hoje por D. Helder. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 de outubro de 1968. Cad. 1º - p.3

⁸²⁹ CÂMARA, 1968m. p.2

Esse trecho revelava o perfil que Dom Helder Camara desejava que a AJP assumisse em suas práticas sociais e políticas. Novamente esse movimento era apresentado em consonância com o pensamento da não-violência, considerando que isso não correspondia à passividade ou ao comodismo. Para isso, desde o início, o Arcebispo Camara procurou apresentar metas sistemáticas de frentes para se combater no campo da justiça social e das reformas das estruturas do Estado.

No mês seguinte ao lançamento da AJP em Pernambuco, o Arcebispo Camara viajou para Alagoas para fundar também em Maceió um núcleo do movimento. Sobre esse episódio, o *Jornal do Brasil* publicou que Dom Helder apresentou a partir de uma linha da não-violência as seguintes metas: “a primeira deverá ser a estrutura agrária, pois os próprios grandes proprietários já estão sentindo que mais cedo ou mais tarde ela tem que ser reformada.” Em seguida serão atacados o sistema escolar e a legislação trabalhista.”⁸³⁰ Nessa mesma ocasião, abordou também Dom Helder o assunto do anticomunismo a partir da denúncia das atividades do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que, segundo o religioso, estavam incomodados com a criação da AJP e, por esse motivo, empreenderam atos terroristas contra ele, a partir de pichações e de ataques com tiros de metralhadoras na casa do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.⁸³¹

No final de 1968, como já vimos no terceiro capítulo, ocorreu o que muitos pesquisadores do tema caracterizaram como um golpe dentro do golpe, com a criação do Ato Institucional nº5, que ampliava os mecanismos de vigilância, repressão e centralização do poder nas mãos dos militares. Ao procurar entender a maior austeridade que o AI-5 representava ao cenário político da época, o Arcebispo Camara escreveu na carta circular nº470, entre os dias 04/05 de janeiro de 1969, sobre alguns questionamentos e inseguranças dos membros da AJP em relação às imposições do novo Ato Institucional.⁸³²

O que se observa na 470ª circular é um esforço de Dom Helder em organizar grupos de reflexões dentro da estrutura da AJP para estudar o novo documento de o

⁸³⁰ Padre Helder lança em Alagoas movimento Ação, Justiça e Paz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1968. Cad. 1 – p.7

⁸³¹ Cf.: Dom Helder diz que não se apavora com os ataques. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1968. p.2; Terroristas voltam a praticar novo atentado contra D. Helder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1968. p.22; Helder diz que não se intimida ou se apavora com atos terroristas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de outubro de 1968. Cad.1º - p.1; Núncio lamenta ataque a Pe. Helder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1968. p.13; PILETTI; PRAXEDES. 2008. p.273

⁸³² CÂMARA, Helder. 470ª Circular, Recife, 04/05 de janeiro de 1969. *Apud.*: _____. 2013c. p.11-14

governo militar e entender o que ele propunha naquele momento. Além de perceber nessas análises os espaços pelos quais a AJP poderia continuar suas atividades. Inicialmente, o Arcebispo revelou nessa carta um desejo de criar condições para dialogar com o governo ditatorial. Nessa missiva, escreveu que não via ameaças por parte do AI-5 em relação ao trabalho empreendido pela AJP, nem como associar esse movimento ao comunismo, tendo em vista que, depois de quatro anos de governo militar no Brasil, as forças comunistas estavam desarticuladas frente à vigilância do Estado.

Enfim, diferente do que ele projetou nessa carta circular de número 470º, os anos seguintes à instauração do AI-5 foi de um cenário político marcado por um acirramento do regime político, que impulsionou, progressivamente, a AJP a se dedicar cada vez mais à defesa dos direitos humanos, deixando a discussão do desenvolvimentismo em segundo plano. A luta contra violência e cerceamento dos direitos civis por parte do Estado brasileiro sob o regime militar, projetou o nome de Dom Helder Camara como um defensor dos direitos humanos, sendo por esse motivo indicado três vezes ao Prêmio Nobel da Paz nos três primeiros anos da década de 1970. O subdesenvolvimento, os colonialismos internos e externos e as outras abordagens utilizadas para representar e analisar as injustiças sociais, econômicas e estruturais foram temas continuaram presentes nos discursos de Dom Helder, mas a partir de 1970 começou a serem abordados como sinalizadores da pobreza, não tratando mais o desenvolvimento enquanto um projeto a ser empreendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações pastorais de Dom Helder Camara nas questões sociais foram classificadas, no decorrer desta tese, como um desenvolvimentismo integral por compreender que tão necessárias quanto às justiça no campo social e econômico, estavam também a preocupação com o espectro espiritual. Essa compreensão acerca das práticas desenvolvimentistas foi construída, em nossa pesquisa, a partir das análises dos escritos pessoais e dos textos apresentados em conferências por Dom Helder, somados a fontes com outras origens, como periódicos e documentos produzidos por órgãos de vigilância. Com base nesse diversificado suporte documental, percebemos como principais influências os intelectuais católicos Jacques Maritain e Padre Louis Joseph Lebet. Esses, respectivamente, contribuíram com as perspectivas de um humanismo integral e de uma economia humanitária.

Os anos de 1960 foram frequentemente chamados por Dom Helder, em seus discursos, como a década do desenvolvimento, por acreditar que os avanços tecnológicos e os índices crescentes da economia favoreciam a cenários políticos e sociais otimistas para o futuro. No caso de nossa investigação, priorizamos os anos de 1964 a 1970, sendo relevantes para a escolha dessas datas alguns critérios ligados a acontecimentos que marcaram um deslocamento de atividades desse religioso. Contudo, como visto neste trabalho, quando necessário nossa narrativa transitou por períodos que antecederam ou ultrapassaram aos anos que estabelecemos como recorte temporal. O objetivo foi discutir, dentro desse contexto, como Dom Helder tratou, em seus escritos e nas atividades políticas, os seus interesses pelo desenvolvimentismo e as peculiaridades das escolhas pessoais desse sacerdote em meio aos ambientes em que esteve inserido.

Com a investigação, procuramos discutir as influências, abordagens e os grupos de interlocuções de Dom Helder Camara em relação à elaboração de uma perspectiva que articulava a doutrina social da Igreja com um discurso desenvolvimentista. Ao historicizar os escritos e atividades desse clérigo sobre o tema desenvolvimento, construímos uma trama histórica direcionada a entender e discutir como a personagem em questão entendia o lugar social da Igreja frente a projetos sociais e econômicos que visavam, por meio da participação do Estado, diminuir as desigualdades sociais. Desse modo, o cerne da pesquisa foi debater como Dom Camara entendia esse termo e se utilizou dele em seus discursos e reflexões nas suas escritas pessoais, sem deixar de compreender as especificidades históricas e políticas dos anos 1960.

Nesse processo de estudos, em meio às leituras dos textos produzidos pelo citado religioso ou sobre ele, conseguimos estabelecer três referências ou aliados, que proporcionaram as condições de produção de conteúdo num tripé didático para os discursos e as atuações de D. Camara em relação ao tema do desenvolvimento. O primeiro alicerce foram as mudanças oriundas do Concílio Ecumênico Vaticano II, Conferências de Mar Del Plata e Medellín, somados à doutrina social Igreja, com destaque para os textos das Encíclicas papais *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII; *Populorum Progressio* (1967) de Paulo VI; e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965).

O segundo alicerce da produção intelectual de Dom Helder Camara encontra-se nos diálogos que ele travou, durante décadas, com os membros da Família Mecejanense. Importante lembrar que esse grupo que corrigia os textos do Arcebispo Camara fazia indicações de abordagens; fornecia dados técnicos; e traduzia os escritos para outras línguas, era formado principalmente por mulheres católicas do Rio de Janeiro e do Recife. As cartas circulares, meio pelo qual Dom Helder se comunicava com esse grupo, eram escritas diariamente e revelam-nos a importância dessas mulheres leigas na produção e aprovação dos textos que esse eclesiástico apresentava em suas conferências. Além disso, essas mulheres também assumiram a função de dar conselhos ao religioso em questão em temas relacionados à política e à ação sócio-pastoral dele. Reconhecer esse lugar de atuação das mulheres na viabilização do trabalho do Arcebispo de Olinda e Recife é mais uma contribuição desta tese por possibilitar a partir de nossa escrita que elas saíam de um silêncio imposto pela historiografia do tema, que se centrou na figura de Dom Helder Camara.

Entendemos como o terceiro alicerce para Dom Helder as inteirações em seus discursos entre o pensamento humanista de bases cristãs com o trabalho de técnicos ou acadêmicos em várias áreas de atuação. O trabalho desenvolvido em conjunto entre representantes da Igreja e profissionais técnicos, aptos a empreender projetos de cunho desenvolvimentistas, levou Dom Helder a procurar aliados nos centros universitários e em órgãos como a SUDENE e CEPAL.

Considerando as redes de interlocuções de Dom Hélder – tanto os atores políticos como as instituições religiosas ou seculares com as quais ele manteve contato – o que observamos, na documentação, foram tentativas de compreender o desenvolvimento não como projetos cristalizados ou associados a alas como do nacional-desenvolvimentismo, mas como um processo que abarcava outras searas da

vida social e política. No decorrer da tese, procuramos também mapear e discutir algumas das articulações feitas por Dom Helder entre o termo desenvolvimento e outros assuntos. Dentre as temáticas, destacamos: o assistencialismo social; o desenvolvimento social enquanto uma oportunidade para os cristãos interromperem o avanço do comunismo sobre o ocidente; o desenvolvimento entendido como parte da ação não-violenta ao considerar que a miséria era a maior expressão da violência social; o desenvolvimento enquanto responsabilidade dos ricos em relação aos pobres; e, por fim, a principal abordagem: a defesa de que o desenvolvimento só chegaria ao terceiro mundo a partir do momento em que as disparidades das relações comerciais internacionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos fossem eliminadas.

Essa pesquisa versou sobre a produção escrita e a atuação político-pastoral de Dom Helder Camara sobre a participação da Igreja Católica em projetos desenvolvimentistas, de cunho social e econômico. Para esse religioso, além do aspecto humanista, a participação da Igreja em projetos, junto ao poder público, viabilizaria a consolidação de uma força de contenção em relação a um suposto avanço do pensamento comunista sobre o Terceiro Mundo. Dessa forma, no decorrer da nossa narrativa, expomos que as relações entre esse clérigo e os representantes do governo militar, durante a década de 1960, eram paradoxais por abarcar alianças e conflitos.

Enfim, a confecção dessa tese de doutoramento em História contribui para a discussão sobre as relações entre religiosos católicos e a modernização da Igreja nos primeiros anos do governo ditatorial no Brasil, na década de 1960. Considerando que, nas décadas seguintes ocorreram acirramentos das tensões entre essa instituição religiosa e o governo civil-militar, somados com as novas abordagens sociais da Teologia da Libertação que acabaram relegando o tema do desenvolvimento a um segundo plano. Como fio condutor para essa trama, escolhemos pesquisar Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, e o entendimento dele sobre a função que a Igreja Católica deveria desempenhar frente a projetos de cunho desenvolvimentistas no campo social e econômico. Constatamos também a importância das redes de relações pessoais, religiosas e políticas desse eclesiástico e como por meio de alianças e/ou rompimentos, ele elaborou e reformulou, no decorrer do tempo, uma compreensão sobre o papel do cristianismo no enfrentamento das injustiças sociais. Contudo, longe de elaborar respostas categóricas sobre o tema abordado, a intenção de nossa escrita foi proporcionar caminhos viáveis de análise e incentivar os debates futuros em relação ao assunto em outros espaços de debate e em trabalhos acadêmicos.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Cartas Circulares de Dom Helder Camara

- CAMARA, Helder. **Circulares Conciliares** – de 13/14 de Outubro de 1962 a Março de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009a
- _____. **Circulares Conciliares** – de 12 de Setembro a 22/23 de Novembro de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2009b
- _____. **Circulares Conciliares** – de 10/11 de Setembro a Dezembro de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009c
- _____. **Circulares Interconciliares** – de 11/12 de Abril a 09/10 de Setembro de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009d.
- _____. **Circulares Interconciliares** – de 23/24 de Novembro de 1964 a 17/18 de Abril de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2009e.
- _____. **Circulares Interconciliares** – de 18/19 de Abril a 31 de Agosto/01 de Setembro de 1965. Org. Zildo Rocha. Vol. II. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009f.
- _____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 09/10 de Dezembro de 1965 a 30/31 de Maio de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. 2ª. Edição. Vol. III. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2011a.
- _____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Maio/1º de Junho de 1966 a 26/27 de Dezembro de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2011b.
- _____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Dezembro de 1966/1º de Janeiro de 1967 a 29/30 de Julho de 1967. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2011c.

- _____ . **Circulares Pós-Conciliares** – de 05/06 de Agosto de 1967 a 13/14 de Fevereiro de 1968. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2013a.
- _____ . **Circulares Pós-Conciliares** – de 25/26 de Fevereiro de 1968 a 30/31 de Dezembro de 1968. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2013b.
- _____ . **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Dezembro de 1968/1º de Janeiro de 1969 a 04/05 de Julho de 1969. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2013c.
- _____ . **Circulares Pós-Conciliares** – de 05/06 de Julho de 1969 a 24/25 de Janeiro de 1970. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo IV. Recife: Editora CEPE, 2013d.

Discursos de Dom Helder Camara

- CAMARA, Helder. **Perspectives de Nouvelles Structures de L’Eglise**. Documentazione Olandese del Concilio (DO-C). Roma, Itália, 1964a
- _____ . **Mensagem na tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife**. Recife, Pernambuco, 11 de abril de 1964b
- _____ . **Discurso de Paraninfo da Escola de Agronomia da Universidade Rural**. Recife, Pernambuco, 19 de dezembro de 1964c
- _____ . **Teilhard de Chardin, Prophète du Développement**. Paris, França, abril de 1965a
- _____ . **Inauguração que vale um símbolo**. Discurso de inauguração do Seminário Regional do Nordeste, Recife, Pernambuco, 02 de maio de 1965b
- _____ . **Encontro do Nordeste – Discurso de encerramento**. Recife, Pernambuco, 1, 2 e 3 de julho de 1965c
- _____ . **O que o Concílio não pode dizer**. Documentazione Olandese del Concilio (DO-C) Roma, Itália, 24 de novembro de 1965d
- _____ . **“Vamos ao âmago do problema”**. Discurso de encerramento da 2ª Conferência Européia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965e

- _____ . **Un Après-concile à la Hauteur du Vatican II**. Roma, Itália, 01 de dezembro de 1965f
- _____ . **O Pós-Concílio à altura do Vaticano II**. CCCC. Roma, 01 de dezembro de 1965g. *Apud.*: KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II: Quarta sessão** (set.- dez. 1965). Pretrópolis, RJ: Ed. Vozes LTDA, 529-534, 1965
- _____ . **Boas vindas em nome do Nordeste**. Discurso saudando Dom José Maria Pires, João Pessoa, Paraíba, 26 de março de 1966a
- _____ . **Missão a confiar à Bélgica**. Discurso na Maison de l'Amérique Latina a convite da União dos Patrões Cristãos e sob o patrocínio de S. Excia. o Cardeal Suenens, Bruxelas. Bélgica, 25 de abril de 1966b
- _____ . **Palavras de paraninfo aos Concluintes do Curso da CEPAL**. Salvador, Bahia, 26 de agosto de 1966c
- _____ . **Presença da Igreja no desenvolvimento da América Latina**. Buenos Aires, Argentina, outubro de 1966d
- _____ . **Superação do colonialismo interno**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 08 de dezembro de 1966e
- _____ . **A Universidade e a integração nacional**. Formatura conjunta da Escola de Filosofia e da Escola de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste, Campina Grande, Paraíba, 11 de dezembro de 1966f
- _____ . **Desenvolvimento e humanismo**. Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de dezembro de 1966g
- _____ . **Universidade e diálogo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 14 de dezembro de 1966h
- _____ . **Técnica e humanismo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Química, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 16 de dezembro de 1966i
- _____ . **I Seminário de Ação Comunitária**. Discurso no encerramento do I Seminário de Ação Comunitária, realizada pela SUDENE, Recife, Pernambuco, 16 de dezembro de 1966j

- _____ . **Ciência e fé no século XXI**. Formatura da Escola Politécnica, Campina Grande, Paraíba, 17 de dezembro de 1966k
- _____ . **Universidade no Após Vaticano II**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Filosofia, da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 18 de dezembro de 1966l
- _____ . **Universidade, cristianismo e marxismo**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Ciências Sociais, Caruaru, Pernambuco, 19 de dezembro de 1966m
- _____ . **Problemática do desenvolvimento no Nordeste**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola Politécnica, da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 21 de dezembro de 1966n
- _____ . **Nordeste e SUDENE, irmãos siameses**. Discurso de encerramento no Simpósio sobre o III Plano Diretor da SUDENE, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto de Ciências Políticas e Sociais com a colaboração da SUDENE, Recife, Pernambuco, janeiro de 1967a
- _____ . **A Universidade e a profissão humana**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1967b
- _____ . **Diálogo de Universidades**. Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 12 de janeiro de 1967c
- _____ . **O diálogo entre Universidades**. Conferência na Cornell University, Ithaca, New York, USA, 07 de fevereiro de 1967d
- _____ . **Influência da Igreja e da Universidade sobre a política norte-americana na América Latina**. Intervenção no Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967e
- _____ . **Relações Ecumênicas: Problemas antigos, novas possibilidades**. Palestra na Igreja Episcopal de Washington, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967f
- _____ . **A Universidade e a Igreja: Parceiros em humanização?** Intervenção no Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 a 09 de fevereiro de 1967g

- _____ . **Humanisme religieux et laïc contemporain.** USA, 07 de fevereiro de 1967i
- _____ . **Religious and secular humanism today.** Simpósio da Cornell University, New York, USA, 07 de fevereiro de 1967j
- _____ . **Educação para mudança.** USA, 10 de fevereiro de 1967k
- _____ . **Relações ecumênicas Problemas antigos, novas possibilidades.** USA, 13 de fevereiro de 1967l
- _____ . **Encíclica a responder com atos.** Discurso de Paraninfo na Formatura do III Curso CEPAL – BNDE – Agêntes Financeiros. Curso de Projetos de Desenvolvimento Econômico, Aracaju, Sergipe, 22 de abril de 1967m
- _____ . **Recife e Milão, irmãs em responsabilidade em face ao desenvolvimento.** Milão, Itália, 27 de maio de 1967n
- _____ . **Nordeste, desenvolvimento sem justiça.** Palavras no lançamento do Manifesto da ACO (Ação Católica Operária), na Vigília de 1º de Maio de 1967, Recife, Pernambuco, 01 de maio de 1967o
- _____ . **Imposições da solidariedade Universal.** Conferência em São Paulo, por iniciativa da Pontifícia Universidade Católica e da Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de junho de 1967p
- _____ . **Tríplice desafio ao Brasil em Pernambuco.** Palestra na Universidade Federal de Goiânia, a propósito da “*Populorum Progressio*”, Goiânia, 20 de junho de 1967q
- _____ . **Educação para o desenvolvimento.** Painel promovido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos da Realidade Brasileira, Ciclo de debates sobre “*Populorum Progressio*” e a Realidade Brasileira. Brasília, 21 de junho de 1967r
- _____ . **Igreja e construção do mundo.** VIª Assembléia Geral de MIJARC. Assunção, Paraguai, 02 de agosto de 1967s
- _____ . **Retomada do desenvolvimento.** Formatura da Turma CEPAL/BNDE, Fortaleza, Ceará, 26 de agosto 1967t
- _____ . **Balanço de um pastoreio.** Discurso para receber o título de Cidadão Recifense, pela Câmara Municipal da Cidade, Recife, Pernambuco, 11 de setembro de 1967u

- _____ . **Responsabilidade e alegria de ser cristãos.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Teologia, da Igreja Metodista do Brasil. São Paulo, 12 de setembro de 1967v
- _____ . **Exame de Admissão.** Discurso ao receber o título de Cidadão Pernambucano, pela Assembléia Legislativa do Estado, Recife, Pernambuco, 25 de setembro de 1967w
- _____ . **Mística do desenvolvimento.** Discurso de abertura do Encontro da Amazônia, Manaus, Amazônia, 04 de outubro de 1967x
- _____ . **Conversa Fraternal, de olhos postos na Amazônia.** Palestra na Assembléia Legislativa do Estado do Amazônia, Manaus, Amazônia, 06 de outubro de 1967y
- _____ . **Desenvolvimento: Batalha simultânea em vários fronts.** Palestra no Teatro Deodoro, Maceió, Alagoas, de 04 de novembro de 1967z
- _____ . **N.P. Hora de vossa formatura.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1967aa
- _____ . **Dimensões espirituais sempre mais amplas.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 06 de dezembro de 1967bb
- _____ . **Rebelião dos economistas.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 12 de dezembro de 1967cc
- _____ . **Doença aguda de que livrar o Brasil.** Discurso de Paraninfo na Formatura da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16 de dezembro de 1967dd
- _____ . **Conversa clara faz bons amigos.** Palestra do I Encontro das Federações dos trabalhadores rurais. Carpina, Pernambuco, 26 de janeiro de 1968a
- _____ . **Discurso pronunciado por Dom Helder Camara.** Recife, Pernambuco, 13 de fevereiro de 1968b
- _____ . **Nova Inquisição ou tentativa de justiça para milhões?** Discurso proferido quando da visita do Emo. Cardeal Maurice Roy, presidente

da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Recife, Pernambuco, 03 de março de 1968c

- _____ . **Eu sou o caminho...** Aula inaugural do Instituto Teológico do Recife, Recife, Pernambuco, 07 de março de 1968d
- _____ . **Louvor e defesa da cidade bela.** Discurso de agradecimento proferido ao receber o título de Cidadão de Olinda, na Câmara Municipal. Olinda, Pernambuco, 21 de março de 1968e
- _____ . **Afinidade espiritual com Carpina.** Discurso de agradecimento proferido ao receber o título de Cidadão de Carpina. Carpina, Pernambuco, 23 de março de 1968f
- _____ . **Os jovens exigem e constroem a paz.** Intervenção no painel realizado durante o Congresso Mundial de Federação Mundial das Juventudes Femininas Católicas e da Federação Internacional da Juventude Católica. Berlim, Alemanha, 16 a 25 de abril de 1968g
- _____ . **A pobreza na abundância.** Palestra proferida por ocasião da 50ª Semana Social Walona. Liège, Bélgica, 19 de abril de 1968h
- _____ . **Violência Única opção? Um Bispo brasileiro se interroga.** Paris, França, 25 de abril de 1968i
- _____ . **Única opção, a violência?** Paris, França, 25 de abril de 1968j
- _____ . **Ou todos, ou nenhum.** Palestra de encerramento do ciclo de conferências promovidas pela “FOLHA DE SÃO PAULO” em torno das Conclusões da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, São Paulo, São Paulo, 27 de setembro de 1968k
- _____ . **Engenharia Industrial, bela e comprometedora profissão.** Discurso de formatura da Escola de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 29 de setembro de 1968l
- _____ . **Violência dos pacíficos.** Discurso proferido na solenidade, no Recife, do Movimento “AÇÃO JUSTIÇA E PAZ”, abertura no ano-centenário do nascimento de Gandhi. Recife, Pernambuco, 02 de outubro de 1968m
- _____ . **Mensagem fraterna aos juristas católicos.** Alocução proferida no 6º Congresso Mundial promovido pelo Secretariado Mundial dos Juristas Católicos, de Pax Romana. Dakar, Senegal, 05 a 12 de dezembro de 1968n

- _____ . **Razões de esperar.** Discurso pelo paraninfo na formatura da Escola de Ciências Econômicas. Vitória, Espírito Santo, 14 de dezembro de 1968o
- _____ . **Hora de libertação.** Discurso pelo paraninfo na formatura da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 15 de dezembro de 1968p
- _____ . **Tentando ver claro para agir firme.** Discurso de Patrono na formatura da Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1968q
- _____ . **Os direitos humanos e a libertação do homem nas Américas.** Alocução no encerramento da 6ª Conferência Anual Internacional do CICOP (Catholic Inter-American Cooperation Program). Nova York, USA, 26 de janeiro de 1969a
- _____ . **Forças armadas e universidade.** Palestra realizada na Universidade de Harvard. Cambridge, Massachusetts, USA, 27 de janeiro de 1969b
- _____ . **Desafio que honra uma geração.** Discurso de Paraninfo na formatura da Escola de Engenharia Industrial da PUC-SP. São Paulo, São Paulo, 04 de março de 1969c
- _____ . **Em “resposta à crise”, que deveis fazer?** Palestra realizada na Manchester Student Congress, promovida pelo Student Christian Movement. Manchester, Inglaterra, 08 de abril de 1969d
- _____ . **Esmagados por uma tríplice violência.** Palestra proferida na Convenção promovida pelo Halemere Group, sob o título: “Miséria é violência: a exploração do Terceiro Mundo”, na Round House. Londres, Inglaterra, 13 de abril de 1969e
- _____ . **A Universidade e as revoluções de desenvolvimento necessárias à América Latina.** Conferência pronunciada na ocasião da abertura do ano acadêmico da Universidade Católica do Chile. Santiago, 18 de abril de 1969f
- _____ . **Esperança em uma comunidade mundial.** Palestra pronunciada a convite da Western Conference of Priests. Winnipeg, Canadá, 13 de janeiro de 1970a

- _____ . **Resposta fraterna ao BLACK MANIFESTO**. Detroit, USA, janeiro de 1970b
- _____ . **Depoimento pastoral sobre um relatório técnico**. Palestra para a School of International Affairs, do Instituto of Latin American Studies, na Columbia University. New York, USA. Janeiro de 1970c
- _____ . **Lições vitais da guerra do Vietnã**. Palestra pronunciada viagem pelo Canadá, USA e Suíça. Janeiro de 1970d
- _____ . **Gandhi, onde está tua vitória?** Palestra pronunciada durante sua viagem pelo Canadá, USA e Suíça, janeiro de 1970e
- _____ . **Projetos de desenvolvimento e preocupação com mudanças de estruturas**. Conferência pronunciada na “World Consultation on Ecumenical Assistance for Development Projects”, promovida pelo World Council of Churches. Montreux, Suíça, 29 de janeiro de 1970f
- _____ . **Impossível desenvolvimento sem juventude**. Conferência proferida durante o Congresso Mundial “Juventude e Desenvolvimento”. Salzburg, Áustria, 20 de maio de 1970g
- _____ . **Três pedidos a meus colegas e irmãos, os teólogos**. Conferência proferida na Universidade de Louvain, por ocasião do recebimento do doutorado honoris causa em teologia. Bélgica, 21 de maio de 1970h
- _____ . **Pacto político e militar ou pacto de justiça e de amor?** Bruxelas, Bélgica, 21 de maio de 1970i
- _____ . **Meditação e prece, durante uma vigília ecumênica, na cidade ecumênica de Lyon**. Lyon, França, maio de 1970j
- _____ . **Joana D’Arc, será que compreendes e amas a não violência?** Orleans, França, 25 de maio de 1970k
- _____ . **Obrigações da Scandinavia para com o mundo**. Upsália, Suécia, 27 de maio de 1970l
- _____ . **“Eu tive um sonho...”**. Conferência realizada ao lhe ser atribuída o Prêmio Martin Luther King, recém-criado pela Southern Christian Leadership Conference. Atlanta, USA, 12 de agosto de 1970m
- _____ . **As religiões e as necessárias mudanças de estruturas no mundo de hoje**. Palestra realizada na Assembléia Geral do “World Conference on Religion and Peace”. Kyoto, Japão, 20 de outubro de 1970n

- _____ . **Anseios dos países sub-desenvolvidos em face das nações industrializadas**. Palestra realizada em Bonn, na sala Beethoven, durante a cerimônia de abertura da 2ª Década do Desenvolvimento, iniciativa do “Deutschen Forum fuer Entwicklungspolitik”, sob os auspícios do Governo Alemanha Federal. Bonn, Alemanha, 23 de outubro de 1970o
- _____ . **Contribuição da Igreja para a vida social na América Latina**. Conferência proferida em Bonn, sob os auspícios da Comissão Alemã de Justiça e Paz. Bonn, Alemanha, 23 de outubro de 1970p
- _____ . **“Quaisquer que sejam as consequências”**. Paris, França, 26 de maio de 1970. *Apud.*: CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura**. Recife: Editora Guararapes, 73-79, 1983

Livros escritos por Dom Helder Camara

- CAMARA, Helder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968r.
- _____ . Violência – Única opção? *In.*: **Paz e Terra**. nº 7. Junho, 89-97, 1968s
- _____ . **The Church and Colonialism: The betrayal of The Third World**. Denville, New Jersey: Dimension Books, 39-48, 1969g.
- _____.; BROUCKER, José de. **Dom Helder Camara: La violence d’un pacifique**. Paris: Fayard, 1969h.
- _____ . **La Rebelion de los economistas**. Madri: Editora Zero, 1969i
- _____.; BROUCKER, José de. **The conversions of a Bishop: an interview with José de Broucker**. New York, USA: Collins, 1979.
- _____ . **Espiral de Violencia**. Salamanca, Espanha: 1970q

Entrevistas

- AZOUBEL, David. **Entrevista**, 2017. Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo – Projeto: Os interlocutores de Dom Helder
- CAMARA, Helder. **Entrevista**, 1982. Recife, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) / Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira – Projeto: Pensamento Social e Política do Nordeste, 1982.

- MOTTA, Jeovah. **Entrevista**, 1983. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / Programa de História Oral, 1983.

Arquivo Nacional

- Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: **1966 BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.105**

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB-USP - São Paulo

- Arquivo **IEB-USP**, Fundo / Coleção José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D133-127
- Arquivo **IEB-USP**, Fundo / Coleção: José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D043-010

Brown University Library – Opening the Archives: Documenting US-Brazil Relations, 1960s-80s

- Arquivo – **Department of State**: Airgram. 26 de março de 1969. Enclosure, Recife A-32

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Acervo do Departamento de História

- Presidência da República/ Serviço Nacional de Informação, 29 de janeiro de 1970. Acervo do SNI-PE–Pgh-UFRPE. **Informe 022**. (Em processo de catalogação). Esse documento recebeu a classificação A-1, que representa alto grau de confiabilidade.

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE)

- **Prontuário Funcional nº 29781** – Movimento Revolucionário de 1935 (1935-1969). DOPS-PE/APEJE

- **Prontuário Funcional nº 3882** – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. DOPS-PE/APEJE
- **Prontuário Individual nº 15.778** – Pe. Paulo Crespo. DOPS-PE/APEJE
- **Prontuário Individual nº 16.906** – Dom Helder Camara. DOPS-PE/APEJE
- **Prontuário Individual nº 18.209** – Padre Joseph Comblin. DOPS-PE/APEJE
- **Prontuário Individual nº 29.786** – Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto
- **Prontuário Funcional nº 30.789** – O caso do Pe. Henrique. DOPS-PE/APEJE

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) – Hemeroteca

- *Diário de Pernambuco*, Recife-PE – 1952 a 1970
- *Jornal do Commercio*, Recife - PE – 1964 a 1970

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

- *Legionario*, Fortaleza - Ce - 1933
- *A Razão*, Fortaleza - CE – 1936
- *A Ofensiva*, São Paulo - SP - 1936
- *A Ordem*, Rio de Janeiro - RJ – 1952 a 1960
- *A Cruz*, Rio de Janeiro - RJ – 1954 a 1970
- *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ – 1956 a 1970
- *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro - RJ – 1952 a 1970

Hemeroteca Digital O Globo

- *O Globo*, Rio de Janeiro - RJ – 1932 a 1970

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro

- 31ª Carta Pastoral de D. Jaime de Barros Câmara – Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. 1960 – Editora Vozes Limite Petrópoles – RJ. **SÉRIE: Carta Pastoral; Notação: 158.**

Documentos da Igreja Católica

- CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 1961. *Apud.*: Bispos se reúnem e toma posição: sem educação de base, esforço de preocupação econômica será inútil. **Maquis**, Nº225 - Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1961;
- CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962.
- CNBB. **Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Publicado no Comunicado Mensal da CNBB, nº119, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1963.
- CONSTITUIÇÃO PASTORAL. *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: <
http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html > Acessado em: 13 de abril de 2017
- JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 1961. Disponível em: <
http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html > Acessado em 23.03.2017
- JOÃO XXIII. *Pacem in Terris*. Disponível em: <
http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html> Acessado em 25 Fev. 2017
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 1891. Disponível em: <
https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 10 Abr. 2016;
- PAULO VI. **Discurso do Papa Paulo VI na Inauguração da quarta sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II**. p.7. Disponível em: <
https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19650914_concilio-iv-sessione.html > Acessado em 25 de fevereiro de 2018

- PAULO VI. **Discurso do Papa Paulo VI na sede da ONU**. 04.10.1965. Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html > Acessado em 25 de fevereiro de 2018.
- PAULO VI. **Populorum Progressio**. 1967. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html > Acessado em: 01 de Novembro de 2016
- PIO XI. **Quadragesimo Anno**. 1931. Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html > Acesso em 10 Abr. 2016.
- PIO XI. **Non Abbiamo Bisogno**. 1931, Disponível em: < https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html > Acessado em: 19 de março de 2021.
- PIO XI. **Divinis Redemptoris**. 1937. Disponível em: < http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html > Acessado em 19 de março de 2021.
- PIO XI. **Mit Brennender Sorge**, 1937, Disponível em: < http://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html > Acessado em: 19 de março de 2021.

Documentos encontrados na internet

- ANTÔNIO, Luís. Obrigado, Reverendo. *In.*: **Disco Copacabana 5662**. 1956. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ntmz_dEusg0 > Acessado em 20 de fevereiro de 2017.
- BRASIL, **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. > Acessado em 10 de abril de 2014
- BRASIL, **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12528.htm > Acessado em 10 de abril de 2014

- BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acessado em 10 de Janeiro de 2014
- BRASIL. **Lei nº 4.870**, de 01 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14870.htm> Acessado em 12 de setembro de 2019
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: População e Habitação** – quadros de totais referentes ao estado e distribuídas segundo os municípios. Série Regional Parte IX – Pernambuco – Tomo 1. 1940. p.1. Encontrado em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf>Acessado em 06.09.2016.
- SILVA, Artur da Costa. **Ato Institucional nº 5**. Brasil, 13 de dezembro de 1968. *Apud.*: Acervo, Rio de Janeiro, v.27, Nº1, p.394-402, JAN/JUN. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm > Acessado em 10 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962-1987**. 2003, 260f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. **Nordeste: desenvolvimento sem justiça**. Pretópolis, RJ: Ed. Vozes, 1967

ALECAR, Francisco A. S. Duarte. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005

ANGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS: A formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. São Paulo: EDUSC, 1999

_____. **Constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político, famílias 10 e 20**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, p.17- 43, 2002

ARAÚJO, Lorena Maria. Depois da partida do Dom. *In.*: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edia; TEDESCO, Alcides. **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2002

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP; Edusp, 2001

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945)**. 2009, 156 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009

_____. Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os círculos operários católicos (anos 1930 e 1940). *In.*: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Eliane Moura da; (Orgs). **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Vol. 2, Campinas: UNICAMP/IFCH, 53-86, 2011

- ARGON, Maria de Fátima Moraes (Org.). **Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Dom Helder Camara (1929-1980)**. Petrópolis: Editora Reflexão, 2016
- ARNS, Paulo Evaristo (coord.) **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**. Anotações para uma História da Igreja no Brasil (Ensaio e Interpretação). Rio de Janeiro: Editora Vozes: Educam, 2000
- _____. **Vigília e Testemunho**. Rio de Janeiro: EDUCAM; Ed. Reflexão; Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2013
- BARROS, R.S. Maciel de. A questão religiosa. *In.*: HOLANDA, S.B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. T.II, 4º vol. São Paulo, DIFEL, 1971
- BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de (Org.). **Dom Helder: O artesão da paz**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, SP: Paco, 2017
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999
- BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia (1959-1965)**. 2001. 463f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2001
- _____. Apresentação. *Apud.*: CAMARA, H.. **Circulares Conciliares** – de 13/14 de Outubro de 1962 a Março de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009a
- _____. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994
- _____. **Pacto das Catacumbas: Por uma Igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015
- _____.; MARQUES, Luiz Carlos Luz. A Igreja do Brasil na preparação do Vaticano II. **Horizonte**, Belo Horizonte, v.9, n.24, p.986-1009, dez. 2011
- BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: Funep (Unesp), 2010
- BIDEGAN, Ana Maria. From Catholic Action to Liberation Theology the historical process of the laity in Latin America in the twentieth century. **Notre Dame**, *In.*: Helen

Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame. nº48, 1-26, November 1985)

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 373-422, 2000

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1955

BOURGEON, Roger. **O Arcebispo das Favelas**. Rio de Janeiro: Olivé Editor, 1969

BROUCKER, José de. **As noites de um profeta: Dom Helder Camara no Vaticano II**. Leituras das circulares conciliares de Dom Helder Camara: (1962-1965). São Paulo: Paulus, 2008

_____. **Dom Helder Camara: les conversions d'un Évêque**: Entretiensavec José de Broucker. Paris: Seuil, 1977

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculo no meio dos caminhos: modelos Eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990)**. 2001, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2001

_____.; MOURA, Carlos André Silva. “A casa do bispo marcando a presença de Cristo no mundo da inteligência e da cultura”: as noitadas no solar de São José dos Manguinhos. *In.*: _____.; NETA, Lucy Pina (Org.). “**Andar às voltas com o belo é andar às voltas com Deus**”: A relação de Dom Helder Camara com as artes. Recife, Bagaço, 87-114, 2018

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo Católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: Editora CRV, 2011

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro**. Indaiatuba, nº1, Junho de 2002.

CARDSON, Clayborne (Org.). **A autobiografia de Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção da memória integralista**. 2007. 414f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2007

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf >
Acessado em 18 de fevereiro de 2014

CASTRO, Marcos de. **Dom Helder**: misticismo e santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petropópolis, RJ: Vozes, 2009

_____. **A Escrita da História**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado** – Forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. **The Washington Connection and Third World Fascism**. Boston: South End Press. 1979

CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Helder**: perseguições e censura (1964-1980). Recife: Guararapes, 1983

CLAUDINO, Assis. **O monstro sagrado e o amarelinho comunista**: Gilberto Freyre, Dom Helder e a Revolução de 64. Recife-Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora Opção, 1985

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n°47, p.271-302, 2004

COMBLIN, José. Dom Helder e o novo modelo episcopal do Vaticano II. *In.*: POTRICK, Maria Bernarda (et. alii). **Dom Helder**: pastor e profeta. São Paulo: Paulinas, 23-45, 1983

_____. Prefácio. *In.*: CAMARA, Helder. **Circulares Conciliares** – de 10/11 de Setembro a Dezembro de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. 2ª. Edição. Vol. I. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009c

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMARA (CEMVDHC). **Relatório Final**. Recife: CEPE, 2017. Vol.II. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=RELFIN>> Acesso em 10 abril de 2018

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMARA. Prêmio Nobel da Paz: A atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de dom Helder Camara. **Cadernos da memória e verdade**. V.4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=Nobel&pasta=Premio%20Nobel%20da%20Paz>> Acessado em: 08.06.2016

COSTA, Alexandre José Gonçalves. **Teologia e política: A Ordem** e a atualização do discurso político-social católico no Brasil, 1931-1958. 2010, 262 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v.9 n.15, p.109-143, Jan/Jun. 2014

COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica. *In.*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical**, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 433-450, 2007

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão**: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003, 741f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In.*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 92-131, 2014

DELLA CAVA, Ralph. The Church and the Abertura in Brazil, 1974-1985. **Notre Dame**, *In.*: Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame. nº114, 1-33, November 1988

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981

FERRARINI, Sebastião Antonio. **A imprensa e o Arcebispo Vermelho** (1964-1984). São Paulo: Ed. Paulinas, 1992

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

_____.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 433-450, 2007

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. RJ: Record, 2004

_____. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. **O grande irmão: da operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileria, 2008

_____. **Reinventado o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *In.:* **Revista Brasileira de História**. v.24, n.47. São Paulo, 1-15, 2004

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006

_____. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2006

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In.:* FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 168-205, 2014

FÜLÖR-MILLER, René. **Leão XIII e o nosso tempo: potência da Igreja**. 2ªEd. Porto Alegre: Edição da Livraria Globo, 1941

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In.:* _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 143-180, 1989.

GODOY, José Henrique Artigas. Dom Helder Camara e Louis-Joseph Lebret: desenvolvimento e práxis progressista Católica nas décadas de 1950 e 1960. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 63 (1), 1-41, 2020

GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros: sua vida em seu tempo (1955-1964). *In.*: REBUÁ, Eduardo; SEMERARO, Giovanni (Org.). **Pensamento Social Brasileiro: matrizes nacionais-populares**. São Paulo: Ideias & Letras, 159-185, 2017

GREEN, James. “Clerics, Exiles, and Academics: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States, 1969-1974.” **Latin American Politics and Society**, Vol. 45, No. 1, 87-117, Spring 2003

_____. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. *In.*: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 39-49, 2009

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). *In.*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 209-236, 2007

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HUNTINGTON, Samuel H. **A ordem política na Sociedade em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1975

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II: Quarta sessão (set.- dez. 1965)**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes LTDA, 529-534, 1965

KOSELLECK, R.. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

LEÃO, Jordana Gonçalves. **Fragmentos de um ‘diário’: a correspondência pessoal de Helder Pessoa Camara**. 2010, 144p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Rural de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2010

LEBRET, Louis-Joseph. **O drama do século XX: miséria – subdesenvolvimento; Inconsciência – Esperança**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960

- _____. **Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?** Problemas fundamentais de nossa civilização. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964
- LEMOS, Renato L.C.N. A conexão Harvard e a política de descompressão sobre as origens da transição política no Brasil pós-1964. **Revista Tempos Históricos**. v. 18, n.02, 2014
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Ed. da UNICAMP; Papyrus, 1986
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In.*: FERREIRA, Marieta de Mores. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 167-182, 2006
- LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- LIBANO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. Belo Horizonte, MG: Edições Loyola, 2005
- LIMA, Alceu Amoroso. **Cartas do Pai: de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2004
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. *In.*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. (As esquerdas no Brasil; v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 304-320, 2007
- _____. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Editor Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In.*: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Context. 111-153, 2008
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert . Mudanças sociais no período militar (1964-1985). *In.*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, p.66-91, 2014
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1997
- _____.; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008
- MAINWARING, Scott. Grossroots Catholic groups and politics in Brazil, 1964-1985. **Notre Dame**, *In.*: Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame. n°98, 1-33, August 1987

- _____. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989
- MARIN, Richard. Dom Helder Camara: um itinerário no catolicismo brasileiro. *In.*: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edia; TEDESCO, Alcides. **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 123-138, 2002
- MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**. São Paulo: Dominus Editora, 1962
- MARQUES, Luiz Carlos Luz. **Il Carteggio Conciliare di Mons. Helder Pessoa Camara**. 1998. 855f. Tesi (Dottorato di Ricerca in Storia Religiosa) – Università di Bologna, Bologna, Itália. 1998
- MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. *In.*: **Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008
- MAYER, Antônio de Castro; SIGAUD, Geraldo de Proença; OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. São Paulo: Ed. Vera Cruz, 1960
- MELO, Jamildo. Guerra no campo opõe usinas e sindicatos. *In.*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe: 1964 revistado**. Recife: Ed. Massangana, 148-151, 2004
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: Ed. Cepe, 2019
- _____. Viajantes do céu: cotidiano de padres imigrantes no Nordeste (1960-1970). **Anais da XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. 2009. Disponível em < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_1d17185e3799ec7f81510dcf33fa4712.pdf >. Acesso, 09 agosto 2016
- _____.; SOARES, Edia; TADESCO, Alcides (Org.). **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife, A prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 2002
- MORAES, Márcio André Martins. **Garanhuns sob o símbolo do Sigma: o cotidiano dos integralistas entre comunistas e o Estado Novo (1935-1942)**. 2012, 215f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012

_____. Cartas a um amigo: a correspondência do Padre Helder Pessoa Camara a Alceu Amoroso Lima (1929-1937). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH: Contra os preconceitos: História e democracia**. 2017b. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502651067_ARQUIVO_MORAES_M. ANPUH2017_TextoCompleto.pdf> Acesso, 09 Junho 2018.

_____. Combater o comunismo em nome de Deus, da Pátria e da Família: o caso dos militantes integralista na cidade de Garanhuns-PE (1935-1937). **Revista História: debates e tendências**, Rio Grande do Sul, p. 48 – 61, Vol. 13, n.º 1, jan./jun. 2013

_____. Em meio a correspondências e discursos: as reflexões do padre Helder Pessoa Camara no combate à influência do comunismo entre os operários (1930-1937). **Anais do I Encontro Nacional do CEHIR**. 2017a. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/19GSjAtNqceDrEEuLn5rLbgzhYqFuuaaU/view>>. Acesso, 09 Junho 2018

_____. Plínio Salgado para presidente do Brasil: a propaganda eleitoral da Ação Integralista Brasileira em Garanhuns (1936-1937). **Revista Encontros de Vista – Terceira edição**. p. 30-44, 2009. ISSN 1983-828X

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)**. 2015, 443p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015

MOURA, Carlos Antônio (Org.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. SP: Contexto, 2014

PADIN, Cândido; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. **Conclusões das Conferências de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998

PAULA, Christiane Jalles. **O bom combate: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976)**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990

PENHOLATO, Diego Batista. **José Garrido nas sombras do poder: Um economista na construção do projeto de modernização de 1964.** 2017, 139p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo / Programa de Pós-graduação em História Social, 2009

PERROUX, François. **O capitalismo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979

_____. O desenvolvimento. *In.*: DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 17-26, 1967

PILETTI, Nelson & PRAXEDES. Walter. **Dom Helder Camara, o profeta da paz.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008

POTRICK, Maria Bernarda (Org.). **Dom Helder: pastor e profeta.** São Paulo: Paulinas, 1983

PREBISCH, Raúl. Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento. *In.*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 373-422, 2000

PROCÓPIO, Cândido, CAMARGO, Ferreira. **Igreja e desenvolvimento.** São Paulo: CEBRAP, 1971

QUEIROZ, Raquel. **100 crônicas escolhidas.** Rio de Janeiro, 1958

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014

_____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014

ROCHA, Heitor. O golpe de 64 e a democracia. *In.*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe: 1964 revistado.** Recife: Ed. Massangana, 69-70, 2004

RODRIGUES, Cândido Moreira. “Observações insuficientes de fenômenos parciais da sociedade”: comunismo e democracia em Alceu Amoroso Lima. *In.*: _____, BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950.** Cuiabá, MT: Ed. UFMT, 77-101, 2011

ROMERO, Sigifredo. **The progressive Church in Brazil, 1964-1972.** Thesis (Master of Arts). Florida International University, Florida, 2014

SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. *In.*: MOURA, Antonio Carlo (Org.). **A Igreja dos oprimidos.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 17-64, 1981

SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932.** São Paulo: Editora Voz do Oeste, 1982

- SANTOS, B. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 11-43, 2008
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013
- SERBIN, Kenneth P. Brazil: State Subsidization and the Church Since 1930. *In.*: PATTNAYAK, Satya R. **Organized Religion in the Political transformation of Latin America**. New York – London: University Press of America, Inc., p.153-176, 1995
- _____. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. Belo Horizonte, MG: Edições Cristo Rei, 2018
- SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001
- SILVA, Giselda Brito. A Igreja Católica militante e a Ação Integralista Brasileira: aproximações e divergências (1932-1938). *In.*: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Eliane Moura da; (Orgs). **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Vol. 2, Campinas: UNICAMP/IFCH, 33-52, 2011
- _____. **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007
- SILVA, Marcilia Gama da. **Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife, CFCH/UFPE, 216f. 2003. Tese (Doutorado em História)
- SOARES, Edia de Araujo Lira. Educação, coragem e solidariedade: lições do Dom. *In.*: MONTENEGRO, Antônio; SOARES, Edia; TADESCO, Alcides (Org.). **Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política**. Recife, A prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 15-25, 2002
- SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018
- SOUZA, Adenilson Ferreira. Celso Furtado e Dom Helder Camara: da análise sócio-econômica da realidade brasileira à atividade política transnacional (1960-1970). *In.*: **VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE**, 2010, Recife. VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, 2010

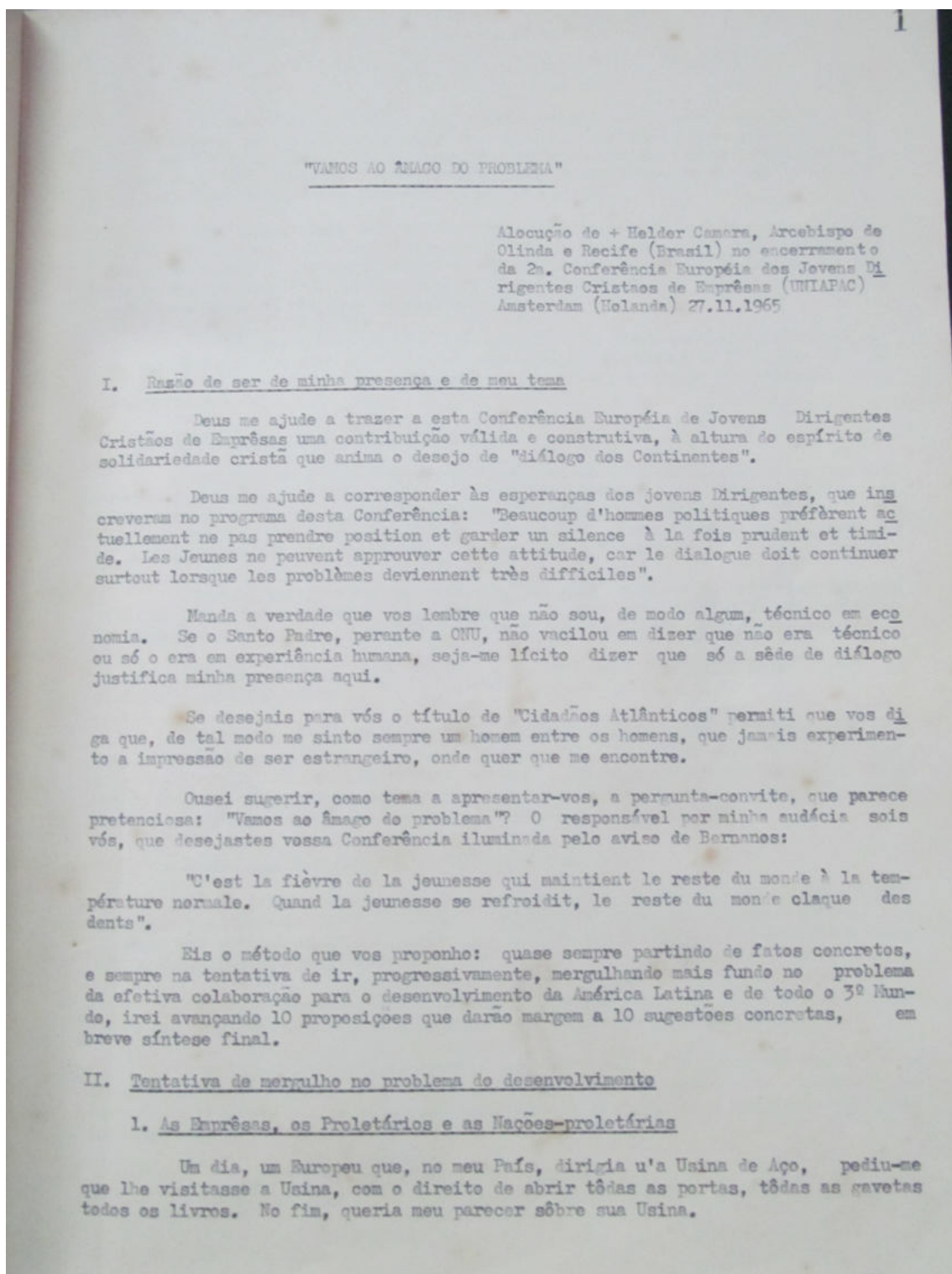
SOUZA, Admar Medes de. **Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)**. 2009, 371f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009

TODARO, Margart Patrice. **Pastors, Prophets and Politicians: A study of the brasilian Catholic Church, 1916-1945**. 1971, 515f. Tese (Doutorado em História), Columbia University, New York, 1971

TRINDADE, Héliqio. **Integralismo: o fascismo brasileiro dos anos 30**. São Paulo: Difel, 1979

WILTGEN, R. **O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido**. RJ: Permanência, 2007

ZANOTTO, Gizele. **TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960 – 1995)**. Passo Fundo: Méritos, 2012



Fonte: CAMARA, Helder. "Vamos ao âmago do problema". Discurso de encerramento da 2ª Conferência Européia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965e – CEDOHC-IDHeC

Revelações para a Posteridade

D. Helder Câmara

Maria de Lamoignonê

Teles de Menezes

O Arcebispo D. Helder Câmara é uma vida consagrada à grandeza da Igreja. Auxiliar de Sua Eminência o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara e secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem desempenhado altas funções de caráter educativo e participado de vários movimentos de assistência social.

Recebendo a ordenação sacerdotal em 1931, foi sagrado Bispo em 1952 e, três anos depois, elevado ao Arcebispado.

Dirigiu, no Ceará, o Departamento de Educação; chefia a Seção de Medidas e Eficiência Escolar do Instituto de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal; técnico de educação do Ministério de Educação e Cultura e, ainda, membro do Conselho Nacional de Educação.

Preside a Comissão Nacional Católica de Migração, secretariou o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional e é o assistente geral da Ação Católica Brasileira. Entre as obras de beneficência social destaca-se a Cruzada São Sebastião, destinada a melhoria das favelas cariocas. Foi, pelas obras que realizou, condecorado com a Gran Cruz de São Raimundo Pennafort, da Espanha e com o grande oficialato das Ordens de Mérito Militar, do Mérito Naval e do Mérito Aeronáutico.

Iniciamos hoje uma série de reportagens sobre a vida e a obra de significativas figuras das ciências, das artes, das letras, do clero, da política, do jornalismo, enfim dos mais diversos valores da vida brasileira.

O primeiro que tivemos ensejo de ouvir foi D. Helder Câmara.

As primeiras perguntas que formulamos ao atual Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, respondeu-nos ele:

— Nasci em Fortaleza, numa escola primária, em 1909. Meu pai era guarda-livros e minha mãe professora. Com ela fiz meus primeiros estudos e a seguir foi minha mestra D. Salomé Cisne. Cursei, depois, o Seminário Arquidiocesano da capital cearense, onde fiquei até minha ordenação sacerdotal.



O Arcebispo D. Helder Câmara

Perguntamos-lhe em seguida se podia dar-nos uma síntese de seu perfil moral.

— Sim. Eu o faço, de quinze em quinze dias, quando me confesso. E, diariamente, quando em minha meditação. Só em instantes assim me parece que o homem faz de verdade seu perfil moral. O resumo para todos parece-me este: um pecador e um fraco, como todos os filhos de Adão. Quizemos depois conhecer a que fatores atribue D. Helder sua vitoriosa carreira sacerdotal. A isto, esclareceu-nos:

— Em casa e no Seminário aprendi o valor da graça divina, e, sobretudo, aprendi a agarrar-me com Deus nas horas em que mais pesa a fraqueza humana.

Respondendo a outra de nossas indagações, disse:

— Duas qualidades humanas mais me seduzem: a largueza de vistas e a capacidade de compreensão dos outros. Aliás a primeira costuma levar a segunda.

Pensa D. Helder ser triste quem entontece com a fama, pois é muito precária e volúvel. E como lhe perguntássemos se acha a notoriedade desagradável, aduziu:

— Quanto a mim, exploro o mais possível, a bem do próximo, a notoriedade passageira de que desfruto.

Vultos da história do Cristianismo que mais admira? Resposta difícilíssima. São tantos. Os principais mestres são dois: São Paulo e São Francisco de Assis.

Quizemos saber ainda qual a maior dificuldade que venceu. Obtivemos a resposta:

— Tenho a convicção profunda de que não passamos de instrumentos de Deus. Quem vence é Ele e quando Deus quer as dificuldades não existem.

Importante pergunta foi saber de D. Helder Câmara qual a ação da Igreja em face das grandes crises que perturbam o mundo. Disse-nos:

— Não cabe à Igreja dirimir todas as crises que perturbam o mundo. Para dirimir as crises dos setores que lhe competem, a Igreja conta com as promessas de Cristo e com a sua organização realmente admirável.

As duas últimas perguntas:

— Onde gostaria de viver?

— Onde vivo, já que a Providência assim quis. Aqui desejo ficar enquanto Deus quiser.

— Pode contar-nos um fato de sua vida que se tenha aornado inesquecível?

— Nem vacilo: minha sagrada de Bispo, pois me deu a plenitude sacerdotal.

Estava finda a entrevista. D. Helder deu-nos sua bênção.



DOM HÉLDER SÓ PAROU NO GALEÃO PARA UM ALEGRE TELEFONEMA: SEGUIU PARA O CHILE

Fonte: Dom Helder no Galeão diz-se mais uma vez mal entendido. **O Globo**. 14 de abril de 1969. *Apud.*: AN – 1966 BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.105



PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º 3674.-
S. D. P. - D. U. P. S. - G. B.
D. I. - S. D. - S. F.
Prontuário n.º 3674
Documento n.º 1

Nome HELDER CÂMARA. ou DOM HELDER CÂMARA.

Nacionalidade BRASILEIRA.
Naturalidade CEARENSE.-
Filho de JOÃO EDUARDO TORRES CÂMARA FILHO
e de ADELAIDE RODRIGUES PESSÔA CÂMARA
Idade 62 anos, Nascido em 07 de FEVEREIRO de 1909
Estado Civil SOLTEIRO.- Instrução
Profissão ARCEBISPO DE RECIPE E OLINDA.-
Residência RUA MAR. FRANCISCO MOURA, nº 58 apto. 101
Motivo: Por estar prontuariado movendo torpe
campanha difamatória contra o Brasil, na
Europa.- Notas Cromáticas

Esta planilha foi aberta,
em 27/7/70.-



Fotografia tirada em de de 1.....

Cútils Cabelos
Olhos Bigode
Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1, m.....
Frente: Altura Inclinação
Largura Sobrancelhas
Pálpebras
Nariz: dorso
Base
Boca Lábios Queixo Orelhas
Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens

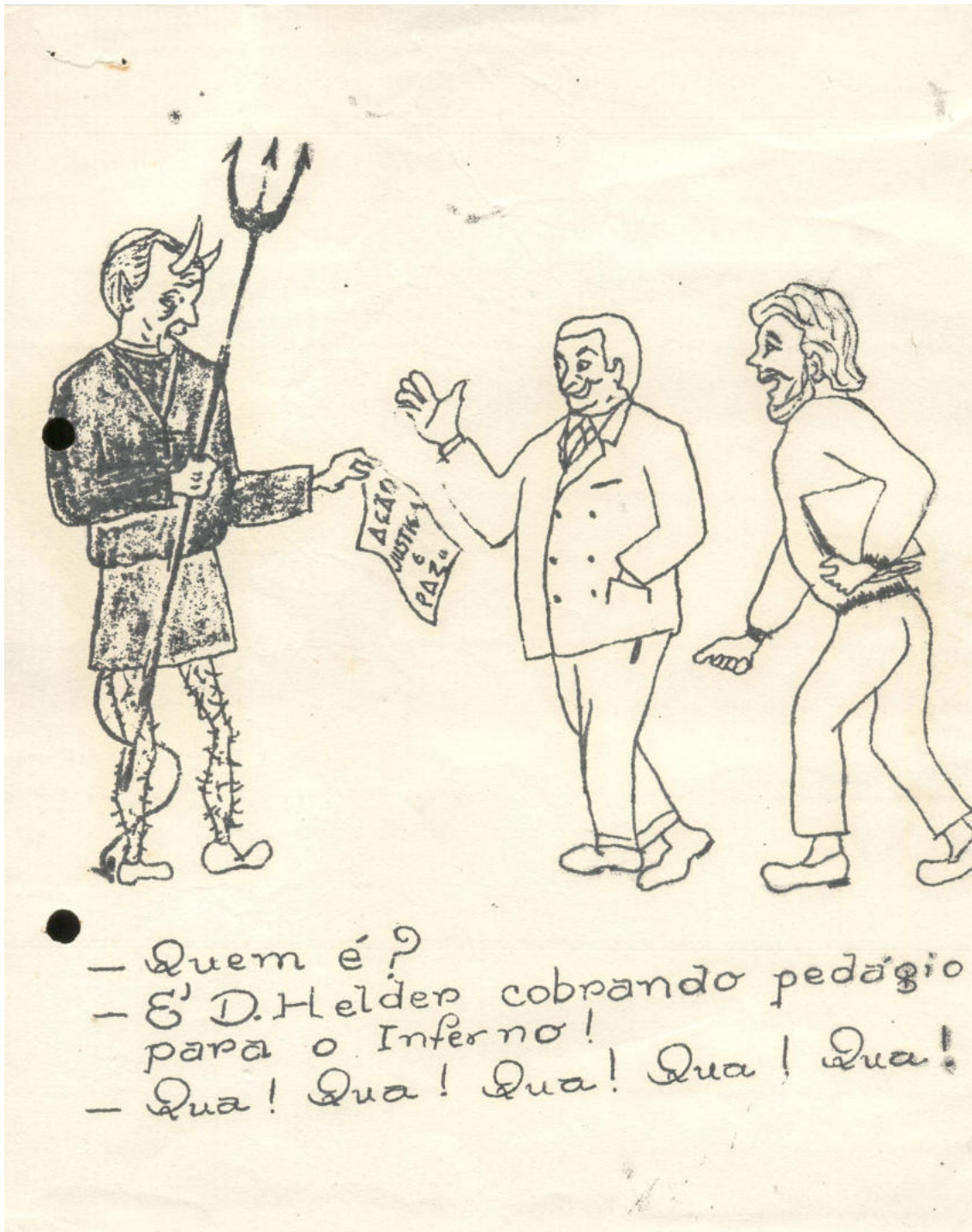
Assinatura do Identificado Identificado em de de 19.....

Identificador

SÉRIE	Mão direita				
		POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES
SEÇÃO	Mão esquerda				

Série
P. D.,
Seção
D. V. S. P. - 1014

Fonte: Planilha de registro de Dom Helder Camara. Prontuário nº 3.674 – DOPS da Guanabara/APERJ



Fonte: Caricatura de Dom Helder Camara. **Prontuário Funcional** nº 16906 – Dom Helder Camara. DOPS-PE/APEJE

Diário da Noite

Um Jornal do Nordeste a Serviço do Povo

Ano 22 * Nº. 98 - 6a.-feira, 26.4.1968 — Diretor: F. PESSÓA DE QUEIROZ

Gilberto Freyre

HÉLDER PODE MORRER, MAS NO TRÂNSITO

RIO (AJB, Radiopress, DN) — De passagem para a Argentina, o escritor Gilberto Freyre, conversando com os jornalistas, de clarou que a única ameaça real ao Arcebispo Hélder Câmara é morrer atropelado «pois ele anda muito a pé e o trânsito do Recife é realmente infernal». «Não existe qualquer ameaça ao Arcebispo de Olinda e Recife. Tudo não passa de uma imaginação fértil de quem errou a vocação, pois no fundo o Padre Hélder deveria ser ator. Isso não impede porém que eu o respeite e admire». Gilberto Freyre acha que Dom Hélder «está traindo seus objetivos ao tratar de assuntos políticos».

Fonte: Gilberto Freyre: Helder pode morrer, mas no trânsito. **Prontuário Funcional** nº 16906 – Dom Helder Camara